Diário OFICIAL Executivo

Ano CXII

Edição Digital nº 12028 | 149 páginas
Curitiba, Quarta-feira, 12 de Novembro de 2025

Sumário

Poder Executivo

Poder Executivo 03
Casa Civil 18
Procuradoria Geral do Estado 19

Secretarias de Estado

Secretaria da Administração e da Previdência..... 25
Secretaria da Agricultura e do Abastecimento 29
Secretaria das Cidades 31
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior 32
Secretaria da Comunicação 42
Secretaria da Cultura..... 81
Secretaria do Desenvolvimento Social e Família 82
Secretaria do Desenvolvimento Sustentável 100
Secretaria da Educação 119
Secretaria do Esporte 123
Secretaria da Fazenda 123
Secretaria da Indústria Comércio e Serviços 129
Secretaria de Infraestrutura e Logística 129
Secretaria da Inovação e Inteligência Artificial 129
Secretaria da Justiça e Cidadania 129
Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa 130
Secretaria do Planejamento 132
Secretaria da Saúde..... 132
Secretaria da Segurança Pública..... 139
Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda..... 146
Receita Estadual do Paraná 148

Administração Indireta - Entidades e Órgãos

Autarquias 149

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Poder Executivo Estadual

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Governo do Estado

Governador
Carlos Massa Ratinho Junior

Vice-Governador
Darci Piana

Casa Civil
João Carlos Ortega — Chefe da Casa Civil
Maiquel Guilherme Zimann — Diretor-Geral

Procuradoria Geral do Estado
Luciano Borges dos Santos — Procurador-Geral
Lucia Helena Cachoeira — Diretora-Geral

Controladoria Geral do Estado
Louise da Costa e Silva Garnica — Controladora-Geral
Anna Karina Moreira Braguinia — Diretora-Geral

Chefia de Gabinete do Governador
Darlan Scalco — Chefe de Gabinete

Casa Militar
Coronel Marcos Antonio Tordoro — Chefe

Coordenadoria Estadual da Defesa Civil
Coronel Fernando Raimundo Schunig — Coordenador

Secretarias de Estado

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
Luiz Goularte Alves — Secretário
Maria Carmen Carneiro de Melo Albanske — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
Marcio Fernando Nunes — Secretário
Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão — Diretora-Geral

Secretaria de Estado das Cidades
Luiz Augusto Silva — Secretário
Felipe Augusto Amadori Flessak — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Aldo Nelson Bona — Secretário
Jamil Abdanur Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Comunicação
Cleber de Oliveira Mata — Secretário
Eduardo Pugnali Marcos — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Cultura
Luciana Casagrande Pereira Ferreira — Secretária
Elietti de Souza Vilela — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
Rogério Helias Carboni — Secretário
Luiza Marilda Pacheco Castagno Simonelli — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável
Rafael Valdomiro Greca de Macedo — Secretário
Rodrigo Araújo Rodrigues — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Educação
Roni Miranda Vieira — Secretário
João Luiz Giona Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Esporte
Hélio Renato Wirbiski — Secretário
Ilson Augusto Rhoden — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Fazenda
Norberto Anacleto Ortigara — Secretário
Luiz Paulo Budal Pedroso — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Marco Aurelio Ribeiro — Secretário
Daniel de Carvalho Gutierrez — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística
Sandro Alex Cruz de Oliveira — Secretário
José Brustolin Neto — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Inovação e Inteligência Artificial
Alex Canziani Silveira — Secretário
Marcos Vitorio Stamm — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
Valdemar Bernardo Jorge — Secretário
Fabiana Cristina de Campos Romanelli — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
Leandre Dal Ponte — Secretária
Diego Buligon — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Planejamento
Ulisses de Jesus Maia Kotsifas — Secretário
Domingos Trevizan Filho — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Saúde
Carlos Alberto Gebrim Preto — Secretário
Cesar Augusto Neves Luiz — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Segurança Pública
Hudson Leôncio Teixeira — Secretário
Adilson Luiz Lucas Prusse — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
Paulo Rogerio do Carmo — Secretário
Willian Porfirio Ribeiro — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Turismo
Leonaldo Paranhos da Silva — Secretário
Jefferson Abade — Diretor-Geral

Imprensa Oficial

Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)

Praça Nossa Senhora de Salete, S/N
80530-909 | Centro Cívico | Curitiba | Paraná
Informações 41 3200-5002

Poder Executivo

Lei nº 22.786

12 de novembro de 2025.

Institui o Programa Auxílio Paraná, que dispõe sobre a concessão de auxílio emergencial financeiro às famílias paranaenses.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Institui o Programa Auxílio Paraná, autorizando o Poder Executivo a conceder auxílio emergencial financeiro, no valor de R$ 1.000,00 (mil reais) mensais, pelo período de até seis meses, às famílias residentes nos municípios em que houver declaração ou homologação de estado de calamidade pública pelo Governador.

Art. 2º O benefício de que trata esta Lei se destina às famílias que tenham perdido total ou parcialmente a moradia, sofrido danos materiais significativos que comprometam as condições mínimas de subsistência ou ficado desabrigadas ou desalojadas em razão do desastre, observados os seguintes requisitos:

I - ser o responsável familiar maior de dezoito anos de idade, exceto no caso de mãe adolescente;

II - possuir renda familiar mensal total de até três salários-mínimos.

§ 1º Em situações excepcionais, quando a família não atender aos requisitos previstos neste artigo, mas estiver comprovadamente em condição de grave vulnerabilidade decorrente do desastre, o benefício poderá ser concedido.

§ 2º A comprovação de que trata o § 1º deste artigo será efetivada relatório social elaborado por profissional de nível superior da equipe de assistência social do município, sujeito à aprovação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família - SEDEF, descrevendo a situação da família e a urgência do atendimento.

§ 3º Considera-se renda familiar a soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros do núcleo familiar, composto por um ou mais indivíduos, podendo ser ampliado por outros que contribuam para o rendimento ou que tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos residentes em um mesmo domicílio.

Art. 3º O pagamento do auxílio de que trata esta Lei poderá ser efetuado por meio bancário.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas por outras fontes.

Parágrafo único. O benefício poderá ser reajustado a qualquer momento por ato do Chefe do Poder Executivo Estadual, observados a existência de previsão orçamentária e o disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 5º O período de que trata o art. 1º desta Lei poderá ser ajustado por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º As informações acerca da renda mensal familiar serão realizadas por autodeclaração.

Parágrafo único. Sendo constatada eventual irregularidade, o benefício será imediatamente suspenso.

Art. 7º Autoriza o Poder Executivo a promover as modificações orçamentárias e financeiras que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 8º O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 12 de novembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Prot. 24.971.645-6

156265/2025

Lei nº 22.787

12 de novembro de 2025.

Institui o Programa Reconstrói Paraná, que permite a transferência de recursos do Estado do Paraná diretamente a famílias paranaenses atingidas por catástrofes naturais ou tecnológicas.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DO PROGRAMA RECONSTRÓI PARANÁ

Art. 1º Institui o Programa Reconstrói Paraná, vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família - SEDEF e à Coordenadoria Estadual da Defesa Civil - CEDEC e apoio operacional dos demais órgãos e entidades da Administração Pública, com a finalidade de conceder transferência direta de recursos financeiros, em caráter emergencial e temporário, a famílias residentes no Estado do Paraná que tenham sido diretamente afetadas por desastres naturais ou tecnológicos.

§ 1º O Programa Reconstrói Paraná visa garantir o apoio à retomada das condições de habitabilidade, podendo cobrir despesas para reparos e reconstrução de moradias.

§ 2º A transferência de recursos do Programa Reconstrói Paraná se configura como benefício eventual, nos termos do art. 22 da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e complementa as ações de assistência social de responsabilidade dos municípios e da União.

Art. 2º A elegibilidade ao Programa Reconstrói Paraná fica condicionada à:

I - comprovação de residência em município do Estado do Paraná que tenha tido o estado de calamidade pública reconhecido ou declarado pelo Poder Executivo Estadual;

II - comprovação de que a moradia foi diretamente atingida pelo desastre, mediante laudo de engenharia emitido pela Defesa Civil, ou outro órgão ou entidade integrante da Administração Pública Direta ou Indireta do Estado do Paraná, de outros Estados, da União ou de município, atuando em colaboração no enfrentamento da calamidade;

III - atendimento aos critérios de vulnerabilidade social a serem definidos em regulamento do Poder Executivo.

Parágrafo único. O laudo mencionado no inciso II do *caput* deste artigo deverá indicar a extensão do dano, de acordo com o que estabelece o art. 4º desta Lei.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CAPÍTULO II
DOS BENEFÍCIOS

Art. 3º Cria, no âmbito do Programa Reconstrói Paraná, o Auxílio Reconstrução, destinado a prover suporte financeiro às famílias elegíveis cujas unidades de moradia permanente tenham sido, comprovadamente, destruídas ou danificadas por desastre natural ou tecnológico.

§ 1º O Auxílio Reconstrução será pago por meio de:

I - Cartão Reconstrução: destinado à aquisição de materiais de construção e reparos necessários à habitabilidade da construção;

II - *Voucher* de Serviços: destinado ao pagamento de mão de obra e serviços necessários à reforma ou reconstrução, tais como a contratação de pedreiros, eletricistas, encanadores, carpinteiros e profissionais habilitados para projetos ou laudos.

§ 2º O Cartão Reconstrução, de que trata o inciso I do § 1º deste artigo, será implementado mediante a emissão de um cartão pré-pago ou de débito, em parceria com instituição financeira oficial ou instituição de pagamento autorizada pelo Banco Central do Brasil.

§ 3º Veda a retirada de dinheiro em espécie (saque) ou a utilização do Cartão Reconstrução para aquisição de bens ou serviços não essenciais à reconstrução.

§ 4º O *Voucher* de Serviços, de que trata o inciso II do § 1º deste artigo, será concedido por meio de sistema de pagamento eletrônico autorizado pelo Banco Central do Brasil.

§ 5º A proporção de divisão do valor total do Auxílio Reconstrução entre o Cartão Reconstrução e o *Voucher* de Serviços será definida em regulamento.

§ 6º A família que receber do Poder Público nova unidade habitacional não poderá receber o Auxílio Reconstrução.

Art. 4º A concessão do Auxílio Reconstrução terá montante final destinado a cada família, estabelecido com base na extensão do dano verificado na unidade habitacional, conforme a seguinte gradação percentual do valor de referência:

I - destruição total: 100% (cem por cento) do valor de referência, concedido às famílias que perderam integralmente a moradia, sendo considerada para tanto aquela tida como integralmente destruída ou com perda estrutural irreversível;

II - destruição parcial grave: 70% (setenta por cento) do valor de referência, concedido às famílias cuja moradia apresente danos que comprometam a estrutura ou a habitabilidade, exigindo grandes reparos para seu reestabelecimento;

III - destruição parcial leve: 40% (quarenta por cento) do valor de referência, concedido às famílias cuja moradia apresente danos que não comprometam a estrutura, mas exijam reparos em acabamentos, telhado, portas, janelas ou instalações hidráulicas e elétricas.

Parágrafo único. O enquadramento nos percentuais estabelecidos no caput deste artigo será feito através do laudo de que trata o inciso II do art. 2º desta Lei.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5º O valor máximo do Auxílio Reconstrução será de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), podendo ser alterado por ato do Chefe do Poder Executivo, que observará a disponibilidade orçamentária e financeira.

Parágrafo único. O recebimento dos benefícios do Programa Reconstrói Paraná não impede a concessão de outros benefícios assistenciais de âmbito municipal, estadual ou federal destinados ao mesmo público.

Art. 6º A utilização indevida, o desvio de finalidade ou recebimento de recursos do Programa Reconstrói Paraná por meio de fraude, simulação, omissão de informação ou falsidade ideológica implicará a responsabilização do beneficiário, nos termos desta Lei, sem prejuízo das sanções civis e penais aplicáveis.

§ 1º O beneficiário que tiver recebido o recurso indevidamente, ou que tiver desviado sua finalidade, será notificado a restituir integralmente o valor ao Fundo Estadual para Calamidades Públicas - FECAP, no prazo máximo de trinta dias, corrigido monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA desde a data do recebimento.

§ 2º Ato do Poder Executivo Estadual disporá sobre as condições e os valores mínimos para a cobrança de ressarcimento a que se refere o § 1º deste artigo.

§ 3º Além da restituição, o beneficiário que receber ou utilizar os recursos de forma indevida será excluído imediatamente do Programa Reconstrói Paraná.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no Fundo Estadual para Calamidades Públicas - FECAP, disciplinado pela Lei nº 21.720, de 31 de outubro de 2023.
Parágrafo único. Autoriza o Poder Executivo a realizar os ajustes orçamentários e financeiros necessários à aplicação desta Lei.

Art. 8º Esta Lei não gera direito adquirido.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 12 de novembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Prot. 24.976.372-1

156270/2025

Lei nº 22.788

12 de novembro de 2025.

Institui o Programa de Melhorias do Sistema de Telecomunicação e Conectividade Rural do Paraná - ParanáConectado.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Institui o Programa de Melhorias do Sistema de Telecomunicação e Conectividade Rural do Paraná - ParanáConectado, de incentivo ao aumento da abrangência de cobertura e acesso aos serviços de internet banda larga de alta velocidade nas comunidades rurais, bem como telefonia móvel, em apoio à inclusão e universalização digital e otimização dos processos produtivos, voltado para produtores rurais e seus familiares, povos originários e pessoas em situação de vulnerabilidade no ambiente rural, assim como cooperativas, prestadores de serviços e agroindústrias, visando à melhoria da qualidade de vida no ambiente rural paranaense e à otimização dos fatores de produção.

Art. 2º O Programa ParanáConectado visa ampliar e instrumentalizar o alcance de internet banda larga de alta velocidade - Serviço de Comunicação Multimídia no ambiente rural, assim como ampliar a oferta e a qualidade dos serviços de telefonia móvel - Serviço Móvel Pessoal, por meio da ampliação de redes de fibra ótica, implantação de estações rádio bases e aparelhos de internet pela tecnologia de acesso à conexão sem fio fixo em estímulo ao desenvolvimento tecnológico, à diversificação produtiva, à competitividade, à sustentabilidade e à eficiência dos sistemas produtivos e à geração de novos negócios nas cadeias produtivas rurais paranaenses.

Art. 3º São objetivos do Programa ParanáConectado:
I - o desenvolvimento tecnológico da agricultura paranaense para a adaptação resiliente às mudanças climáticas;

II - o desenvolvimento, a capacitação e a difusão de tecnologias de telecomunicações para conectividade rural, de conteúdos técnicos e de gestão dos negócios rurais;

III - a aplicação das metodologias de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER;

IV - a extensão rural, a assistência técnica, o fomento e a promoção de soluções tecnológicas para internet banda larga em alta velocidade no ambiente rural, bem como nas áreas de telefonia móvel e de conectividade;

V - a criação e o fortalecimento de redes de informações e relacionamentos para a qualificação de pessoas e melhoria da produtividade, do acesso à saúde, educação e segurança no meio rural paranaense;

VI - a promoção de serviços de telecomunicações a preços acessíveis ao padrão de renda da população mais vulnerável do ambiente rural paranaense;

VII - a implantação e ampliação dos sistemas integrados para emissão da nota fiscal de produtor rural no território paranaense;

VIII - a ampliação e a modernização dos sistemas integrados de rastreabilidade digital em prol da segurança alimentar e da sanidade animal e vegetal dos produtos agropecuários.

Art. 4º Para o alcance dos objetivos do Programa ParanáConectado, serão utilizados os seguintes meios:
I - disponibilização de linhas de financiamento e equalização de taxas de juros que estimulem a implantação e a ampliação dos serviços de internet banda larga em alta velocidade;

II - ressarcimento dos investimentos em infraestrutura de fornecimento de serviços de internet em áreas sem cobertura do Estado, por meio de subvenção econômica;

III - oferta de incentivos tributários e de aproveitamento de créditos tributários;

IV - criação de cadastro público de empresas e profissionais habilitados à elaboração e execução de projetos e à prestação de serviços em sistemas de telecomunicações e conectividade rural;

V - criação de listagem de recomendações técnicas de softwares e aplicativos que comprovadamente melhorem o desempenho das cadeias produtivas e a gestão dos empreendimentos rurais;

VI - priorização das regiões a serem atendidas, tendo como critérios indicadores técnicos, econômicos e sociais;

VII - celebração de parcerias, termos de cooperação técnica, convênios e outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades públicos ou privados, com vistas à inclusão e à universalização digital no meio rural;

VIII - uso de políticas de incentivo econômico, financeiro e tributário;

IX - estímulo à adoção de práticas sustentáveis, de descarbonização e de segurança hídrica, e à construção de novos saberes e conhecimentos tecnológicos que permitam a mudança de paradigmas no ambiente rural paranaense.

Art. 5º As ações do Programa ParanáConectado são dirigidas para:
I - produtores rurais e seus familiares, povos originários, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos, pessoas em situação de vulnerabilidade social, cooperativas agropecuárias e agroindústrias instaladas no ambiente rural;

II - instituições públicas e privadas, especialmente prestadores de serviços, agentes da assistência técnica, da extensão rural, da pesquisa, do ensino, da aprendizagem e da qualificação de pessoas, da saúde e da segurança pública;

III - prestadores de serviços de telefonia móvel e de conectividade digital atuantes no ambiente rural.

Art. 6º Observada a disponibilidade orçamentária e financeira, o Estado do Paraná, por meio do Programa ParanáConectado, poderá conceder subvenção econômica a prestadores de serviços, na modalidade equalização de juros e ressarcimento de investimento, até o montante consignado na Lei Orçamentária Anual - LOA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e no Plano Plurianual - PPA.

Art. 7º Os recursos para os financiamentos dos projetos do Programa ParanáConectado serão os disponibilizados pelas linhas de crédito existentes no Sistema Financeiro Nacional.

Art. 8º Os recursos financeiros para as subvenções às taxas de juros aos projetos do ParanáConectado serão suportados pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, gerenciados administrativa e financeiramente pela Agência de Fomento do Paraná S.A. - Fomento Paraná, nos termos da Lei nº 20.165, de 2 de abril de 2020.

Art. 9º As despesas decorrentes desta Lei observarão as previsões em Lei Orçamentária Anual e as disponibilidades orçamentárias dos órgãos e entidades responsáveis pela execução.

Art. 10. A coordenação estadual do Programa ParanáConectado será de responsabilidade da Secretaria de Estado da Inovação e Inteligência Artificial - SEIA, em conjunto com a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento - SEAB.

Art. 11. O Poder Executivo regulamentará esta Lei em até noventa dias após a sua publicação.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 12 de novembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Prot. 22.858.071-6

156273/2025

Lei Complementar nº 287

12 de novembro de 2025.

Transfere recursos do Fundo da Defensoria Pública do Estado do Paraná, instituído pela Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, para o Fundo Estadual para Calamidades Públicas, a fim de viabilizar, de forma prioritária, o auxílio às famílias atingidas pelo tornado ocorrido no Município de Rio Bonito do Iguaçu.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º O Fundo da Defensoria Pública do Estado do Paraná - FUNDEP, instituído pela Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, transferirá o montante de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para o Fundo Estadual para Calamidades Públicas - FECAP, a fim de viabilizar, de forma prioritária, o auxílio às famílias atingidas pelo tornado ocorrido no Município de Rio Bonito do Iguaçu.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 2º Autoriza a Defensoria Pública do Estado do Paraná a abrir créditos adicionais e a realizar as adequações orçamentárias necessárias para a implementação do disposto nesta Lei Complementar.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 12 de novembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Matheus Cavalcanti Munhoz
Defensor Público-Geral do Estado

Prot. 24.986.119-7

156276/2025

DECRETO Nº 11.885

Homologa situação de emergência no Município de Antônio Olinto, em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva - Granizo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, em consonância com o contido no parágrafo único do art. 15 do Regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, aprovado pelo Decreto nº 9.557, de 6 de dezembro de 2013 e, considerando a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, bem como os efeitos adversos que culminaram no desastre ocorrido no Município de Antônio Olinto, causando danos e prejuízos, devidamente documentados em formulário de informação de desastres - FIDE, consubstanciado no protocolo nº 24.981.957-3,

DECRETA:

Art. 1º Homologa o Decreto Municipal nº 449, de 7 de novembro de 2025, exarado pelo Prefeito de Antônio Olinto, o qual declara Situação de Emergência nas áreas do município em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva - Granizo.

Art. 2º Confirma-se, por intermédio deste Decreto de homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º Os órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil ficam autorizados a prestar o apoio suplementar aos municípios afetados pelo desastre, mediante prévia articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 4º Este Decreto de homologação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do decreto municipal anteriormente citado, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data em que foi publicada declaração de anormalidade em âmbito municipal.

Curitiba, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG
Coordenador Estadual de Defesa Civil

156526/2025

DECRETO Nº 11.886

Homologa situação de emergência no Município de Engenheiro Beltrão, em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva - Granizo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, em consonância com o contido no parágrafo único do art. 15 do Regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, aprovado pelo Decreto nº 9.557, de 6 de dezembro de 2013 e, considerando a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, bem como os efeitos adversos que culminaram no desastre ocorrido no Município de Engenheiro Beltrão, causando danos e prejuízos, devidamente documentados em formulário de informação de desastres - FIDE, consubstanciado no protocolo nº 24.977.417-0,

DECRETA:

Art. 1º Homologa o Decreto Municipal nº 66, de 10 de novembro de 2025, exarado pelo Prefeito de Engenheiro Beltrão, o qual declara Situação de Emergência nas áreas do município em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva - Granizo.

Art. 2º Confirma-se, por intermédio deste Decreto de homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º Os órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil ficam autorizados a prestar o apoio suplementar aos municípios afetados pelo desastre, mediante prévia articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 4º Este Decreto de homologação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do decreto municipal anteriormente citado, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data em que foi publicada declaração de anormalidade em âmbito municipal.

Curitiba, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG
Coordenador Estadual de Defesa Civil

156469/2025

DECRETO Nº 11.887

Homologa situação de emergência no Município de Borrazópolis, em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva - Granizo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, em consonância com o contido no parágrafo único do art. 15 do Regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, aprovado pelo Decreto nº 9.557, de 6 de dezembro de 2013 e, considerando a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, bem como os efeitos adversos que culminaram no desastre ocorrido no Município de Borrazóplis, causando danos e prejuízos, devidamente documentados em formulário de informação de desastres - FIDE, consubstanciado no protocolo nº 24.977.255-0,

DECRETA:

Art. 1º Homologa o Decreto Municipal nº 196, de 10 de novembro de 2025, exarado pelo Prefeito de Borrazópolis, o qual declara Situação de Emergência nas áreas do município em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva - Granizo.

Art. 2º Confirma-se, por intermédio deste Decreto de homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º Os órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil ficam autorizados a prestar o apoio suplementar aos municípios afetados pelo desastre, mediante prévia articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 4º Este Decreto de homologação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do decreto municipal anteriormente citado, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data em que foi publicada declaração de anormalidade em âmbito municipal.

Curitiba, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG
Coordenador Estadual de Defesa Civil

156471/2025

Decreto nº 11888

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual, e das autorizações contidas no art. 6º, da Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e no inciso XI, § 1º do art. 14 e no § 5º do mesmo artigo da Lei Estadual nº 22.065, de 18 de julho de 2024, e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.971.645-6,

DECRETA:

Art. 1º Fica efetuado um ajuste no Orçamento Geral do Estado, e alterado o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), de acordo com os Anexos I e II deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de novembro de 2025, 204º da Independência e 137º da República.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo ao Decreto nº 11888 — Formalização 2025FC000857/Bloco1

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família										2.000.000,00
610000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Família										2.000.000,00
6102 - Diretoria Geral										2.000.000,00
F.61.02.08.244.29.8061 - Nossa Gente										2.000.000,00
	2	75	761	000102	3.3.90.48	0	Não definida	4100	9999999	2.000.000,00
								Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		2.000.000,00
									Total Geral	2.000.000,00

Anexo ao Decreto nº 11888 — Formalização 2025FC000857/Bloco1

ANEXO II - REDUÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família										2.000.000,00
610000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Família										2.000.000,00
6102 - Diretoria Geral										2.000.000,00
F.61.02.08.244.29.8406 - Energia Solidária										2.000.000,00
	2	75	761	000102	3.3.90.39	7	Famílias beneficiadas com o programa Energia Solidária.	4100	9999999	2.000.000,00
								Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		2.000.000,00
									Total Geral	2.000.000,00

156472/2025

DECRETO Nº 11.889

Cumprimento de decisão judicial para retificação da progressão por antiguidade de servidor do Quadro Próprio do Poder Executivo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e ainda, em cumprimento da decisão judicial proferida nos Autos nº 009859-55.2023.8.16.0182, do 15º Juizado Especial da Fazenda Pública de Curitiba, consubstanciada no protocolo nº 24.268.750-7,

DECRETA:

Art. 1º Retifica o Anexo Único do Decreto nº 8.438, de 27 de agosto de 2021, na parte que concedeu progressão em uma referência salarial pelo critério de antiguidade, ao servidor ocupante do cargo de Agente de Execução do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, para constar o que segue:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ORGÃO	NOME	RG	CARGO	LF	DE		PARA		A partir de
					CL	REF	CL	REF	
SEJU	ROBERTO DI LUCA MELANI FILHO	7.XXX.628-X	AGENTE DE EXECUÇÃO	1	III	01	III	02	04/05/2020

Art. 2º Determina o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional no sistema RH-Paraná/Meta4 à Unidade de Recursos Humanos do servidor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Curitiba, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUIZ GOULARTE ALVES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

156473/2025

DECRETO Nº 11.890

Torna sem efeito a nomeação de QUEZIA PIRES DE MOURA SARTORI, no cargo de Perito Oficial Criminal 40h, efetivada pelo Decreto nº 11.250, de 17 de setembro de 2025.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no protocolo nº 23.586.165-8,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito, com fulcro no parágrafo único do art. 21 da Lei Complementar n° 258, de 14 de julho de 2023, e no art. 26 c/c §3º do art. 41 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, a nomeação de QUEZIA PIRES DE MOURA SARTORI, CPF nº XXX.819.047-X, no cargo de Perito Oficial Criminal 40h, Área 5, Região Estado do Paraná, efetivada pelo Decreto nº 11.250, de 17 de setembro de 2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA
Secretário de Estado da Segurança Pública

156477/2025

DECRETO Nº 11.891

Cumprimento de decisão judicial para nomeação provisória de TYCIANNE DE MARILLAC DO NASCIMENTO DE MATOS, no cargo de Perito Oficial Criminal 40h, do Quadro Próprio dos Peritos Oficiais.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e ainda, em cumprimento a decisão judicial proferida nos Autos nº 0001443-79.2025.8.16.0004, da Secretaria Especializada em Movimentações Processuais das Varas da Fazenda Pública – 2ª Vara, consubstanciada no protocolo nº 23.586.165-8,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, em caráter provisório, TYCIANNE DE MARILLAC DO NASCIMENTO DE MATOS, CPF nº XXX.126.672-XX, para exercer o cargo de Perito Oficial Criminal 40h, Área 5, Região Estado do Paraná, do Quadro Próprio dos Peritos Oficiais – QPPO, da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA
Secretário de Estado da Segurança Pública

156478/2025

DECRETO Nº 11.892

Dispõe sobre a disponibilidade funcional de servidores públicos estaduais, em caráter excepcional, para atuarem em apoio aos municípios paranaenses com situação de emergência ou estado de calamidade pública homologados, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos III, V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.971.763-0,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza, em caráter excepcional, a disponibilidade funcional de servidores públicos pertencentes à Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual, para prestação de apoio técnico e operacional aos municípios do Estado do Paraná que tenham situação de emergência ou estado de calamidade pública formalmente reconhecidos, com o objetivo de colaborar nas ações de resposta, mitigação e recuperação das áreas afetadas por desastres.

Art. 2º A disponibilidade funcional perdurará enquanto vigente o reconhecimento da situação de emergência ou do estado de calamidade pública, podendo ser prorrogada enquanto persistirem os efeitos que justificaram sua decretação.

Art. 3º A disponibilização de servidores dar-se-á mediante solicitação formal do município afetado, e dependerá de decisão devidamente fundamentada do Titular do òrgão ou Entidade que servidor esteja lotado, que deverá avaliar a viabilidade do apoio solicitado, sem prejuízo à continuidade das atividades essenciais do órgão ou entidade de origem, bem como definir o período de atuação.

Art. 4º A disponibilidade funcional não implicará qualquer prejuízo à remuneração integral do servidor ou ao seu desenvolvimento funcional na carreira, mantida a contagem de tempo de serviço para todos os efeitos legais.

Art. 5º Assegura ao servidor disponibilizado o recebimento de diárias e demais verbas indenizatórias decorrentes do deslocamento, observadas as disposições da legislação estadual aplicável.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUCIANO BORGES DOS SANTOS
Procurador-Geral do Estado

LUIZ GOULARTE ALVES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

156481/2025

DECRETO Nº 11.893

Altera o Decreto nº 8.466, de 1º de julho de 2013.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Altera o § 3º do art. 2º do Decreto nº 8.466, de 1º de julho de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 3º Ressalvadas as hipóteses de nomeação para o exercício de cargo comissionado e função gratificada, o servidor não poderá ser colocado em disposição funcional para o exercício de atividades incompatíveis com as atribuições do respectivo cargo ou função.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUIZ GOULARTE ALVES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

156484/2025

DECRETO Nº 11.894

Exoneração de SUELY DA SILVA ROCHA, de cargo em comissão do Departamento de Trânsito do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Exonera SUELY DA SILVA ROCHA, RG nº 8.XXX.471-X, do cargo em comissão de Assessor – Símbolo CCE-14, do Departamento de Trânsito do Paraná.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

156486/2025

DECRETO Nº 11.895

Homologa situação de emergência no Município de Rancho Alegre do Oeste, em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva - Granizo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, em consonância com o contido no parágrafo único do art. 15 do Regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, aprovado pelo Decreto nº 9.557, de 6 de dezembro de 2013 e, considerando a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, bem como os efeitos adversos que culminaram no desastre ocorrido no Município de Rancho Alegre do Oeste, causando danos e prejuízos, devidamente documentados em formulário de informação de desastres - FIDE, consubstanciado no protocolo nº 24.982.449-6,

DECRETA:

Art. 1º Homologa o Decreto Municipal nº 1.888, de 11 de novembro de 2025, exarado pelo Prefeito de Racho Alegre do Oeste, o qual declara Situação de Emergência nas áreas do município em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva - Granizo.

Art. 2º Confirma-se, por intermédio deste Decreto de homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º Os órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil ficam autorizados a prestar o apoio suplementar aos municípios afetados pelo desastre, mediante prévia articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 4º Este Decreto de homologação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do decreto municipal anteriormente citado, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data em que foi publicada declaração de anormalidade em âmbito municipal.

Curitiba, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG
Coordenador Estadual de Defesa Civil

156487/2025

DECRETO Nº 11.896

Homologa situação de emergência no Município de Porto Barreiro, em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva – Tornados.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, em consonância com o contido no parágrafo único do art. 15 do Regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, aprovado pelo Decreto nº 9.557, de 6 de dezembro de 2013 e, considerando a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, bem como os efeitos adversos que culminaram no desastre ocorrido no Município de Porto Barreiro, causando danos e prejuízos, devidamente documentados em formulário de informação de desastres - FIDE, consubstanciado no protocolo nº 24.987.571-6,

DECRETA:

Art. 1º Homologa o Decreto Municipal nº 170, de 12 de novembro de 2025, exarado pelo Prefeito de Porto Barreiro, o qual declara Situação de Emergência nas áreas do município em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva - Tornados.

Art. 2º Confirma-se, por intermédio deste Decreto de homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º Os órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil ficam autorizados a prestar o apoio suplementar aos municípios afetados pelo desastre, mediante prévia articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 4º Este Decreto de homologação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do decreto municipal anteriormente citado, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data em que foi publicada declaração de anormalidade em âmbito municipal.

Curitiba, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG
Coordenador Estadual de Defesa Civil

156490/2025

DECRETO Nº 11.897

Designação de JULIANO SARTORI LANGARO, para Função Comissionada de Confiança do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.974.892-7,

DECRETA:

Art. 1º Designa, de acordo com Lei nº 21.094, de 13 de junho de 2022, JULIANO SARTORI LANGARO, RG nº 6.XXX.943-X, para exercer a Função Comissionada de Confiança de Gerente – Símbolo FCCI-1, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná - IPEM, a partir de 10 de novembro de 2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

MARCO AURÉLIO RIBEIRO
Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços

156493/2025

DECRETO Nº 11.898

Designação de CAROLINE GARBUIO, para exercer Função Comissionada de Confiança, da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.939.741-5,

DECRETA:

Art. 1º Designa, de acordo com a Lei nº 22.507, de 2 de julho de 2025, CAROLINE GARBUIO, RG nº 6.XXX.352-X, para exercer a Função Comissionada de Confiança de Assessor – Símbolo FCC-3, da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

MARCIO NUNES
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

156495/2025

DECRETO Nº 11.899

Nomeação de DANIELA INÊS GAIO, para exercer cargo em comissão da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.966.634-3,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, DANIELA INÊS GAIO, RG 10.XXX.878-X, para exercer em comissão o cargo de Assessor – Símbolo CCE-11, da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços, a partir de 10 de novembro de 2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

MARCO AURÉLIO RIBEIRO
Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços

156498/2025

DECRETO Nº 11.900

Nomeação de JOANA CONSTANTINO DA ROCHA, para exercer cargo em comissão da Procuradoria-Geral do Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.905.881-5,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, JOANA CONSTANTINO DA ROCHA, RG nº XXX.619-X/SC, para exercer em comissão o cargo de Assessor – Símbolo CCE-13, da Procuradoria-Geral do Estado, ficando exonerada, a pedido, a partir de 9 de novembro de 2025, LETICIA RIBEIRO DE SOUZA, RG nº 10.XXX.267-X.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUCIANO BORGES DOS SANTOS
Procurador-Geral do Estado

156499/2025

DECRETO Nº 11.901

Designação de GLORIA CHRISTINA DE SOUZA CARDOZO, para exercer função comissionada executiva, da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoal Idosa.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.981.349-4,

DECRETA:

Art. 1º Designa, de acordo com o art. 73 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, GLORIA CHRISTINA DE SOUZA CARDOZO, RG nº 8.XXX.763-X, para exercer a função comissionada executiva de Assessor – Símbolo FCE-10, da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LEANDRE DAL PONTE
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

156500/2025

DECRETO Nº 11.902

Nomeação de ANDRÉ LUIZ DINIZ, para exercer cargo em comissão da Casa Civil.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, ANDRÉ LUIZ DINIZ, RG nº 13.XXX.471-X, para exercer em comissão o cargo de Assessor – Símbolo CCE-7, da Casa Civil, ficando exonerado GERMANO MENDES DE MORAIS, RG nº 6.XXX.924-X.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

156501/2025

DECRETO Nº 11.903

Nomeação de MAURICIO FONSECA FADEL, para exercer cargo em comissão do Departamento de Trânsito do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, MAURICIO FONSECA FADEL, RG nº 1.XXX.128-X, para exercer em comissão o cargo de Chefe de Ciretran Categoria C – Símbolo CCE-11, do Departamento de Trânsito do Paraná, no Município de Castro, ficando exonerado, a partir de 6 de novembro de 2025, IGOR RIBAS CESAR, RG nº 12.XXX.463-X.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

156502/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DECRETO Nº 11.904

Nomeação de conselheiros para compor o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas com amparo no art. 25 da Constituição Federal, nos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, tendo em vista o contido no protocolo nº 24.963.856-0,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia para integrar o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CONSEPIR/PR, os seguintes representantes:

I - Instituto do Movimento de Estudo da Cultura Afro-brasileira:

Titular: VAGNER NOGUEIRA, RG nº 4.XXX.166-X;

Suplente: EDVALDO VIANA, RG nº 3.Xxx.447-X, em substituição a ANTONIO CARLOS SELHORST.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LEANDRE DAL PONTE
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

156503/2025

DECRETO Nº 11.905

Nomeação de membro para a Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, do Departamento de Trânsito do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infração – JARI, do Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR, aprovado pelo Decreto Estadual nº 11.418 de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto Estadual nº 666 de 02 de março de 2023, e o contido no protocolo nº 24.958.512-2,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia CAMILA FERNANDA XAVIER DA SILVA GUARIZA, RG nº 7.XXX.095-X, para exercer a função de membro suplente da Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, do Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR, como representante de Entidades Ligadas a Área de Trânsito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

156504/2025

DECRETO Nº 11.906

Nomeação de TONIEL DE JESUS CARNEIRO, para exercer cargo em comissão do Departamento de Trânsito do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.980.746-0,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, TONIEL DE JESUS CARNEIRO, CPF nº 056.XXX.XXX-X9, para exercer em comissão o cargo de Assessor – Símbolo CCE-10, do Departamento de Trânsito do Paraná, ficando exonerado ALEXANDRE FREDERICO BORDIGNON SCHWARTZ, CPF nº 463.XXX.XXX-X5.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

156505/2025

DECRETO Nº 11.907

Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de diagnosticar, propor e implementar, de forma conjunta, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no âmbito do Poder Executivo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, tendo em vista o contido no protocolo nº 24.867.429-6, e ainda;

Considerando o Decreto nº 6.474, de 10 de dezembro de 2020, que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no âmbito da Administração Pública do Estado do Paraná;

Considerando o Relatório de Fiscalização emitido pela 4ª Inspetoria de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR, que avaliou o grau de implementação da LGPD e recomendou a adoção de medidas coordenadas e sistêmicas de governança em proteção de dados;

Considerando a necessidade de fortalecer a governança digital, a segurança da informação e a conformidade da Administração Pública Estadual com as normas de proteção de dados pessoais, visando elevar o índice de maturidade de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

DECRETA:

Art. 1º Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de planejar, propor, coordenar e acompanhar a execução das medidas recomendadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná voltadas à implementação integral da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no âmbito do Poder Executivo, com as seguintes finalidades:

I – elaborar plano de ação sistêmico de adequação à LGPD, contendo diretrizes, metas e cronograma de execução;

II – propor padronização normativa de políticas internas de segurança da informação, proteção e classificação de dados;

III – planejar e coordenar programa de capacitação continuada sobre proteção de dados pessoais para servidores e gestores;

IV – definir mecanismos de monitoramento e avaliação periódica do nível de maturidade em proteção de dados das entidades estaduais;

V – sugerir estratégias de apoio técnico às entidades com menor grau de conformidade;

VI – apresentar relatório consolidado das ações desenvolvidas e das medidas de conformidade implementadas.

Art. 2º O Grupo de Trabalho será composto por representantes dos seguintes Órgãos:

I – Casa Civil;

II – Controladoria Geral do Estado;

III – Procuradoria Geral do Estado;

IV – Secretaria de Estado da Administração e da Previdência;

V - Superintendência Geral de Inovação, Dados e Transformação Digital.

§1° Cada órgão integrante deverá indicar um representante titular e um suplente, por meio de ato do respectivo dirigente máximo, no prazo de **três dias úteis**, a contar da publicação deste Decreto, encaminhando as designações à coordenação do Grupo de Trabalho.

§2º Poderão ser convidados e incluídos outros órgãos ou entidades, públicos ou privados, que venham a ser identificados como necessários ou estratégicos para o objetivo do Grupo de Trabalho.

Art. 3º O Grupo de Trabalho será coordenado pela Controladoria Geral do Estado.

Art. 4º O Grupo de Trabalho poderá requerer estudos técnicos e jurídicos, documentos e acessos a sistemas dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, a fim de subsidiar as medidas que serão propostas.

Art. 5º O Grupo de Trabalho deverá apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, relatório final com o plano de ação consolidado e propostas de normativos complementares, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, por ato do coordenador.

Parágrafo único. Durante sua vigência, o Grupo de Trabalho poderá apresentar entregas parciais, conforme cronograma definido em seu plano de trabalho, para garantir o acompanhamento e a avaliação progressiva das atividades desenvolvidas.

Art. 6º As atividades do Grupo de Trabalho serão exercidas sem ônus adicional para o erário, correndo as despesas decorrentes da execução das ações sob responsabilidade dos respectivos órgãos, e será considerada prestação de serviço público relevante.

Art. 7° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

156507/2025

DECRETO Nº 11.908

Nomeação de representantes do Poder Público no Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas com amparo no art. 25 da Constituição Federal, nos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, e tendo em vista o contido no protocolo n° 24.701.528-0,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia para integrar o Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Paraná – CEPI/PR, os seguintes representantes da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável:

I – RONALDO COLLATUSSO, CPF n° 009.XXX.XXX-70, como conselheiro titular, em substituição a BRUNO REIS MARTINS, CPF n° 074.XXX.XXX-92;

II – KIMBERLY SAMARA XAVIER NARVAIS MARTINS, CPF n° 329.XXX.XXX-02, como conselheira suplente, em substituição a NARA LUCIA DA SILVA, CPF n° 880.XXX.XXX-53.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LEANDRE DAL PONTE
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

156508/2025

DECRETO Nº 11.909

Exonerações, nomeação e designação para exercer cargo e função comissionada executiva da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.913.851-7,

DECRETA:

Art. 1º Exonera, a partir de 26 de novembro de 2025, ocupantes de cargo em comissão e função comissionada executiva da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência:

A pedido, ELOIR GERMANO MACHADO DE CARVALHO, RG nº 3.XXX.987-X, Chefe de Núcleo Administrativo Setorial – Símbolo CCE-8;

SOLANGE COSTA DIB, RG nº 4.XXX.836-X, Assessor Técnico de Núcleo Administrativo Setorial – Símbolo FCE-9.

Art. 2º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, e designa de acordo com o art. 73 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, para exercerem cargo em comissão e função comissionada executiva da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, a partir de 27 de novembro de 2025:

SOLANGE COSTA DIB, RG nº 4.XXX.836-X, Chefe de Núcleo Administrativo Setorial – Símbolo CCE-8;

HELOISA MARIA LIMA PIOLI, RG nº 6.XXX.631-X, Assessor Técnico de Núcleo Administrativo Setorial – Símbolo FCE-9.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUIZ GOULARTE ALVES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

156510/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DECRETO Nº 11.910

Transforma cargos comissionados executivos no âmbito do Poder Executivo Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, e o contido no protocolo nº 24.944.246-1.

DECRETA:

Art. 1º Transforma, sem aumento de despesa, nos termos do art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, os cargos comissionados executivos integrantes da estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual, conforme segue:

- 2 (dois) cargos de Assessor, símbolo CCE-7, da Procuradoria-Geral do Estado; - 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-10, da Procuradoria-Geral do Estado; - 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-11, da Procuradoria-Geral do Estado; - 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-13, da Procuradoria-Geral do Estado.	em	- 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-5, para Procuradoria-Geral do Estado; - 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-8, para a Procuradoria-Geral do Estado; - 2 (dois) cargos de Assessor, símbolo CCE-9, da Procuradoria-Geral do Estado.

Parágrafo único. O saldo remanescente da transformação fica sob controle da Casa Civil, nos termos do Parágrafo único do art. 78 da Lei nº 21.851, de 2023, para operação de eventuais alterações futuras.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de novembro de 2025.

Curitiba, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

156512/2025

DECRETO Nº 11.911

Exonerações e nomeações para cargos em comissão da Procuradoria-Geral do Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.944.246-1,

DECRETA:

Art. 1º Exonera os seguintes servidores ocupantes de cargo em comissão da Procuradoria-Geral do Estado:

MARCELO RODRIGO BATISTA GAVRON, RG n° 7.XXX.093-X, Assessor – Símbolo CCE-7, a pedido, a partir de 2 novembro de 2025;

DANIELLI DEFORVILLE SATAKE, RG nº 3.XXX.984-X, Assessor – Símbolo CCE-7, a partir de 12 de novembro de 2025;

EDUARDO BATISTA GAMA, RG nº 12.XXX.397-X, Assessor – Símbolo CCE-9, a partir de 12 de novembro de 2025;

JESSICA LEMOS SOLER COUTO, RG nº 7.XXX.866-X, Assessor – Símbolo CCE-10, a partir de 12 de novembro de 2025;

MARINA PIVOVAR, RG nº 10.XXX.538-X, Assessor – Símbolo CCE-11, a pedido, a partir de 11 de novembro de 2025;

DENIZE DE FATIMA DA SILVA, RG nº 8.XXX.665-X, Assessor – Símbolo CCE-10, a partir de 12 de novembro de 2025;

AUGUSTO CEZAR DE BRITTO, RG nº 10.XXX.143-X, Assessor – Símbolo CCE-13, a partir de 12 de novembro de 2025.

Art. 2º Nomeia, a partir de 12 de novembro de 2025, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, para exercerem em comissão cargos da Procuradoria-Geral do Estado:

DANIELLI DEFORVILLE SATAKE, RG nº 3.XXX.984-X Assessor – Símbolo CCE-5;

EDUARDO BATISTA GAMA, RG nº 12.XXX.397-X, Assessor – Símbolo CCE-8;

VANESSA CLAUDIA TEIXEIRA, RG n° 8.XXX.222-X, Assessor – Símbolo CCE-9;

JESSICA LEMOS SOLER COUTO, RG nº 7.XXX.866-X, Assessor – Símbolo CCE-9;

DENIZE DE FATIMA DA SILVA, RG nº 8.XXX.665-X, Assessor – Símbolo CCE-9;

AUGUSTO CEZAR DE BRITTO, RG nº 10.XXX.143-X, de Assessor – Símbolo CCE-10.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUCIANO BORGES DOS SANTOS
Procurador-Geral do Estado

156513/2025

DECRETO Nº 11.912

Nomeação dos conselheiros representantes da Sociedade Civil e Governamentais junto ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, para o Biênio 2023-2026.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do art. 87 da Constituição Estadual, e em consonância com a Lei n° 9.579, de 22 de março de 1991, alterada pela Lei nº 22.767 de 10 de novembro de 2025, e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.980.181-0,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia para integrar o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, os seguintes representantes Governamentais:

I – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF:

Titular: Prisciane de Oliveira, RG nº X.438.637-X;

Suplente: Paula Cristina Calsavara, RG nº X.097.797-X.

II - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF:

Titular: Ticyana Paula Begnini, RG nº X.180.666-X;

Suplente: Renata Mareziuzek dos Santos, RG nº X.969.646-X.

III - Casa Civil:
Titular: Viviane Ribeiro Santos, RG nº X.090.017-X;
Suplente: Maria Amélia Camargo, RG nº X.214.321-X.
IV – Secretaria de Estado do Esporte – SEES:
Titular: João Carlos Pires de Camargo, RG nº X.244.115-X;
Suplente: Alceu Menta, RG nº X.151.560-X.
V – Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI:
Titular: Amália Regina Donegá, RG nº X.394.657-X;
Suplente: Sandra Cristina Ferreira, RG nº X.160.378-X.
VI – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB:
Titular: Juliana Maruszak Schneider*, RG nº* X.921.077-X;
Suplente: Rafaela de Souza Lemes Justos Machado, RG nº X.682.143-X.
VII – Secretaria de Estado da Educação – SEED:
Titular: Maíra Tavares, RG nº X.866.439-X;
Suplente: Gisele Carneiro, RG nº X.581.401-X.
VIII – Secretaria de Estado da Saúde – SESA:
Titular: Fernanda Crosewski, RG nº X.952.417-X;
Suplente: Alessandra Simões da Costa, RG nº X.632.547-X.
IX – Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJU:
Titular: Luciana Mara Finger, RG nº X.297.266-X;
Suplente: Gloria Christina de Souza Cardozo, RG nº X.023.763-X.
X – Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR:
Titular: Suelen Glinski Rodrigues dos Santos, RG nº X.763.583-X;
Suplente: Victor Hugo Ribeiro Florentino dos Santos, RG nº X.223.117-X.
XI – Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP:
Titular: Eliete Aparecida Kovalhuk, RG nº X.447.427-X;
Suplente: Luiza Perez Moraes, RG nº X.637.931.-X.
XII - Secretaria de Estado do Planejamento – SEPL:
Titular: Luciano Arantes Sanches, RG nº X.030.006-X;
Suplente: Guilherme Marques da Silva Mariucci, RG n° X.336.966-X.
Art. 2° Representantes da Sociedade Civil:
I – Associação Brasileira de Educação e Cultura – ABEC:
Titular: Débora Cristina do Reis, RG nº X.447.828-X;
Suplente: Lizandra Vaz Salvadori, RG n° X.611.124-X.
II – Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro – HPP:
Titular: Gabriel de Franco Rocha, RG nº X.690.403-X;
Suplente: Suzane Lissa, RG/CPF: nº XXX.733.589-XX.
III - Associação Antônio e Marcos Cavanis:
Titular: Adriano Roberto dos Santos, RG nº X.343.404-X;
Suplente: Marcelo Oliveira Bleme, RG nº X.53921-X/ MG.
IV - Apae de São Sebastião da Amoreira:
Titular: Priscila Gracieli de Melo, RG nº X.482.42-X;
Suplente: Victor Gabriel Cinel Gaspari, RG nº X.780.275-X.
V - Associação Amor e Cuidados – AAMEC:
Titular: Nadir Aparecida da Silva Fantin, RG nº X.361.209-X;
Suplente: João Marcos Palmeiro, RG nº X.929.480-X.
VI - Centro Beneficente de Educação Infantil Ledi Mass Lions:
Titular: José Claudio Pereira, RG nº X.273.605-X;
Suplente: Ana Clara Scheneider, RG nº X.348.246-X.
VII - Fundação Iniciativa:
Titular: Danielle Dalavechia Chedid Silvestre, RG nº X.779.988-X;
Suplente: Elisa Franciele Araujo, RG nº X.611.124-X.
VIII – Instituto de Ação Social João Paulo II:
Titular: Silvania Cassia Pereira, RG nº XX.459.579-X;
Suplente: Mariana Baciel Batista, RG nº X.493.120-X.
IX – Instituto Jeferson Bizotto:
Titular: Yan Leonardo Ben, RG nº X.497.416-X;
Suplente: Bruno Luiz Cagnini, RG nº X.968.208-X.
X – Instituto Leonardo Murialdo – EPESMEL:
Titular: Alexandra Alves José, RG nº XX.08127-X;
Suplente: Welton Vieira de Andrade, RG nº X.6627-X/ DF.
XI – SOS Guarda Mirim de Arapongas:
Titular: Nilson Ribeiro da Silva, RG nº X.745984-X;
Suplente: Ana Paula da Silva Bastos, RG nº X.708.405-X.
XII – Universidade Livre para a Eficiência Humana – UNILEHU:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Titular: Yvy Karla Bustamante Abbade, RG nº X.452.122-X;

Suplente: Henry Baptista Xavier, RG nº X.477.821-X.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Curitiba, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

ROGÉRIO CARBONI
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

156515/2025

DECRETO Nº 11.913

Nomeações de cargos em comissão da Secretaria de Estado da Educação.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.983.798-9,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, para exercerem em comissão cargos da Secretaria de Estado da Educação:

AZEMIR MULLER, RG nº 8.XXX.194-X, Chefe de Núcleo Regional – Símbolo CCE-7, ficando exonerado, a pedido, a partir de 12 de novembro de 2025, PAULO HENRIQUE SCHWALM, RG nº 4.XXX.227-X;

THIAGO ADAM KULIK, RG nº 8.XXX.960-X, Assessor – Símbolo CCE-10, ficando exonerado AZEMIR MULLER, RG nº 8.XXX.194-X.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

RONI MIRANDA VIEIRA
Secretário de Estado da Educação

156516/2025

DECRETO Nº 11.914

Nomeação de MARCOS VINICIUS GURA, para exercer cargo em comissão da Secretaria de Estado da Fazenda.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.984.201-0,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, MARCOS VINICIUS GURA, RG nº 7.XXX.045-X, para exercer em comissão o cargo de Chefe de Núcleo Fazendário Setorial – Símbolo CCE-8, da Secretaria de Estado da Fazenda, a partir de 10 de novembro de 2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA
Secretário de Estado da Fazenda

156518/2025

DECRETO Nº 11.915

Designação de MURILLO DO NASCIMENTO ROTONDO, para exercer função comissionada executiva, da Secretaria de Estado das Cidades.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Transfere da estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Saúde para a Secretaria de Estado das Cidades uma função comissionada executiva de Assessor – Símbolo FCE-6.

Art. 2º Designa, de acordo com o art. 73 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, MURILLO DO NASCIMENTO ROTONDO, RG nº 10.XXX.796-X, para exercer a função comissionada executiva de Assessor – Símbolo FCE-6, da Secretaria de Estado das Cidades, ficando exonerado, em consequência, do cargo em comissão de Assessor Técnico de Núcleo Administrativo Setorial – Símbolo CCE-9, da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

156520/2025

DECRETO Nº 11.916

Exoneração de função comissionada executiva e nomeação de DANIEL LUIZ GODOY DALACQUIA, para exercer cargo em comissão da Controladoria-Geral do Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Exonera DANIEL LUIZ GODOY DALACQUIA, RG nº 7.XXX.195-X, da função comissionada executiva de Chefe de Coordenação – Símbolo FCE-3, da Controladoria-Geral do Estado.

Art. 2º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, DANIEL LUIZ GODOY DALACQUIA, RG nº 7.XXX.195-X, para exercer em comissão o cargo de Diretor – Símbolo CCE-DDG, da Controladoria-Geral do Estado, ficando exonerado RAFAEL DESLANDES NASCIMENTO, RG nº 9.XXX.184-X.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

156521/2025

DECRETO Nº 11.917

Torna sem efeito a nomeação de GUSTAVO VALENTIM REJANI, efetivada pelo Decreto nº 11.824, de 7 de novembro de 2025.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação de GUSTAVO VALENTIM REJANI, RG nº 10.XXX.017-X, na função comissionada de Assessor – Símbolo FCE-10, do Departamento de Trânsito do Paraná, efetivada pelo Decreto nº 11.824, de 7 de novembro de 2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

156522/2025

DECRETO Nº 11.918

Transforma cargos comissionados executivos no âmbito do Poder Executivo Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023,

DECRETA:

Art. 1º Transforma, sem aumento de despesa, nos termos do art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, os cargos comissionados executivos integrantes da estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual, conforme segue:

- 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-4, da Casa Civil; - 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-11, da Casa Civil.	em	- 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-2, para Casa Civil; - 1 (um) cargo de Assessor, símbolo CCE-13, para a Casa Civil.

Parágrafo único. O saldo remanescente da transformação fica sob controle da Casa Civil, nos termos do Parágrafo único do art. 78 da Lei nº 21.851, de 2023, para operação de eventuais alterações futuras.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

156523/2025

DECRETO Nº 11.919

Nomeação de WALTER VOLPATO, para exercer cargo em comissão da Casa Civil.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, WALTER VOLPATO, RG nº 907.XXX-X, para exercer em comissão o cargo de Assessor – Símbolo CCE-2, da Casa Civil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 12 de novembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

156524/2025

Despachos do Governador

DESPACHO DO GOVERNADOR

DIVERSOS

24.808.388-3/25

OBJETO Prorrogação de disposição funcional de servidor**. DESTINO** Poder Executivo do Município de Colombo-Pr. **PERCEPÇÃO FINANCEIRA** ônus para órgão de origem. **AMPARO LEGAL** inc. II, alínea "a"1 c/c § 6º2 ambos do art. 2º, do Decreto Estadual nº 8.466/2013. 1. De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 24.808.388-3**, **AUTORIZO** a prorrogação da disposição funcional do servidor **OSVALDO TCHAIKOVSKI JUNIOR**, CPF nº xxx.360.xxx-03, até 31/12/2026. 2. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à **SEAP** para as demais providências. Em 12.11.25.

156489/2025

DESPACHO DO GOVERNADOR

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

24.053.228-0/25

1.De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 24.053.228-0**, **NÃO CONHEÇO,** nos termos do art. 82, IV, da Lei Estadual nº 20.656/2021, do pedido apresentado por **ALÉCIO APARECIDO DA SILVA**, RG nº X.241.XXX-0, considerando que já foram esgotados todos os recursos administrativos disciplinares cabíveis, ocorrendo o exaurimento da via administrativa. 2. Cumpre salientar, por oportuno, que a ordem jurídica não

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

confere guarida ao emprego do direito de petição/reconsideração como sucedâneo recursal ou revisional. Havendo instrumento processual específico para insurgir contra uma decisão, seja para corrigi-la ou modificação (recurso), seja para desconstitui-la (revisão/ação rescisória), não é admissível a utilização, indistinta, do direito de petição/reconsideração para o mesmo fim. Do contrário, colocar-se-ia em risco a integridade do sistema, dando azo a manobras que burlariam os pressupostos de admissibilidade recursal ou revisional; legitimaria o acesso abusivo da via administrativa; transformaria em regra, os mecanismos que são dotados de excepcionalidade, vez que objetivam desconstituir decisão administrativa transitada em julgado; dentre outros fundamentos que vão de encontro ao postulado da segurança jurídica e duração razoável do processo.3.Inobstante, em que pese a Constituição prever o direito de petição, esse instituto não pode ser utilizado de forma abusiva, como expediente para eternizar a via administrativa. O requerente já teve a oportunidade para se defender e apresentar defesa, tendo a autoridade competente decidido contrariamente ao seu interesse e, persistindo a irresignação, **assiste-lhe o direito de recorrer ao Poder Judiciário**. 4. **PUBLIQUE-SE** e **ENCAMINHE-SE** ao órgão de origem para ciência do interessado. EM 12/11/2025. (Enc. Proc à SEED).

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

24.693.607-2/25
OBJETO Autorização para execução de obras e ou serviços de engenharia. **JUSTIFICATIVA** Atender as necessidades da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável (SEDEST). **AMPARO LEGAL** Parágrafo único, do art. 35, da Lei Estadual nº 21.352/2023. 1. De acordo com os elementos constantes no **PROTOCOLADO Nº 24.693.607-2, AUTORIZO**, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável (SEDEST) a realizar as obras/serviços de engenharia especificamente retratadas no caderno administrativo. 2. A autorização supra avalizou a questão do mérito administrativo (conveniência e oportunidade) com base nas peças informativas encartadas no protocolado. A análise das questões financeiras e orçamentárias, assim como demais elementos técnicos é de competência do Titular do Órgão solicitante. 3. **PUBLIQUE-SE**. EM 12/11/2025. (Enc. Proc à SEDEST).
156483/2025

Despacho do Chefe da Casa Civil

DESPACHO DO CHEFE DA CASA CIVIL

DIVERSOS

24.912.290-4/25
OBJETO Afastamento de servidor para o exercício de cargo político não eletivo (Secretário). **DESTINO** Município de Campo Largo/PR. **PERCEPÇÃO FINANCEIRA** Sem ônus para órgão de origem. **AMPARO LEGAL** art. 1º, II, do Decreto nº 11.322/2025. 1. De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 24.912.290-4**, **AUTORIZO** o afastamento do servidor **CRISTIAN EDUARDO GORSKI DA LUZ**, CPF nº 040.xxx.619-xx, a partir de 02/01/2025. 2. Exonerado do cargo político, o servidor deverá apresentar-se imediatamente à unidade de recursos humanos do Órgão de origem. 3.**Ao Titular da SEED que oriente o NRHS a expedir orientação aos seus servidores para que observe a regra prevista no art. 3º, do Decreto nº 8466/2013**. 4. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as demais providências. Em 12.11.25.
156491/2025

Casa Civil

RESOLUÇÃO nº 1389

Designa servidores para exercerem suas atividades junto aos Órgãos que especifica.

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designa, nos termos do parágrafo único, do art. 5º do Decreto nº 79, de 6 de janeiro de 2023, o servidor GUSTAVO HENRIQUE MUSSI AUGUSTO, RG nº 3.XXX.541-X, nomeado pelo Decreto nº 11.822, de 7 de novembro de 2025, para exercer suas atividades junto à Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social – SUDIS.

Art. 2º Designa, nos termos do Decreto nº 1.057, de 28 de março de 2023, os servidores abaixo relacionados para exercerem suas atividades junto aos Órgãos que especifica:

I - Secretaria de Estado da Comunicação – SECOM:

MARIA ILENA MAGNAGUAGNO VELAZ, RG nº 10.XXX.955-X, nomeada pelo Decreto nº 11763 - 06 de novembro de 2025, no Gabinete do Governador;

II - Casa Militar – CM:

MURILO CESAR DA SILVA, RG nº 10.XXX.646-X, nomeado pelo Decreto nº 11.809, de 7 de novembro de 2025, na Casa Civil.

Art. 3º Eventuais despesas dos servidores designados com diárias e passagens ficarão a cargo dos Órgãos de destino.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de novembro de 2025.

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

156494/2025



DETRAN

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR
EXTRATO DA PORTARIA Nº 923/2025-DP/DAFI

Designar, servidores do DETRAN/PR para atuarem na gestão e na fiscalização do **Termo de Convênio nº 012/2025,** celebrado entre o DETRAN/PR, a PMPR com interveniência da SESP/PR e o Município de Matinhos, que tem por objetivo operacionalizar ações governamentais conjuntas, a serem implementadas pelos partícipes, visando o fiel, pleno e adequado cumprimento das respectivas competências estabelecidas na Lei Federal nº 9.503/1997 que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, e suas alterações, no âmbito da circunscrição territorial do Município de Matinhos.
I – Gestora do Termo de Convênio, Marli Marlene de Souza Batagini, CPF ***.245.729-**;
II – Fiscal no âmbito dos processos de fiscalização e municipalização, Mirian de Andrade, CPF ***.125.509-**;
III – Fiscal no âmbito de arrecadação de multas, Gelson Salvi Gonçalves, Registro Geral – CPF ***.468.999-**;
IV – Fiscal no âmbito de execução de fiscalização, Cb. QP PM José Renato Pelicer Polati, CPF ***.806.059-**.

Curitiba, 10 de novembro de 2025
Osvaldo Messias Machado
Diretor de Administração e Finanças do DETRAN/PR[1]
([1]Atuando por delegação de competência, conforme Portaria nº 719/2025)

154499/2025

PORTARIA N.º 925/2025-DP/DAFI

Designar, Gislaine Margareth Rodrigues Santos, CPF nº ***.951.199-**, servidora deste Departamento de Trânsito do Paraná – Detran/PR, para atuar como gestora, e Everton Nairnei, CPF nº ***. 304.949--**, servidor deste Departamento de Trânsito do Paraná – Detran/PR, para atuar como fiscal da Dispensa n.º 66/2025, que tem por objeto a aquisição materiais elétricos. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná.

Curitiba, 10 de novembro de 2025.

Osvaldo Messias Machado
Diretor de Administração e Finanças do DETRAN-PR

154839/2025



Procuradoria Geral do Estado

Resolução nº 274/2025-PGE

Aprova Parecer Referencial que objetiva a padronização de lista de verificação dos Processos Administrativos de Apuração de Responsabilidade (PAAR), com fundamento na Lei Federal nº 8.666/1993 e na Lei Estadual nº 15.608/2007, especialmente quanto às sanções aplicáveis, à competência para sua imposição, aos prazos, bem como à observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa e do devido processo legal.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares definidas na Lei Complementar nº 26/1985, nos artigos 2º, § 3º, 4º e 14, todos da Lei Estadual n° 21.352/2023, e nos artigos 2º e 8º do Decreto nº 3.203/2015, bem como nos termos do artigo 3º, § 7º, da Resolução nº 41/2016-PGE,

RESOLVE

Art. 1º Aprovar Parecer Referencial que objetiva a padronização de lista de verificação dos Processos Administrativos de Apuração de Responsabilidade (PAAR), com fundamento na Lei Federal nº 8.666/1993 e na Lei Estadual nº 15.608/2007, conforme protocolo nº 24.924.500-3;
Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado.

PARECER REFERENCIAL Nº 28/2025-PGE

MINUTAS PADRONIZADAS. DECRETO ESTADUAL N.º 3.203/2015. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE. FUNDAMENTO NA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E NA LEI ESTADUAL N.º 15.608/2007. ENVIO PARA APROVAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO.

1 DO RELATÓRIO
O presente Parecer Referencial trata-se de proposta de padronização com objeto definido de lista de verificação dos Processos Administrativos de Apuração de Responsabilidade (PAAR), com fundamento na Lei Federal nº 8.666/1993 e na Lei Estadual nº 15.608/2007, especialmente quanto às sanções aplicáveis, à competência para sua imposição, aos prazos, bem como à observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa e do devido processo legal.
A proposta surgiu no âmbito desta Comissão Permanente, instituída nos termos do art. 5º da Resolução nº 41/2016-PGE, com o objetivo de uniformizar procedimentos e conferir maior celeridade aos processos de apuração de responsabilidade oriundos das licitações e contratos, cuja análise pela PGE/PR se limita à verificação de aspectos formais e procedimentais.
Pretende-se, assim, viabilizar a dispensa de análise individualizada pela Procuradoria-Geral do Estado nos casos ordinários, excetuando-se as hipóteses de declaração de inidoneidade ou situações que envolvam questão jurídica nova, complexa ou controvertida.
É o relatório.
2 DA NECESSIDADE/POSSIBILIDADE DO PARECER REFERENCIAL E DELIMITAÇÃO DO ESCOPO DA PADRONIZAÇÃO
A adoção deste Parecer Referencial justifica-se em razão da reiteração de consultas referentes ao procedimento administrativo destinado à apuração de eventuais responsabilidades de empresas — licitantes ou contratadas —, o que tem ensejado recorrentes pareceres idênticos sob o aspecto jurídico, diferindo apenas quanto aos elementos fáticos e documental.
Em tais hipóteses, a análise jurídica é restrita a verificar a observância do devido processo legal e do cumprimento dos requisitos formais previstos no art. 162 da Lei Estadual nº 15.608/2007, sem a análise de mérito acerca da infração contratual ou da adequação da penalidade e sua dosimetria.
Destaca-se que a padronização ora proposta se aplica exclusivamente aos procedimentos regidos pela Lei Estadual nº 15.608/2007, que dispunha sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná.
Por meio deste Parecer Referencial, busca-se conferir maior celeridade à tramitação dos processos de apuração de responsabilidade, assegurando a observância dos princípios da legalidade, celeridade, padronização, desburocratização e supremacia do interesse público.
No entanto, não serão dispensados da remessa dos autos à Procuradoria-Geral do Estado, para fins de análise e manifestação as seguintes hipóteses:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

• Quando a penalidade aplicada — ou uma das penalidades cumulativamente aplicadas — for a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em razão de sua natureza mais gravosa;
• Quando o órgão observar questão jurídica nova, complexa ou controvertida;
• Quando se tratar de processos de apuração de penalidades decorrentes de editais de licitação ou contratos de obras e/ou serviços de engenharia;
• Quando a instrução processual estiver incompleta ou deficitária.

Ressalta-se, ainda, a relevância da aprovação do parecer em análise, de objeto definido, com base no art. 1º, § 1º, da Resolução no 41/2016-PGE[1], que passará a ser de utilização obrigatória pela Administração Pública Estadual, de acordo com o previsto no Decreto Estadual no 3.203/2015, evitando-se, assim, o encaminhamento individualizado dos Protocolos para a análise da Procuradoria-Geral do Estado.

Cabe ressaltar que o que se pretende padronizar é a minuta de lista de verificação, sendo enquadrada como “outras minutas”, conforme se observa do art. 8º, III e §3º da Resolução nº 41/2016 - PGE/PR:

Art. 8° As minutas padronizadas são divididas em:
I - editais e instrumentos com objeto definido; (vide Resolução 279 de 11/12/2024)
II - editais e instrumentos sem objeto definido; e
III - outras minutas.
(...)
"§ 3° Integram o grupo outras minutas, os modelos não enquadrados nos incisos I e II do art. 8°, tais como: listas de verificação para instrução de protocolados, termos de referência, entre outros:" (Redação dada pela Resolução 301 de 06/09/2017)
(...)
§ 6° A utilização das minutas padronizadas, de que trata o inciso III desse artigo, dispensa a manifestação da assessoria jurídica do órgão ou entidade interessado.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO

3.1. Do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade e do controle jurídico pela Consultoria Jurídica

3.1.1 Aspecto analisado

As análises dos processos de instauração de apuração de responsabilidade realizadas pela Procuradoria-Geral do Estado restringem-se à verificação da regularidade do procedimento à luz do ordenamento jurídico, análise estritamente formal e procedimental, cabendo aferir a legalidade do procedimento e a observância das garantias constitucionais e legais.

Isso significa que não há exame de mérito quanto aos fatos — em especial no que se refere à conclusão sobre a ocorrência ou não de infração por parte da Empresa, à imposição de penalidades e ao seu eventual quantitativo.

Portanto, esta Procuradoria, assim como o Poder Judiciário, encontra-se adstrita à verificação da legalidade dos atos administrativos, sendo vedado o reexame do mérito, conforme estabelece o seguinte julgado do TJRS:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO À SENTENÇA. DESCABIMENTO. RESCISÃO UNILATERAL PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. POSSIBILIDADE, DADA A INEXECUÇÃO OU ABANDONO DA OBRA. IMPOSSIBILIDADE DE INTERFERÊNCIA DO JUDICIÁRIO NO ATO DISCRICIONÁRIO – MÉRITO – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SOB PENA DE OFENSA À INDEPENDÊNCIA DOS PODERES.
1. Descabe a aplicação do §4º, do artigo 1.012, do CPC, pois o caso não importa em probabilidade de provimento do recurso.
2. O contrato administrativo nº 040/2014 foi rescindido pela administração pública pelo fato de a empresa contratada ter incorrido em vários atrasos, importando na inexecução da obra licitada. A previsão de tal rescisão contratual, bem como de seus efeitos, está contida de forma expressa no contrato firmado entre as partes.
3. É incontroverso que ao processo administrativo em questão foram observados os princípios norteadores do devido processo legal, pois foi o apelante informado, através das notificações, das decisões administrativas, apresentando defesa. De fato, foram respeitadas as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, não havendo qualquer evidência de irregularidade ou nulidade no procedimento e julgamento administrativo.
4. Uma vez que houve, de fato, violação ao contrato administrativo, eis que inexecutada a obra, cujo fato é admitido, inclusive, pela própria demandada, estando presente o motivo para a instauração do processo administrativo, descabe ao Poder Judiciário fazer a revisão da aplicação das sanções administrativas – que estão expressamente previstas no contrato firmado –, pois isto seria o mesmo que interferir na esfera do poder discricionário da administração pública, interferindo no mérito administrativo, o que não se admite. Está o Judiciário adstrito a verificar a legalidade dos atos administrativos, sendo vedado, no entanto, reavaliar o mérito.
5. Em razão do resultado do julgamento, a verba honorária fixada pelo juízo de origem deve ser majorada, nos termos do artigo 85, § 11, do CPC. À UNANIMIDADE, AFASTARAM A PRELIMINAR E, NO MÉRITO, NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. - (AC nº 70074626151, Segunda Câmara Cível, Relator Des. João Barcelos de Souza Junior, julgado em 27/09/2017).

No mesmo sentido, também colaciona-se o seguinte julgado do STJ:

ADMINISTRATIVO. PROCESSO DISCIPLINAR. INCURSÃO NO MÉRITO ADMINISTRATIVO. IMPOSSIBILIDADE. PENA APLICADA. PROPORCIONALIDADE. PARÂMETROS. MAGISTRADO. CONDUTA INCOMPATÍVEL COM A DIGNIDADE, HONRA E DECORO DAS FUNÇÕES. SANÇÃO. ADEQUAÇÃO. 1. No controle jurisdicional do processo administrativo, a atuação do Poder Judiciário limita-se ao campo da regularidade do procedimento, bem como à legalidade do ato, não sendo possível nenhuma incursão no mérito administrativo a fim de aferir o grau de conveniência e oportunidade. (…) - (RMS nº 33.671/RJ, 1ª Turma, Relator para Acórdão Min. Gurgel de Faria, julgado em 12/02/2019).

Assim, a PGE/PR, ao padronizar os parâmetros de análise e estabelecer hipóteses de dispensa, mantém a integridade do controle de legalidade, sem prejuízo da segurança administrativa.

3.1.2 Dos requisitos formais para a utilização deste parecer – Instrução do protocolado:

A Lei Estadual nº 15.608/2007 estabelece regras para a instauração e instrução dos procedimentos administrativos de apuração de responsabilidade, com atenção especial aos princípios da ampla defesa[2], do contraditório e do devido processo legal — também previstos nos incisos LIV e LV do art. 5º da Constituição Federal[3]. A violação desses princípios pode, inclusive, acarretar a nulidade do PAAR.

Portanto, o órgão ou ente competente deve assegurar a devida notificação para a empresa apresentar defesa prévia, bem como intimações de todos os atos processuais, inclusive alegações finais, ainda que a empresa seja revel.

Nesse ponto, é importante destacar, que por meio da Informação nº 005/2025-CCON/PGE, ficou estabelecida a necessidade de nomeação de advogado dativo, em caso de citação ficta (por edital), para oferecimento de defesa da empresa.

No que tange à regularidade formal do processo, nos termos do art. 162 da Lei Estadual nº 15.608/2007, exige-se a observância dos seguintes requisitos:

Art. 162. O procedimento deve observar as seguintes regras:
I - o responsável pela aplicação da sanção deve autorizar a instauração do procedimento;
II - o ato de instauração deve indicar os fatos em que se baseia e as normas pertinentes à infração e à sanção aplicável;
III - o acusado dispõe de 5 (cinco) dias para oferecer defesa e apresentar as provas conforme o caso;
IV - caso haja requerimento para produção de provas, o agente deve apreciar sua pertinência em despacho motivado;
V - quando se fizer necessário, as provas serão produzidas em audiência, previamente designada para este fim;
VI - concluída a instrução processual, a parte será intimada para apresentar razões finais, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
VII - transcorrido o prazo previsto no inciso VI deste artigo, a comissão ou o servidor responsável pelo procedimento administrativo a que se refere o art. 161 desta Lei, dentro de quinze dias, elaborará o relatório final e remeterá os autos para deliberação da autoridade competente, após o pronunciamento da assessoria jurídica do órgão ou da entidade perante o qual se praticou o ilícito;
VIII - todas as decisões do procedimento devem ser motivadas; e
IX - da decisão cabe recurso à autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
Parágrafo único. Os procedimentos administrativos para apuração de responsabilidades contratuais relativos aos fatos descritos no art. 151 e nos incisos III e IV do art. 152 desta Lei poderão ser conduzidos por servidor efetivo designado pela autoridade competente.

Cumpre ressaltar que a correta identificação da autoridade competente no início do processo (art. 162, I) é requisito crucial para a validade do procedimento (neste sentido, vide item 3.1.3 deste Parecer Referencial).

Embora haja prazo fixado para a apresentação da defesa prévia, admite-se que ela seja apresentada ao longo do processo administrativo, em razão dos princípios do contraditório e da ampla defesa, conforme disposto no art. 31 da Lei Estadual nº 20.656/2021[4] — que estabelece normas gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica, no âmbito do Estado do Paraná.

Por sua vez, o prazo para as alegações finais é de 5 (cinco) dias úteis, após a conclusão da instrução processual. Após a prolação da decisão final pela autoridade competente, inicia-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, o qual também deve ser rigorosamente observado no procedimento, nos termos do inciso IX do art. 162, da Lei Estadual nº 15.608/2007[5].

Conforme disposto no inc. I do art. 162 da Lei Estadual nº 15.608/2007, a autorização para a instauração do PAAR é de competência da autoridade responsável pela aplicação da sanção.

---

[1] “§ 1° Serão objeto de padronização as minutas dos instrumentos de que trata o caput que, por sua reiteração ou abrangência, necessitem tratamento uniforme pelos órgãos ou entidades da Administração Pública do Estado do Paraná abrangidas pela presente resolução.”

Cumpre destacar que o inciso VII do art. 162 da Lei Estadual nº 15.608/2007 prevê a necessidade de pronunciamento jurídico prévio antes da deliberação da autoridade competente, exigência que será suprida, nos casos ordinários, pela aplicação deste Parecer Referencial, o qual fixa parâmetros e impõe a utilização da Lista de Verificação e do Atestado de Conformidade. Assim, caberá ao responsável técnico do órgão conferir a integridade e a conformidade documental, preencher os referidos anexos e, estando o processo regular, poderá dispensar a remessa a esta consultoria jurídica.

3.1.3 Da Competência para Aplicação de Sanções

Quanto às sanções aplicáveis, estão previstas no art. 87 da Lei Federal 8.666/1993 e no art. 150 da Lei Estadual 15.608/2007, transcritos abaixo:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Art.150. O candidato a cadastramento, o licitante e o contratado que incorram em infrações administrativas sujeitam-se às seguintes sanções administrativas:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos; e

---

[2] Art. 161. As sanções administrativas devem ser aplicadas em procedimento administrativo autônomo em que se assegure ampla defesa.

[3] Art. 5º (...)

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

[4] Art. 31. No prosseguimento do processo, será garantido direito ao contraditório e à ampla defesa ao interessado, podendo este atuar no processo a qualquer tempo, recebendo-o no estado em que se encontrar, observado que nenhum ato será repetido em razão de sua inércia.

[5] Art. 162. O procedimento deve observar as seguintes regras:

(...)

IX - da decisão cabe recurso à autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

V - descredenciamento do sistema de registro cadastral.

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas ao adjudicatário e ao contratado, cumulativamente com a multa.

A imposição das penalidades de advertência e multa, são de responsabilidade da autoridade superior[6] do órgão ou entidade. No caso das Secretarias Estaduais, por exemplo, essa competência é atribuída ao respectivo Secretário.

Por sua vez, a aplicação das penalidades de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, são de competência exclusiva do Governador do Estado[7], o qual também deve autorizar a instauração do PAAR, nesses casos.

A aplicação das sanções e sua dosimetria devem estar previstas no edital de convocação e no instrumento contratual, observando-se os artigos 150 a 159 da Lei Estadual nº 15.608/2007[8]. Também deve-se considerar a dosimetria conforme as circunstâncias atenuantes e agravantes do caso, nos termos do artigo 160[9] da referida lei.

Cabe anotar também que, após a deliberação sobre o relatório final da comissão, a autoridade competente deverá: (a) Notificar a empresa contratada sobre a decisão final proferida, com cópia integral do ato; (b) Conceder o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recurso à autoridade superior, em observância ao art. 162, IX, da Lei Estadual nº 15.608/2007.

3.2 Da avaliação e o registro da possibilidade de celebração de Termo De Ajustamento De Conduta (TAC)

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) é um instrumento de autocomposição administrativa, destinado à adequação voluntária da conduta do administrado às exigências legais.

No âmbito do PAAR, o órgão processante deverá, obrigatoriamente, avaliar e registrar nos autos a possibilidade de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) antes da aplicação de penalidade, sempre que o fato apurado se enquadrar nas hipóteses previstas no art. 205 da Lei Estadual nº 20.656/2021[10], constituindo tal análise requisito formal de regularidade do processo.

Caso a autocomposição não se mostre cabível, deverá ser inserida nos autos justificativa devidamente fundamentada acerca de sua inviabilidade.

4. DA LISTA DE VERIFICAÇÃO E DO ATESTADO DE CONFORMIDADE

O Atestado de Conformidade (Anexo I) é declaração do gestor responsável, certificando que o processo atende integralmente às exigências legais e às diretrizes deste Parecer Referencial. A assinatura do Atestado constitui condição de validade da dispensa de análise individualizada.

Para assegurar a adequada instrução do protocolado, devem-se cumprir os quesitos expostos na lista de verificação (Anexo II), vez que esta atende ao disposto na Lei Estadual 15.608/2007.

5. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão encaminha para aprovação o presente Parecer Referencial, que tem por objeto a aprovação da Minuta Padronizada de Lista De Verificação (objeto definido), com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e na Lei Estadual 15.608/2007.

O parecer referencial poderá ser utilizado quando:

a) não envolver penalidade de declaração de inidoneidade;
b) não tendo como objeto apuração de penalidades em processos decorrentes de licitação e/ou contratos de obras e serviços de engenharia;
c) não apresentar questão jurídica nova, complexa ou controvertida;
d) a instrução documental não estiver incompleta ou deficitária.

Caso a proposta de Parecer Referencial, atestado de conformidade e a Lista de Verificação em anexo sejam aprovadas pelo Sr. Procurador-Geral do Estado, deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado do Paraná e disponibilizadas no sítio eletrônico da Procuradoria-Geral do Estado para utilização.

Ressalta-se que a disponibilização do parecer referencial, atestado de conformidade e da lista de verificação no sítio eletrônico da Procuradoria-Geral do Estado e a criação de link de acesso, com habilitação para download, compete à Coordenadoria de Estudos Jurídicos – CEJ/PGE, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 41/2016-PGE, combinado com o artigo 1º da Portaria PGE nº 33/2018.

É o Parecer.

Encaminhe-se ao Gabinete do Sr. Procurador-Geral do Estado

---

[6] Art. 4º. Para os fins desta lei considera-se:

(...)

VII Autoridade superior – a definida em regimento interno ou a que receba delegação de competência para prática de atos em nome de pessoa jurídica;

[7] Art. 157. A **autoridade máxima do órgão ou entidade** é a autoridade competente para impor a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração.

Art. 4º. (...)

VI - **Autoridade máxima do órgão ou entidade:**

a) no Poder Executivo Estadual, o Governador do Estado do Paraná;

[8] Art.150. O candidato a cadastramento, o licitante e o contratado que incorram em infrações administrativas sujeitam-se às seguintes sanções administrativas: (...)

Art. 151. Advertência é a sanção aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 152. A multa será aplicada, dentre outros motivos, a quem: (...)
Art. 153. O instrumento convocatório pode fixar os valores das multas, inclusive na forma de percentuais mínimos ou máximos, incidentes sobre o valor do contrato. (...)
Art. 154. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração será aplicada a participante que: (...)
Art. 155. Quando o participante for punido com a sanção prevista no inc. III do art. 150, durante o prazo de vigência de igual sanção imposta por pessoa da mesma esfera político-administrativa, ficará proibido de participar de procedimentos de contratação promovidos por todas as entidades estatais e órgãos do Estado, por prazo não superior ao maior prazo remanescente daquela anterior.
Art. 156. A declaração de inidoneidade será aplicada a quem: (...)
Art. 157. A autoridade máxima do órgão ou entidade é a autoridade competente para impor a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração.
Art. 158. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade: (...)
Art. 159. Na hipótese de inexigibilidade, dispensa ou contratação, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública Estadual o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.
[9] Art. 160. Na aplicação das sanções, a Administração deve observar as seguintes circunstâncias:
I - proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;
II - danos resultantes da infração;
III - situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;
IV - reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza após aplicação da sanção anterior; e
V - circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração.
[10] Art. 205. São requisitos de admissibilidade do requerimento ou da recomendação de celebração de TAC:
I - demonstração de que os fatos são puníveis com sanções de advertência, repreensão ou suspensão, em se tratando de agente público, ou advertência, multa ou suspensão temporária de participação em licitação, em se tratando de agentes submetidos à Lei nº 15.608, de 2007;
II - não ter o interessado gozado de benefício de TAC nos últimos dois anos;
III - Não possuir o interessado registro válido de penalidade disciplinar sanção prevista na Lei nº 15.608, de 2007, em seus assentamentos funcionais;
IV - Não se encontrar o agente público em estágio probatório.
Parágrafo único. Não poderá ser celebrado TAC nas hipóteses em que haja indício de crime ou improbidade administrativa.

(assinado e datado digitalmente) Apoenna Amaral de Alencar Castro Relatora e Presidente da Comissão Permanente	(assinado e datado digitalmente) Allyson Martins Coelho Membro da Comissão Permanente
(assinado e datado digitalmente) Antônio Pedro de Lima Pellegrino Membro da Comissão Permanente	(assinado e datado digitalmente) Moisés de Andrade Revisor e Membro da Comissão Permanente

Anexo I

Atesto que o Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade Protocolo nº _____ atende integralmente às disposições do art. 162, incisos I a IX, da Lei Estadual nº 15.608/2007, bem como às orientações do Parecer Referencial nº ___/2025–PGE/PR, conforme demonstrado na Lista de Verificação Padronizada, devidamente preenchida neste Protocolo.
Declaro, ainda, que todos os requisitos legais foram cumpridos, que o caso em tela não se enquadra em nenhuma das hipóteses de remessa obrigatória à Procuradoria-Geral do Estado, conforme os critérios excludentes detalhados no referido Parecer Referencial, e que a documentação comprobatória está devidamente anexada.
[Local], ___ de _____ de 20xx.

Nome / Cargo / Matrícula / Assinatura

Anexo II

Lista de Verificação - PAAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE. FUNDAMENTO NA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E NA LEI ESTADUAL N.º 15.608/07
Objeto: _____
Processo n.º: _____

Nº	Requisito Gerais	Folhas	Setor técnico competente
I. Requisitos Formais da Lei Estadual nº 15.608/2007			
1	A autoridade responsável pela aplicação da sanção autorizou a instauração do procedimento?		
2	O ato de instauração indica os fatos em que se baseia e as normas pertinentes à infração e à sanção aplicável?		
3	O acusado foi regularmente notificado e teve prazo de 5 (cinco) dias para oferecer defesa?		
4	Caso haja requerimento, o agente apreciou a pertinência das provas em despacho motivado?		
5	As provas foram produzidas em audiência, previamente designada, quando se fez necessário?		
6	Concluída a instrução, a parte foi intimada para apresentar razões finais, no prazo de 5 (cinco) dias úteis?		
7	A comissão ou servidor elaborou o relatório final e remeteu os autos para deliberação da autoridade competente, após o pronunciamento da assessoria jurídica (ou após a aplicação deste Parecer Referencial)?		
8	No relatório final, a comissão processante fundamentou a dosimetria da sanção recomendada, observando as circunstâncias do art. 160 da Lei Estadual nº 15.608/2007?		
9	Todas as decisões do procedimento estão devidamente motivadas?		
10	Da decisão, foi garantido o direito de recurso à autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis?		
II. Requisitos de Adequação ao Parecer Referencial			
11	Em caso de citação ficta (por edital), para oferecimento de defesa da empresa, foi nomeado defensor dativo?		

12	A penalidade proposta NÃO é a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública?		
13	O processo NÃO trata de apuração de penalidades decorrentes de licitação ou contratos de obras e/ou serviços de engenharia?		
14	O órgão NÃO observou ou suscitou questão jurídica nova, complexa ou controvertida que exija análise aprofundada da Consultoria Jurídica?		
15	O órgão processante avaliou e registrou nos autos a possibilidade de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) ou justificou sua inviabilidade?		
16	O gestor responsável assinou o Atestado de Conformidade (Anexo I), certificando que o processo atende integralmente às exigências legais e às diretrizes do Parecer Referencial?		

Assinatura do agente competente:
Nome: _____
Assinatura: _____

154966/2025

RESOLUÇÃO SEDEST N.º 70/2025

Súmula: Designação de substituto para atuar como Secretário Executivo do CEMA e CERH, por motivo de férias do titular.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, nomeado pelo Decreto nº 9.324, de 24 de março de 2025, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 4º da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora IARA SHUINKA BAZILIO, RG nº 10.xxx.297-x, para responder como Secretária Executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEMA e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH, no período de 12/01/2026 a 11/02/2026, em substituição ao titular ALEX JUSTUS SILVEIRA, RG nº 7.xxx.558-x, que estará em fruição de férias.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 10 de novembro de 2025.

ASSINADO ELETRONICAMENTE
RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO
Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável

154551/2025

Resolução nº 276/2025-PGE

Edita Orientação Administrativa nº 099-PGE

O **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição do Estado do Paraná, o art. 1º, II e § 1º da Lei Complementar n° 26, de 30 de dezembro de 1985, e considerando o que consta no protocolado n° 24.905.252-3, resolve expedir a seguinte orientação administrativa de caráter obrigatório a todos os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Direta e Autárquica:

TEMA DE INTERESSE	**Prestação de contas simplificada**
	Lei n. 20.541/2021 e Decreto n. 1.350/2023
	Diretrizes aplicáveis à prestação de contas de projetos financiados por convênio para pesquisa, desenvolvimento e inovação, termo de outorga para subvenção econômica e termo de outorga de auxílio, no âmbito do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 20.541/2021) e de seu regulamento (Decreto nº 1.350/2023).

1. A prestação de contas no âmbito do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, regulamentado pelo Decreto nº 1.350/2023, constitui expressão do princípio republicano e do dever constitucional de transparência na gestão pública (art. 70 da CF), materializando a noção contemporânea de *accountability*, que compreende não apenas o controle contábil-financeiro, mas também a legitimidade e a efetividade das políticas públicas.
2. Nas ações de fomento à inovação financiadas por meio de convênio para pesquisa, desenvolvimento e inovação, termo de outorga para subvenção econômica e termo de outorga de auxílio, o dever de prestar contas adquire contornos próprios, conferindo-se ênfase à simplificação de procedimentos, ao foco em resultados e à consideração do risco tecnológico inerente às atividades de pesquisa e desenvolvimento.
3. O Decreto n. 1.350/2023 estrutura o regime de prestação de contas em duas etapas complementares: a primeira, de monitoramento e avaliação concomitante à execução do instrumento (art. 72); e a segunda, de prestação final de contas, de caráter conclusivo (art. 79), podendo, em situações excepcionais, ser complementadas por auditoria financeira independente, conforme critérios objetivos de materialidade e risco definidos pela instituição concedente (art. 69, §2º).
4. A regulamentação dos métodos e procedimentos específicos da prestação de contas deve ser feita pelo órgão concedente (art. 70, *caput* do Decreto nº 1.350/2023), impondo-lhe observar parâmetros básicos, voltados à eficiência e à transparência administrativa: a) aceitação justificada do não atingimento de metas em razão de risco tecnológico; b) adoção de técnicas estatísticas e de meios eletrônicos de controle; c) divulgação em formatos abertos; d) fornecimento de orientações e modelos padronizados; e) observância de exigências mínimas eventualmente estabelecidas pela SETI, na condição de coordenadora da Política Estadual de CT&I.
5. Tais parâmetros devem ser complementados por práticas contínuas de gestão de riscos e controle preventivo, especialmente na fase de monitoramento, vocacionada à prevenção de danos e correção tempestiva de falhas, sendo recomendável que a concedente delimite, em ato normativo próprio, tipologias e faixas de valores que demandem exigências documentais e controle mais rigorosos, bem como o conceito e o alcance do risco tecnológico a ser considerado na avaliação das contas, de modo a harmonizar o dever de controle com o estímulo à inovação e à eficiência na execução dos recursos públicos.
6. Durante a primeira fase do regime jurídico de prestação de contas, correspondente ao monitoramento e avaliação, o beneficiário deve apresentar relatórios parciais de resultados anualmente e manter atualizadas as informações no sistema eletrônico de monitoramento. A instituição concedente poderá fixar prazos inferiores a um ano para a entrega dos relatórios, além de solicitar informações adicionais sempre que houver indícios de irregularidades. O controle eficiente dessa fase exige também que a execução técnica e financeira seja acompanhada de forma contínua, de modo a evitar que a verificação de inconsistências ocorra apenas na prestação de contas final.
7. O Decreto nº 1.350/2023 recomenda às instituições concedentes o estabelecimento de sistemas eletrônicos próprios para o acompanhamento e controle da execução, observados os princípios da interoperabilidade e da integração com as bases de dados da SETI e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR (art. 70, §§2º e 3º). O Tribunal de Contas da União – TCU, no Acórdão nº 1.986/2025, reforça a importância de sistemas informatizados capazes de gerar informações analíticas e gerenciais que retroalimentem as políticas públicas, privilegiando a responsividade e a experiência do usuário.
8. A manutenção de sistema eletrônico próprio pelo concedente é plenamente compatível com a existência de plataforma específica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, uma vez que o beneficiário dos recursos deve prestar contas a ambas as instituições por fundamentos distintos. O dever de prestar contas ao concedente decorre de sua condição de titular dos recursos e tem amparo no Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, no Decreto nº 1.350/2023 e nas cláusulas do instrumento jurídico (termo de outorga ou convênio, conforme o caso). Já a obrigação perante o TCE/PR tem natureza autônoma, fundada nas normas constitucionais e legais que lhe conferem competência para a fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Poder Público sob o prisma do controle externo (art. 70 da Constituição Federal e Lei Complementar nº 113/2005).
9. Embora o art. 77 do Decreto nº 1.350/2023 determine que a liberação de parcelas não depende da aprovação prévia dos relatórios parciais, a norma visa apenas a evitar paralisações indevidas imputáveis ao concedente, sendo recomendável, por isso, a fixação de prazos curtos e objetivos para análise dos relatórios, permitindo, se necessário, a sustação cautelar de repasses diante de irregularidades não sanadas, preservando-se o equilíbrio entre celeridade administrativa e rigor no controle do uso dos recursos públicos. Caso a parcela tenha sido liberada em virtude do escoamento do prazo para análise, por força dessa regra, a comissão ou agente, quando verificar irregularidade ao final do seu escrutínio, poderá recomendar a glosa do gasto e a sustação dos repasses subsequentes até que o vício seja sanado.
10. A segunda fase do regime de prestação de contas, disciplinada pelos arts. 79 a 82 do Decreto nº 1.350/2023, corresponde à prestação final de contas, etapa conclusiva do acompanhamento da execução dos projetos financiados. A ênfase recai sobre o relatório de execução do objeto, que demonstra a efetiva realização das atividades e o atingimento das metas, cabendo o relatório de execução financeira em situações excepcionais — especialmente quando houver indícios de

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

irregularidades ou risco concreto de desvio e quando o projeto se incluir em tipologias e faixas de valor previamente determinadas —, refletindo o princípio da simplificação e da eficiência que orienta o Marco Legal de CT&I.

11. A proeminência do relatório de execução do objeto não afasta a necessidade de assegurar a documentação da execução financeira, devendo o beneficiário alimentar a plataforma eletrônica com a documentação comprobatória em tempo real (art. 72, §1º) e conservá-la por cinco anos após a aprovação das contas (art. 81). Nesse contexto, cumpre ressaltar que o próprio Decreto estabelece que o dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico e desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos constituem causas expressas de rejeição das contas (art. 82, III, "c" e "d").

12. A comprovação detalhada das despesas deve guardar proporção com o risco e a materialidade de cada projeto, evitando sobrecarga administrativa e ineficiência processual. A comprovação dos gastos realizados deve observar critérios que assegurem a legalidade, eficiência e economicidade das despesas, bem como a correta aplicação dos recursos nas finalidades pactuadas, a aderência ao plano de trabalho, além da identificação dos beneficiários finais. A definição dos documentos aptos à comprovação das despesas é matéria de natureza administrativa, cuja regulamentação compete ao concedente, com base na legislação vigente.

13. Na hipótese de ausência de comprovação de gasto durante a fase de prestação de contas final, a comissão ou o servidor responsável deve, inicialmente, adotar providências para o saneamento da omissão, fixando prazo para apresentação das justificativas ou documentos exigidos, conforme o art. 79 do Decreto nº 1.350/2023. Persistindo a irregularidade, duas medidas serão solicitadas à autoridade máxima do órgão: (i) a suspensão do prazo de análise das contas (art. 79, §5º) e (ii) a adoção de providências administrativas preliminares para apuração e quantificação do dano, bem como para a reposição voluntária dos recursos ao Erário, respeitando-se os princípios do contraditório e da ampla defesa (art. 79, §4º c/c arts. 194 e seguintes da Lei nº 20.656/2021). Caso essas medidas não resultem na regularização da pendência, a autoridade competente deverá instaurar tomada de contas especial, nos termos dos arts. 197 e seguintes da Lei Estadual de Processo Administrativo, a fim de apurar responsabilidades e promover o ressarcimento devido.

14. A aplicação dos recursos deve observar os princípios da eficiência e da economicidade, vedando-se práticas como sobrepreço e superfaturamento nas aquisições (art. 6º, LVI e LVII, da Lei nº 14.133/2021). Embora o Decreto nº 1.350/2023 não detalhe critérios específicos para essa verificação, o próprio art. 94 do regulamento autoriza a aplicação subsidiária das normas que regem instrumentos análogos — como convênios e termos de fomento ou colaboração —, permitindo que o concedente adote parâmetros já consolidados no ordenamento jurídico para assegurar a compatibilidade dos custos com os preços de mercado e a adequada relação entre custos e resultados (arts. 681 e 682 do Decreto n. 10.086/2022; art. 9º do Decreto n. 3.513/2016).

15. Quanto ao depósito dos recursos decorrentes de termos de outorga atributivo de subvenção econômica, é recomendável que estejam em conta bancária específica para cada projeto e as movimentações financeiras sejam realizadas preferencialmente por meio de transferências bancárias rastreáveis, com identificação dos beneficiários finais (art. 47, § 3º e art.49, ambos do Decreto n. 1.350/2023).

16. Excepcionalmente, é possível o ressarcimento de valores pagos antecipadamente pelo beneficiário no âmbito da concessão de subvenções econômicas, desde que as despesas constem no plano de trabalho, o atraso na liberação da parcela seja imputável à Administração Pública e a realização da despesa, segundo cronograma inicialmente estabelecido no plano de trabalho, seja imprescindível ao alcance dos resultados das atividades de PD&I. Nesse caso, deve ser aplicada, analogicamente, a disciplina do art. 37 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, que dispõe sobre reconhecimento de obrigação de pagamento (art. 94 do Decreto Estadual nº 1.350/2023).

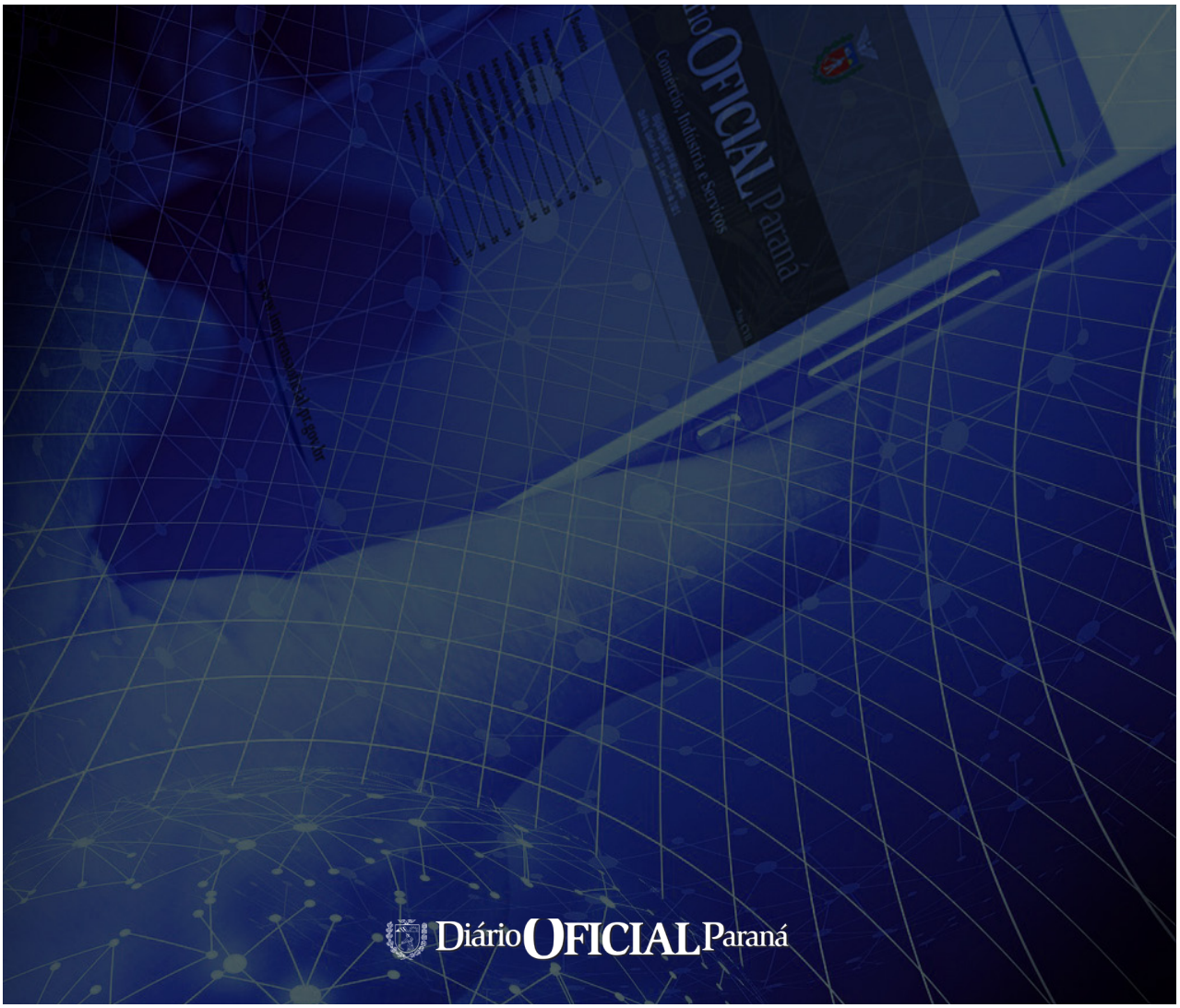
REFERÊNCIAS: Lei Estadual n. 20.541/2021; Decreto Estadual nº 1.350/2023; BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Acórdão nº 1986/2025* – Plenário. Relator: Ministro Antonio Anastasia. Brasília, DF, 27 ago. 2025; PORTELA, Bruno Monteiro; BARBOSA, Caio Márcio Melo; MURARO, Leopoldo Gomes; DUBEUX, Rafael. *Marco legal de ciência, tecnologia e inovação no Brasil*. 3. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora JusPodivm, 2023; Informação n. 269/2025 – PCP/PGE.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado

155102/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria da Administração e da Previdência

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N° 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3° DA EMENDA CONSTITUCIONAL N° 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO N° 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

RESOLUÇÃO N. 10985 06/11/2025

PROTOCOLO	NOME	RG	LF	ÓRGÃO	A PARTIR
249147389	ANA LUCIA SIMOES DA CONCEICAO	35918698	1	SEED	
249073482	ANDRÉA EUGÊNIO LORENZON	59504819	1	SEED	
246841110	ANTONIO CARLOS DE QUADROS GONCALVES JU	32816495	1	SEED	
249056634	APARECIDA MAGALHAES VILLATORRE	44499789	1	SEED	
249036145	CINTIA APARECIDA ASSUEIRO	53884440	90	SEED	
247817791	CLAUDIA CRISTINE SOUZA APPEL GONCALVES	62572965	1	SEED	
247868810	EDINEIA FATIMA NAVARRO CHILANTE	43031465	2	FAFIPA	
249193038	EDSON DOS SANTOS	44001594	1	SEED	
248208236	ELIZABETE ALVES TOGNIN	38017292	1	SEED	
249131989	JANECI FURQUIM DA CRUZ RODRIGUES	46400887	2	SEED	
249273350	JEFFERSON RODRIGUES PEIXOTO	44245167	1	SEAP	
249032549	JONEMAR APARECIDA DA SILVEIRA BARBOSA	47495997	1	SEED	
248994223	LANITA HELAINE DA SILVA NEVES SIZANOSKY	44169002	3	SEED	

153885/2025

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N° 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3° DA EMENDA CONSTITUCIONAL N° 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO N° 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

RESOLUÇÃO N. 10986 06/11/2025

PROTOCOLO	NOME	RG	LF	ÓRGÃO	A PARTIR
248323361	LEONOR DE SOUZA ALVES	18954400	91	SEED	
249075850	LOURDES INES DIAS SCHATTE	13085722	2	SEED	
249180831	MARCIA GIACOMINI GUERO	50420620	1	SEED	
249102849	MARIA APARECIDA ZANDONADI SANTOS	41962100	1	SEED	
249062413	MARIA ISABEL DA SILVA	50543994	1	SEED	
249197300	MARIA MADALENA DE FARIAS TREVISAN	42632368	1	SEED	
247893113	MARITA MARTINS ARAUJO	43994476	1	SEED	
249170801	MARLI DA SILVA ROZA	41830280	1	SEED	
249097063	NELCI MARIA LUDWIG	41770015	1	SEED	
236595072	ROSA DE FATIMA FERNANDES POLI	47156556	1	SEED	
248471964	VERA LUCIA FOPPA	50786714	1	SEED	

153852/2025

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N° 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3° DA EMENDA CONSTITUCIONAL N° 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO N° 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS MILITARES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

RESOLUÇÃO N. 10987 06/11/2025

PROTOCOLO	NOME	RG	LF	ÓRGÃO	A PARTIR
248952105	FERNANDO LUIS BATISTA DOS SANTOS	57828595	1	SESP	

153851/2025

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N° 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3° DA EMENDA CONSTITUCIONAL N° 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO N° 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

RESOLUÇÃO N. 11002 07/11/2025

PROTOCOLO	NOME	RG	LF	ÓRGÃO	A PARTIR
249254606	CELSO MARCELO ZEN FRANCO	34862680	1	DER	
248549335	JAIR ANTONIO WESSELING	51532082	2	SESP	
249337234	LUCIENE SILVEIRA GOMES	44434598	1	SEED	
249336262	MARIA CRISTINA APARECIDA BRAGA DE AMOR	41690313	93	SEED	
249233641	MARLI FABICHACKI PEREIRA	52075823	1	SEED	
220569721	MARTA APARECIDA PEREIRA SITTA	49383940	1	SEED	
248961899	MAZILDA APARECIDA BORGES	52258324	1	SEED	
249244619	NEWTON GONCALVES	19344690	1	FUNSAUDE	
248440740	REGINA KOSLOSKI	44923769	1	SESP	
249321494	ROSINEI APARECIDA DOS SANTOS FERRARI	64036033	90	SEED	
238002028	SANDRA SALETE DE OLIVEIRA	55551189	1	SEED	
244848460	SILVANA MARÇAL	49287690	1	SEED	
248427345	SONIA MARA MANEIRA	46972635	2	SEED	
249362310	SUELY TEREZINHA KYLBA DE OLIVEIRA	33022905	2	SEED	

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

249146200 YARA ALEXANDRE DEL COLLE 42687529 1 SEFA

153912/2025

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO Nº 2.491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984, RESOLVE EXONERAR A PEDIDO DE ACORDO COM O ARTIGO 124, DA LEI Nº 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, OS FUNCIONÁRIOS ABAIXO RELACIONADOS:

RESOLUÇÃO N. 10988 06/11/2025

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	A PARTIR	ORGAO
CINTIA FIOROTTI LIMA	80910606	1	NII09	249295450	27/11/2025	SEED
SAM ADAM HOFFMANN CONCEIÇÃO	99176431	1	NII03	249395951	04/11/2025	SEED

153854/2025

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO Nº 2.491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984, RESOLVE EXONERAR A PEDIDO DE ACORDO COM O ARTIGO 124, DA LEI Nº 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, OS FUNCIONÁRIOS ABAIXO RELACIONADOS:

RESOLUÇÃO N. 11001 07/11/2025

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	A PARTIR	ORGAO
ANA LAISA PALUDO DE BRITO	103608147	1	NAII	24.908.335-6	30/10/2025	FUNSAUDE
ANDRE LUIZ ALBUQUERQUE LISBOA	130916716	1	NAVIII	24.919.694-0	12/11/2025	FUNSAUDE
MATHEUS DA COSTA SILVA CRUZ	309017648	1	NAE 01	249489697	06/11/2025	FAFIPA
PATRICIA SUPPTITZ	72050614	1	NAVIII	24.932.905-3	10/11/2025	FUNSAUDE
GILSON GILIO MANTOVANI	72582330	1	NAVIII	249500690	10/11/2025	SEED
BRUNO NORONHA MACHADO	95492231	1	NAA 16	249299928	04/11/2025	FAP

153853/2025

Resolução SEAP Nº 10.998

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no inciso I do art. 25 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, que atribui à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP a coordenação e a gestão das atividades de administração de recursos humanos; considerando o previsto no art. 12 e § 1º da Lei Estadual nº 13.666, de 5 de julho de 2002; e considerando o contido no protocolo nº 23.554.048-7;

RESOLVE

Alocar na Secretaria de Estado da Educação – SEED o servidor **Robson Nunes Tomacheski**, CPF n.º 049.xxx.xxx-30, ocupante do cargo de Agente Profissional, função Assistente Social, pertencente ao Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, lotado na Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP

Curitiba, 06 de novembro de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

DSRH/RES. 33/2025 MAF
Protocolo: 23.554.048-7

155057/2025

Resolução SEAP Nº 10.999

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no inciso I do art. 25 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, que atribui à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP a coordenação e a gestão das atividades de administração de recursos humanos; considerando o previsto no art. 12 e § 1º da Lei Estadual nº 13.666, de 5 de julho de 2002; e considerando o contido no protocolo nº 23.554.048-7;

RESOLVE

Alocar na Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP a servidora **Jéssica Teodoroski Tebaldi**, CPF n.º 064.xxx.xxx-19, ocupante do cargo de Agente Profissional, função Assistente Social, pertencente ao Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, lotada na Secretaria de Estado da Educação – SEED.

Curitiba, 06 de novembro de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

DSRH/RES. 34/2025 MAF
Protocolo: 23.554.048-7

155084/2025

Resolução Conjunta SEAP-SEFA nº 1018/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA e o **SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90 da Constituição Estadual e art.4° da Lei Estadual n° 21.352 de 1° de janeiro de 2023, e considerando O Termo de Cooperação Técnica N° 043/2025 firmado entre a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP e a Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA, consoante o protocolado n° 24.508.581-8,

R E S O L V EM:

Art. 1° Designar os Servidores abaixo relacionados, para atuar no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA, a partir de 07 de novembro de 2025, em consonância com o Termo de Cooperação Técnica formalizado entre a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP e a Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA, publicado na Edição nº 11.963 de 27 de agosto de 2025 do Diário Oficial Executivo do Estado do Paraná.

SERVIDOR(A)	CARGO/FUNÇÃO	RG/CPF
Adelcionir de Oliveira	Agente Profissional – Profissional de TI	057.XXX.169-XX
Ricardo Mouzinho Vicentini	Agente Profissional – Profissional de TI	12.XXX.784-X

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data acima.

Curitiba, 10 de novembro de 2025

Luizão Goulart

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Norberto Anacleto Ortigara

Secretário de Estado da Fazenda

154673/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DO ESTADO

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO DE IMÓVEL

Protocolo nº: 19.271.659-4
Termo de Doação nº: 62/2025
Doador: Estado do Paraná
Donatário: Município de Janiópolis
Exercício do firmamento do Termo de Doação de Imóvel: 2025
Fundamento legal: Lei nº 22600 de 04/09/2025, publicada no DIOE n° 11980 de 04/09/2025
Descrição: Doação de imóvel de propriedade do Estado do Paraná objeto da Matrícula n.° 39.638 do Registro de Imóveis da Comarca de Campo Mourão. Imóvel localizado na Avenida São João, n° 215, Centro, no Município de Janiópolis, com área total documental de 1.250,00m, contendo edificações que somam 281,01m², destinado à instalação e funcionamento de Serviços Públicos Municipais e gravado com cláusula de inalienabilidade.
Valor do imóvel: R$ 317.103,53 (trezentos dezessete mil e cento e três reais e cinquenta e três centavos).

154835/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DO ESTADO

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO DE IMÓVEL

Protocolo nº: 23.819.775-9
Termo de Doação nº: 54/2025
Doador: Estado do Paraná
Donatário: Município de Mariluz
Exercício do firmamento do Termo de Doação de Imóvel: 2025
Fundamento legal: Lei nº 22582 de 28/08/2025, publicada no DIOE n° 11975 de 28/08/2025
Descrição: Doação de imóvel de propriedade do Estado do Paraná objeto das Matrículas de n.º 3.066 e de n.° 8.458 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cruzeiro do Oeste. Imóvel localizado na Avenida Marília, s/n, Centro, no Município de Mariluz, com área documental de 396,00m², destinado ao funcionamento de Serviços Públicos Municipais e gravado com cláusula de inalienabilidade.
Valor do imóvel: R$ 198.049,50 (cento e noventa e oito mil e quarenta e nove reais e cinquenta centavos).

154565/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DO ESTADO

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO DE IMÓVEL

Protocolo nº: 20.047.625-5
Termo de Doação nº: 59/2025
Doador: Estado do Paraná
Donatário: Município de Mallet
Exercício do firmamento do Termo de Doação de Imóvel: 2025
Fundamento legal: Lei nº 22587 de 28/08/2025, publicada no DIOE n° 11975 de 28/08/2025
Descrição: Doação de imóvel de propriedade do Estado do Paraná objeto da Transcrição n° 15.185 4.193 do Registro de Imóveis da Comarca de Mallet. Imóvel localizado na Rua XV de Novembro, n° 371, Centro, no Município de Mallet, com a área documental de 5.000,00m², contendo edificações que somam 1.194,60m², destinado à instalação e funcionamento de serviços públicos municipais e gravado com cláusula de inalienabilidade.
Valor do imóvel: R$ 2.550.000,00 (dois milhões e quinhentos e cinquenta mil reais).

154992/2025

DESPACHO N°: 1778/2025
Protocolo nº: 22.242.445-3
Interessado: Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Assunto: Adjudicação e Homologação – PREG-e nº 2154/2024
Data: 10/11/2025

1. Trata-se de solicitação de deliberação quanto aos recursos interpostos, bem como adjudicação e homologação do procedimento licitatório, modalidade Pregão Eletrônico, PREG-E 2154/2024, tipo menor preço, objetivando o Registro de Preços pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual aquisição de MÁQUINAS DE LAVAR ROUPAS E SECADORAS, segundo especificações contidas no edital e anexos, mov.232, no valor máximo de R$ 40.879.777,92 (Quarenta milhões, oitocentos e setenta e nove mil, setecentos e setenta e sete reais e noventa e dois centavos), constituído de 34 (trinta e quatro) lotes.

2. Foram declaradas vencedoras as empresas:

EMPRESAS	CNPJ Nº	LOTES
TECNOLOGICA INDUSTRIA E COMERCIO DE PECAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA	04.946.908/0001-43	01
RTM EQUIPAMENTOS PROFISSIONAIS PARA LAVANDERIA LTDA	33.133.187/0001-50	02-03-30
D Z COMERCIO LTDA	44.405.070/0001-03	04-06-08-10-12-13-14-16-17-32-34
TEC LAUNDRY COMERCIO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS PARA LAVANDERIAS INDUSTRIAIS LTDA	46.424.615/0001-46	05-09-11-22-26-28
MGA - INDUSTRIA DE MÁQUINAS LTDA	27.632.123/0001-00	07-15
TECNOWASH SUZUKI COMERCIAL DE MÁQUINAS LTDA	07.131.544/0001-31	18-19-21-23-25-27-29-31-33
FACILITA COMERCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	46.113.198/0001-10	20-24

3. Houve interposição de Recursos:
A empresa RTM EQUIPAMENTOS PROFISSIONAIS PARA LAVANDERIA LTDA interpôs manifestação de recurso contra a decisão que declarou vencedora a empresa TECNOLOGICA INDUSTRIA E

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

COMERCIO DE PECAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA, mov. 502, em relação ao registro de preço do lote 01, a qual apresentou as contrarrazões, mov. 514. Assim, diante da análise das alegações da recorrente e em observância às formalidades e princípios da Administração Pública, a Pregoeira afirmou: "CO NHEÇO do recurso, e, no mérito JULGO IMPROCEDENTE as razões apresentadas pela empresa RTM EQUIPAMENTOS PROFISSIONAIS PARA LAVANDERIA LTDA, bem como, MANTENHO A DECISÃO que declara vencedora a empresa TECNOLÓGICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA no lote 01 do Pregão Eletrônico nº 2154/2024", mov.542.

A empresa TECNOWASH SUZUKI COMERCIAL DE MÁQUINAS LTDA interpôs manifestação de recurso contra a decisão que declarou vencedora a empresa TECNOLOGICAINDUSTRIA E COMERCIO DE PECAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA, mov. 510, em relação ao registro de preço do lote 01, a qual apresentou as contrarrazões, mov. 519. Assim, diante da análise das alegações da recorrente e em observância às formalidades e princípios da Administração Pública, a Pregoeira afirmou: "NÃO CONHEÇO do recurso, eis que precluso, e, JULGO IMPROCEDENTE, sem resolução de mérito, as razões apresentadas pela empresa TECNOWASH SUZUKI COMERCIAL DE MÁQUINAS LTDA, bem como, MANTENHO A DECISÃO que declara vencedora a empresa TECNO LÓGICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA no lote 01 do Pregão Eletrônico nº 2154/2024", mov.543.

A empresa SUPERALIFE INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MAQUINAS LTDA interpôs manifestação de recurso contra a decisão que declarou vencedora a empresa RTM EQUIPAMENTOS PROFISSIONAIS PARA LAVANDERIA LTDA, mov. 505, em relação aos registros de preços dos lotes 02, 03 e 30, a qual apresentou as contrarrazões, mov. 521. Assim, diante da análise das alegações da recorrente e em observância às formalidades e princípios da Administração Pública, a Pregoeira afirmou: "NÃO CONHEÇO do recurso para os lotes 02 e 03, eis que preclusos, e, CO NHEÇO do recurso para o lote 30, e, no mérito JULGO IMPROCEDENTE as razões apresentadas pela empresa SUPERALIFE INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA, bem como, MANTENHO A DECISÃO que de clara vencedora a empresa RTM EQUIPAMENTOS PROFISSIONAIS PARA LAVAN DERIA nos lotes 02, 03 e 30 do Pregão Eletrônico nº 2154/2024", mov.544.

A empresa TECNOWASH SUZUKI COMERCIAL DE MÁQUINAS LTDA interpôs manifestação de recurso contra a decisão que declarou vencedora a empresa D Z COMERCIO LTDA, mov. 505, em relação aos registros de preços dos lotes 04-06-08-10- 12-13-14-16- 17-32-34, a qual apresentou as contrarrazões, mov. 520. Assim, diante da análise das alegações da recorrente e em observância às formalidades e princípios da Administração Pública, a Pregoeira afirmou: "NÃO CONHEÇO do recurso, eis que precluso, e, JULGO IMPROCEDENTE, sem resolução de mérito, as razões apresentadas pela empresa TEC NOWASH SUZUKI COMERCIAL DE MÁQUINAS LTDA, bem como, MANTENHO A DE CISÃO que declara vencedora a empresa DZ COMÉRCIO LTDA nos lotes 04, 06, 08, 10, 12, 13, 14, 16, 17, 32 e 34 do Pregão Eletrônico nº 2154/2024.", mov.545.

A empresa SUPERALIFE INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA interpôs manifestação de recurso contra a decisão que declarou vencedora a empresa D Z COMERCIO LTDA, mov. 506, em relação aos registros de preços dos lotes 04-06-08-10-12-13-14-16-17-32-34, a qual apresentou as contrarrazões, mov. 516. Assim, diante da análise das alegações da recorrente e em observância às formalidades e princípios da Administração Pública, a Pregoeira afirmou: "NÃO CONHEÇO do recurso para os lotes 04, 06, 08, 10, 12, 13, 14, 16, 17, eis que preclusos, e, CONHEÇO do recurso para os lotes 32 e 34, e, no mérito JULGO IMPROCEDENTE as razões apresentadas pela empresa SUPERALIFE INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA, bem como, MANTENHO A DECISÃO que de clara vencedora a empresa DZ COMÉRCIO LTDA nos lotes 04, 06, 08, 10, 12, 13, 14, 16, 17, 32 e 34 do Pregão Eletrônico nº 2154/2024.", mov.546.

A empresa RTM EQUIPAMENTOS PROFISSIONAIS PARA LAVANDERIA LTDA interpôs manifestação de recurso contra a decisão que declarou vencedora a empresa MGA - INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA, mov. 503, em relação aos registros de preços dos lotes 07 e 15, a qual não apresentou as contrarrazões. Assim, diante da análise das alegações da recorrente e em observância às formalidades e princípios da Administração Pública, a Pregoeira afirmou: "CONHEÇO do recurso, e, no mérito JULGO IMPROCE DENTE as razões apresentadas pela empresa RTM EQUIPAMENTOS PROFISSIONAIS PARA LAVANDERIA LTDA, bem como, MANTENHO A DECISÃO que declara vencedora a empresa MGA - INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA nos lotes 07 e 15 do Pregão Eletrônico nº 2154/2024", mov. 547.

A empresa RTM EQUIPAMENTOS PROFISSIONAIS PARA LAVANDERIA LTDA interpôs manifestação de recurso contra a decisão que declarou vencedora a empresa D Z COMERCIO LTDA, mov. 504, em relação ao registro de preço do lote 08, a qual apresentou as contrarrazões, mov. 513. Assim, diante da análise das alegações da recorrente e em observância às formalidades e princípios da Administração Pública, a Pregoeira afirmou: "CONHEÇO do recurso, e, no mérito JULGO IMPROCEDENTE as razões apresentadas pela empresa RTM EQUIPAMENTOS PROFISSIONAIS PARA LAVANDERIA LTDA, bem como, MANTENHO A DECISÃO que declara vencedora a empresa TECNO WASH SUZUKI COMERCIAL DE MÁQUINAS LTDA no lote 18 do Pregão Eletrônico nº 2154/2024", mov.548.

A empresa SUPERALIFE INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA interpôs manifestação de recurso contra a decisão que declarou vencedora a empresa a FACILITA COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, mov. 507, em relação aos registros de preços dos lotes 20 e 24, a qual não apresentou as contrarrazões. Assim, diante da análise das alegações da recorrente e em observância às formalidades e princípios da Administração Pública, a Pregoeira afirmou: "CONHEÇO do recurso, e, no mérito JULGO IMPROCEDENTE as razões apresentadas pela empresa SUPERALIFE INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MÁ QUINAS LTDA, bem como, MANTENHO A DECISÃO que declara vencedora a empresa FACILITA COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA nos lotes 20 e 24 do Pregão Eletrônico nº 2154/2024", mov. 549.

A empresa SUPERALIFE INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA interpôs manifestação de recurso contra a decisão que declarou vencedora a empresa a FACILITA COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, mov. 508, em relação aos registros de preços dos lotes 22, 26 e 28, a qual apresentou as contrarrazões, mov.515. Assim, diante da análise das alegações da recorrente e em observância às formalidades e princípios da Administração Pública, a Pregoeira afirmou: "CONHEÇO do recurso, e, no mérito JULGO IMPROCEDENTE as razões apresentadas pela empresa SUPERALIFE INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA, bem como, MANTENHO A DECISÃO que declara vencedora a empresa TEC LAUNDRY COMERCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA LAVANDERIAS INDUSTRIAIS LTDA nos lotes 22, 26 e 28 do Pregão Eletrônico nº 2154/2024", mov. 550.

4. Na fase externa, nos termos do Edital, a disputa observou como critério de julgamento o menor preço, cujo valor total máximo foi de R$ 40.879.777,92 (Quarenta milhões, oitocentos e setenta e nove mil, setecentos e setenta e sete reais e noventa e dois centavos). Após a disputa, os lotes foram arrematados pelo valor de R$ 16.223.075,92 (dezesseis milhões, duzentos e vinte e três mil, setenta e cinco reais e noventa e dois centavos), representando um desconto de 36,86% em relação ao valor autorizado, conforme resumo do processo, mov. 579. Consta o termo de julgamento com histórico da disputa fornecido pelo site do Compras.gov, mov. 400/433. E, em cumprimento ao disposto no artigo 2982 , §4º do Decreto Estadual nº 10.086/2023 e item 11.2 do edital, as empresas foram convocadas para cadastro de reserva via chat de mensagem do Compras.gov, mov. 555 e a empresa RTM EQUIPAMENTOS PROFISSIONAIS PARA LAVANDERIA LTDA manifestou interesse nos registros de preço dos lotes 01, 05, 07, 09, 13, 15, 17, 20, 22, 24, 28, 32 e 34, mov. 556.

5. Considerando a Informação326/2025 da Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS/SEAP, mov. 583, em que as formalidades legais exigidas foram observadas pelos licitantes e pela Administração Pública, ADJUDICO e HOMOLOGO o procedimento licitatório Preg-e 2154/2024, face à competência prevista no art. 13, VI, art. 107, IV do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e no art. 71, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, bem como NEGO provimento aos recursos interpostos.

6. Saliento que, previamente à realização de despesa, os usuários do Registro de Preços deverão comprovar a efetiva disponibilidade orçamentária e financeira, nos termos dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, na disciplina da Lei Federal nº 4.320/64, bem como observar as demais disposições legais aplicáveis, incluindo-se a verificação da Certidão de Regularidade Fiscal – CRF, nos termos do art. 10, §§1º ao 4º, do Decreto nº 4.258/2023.

7. Encaminhe-se ao Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON/SEAP para publicação e demais providências.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

155093/2025

LOTTOPAR

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
LOTERIA DO ESTADO DO PARANÁ – LOTTOPAR

TERMO DE CREDENCIAMENTO

A Loteria do Estado do Paraná DECLARA, por este ato, que a empresa LEGITIMUZ TECNOLOGIA LTDA., representada pelo Senhor Kayky Silva Janiszewski (Representante Legal), brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 56.XXX.XXX- 2 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº 442.XXX.XXX-62, com endereço na Rua/Avenida Luigi Galvani, 200, 8 andar, conj. 82, Cidade Monções, São Paulo/SP, Brasil, CEP 04.575-020, e-mail kayky@legitimuz.com, encontra-se, na presente data, credenciada junto à Lottopar como empresa apta a prestar serviços de identificação e verificação da identidade dos apostadores dos concessionários de loterias autorizados no Estado do Paraná, nos termos do Edital de Credenciamento nº 001/2025 LOTTOPAR.

Esse termo de credenciamento tem validade de 1 (um) ano contado da data de sua emissão, podendo ser renovado anualmente. Por ser verdade, firmo o presente.

Curitiba, 11 de novembro de 2025

Daniel Romanowski
Diretor-Presidente

155196/2025

PARANAPREVIDÊNCIA

RESUMO DE ATO DE REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO
O Diretor Presidente e o Diretor de Previdência da PARANAPREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei-PR nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, resolvem DETERMINAR A REVISÃO do benefício previdenciário, na forma abaixo especificada:
Ato nº 63686/08, Pensão Por Morte, Protocolo 24.729.168-7/9.872.968-2, Segurado : Jose Deoclides da Silva**, Cargo** Juiz de Direito**, RG** 600.695-7**, Beneficiários** Maria Salete Rodrigues da Silva, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 18.324,31** (Dezoito Mil, Trezentos e Vinte e Quatro Reais e Trinta e Um Centavos) - FF **Motivo** Inclusão da rubrica 1564 – Parcela do Art. 95, III, da CRFB, conforme Informação DJ nº 0318/2025. Base de Cálculo: abril/2008.
Ato nº 63707/08, Pensão Por Morte, Protocolo 24.729.095-8/9.177.104-7, Segurado Jose Said Zanlute**, Cargo** Desembargador**, RG** 58.334-0**, Beneficiários** Joana Soares de Jesus Zanlute, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 21.695,58** (Vinte e Um Mil, Seiscentos e Noventa e Cinco Reais e Cinquenta e Oito Centavos) - FF **Motivo** Inclusão da rubrica 1564 – Parcela do Art. 95, III, da CRFB, conforme Informação DJ nº 0318/2025. Base de Cálculo: maio/2005.
Ato nº 64351/08, Pensão Por Morte, Protocolo 24.874.269-0/9.876.363-5, Segurado João de Souza**, Cargo** Agente de Apoio**, RG** 278.559-5**, Beneficiários** Aurea Pereira Kuhnl, Convivente, Cota 15,75%, **Valor R$ 2.995,76** (Dois Mil, Novecentos e Noventa e Cinco Reais e Setenta e Seis Centavos) - FF **Motivo** Reativação do Benefício com a inclusão de Aurea Pereira Kuhnl na condição de convivente, em cumprimento de ordem judicial, referente aos autos nº 0009486-73.2023.8.16.0004, em trâmite na Secretaria Especializada em Movimentações Processuais das Varas da Fazenda Pública de Curitiba - 3ª Vara. Base de cálculo: abril/23.
Ato nº 64550/09, Pensão Por Morte, Protocolo 24.729.066-4/7.157.726-0, Segurado Luis Mitsuyochi Taguchi**, Cargo** Juiz de Direito**, RG** 396.585-6**, Beneficiários** Akiko Nakano Taguchi, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 19.020,82** (Dezenove Mil, Vinte Reais e Oitenta e Dois Centavos) - FF **Motivo** Inclusão da rubrica 1564 – Parcela do Art. 95, III, da CRFB, conforme Informação DJ nº 0318/2025. Base de Cálculo: janeiro/2009.
Ato nº 64804/09, Pensão Por Morte, Protocolo 24.730.010-4/7.161.216-3, Segurado Jose Molteni Filho**, Cargo** Juiz de Direito**, RG** 479.036-7**, Beneficiários** Maria da Gloria Dorfmund Molteni, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 19.771,30** (Dezenove Mil, Setecentos e Setenta e Um Reais e Trinta Centavos) - FF **Motivo** Inclusão da rubrica 1564 – Parcela do Art. 95, III, da CRFB, conforme Informação DJ nº 0318/2025. Base de Cálculo: março/2009.
Ato nº 86457/15, Pensão Por Morte, Protocolo 24.728.988-7/13.464.219-0, Segurado Wagner Jose Coltro**, Cargo** Juiz de Direito de Entrância Intermediária**, RG** 1.691.368-5**, Beneficiários** Clotildes Lucia Zanardi Coltro, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 22.533,64** (Vinte e Dois Mil, Quinhentos e Trinta e Três Reais e Sessenta e Quatro Centavos) - FF **Motivo** Inclusão da rubrica 1564 – Parcela do Art. 95, III, da CRFB, conforme Informação DJ nº 0318/2025. Base de Cálculo: dezembro/2014.
Ato nº 87121/15, Pensão Por Morte, Protocolo 24.730.030-9/13.815.879-9, Segurado Jose Marcos de Moura**, Cargo** Desembargador**, RG** 513.817-5**, Beneficiários** Angela Cristina de Camargo, Convivente, Cota 100,00%, **Valor R$ 30.194,33** (Trinta Mil, Cento e Noventa e Quatro Reais e Trinta e Três Centavos) - FF **Motivo** Inclusão da rubrica 1564 – Parcela do Art. 95, III, da CRFB, conforme Informação DJ nº 0318/2025. Base de Cálculo: janeiro/2015.
Ato nº 91789/16, Pensão Por Morte, Protocolo 24.729.843-6/13.890.771-6, Segurado Sergio Jorge Domingos**, Cargo** Juiz de Direito de Entrância Final**, RG** 937.179-6**, Beneficiários** Jussara Terezinha Wolf Domingos, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 26.728,23** (Vinte e Seis Mil, Setecentos e Vinte e Oito Reais e Vinte e Três Centavos) - FF **Motivo** Inclusão da rubrica 1564 – Parcela do Art. 95, III, da CRFB, conforme Informação DJ nº 0318/2025. Base de Cálculo: dezembro/2015.
Ato nº 92724/16, Pensão Por Morte, Protocolo 24.729.689-1/13.970.890-3, Segurado Ronaldo Dias Valenza**, Cargo** Juiz de Direito de Entrância Final**, RG** 226.128-6**, Beneficiários** Waidy Rubele Valenza, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 27.899,21** (Vinte e Sete Mil, Oitocentos e Noventa e Nove Reais e Vinte e Um Centavos) - FF **Motivo** Inclusão da rubrica 1564 – Parcela do Art. 95, III, da CRFB, conforme Informação DJ nº 0318/2025. Base de Cálculo: fevereiro/2016.
Ato nº 94482/16, Pensão Por Morte, Protocolo 24.729.885-1/14.233.906-4, Segurado Marco Antonio de Moraes Leite**, Cargo** Desembargador**, RG** 226.128-6**, Beneficiários** Mara Catarina Mesquita Lopes Leite, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 30.352,14** (Trinta Mil, Trezentos e Cinquenta e Dois Reais e Quatorze Centavos) - FP **Motivo** Inclusão da rubrica 1564 – Parcela do Art. 95, III, da CRFB, conforme Informação DJ nº 0318/2025. Base de Cálculo: fevereiro/2016.
Ato nº 98660/17, Pensão Por Morte, Protocolo 24.729.966-1/14.567.220-1, Segurado Victor Alberto Azi Bomfim Marins**, Cargo** Desembargador**, RG** 422.609-7**, Beneficiários** Nilza Iurk Marins, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 28.321,61** (Vinte e Oito Mil, Trezentos e Vinte e Um Reais e Sessenta e Um Centavos) - FF **Motivo** Inclusão da rubrica 1564 – Parcela do Art. 95, III, da CRFB, conforme Informação DJ nº 0318/2025. Base de Cálculo: março/2017.
Ato nº 100822/17, Pensão Por Morte, Protocolo 24.729.909-2/14.703.334-6, Segurado Althair Costa Souza**, Cargo** Desembargador**, RG** 159.810-4**, Beneficiários** Paulo Sergio Costa e Souza, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 24.292,09** (Vinte e Quatro Mil, Duzentos e Noventa e Dois Reais e Nove Centavos) - FF **Motivo** Inclusão da rubrica 1564 – Parcela do Art. 95, III, da CRFB, conforme Informação DJ nº 0318/2025. Base de Cálculo: dezembro/2013.
Ato nº 106035/18, Pensão Por Morte, Protocolo 24.729.627-1/15.262.585-5, Segurado Clotario de Macedo Portugal Neto**, Cargo** Desembargador**, RG** 258.462-0**, Beneficiários** Aglae Beatriz Silva Portugal, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 31.555,43** (Trinta e Um Mil, Quinhentos e Cinquenta e Cinco Reais e Quarenta e Três Centavos) – FF **Motivo** Inclusão da rubrica 1564 – Parcela do Art. 95, III, da CRFB, conforme Informação DJ nº 0318/2025. Base de Cálculo: dezembro/2014.
Ato nº 106226/18, Pensão Por Morte, Protocolo 24.729.932-7/15.262.813-7, Segurado Airvaldo Natal Stella Alves**, Cargo** Desembargador**, RG** 775.321-7**, Beneficiários** Maria Jose Maciel Stela Alves, Cônjuge, Cota 100,00%, **Valor R$ 31.555,43** (Trinta e Um Mil, Quinhentos e Cinquenta e Cinco Reais e Quarenta e Três Centavos) - FF **Motivo** Inclusão da rubrica 1564 – Parcela do Art. 95, III, da CRFB, conforme Informação DJ nº 0318/2025. Base de Cálculo: junho/2018.
Ato nº 121297/20, Pensão Por Morte, Protocolo 24.372.689-1/16.628.332-9, Segurado Jaime Antonio Arrabal Arias**, Cargo** Agente Universitário de Nível Médio**, RG** 852.343-6**, Beneficiários** Alice Pereira Arias, Cônjuge, Cota 50,00%, Ana Maria Ferreira Arias, Filho(a) Inválido(a), Cota 50,00%, **Valor R$ 4.580,91** (Quatro Mil, Quinhentos e Oitenta Reais e Noventa e Um Centavos) - FP **Motivo** Inclusão de Ana Maria Ferreira Arias, na condição de filha inválida com fulcro no Art. 16 da Lei Federal nº 8.213/91 e Parecer DJ nº 1608/2025. Base de cálculo: Maio/20.
Ato nº 142696/25, Pensão Por Morte, Protocolo 24.201.359-0, Segurado Maria Margarida Razine Lopes**, Cargo** Agente Educacional I**, RG** 3.006.821-1**, Beneficiários** Jose Luiz Ferreira Lopes, Cônjuge Inválido(a), Cota 100,00%, **Valor R$ 2.877,89** (Dois Mil, Oitocentos e Setenta e Sete Reais e Oitenta e Nove Centavos) - FP **Motivo** Alteração da condição para cônjuge inválido de José Luiz Ferreira Lopes, com fulcro no 19, § 3º, I da Lei Complementar nº 233/2021 e Parecer DJ nº 1634/2025. Base de cálculo: Junho/25.

Curitiba, 10 de novembro de 2025.

154524/2025

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

RESOLUÇÃO Nº 153, de 7 de novembro de 2025.

Designa servidor para substituir o Chefe do Núcleo Regional de Cornélio Procópio, durante período de férias.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO**, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e com fundamento no art. 70, parágrafo único da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **Paulo Roberto Greggio,** RG nº 2.xxx.293-x,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

para sem prejuízo de suas atribuições, responder pela função de Chefe do Núcleo Regional de Cornélio Procópio durante 15 (quinze) dias, no período de 11/11/2025 a 25/11/2025, em razão das férias regulamentares do exercício de 2023, do titular **Fernando Itimura.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

Publique-se.

Anote-se.

Márcio Fernando Nunes,
Secretário de Estado.

154759/2025

RESOLUÇÃO Nº 154, de 7 de novembro de 2025.

Designa servidor para substituir a Chefe do Núcleo Regional de Laranjeiras do Sul, durante período de férias regulamentares da titular.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO**, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e com fundamento no art. 70, parágrafo único da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **Jorge Schipanski**, RG nº 5.XXX.377-X, para sem prejuízo de suas atribuições, responder pela função de Chefe do Núcleo Regional de Laranjeiras do Sul, durante 19 (dezenove) dias, no período de 26/01/2026 a 13/02/2026, em razão das férias regulamentares do exercício 2024, da titular Loreni de Azevedo de Oliveira**.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Anote-se.

Márcio Fernando Nunes,
Secretário de Estado.

154724/2025

RESOLUÇÃO Nº 155, de 7 de novembro de 2025.

Designa servidor para substituir a Chefe do Núcleo Regional de Cascavel, durante período de férias regulamentares do titular.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO**, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e com fundamento no art. 70, parágrafo único da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **Adevansir Ceconello Lins**, RG nº 3.xxx.484-x, para sem prejuízo de suas atribuições, responder pela função de Chefe do Núcleo Regional de Cascavel, durante 17 (dezessete) dias, no período de 03/12/2025 a 19/12/2025, em razão das férias regulamentares do exercício 2023, da titular Luana Fernandes da Silva**.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Anote-se.

Márcio Fernando Nunes,
Secretário de Estado.

154737/2025

ADAPAR

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ - ADAPAR
EXTRATO DE CONVÊNIOS – TERMO DE COOPERAÇÃO 2025
PARTES: Agência de Defesa Agropecuária do Paraná -ADAPAR e Prefeitura Municipal de RIO BONITO DO IGUAÇU - PR.
OBJETO: Disposição funcional de servidor municipal para prestar serviços junto a ADAPAR.
Otamir Cesar Martins
DIRETOR PRESIDENTE DA ADAPAR

154674/2025

PORTARIA Nº **448,** DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025.

Designa servidor para substituição do Assessor da Unidade Técnica de Tecnologia da Informação.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, inciso XIII, do anexo a que se refere o Decreto nº 5.702, de 03 de maio de 2024, e em conformidade com a Lei Est. n° 6.174/70 e Lei nº 21.112, de 30 de junho de 2022, resolve:
Art.1º Designar o servidor **JOSE MARIO CHEIRUBIM**, RG nº 8.XXX.839-X SSP/PR, para responder pelas atividades da Assessoria da Unidade Técnica de Tecnologia da Informação - UTTI, no período de 05/01/2026 a 24/01/2026, em substituição ao servidor **PEDRO LEMOS JUNIOR**, RG n° 8.XXX.138-X SSP/PR, por motivo de férias do titular.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se
OTAMIR CESAR MARTINS
Diretor Presidente

PORTARIA Nº **450,** DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025.

Designa servidora para substituição do Chefe de Divisão de Administração da Frota, no período de férias do titular.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, inciso XIII, do anexo a que se refere o Decreto nº 5.702, de 03 de maio de 2024, e em conformidade com a Lei Est. n° 6.174/70 e Lei nº 21.112 de 30 de junho de 2022, resolve:
Art.1º Designar a servidora **GABRIELLY PEREIRA BOLSONI**, RG nº 14.XXX.585-X SSP/PR, para responder pelas atividades relativas à Divisão de Administração da Frota, no período de 05/01/2026 a 24/01/2026, em substituição ao servidor, **EMERSON PINHEIRO MENDES**, RG n° 8.XXX.569-X SSP/PR, por motivo de férias do titular.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se
OTAMIR CESAR MARTINS
Diretor Presidente

PORTARIA Nº **451,** DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025.

Designa servidora para substituição do Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Pessoas, no período de férias do titular.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, inciso XIII, do anexo a que se refere o Decreto nº 5.702, de 03 de maio de 2024, e em conformidade com a Lei Est. n° 6.174/70 e Lei nº 21.112 de 30 de junho de 2022, resolve:
Art.1º Designar a servidora **CLAUDIA MORANDIM WALZ,** RG nº 9.XXX.411-X SSP/PR, para responder pelas atividades relativas à Divisão de Desenvolvimento de Pessoas, no período de 08/12/2025 à 17/12/2025, em substituição ao servidor **JOSMAR FRANÇA**, RG n° 7.XXX.584-X SSP/PR, por motivo de férias do titular.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,
OTAMIR CESAR MARTINS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº **452,** DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025.

Designa servidor para substituição da Chefe da Divisão de Planejamento e Orçamento, no período de férias da titular.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, inciso XIII, do anexo a que se refere o Decreto nº 5.702, de 03 de Maio de 2024, e em conformidade com a Lei Est. n° 6.174/70 e Lei nº 21.112, de 30 de junho de 2022, resolve:
Art.1º Designar o servidor **ALAN ALEXANDRE DE QUADROS,** RG nº 7.XXX.600-X SSP/PR, para responder pelas atividades relativas à Divisão de Planejamento e Orçamento, no período de 25/11/2025 a 05/12/2025, em substituição a servidora **DAYANE CRISTINE GUETTEN**, RG n° 8.XXX.617-X SSP/PR, por motivo de férias da titular.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,
OTAMIR CESAR MARTINS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº **454,** DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025.

Designa servidora para substituição do Chefe de Divisão de Sanidade da Fruticultura, no período de férias do titular.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, inciso XIII, do anexo a que se refere o Decreto nº 5.702, de 03 de maio de 2024, e em conformidade com a Lei Est. n° 6.174/70 e Lei nº 21.112, de 30 de junho de 2022, resolve:
Art.1º Designar a servidora **MARA STOCO GUSTMANN**, RG nº 13.XXX.313-X SSP/PR, para responder pelas atividades relativas à Divisão de Sanidade da Fruticultura, no período de 06/01/2026 a 23/01/2026, em substituição ao servidor **PAULO JORGE PAZIN MARQUES,** RG n°

3.XXX.353-X SSP/PR, por motivo de férias do titular.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,
OTAMIR CESAR MARTINS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº **455,** DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025.
Designa servidora para substituição do Chefe de Divisão de Controle de Agrotóxicos, no período de férias do titular.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, inciso XIII, do anexo a que se refere o Decreto nº 5.702, de 03 de maio de 2024, e em conformidade com a Lei Est. n° 6.174/70 e Lei nº 21.112, de 30 de junho de 2022, resolve:
Art.1º Designar a servidora **ELIZA MARIA TEIXEIRA MONTEIRO**, RG nº 4.XXX.266-X SSP/PR, para responder pelas atividades relativas à Divisão de Controle de Agrotóxicos, no período de 05/01/2026 a 23/01/2026, em substituição ao servidor **LEANDRO DADALT**, RG n° 6.XXX.292-X SSP/PR, por motivo de férias do titular.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,
OTAMIR CESAR MARTINS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº **456,** DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025.
Autoriza servidor emitir Guias de Trânsito Animal – GTA, boletos de taxas da ADAPAR e efetuar lançamentos no banco de dados da ADAPAR de comprovantes de vacinação no município de Nova Santa Rosa.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUARIA DO PARANÁ - ADAPAR, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, do anexo a que se refere o Decreto nº 5.702, de 03 de maio de 2024, e **Considerando** o disposto no capítulo II, do Decreto Federal nº 5.741, de 30 de março de 2.006, em especial a Seção IV, artigos 23, §1º, inciso IV, 24 e 25 c/c a Instrução Normativa nº 18, de 18 de julho de 2.006, do MAPA.

Considerando a necessidade de autorizar servidor para a emissão de Guias de Trânsito Animal – GTA, boletos de taxas da ADAPAR e efetuar lançamentos no banco de dados da ADAPAR de comprovantes de vacinação e, em atendimento ao solicitado por intermédio dos Oficio nºs 318/2025 - GP, da Prefeitura Municipal de Nova Santa Rosa.

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar o seguinte servidor, conforme abaixo identificado, a emitir Guias de Trânsito Animal - GTA, boletos de taxas da ADAPAR e efetuar lançamentos de comprovantes de vacinação:

Município	Servidor Autorizado	RG Nº	Lotação	Protocolo nº
Nova Santa Rosa	Douglas Seibert Mengarda	10.XXX.107. XXX-9	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Infraestrutura	24.939.028-3

Art. 2º - A autorização concedida ao servidor especificado nesta Portaria ficará sob a fiscalização do médico veterinário do EL de Palotina.

Art. 3º - O servidor autorizado deverá atentar-se para as condições estabelecidas pela ADAPAR para a realização dos serviços.

Art. 4º - A autorização será cancelada pela ADAPAR se o servidor infringir dispositivo ou norma legal correlata à matéria, bem como praticar ato que, a critério da ADAPAR, seja incompatível com o objeto da autorização.

Art. 5º - Fica revogada a Portaria nº 189, de 24 de maio de 2013.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se.
Publique-se.
OTAMIR CESAR MARTINS
Diretor Presidente

154879/2025

Secretaria das Cidades

ERRATA
PORTARIA Nº 040/2025/SECID

Publicado no DIOE nº 12.005 de 10/10/2025

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES – SECID, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual nº 21.352/2023, e devidamente autorizado pela Resolução nº 134/2025/SECID, PUBLICA ERRATA junto à Portaria nº 040/2025, conforme segue:

Onde se lê:
" Leandro Valmor Treib, CPF n° 681.xxx.xxx-49"

Leia-se:
"Valmor Treib, CPF n° 681.xxx.xxx-49"

PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE, CUMPRA-SE

Felipe Flessak
Diretor Geral da Secretaria de Estado das Cidades

155112/2025

PORTARIA Nº 048/2025-SECID

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES – SECID, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual nº 21.352/2023, e devidamente autorizado pela Resolução nº 134/2025/SECID e considerando a documentação em anexo ao protocolo sob nº 21.075.633-7,

RESOLVE,

Art. 1º - Designar os servidores abaixo indicados, em observância à legislação vigente, para atuarem como Fiscais do Contrato n. º 5553/2025, celebrado com a empresa DUAL D ENGENHARIA, SERVICOS E ASSESSORIA LTDA., no valor de R$ 4.768.606,81, cujo objeto é a Contratação integrada de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia para reforma do alojamento Bloco II da Academia Policial Militar do Guatupê, localizado na BR 277, KM 72, São José dos Pinhais, Paraná.

I. Fiscal Titular - Eng. Amauri Romão da Silva, CREA PR 92037/D;
II. Fiscal Suplente - Eng.ª Camila Castanha, CREA PR 192007/D, o qual atuará no caso de impossibilidade do fiscal titular;
III. Gestor Técnico do Contrato - Eng.ª Cinthia A. de Lima, CREA PR 109340/D;

Art. 2º - Esta portaria passará a vigorar a partir da data da sua publicação.

Curitiba, 11 de novembro de 2025.

PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE, CUMPRA-SE

Felipe Flessak
Diretor Geral da Secretaria de Estado das Cidades

155121/2025

RESOLUÇÃO Nº 139/2025/SECID

Súmula: Designa servidor para atuar como defensor dativo em processos de apuração de responsabilidade (PAAR).

O SECRETÁRIO DE ESTADO DAS CIDADES - SECID, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei nº 21.352/23, neste ato representado pelo Diretor-Geral da Secretaria de Estado das Cidades, conforme Resolução nº 134/2025/SECID; e conforme documentação anexa ao protocolo 24.223.693-9;

RESOLVE,

Art. 1º Designar a servidora Cinthia Aparecida de Lima, Engenheira Civil, RG 9.XXX.337- X, para atuar como defensora dativa em processos de apuração de responsabilidade (PAAR), (Lei Estadual nº 15.608/2007) nos casos de revelia por notificação via edital.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE, CUMPRA-SE

10 de novembro de 2025.

Felipe Flessak
Diretor Geral da Secretaria de Estado das Cidades

155184/2025

RESOLUÇÃO Nº 138/2025/SECID

Súmula: Prorroga o prazo da Resolução nº 043/2024/SECID, referente à Instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidades.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DAS CIDADES - SECID, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei nº 21.352/23, neste ato representado pelo Diretor-Geral da Secretaria de Estado das Cidades, conforme Resolução nº 134/2025/SECID; e conforme documentação anexa ao protocolo 20.361.555-8;

RESOLVE,

Art. 1º Prorrogar o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Processante para Apuração de Responsabilidades referente ao CA 0111/2014, por mais 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE, CUMPRA-SE

10 de novembro de 2025.

Felipe Flessak
Diretor Geral da Secretaria de Estado das Cidades

155182/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

3.ª RETIFICAÇÃO DA ENCOMENDA GOVERNAMENTAL SETI – EG N.º 006/2025
PROGRAMA VERÃO MAIOR PARANÁ DIVULGA CIÊNCIA

O ESTADO DO PARANÁ, por meio da SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR (SETI), com sua UNIDADE EXECUTIVA DO FUNDO PARANÁ (UEF), no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Encomenda Governamental n.º 006/2025, torna pública a presente retificação, por meio da qual o item 4.1.2, inciso III, passa a vigorar com redação conforme as condições aqui estabelecidas.

Onde se lê:
III – UNICENTRO: R$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinados à Meta de Comunicação e R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), para a locação de equipamentos;

Leia-se:
III – UNICENTRO: R$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinados à Meta de Comunicação e R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), para outras despesas de custeio ou investimento;

Permanecem em vigor, íntegros e inalterados, todos os demais dispositivos da Encomenda Governamental EG n.º 006/2025.

Curitiba, 11 de novembro de 2025.

JAMIL ABDANUR JUNIOR
Secretário de Estado, em exercício

155016/2025

UEL

PORTARIA N. 3052 - 11/11/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina (HU/UEL), no uso de suas atribuições legais e considerando a delegação que lhe foi atribuída pela Magnífica Reitora, por meio do Ato Executivo n 139/2023 (fl. 233), bem como o consubstanciado no Processo de e-Protocolo n° 19.980.991-1, em especial o Parecer da Procuradoria Jurídica da Universidade (PJU) n° 496/2024 (fls. 279-296a)

R E S O L V E:

I - Suspender o prazo estabelecido à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Portaria acima nominada, no período de **06 de novembro de 2025 a 24 de novembro de 2025**, motivada pelas férias agendadas dos membros da comissão.

II - A presente Portaria entra em vigor na data de sua **publicação no Diário Oficial, com efeitos a partir de 06/11/2025, inclusive.**

Enfa. Dra. Iara Aparecida de Oliveira Secco
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO (HU/UEL)
Diretora Superintendente

155135/2025

PORTARIA GEFIS Nº 2429/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1716/2025 Pregão Eletrônico nº19/2025

Contratada: Biohealth Comércio e Importação de Equipamentos e Produtos Médicos Ltda

Objeto: Fornecimento Parcelado de Solução de Dimetilsulfoxido (Dmso) Para Criopreservação Celular Em Frasco de 50 Ml Para Atender O Hospital Universitário de Londrina

GESTOR:

Servidor Fausto Celso Trigo
Matricula 0605636
E-mail faustotrigo@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal de Contrato e Fiscal Técnico
Servidor Dani Luce Doro da Silva
Matricula 0406566
E-mail danilucedoro@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,11 Novembro 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

155158/2025

PORTARIA GEFIS Nº 2424/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1669/2025 Dispensa nº135/2025

Contratada: Promefarma Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda.

Objeto: Aquisição de Medicamentos Diversos (Atropina, Heparina, Vimblastina, Verapamil, Colirio, Entre Outros) Para Atender O Hospital Universitário de Londrina

GESTOR:

Servidor Karine Maria Boll
Matricula 1101128
E-mail karineboll@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Maria Ines Pozzobon
Matricula 1329111
E-mail mpossebon@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Luiz Kaminami
Matricula 1207056
E-mail kaminami@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,11 Novembro 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 2425/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1670/2025 Dispensa nº135/2025

Contratada: Soma/Pr Comércio de Produtos Hospitalares Ltda

Objeto: Aquisição de Medicamentos Diversos (Atropina, Heparina, Vimblastina, Verapamil, Colirio, Entre Outros) Para Atender O Hospital Universitário de Londrina

GESTOR:

Servidor Karine Maria Boll
Matricula 1101128
E-mail karineboll@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Maria Ines Pozzobon
Matricula 1329111
E-mail mpossebon@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Luiz Kaminami
Matricula 1207056
E-mail kaminami@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF. Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,11 Novembro 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 2426/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1671/2025 Dispensa nº135/2025

Contratada: Pontamed Farmaceutica Ltda

Objeto: Aquisição de Medicamentos Diversos (Atropina, Heparina, Vimblastina, Verapamil, Colirio, Entre Outros) Para Atender O Hospital Universitário de Londrina

GESTOR:

Servidor Karine Maria Boll
Matricula 1101128
E-mail karineboll@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Maria Ines Pozzobon
Matricula 1329111
E-mail mpossebon@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Luiz Kaminami
Matricula 1207056
E-mail kaminami@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF. Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,11 Novembro 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 2427/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1672/2025 Dispensa nº135/2025

Contratada: Agille Comércio de Medicamentos Ltda

Objeto: Aquisição de Medicamentos Diversos (Atropina, Heparina, Vimblastina, Verapamil, Colirio, Entre Outros) Para Atender O Hospital Universitário de Londrina

GESTOR:

Servidor Karine Maria Boll
Matricula 1101128
E-mail karineboll@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Maria Ines Pozzobon
Matricula 1329111
E-mail mpossebon@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Luiz Kaminami
Matricula 1207056
E-mail kaminami@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF. Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,11 Novembro 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 2428/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1673/2025 Dispensa nº135/2025

Contratada: Accord Farmaceutica Ltda

Objeto: Aquisição de Medicamentos Diversos (Atropina, Heparina, Vimblastina, Verapamil, Colirio, Entre Outros) Para Atender O Hospital Universitário de Londrina

GESTOR:

Servidor Karine Maria Boll
Matricula 1101128
E-mail karineboll@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Maria Ines Pozzobon
Matricula 1329111
E-mail mpossebon@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Luiz Kaminami
Matricula 1207056
E-mail kaminami@uel.br

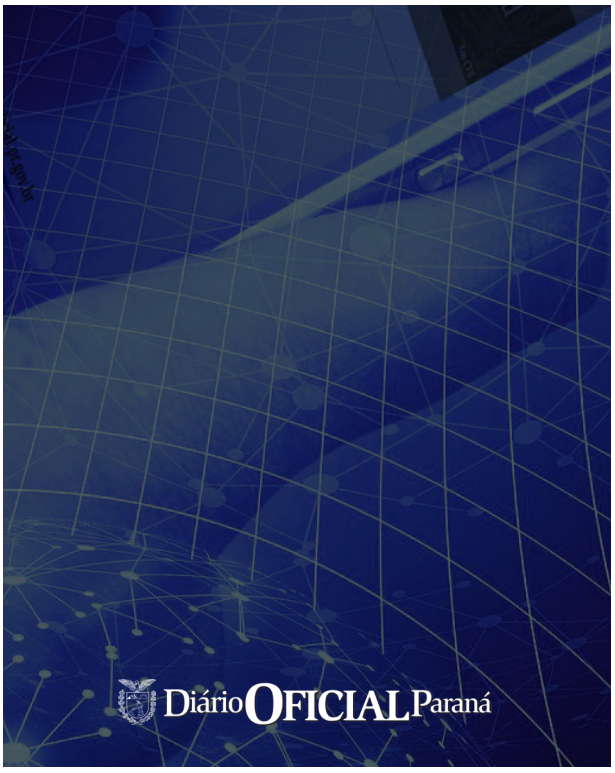
As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF. Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,11 Novembro 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

155122/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

UEM

PORTARIA Nº 1120/2025-GRE

O Reitor da Universidade Estadual de Maringá, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

Considerando a Lei nº 11.713 de 07 de maio de 1997, com alterações na Lei nº 21.583 de 14 de julho de 2023, que dispõe sobre os requisitos de progressão na Carreira Técnica Universitária;

Considerando a inclusão do artigo 13A na lei Complementar Estadual nº 231 de 17 de dezembro de 2020;

Considerando o Despacho Governamental publicado no Diário Oficial do Paraná nº 11.081 em 20 de dezembro de 2021, que delega competência aos Titulares das Universidades Estaduais do Paraná para a expedição de ato concessivo de promoções funcionais dos servidores do quadro próprio das IEES.

R E S O L V E

Art. 1º - CONCEDER PROMOÇÃO POR CAPACITAÇÃO aos servidores abaixo relacionados desta portaria, em atendimento ao Artigo 18 da Lei nº 21.583 de 14 de julho de 2023, a saber:

AGENTE UNIVERSITÁRIO DE APOIO							
Nome	RG	Quadro	Órgão	Cargo	Função	DE	PARA
						Classe	Classe
JEFERSON SAUCEDO SALES	302157657	CARREIRA TECNICA UNIVERSITARIA	UEM	AGENTE UNIVERSITARIO DE APOIO	OFICIAL DE MANUTENCAO N.14	A14	A15

Dê-se ciência.
Cumpra-se.

Maringá, 11 de novembro de 2025.

Prof. Dr. Leandro Vanalli
Reitor

155187/2025

PORTARIA Nº 1121/2025-GRE

O Reitor da Universidade Estadual de Maringá, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

Considerando o disposto nos artigos 9°, 10, 12 e 13 da Lei Estadual nº 11.713 de 07 de maio de 1997, com alterações na Lei Estadual nº 21.852 de 15 de dezembro de 2023;

Considerando a inclusão do artigo 13A na lei Complementar Estadual nº 231 de 17 de dezembro de 2020;

Considerando o Despacho Governamental publicado no Diário Oficial do Paraná nº 11.081 em 20 de dezembro de 2021, que delega competência aos Titulares das Universidades Estaduais do Paraná para a expedição de ato concessivo de promoções e progressões funcionais dos servidores do quadro próprio das IEES.

R E S O L V E

Art. 1º - PROMOVER os docentes da Universidade Estadual de Maringá, ocupantes do Cargo de Professor de Ensino Superior do Estado do Paraná, por terem cumprido os requisitos dispostos na Carreira do Magistério do Ensino Superior, Lei Estadual nº 11.713 de 07 de maio de 1997, com alterações na Lei Estadual nº 21.852 de 15 de dezembro de 2023, a saber: interstício de dois anos na classe e nível, mais avaliação:

Nome	RG	Quadro	Órgão	Cargo	DE		PARA	
					Classe	Ref.	Classe	Ref.
EDUARDO DAVID	136244440	CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR	UEM	PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR	ADJUNTO	D	ASSOCIADO	A
FLAVIO BRANDAO SILVA	63936464	CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR	UEM	PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR	ADJUNTO	D	ASSOCIADO	A
FRANCIELLE CRISTINA FENERICH	76247544	CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR	UEM	PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR	ADJUNTO	D	ASSOCIADO	A
GUSTAVO SANGUINO DIAS	86338289	CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR	UEM	PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR	ADJUNTO	D	ASSOCIADO	A

KLEBSON LUCENILDO DA SILVA	1686914	CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR	UEM	PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR	ADJUNTO	D	ASSOCIADO	A
NEILAINE RAMOS ROCHA DE LIMA	90255860	CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR	UEM	PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR	ADJUNTO	D	ASSOCIADO	A
ORLANDO CARLOS GOMES COLHADO	30366115	CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR	UEM	PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR	ADJUNTO	D	ASSOCIADO	A
SOLANGE MONTANHER ROSOLEN	39912651	CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR	UEM	PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR	ADJUNTO	D	ASSOCIADO	A

Art. 2º - CONCEDER ASCENSÃO DE NÍVEL aos docentes da Universidade Estadual de Maringá, ocupantes do Cargo de Professor de Ensino Superior do Estado do Paraná, por terem cumprido os requisitos dispostos na Carreira do Magistério do Ensino Superior, Lei Estadual nº 11.713 de 07 de maio de 1997, com alterações na Lei Estadual nº 21.852 de 15 de dezembro de 2023, a saber: interstício de dois anos na classe e nível, mais avaliação:

Nome	RG	Quadro	Órgão	Cargo	DE		PARA	
					Classe	Ref.	Classe	Ref.
ALINE MARIA MALACHINI MIOTTO AMARAL	63547760	CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR	UEM	PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR	ASSOCIADO	A	ASSOCIADO	B
CALIANE BASTOS BORBA COSTA	464114373	CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR	UEM	PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR	ASSOCIADO	A	ASSOCIADO	B
DANIEL KIKUTI	68906725	CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR	UEM	PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR	ADJUNTO	A	ADJUNTO	B
DANIEL KIKUTI	68906725	CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR	UEM	PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR	ADJUNTO	B	ADJUNTO	C
DANIEL KIKUTI	68906725	CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR	UEM	PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR	ADJUNTO	C	ADJUNTO	D
FERNANDO CARLOS MESSIAS FREIRE	62968281	CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR	UEM	PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR	ASSOCIADO	B	ASSOCIADO	C
GISLAINE CAMILA LAPASINI LEAL	716580	CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR	UEM	PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR	ASSOCIADO	A	ASSOCIADO	B
RAFAEL DE ALMEIDA SCHIAVON	1070890163	CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR	UEM	PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR	ASSOCIADO	A	ASSOCIADO	B
RICARDO FRANCISCO PEREIRA	264191602	CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR	UEM	PROFESSOR DO ENSINO SUPERIOR	ASSOCIADO	B	ASSOCIADO	C

Dê-se ciência.
Cumpra-se.

Maringá, 11 de novembro de 2025.

Prof. Dr. Leandro Vanalli
Reitor

155203/2025

O PRÓ-REITOR DE RECURSOS HUMANOS E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS:

R E S O L V E

Tornar pública a Portaria n° 971/PRH, de 10 de novembro de 2025, que **CONCEDE** 30 dias de **LICENÇA ESPECIAL** em favor dos servidores abaixo relacionados:

Nome	RG	Função	Período Aquisitivo	Início	Término
ADRIANA CRISTINA MAGNANI	40003428/PR	ENFERMEIRO	04/06/2012 a 03/06/2017	10/13/2025	11/11/2025
ANA MARIA APARECIDA BARELLI	30167678/PR	QUIMICO	21/12/2007 a 20/12/2012	10/6/2025	11/4/2025
ANDERSON DE SANTANA AMORIM	64710273/PR	AGENTE DE SEGURANCA INTERNA	01/10/2004 a 30/09/2009	10/13/2025	11/11/2025
ANDREA C B DA S FERNANDES	39274213/PR	PROFESSOR ADJUNTO	05/08/2008 a 04/08/2013	10/27/2025	11/25/2025
ANGELA MARIA CAMPAGNA	41689714/PR	PROFESSOR ASSOCIADO	04/11/2014 a 03/11/2019	10/5/2025	11/3/2025
ANGELA MARIA DE SOUZA	42292095/PR	TELEFONISTA	11/05/2009 a 10/05/2014	10/20/2025	11/18/2025
CRISTIANE DE AZEVEDO DRUCIAK	71879232/PR	TECNICO ADMINISTRATIVO	10/08/2003 a 09/08/2008	10/1/2025	10/30/2025
IONE PARRA BARBOSA TESSMANN	30450159/PR	PROFESSOR ASSOCIADO	21/12/2007 a 20/12/2012	10/17/2025	11/15/2025
IRENE NAOMI NAKAOKA	126641150/PR	PROFESSOR ADJUNTO	02/03/2008 a 01/03/2013	10/28/2025	11/26/2025
ISAAC TONINI	35827498/PR	TECNICO DE MANUTENCAO	12/01/2014 a 11/01/2019	10/15/2025	11/13/2025
JANE MARTHA GRATON MIKCHA	44388277/PR	PROFESSOR ASSOCIADO	09/03/2008 a 08/03/2013	10/13/2025	11/11/2025
LEONEL JESUS DE PIZA	40043381/PR	TECNICO ADMINISTRATIVO	02/10/2010 a 01/10/2015	10/20/2025	11/18/2025
LUCINDA BASSETO DE OLIVEIRA	50080838/PR	TECNICO ADMINISTRATIVO	21/12/2002 a 20/12/2007	10/29/2025	11/27/2025
MARCIA EDILAINE L CONSOLARO	46407008/PR	PROFESSOR ASSOCIADO	02/05/2007 a 01/05/2012	10/16/2025	11/14/2025
MARIA DE LURDES ALVES	19625753/PR	TECNICO EM ENFERMAGEM	21/12/2012 a 20/12/2017	10/16/2025	11/14/2025
MIRIAN APARECIDA M STRUETT	42969508/PR	TECNICO ADMINISTRATIVO	21/12/2002 a 20/12/2007	10/9/2025	11/7/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

OLINDA VICENTE ROSA	10748022/SP	AUXILIAR OPERACIONAL	12/01/2014 a 11/01/2019	10/6/2025	11/4/2025
PAULO CEZAR MARTINELLI	41425741/PR	ANALISTA DE GESTAO UNIVERISTARIA	21/12/2012 a 20/12/2017	10/16/2025	11/14/2025
RICARDO GUIMARAES S COUTINHO	30333365/PR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	21/12/2007 a 20/12/2012	10/13/2025	11/11/2025
SALOMAO GUARNIERI	17768210/SP	MUSICO	22/08/1999 a 21/08/2004	10/27/2025	11/25/2025
WAGNER CORDEIRO DELIVIO	33980264/PR	ANALISTA DE INFORMATICA	01/10/2012 a 30/09/2017	10/2/2025	10/31/2025

CONCEDE 60 dias de **LICENÇA ESPECIAL** em favor dos servidores abaixo relacionados:

Nome	RG	Função	Período Aquisitivo	Início	Término
CATIA SILENE SVERSUTI	42395307/PR	BIOQUIMICO	18/10/2013 a 17/10/2018	10/27/2025	12/25/2025
FERNANDA ANDREIA ROSA	8084248171/R	PROFESSOR ASSOCIADO	14/02/2011 a 13/02/2016	10/8/2025	12/6/2025
JOSE ARTHUR RIBEIRO CARNEIRO	2615307/MG	MEDICO	19/04/2009 a 18/04/2014	10/13/2025	12/11/2025
MARCIA ISTAKE	45619907/PR	PROFESSOR ASSOCIADO	04/03/2009 a 03/03/2014	10/20/2025	12/18/2025
MARIA MONTSERRAT DIAZ PEDROSA	37546844/PR	PROFESSOR ASSOCIADO	12/08/2008 a 11/08/2013	10/25/2025	12/23/2025
SIMONE PEREIRA DA C DOURADO	90720517/RJ	PROFESSOR ASSOCIADO	16/08/2011 a 15/08/2016	10/16/2025	12/14/2025
SUELI DE MELO ROSA	37787248/PR	TECNICO EM ENFERMAGEM	01/07/2012 a 30/06/2017	10/2/2025	11/30/2025

CONCEDE 90 dias de **LICENÇA ESPECIAL** em favor dos servidores abaixo relacionados:

Nome	RG	Função	Período Aquisitivo	Início	Término
CELIA CRISTINA UEZU UTIDA	43464728/PR	FONOAUDIOLOGO	21/12/2012 a 20/12/2017	10/2/2025	12/30/2025
ELIEZER RODRIGUES DE SOUTO	2188864/MG	PROFESSOR ASSOCIADO	21/12/2002 a 20/12/2007	10/13/2025	01/10/2026
MARCIO HIDEKI BABATA	73914477/PR	FISICO	02/04/2009 a 01/04/2014	10/29/2025	01/26/2026
WEBER ALEXANDRE S MORAES	50128792/PR	MEDICO	10/11/2011 a 09/11/2016	10/1/2025	12/29/2025

154493/2025

O PRÓ-REITOR DE RECURSOS HUMANOS E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS:

R E S O L V E

Tornar pública a Portaria n° 970/PRH, de 10 de novembro de 2025, que **DESLIGA**, a pedido, do quadro de funcionários da Universidade Estadual de Maringá, os servidores sob Contrato de Regime Especial (CRE) abaixo relacionados:

Nome	RG	Cargo	Lotação	Data do Desligamento	E-Protocolo
ALEXANDRE DIORIO	44.XXX.824-X SP	PROF.ADJUNTO T-40	CTC-DEQ	30/10/2025	24.852.686-6
DAIANI RODRIGUES MOREIRA	10.XXX.784-X PR	PROF.ADJUNTO T-40	CCB-DBC	30/10/2025	24.835.640-5
DANIELLY C DE O TOLENTINO	8.XXX.222-X PR	PROF.ADJUNTO T-40	CCS-DFA	30/10/2025	24.852.181-3
DENISE SILVA DE AQUINO	6.XXX.705-X PR	PROF.ADJUNTO T-40	CTC-DTC	30/10/2025	24.851.722-0
ELIANE CRISTINA DE A G BRUSCO	058.XXX.309-XX PR	PROF.ADJUNTO T-40	CCS-DEF	30/10/2025	24.847.583-8
FERNANDO HENRIQUE S GILIO	46.XXX.602-X SP	PROF.ADJUNTO T-40	CTC-DEC	30/10/2025	24.846.130-6
FERNANDO TERUHIKO HATA	8.XXX.870-X PR	PROF.ADJUNTO T-40	CCA-DAG	30/10/2025	24.842.597-0
GABRIELA DE FRANCA LOPES	10.XXX.788-X PR	PROF.ADJUNTO T-40	CTC-DEP	30/10/2025	24.853.692-6
GIMERSON ERICK FERREIRA	69.XXX.162-X SP	PROF.ADJUNTO T-40	CCS-DEN	30/10/2025	24.878.226-9
JESSICA SUZANA B A DARTIBALE	080.XXX.309-XX PR	PROF.ADJUNTO T-40	CCE-DES	30/10/2025	24.834.979-4
JULIANA YURI SEKIYAMA	50.XXX.677-X SP	PROF.ASSISTENTE T-40	CCS-DMD	30/10/2025	24.900.278-0
KATIANY RIZZIERI C FERRACIOLI	7.XXX.284-X PR	PROF.ADJUNTO T-40	CCS-DAB	30/10/2025	24.846.694-4
LETICIA VIER MACHADO	9.XXX.803-X PR	PROF.ADJUNTO T-40	CCH-DPI	30/10/2025	24.858.414-9
LUCAS EDUARDO CARIOLANDO	094.XXX.519-XX PR	ENGENHEIRO CIVIL	PCU-DOP	30/10/2025	24.864.834-1
MARCELO ROSOLEM LUCHETTI	6.XXX.838-X PR	PROF.ADJUNTO T-40	CTC-DAM	30/10/2025	24.851.089-7
MARCIA MOROSKOSKI	10.XXX.940-X PR	PROF.ADJUNTO T-40	CCS-DEN	30/10/2025	24.844.771-0
MICHELE CRISTINA HECK	7.XXX.394-X PR	PROF.ADJUNTO T-40	CCB-DBC	30/10/2025	24.836.888-8
PAULO ACACIO EGGER	4.XXX.563-X PR	PROF.ADJUNTO T-40	CCS-DMD	30/10/2025	24.898.718-9
PAULO VICTOR MEZZAROBA	7.XXX.716-X PR	PROF.ADJUNTO T-40	CCS-DEF	30/10/2025	24.840.212-1
STEFANIA CAROLINE C DA SILVA	8.XXX.257-X PR	PROF.ADJUNTO T-40	CCA-DZO	30/10/2025	24.793.717-0
TARCIO ROCHA LOPES	11.XXX.969-X PR	PROF.ADJUNTO T-40	CCA-DCA	30/10/2025	24.842.827-9
THALITA ZAGO OLIVEIRA	8.XXX.481-X PR	PROF.ADJUNTO T-40	CCS-DFA	30/10/2025	24.854.017-6
THIAGO VINICIUS BARROS	032XXX772007-X MA	PROF.ADJUNTO T-40	CTC-DEQ	30/10/2025	24.854.846-0
YARA CAMPOS MIRANDA	10.XXX.025-X PR	PROF.ADJUNTO T-40	CTC-DAM	30/10/2025	24.849.219-8

154481/2025

UEPG

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

A Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais;
considerando a autonomia administrativa conferida pelo Artigo 207 da Constituição da República do Brasil e art. 180 da Constituição do Estado do Paraná;
considerando o art. 53º e 54º da Lei nº 9.394/96;
considerando o art. 28, inciso X, do Estatuto da Universidade Estadual de Ponta Grossa;
considerando o art. 4º da Lei n° 9.663/91;

TORNA PÚBLICO:

O(s) Extrato(s) da(s) Portaria(s) R. emitida(s) abaixo relacionada(s):

PORTARIA R. Nº 2025.815 – 07/11/2025 (PROCESSO SEI Nº 25.000087505-7) – Autoriza a **prorrogação** do(s) contrato(s) referente(s) ao Processo Seletivo Simplificado, Agente Universitário CRES-UEPG, aberto e disciplinado pelo **Edital PROGESP-DICON nº 2025.81**, seguinte(s):
FUNÇÃO: INTÉRPRETE DE LIBRAS - 40 HORAS:

NOME	VIGÊNCIA

Cristiane Ribeiro da Rocha	16/12/2025 a 15/06/2026
Larissa Perenha Scremin	10/12/2025 a 09/06/2026
Marcelo Oliveira Bleme	05/12/2025 a 04/06/2026
Valdemir Pontes Vieira	09/12/2025 a 08/06/2026
PORTARIA R. Nº 2025.816 - 10/11/2025 (PROCESSO SEI Nº 25.000087902-8) – Autoriza a **prorrogação** do(s) contrato(s) referente(s) ao Processo Seletivo Simplificado, Agente Universitário CRES-UEPG, aberto e disciplinado pelo **Edital PROGESP-DICON nº 2025.77**, seguinte(s):	
FUNÇÃO: TÉCNICO EM LABORATÓRIO - 40 HORAS:	
NOME	**VIGÊNCIA**
Carlos Alberto Ferreira dos Santos Junior	10/12/2025 a 09/06/2026

Eliane de Fátima Rauski
Pró-Reitor

155150/2025



UNESPAR

PORTARIA N. 1392/2025 - PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS E DESENVOLVIMENTO/UNESPAR

O Reitor em exercício da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, no uso de suas atribuições estatutárias, legais e regimentais, considerando a Lei Complementar Estadual nº 231/2020, os §§ 1º e 2º do art. 37 da Lei nº 20.431/2020, o art. 4°, da Lei n° 11.713, de 07 de maio de 1997, o Despacho de Autorização Governamental constante no protocolado nº 23.342.639-3/25 de 04 de abril de 2025 e o protocolo nº 24.901.605-5;

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder Ascensão de Nível aos professores abaixo relacionados, ocupantes do cargo de Professor de Ensino Superior, lotados nos Campi da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR.

- *Campus* de Campo Mourão

Protocolo	Nome	CPF	De	Para
24.508.046-8	Rubya Vieira de Mello Campos	XXX.236.679-XX	Adjunto C	Adjunto D
24.357.861-2	Rodrigo Calatrone Paiva	XXX.635.401-XX	Adjunto B	Adjunto C

- *Campus* de Curitiba II

Protocolo	Nome	CPF	De	Para
24.617.702-3	Marcia Sabina Rosa	XXX.561.589-XX	Adjunto A	Adjunto B
24.771.885-0	Diego Elias Baffi	XXX.118.858-XX	Adjunto B	Adjunto C

- *Campus* de Paranaguá

Protocolo	Nome	CPF	De	Para
24.660.245-0	Ivone Ceccato	XXX.955.979-XX	Associado A	Associado B
24.771.124-4	Luis Fernando Roveda	XXX.451.020-XX	Associado B	Associado C

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Publique-se no Diário Oficial e no site oficial da Unespar.

Gabinete da Reitoria, 11 de novembro de 2025.

Carlos Alexandre Molena Fernandes
Reitor em exercício

PORTARIA N.º 1393/2025 – REITORIA/UNESPAR

O Reitor em exercício da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, no uso de suas atribuições estatutárias, legais e regimentais, considerando a Lei Complementar Estadual nº 231/2020, os §§ 1º e 2º do art. 37 da Lei nº 20.431/2020, o art. 4°, da Lei n° 11.713, de 07 de maio de 1997, o Despacho de Autorização Governamental constante no protocolado nº 23.342.639-3/25 de 04 de abril de 2025 e o protocolo nº 24.901.605-5;

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder Promoção, aos professores abaixo relacionados, ocupantes do cargo de Professor de Ensino Superior **na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR**.

***Campus* de Apucarana**

Protocolo	Nome	CPF	De	Para
24.891.766-0	Lorena Angélica Mancini	005.781.419-81	Assistente D	Adjunto A

***Campus* de Curitiba I**

Protocolo	Nome	CPF	De	Para
24.191.875-0	Jamil Mamedio Bark	XXX.262.449-XX	Adjunto D	Associado A

***Campus* de Paranavaí**

Protocolo	Nome	CPF	De	Para
24.906.407-6	Helena de Oliveira Leite	883.801.739-53	Assistente D	Adjunto A

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Publique-se no Diário Oficial e no site oficial da Unespar.

Gabinete da Reitoria, 11 de novembro de 2025.

Carlos Alexandre Molena Fernandes
Reitor em exercício

154950/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PORTARIA N.º 1391/2025 - REITORIA/UNESPAR

Designa Comissão de Sindicância para apurar os fatos, eventuais irregularidades e responsabilidades decorrentes de ocorrência envolvendo docente do *Campus* Paranavaí, conforme relatos contidos no Protocolo nº 24.843.003-6.

O Reitor da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 99 da Lei 20.656, de 3 de agosto de 2021, Art. 11, inciso XI, do Regimento Geral da UNESPAR, e Decreto Estadual nº 5.792, de 30 de agosto de 2012 (no que couber) e **considerando** o Parecer nº 127/2025 - Projur/Unespar (Fls. 54-56, Mov.5) e o Memorando nº 180/2025 da Direção do *Campus* de Paranavaí (Fls. 180, Mov. 6) contantes do Protocolo,

R E S O L V E:

Art. 1º Determinar a instauração de SINDICÂNCIA para apurar os fatos, eventuais irregularidades e responsabilidades, em virtude de denúncia registrada na Ouvidoria, conforme o relatado no Protocolo nº 24.843.003-6.

Art. 2º Para cumprimento do objeto disposto no artigo anterior, fica nomeada a COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta, sob a presidência da primeira nomeada, pelos seguintes servidores/membros: servidora **Isabela Candeloro Campoi**, CPF 017.XXX.XXX-26, servidora **Jamile Santinello**, CPF 024.XXX.XXX-21 e o servidor **Vanderlei Ferreira Vassi**, CPF 007.XXX.XXX-99.

§ 1º Para bem cumprir as suas atribuições, a COMISSÃO indicada no artigo 2º, poderá produzir prova documental, tendo acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, prova oral, podendo para tanto colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender convenientes.
§ 2º A COMISSÃO, ora constituída, terá o prazo de 03 (três) dias, após a publicação desta Portaria na imprensa oficial, para dar início aos trabalhos da Sindicância, e o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do início da mesma para a conclusão dos trabalhos, com emissão e encaminhamento do relatório circunstanciado ao Gabinete da Reitoria, consoante com o disposto no Art.177 e 88, § 2º da Lei 20.656/21.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.

Paranavaí, 10 de novembro de 2025.

Carlos Alexandre Molena Fernandes
Reitor em Exercício
Portaria nº 1325/2025 – Reitoria/Unespar

154576/2025

ERRATA

Onde se lê:

EXTRATO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O

REGISTRO DE DIPLOMAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Leia-se:

EXTRATO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O

REGISTRO DE DIPLOMAS NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ

Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR
Mantenedora: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI
77.046.951/0001-26

EXTRATO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

Para fins do disposto no art. 19 da Deliberação CEE/PR nº 01, de 17 de setembro de 2024, esta Instituição de Educação Superior informa que foram registrados quatrocentos e setenta e oito diplomas no período de 31/07/2025 a 30/09/2025, nos seguintes livros de registro e sequências numéricas: livro 90 - registros nº 18.286 a nº 18.400; livro 91 - registros nº 18.401 a nº 18.600; livro 92 - registros nº 18.601 a nº 18.800; livro 93 – registros n° 18.801 a n° 19.000.

A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada em até quinze dias, no endereço https://www.unespar.edu.br.

Curitiba, 04 de novembro de 2025.

CARLOS ALEXANDRE MOLENA FERNANDES
Vice-Reitor

155200/2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR/REITORIA
O Reitor em exercício da UNESPAR, no uso de suas atribuições legais, torna público a seguinte **PORTARIA:**
Portaria nº 1387/2025 de 07/11/2025. Art. 1º Nomear o Decano do Conselho de Campus, Adalberto Dias de Souza, CPF nº XXX.196.649-XX, para o cargo de Diretor Geral pro tempore do Campus de Campo Mourão, durante as férias da titular do cargo, de 24/11/2025 até 08/12/2025
Portaria nº 1388/2025 de 10/11/2025. Art. 1º Conceder fruição de férias ao servidor, João Marcos Borges Avelar, CPF nº XXX.096.309-XX, Pró-Reitor de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 01/01/2025 a 31/12/2025 no período de 11/11/2025 até 25/11/2025.
Art. 2º Nomear em substituição o Diretora de Finanças da PRAF Márcia Aparecida Althmann Cezar, CPF nº XXX.402.929-XX, no cargo de Pró-Reitora de Administração e Finanças, durante o período de férias da titular do cargo, no período de 11/11/2025 até 25/11/2025
Portaria nº 1390/2025 de 10/11/2025. Art. 1º Conceder fruição de férias ao servidor Alcemar Rodrigues Martello CPF nº XXX.789.330-XX, no cargo de Professor Ensino Superior, na função de Professor Associado, Diretor do Campus de União da Vitória, referente ao período aquisitivo 01/01/2025 a 31/12/2025, no período de 02/12/2025 a 16/12/2025.
Art. 2º Conceder a substituição à servidora Kelen dos Santos Junges, Vice-Diretora Geral do Campus de União da Vitória CPF nº XXX.928.059-XX, durante o período de férias do titular.
Carlos Alexandre Molena Fernandes– **Reitor em exercício**

154947/2025

UNICENTRO

O PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO, no uso de suas atribuições legais, torna público as seguintes PORTARIAS expedidas no mês de novembro de 2025:

549-PROGESP, de 12-11-2025: Concede ascensão de nível à docente Roseli de Oliveira Machado, RG nº 2X.75.8XX-X SP, para o nível B, da classe de Professor Adjunto, a partir da publicação desta Portaria.

550-PROGESP, de 12-11-2025: Declara a contagem de tempo de serviço, para todos os efeitos legais, da docente, Vanessa Elisabete Raue Rodrigues, RG nº 6.XXX.059-X, a SEED, de 23-2-2005 a 30-10-2025. Totalizando 20 anos e 248 dias, a partir de 7-11-2025.

551-PROGESP, de 12-11-2025: Retifica a tabela constante no art. 1º, da Portaria nº 527-PROGESP/UNICENTRO, de 4-11-2025, publicada no Diário Oficial nº 12.022, de 4-11-2025, que declarou a contagem de tempo para fins de aposentadoria e disponibilidade, da docente Camila Freitas de Oliveira, RG nº 9.XXX.772-X, que passa a vigorar conforme segue: ao INSS, de 22-2-2011 a 28-4-2011; ao INSS, de 16-5-2011 a 1º-12-2011; ao INSS, de 2-12-2011 a 13-12-2011; ao INSS, de 22-1-2012 a 23-8-2012; ao INSS, de 27-8-2012 a 9-2-2014. Totalizando 2 anos e 290 dias.

552-PROGESP, de 12-11-2025: Retifica a tabela constante no art. 1º, da Portaria nº 231-PROGESP/UNICENTRO, de 10-7-2025, publicada no Diário Oficial nº 11.940, de 10-7-2025, que declarou a contagem de tempo de serviço para fins de aposentadoria e disponibilidade, de servidor Marcelo Roldão Moreira de Sá, RG nº 5.XXX.025-X, que passa a vigorar conforme segue: ao INSS, de 10-6-1991 a 16-4-1993; ao INSS, de 6-9-1993 a 28-1-1995; ao INSS, de 1º-8-2002 a 20-1-2003; ao INSS, de 10-4-2006 a 26-2-2009; ao INSS, de 27-2-2009 a 9-2-2010; ao INSS, de 1º-1-2015 a 31-1-2015. Totalizando 7 anos e 230 dias.

553-PROGESP, de 12-11-2025: Declara a contagem de tempo de serviço, para todos os efeitos legais, da docente, Suélen Pontes Machado, RG nº 9.XXX.786-X, a UNICENTRO, de 2-5-2016 a 18-4-2018; a UNICENTRO, 19-4-2018 a 8-4-2020; a UNICENTRO, 9-4-2020 a 7-4-2022; a UNICENTRO, 8-4-2022 a 1º-4-2024; a UNICENTRO, 2-4-2024 a 30-6-2025. Totalizando 9 anos e 59 dias, a partir de 3-11-2025.

554-PROGESP, de 12-11-2025: Declara a contagem de tempo de serviço, para todos os efeitos legais, do docente, Gelson Marcos Rodrigues Junior, RG nº 6.XXX.588-X, a UNIOSTE, de 17-4-2008 a 31-12-2008; a UEM, de 14-8-2020 a 13-2-2021. Totalizando 1 ano e 75 dias, a partir de 10-11-2025.

555-PROGESP, de 12-11-2025: Declara a contagem de tempo de serviço para fins de aposentadoria e disponibilidade, Gelson Marcos Rodrigues Junior, RG nº 6.XXX.588-X, ao INSS, de 27-3-2012 a 22-7-2013; ao INSS, de 1º-2-2014 a 31-7-2020; ao INSS, de 14-2-2021 a 31-7-2021. Totalizando 8 anos e 103 dias.

556-PROGESP, de 12-11-2025: Declara a contagem de tempo de serviço para fins de aposentadoria e disponibilidade, Gelson Marcos Rodrigues Junior, RG nº 6.XXX.588-X, ao Município de Maripa, de 20-11-2006 a 16-4-2008; ao Município de Maripa, de 1º-1-2009 a 26-3-2012. Totalizando 4 anos e 232 dias.

557-PROGESP, de 12-11-2025: Concede promoção de classe à docente Sandra Mara de Andrade, RG nº 8.XXX.087-X, para a classe de Professor Associado, nível A, a partir da publicação desta Portaria.

Gabinete do Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.

Robson Paulo Ribeiro Ferras
Pró-Reitor.

155098/2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO
O REITOR DA UNICENTRO, no uso de suas atribuições legais, torna público a decisão referente conclusão de Processo Disciplinar:

Protocolo nº 22.580.069-3, de 8/8/2024 (SID)
Acato o Relatório Final da Comissão de Processo Disciplinar, designada pela Portaria nº 1.142-GR/UNICENTRO, de 12/9/2025, publicada no Diário Oficial

do Estado nº 11986, de 15/9/2025, e decido pelo arquivamento do processo, nos termos do art. 67, inciso VIII, da Lei nº 20.656/21021, e art. 46, inciso I, do Regulamento do Regime disciplinar aplicado ao corpo discente, aprovado pela Resolução nº 23/2004-COU/UNICENTRO.

Prof. Dr. Fábio Hernandes.
Reitor.

155063/2025

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO, no uso de suas atribuições legais, torna público a seguintes PORTARIAS expedidas no mês de OUTUBRO de 2025:

1.212-GR, de 1º-10-2025: Designa Bruno Filipe Marques, RG n° 10.622.683-0, Agente Universitário Profissional, na função de Psicólogo, no Câmpus de Irati, de 1º a 30 de outubro de 2025.

1.213-GR, de 1º-10-2025: Extingue, a pedido do docente Rodrigo Barbosa Nogueira, CIN nº 051.460.729-73, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, a partir de 30 de setembro de 2025.

1.214-GR, de 1º-10-2025: Extingue, a pedido de Giovana Carla Spassin, RG n° 10.946.709-0, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, a partir de 31 de outubro de 2025.

1.215-GR, de 2-10-2025: Exonera, a pedido, o docente Carlos Ricardo Maneck Malfatti, RG nº 12.727.607-2, da função de Vice-Chefe do Departamento de Educação Física, Câmpus Cedeteg, a partir de 29 de setembro de 2025.

1.216-GR, de 2-10-2025: Autoriza o docente Valdirlei Fernandes Freitas, RG nº 6.754.258-4, a afastar-se do país para participar do Simpósio de Spintrônica e Magnetismo na Universidade Beihang (*Beihang University*), promovido pelo Centro Beihang-Brasil (*Beihang-Brazil Center*), em Hangzhou, China, de 25 de outubro a 4 de novembro de 2025.

1.217-GR, de 6-10-2025: Concede Licença Especial ao docente Silvano da Silva Coutinho, RG nº 4.626.689-7, de 3 de novembro a 22 de dezembro de 2025.

1.218-GR, de 6-10-2025: Suspende, em decorrência de Licença Especial, o pagamento da Gratificação de Responsabilidade Acadêmica, GRA, relativa à função de Vice-Chefe do Departamento de Educação Física, Câmpus de Irati, atribuída ao docente Silvano da Silva Coutinho, RG nº 4.626.689-7, de 3 de novembro a 22 de dezembro de 2025.

1.219-GR, de 6-10-2025: Concede Licença Especial à docente Nelsi Antonia Pabis, RG nº 837.396-5, de 10 de novembro de 2025 a 7 de fevereiro de 2026.

1.220-GR, de 6-10-2025: Extingue, a pedido de Marcia Regina de Almeida Zinco, RG n° 5.908.276-0, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, a partir de 31 de outubro de 2025.

1.222-GR, de 6-10-2025: Autoriza o docente Silvano da Silva Coutinho, RG nº 4.626.689-7, a afastar-se do país, de 3 de novembro a 12 de dezembro de 2025.

1.223-GR, de 6-10-2025: Extingue, a pedido da docente Tatiellen Cristina Prudentes, RG nº 9.512.526-3, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, a partir de 31 de outubro de 2025.

1.224-GR, de 6-10-2025: Extingue, a pedido do docente Jhonatan dos Santos Dantas, RG nº 10.314.777-8, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, a partir de 13 de outubro de 2025.

1.225-GR, de 6-10-2025: Designa Filipe Garcia Gonçalves de Alfaro, RG nº 52.380.373-4 SP, como Professor Colaborador, do Departamento de Ciências Econômicas, Câmpus Santa Cruz, de 6 de outubro de 2025 a 28 de fevereiro de 2026.

1.226-GR, de 6-10-2025: Extingue, a pedido de Karla Gomes Borges, RG nº 14.002.584-4, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, a partir de 30 de setembro de 2025.

1.227-GR, de 7-10-2025: Autoriza a docente Célia Bassuma Fernandes, RG nº 3.289.312-0, a afastar-se do país para viagem a Londres, na Inglaterra, e Bruxelas, na Bélgica, de 7 a 21 de outubro de 2025.

1.228-GR, de 7-10-2025: Extingue, a pedido de Willyan de Oliveira, RG n° 13.364.976-0, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, a partir de 31 de outubro de 2025.

1.229-GR, de 7-10-2025: Designa Carlos Raphael Pedroso, RG nº 10.499.631-0, como Professor Colaborador, do Departamento de Engenharia Ambiental, Câmpus de Irati, de 7 de outubro de 2025 a 28 de fevereiro de 2026.

1.230-GR, de 7-10-2025: Designa Silvia Iris Afonso Lopes, RG nº 7.291.684-0, como Professor Colaborador, do Departamento de Pedagogia, Câmpus de Irati, de 7 de outubro de 2025 a 28 de fevereiro de 2026.

1.231-GR, de 8-10-2025: Designa Bruna Carolini de Bona, RG nº 5.445.004 SC, como Vice-Chefe do Departamento de Educação Física, Câmpus Cedeteg, para mandato complementar, de 29 de setembro de 2025 a 17 de fevereiro de 2027.

1.232-GR, de 8-10-2025: Extingue, a pedido de Silmara da Aparecida Wendler de Jesus Custodio, RG n° 10.979.383-3, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, a partir de 11 de outubro de 2025.

1.233-GR, de 8-10-2025: Extingue, a pedido da docente Bruna Loise de Quadros dos Santos, RG nº 12.680.835-6, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, a partir a 2 de outubro de 2025.

1.236-GR, de 8-10-2025: Extingue, a pedido de Bruno Filipe Marques, RG n° 10.622.683-0, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, a partir de 1º de outubro de 2025.

1.238-GR, de 8-10-2025: Designa Juliana Maria de Castro, RG nº 3.931.079 SC, como Professor Colaborador, do Departamento de Medicina, Câmpus Cedeteg, de 8 de outubro de 2025 a 28 de fevereiro de 2026.

1.244-GR, de 9-10-2025: Exonera, a pedido, Daniel Luiz de Souza, RG n° 8.685.308-6, do cargo de Coordenador de Apoio à Coordenadoria de Educação a Distância, da UNICENTRO, a partir de 31 de outubro de 2025.

1.245-GR, de 9-10-2025: Extingue, a pedido da docente Gisele Tacheviski, RG nº 12.956.803-8, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, a partir 19 de setembro de 2025.

1.246-GR, de 9-10-2025: Designa Kleber de Peder Negrisoli, RG nº 7.534.928-9, como Professor Colaborador, do Departamento de Letras, Câmpus Santa Cruz, de 9 de outubro de 2025 a 28 de fevereiro de 2026.

1.247-GR, de 9-10-2025: Designa Maxwell Julio dos Santos, RG nº MG-11.482.591, como Professor Colaborador, do Departamento de Medicina, Câmpus Cedeteg, de 9 de outubro de 2025 a 28 de fevereiro de 2026.

1.248-GR, de 9-10-2025: Designa Valmor Issii Giavarina, RG nº 8.709.592-4, como Professor Colaborador, do Departamento de Medicina, Câmpus Cedeteg, de 9 de outubro de 2025 a 28 de fevereiro de 2026.

1.249-GR, de 10-10-2025: Designa Natach Wysocki Küster, RG nº 8.057.317-0, como Professor Colaborador, do Departamento de Medicina, Câmpus Cedeteg, de 10 de outubro de 2025 a 28 de fevereiro de 2026.

1.250-GR, de 10-10-2025: Designa Anderson de Souza Moser, RG nº 12.454.043-7, como Professor Colaborador, do Departamento de Pedagogia, Câmpus Santa Cruz, de 10 de outubro de 2025 a 28 de fevereiro de 2026.

1.251-GR, de 10-10-2025: Designa Cecília Rafaelly de Oliveira Rutkoski, RG nº 8.805.033-9, como Professor Colaborador, no Câmpus Santa Cruz, vinculada à Pró-Reitoria de Apoio ao Estudante, Proae, de 10 de outubro de 2025 a 31 de janeiro de 2026.

1.252-GR, de 10-10-2025: Designa Suellen Fernanda de Quadros, RG nº 10.525.216-1, como Professor Colaborador, no Câmpus Santa Cruz, vinculada à Pró-Reitoria de Apoio ao Estudante, Proae, de 10 de outubro de 2025 a 31 de janeiro de 2026.

1.253-GR, de 10-10-2025: Designa Bruna Loise de Quadros dos Santos, RG nº 12.680.835-6, como Professor Colaborador, no Câmpus Santa Cruz, vinculada à Pró-Reitoria de Apoio ao Estudante, Proae, de 10 de outubro de 2025 a 31 de janeiro de 2026.

1.254-GR, de 10-10-2025: Designa Edson Lucas Camilo, RG nº 10.062.037-5, como Professor Colaborador, do Departamento de Geografia, Câmpus Cedeteg, de 10 de outubro de 2025 a 28 de fevereiro de 2026.

1.255-GR, de 10-10-2025: Designa Thays Zigante Furlan Ribeiro, RG nº 3366847-7 MT, como Professor Colaborador, do Departamento de Geografia, Câmpus Cedeteg, de 10 de outubro de 2025 a 28 de fevereiro de 2026.

1.259-GR, de 13-10-2025: Autoriza o docente Cleverson Fernando Salache, RG nº 8.296.171-2, a afastar-se do país, para participar do VII Congresso ISKO Espanha e Portugal/XVII Congresso ISKO Espanha, na Universidade do Porto, e realizar visita técnica na Universidade de Coimbra e na Universidade de Lisboa, em Portugal, de 11 a 22 de novembro de 2025.

1.260-GR, de 13-10-2025: Extingue, a pedido do docente Fabio Ricardo Hilgenberg Gomes, RG nº 8.151.696-0, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, a partir 23 de setembro de 2025.

1.261-GR, de 16-10-2025: Designa Ademir Juracy Fanfa Ribas, RG nº 4.169.533-1, Vice-Reitor, para responder como Reitor em Exercício da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, de 20 a 25 de outubro de 2025.

1.262-GR, de 16-10-2025: Autoriza a docente Angela Maria Corso, RG nº 6.350.134-4, a afastar-se do país para visita ao Museu de Arqueologia de Alta Montanha (*Museo de Arqueología de Alta Montaña*), em Salta, Argentina, de 24 de outubro a 2 de novembro de 2025.

1.263-GR, de 16-10-2025: Exonera, a pedido, Salete Plentir da Silva Hersen, RG nº 13.013.828-0, lotada no Câmpus Santa Cruz, do cargo de Coordenadora de Projetos, na função de Coordenadora de Área, da UNICENTRO, a partir de 31 de outubro de 2025.

1.264-GR, de 16-10-2025: Exonera a pedido, Jaqueline Gonçalves Padilha, RG nº 12.869.546-0, lotada no Câmpus Santa Cruz, do cargo de Coordenadora de Recursos Financeiros, na função de Coordenadora de Área, da UNICENTRO, a partir de 31 de outubro de 2025.

1.265-GR, de 16-10-2025: Extingue, a pedido da docente Cecília Rafaelly de Oliveira Rutkoski, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, a partir de 10 de outubro de 2025.

1.266-GR, de 16-10-2025: Designa Bruna Silva, RG nº 10.057.544-2, para exercer função gratificada como Encarregada da Seção de Secretaria do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Associado em Enfermagem em Atenção Primária à Saúde – UENP/ UNESPAR/UNICENTRO, de 1° de outubro de 2025 a 6 de fevereiro de 2028.

1.267-GR, de 20-10-2025: Extingue, a pedido da docente Ionah Beatriz Beraldo Mateus, RG nº 6.260.574-0, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, a partir de 8 de outubro de 2025.

1.268-GR, de 20-10-2025: Extingue, a pedido de Ana Flavia Czui, RG n° 13.090.432-7, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, a partir de 31 de outubro de 2025.

1.269-GR, de 20-10-2025: Extingue, a pedido de Jéssica Végas, RG n° 11.047.451-2, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, a partir de 31 de outubro de 2025.

1.270-GR, de 20-10-2025: Extingue, a pedido de Alexandre Marcondes Maitschuk, RG n° 9.216.258-3, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, a partir de 31 de outubro de 2025.

1.276-GR, de 21-10-2025: Extingue, a pedido de Evandro Cardoso Sobolevski, RG n° 13.312.241-9, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, a partir de 31 de outubro de 2025.

1.277-GR, de 21-10-2025: Extingue, a pedido de Sara Durau Lima, RG n° 12.825.474-9, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, a partir de 31 de outubro de 2025.

1.278-GR, de 21-10-2025: Extingue, a pedido de Welliton Luis Cavalheiro, RG n° 10.715.019-6, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, a partir de 31 de outubro de 2025.

1.279-GR, de 21-10-2025: Extingue, a pedido de Rosana Claudia dos Santos Kaminski, CIN n° 020.665.249-64, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, a partir de 31 de outubro de 2025.

1.280-GR, de 21-10-2025: Extingue, a pedido de Andressa Pacheco, RG n° 10.698.637-1, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, a partir de 31 de outubro de 2025.

1.281-GR, de 21-10-2025: Extingue, a pedido da docente Jessyca Slompo Freitas, RG nº 10.269.777-4, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, a partir de 31 de outubro de 2025.

1.282-GR, de 21-10-2025: Extingue, a pedido da docente Raphaella Rosa Horst Massuqueto, RG nº 8.612.448-3, o Contrato de Trabalho por prazo

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

determinado, em Regime Especial, a partir de 30 de outubro de 2025.

1.283-GR, de 21-10-2025: Autoriza o docente Leandro Redin Vestena, RG nº 8.646.638-4, a afastar-se do país para realizar visita técnica ao Grupo de Pesquisa, Desenvolvimento e Transferência em Recursos Hídricos e Saneamento (*Grupo de Investigación, Desarrollo y Transferencia en Recursos Hídricos y Saneamiento*) e ao Laboratório de Hidráulica da Universidade Tecnológica Nacional (*Universidad Tecnológica Nacional*), Faculdade Regional de Córdoba (*Facultad Regional Córdoba*), na Argentina, de 15 a 30 de novembro de 2025.

1.284-GR, de 21-10-2025: Autoriza a docente Cecília Hauresko, RG nº 6.538.609-7, a afastar-se do país para participar do V Encontro Latino-Americano de Agricultura Urbana e Periurbana, ELAUP, e I Seminário Latino-Americano de Geografia Rural, LAGRURAL (*V Encuentro Latinoamericano de Agricultura Urbana y Periurbana, ELAUP, y I Seminario Latinoamericano de Geografía Rural, LAGRURAL*), em Bogotá, Colômbia, de 24 a 30 de novembro de 2025.

1.285-GR, de 21-10-2025: Exonera Patricia Souza dos Santos Latchuk, RG nº 10.224.275-0, da função de Chefe da Divisão de Documentação do Câmpus Santa Cruz, da UNICENTRO, a partir de 31 de outubro de 2025.

1.288-GR, de 22-10-2025: Extingue, a pedido de Diego Fialkoski, RG nº 9.113.579-5, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, a partir de 31 de outubro de 2025.

1.289-GR, de 22-10-2025: Extingue, a pedido de Cylaine Maria das Neves Auler, RG n° 12.377.637-2, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, a partir de 31 de outubro de 2025.

1.297-GR, de 22-10-2025: Extingue, a pedido do docente Giovane Galvão, RG nº 12.400.207-9, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, a partir de 31 de outubro de 2025.

1.298-GR, de 22-10-2025: Extingue, a pedido de Guilherme Antonio Ferreira, RG n° 13.026.438-7, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, a partir de 31 de outubro de 2025.

1.303-GR, de 24-10-2025: Designa a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio, CIPA, da UNICENTRO, constituída conforme segue: I – Presidente: Profª Juliana de Conto, RG nº 4.073.087-7; II – Câmpus Santa Cruz: a) membros eleitos: 1. Jacqueline Wirthmann, RG nº 15.821.562-4, Agente Universitária (titular); 2. Angelo André Marafon, RG nº 6.492.879-1, Agente Universitário (titular); 3. Taline Emanuely da Silva Dzulinski, RG nº 14.868.314-0, Agente Universitária (suplente); 4. Lucilene de Jesus Dias Melo, RG n° 14.665.171-2, Agente Universitária (suplente). b) membros indicados: 1. Prof. André Rezende Petterson, RG nº 14.267.168-9, Docente (titular); 2. Giiliano Daniel Nascimento, RG nº 10.350.264-0, Agente Universitário (titular); 3. Profª Luciana Rosar Fornazari Klanovicz, RG nº 5.040.597-7 SC, Docente (suplente); 4. José Fernando Tomporovski, RG nº 4.657.125-8, Agente Universitário (suplente). III – Câmpus Cedeteg: a) membros eleitos: 1. Priscila Antunes Schamne, RG nº 8.581.150-9, Agente Universitária (titular); 2. Neusa Maria Delgado de Souza, RG nº 4.112.909-3, Agente Universitária (titular); 3. Prof. Glauco Nonose Negrão, RG nº 6.938.128-6, Docente (suplente); 4. Prof. Lucas de Oliveira Araújo, RG nº 7.779.528-6, Docente (suplente). b) membros indicados: 1. Prof. João Manoel Folador Rodriguez, RG nº 10.665.232-5, Docente (titular); 2. Leandro Rafael de Abreu, RG nº 8.683.735-8, Agente Universitário (titular); 3. Prof. Sebastião Brasil Campos Lustosa, RG nº 4.258.012-0, Docente (suplente); 4. Winicius Koop, RG nº 12.466.052-1, Agente Universitário (suplente). IV – Câmpus de Irati: a) membros eleitos: 1. Profª Juliana de Conto, RG nº 4.073.087-7, Docente (titular); 2. Profª Eliane Cristina Pereira, RG nº 7.569.209-9, Docente (titular); 3. Prof. Lucas Antoszczyszyn, RG nº 13.861.100-0, Docente (suplente); 4. Profª Patrycia Fonseca, CIN nº 084.382.469-74, Docente (suplente). b) membros indicados: 1. Prof. Fabricio Ventura Barsi, RG nº 27.235.746-7 SP, Docente (titular); 2. Andréia Seidl, RG nº 6.014.399-4, Agente Universitária (titular); 3. Prof. Cláudio Shigueki Suzuki, RG nº 5.030.086-2, Docente (suplente); 4. Luis Marcelo de Souza, RG nº 4.671.540-3, Agente Universitário (suplente). O mandato dos membros é para o período de 23 de outubro de 2025 a 22 de outubro de 2026.

1.306-GR, de 24-10-2025: Autoriza o docente Marcelo Marques Lopes Müller, RG nº 5.120.395-0, a afastar-se do país, para participar do XVII Congresso Latino-Americano de Viticultura e Enologia, em Santiago, no Chile, de 1º a 8 de novembro de 2025.

1.307-GR, de 24-10-2025: Autoriza a servidora Loide Andréa Salache, RG nº 5.798.716-2, a afastar-se do país para participar do VII Congresso ISKO Espanha e Portugal/XVII Congresso ISKO Espanha, na Universidade do Porto, e realizar visita técnica na Universidade de Coimbra e na Universidade de Lisboa, em Portugal, de 11 a 22 de novembro de 2025.

1.311-GR, de 27-10-2025: Extingue, a pedido de Émeli Kruchelski Sutil, RG n° 14.993.992-0, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, a partir de 31 de outubro de 2025.

1.313-GR, de 27-10-2025: Extingue, a pedido de Simone Maria Macedo, RG nº 10.602.356-5, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, a partir de 1º de outubro de 2025.

1.315-GR, de 29-10-2025: Altera o parágrafo único, do art. 1º, da Portaria nº 1.057–GR/UNICENTRO, de 12 de agosto de 2025, que passa a vigorar conforme segue: "Art. 1º (…) Parágrafo único. A designação de que trata este artigo é para o período de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2025."

1.316-GR, de 29-10-2025: Altera o parágrafo único, do art. 1º, da Portaria nº 1.056–GR/UNICENTRO, de 12 de agosto de 2025, que passa a vigorar conforme segue: "Art. 1º (…) Parágrafo único. A designação de que trata este artigo é para o período de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2025."

1.317-GR, de 29-10-2025: Extingue, a pedido do docente Romário Daniel Jantara, RG nº 13.436.399-1, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, a partir de 31 de outubro de 2025.

1.318-GR, de 29-10-2025: Extingue, a pedido do docente Gabriel Elysio Maia Braga, RG nº 8.225.397-1, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, a partir de 31 de outubro de 2025.

1.321-GR, de 30-10-2025: Autoriza a servidora Solange Beatriz Vier Müller, RG nº 4.404.917-1, a afastar-se do país para viagem à cidade de Santiago, no Chile, de 1° a 8 de novembro de 2025.

1.322-GR, de 30-10-2025: Extingue, a pedido de Beatriz Souza da Silva, RG n° 9.707.591-3, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, a partir de 31 de outubro de 2025.

1.336-GR, de 31-10-2025: Extingue, a pedido de Bruna Rodrigues Kieling, RG nº 13.945.336-0, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, a partir de 31 de outubro de 2025.

1.337-GR, de 31-10-2025: Extingue, a pedido de Andressa Rodrigues dos Santos, RG n° 9.801.881-6, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, a partir de 31 de outubro de 2025.

1.338-GR, de 31-10-2025: Prorroga, o Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial, de Kaite Zilá Wrobel Luz, RG nº 6.670.828-4, de 1° de novembro de 2025 a 28 de fevereiro de 2026.

1.339-GR, de 31-10-2025: Designa Lucas Emannuel Portella, RG nº 13.019.114-2, para exercer, em comissão, sem vínculo, o cargo de Coordenador de Atividades Técnicas Musicais, na função de Coordenador de Área, da UNICENTRO, de 1º de novembro a 31 de dezembro de 2025.

1.340-GR, de 31-10-2025: Prorroga o período da designação de Wynike Domingues Kraus de Deus, RG nº 14.923.360-1, no cargo de Coordenador de Apoio à Diretoria de Documentação Institucional, da UNICENTRO, de 1º de novembro a 31 de dezembro de 2025.

1.341-GR, de 31-10-2025: Prorroga o Contrato de Trabalho de Agentes Universitários do Câmpus Santa Cruz, de 1º a 30 de novembro de 2025: Maria Helena Tomacheski Polipenco, RG/CIN nº 14.516.270-0. De 1º novembro a 31 de dezembro de 2025: Murilo Maçaneiro Schroeder, RG/CIN nº 13.318.842-8. De 1º novembro de 2025 a 28 de fevereiro de 2026: Fernanda Lemos Brazil da Silva, RG/CIN nº 12.608.427-6 RJ; Pedro Gabriel Gubert Teo, RG/CIN nº 9.475.348-1. De 1º novembro de 2025 a 10 de março de 2026: André Rudek, RG/CIN nº 8.169.374-9; Luana Kaminski, RG/CIN nº 10.619.607-9. De 1º novembro de 2025 a 31 de março de 2026: Alana Seretuki Rosario, RG/CIN nº 14.771.416-5; Alexsandra Borges Ludvichk, RG/CIN nº 13.692.048-0; Ana Laura Pletsch Caldas, RG/CIN nº 14.055.346-8; Ana Paula dos Santos Oliveira, RG/CIN nº 9.417.428-7; Ana Paula Maximowski, RG/CIN nº 6.475.922-1; Andre Ribinski, RG/CIN nº 8.741.462-0; Antonio Marcos Grube, RG/CIN nº 5.937.728-0; Augusto César Prado Alves, RG/CIN nº M-2.609.431 MG; Bruno Afinovicz, RG/CIN nº 14.285.721-9; Bruno Fernando Freitas Saganski, RG/CIN nº 13.560.833-5; Carlos Eduardo Martins de Queiroz, RG/CIN nº 13.898.650-0; Carlos Eduardo Ribas, RG/CIN nº 7.584.563-4; Caroline Albertini Silva, RG/CIN nº 12.336.046-0; Daniel Luís Cionek, RG/CIN nº 13.728.640-8; Danieli Lecenko, RG/CIN nº 14.322.082-6; Edson Luiz Schultz, RG/CIN nº 4.131.098-7; Emily Ribeiro Botelho, RG/CIN nº 13.100.655-1; Erivelto Rodrigues de Oliveira Junior, RG/CIN nº 14.332.996-8; Evellim Carla Nascimento, RG/CIN nº 14.028.548-0; Fernando Ferreira Caldas, RG/CIN nº 8.687.609-4; Francieli Proczikevicz, RG/CIN nº 12.481.523-1; Gabriela Aparecida França Fontana, RG/CIN nº 13.760.653-4; Gustavo Franco de Souza, RG/CIN nº 10.930.695-9; Isabela Ferreira Perredo, RG/CIN nº 13.445.702-3; Isabella de Campos, RG/CIN nº 14.596.739-2; Isabelly Ribeiro de Lima, RG/CIN nº 14.215.563-0; Jéssica Vitória de Lima, RG/CIN nº 14.382.557-4; José Rodrigues Caldas, RG/CIN nº 5.883.392-4; Josiely Hemily de Oliveira, RG/CIN nº 13.497.411-7; Josni Ozeias Kuchla, RG/CIN nº 10.174.665-8; Kiara Cabral Jorge, RG/CIN nº 12.575.234-9; Leandra Baggio de Lima, RG/CIN nº 12.657.614-5; Lenilso Camargo, RG/CIN nº 13.560.603-0; Leon Nascimento Gomes, RG/CIN nº 13.474.063-9; Leonardo Haas Ribeiro, RG/CIN nº 15.093.958-5; Leonardo Henrique de Almeida Miqueta, RG/CIN nº 14.026.095-9; Luciana Gomes, RG/CIN nº 2.373.446 MS; Luisa Delponte Nunes, RG/CIN nº 13.744.278-7; Luiz Carlos Knuppel Junior, RG/CIN nº 7.673.452-6; Luiz Eduardo Tiburcio da Rosa, RG/CIN nº 12.957.384-8; Luiz Fernando Pereira dos Santos, RG/CIN nº 10.033.512-3; Luz Clarita de Paula de Souza, RG/CIN nº 14.428.771-1; Maria Eugênia Burko Hauser, RG/CIN nº 7.526.025 SC; Maria Fernanda Madureira de Brito, RG/CIN nº 14.454.312-2; Marieli Rieckel Antoniucci, RG/CIN nº 12.380.239-0; Mayarah Ribas Silvestre, RG/CIN nº 12.912.746-5; Milena Bastos Ribas, RG/CIN nº 14.177.784-0; Murilo Holubovski, RG/CIN nº 10.017.239-9; Nagely Rodrigues de Almeida Portela, RG/CIN nº 9.222.042-7; Nathália Fedechen Zandavalli, RG/CIN nº 6.268.331 SC; Paula Aline Silvério, RG/CIN nº 11.047.611-6; Paula Yanagawa Nizer, RG/CIN nº 12.444.869-7; Pedro Padilha Bernardim, RG/CIN nº 13.498.636-0; Pedro Wilson Stanoga, RG/CIN nº 14.433.396-9; Rafael Sindelar Barczak, RG/CIN nº 7.009.188-7; Raphael Suski Camargo, RG/CIN nº 10.684.626-0; Rayane Ferreira, RG/CIN nº 12.955.670-6; Renan de Oliveira, RG/CIN nº 10.758.742-0; Rhuan Paulo Ferras, RG/CIN nº 14.008.895-1; Robson José Walendorff, RG/CIN nº 115.931.629-52; Simone Gonçalves, RG/CIN nº 13.228.769-4; Susanne Pawlas, RG/CIN nº 8.849.704-0; Taline Emanuely da Silva Dzulinski, RG/CIN nº 14.868.314-0; Talita Rios Leutner, RG/CIN nº 8.622.149-7; Veronica Gonçalves, RG/CIN nº 14.663.363-3; Victor Amado Silva Ortiz, RG/CIN nº 14.297.052-0; Vitor Meleki de Souza, RG/CIN nº 13.837.202-2; Yorranan Neves de Almeida Costa, RG/CIN nº 494815 AP; Yuri Pereira Santana, RG/CIN nº 10.982.991-9.

1.342-GR, de 31-10-2025: Prorroga o Contrato de Trabalho de Agentes Universitários do Câmpus Cedeteg, de 1º de novembro de 2025 a 31 de março de 2026: Anderson José Lara, RG/CIN nº 10.062.009-0; Asaf Silas Nunes, RG/CIN nº 12.634.256-0; Bruna Barbieri Garcia de Lima Arantes, RG/CIN nº 8.741.490-6; Cristiane Rosa Moura, RG/CIN nº 13.499.613-7; Douglas Fernando Schimanski, RG/CIN nº 8.410.271-7; Eldilson Kuchla, RG/CIN nº 10.304.294-1; Emerson Prestes dos Santos, RG/CIN nº 10.353.817-3; Gabriel Flauzino, RG/CIN nº 14.291.417-4; Karoline Camaroto dos Santos, RG/CIN nº 10.556.528-3; Lorena Ribeiro Ferri, RG/CIN nº 12.477.947-2; Loriangela Marceli Dal Pozzo, RG/CIN nº 10.151.824-8; Marya Heduarda de Oliveira, RG/CIN nº 14.271.929-0; Patricia de Oliveira, RG/CIN nº 12.836.715-2; Rafael Kovalyk Aguiar Bonfim, RG/CIN nº 12.851.872-0; Raphael Augusto Baldissera Gonçalves, RG/CIN nº 9.628.420-9; Suelem Andressa de Oliveira Lopes, RG/CIN nº 10.979.981-5; Winicius Koop, RG/CIN nº 12.466.052-1; Yasmin Brand Rodrigues, RG/CIN nº 14.071.832-7.

1.343-GR, de 31-10-2025: Prorroga o Contrato de Trabalho de Agentes Universitários do Câmpus de Irati, de 1º de novembro de 2025 a 31 de dezembro de 2025: Bianca Christine Anciutti, RG/CIN nº 12.342.889-7. De 1º de novembro de 2025 a 4 de fevereiro de 2026: Jaqueline Andressa Marochi

Ianiski, RG/CIN nº 13.792.479-0. De 1º de novembro de 2025 a 31 de março de 2026: Alexandra Padilha, RG/CIN nº 041.918.179-22; Carolina Pilaski da Silva, RG/CIN nº 14.545.518-9; Daniel Fernando Lemes dos Santos, RG/CIN nº 13.900.426-4; Ddináh Maria dos Santos Brito, RG/CIN nº 28.327.920-6 RJ; Eduardo Gnatkowski, RG/CIN nº 14.607.567-3; Fabio Fernando Schipiura, RG/CIN nº 9.571.860-4; Fernanda Ribas, RG/CIN nº 13.644.688-6; Lámerson José Guimarães, RG/CIN nº 9.065.530-2; Letícia do Nascimento Schavarem, RG/CIN nº 10.828.535-4; Lorayne Sahd Przytocki, RG/CIN nº 10.504.757-6; Maria Eduarda Joffe, RG/CIN nº 12.964.180-0; Rafael Barros Ramalho, RG/CIN nº 6811591 PA; Viviane Cristi Borges, RG/CIN nº 11.030.955-4; William Ribeiro Pinto, RG/CIN nº 9.869.666-0; Willian Kazmierski, RG/CIN nº 8.162.770-3.
1.344-GR, de 31-10-2025: Prorroga, o Contrato de trabalho de Marcia Regina dos Santos, RG n° 4.204.346-0, lotada na Clínica-Escola de Medicina da UNICENTRO, de 1º de novembro de 2025 a 31 de março de 2026.
1.345-GR, de 31-10-2025: Altera o local de lotação de Milena dos Santos Pereira, RG nº 14.342.231-3, do Câmpus Cedeteg para a Clínica-Escola de Medicina da UNICENTRO, a partir de 3 de novembro de 2025.
1.346-GR, de 31-10-2025: Prorroga, o Contrato de trabalho de Milena dos Santos Pereira, RG nº 14.342.231-3, lotada na Clínica-Escola de Medicina da UNICENTRO, de 1º de novembro de 2025 a 31 de março de 2026.
1.347-GR, de 31-10-2025: Retifica o local de lotação de Evelaine Carla Nascimento, RG nº 14.028.558-7, mencionada no item 9, do anexo da Portaria nº 1.103–GR/UNICENTRO, de 29 de agosto de 2025, concernente à prorrogação do Contrato de Trabalho por prazo determinado, em Regime Especial. A retificação a que se refere é do Câmpus Cedeteg para o Hospital Regional do Centro-Oeste, com efeitos a partir de 1º de setembro de 2025.
1.348-GR, de 31-10-2025: Prorroga, o Contrato de trabalho de Evelaine Carla Nascimento, RG n° 14.028.558-7, lotada no Hospital Regional do Centro-Oeste, de 1º de novembro de 2025 a 31 de março de 2026.

Gabinete do Reitor da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.

Prof. Dr. Fábio Hernandes,
Reitor.

154890/2025

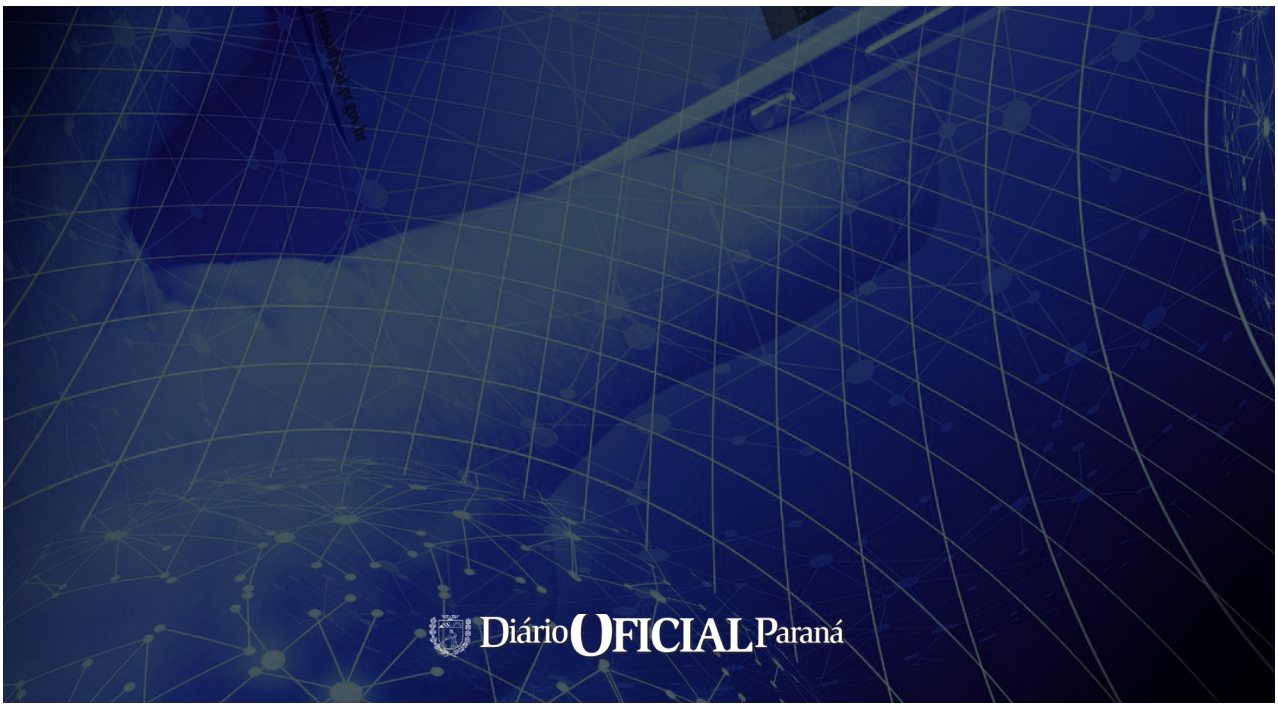
UNIOESTE

PORTARIA Nº 4725/2025-GRE, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025.
O Reitor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, no uso das atribuições estatutárias e regimentais,
considerando a Lei nº 12976/2000, de 17 de novembro de 2000;
considerando o Decreto Estadual nº 8466/2013, de 01 de julho de 2013;
considerando o Processo nº 24.906.554-4, de 29 de outubro de 2025,
RESOLVE:
Art. 1º Autorizar a Prorrogação da Disposição Funcional da Servidora GISLAINE PIEROZAN, RG nº 6.XXX.462-X, lotada na Reitoria, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, para a Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria da Mulher e Igualdade Étnico-Racial, com ônus para a origem, mediante ressarcimento, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2026.
Art. 2º O estágio probatório da servidora ficará suspenso enquanto durar o exercício da função comissionada em órgão diverso desta Universidade, sendo retomado imediatamente a partir do seu retorno ao exercício das atividades no órgão de origem.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito a partir de 01 de janeiro de 2026.
GABINETE DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE, CASCAVEL – PARANÁ
ALEXANDRE ALMEIDA WEBBER
REITOR

154483/2025

PORTARIA Nº 4730/2025-GRE, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025.
Designar os Servidores, abaixo relacionados, para Fiscalização e Gerenciamento do **Contrato nº 8727/2025** – Reitoria, Dispensa Emergencial nº 45161/2025 - Processo nº 24.899.495-9, Processo Contrato n° 24.929.064-5, Controle interno nº 026/2025, com o objeto Empresa Especializada em Agenciamento para o fornecimento de Passagens Aéreas, e/ou Terrestres, Nacionais e internacionais devendo conter o serviço de emissão de seguro de viagem, quando solicitado. **Gestor de Contrato**: CARLOS EDUARDO VASCONCELOS BURTULI, RG nº 13.XXX.131-X. **Fiscal de Contrato**: FRANCIELI BONELLA, RG n° 12.XXX.169-X. Tornar sem efeito a Portaria n° 4710/2025-GRE, de 07 de novembro de 2025. O referido processo pode ser consultado na Pró-Reitoria de Administração e Finanças ou no(s) setor(es) que acompanha(m) sua execução. Esta Portaria, gera efeito a contar de 04 de novembro de 2025, e tem vigência concomitante a do **Contrato**, e eventuais Termos Aditivos de prorrogação de prazo.
PORTARIA Nº 4731/2025-GRE, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025.
Conceder progressão de nível ao Professor ALLAN CEZAR FARIA ARAÚJO, RG nº 1.XXX.358-X, RT-40, lotado no Centro de Ciências Médicas e Farmacêuticas do Campus de Cascavel, da classe de Professor Associado – nível A para nível B, por avaliação de desempenho.
PORTARIA Nº 4733/2025-GRE, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025.
Autorizar, a contar de 02 de setembro de 2025, a rescisão do Contrato nº 275/2025, de 14 de abril de 2025, do Professor EDUARDO GUANDALINI GENARO, RG nº 9.XXX.373-X, contratado para prestar serviços como Professor Temporário, com lotação no Centro Ciências Sociais Aplicadas, do Campus de Foz do Iguaçu.
PORTARIA Nº 4774/2025-GRE, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025.
Conceder progressão de nível a Professora CARLA SAKUMA DE OLIVEIRA, RG nº 9.XXX.187-X, RT-40, lotada no Centro de Ciências Médicas e Farmacêuticas do Campus de Cascavel, da classe de Professor Adjunto – nível C para nível D, por avaliação de desempenho.
PORTARIA Nº 4775/2025-GRE, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025.
Promover o Professor JOSÉ ANTONIO CESCON, RG nº 3.XXX.102-X, RT-40, lotado no Centro de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Foz do Iguaçu, da classe de Professor Adjunto - nível D, para Associado - nível A.
PORTARIA Nº 4776/2025-GRE, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025.
Promover a Professora SHEILA CRISTINA ROCHA BRISCHILIARI, RG nº 7.XXX.274-X, RT-40, lotada no Centro de Educação, Letras e Saúde do Campus de Foz do Iguaçu, da classe de Professor Adjunto - nível D, para Associado - nível A.
PORTARIA Nº 4777/2025-GRE, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025.
Promover a Professora MARIA DE LOURDES DE ALMEIDA, RG nº 11.XXX.813-X, RT-40, lotada no Centro de Educação, Letras e Saúde do Campus de Foz do Iguaçu, da classe de Professor Adjunto - nível D, para Associado - nível A.
PORTARIA Nº 4778/2025-GRE, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025.
Promover a Professora MARICÉLIA NUNES DOS SANTOS, RG nº 10.XXX.506-X, RT-40, lotada no Centro de Educação, Comunicação e Artes do Campus de Cascavel, da classe de Professor Adjunto - nível D, para Associado - nível A.

155047/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria da Comunicação

DESPESAS COM PUBLICIDADE INSTITUCIONAL – SETEMBRO 2025

INVESTIMENTOS EM PRODUÇÃO

PRODUÇÃO	
ÓRGÃO	**VALOR**
APPA	R$ 21.925,00
DETRAN	R$ 319.599,80
FOMENTO PARANÁ	R$ 7.920,00
SANEPAR	R$ 81.197,00
SECOM	R$ 2.248.814,35
SEED	R$ 2.500,00
SETU	R$ 265.859,39
TOTAL	**R$ 2.947.815,54**

ÓRGÃO	SERVIÇO	VALOR
APPA	Produção Eletrônica	R$ 21.925,00
DETRAN	Produção Eletrônica	R$ 318.652,80
DETRAN	Produção Gráfica	R$ 947,00
FOMENTO PARANÁ	Produção Eletrônica	R$ 3.800,00
FOMENTO PARANÁ	Produção Gráfica	R$ 4.120,00
SANEPAR	Produção Eletrônica	R$ 75.400,00
SANEPAR	Produção Gráfica	R$ 5.797,00
SECOM	Outras Produções	R$ 445.066,00
SECOM	Produção Eletrônica	R$ 1.062.321,98
SECOM	Produção Gráfica	R$ 741.426,37
SEED	Produção Gráfica	R$ 2.500,00
SETU	Produção Eletrônica	R$ 182.000,00
SETU	Produção Gráfica	R$ 83.859,39
TOTAL		**R$ 2.947.815,54**

Relatório emitido em: 10/11/2025

Os valores poderão sofrer alterações devido a eventuais estornos em relação a prestadores de serviços. Consulte os valores atualizados na página da SECOM (https://www.comunicacao.pr.gov.br/Pagina/Publicidade).

INVESTIMENTOS EM MÍDIA

MÍDIA	
ÓRGÃO	**VALOR**
APPA	R$ 1.953.385,37
DETRAN	R$ 5.174.581,55
FOMENTO PARANÁ	R$ 1.329.855,41
SECOM	R$ 11.045.046,02
TOTAL	**R$ 19.502.868,35**

ÓRGÃO	SERVIÇO	VALOR
APPA	Internet	R$ 67.328,03
APPA	Jornal	R$ 88.373,35
APPA	Mídia Exterior	R$ 6.369,75
APPA	Rádio	R$ 438.334,35
APPA	TV	R$ 1.352.979,89

DETRAN	Internet	R$ 269.084,08
DETRAN	Jornal	R$ 399.523,93
DETRAN	Rádio	R$ 1.523.616,16
DETRAN	TV	R$ 2.982.357,38
FOMENTO PARANÁ	Internet	R$ 179.996,94
FOMENTO PARANÁ	Rádio	R$ 624.419,61
FOMENTO PARANÁ	TV	R$ 525.438,86
SECOM	Internet	R$ 1.298.034,06
SECOM	Jornal	R$ 1.241.826,87
SECOM	Mídia Exterior	R$ 329.971,10
SECOM	Rádio	R$ 2.337.555,13
SECOM	Revista	R$ 15.200,00
SECOM	TV	R$ 5.822.458,86
TOTAL		**R$ 19.502.868,35**

ÓRGÃO	SERVIÇO	FORNECEDOR	CNPJ
APPA	Internet	BYTEDANCE BRASIL TECNOLOGIA LTDA.	27.415.911.000.1-36
APPA	Internet	CORREIO DO LITORAL EDITORA LTDA	44.727.433.000.1-19
APPA	Internet	FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA.	16.619.945.000.1-26
APPA	Internet	GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA.	06.990.590.000.1-23
APPA	Jornal	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
APPA	Jornal	EDITORA CORREIO PARANAENSE LTDA	00.064.742.000.1-80
APPA	Jornal	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55
APPA	Jornal	EDITORA O ESTADO DO PARANÁ S/A	76.568.708.000.1-05
APPA	Jornal	FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA.	16.619.945.000.1-26
APPA	Jornal	INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	09.570.162.000.1-30
APPA	Jornal	JOSE ROBERTO AFFOLTER	01.979.767.000.1-77
APPA	Mídia Exterior	STRATEGIA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA	03.279.552.000.1-79
APPA	Rádio	BATOX COMUNICAÇÕES LTDA	03.745.739.000.1-10
APPA	Rádio	BORIN B COMUNICAÇÃO LTDA	53.857.366.000.1-48
APPA	Rádio	CIANORTE FM - SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	79.476.438.000.1-09
APPA	Rádio	COLINAS FM LTDA	02.598.078.000.1-85
APPA	Rádio	COLUMBIA FM LTDA	01.858.762.000.1-96
APPA	Rádio	DFM RADIO DIFUSÃO LTDA - ME	27.023.030.000.1-70
APPA	Rádio	DIFUSORA CULTURAL LTDA	79.319.851.000.1-51
APPA	Rádio	DIFUSORA OURO VERDE LTDA	76.491.471.000.1-01
APPA	Rádio	EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CIDADE ALTA LTDA	79.144.077.000.1-95
APPA	Rádio	ESTÚDIO ROQUETE PINTO DE COMUNICAÇÕES LTDA	03.754.742.000.1-09
APPA	Rádio	FM CINDERELA LTDA	81.076.218.000.1-21
APPA	Rádio	FM LAGOA AZUL LTDA	02.297.541.000.1-59
APPA	Rádio	FM RADIO PEROLA DO SUL LTDA	78.708.104.000.1-42
APPA	Rádio	FM RUBI LTDA	04.401.928.000.2-10
APPA	Rádio	FM STUDIO 96 LTDA	77.827.673.000.1-44

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

APPA	Rádio	FM VERDE VALE LTDA - EPP	79.435.723.000.1-73
APPA	Rádio	FUNDAÇÃO ANTONIO BARBARA	04.987.544.000.1-40
APPA	Rádio	FUNDAÇÃO BRASIL DE ARTE E CULTURA	04.961.373.000.1-80
APPA	Rádio	FUNDAÇÃO CANAL 20	04.083.151.000.1-01
APPA	Rádio	FUNDAÇÃO CULTURAL CELINAUTA	77.737.831.000.1-75
APPA	Rádio	FUNDAÇÃO CULTURAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA	04.726.029.000.1-06
APPA	Rádio	FUNDACAO CULTURAL NOSSA SENHORA DA GLORIA DE MARINGA	03.232.222.000.2-09
APPA	Rádio	FUNDAÇÃO CULTURAL NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, RADIO SERRA DO MAR 94.1 FM	00.415.970.000.2-39
APPA	Rádio	FUNDAÇÃO CULTURAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS	78.595.097.000.1-10
APPA	Rádio	FUNDACAO EXCLUSIVA EDUCATIVA	03.760.860.000.1-11
APPA	Rádio	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DE BELÉM DE GUARAPUAVA	77.898.526.000.1-65
APPA	Rádio	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	03.553.621.000.1-90
APPA	Rádio	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447.000.1-22
APPA	Rádio	FUNDAÇÃO PIONEIRA DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DO PARANÁ	78.282.084.000.1-90
APPA	Rádio	FUNDAÇÃO RÁDIO GOIOERÊ.	80.889.637.000.1-10
APPA	Rádio	FUNDAÇÃO REDENTORISTA DE COMUNICAÇÕES SOCIAIS	77.082.014.000.1-26
APPA	Rádio	FUNDAÇÃO SANTA CLARA DE ASSIS	15.585.265.000.1-76
APPA	Rádio	FUNDAÇÃO SANT'ANA	00.833.057.000.1-71
APPA	Rádio	G BORIN COMUNICACAO LTDA	40.539.310.000.1-01
APPA	Rádio	GBB COMUNICACAO LTDA	53.856.831.000.1-26
APPA	Rádio	GENOA FM LTDA	03.932.868.000.1-18
APPA	Rádio	ILHA BELA FM TRES LTDA	37.907.825.000.1-02
APPA	Rádio	IVAÍ EMISSORA FM LTDA	80.565.625.000.1-30
APPA	Rádio	IVAIPORÃ FM LTDA - EPP	01.741.753.000.1-10
APPA	Rádio	JDO ADMINISTRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA	57.619.928.000.1-76
APPA	Rádio	L.K. RADIODIFUSÃO LTDA	02.539.160.000.1-39
APPA	Rádio	LONG VIEW COMUNICACOES LTDA	35.488.904.000.1-92
APPA	Rádio	MAIS COMUNICAÇÃO LTDA	21.648.735.000.1-04
APPA	Rádio	MUSICA 89,9 FM LTDA	11.818.635.000.1-17
APPA	Rádio	NOVA FREQUÊNCIA LTDA	04.161.060.000.1-47
APPA	Rádio	ORGANIZAÇÃO GUARATUBANA DE COMUNICAÇÕES LTDA	01.744.997.000.1-57
APPA	Rádio	ORGANIZACAO MADASOL DE COMUNICACAO LTDA	03.883.032.000.1-70
APPA	Rádio	PLANETA TERRA FM LTDA	03.726.678.000.1-44
APPA	Rádio	PR DE OLIVEIRA - CANTAGALO ME	21.484.483.000.1-17

APPA	Rádio	PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA	02.412.465.000.1-85
APPA	Rádio	R1 PRODUCAO E COMUNICACAO LTDA	58.153.988.000.1-09
APPA	Rádio	R4 PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA	45.495.289.000.1-03
APPA	Rádio	RADAI COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA	27.809.613.000.1-20
APPA	Rádio	RÁDIO 90.1 FM LTDA	06.178.113.000.1-68
APPA	Rádio	RADIO AGUAS CLARAS FM LTDA - EPP	00.173.030.000.1-08
APPA	Rádio	RADIO ALINE LTDA	79.465.126.000.1-91
APPA	Rádio	RÁDIO ALVORADA DO SUL LTDA	75.656.355.000.1-32
APPA	Rádio	RÁDIO ATALAIA DE MARINGÁ LTDA - ME	61.488.698.000.1-20
APPA	Rádio	RÁDIO ATUAL GUAIRACÁ DE MANDAGUARI LTDA	79.157.715.000.1-02
APPA	Rádio	RÁDIO AURIVERDE DE PITANGA LTDA	77.128.163.000.1-89
APPA	Rádio	RÁDIO BANDA 1 FM LTDA	02.360.777.000.1-92
APPA	Rádio	RADIO BIANCA LTDA	75.213.330.000.1-64
APPA	Rádio	RÁDIO BRASILEIRA DE BELA VISTA DO PARAÍSO LTDA	77.714.061.000.1-45
APPA	Rádio	RÁDIO BROTAS LTDA	75.640.284.000.1-80
APPA	Rádio	RÁDIO CABIÚNA LTDA	75.622.308.000.1-78
APPA	Rádio	RÁDIO CACIQUE DE GUARAPUAVA LTDA	75.682.948.000.1-73
APPA	Rádio	RÁDIO CAIOBÁ LTDA	77.088.235.000.1-01
APPA	Rádio	RADIO CANYON LTDA	14.202.033.000.1-29
APPA	Rádio	RADIO CAPANEMA LTDA	75.978.973.000.1-07
APPA	Rádio	RÁDIO CAPELISTA LTDA	03.743.540.000.2-34
APPA	Rádio	RÁDIO CENTRAL DO PARANÁ LTDA	80.220.874.000.1-93
APPA	Rádio	RÁDIO CHOPINZINHO LTDA	77.139.152.000.1-02
APPA	Rádio	RÁDIO CIDADE JANDAIA LTDA	77.938.801.000.1-27
APPA	Rádio	RÁDIO CIDADE PATO BRANCO LTDA	80.233.919.000.1-64
APPA	Rádio	RÁDIO CLUB DE FAXINAL LTDA	77.257.293.000.1-11
APPA	Rádio	RADIO CLUBE CRISTALINA LTDA	76.655.489.000.1-00
APPA	Rádio	RADIO CLUBE DE MALLET LTDA	81.063.372.000.1-69
APPA	Rádio	RÁDIO CLUBE DE REALEZA LTDA ME	77.298.313.000.1-00
APPA	Rádio	RADIO CLUBE DE UBIRATÃ LTDA	78.565.587.000.1-73
APPA	Rádio	RÁDIO CLUBE PONTAGROSSENSE LTDA	80.230.113.000.1-12
APPA	Rádio	RÁDIO COLMÉIA LTDA EPP	76.898.063.000.1-79
APPA	Rádio	RÁDIO COLOMBO DO PARANÁ LTDA	76.598.085.000.1-13
APPA	Rádio	RADIO COMUNICADORA DE FOZ DO IGUACU LTDA	77.813.525.000.1-70
APPA	Rádio	RÁDIO CONTINENTAL LTDA	76.679.026.000.1-70
APPA	Rádio	RADIO CONTINENTAL DE CURITIBA LTDA	76.498.864.000.1-47
APPA	Rádio	RADIO CONTINENTAL DE FRANCISCO BELTRÃO LTDA	76.627.520.000.1-90
APPA	Rádio	RADIO COPAS VERDES DE PRUDENTOPOLIS LTDA	80.828.882.000.1-17
APPA	Rádio	RÁDIO CORNÉLIO PROCÓPIO LTDA	76.248.715.000.1-20
APPA	Rádio	RÁDIO CRISTAL LTDA - ME	77.315.240.000.1-00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

APPA	Rádio	RADIO CRISTALINA LTDA	01.700.031.000.1-18
APPA	Rádio	RÁDIO CRUZEIRO DO SUL DE LONDRINA LTDA	78.599.636.000.1-99
APPA	Rádio	RÁDIO CRYSTAL FM DE CAFELÂNDIA LTDA	07.024.431.000.1-37
APPA	Rádio	RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	75.273.029.000.1-46
APPA	Rádio	RÁDIO CULTURA DE CURITIBA LTDA	76.723.493.000.1-50
APPA	Rádio	RÁDIO CULTURA DE FOZ DO IGUAÇU LTDA	77.748.176.000.1-50
APPA	Rádio	RÁDIO CULTURA LTDA	00.756.343.000.1-80
APPA	Rádio	RADIO CULTURA NORTE PARANAENSE LTDA	79.691.531.000.1-28
APPA	Rádio	RÁDIO CULTURA NOVO SOM LTDA	75.752.816.000.1-70
APPA	Rádio	RÁDIO CULTURA SUL FM LTDA	80.383.862.000.1-80
APPA	Rádio	RÁDIO DIFUSORA AMÉRICA DE CHOPINZINHO LTDA	80.200.009.000.1-85
APPA	Rádio	RADIO DIFUSORA COLMEIA DE CAMPO MOURAO LTDA EPP	75.889.782.000.1-60
APPA	Rádio	RÁDIO DIFUSORA COLMÉIA DE PORTO UNIÃO LTDA	85.605.251.000.1-52
APPA	Rádio	RADIO DIFUSORA CRUZEIRO DO OESTE LTDA	76.352.202.000.1-64
APPA	Rádio	RÁDIO DIFUSORA DO PARANÁ LTDA	81.562.126.000.1-51
APPA	Rádio	RÁDIO DIFUSORA GUARAPUAVA LTDA ME	77.895.308.000.1-77
APPA	Rádio	RÁDIO DIFUSORA SIRIEMA LTDA	75.767.566.000.1-42
APPA	Rádio	RADIO DIFUSORA UNIAO LTDA	81.646.762.000.1-61
APPA	Rádio	RÁDIO E TELEVISÃO CANAL 29 DO PARANÁ LTDA	00.545.881.000.1-26
APPA	Rádio	RADIO EDUCADORA DE FRANCISCO BELTRÃO LTDA	77.092.633.000.1-00
APPA	Rádio	RÁDIO EDUCADORA DE LARANJEIRAS DO SUL LTDA	76.659.952.000.1-83
APPA	Rádio	RÁDIO EDUCADORA DE LOANDA LTDA	75.460.261.000.1-93
APPA	Rádio	RÁDIO EDUCADORA MARECHAL LTDA	76.401.884.000.1-58
APPA	Rádio	RÁDIO EMISSORA ATALAIA LTDA	77.896.157.000.1-71
APPA	Rádio	RÁDIO ENTRE RIOS LTDA	77.409.589.000.1-00
APPA	Rádio	RÁDIO EVANGELIZAR É PRECISO LTDA	09.101.720.000.1-18
APPA	Rádio	RADIO EXCLUSIVA LTDA	81.670.085.000.1-17
APPA	Rádio	RÁDIO FM 104 LTDA	00.958.511.000.1-10
APPA	Rádio	RADIO FM 95 STEREO LTDA	80.389.083.000.1-91
APPA	Rádio	RÁDIO FM CIDADE DE CAMBÉ LTDA	76.273.804.000.1-26
APPA	Rádio	RÁDIO FM CIDADE PARANAVAÍ LTDA-ME	80.187.149.000.1-60
APPA	Rádio	RÁDIO FM DO PORTO LTDA - ME	80.450.554.000.1-20
APPA	Rádio	RÁDIO FM ILHA DO MEL LTDA	76.531.011.000.1-60
APPA	Rádio	RÁDIO FM ILUSTRADA LTDA ME	79.323.994.000.1-37
APPA	Rádio	RADIO FM INDEPEDÊNCIA - CASCAVEL LTDA.	80.830.573.000.1-81

APPA	Rádio	RADIO FM INDEPENDENCIA - FOZ DO IGUACU LTDA	02.404.038.000.1-55
APPA	Rádio	RÁDIO FM INDEPENDÊNCIA IGAPÓ LTDA.	78.026.952.000.1-71
APPA	Rádio	RADIO FM INDEPENDÊNCIA LONDRINA LTDA.	77.682.946.000.1-00
APPA	Rádio	RADIO FM INDEPENDENCIA LTDA	77.070.332.000.2-58
APPA	Rádio	RADIO FM INDEPENDENCIA LTDA.	77.070.332.000.1-77
APPA	Rádio	RADIO FM NORTE DO PARANA LTDA	01.882.316.000.1-17
APPA	Rádio	RÁDIO FM VALE DO NOROESTE LTDA	79.621.330.000.1-54
APPA	Rádio	RÁDIO FM VALE DO SOL LTDA	75.010.736.000.1-40
APPA	Rádio	RÁDIO GRAÚNA DE PALOTINA LTDA	75.005.892.000.1-12
APPA	Rádio	RADIO GRAUNA LTDA	76.126.903.000.1-85
APPA	Rádio	RÁDIO GUAÇU DE TOLEDO LTDA	81.566.499.000.1-09
APPA	Rádio	RÁDIO GUARANIAÇU LTDA	77.591.345.000.1-91
APPA	Rádio	RADIO INDEPENDENCIA DE MEDIANEIRA LTDA - ME	75.543.470.000.1-09
APPA	Rádio	RÁDIO INDEPENDÊNCIA DE SALTO DO LONTRA LTDA	75.207.951.000.1-35
APPA	Rádio	RÁDIO INTERCONTINENTAL LTDA	78.712.056.000.1-66
APPA	Rádio	RÁDIO INTERNACIONAL FM 107.9 DE QUEDAS DO IGUAÇU LTDA	76.531.052.000.1-56
APPA	Rádio	RÁDIO ITAIPU LTDA	76.330.067.000.1-56
APPA	Rádio	RADIO ITAPUA DE PATO BRANCO LTDA - ME	76.263.730.000.1-47
APPA	Rádio	RADIO JORNAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND LTDA	77.311.009.000.1-48
APPA	Rádio	RADIO JOVEM PRATA LTDA	09.254.787.000.1-92
APPA	Rádio	RÁDIO JURANDA FM LTDA - ME	02.360.718.000.1-14
APPA	Rádio	RÁDIO LÍDER SUL FM LTDA - ME	03.865.478.000.1-72
APPA	Rádio	RÁDIO LONDRINA S/A	78.598.166.000.1-49
APPA	Rádio	RÁDIO LONTRENSE FM LTDA	02.702.194.000.1-00
APPA	Rádio	RÁDIO MATELÂNDIA LTDA	77.750.297.000.1-37
APPA	Rádio	RÁDIO MENINA DO PARANÁ LTDA	80.774.391.000.3-00
APPA	Rádio	RADIO MUSICAL FM LTDA	79.972.600.000.1-71
APPA	Rádio	RADIO NAJUA DE IRATI LTDA	75.958.116.000.1-37
APPA	Rádio	RADIO NAUTICA FM LTDA	02.346.363.000.2-90
APPA	Rádio	RADIO NOVA FM LTDA	03.982.138.000.1-21
APPA	Rádio	RADIO NOVA PRINCESA FM DE PITANGA LTDA	03.725.381.000.1-64
APPA	Rádio	RÁDIO NOVO DIA FM LTDA	35.723.404.000.1-98
APPA	Rádio	RADIO ORTIGUEIRA LTDA	03.861.517.000.1-63
APPA	Rádio	RÁDIO PAIQUERÊ LTDA	78.600.855.000.1-40
APPA	Rádio	RÁDIO PANEMA LTDA	81.738.262.000.1-50
APPA	Rádio	RÁDIO PARANAVAÍ LTDA	79.688.891.000.1-70
APPA	Rádio	RÁDIO PITIGUARA LTDA	76.443.704.000.1-09
APPA	Rádio	RADIO PLANALTO FM LTDA	46.921.977.000.1-42
APPA	Rádio	RÁDIO POEMA DE PITANGA LTDA	79.349.288.000.1-64
APPA	Rádio	RÁDIO PORTA VOZ DE CIANORTE LTDA	80.005.002.000.1-02

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

APPA	Rádio	RÁDIO PRANCHITA FM LTDA - EPP	80.795.925.000.1-05
APPA	Rádio	RÁDIO QUIGUAY LTDA	04.362.453.000.1-19
APPA	Rádio	RÁDIO RAINHA DO OESTE DE ALTÔNIA LTDA	77.220.366.000.1-09
APPA	Rádio	RADIO RIO VERDE LTDA	05.349.869.000.1-60
APPA	Rádio	RADIO RURAL FM LTDA	79.059.820.000.1-09
APPA	Rádio	RADIO SANTA TEREZA DO OESTE LTDA - ME	03.702.547.000.1-27
APPA	Rádio	RÁDIO STEREO FM TELLES LTDA	80.020.761.000.1-44
APPA	Rádio	RADIO T FM LTDA - EPP	07.003.552.000.1-00
APPA	Rádio	RÁDIO TABAJARA DE LONDRINA LTDA	78.600.467.000.1-60
APPA	Rádio	RÁDIO THALENTO FM LTDA	03.317.127.000.1-27
APPA	Rádio	RÁDIO TRADIÇÃO LTDA	03.402.818.000.1-29
APPA	Rádio	RÁDIO TRANSAMÉRICA DE CURITIBA LTDA	76.012.145.000.1-74
APPA	Rádio	RADIO TRÊS DE MAIO LTDA	02.558.596.000.1-75
APPA	Rádio	RÁDIO TRÊS FRONTEIRAS LTDA - EPP	01.833.846.000.1-75
APPA	Rádio	RÁDIO TRI FRONTEIRA LTDA	83.218.008.000.2-37
APPA	Rádio	RADIO TRIBUNA FM LTDA	07.196.580.000.1-83
APPA	Rádio	RÁDIO UBÁ LTDA	76.236.090.000.1-86
APPA	Rádio	RÁDIO UNIÃO DE CÉU AZUL LTDA ME	77.613.008.000.1-58
APPA	Rádio	RADIO UNIÃO DE TOLEDO LTDA	77.096.055.000.1-71
APPA	Rádio	RÁDIO VALE VERDE LTDA	78.684.081.000.1-83
APPA	Rádio	RÁDIO VERA CRUZ FM LTDA	03.761.886.000.1-84
APPA	Rádio	RÁDIO VERDES CAMPOS LTDA	77.109.577.000.1-60
APPA	Rádio	RÁDIO VICENTE PALLOTTI LTDA	79.859.583.000.1-60
APPA	Rádio	RÁDIO VILA VELHA LTDA - ME	80.239.585.000.1-36
APPA	Rádio	RÁDIO VOZ DO SUDOESTE LTDA	79.456.257.000.1-02
APPA	Rádio	RÁDIO YARA LTDA	80.367.121.000.1-05
APPA	Rádio	RADIODIFUSÃO LITORAL SUL LTDA - ME	76.509.769.000.1-00
APPA	Rádio	RADIONORTE LTDA	75.551.622.000.1-07
APPA	Rádio	RANSSOLIN & RANSOLIN LTDA	02.541.161.000.1-18
APPA	Rádio	REDE ALTERNATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA	01.080.682.000.1-52
APPA	Rádio	REDE INTEGRAÇÃO DE COMUNICAÇÃO LTDA	79.701.983.000.1-43
APPA	Rádio	REDE OESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME	77.816.205.000.1-74
APPA	Rádio	REDE VIDA MELHOR DE COMUNICAÇÃO E EVANGELIZAÇÃO LTDA	33.486.316.000.1-94
APPA	Rádio	REDE VIVIDENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA.	81.680.282.000.1-17
APPA	Rádio	RICNOTÍCIAS RADIODIFUSÃO LTDA	11.341.339.000.1-78
APPA	Rádio	RICNOTÍCIAS RADIODIFUSÃO LTDA	11.341.339.000.3-30
APPA	Rádio	SISTEMA NOVA ERA DE COMUNICAÇÃO LTDA	80.907.397.000.1-39
APPA	Rádio	SISTEMA PARANAENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA	77.670.651.000.1-13

APPA	Rádio	SOCIEDADE DE RADIODIFUSAO PADRE EDUARDO LTDA - ME	80.251.366.000.1-72
APPA	Rádio	SOCIEDADE PITANGUI DE COMUNICAÇÃO LTDA	81.407.934.000.1-44
APPA	Rádio	SOCIEDADE RADIO PRINCESA LIMITADA	77.812.220.000.1-44
APPA	Rádio	SUL PARANÁ RADIODIFUSÃO LTDA	75.034.439.000.1-34
APPA	Rádio	TE RADIODIFUSAO LTDA - EPP	81.650.665.000.1-42
APPA	Rádio	TELECOMUNICAÇÕES CAMPOS DOURADOS LTDA - EPP	81.059.347.000.1-01
APPA	Rádio	TELECOMUNICAÇÕES DELFIM LTDA	80.548.332.000.1-44
APPA	Rádio	TERRA RADIO E TELEVISAO LTDA - ME	08.917.889.000.1-88
APPA	TV	CANAL RURAL PRODUÇÕES LTDA	01.815.092.000.1-20
APPA	TV	RADIO E TELEVISAO IGUAÇU SA	76.600.188.000.1-70
APPA	TV	RADIO E TELEVISÃO IMAGEM LTDA	81.034.977.000.1-21
APPA	TV	RADIO E TELEVISÃO IMAGEM LTDA	81.034.977.000.2-02
APPA	TV	RÁDIO E TELEVISÃO TAROBÁ LTDA	76.243.625.000.1-46
APPA	TV	SOCIEDADE RADIO EMISSORA PARANAENSE S/A	76.494.806.000.1-45
APPA	TV	SOCIEDADE RADIO EMISSORA PARANAENSE S/A	76.494.806.000.2-26
APPA	TV	TELEVISÃO BANDEIRANTES DO PARANA LTDA.	77.969.145.000.1-20
APPA	TV	TELEVISÃO CIDADE LTDA	80.583.941.000.1-34
APPA	TV	TELEVISÃO LONDRINA LTDA	80.592.488.000.1-22
APPA	TV	TELEVISAO NAIPI LTDA	77.689.032.000.1-70
APPA	TV	TELEVISAO TIBAGI LTDA	76.554.757.000.1-99
APPA	TV	TV CATARATAS LTDA	80.830.334.000.1-21
APPA	TV	TV CATARATAS LTDA	80.830.334.000.2-02
APPA	TV	TV FB - COMUNICAÇOES LTDA	12.926.657.000.1-63
APPA	TV	TV INDEPENDENCIA LTDA	79.107.918.000.1-94
APPA	TV	TV INDEPENDÊNCIA NORTE DO PARANÁ LTDA.	75.387.274.000.1-84
APPA	TV	TV INDEPENDÊNCIA NORTE DO PARANÁ LTDA.	75.387.274.000.2-65
APPA	TV	TV INDEPENDÊNCIA OESTE DO PARANÁ LTDA.	81.057.994.000.1-84
APPA	TV	TV MARINGA LTDA	79.469.813.000.1-85
APPA	TV	TV OESTE DO PARANÁ LTDA	03.699.194.000.1-53
APPA	TV	TV OESTE DO PARANÁ LTDA	03.699.194.000.2-34
APPA	TV	TVCI TV COMUNICAÇÕES INTERATIVAS LTDA	01.871.985.000.1-93
DETRAN	Internet	27.096.278 LTDA	27.096.278.000.1-60
DETRAN	Internet	B1G DIGITAL LTDA	42.524.731.000.1-86
DETRAN	Internet	BLOG POLITICAMENTE LTDA	57.044.585.000.1-69
DETRAN	Internet	BORIN B COMUNICAÇÃO LTDA	53.857.366.000.1-48
DETRAN	Internet	BYTEDANCE BRASIL TECNOLOGIA LTDA.	27.415.911.000.1-36
DETRAN	Internet	CAIO GOTTLIEB COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA	77.866.259.000.1-44

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DETRAN	Internet	CATEDRAL EDITORA, COMUNICAÇÃO, PROPAGANDA E PESQUISAS LTDA	34.263.987.000.1-59
DETRAN	Internet	CCF MARKETING DIGITAL LTDA	35.400.376.000.1-78
DETRAN	Internet	CORREIO DO LITORAL EDITORA LTDA	44.727.433.000.1-19
DETRAN	Internet	D'PONTA MÍDIAS E CONSULTORIA LTDA	07.136.697.000.1-71
DETRAN	Internet	E J FARIAS COMUNICACOES LTDA	12.916.388.000.1-54
DETRAN	Internet	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
DETRAN	Internet	EDITORA DIARIO DOS CAMPOS LTDA	03.319.996.000.1-90
DETRAN	Internet	EDITORA GAZETA DO POVO S/A	76.530.047.000.1-29
DETRAN	Internet	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55
DETRAN	Internet	EDITORA KARINA LTDA	81.912.818.000.1-82
DETRAN	Internet	EDITORA O ESTADO DO PARANÁ S/A	76.568.708.000.1-05
DETRAN	Internet	EDITORA O PRESENTE LTDA	84.812.049.000.1-39
DETRAN	Internet	EDITORA TRIBUNA DO NORTE S/A	82.423.096.000.1-65
DETRAN	Internet	FLIZE TECNOLOGIA LTDA	20.020.331.000.1-09
DETRAN	Internet	FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA.	16.619.945.000.1-26
DETRAN	Internet	FS DE AZEVEDO PORTAL UMUARAMA NEWS LTDA	33.156.390.000.1-42
DETRAN	Internet	FUNDAÇÃO CANAL 20	04.083.151.000.1-01
DETRAN	Internet	GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA.	06.990.590.000.1-23
DETRAN	Internet	HOJE EDITORA LTDA	45.154.915.000.1-90
DETRAN	Internet	J W SOARES - AGENCIA DE NOTICIAS	11.389.296.000.1-09
DETRAN	Internet	L. R. N. PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA	15.431.568.000.1-34
DETRAN	Internet	M.K.M.- PORTAL BANDA B LTDA.	82.189.689.000.1-09
DETRAN	Internet	MARINGA POST NOTICIAS LTDA	28.608.564.000.1-20
DETRAN	Internet	MEIRYANE PAOLA ANDRADE DE BASTOS	28.858.807.000.1-89
DETRAN	Internet	MM JORNALE PORTAL DE NOTÍCIAS E COMUNICAÇÃO LTDA	39.761.692.000.1-26
DETRAN	Internet	P. DALCOL FILHO LTDA	32.157.508.000.1-94
DETRAN	Internet	POLITIZA PARANA LTDA	51.410.729.000.1-77
DETRAN	Internet	POMODORO COMUNICAÇÃO SOCIAL - LEONEL GROUP LTDA	27.518.807.000.1-77
DETRAN	Internet	PORTAL 100 FRONTEIRAS.COM LTDA	42.379.147.000.1-84
DETRAN	Internet	PORTAL AGORA AGENCIA DE PUBLICIDADE E NOTICIAS LTDA	50.056.445.000.1-61
DETRAN	Internet	PORTAL BNT ONLINE LTDA	18.156.891.000.1-35
DETRAN	Internet	PORTAL CIDADE FOZ LTDA	37.000.018.000.1-01
DETRAN	Internet	PORTAL NOSSO DIA LTDA	43.062.301.000.1-52
DETRAN	Internet	PORTAL PARANÁ NEWS LTDA	23.473.535.000.1-85
DETRAN	Internet	RÁDIO E TELEVISÃO TAROBÁ LTDA	76.243.625.000.1-46
DETRAN	Internet	REDE PARANA NOTICIAS LTDA	18.826.244.000.1-93
DETRAN	Internet	REGINALDO APARECIDO DOS SANTOS SERVIÇOS DE T.I	18.856.563.000.1-41
DETRAN	Internet	RIC MAIS PARANA LTDA	16.800.966.000.1-43
DETRAN	Internet	RMC PUBLICIDADE LTDA	16.549.502.000.1-06
DETRAN	Internet	SOCIEDADE RADIO EMISSORA PARANAENSE S/A	76.494.806.000.1-45

DETRAN	Internet	TELEVISÃO LONDRINA LTDA	80.592.488.000.1-22
DETRAN	Jornal	46.113.101 MARCOS ELIESER ALVES DE SOUZA	46.113.101.000.1-70
DETRAN	Jornal	A FOLHA DO SUDOESTE LTDA	08.815.942.000.1-30
DETRAN	Jornal	AGENCIA MAGAIVER DE PROPAGANDA E CRIAÇÃO LTDA ME	08.876.066.000.1-51
DETRAN	Jornal	AGÊNCIA VOZ PROPAGANDA LTDA	09.001.243.000.1-19
DETRAN	Jornal	C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA ME	26.450.654.000.1-00
DETRAN	Jornal	CATEDRAL EDITORA, COMUNICAÇÃO, PROPAGANDA E PESQUISAS LTDA	34.263.987.000.1-59
DETRAN	Jornal	CLIPPING NEWS AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - ME	73.205.239.000.1-71
DETRAN	Jornal	COMUNICAÇÕES KOLLENBERG LTDA	05.430.495.000.2-93
DETRAN	Jornal	DIA A DIA EDITORA E PROPAGANDA LTDA	31.722.654.000.1-52
DETRAN	Jornal	DSDCX INFORMACAO E COMUNICACAO LTDA	50.682.006.000.1-64
DETRAN	Jornal	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
DETRAN	Jornal	EDITORA AZL LTDA	07.185.029.000.1-34
DETRAN	Jornal	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
DETRAN	Jornal	EDITORA CAMARGO LTDA	02.046.286.000.1-71
DETRAN	Jornal	EDITORA CORREIO PARANAENSE LTDA	00.064.742.000.1-80
DETRAN	Jornal	EDITORA DE JORNAL O REGIONAL LTDA	01.276.217.000.1-91
DETRAN	Jornal	EDITORA DIARIO DOS CAMPOS LTDA	03.319.996.000.1-90
DETRAN	Jornal	EDITORA FEMOCLAM & FECAMPAR LTDA	07.598.908.000.1-98
DETRAN	Jornal	EDITORA FOLHA DE CAMPO LARGO LTDA	81.109.399.000.1-45
DETRAN	Jornal	EDITORA FOLHA DO NORTE LTDA ME	09.399.259.000.1-21
DETRAN	Jornal	EDITORA FOLHA EXTRA LTDA - ME	06.163.583.000.1-58
DETRAN	Jornal	EDITORA GAZETA REGIONAL DE GOIOERÊ LTDA	05.672.010.000.1-97
DETRAN	Jornal	EDITORA GRÁFICA NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA.	77.624.922.000.1-02
DETRAN	Jornal	EDITORA GRANDES SERTÕES VEREDAS LTDA.	04.321.967.000.1-26
DETRAN	Jornal	EDITORA JORNAL DE BELTRÃO S/A	95.420.188.000.1-33
DETRAN	Jornal	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55
DETRAN	Jornal	EDITORA KARINA LTDA	81.912.818.000.1-82
DETRAN	Jornal	EDITORA MML LTDA	13.656.146.000.1-31
DETRAN	Jornal	EDITORA NOVO RUMO LTDA	24.363.820.000.1-06
DETRAN	Jornal	EDITORA O ESTADO DO PARANÁ S/A	76.568.708.000.1-05
DETRAN	Jornal	EDITORA O PRESENTE LTDA	84.812.049.000.1-39
DETRAN	Jornal	EDITORA OKAVANGO LTDA	39.583.156.000.1-88
DETRAN	Jornal	EDITORA SOL NASCENTE LTDA	86.965.332.000.1-26
DETRAN	Jornal	EDITORA TRIBUNA DO NORTE S/A	82.423.096.000.1-65
DETRAN	Jornal	EMPRESA JORNALISTICA FOLHA DA CIDADE EIRELI ME	04.400.501.000.1-16

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DETRAN	Jornal	EMPRESA JORNALISTICA UMUARAMA LTDA - EPP	04.233.582.000.1-07
DETRAN	Jornal	FOLHA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS LTDA	23.808.617.000.1-33
DETRAN	Jornal	FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA.	16.619.945.000.1-26
DETRAN	Jornal	FRIZZ PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA	53.258.825.000.1-77
DETRAN	Jornal	GARBIM - JORNAIS E FOTOGRAFIAS LTDA - ME	08.826.222.000.1-70
DETRAN	Jornal	GRAFICA E EDITORA TRIBUNA DA REGIÃO LTDA	08.203.585.000.1-59
DETRAN	Jornal	GRAFICA EDITORA CAMPO LARGO LTDA	76.743.442.000.1-90
DETRAN	Jornal	GRAFICA EDITORA CANTU LTDA	02.175.166.000.1-74
DETRAN	Jornal	GRB RADIO BRAZIL LTDA	40.837.272.000.1-65
DETRAN	Jornal	IRATI HOJE LTDA	04.183.250.000.1-65
DETRAN	Jornal	JORNAL DE COLOMBO SOCIEDADE LTDA	05.533.253.000.1-44
DETRAN	Jornal	JORNAL DO OESTE LTDA	00.640.115.000.1-40
DETRAN	Jornal	JORNAL EXTRA GUARAPUAVA LTDA	23.803.480.000.1-24
DETRAN	Jornal	JORNAL NOROESTE AGORA LTDA - ME	02.196.872.000.1-00
DETRAN	Jornal	JORNAL NOVO TEMPO LTDA	03.525.366.000.1-72
DETRAN	Jornal	JORNAL O PIONEIRO LTDA ME	09.377.800.000.1-09
DETRAN	Jornal	JORNAL O REPORTER LTDA	36.445.706.000.1-04
DETRAN	Jornal	JORNAL OPARANA S/A	21.819.026.000.2-17
DETRAN	Jornal	JORNAL OPARANA S/A	21.819.026.000.3-06
DETRAN	Jornal	JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR LTDA	76.748.979.000.1-42
DETRAN	Jornal	L A BARBOSA JORNAL	05.075.496.000.1-86
DETRAN	Jornal	M. ALENCAR DOS SANTOS TV WEB LTDA	32.225.327.000.1-58
DETRAN	Jornal	MGP COMUNICAÇÕES LTDA	10.846.416.000.1-89
DETRAN	Jornal	MGP COMUNICAÇÕES LTDA	10.846.416.000.3-40
DETRAN	Jornal	MULTIMEDIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.	20.676.778.000.1-22
DETRAN	Jornal	NELMO EDITORA LTDA - ME	01.334.884.000.1-83
DETRAN	Jornal	NOVA LIDER EDITORA LTDA	25.002.048.000.1-60
DETRAN	Jornal	O COMÉRCIO GRÁFICA E EDITORA LTDA	77.958.882.000.2-08
DETRAN	Jornal	P.R.DE OLIVEIRA DA SILVA IMPRENSA-ME	13.250.061.000.1-59
DETRAN	Jornal	PARANA CENTRO DIVULGAÇÕES LTDA	95.687.000.000.1-18
DETRAN	Jornal	PB COMUNICAÇÕES LTDA	23.343.115.000.1-84
DETRAN	Jornal	PUBLIQUE EDITORAÇÃO DE JORNAIS S/S LTDA	04.269.755.000.1-47
DETRAN	Jornal	RCO COMUNICAÇÕES LTDA	68.821.735.000.1-10
DETRAN	Jornal	REDE MIX DE COMUNICACAO LTDA	12.012.145.000.1-91
DETRAN	Jornal	RMC PUBLICIDADE LTDA	16.549.502.000.1-06
DETRAN	Jornal	SANTA CHIARA COMUNICAÇÃO EIRELI - ME	28.740.492.000.1-70
DETRAN	Jornal	TV EDITORA E GRAFICA EIRELI	28.454.259.000.1-21
DETRAN	Jornal	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
DETRAN	Jornal	Z. K. PRODUCOES LTDA	09.474.683.000.1-93
DETRAN	Rádio	BATOX COMUNICAÇÕES LTDA	03.745.739.000.1-10

DETRAN	Rádio	BORIN B COMUNICAÇÃO LTDA	53.857.366.000.1-48
DETRAN	Rádio	BTN INFORMACAO DO TRANSITO E SERVICOS AEREOS ESPECIALIZADOS LTDA	14.006.629.000.8-20
DETRAN	Rádio	CIANORTE FM - SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	79.476.438.000.1-09
DETRAN	Rádio	COLINAS FM LTDA	02.598.078.000.1-85
DETRAN	Rádio	COLUMBIA FM LTDA	01.858.762.000.1-96
DETRAN	Rádio	DFM RADIO DIFUSÃO LTDA - ME	27.023.030.000.1-70
DETRAN	Rádio	DIFUSORA CULTURAL LTDA	79.319.851.000.1-51
DETRAN	Rádio	DIFUSORA OURO VERDE LTDA	76.491.471.000.1-01
DETRAN	Rádio	EDITORA O POPULAR DO PARANÁ LTDA	07.846.774.000.1-87
DETRAN	Rádio	EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CIDADE ALTA LTDA	79.144.077.000.1-95
DETRAN	Rádio	ESTÚDIO ROQUETE PINTO DE COMUNICAÇÕES LTDA	03.754.742.000.1-09
DETRAN	Rádio	FM CINDERELA LTDA	81.076.218.000.1-21
DETRAN	Rádio	FM LAGOA AZUL LTDA	02.297.541.000.1-59
DETRAN	Rádio	FM RADIO PEROLA DO SUL LTDA	78.708.104.000.1-42
DETRAN	Rádio	FM RUBI LTDA	04.401.928.000.2-10
DETRAN	Rádio	FM STUDIO 96 LTDA	77.827.673.000.1-44
DETRAN	Rádio	FM VERDE VALE LTDA - EPP	79.435.723.000.1-73
DETRAN	Rádio	FUNDAÇÃO ANTONIO BARBARA	04.987.544.000.1-40
DETRAN	Rádio	FUNDAÇÃO BRASIL DE ARTE E CULTURA	04.961.373.000.1-80
DETRAN	Rádio	FUNDAÇÃO CANAL 20	04.083.151.000.1-01
DETRAN	Rádio	FUNDAÇÃO CULTURAL CELINAUTA	77.737.831.000.1-75
DETRAN	Rádio	FUNDAÇÃO CULTURAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA	04.726.029.000.1-06
DETRAN	Rádio	FUNDACAO CULTURAL NOSSA SENHORA DA GLORIA DE MARINGA	03.232.222.000.2-09
DETRAN	Rádio	FUNDAÇÃO CULTURAL NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, RADIO SERRA DO MAR 94.1 FM	00.415.970.000.2-39
DETRAN	Rádio	FUNDAÇÃO CULTURAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS	78.595.097.000.1-10
DETRAN	Rádio	FUNDACAO EXCLUSIVA EDUCATIVA	03.760.860.000.1-11
DETRAN	Rádio	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DE BELÉM DE GUARAPUAVA	77.898.526.000.1-65
DETRAN	Rádio	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	03.553.621.000.1-90
DETRAN	Rádio	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447.000.1-22
DETRAN	Rádio	FUNDAÇÃO PIONEIRA DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DO PARANÁ	78.282.084.000.1-90
DETRAN	Rádio	FUNDAÇÃO RÁDIO GOIOERÊ.	80.889.637.000.1-10
DETRAN	Rádio	FUNDAÇÃO REDENTORISTA DE COMUNICAÇÕES SOCIAIS	77.082.014.000.1-26
DETRAN	Rádio	FUNDAÇÃO SANTA CLARA DE ASSIS	15.585.265.000.1-76

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DETRAN	Rádio	FUNDAÇÃO SANT'ANA	00.833.057.000.1-71
DETRAN	Rádio	G BORIN COMUNICACAO LTDA	40.539.310.000.1-01
DETRAN	Rádio	GBB COMUNICACAO LTDA	53.856.831.000.1-26
DETRAN	Rádio	GENOA FM LTDA	03.932.868.000.1-18
DETRAN	Rádio	ILHA BELA FM TRES LTDA	37.907.825.000.1-02
DETRAN	Rádio	IVAÍ EMISSORA FM LTDA	80.565.625.000.1-30
DETRAN	Rádio	IVAIPORÃ FM LTDA - EPP	01.741.753.000.1-10
DETRAN	Rádio	JDO ADMINISTRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA	57.619.928.000.1-76
DETRAN	Rádio	L.K. RADIODIFUSÃO LTDA	02.539.160.000.1-39
DETRAN	Rádio	LONG VIEW COMUNICACOES LTDA	35.488.904.000.1-92
DETRAN	Rádio	MAIS COMUNICAÇÃO LTDA	21.648.735.000.1-04
DETRAN	Rádio	MUSICA 89,9 FM LTDA	11.818.635.000.1-17
DETRAN	Rádio	NOVA FREQUÊNCIA LTDA	04.161.060.000.1-47
DETRAN	Rádio	ORGANIZAÇÃO GUARATUBANA DE COMUNICAÇÕES LTDA	01.744.997.000.1-57
DETRAN	Rádio	ORGANIZACAO MADASOL DE COMUNICACAO LTDA	03.883.032.000.1-70
DETRAN	Rádio	PLANETA TERRA FM LTDA	03.726.678.000.1-44
DETRAN	Rádio	PR DE OLIVEIRA - CANTAGALO ME	21.484.483.000.1-17
DETRAN	Rádio	PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA	02.412.465.000.1-85
DETRAN	Rádio	R1 PRODUCAO E COMUNICACAO LTDA	58.153.988.000.1-09
DETRAN	Rádio	R4 PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA	45.495.289.000.1-03
DETRAN	Rádio	RADAI COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA	27.809.613.000.1-20
DETRAN	Rádio	RÁDIO 90.1 FM LTDA	06.178.113.000.1-68
DETRAN	Rádio	RADIO AGUAS CLARAS FM LTDA - EPP	00.173.030.000.1-08
DETRAN	Rádio	RADIO ALINE LTDA	79.465.126.000.1-91
DETRAN	Rádio	RÁDIO ALVORADA DO SUL LTDA	75.656.355.000.1-32
DETRAN	Rádio	RADIO ARAPONGAS LTDA	75.395.319.000.1-62
DETRAN	Rádio	RADIO ATALAIA DE CURITIBA LTDA	62.589.932.000.1-79
DETRAN	Rádio	RÁDIO ATALAIA DE MARINGÁ LTDA - ME	61.488.698.000.1-20
DETRAN	Rádio	RÁDIO ATUAL GUAIRACÁ DE MANDAGUARI LTDA	79.157.715.000.1-02
DETRAN	Rádio	RÁDIO AURIVERDE DE PITANGA LTDA	77.128.163.000.1-89
DETRAN	Rádio	RÁDIO BANDA 1 FM LTDA	02.360.777.000.1-92
DETRAN	Rádio	RADIO BIANCA LTDA	75.213.330.000.1-64
DETRAN	Rádio	RÁDIO BRASILEIRA DE BELA VISTA DO PARAÍSO LTDA	77.714.061.000.1-45
DETRAN	Rádio	RÁDIO BROTAS LTDA	75.640.284.000.1-80
DETRAN	Rádio	RÁDIO CABIÚNA LTDA	75.622.308.000.1-78
DETRAN	Rádio	RÁDIO CACIQUE DE GUARAPUAVA LTDA	75.682.948.000.1-73
DETRAN	Rádio	RÁDIO CAIOBÁ LTDA	77.088.235.000.1-01
DETRAN	Rádio	RADIO CANYON LTDA	14.202.033.000.1-29
DETRAN	Rádio	RADIO CAPANEMA LTDA	75.978.973.000.1-07
DETRAN	Rádio	RÁDIO CAPELISTA LTDA	03.743.540.000.2-34
DETRAN	Rádio	RÁDIO CENTRAL DO PARANÁ LTDA	80.220.874.000.1-93

DETRAN	Rádio	RÁDIO CHOPINZINHO LTDA	77.139.152.000.1-02
DETRAN	Rádio	RÁDIO CIDADE JANDAIA LTDA	77.938.801.000.1-27
DETRAN	Rádio	RÁDIO CIDADE PATO BRANCO LTDA	80.233.919.000.1-64
DETRAN	Rádio	RÁDIO CLUB DE FAXINAL LTDA	77.257.293.000.1-11
DETRAN	Rádio	RADIO CLUBE CRISTALINA LTDA	76.655.489.000.1-00
DETRAN	Rádio	RADIO CLUBE DE MALLET LTDA	81.063.372.000.1-69
DETRAN	Rádio	RÁDIO CLUBE DE REALEZA LTDA ME	77.298.313.000.1-00
DETRAN	Rádio	RADIO CLUBE DE UBIRATÃ LTDA	78.565.587.000.1-73
DETRAN	Rádio	RÁDIO CLUBE PONTAGROSSENSE LTDA	80.230.113.000.1-12
DETRAN	Rádio	RÁDIO COLMÉIA LTDA EPP	76.898.063.000.1-79
DETRAN	Rádio	RÁDIO COLOMBO DO PARANÁ LTDA	76.598.085.000.1-13
DETRAN	Rádio	RADIO COMUNICADORA DE FOZ DO IGUACU LTDA	77.813.525.000.1-70
DETRAN	Rádio	RÁDIO CONTINENTAL LTDA	76.679.026.000.1-70
DETRAN	Rádio	RADIO CONTINENTAL DE CURITIBA LTDA	76.498.864.000.1-47
DETRAN	Rádio	RADIO CONTINENTAL DE FRANCISCO BELTRÃO LTDA	76.627.520.000.1-90
DETRAN	Rádio	RADIO COPAS VERDES DE PRUDENTOPOLIS LTDA	80.828.882.000.1-17
DETRAN	Rádio	RÁDIO CORNÉLIO PROCÓPIO LTDA	76.248.715.000.1-20
DETRAN	Rádio	RÁDIO CRISTAL LTDA - ME	77.315.240.000.1-00
DETRAN	Rádio	RADIO CRISTALINA LTDA	01.700.031.000.1-18
DETRAN	Rádio	RÁDIO CRUZEIRO DO SUL DE LONDRINA LTDA	78.599.636.000.1-99
DETRAN	Rádio	RÁDIO CRYSTAL FM DE CAFELÂNDIA LTDA	07.024.431.000.1-37
DETRAN	Rádio	RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	75.273.029.000.1-46
DETRAN	Rádio	RÁDIO CULTURA DE CURITIBA LTDA	76.723.493.000.1-50
DETRAN	Rádio	RÁDIO CULTURA DE FOZ DO IGUAÇU LTDA	77.748.176.000.1-50
DETRAN	Rádio	RÁDIO CULTURA LTDA	00.756.343.000.1-80
DETRAN	Rádio	RADIO CULTURA NORTE PARANAENSE LTDA	79.691.531.000.1-28
DETRAN	Rádio	RÁDIO CULTURA NOVO SOM LTDA	75.752.816.000.1-70
DETRAN	Rádio	RÁDIO CULTURA PALOTINENSE LTDA	75.952.382.000.1-52
DETRAN	Rádio	RÁDIO CULTURA SUL FM LTDA	80.383.862.000.1-80
DETRAN	Rádio	RÁDIO DIFUSORA AMÉRICA DE CHOPINZINHO LTDA	80.200.009.000.1-85
DETRAN	Rádio	RADIO DIFUSORA COLMEIA DE CAMPO MOURAO LTDA EPP	75.889.782.000.1-60
DETRAN	Rádio	RÁDIO DIFUSORA COLMÉIA DE PORTO UNIÃO LTDA	85.605.251.000.1-52
DETRAN	Rádio	RADIO DIFUSORA CRUZEIRO DO OESTE LTDA	76.352.202.000.1-64
DETRAN	Rádio	RÁDIO DIFUSORA DE SÃO JORGE D'OESTE LTDA-ME	79.456.273.000.1-03
DETRAN	Rádio	RÁDIO DIFUSORA DO PARANÁ LTDA	81.562.126.000.1-51
DETRAN	Rádio	RÁDIO DIFUSORA ELITE LTDA	77.027.837.000.1-59

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DETRAN	Rádio	RÁDIO DIFUSORA GUARAPUAVA LTDA ME	77.895.308.000.1-77
DETRAN	Rádio	RÁDIO DIFUSORA SIRIEMA LTDA	75.767.566.000.1-42
DETRAN	Rádio	RADIO DIFUSORA UNIAO LTDA	81.646.762.000.1-61
DETRAN	Rádio	RÁDIO E TELEVISÃO CANAL 29 DO PARANÁ LTDA	00.545.881.000.1-26
DETRAN	Rádio	RADIO EDUCADORA DE FRANCISCO BELTRÃO LTDA	77.092.633.000.1-00
DETRAN	Rádio	RÁDIO EDUCADORA DE LARANJEIRAS DO SUL LTDA	76.659.952.000.1-83
DETRAN	Rádio	RÁDIO EDUCADORA DE LOANDA LTDA	75.460.261.000.1-93
DETRAN	Rádio	RÁDIO EDUCADORA MARECHAL LTDA	76.401.884.000.1-58
DETRAN	Rádio	RÁDIO EMISSORA ATALAIA LTDA	77.896.157.000.1-71
DETRAN	Rádio	RÁDIO ENTRE RIOS LTDA	77.409.589.000.1-00
DETRAN	Rádio	RÁDIO EVANGELIZAR É PRECISO LTDA	09.101.720.000.1-18
DETRAN	Rádio	RADIO EXCLUSIVA LTDA	81.670.085.000.1-17
DETRAN	Rádio	RÁDIO FM 104 LTDA	00.958.511.000.1-10
DETRAN	Rádio	RADIO FM 95 STEREO LTDA	80.389.083.000.1-91
DETRAN	Rádio	RÁDIO FM CIDADE DE CAMBÉ LTDA	76.273.804.000.1-26
DETRAN	Rádio	RÁDIO FM CIDADE PARANAVAÍ LTDA-ME	80.187.149.000.1-60
DETRAN	Rádio	RÁDIO FM DO PORTO LTDA - ME	80.450.554.000.1-20
DETRAN	Rádio	RÁDIO FM ILHA DO MEL LTDA	76.531.011.000.1-60
DETRAN	Rádio	RÁDIO FM ILUSTRADA LTDA ME	79.323.994.000.1-37
DETRAN	Rádio	RADIO FM INDEPEDÊNCIA - CASCAVEL LTDA.	80.830.573.000.1-81
DETRAN	Rádio	RADIO FM INDEPENDENCIA - FOZ DO IGUACU LTDA	02.404.038.000.1-55
DETRAN	Rádio	RÁDIO FM INDEPENDÊNCIA IGAPÓ LTDA.	78.026.952.000.1-71
DETRAN	Rádio	RADIO FM INDEPENDÊNCIA LONDRINA LTDA.	77.682.946.000.1-00
DETRAN	Rádio	RADIO FM INDEPENDENCIA LTDA	77.070.332.000.2-58
DETRAN	Rádio	RADIO FM INDEPENDENCIA LTDA.	77.070.332.000.1-77
DETRAN	Rádio	RADIO FM NORTE DO PARANA LTDA	01.882.316.000.1-17
DETRAN	Rádio	RÁDIO FM VALE DO NOROESTE LTDA	79.621.330.000.1-54
DETRAN	Rádio	RÁDIO FM VALE DO SOL LTDA	75.010.736.000.1-40
DETRAN	Rádio	RÁDIO GRAÚNA DE PALOTINA LTDA	75.005.892.000.1-12
DETRAN	Rádio	RADIO GRAUNA LTDA	76.126.903.000.1-85
DETRAN	Rádio	RÁDIO GUAÇU DE TOLEDO LTDA	81.566.499.000.1-09
DETRAN	Rádio	RADIO GUAIRA DE GUAIRA LTDA	76.478.940.000.1-52
DETRAN	Rádio	RÁDIO GUARANIAÇU LTDA	77.591.345.000.1-91
DETRAN	Rádio	RADIO INDEPENDENCIA DE MEDIANEIRA LTDA - ME	75.543.470.000.1-09
DETRAN	Rádio	RÁDIO INDEPENDÊNCIA DE SALTO DO LONTRA LTDA	75.207.951.000.1-35
DETRAN	Rádio	RÁDIO INTERCONTINENTAL LTDA	78.712.056.000.1-66
DETRAN	Rádio	RÁDIO INTERNACIONAL FM 107.9 DE QUEDAS DO IGUAÇU LTDA	76.531.052.000.1-56

DETRAN	Rádio	RÁDIO ITAIPU LTDA	76.330.067.000.1-56
DETRAN	Rádio	RADIO ITAPUA DE PATO BRANCO LTDA - ME	76.263.730.000.1-47
DETRAN	Rádio	RADIO JORNAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND LTDA	77.311.009.000.1-48
DETRAN	Rádio	RADIO JOVEM PRATA LTDA	09.254.787.000.1-92
DETRAN	Rádio	RÁDIO JURANDA FM LTDA - ME	02.360.718.000.1-14
DETRAN	Rádio	RÁDIO LÍDER SUL FM LTDA - ME	03.865.478.000.1-72
DETRAN	Rádio	RÁDIO LONDRINA S/A	78.598.166.000.1-49
DETRAN	Rádio	RÁDIO LONTRENSE FM LTDA	02.702.194.000.1-00
DETRAN	Rádio	RÁDIO MATELÂNDIA LTDA	77.750.297.000.1-37
DETRAN	Rádio	RÁDIO MENINA DO PARANÁ LTDA	80.774.391.000.3-00
DETRAN	Rádio	RADIO MUSICAL FM LTDA	79.972.600.000.1-71
DETRAN	Rádio	RADIO NAJUA DE IRATI LTDA	75.958.116.000.1-37
DETRAN	Rádio	RADIO NAUTICA FM LTDA	02.346.363.000.2-90
DETRAN	Rádio	RADIO NOVA FM LTDA	03.982.138.000.1-21
DETRAN	Rádio	RADIO NOVA PRINCESA FM DE PITANGA LTDA	03.725.381.000.1-64
DETRAN	Rádio	RÁDIO NOVO DIA FM LTDA	35.723.404.000.1-98
DETRAN	Rádio	RADIO ORTIGUEIRA LTDA	03.861.517.000.1-63
DETRAN	Rádio	RÁDIO PAIQUERÊ LTDA	78.600.855.000.1-40
DETRAN	Rádio	RÁDIO PANEMA LTDA	81.738.262.000.1-50
DETRAN	Rádio	RÁDIO PARANAVAÍ LTDA	79.688.891.000.1-70
DETRAN	Rádio	RÁDIO PITIGUARA LTDA	76.443.704.000.1-09
DETRAN	Rádio	RADIO PLANALTO FM LTDA	46.921.977.000.1-42
DETRAN	Rádio	RÁDIO POEMA DE PITANGA LTDA	79.349.288.000.1-64
DETRAN	Rádio	RÁDIO PORTA VOZ DE CIANORTE LTDA	80.005.002.000.1-02
DETRAN	Rádio	RÁDIO PRANCHITA FM LTDA - EPP	80.795.925.000.1-05
DETRAN	Rádio	RÁDIO QUIGUAY LTDA	04.362.453.000.1-19
DETRAN	Rádio	RÁDIO RAINHA DO OESTE DE ALTÔNIA LTDA	77.220.366.000.1-09
DETRAN	Rádio	RADIO RIO VERDE LTDA	05.349.869.000.1-60
DETRAN	Rádio	RÁDIO ROTA DO SOL LTDA	03.876.852.000.1-35
DETRAN	Rádio	RADIO RURAL FM LTDA	79.059.820.000.1-09
DETRAN	Rádio	RADIO SANTA TEREZA DO OESTE LTDA - ME	03.702.547.000.1-27
DETRAN	Rádio	RÁDIO STEREO FM TELLES LTDA	80.020.761.000.1-44
DETRAN	Rádio	RADIO T FM LTDA - EPP	07.003.552.000.1-00
DETRAN	Rádio	RÁDIO TABAJARA DE LONDRINA LTDA	78.600.467.000.1-60
DETRAN	Rádio	RÁDIO THALENTO FM LTDA	03.317.127.000.1-27
DETRAN	Rádio	RÁDIO TRADIÇÃO LTDA	03.402.818.000.1-29
DETRAN	Rádio	RÁDIO TRANSAMÉRICA DE CURITIBA LTDA	76.012.145.000.1-74
DETRAN	Rádio	RADIO TRÊS DE MAIO LTDA	02.558.596.000.1-75
DETRAN	Rádio	RÁDIO TRÊS FRONTEIRAS LTDA - EPP	01.833.846.000.1-75
DETRAN	Rádio	RÁDIO TRI FRONTEIRA LTDA	83.218.008.000.2-37
DETRAN	Rádio	RADIO TRIBUNA FM LTDA	07.196.580.000.1-83
DETRAN	Rádio	RÁDIO UBÁ LTDA	76.236.090.000.1-86
DETRAN	Rádio	RÁDIO UNIÃO DE CÉU AZUL LTDA ME	77.613.008.000.1-58

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DETRAN	Rádio	RADIO UNIÃO DE TOLEDO LTDA	77.096.055.000.1-71
DETRAN	Rádio	RÁDIO VALE VERDE LTDA	78.684.081.000.1-83
DETRAN	Rádio	RÁDIO VERA CRUZ FM LTDA	03.761.886.000.1-84
DETRAN	Rádio	RÁDIO VERDES CAMPOS LTDA	77.109.577.000.1-60
DETRAN	Rádio	RÁDIO VICENTE PALLOTTI LTDA	79.859.583.000.1-60
DETRAN	Rádio	RÁDIO VILA VELHA LTDA - ME	80.239.585.000.1-36
DETRAN	Rádio	RÁDIO VOZ DO SUDOESTE LTDA	79.456.257.000.1-02
DETRAN	Rádio	RÁDIO YARA LTDA	80.367.121.000.1-05
DETRAN	Rádio	RADIODIFUSÃO LITORAL SUL LTDA - ME	76.509.769.000.1-00
DETRAN	Rádio	RADIONORTE LTDA	75.551.622.000.1-07
DETRAN	Rádio	RANSSOLIN & RANSOLIN LTDA	02.541.161.000.1-18
DETRAN	Rádio	REDE ALTERNATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA	01.080.682.000.1-52
DETRAN	Rádio	REDE INTEGRAÇÃO DE COMUNICAÇÃO LTDA	79.701.983.000.1-43
DETRAN	Rádio	REDE OESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME	77.816.205.000.1-74
DETRAN	Rádio	REDE PANORAMA DE COMUNICAÇÕES LTDA	03.902.205.000.1-50
DETRAN	Rádio	REDE VIDA MELHOR DE COMUNICAÇÃO E EVANGELIZAÇÃO LTDA	33.486.316.000.1-94
DETRAN	Rádio	REDE VIVIDENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA.	81.680.282.000.1-17
DETRAN	Rádio	RICNOTÍCIAS RADIODIFUSÃO LTDA	11.341.339.000.1-78
DETRAN	Rádio	RICNOTÍCIAS RADIODIFUSÃO LTDA	11.341.339.000.3-30
DETRAN	Rádio	SISTEMA NOVA ERA DE COMUNICAÇÃO LTDA	80.907.397.000.1-39
DETRAN	Rádio	SISTEMA PARANAENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA	77.670.651.000.1-13
DETRAN	Rádio	SOCIEDADE DE RADIODIFUSAO PADRE EDUARDO LTDA - ME	80.251.366.000.1-72
DETRAN	Rádio	SOCIEDADE PITANGUI DE COMUNICAÇÃO LTDA	81.407.934.000.1-44
DETRAN	Rádio	SOCIEDADE RADIO PRINCESA LIMITADA	77.812.220.000.1-44
DETRAN	Rádio	SUL PARANÁ RADIODIFUSÃO LTDA	75.034.439.000.1-34
DETRAN	Rádio	TE RADIODIFUSAO LTDA - EPP	81.650.665.000.1-42
DETRAN	Rádio	TELECOMUNICAÇÕES CAMPOS DOURADOS LTDA - EPP	81.059.347.000.1-01
DETRAN	Rádio	TELECOMUNICAÇÕES DELFIM LTDA	80.548.332.000.1-44
DETRAN	Rádio	TERRA RADIO E TELEVISAO LTDA - ME	08.917.889.000.1-88
DETRAN	Rádio	UNIGUASSU NEGOCIOS E EVENTOS S/A	30.665.668.000.1-19
DETRAN	TV	BG9 ENTRETENIMENTO LTDA	40.434.406.000.1-05
DETRAN	TV	ESTAÇÃO RETRANSMISSORA DE TELEVISÃO SARANDI LTDA	81.728.644.000.1-00
DETRAN	TV	FUNDAÇÃO ANTONIO BARBARA	04.987.544.000.1-40
DETRAN	TV	FUNDAÇÃO CANAL 20	04.083.151.000.1-01
DETRAN	TV	FUNDACAO CANDIDO GARCIA - FUNCANDIDO	04.166.662.000.1-97
DETRAN	TV	FUNDAÇÃO CULTURAL CELINAUTA	77.737.831.000.1-75

DETRAN	TV	FUNDACAO CULTURAL NOSSA SENHORA DE LOURDES DE MARINGA	80.289.184.000.1-90
DETRAN	TV	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE COLORADO	04.042.861.000.1-93
DETRAN	TV	FUNDAÇÃO LUMEN	77.372.209.000.1-00
DETRAN	TV	LIFE COMUNICAÇÕES LTDA.	01.880.112.000.1-47
DETRAN	TV	MJK TAMIYA LTDA	08.281.136.000.1-29
DETRAN	TV	RADIO E TELEVISAO IGUAÇU SA	76.600.188.000.1-70
DETRAN	TV	RADIO E TELEVISÃO IMAGEM LTDA	81.034.977.000.1-21
DETRAN	TV	RADIO E TELEVISÃO IMAGEM LTDA	81.034.977.000.2-02
DETRAN	TV	RADIO E TELEVISAO OM LTDA	77.237.733.000.1-79
DETRAN	TV	RÁDIO E TELEVISÃO OM LTDA	77.237.733.000.2-50
DETRAN	TV	RÁDIO E TELEVISÃO TAROBÁ LTDA	76.243.625.000.1-46
DETRAN	TV	REGIONAL PRODUÇÕES LTDA	36.411.719.000.1-62
DETRAN	TV	SOCIEDADE RADIO EMISSORA PARANAENSE S/A	76.494.806.000.1-45
DETRAN	TV	SOCIEDADE RADIO EMISSORA PARANAENSE S/A	76.494.806.000.2-26
DETRAN	TV	TELEVISÃO BANDEIRANTES DO PARANA LTDA.	77.969.145.000.1-20
DETRAN	TV	TELEVISÃO CIDADE LTDA	80.583.941.000.1-34
DETRAN	TV	TELEVISÃO LONDRINA LTDA	80.592.488.000.1-22
DETRAN	TV	TELEVISAO NAIPI LTDA	77.689.032.000.1-70
DETRAN	TV	TELEVISAO TIBAGI LTDA	76.554.757.000.1-99
DETRAN	TV	TV CATARATAS LTDA	80.830.334.000.1-21
DETRAN	TV	TV CATARATAS LTDA	80.830.334.000.2-02
DETRAN	TV	TV DIFUSORA LTDA - EPP	00.863.216.000.1-80
DETRAN	TV	TV FB - COMUNICAÇOES LTDA	12.926.657.000.1-63
DETRAN	TV	TV INDEPENDENCIA LTDA	79.107.918.000.1-94
DETRAN	TV	TV INDEPENDÊNCIA NORTE DO PARANÁ LTDA.	75.387.274.000.1-84
DETRAN	TV	TV INDEPENDÊNCIA NORTE DO PARANÁ LTDA.	75.387.274.000.2-65
DETRAN	TV	TV INDEPENDÊNCIA OESTE DO PARANÁ LTDA.	81.057.994.000.1-84
DETRAN	TV	TV MARINGA LTDA	79.469.813.000.1-85
DETRAN	TV	TV OESTE DO PARANÁ LTDA	03.699.194.000.1-53
DETRAN	TV	TV OESTE DO PARANÁ LTDA	03.699.194.000.2-34
DETRAN	TV	TVCI TV COMUNICAÇÕES INTERATIVAS LTDA	01.871.985.000.1-93
FOMENTO PARANÁ	Internet	BYTEDANCE BRASIL TECNOLOGIA LTDA.	27.415.911.000.1-36
FOMENTO PARANÁ	Internet	FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.	13.347.016.000.1-17
FOMENTO PARANÁ	Internet	GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA.	06.990.590.000.1-23
FOMENTO PARANÁ	Rádio	BATOX COMUNICAÇÕES LTDA	03.745.739.000.1-10
FOMENTO PARANÁ	Rádio	BORIN B COMUNICAÇÃO LTDA	53.857.366.000.1-48
FOMENTO PARANÁ	Rádio	CIANORTE FM - SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	79.476.438.000.1-09
FOMENTO PARANÁ	Rádio	COLINAS FM LTDA	02.598.078.000.1-85

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

FOMENTO PARANÁ	Rádio	COLUMBIA FM LTDA	01.858.762.000.1-96
FOMENTO PARANÁ	Rádio	DFM RADIO DIFUSÃO LTDA - ME	27.023.030.000.1-70
FOMENTO PARANÁ	Rádio	DIFUSORA CULTURAL LTDA	79.319.851.000.1-51
FOMENTO PARANÁ	Rádio	DIFUSORA OURO VERDE LTDA	76.491.471.000.1-01
FOMENTO PARANÁ	Rádio	EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CIDADE ALTA LTDA	79.144.077.000.1-95
FOMENTO PARANÁ	Rádio	ESTÚDIO ROQUETE PINTO DE COMUNICAÇÕES LTDA	03.754.742.000.1-09
FOMENTO PARANÁ	Rádio	FM CINDERELA LTDA	81.076.218.000.1-21
FOMENTO PARANÁ	Rádio	FM LAGOA AZUL LTDA	02.297.541.000.1-59
FOMENTO PARANÁ	Rádio	FM RADIO PEROLA DO SUL LTDA	78.708.104.000.1-42
FOMENTO PARANÁ	Rádio	FM RUBI LTDA	04.401.928.000.2-10
FOMENTO PARANÁ	Rádio	FM STUDIO 96 LTDA	77.827.673.000.1-44
FOMENTO PARANÁ	Rádio	FM VERDE VALE LTDA - EPP	79.435.723.000.1-73
FOMENTO PARANÁ	Rádio	FUNDAÇÃO ANTONIO BARBARA	04.987.544.000.1-40
FOMENTO PARANÁ	Rádio	FUNDAÇÃO BRASIL DE ARTE E CULTURA	04.961.373.000.1-80
FOMENTO PARANÁ	Rádio	FUNDAÇÃO CANAL 20	04.083.151.000.1-01
FOMENTO PARANÁ	Rádio	FUNDAÇÃO CULTURAL CELINAUTA	77.737.831.000.1-75
FOMENTO PARANÁ	Rádio	FUNDAÇÃO CULTURAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA	04.726.029.000.1-06
FOMENTO PARANÁ	Rádio	FUNDACAO CULTURAL NOSSA SENHORA DA GLORIA DE MARINGA	03.232.222.000.2-09
FOMENTO PARANÁ	Rádio	FUNDAÇÃO CULTURAL NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, RADIO SERRA DO MAR 94.1 FM	00.415.970.000.2-39
FOMENTO PARANÁ	Rádio	FUNDAÇÃO CULTURAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS	78.595.097.000.1-10
FOMENTO PARANÁ	Rádio	FUNDACAO EXCLUSIVA EDUCATIVA	03.760.860.000.1-11
FOMENTO PARANÁ	Rádio	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	03.553.621.000.1-90
FOMENTO PARANÁ	Rádio	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447.000.1-22
FOMENTO PARANÁ	Rádio	FUNDAÇÃO PIONEIRA DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DO PARANÁ	78.282.084.000.1-90
FOMENTO PARANÁ	Rádio	FUNDAÇÃO RÁDIO GOIOERÊ.	80.889.637.000.1-10
FOMENTO PARANÁ	Rádio	FUNDAÇÃO REDENTORISTA DE COMUNICAÇÕES SOCIAIS	77.082.014.000.1-26
FOMENTO PARANÁ	Rádio	FUNDAÇÃO SANTA CLARA DE ASSIS	15.585.265.000.1-76
FOMENTO PARANÁ	Rádio	FUNDAÇÃO SANT'ANA	00.833.057.000.1-71
FOMENTO PARANÁ	Rádio	G BORIN COMUNICACAO LTDA	40.539.310.000.1-01
FOMENTO PARANÁ	Rádio	GBB COMUNICACAO LTDA	53.856.831.000.1-26
FOMENTO PARANÁ	Rádio	GENOA FM LTDA	03.932.868.000.1-18
FOMENTO PARANÁ	Rádio	ILHA BELA FM TRES LTDA	37.907.825.000.1-02
FOMENTO PARANÁ	Rádio	IVAÍ EMISSORA FM LTDA	80.565.625.000.1-30
FOMENTO PARANÁ	Rádio	IVAIPORÃ FM LTDA - EPP	01.741.753.000.1-10
FOMENTO PARANÁ	Rádio	JDO ADMINISTRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA	57.619.928.000.1-76
FOMENTO PARANÁ	Rádio	L.K. RADIODIFUSÃO LTDA	02.539.160.000.1-39

FOMENTO PARANÁ	Rádio	LONG VIEW COMUNICACOES LTDA	35.488.904.000.1-92
FOMENTO PARANÁ	Rádio	MAIS COMUNICAÇÃO LTDA	21.648.735.000.1-04
FOMENTO PARANÁ	Rádio	MUSICA 89,9 FM LTDA	11.818.635.000.1-17
FOMENTO PARANÁ	Rádio	NOVA FREQUÊNCIA LTDA	04.161.060.000.1-47
FOMENTO PARANÁ	Rádio	ORGANIZAÇÃO GUARATUBANA DE COMUNICAÇÕES LTDA	01.744.997.000.1-57
FOMENTO PARANÁ	Rádio	ORGANIZACAO MADASOL DE COMUNICACAO LTDA	03.883.032.000.1-70
FOMENTO PARANÁ	Rádio	PLANETA TERRA FM LTDA	03.726.678.000.1-44
FOMENTO PARANÁ	Rádio	PR DE OLIVEIRA - CANTAGALO ME	21.484.483.000.1-17
FOMENTO PARANÁ	Rádio	PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA	02.412.465.000.1-85
FOMENTO PARANÁ	Rádio	R1 PRODUCAO E COMUNICACAO LTDA	58.153.988.000.1-09
FOMENTO PARANÁ	Rádio	R4 PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA	45.495.289.000.1-03
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADAI COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA	27.809.613.000.1-20
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO 90.1 FM LTDA	06.178.113.000.1-68
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO AGUAS CLARAS FM LTDA - EPP	00.173.030.000.1-08
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO ALINE LTDA	79.465.126.000.1-91
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO ALVORADA DO SUL LTDA	75.656.355.000.1-32
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO ARAPONGAS LTDA	75.395.319.000.1-62
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO ATALAIA DE CURITIBA LTDA	62.589.932.000.1-79
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO ATALAIA DE MARINGÁ LTDA - ME	61.488.698.000.1-20
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO ATUAL GUAIRACÁ DE MANDAGUARI LTDA	79.157.715.000.1-02
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO AURIVERDE DE PITANGA LTDA	77.128.163.000.1-89
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO BANDA 1 FM LTDA	02.360.777.000.1-92
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO BIANCA LTDA	75.213.330.000.1-64
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO BRASILEIRA DE BELA VISTA DO PARAÍSO LTDA	77.714.061.000.1-45
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO BROTAS LTDA	75.640.284.000.1-80
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO CABIÚNA LTDA	75.622.308.000.1-78
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO CACIQUE DE GUARAPUAVA LTDA	75.682.948.000.1-73
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO CAIOBÁ LTDA	77.088.235.000.1-01
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO CANYON LTDA	14.202.033.000.1-29
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO CAPANEMA LTDA	75.978.973.000.1-07
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO CAPELISTA LTDA	03.743.540.000.2-34
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO CENTRAL DO PARANÁ LTDA	80.220.874.000.1-93
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO CHOPINZINHO LTDA	77.139.152.000.1-02
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO CIDADE JANDAIA LTDA	77.938.801.000.1-27
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO CIDADE PATO BRANCO LTDA	80.233.919.000.1-64
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO CLUB DE FAXINAL LTDA	77.257.293.000.1-11
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO CLUBE CRISTALINA LTDA	76.655.489.000.1-00
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO CLUBE DE MALLET LTDA	81.063.372.000.1-69
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO CLUBE DE REALEZA LTDA ME	77.298.313.000.1-00
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO CLUBE DE UBIRATÃ LTDA	78.565.587.000.1-73
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO CLUBE PONTAGROSSENSE LTDA	80.230.113.000.1-12
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO COLMÉIA LTDA EPP	76.898.063.000.1-79

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO COLOMBO DO PARANÁ LTDA	76.598.085.000.1-13
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO COMUNICADORA DE FOZ DO IGUACU LTDA	77.813.525.000.1-70
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO CONTINENTAL LTDA	76.679.026.000.1-70
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO CONTINENTAL DE CURITIBA LTDA	76.498.864.000.1-47
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO CONTINENTAL DE FRANCISCO BELTRÃO LTDA	76.627.520.000.1-90
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO COPAS VERDES DE PRUDENTOPOLIS LTDA	80.828.882.000.1-17
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO CORNÉLIO PROCÓPIO LTDA	76.248.715.000.1-20
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO CRISTAL LTDA - ME	77.315.240.000.1-00
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO CRISTALINA LTDA	01.700.031.000.1-18
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO CRUZEIRO DO SUL DE LONDRINA LTDA	78.599.636.000.1-99
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO CRYSTAL FM DE CAFELÂNDIA LTDA	07.024.431.000.1-37
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	75.273.029.000.1-46
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO CULTURA DE FOZ DO IGUAÇU LTDA	77.748.176.000.1-50
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO CULTURA LTDA	00.756.343.000.1-80
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO CULTURA NORTE PARANAENSE LTDA	79.691.531.000.1-28
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO CULTURA NOVO SOM LTDA	75.752.816.000.1-70
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO CULTURA PALOTINENSE LTDA	75.952.382.000.1-52
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO CULTURA SUL FM LTDA	80.383.862.000.1-80
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO DIFUSORA AMÉRICA DE CHOPINZINHO LTDA	80.200.009.000.1-85
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO DIFUSORA COLMEIA DE CAMPO MOURAO LTDA EPP	75.889.782.000.1-60
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO DIFUSORA COLMÉIA DE PORTO UNIÃO LTDA	85.605.251.000.1-52
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO DIFUSORA CRUZEIRO DO OESTE LTDA	76.352.202.000.1-64
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO DIFUSORA DE SÃO JORGE D'OESTE LTDA-ME	79.456.273.000.1-03
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO DIFUSORA DO PARANÁ LTDA	81.562.126.000.1-51
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO DIFUSORA ELITE LTDA	77.027.837.000.1-59
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO DIFUSORA GUARAPUAVA LTDA ME	77.895.308.000.1-77
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO DIFUSORA SIRIEMA LTDA	75.767.566.000.1-42
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO DIFUSORA UNIAO LTDA	81.646.762.000.1-61
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO E TELEVISÃO CANAL 29 DO PARANÁ LTDA	00.545.881.000.1-26
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO E TELEVISÃO TAROBÁ LTDA	76.243.625.000.1-46
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO EDUCADORA DE FRANCISCO BELTRÃO LTDA	77.092.633.000.1-00
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO EDUCADORA DE LARANJEIRAS DO SUL LTDA	76.659.952.000.1-83

FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO EDUCADORA DE LOANDA LTDA	75.460.261.000.1-93
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO EDUCADORA MARECHAL LTDA	76.401.884.000.1-58
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO EMISSORA ATALAIA LTDA	77.896.157.000.1-71
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO ENTRE RIOS LTDA	77.409.589.000.1-00
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO EXCLUSIVA LTDA	81.670.085.000.1-17
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO FM 104 LTDA	00.958.511.000.1-10
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO FM 95 STEREO LTDA	80.389.083.000.1-91
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO FM CIDADE DE CAMBÉ LTDA	76.273.804.000.1-26
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO FM CIDADE PARANAVAÍ LTDA-ME	80.187.149.000.1-60
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO FM DO PORTO LTDA - ME	80.450.554.000.1-20
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO FM ILHA DO MEL LTDA	76.531.011.000.1-60
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO FM ILUSTRADA LTDA ME	79.323.994.000.1-37
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO FM INDEPEDÊNCIA - CASCAVEL LTDA.	80.830.573.000.1-81
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO FM INDEPENDENCIA - FOZ DO IGUACU LTDA	02.404.038.000.1-55
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO FM INDEPENDÊNCIA IGAPÓ LTDA.	78.026.952.000.1-71
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO FM INDEPENDÊNCIA LONDRINA LTDA.	77.682.946.000.1-00
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO FM INDEPENDENCIA LTDA	77.070.332.000.2-58
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO FM INDEPENDENCIA LTDA.	77.070.332.000.1-77
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO FM NORTE DO PARANA LTDA	01.882.316.000.1-17
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO FM VALE DO NOROESTE LTDA	79.621.330.000.1-54
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO FM VALE DO SOL LTDA	75.010.736.000.1-40
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO GRAÚNA DE PALOTINA LTDA	75.005.892.000.1-12
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO GRAUNA LTDA	76.126.903.000.1-85
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO GUAÇU DE TOLEDO LTDA	81.566.499.000.1-09
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO GUAIRA DE GUAIRA LTDA	76.478.940.000.1-52
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO GUARANIAÇU LTDA	77.591.345.000.1-91
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO INDEPENDENCIA DE MEDIANEIRA LTDA - ME	75.543.470.000.1-09
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO INTERCONTINENTAL LTDA	78.712.056.000.1-66
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO ITAIPU LTDA	76.330.067.000.1-56
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO ITAPUA DE PATO BRANCO LTDA - ME	76.263.730.000.1-47
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO JORNAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND LTDA	77.311.009.000.1-48
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO JOVEM PRATA LTDA	09.254.787.000.1-92
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO LÍDER SUL FM LTDA - ME	03.865.478.000.1-72
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO LONDRINA S/A	78.598.166.000.1-49
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO MATELÂNDIA LTDA	77.750.297.000.1-37
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO MENINA DO PARANÁ LTDA	80.774.391.000.3-00
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO MUSICAL FM LTDA	79.972.600.000.1-71
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO NAJUA DE IRATI LTDA	75.958.116.000.1-37
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO NAUTICA FM LTDA	02.346.363.000.2-90
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO NOVA FM LTDA	03.982.138.000.1-21

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO NOVA PRINCESA FM DE PITANGA LTDA	03.725.381.000.1-64
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO NOVO DIA FM LTDA	35.723.404.000.1-98
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO ORTIGUEIRA LTDA	03.861.517.000.1-63
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO PAIQUERÊ LTDA	78.600.855.000.1-40
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO PANEMA LTDA	81.738.262.000.1-50
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO PARANAVAÍ LTDA	79.688.891.000.1-70
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO PITIGUARA LTDA	76.443.704.000.1-09
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO PLANALTO FM LTDA	46.921.977.000.1-42
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO POEMA DE PITANGA LTDA	79.349.288.000.1-64
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO PORTA VOZ DE CIANORTE LTDA	80.005.002.000.1-02
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO PRANCHITA FM LTDA - EPP	80.795.925.000.1-05
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO QUIGUAY LTDA	04.362.453.000.1-19
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO RAINHA DO OESTE DE ALTÔNIA LTDA	77.220.366.000.1-09
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO RIO VERDE LTDA	05.349.869.000.1-60
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO ROTA DO SOL LTDA	03.876.852.000.1-35
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO RURAL FM LTDA	79.059.820.000.1-09
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO SANTA TEREZA DO OESTE LTDA - ME	03.702.547.000.1-27
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO STEREO FM TELLES LTDA	80.020.761.000.1-44
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO T FM LTDA - EPP	07.003.552.000.1-00
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO TABAJARA DE LONDRINA LTDA	78.600.467.000.1-60
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO THALENTO FM LTDA	03.317.127.000.1-27
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO TRANSAMÉRICA DE CURITIBA LTDA	76.012.145.000.1-74
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO TRÊS DE MAIO LTDA	02.558.596.000.1-75
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO TRÊS FRONTEIRAS LTDA - EPP	01.833.846.000.1-75
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO TRI FRONTEIRA LTDA	83.218.008.000.2-37
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO TRIBUNA FM LTDA	07.196.580.000.1-83
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO UBÁ LTDA	76.236.090.000.1-86
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO UNIÃO DE CÉU AZUL LTDA ME	77.613.008.000.1-58
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIO UNIÃO DE TOLEDO LTDA	77.096.055.000.1-71
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO VALE VERDE LTDA	78.684.081.000.1-83
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO VERA CRUZ FM LTDA	03.761.886.000.1-84
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO VERDES CAMPOS LTDA	77.109.577.000.1-60
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO VICENTE PALLOTTI LTDA	79.859.583.000.1-60
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO VILA VELHA LTDA - ME	80.239.585.000.1-36
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO VOZ DO SUDOESTE LTDA	79.456.257.000.1-02
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RÁDIO YARA LTDA	80.367.121.000.1-05
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIODIFUSÃO LITORAL SUL LTDA - ME	76.509.769.000.1-00
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RADIONORTE LTDA	75.551.622.000.1-07
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RANSSOLIN & RANSOLIN LTDA	02.541.161.000.1-18
FOMENTO PARANÁ	Rádio	REDE ALTERNATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA	01.080.682.000.1-52
FOMENTO PARANÁ	Rádio	REDE INTEGRAÇÃO DE COMUNICAÇÃO LTDA	79.701.983.000.1-43
FOMENTO PARANÁ	Rádio	REDE OESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME	77.816.205.000.1-74

FOMENTO PARANÁ	Rádio	REDE PANORAMA DE COMUNICAÇÕES LTDA	03.902.205.000.1-50
FOMENTO PARANÁ	Rádio	REDE VIDA MELHOR DE COMUNICAÇÃO E EVANGELIZAÇÃO LTDA	33.486.316.000.1-94
FOMENTO PARANÁ	Rádio	REDE VIVIDENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA.	81.680.282.000.1-17
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RICNOTÍCIAS RADIODIFUSÃO LTDA	11.341.339.000.1-78
FOMENTO PARANÁ	Rádio	RICNOTÍCIAS RADIODIFUSÃO LTDA	11.341.339.000.3-30
FOMENTO PARANÁ	Rádio	SISTEMA NOVA ERA DE COMUNICAÇÃO LTDA	80.907.397.000.1-39
FOMENTO PARANÁ	Rádio	SISTEMA PARANAENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA	77.670.651.000.1-13
FOMENTO PARANÁ	Rádio	SOCIEDADE DE RADIODIFUSAO PADRE EDUARDO LTDA - ME	80.251.366.000.1-72
FOMENTO PARANÁ	Rádio	SOCIEDADE PITANGUI DE COMUNICAÇÃO LTDA	81.407.934.000.1-44
FOMENTO PARANÁ	Rádio	SOCIEDADE RADIO PRINCESA LIMITADA	77.812.220.000.1-44
FOMENTO PARANÁ	Rádio	SUL PARANÁ RADIODIFUSÃO LTDA	75.034.439.000.1-34
FOMENTO PARANÁ	Rádio	TE RADIODIFUSAO LTDA - EPP	81.650.665.000.1-42
FOMENTO PARANÁ	Rádio	TELECOMUNICAÇÕES CAMPOS DOURADOS LTDA - EPP	81.059.347.000.1-01
FOMENTO PARANÁ	Rádio	TELECOMUNICAÇÕES DELFIM LTDA	80.548.332.000.1-44
FOMENTO PARANÁ	Rádio	UNIGUASSU NEGOCIOS E EVENTOS S/A	30.665.668.000.1-19
FOMENTO PARANÁ	TV	RADIO E TELEVISAO IGUAÇU SA	76.600.188.000.1-70
FOMENTO PARANÁ	TV	SISTEMA MASSA DE TELEVISAO LTDA	14.965.688.000.1-59
FOMENTO PARANÁ	TV	TELEVISÃO BANDEIRANTES DO PARANA LTDA.	77.969.145.000.1-20
FOMENTO PARANÁ	TV	TELEVISÃO CIDADE LTDA	80.583.941.000.1-34
FOMENTO PARANÁ	TV	TELEVISÃO LONDRINA LTDA	80.592.488.000.1-22
FOMENTO PARANÁ	TV	TELEVISAO NAIPI LTDA	77.689.032.000.1-70
FOMENTO PARANÁ	TV	TELEVISAO TIBAGI LTDA	76.554.757.000.1-99
FOMENTO PARANÁ	TV	TV INDEPENDENCIA LTDA	79.107.918.000.1-94
FOMENTO PARANÁ	TV	TV INDEPENDÊNCIA NORTE DO PARANÁ LTDA.	75.387.274.000.1-84
FOMENTO PARANÁ	TV	TV INDEPENDÊNCIA NORTE DO PARANÁ LTDA.	75.387.274.000.2-65
FOMENTO PARANÁ	TV	TV INDEPENDÊNCIA OESTE DO PARANÁ LTDA.	81.057.994.000.1-84
FOMENTO PARANÁ	TV	TV MARINGA LTDA	79.469.813.000.1-85
FOMENTO PARANÁ	TV	TVCI TV COMUNICAÇÕES INTERATIVAS LTDA	01.871.985.000.1-93
SECOM	Internet	12.538.667 CLAUDINEI APARECIDO COGO	12.538.667.000.1-21
SECOM	Internet	27.096.278 LTDA	27.096.278.000.1-60
SECOM	Internet	40.892.700 LAUDINEI RIBEIRO	40.892.700.000.1-52
SECOM	Internet	A1 PROPAGANDA LTDA	17.720.042.000.1-08
SECOM	Internet	ÁGUAS CLARAS COMUNICAÇÃO LTDA	08.642.849.000.1-70
SECOM	Internet	B1G DIGITAL LTDA	42.524.731.000.1-86
SECOM	Internet	BLOG POLITICAMENTE LTDA	57.044.585.000.1-69

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SECOM	Internet	BORIN B COMUNICAÇÃO LTDA	53.857.366.000.1-48
SECOM	Internet	BYTEDANCE BRASIL TECNOLOGIA LTDA.	27.415.911.000.1-36
SECOM	Internet	CAIO GOTTLIEB COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA	77.866.259.000.1-44
SECOM	Internet	CATEDRAL EDITORA, COMUNICAÇÃO, PROPAGANDA E PESQUISAS LTDA	34.263.987.000.1-59
SECOM	Internet	CCF MARKETING DIGITAL LTDA	35.400.376.000.1-78
SECOM	Internet	CONTRAPONTO COMUNICAÇÃO DIGITAL - LTDA	19.363.352.000.1-30
SECOM	Internet	CORREIO DO LITORAL EDITORA LTDA	44.727.433.000.1-19
SECOM	Internet	DG4 COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA	39.833.676.000.1-00
SECOM	Internet	D'PONTA MÍDIAS E CONSULTORIA LTDA	07.136.697.000.1-71
SECOM	Internet	E J FARIAS COMUNICACOES LTDA	12.916.388.000.1-54
SECOM	Internet	EDITORA AGROGAZETA EIRELI	21.419.420.000.1-87
SECOM	Internet	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
SECOM	Internet	EDITORA DIARIO DOS CAMPOS LTDA	03.319.996.000.1-90
SECOM	Internet	EDITORA DS LTDA	50.917.953.000.1-97
SECOM	Internet	EDITORA GAZETA DO POVO S/A	76.530.047.000.1-29
SECOM	Internet	EDITORA GRAMPO LTDA	03.481.088.000.1-07
SECOM	Internet	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55
SECOM	Internet	EDITORA KARINA LTDA	81.912.818.000.1-82
SECOM	Internet	EDITORA O ESTADO DO PARANÁ S/A	76.568.708.000.1-05
SECOM	Internet	EDITORA O PRESENTE LTDA	84.812.049.000.1-39
SECOM	Internet	EDITORA TRIBUNA DO NORTE S/A	82.423.096.000.1-65
SECOM	Internet	FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA.	13.347.016.000.1-17
SECOM	Internet	FIVE COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA	49.599.695.000.1-69
SECOM	Internet	FLIZE TECNOLOGIA LTDA	20.020.331.000.1-09
SECOM	Internet	FOLHA DE CURITIBA LTDA	22.475.938.000.1-09
SECOM	Internet	FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA.	16.619.945.000.1-26
SECOM	Internet	FS DE AZEVEDO PORTAL UMUARAMA NEWS LTDA	33.156.390.000.1-42
SECOM	Internet	FUNDAÇÃO CANAL 20	04.083.151.000.1-01
SECOM	Internet	GAZETA CENTRO SUL LTDA	04.826.592.000.1-56
SECOM	Internet	GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA.	06.990.590.000.1-23
SECOM	Internet	HOJE EDITORA LTDA	45.154.915.000.1-90
SECOM	Internet	IZABEL CRISTINA ESTECHE	13.660.357.000.1-48
SECOM	Internet	J W SOARES - AGENCIA DE NOTICIAS	11.389.296.000.1-09
SECOM	Internet	JORNAL A SEMANA LTDA	08.707.885.000.1-75
SECOM	Internet	KERLI FERNANDA UNSER	43.339.132.000.1-55
SECOM	Internet	L. R. N. PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA	15.431.568.000.1-34
SECOM	Internet	M.K.M.- PORTAL BANDA B LTDA.	82.189.689.000.1-09
SECOM	Internet	MARINGA POST NOTICIAS LTDA	28.608.564.000.1-20
SECOM	Internet	MEIRYANE PAOLA ANDRADE DE BASTOS	28.858.807.000.1-89

SECOM	Internet	MM JORNALE PORTAL DE NOTÍCIAS E COMUNICAÇÃO LTDA	39.761.692.000.1-26
SECOM	Internet	MOMENTO - SERVIÇOS DE TELEATENDIMENTO LTDA	13.474.766.000.1-50
SECOM	Internet	OLIVEIRA & PERIN LTDA	11.044.608.000.1-34
SECOM	Internet	P. DALCOL FILHO LTDA	32.157.508.000.1-94
SECOM	Internet	PARANÁ COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA	14.887.675.000.1-09
SECOM	Internet	PARANÁ PORTAL LTDA.	24.629.720.000.1-89
SECOM	Internet	POLITIZA PARANA LTDA	51.410.729.000.1-77
SECOM	Internet	POMODORO COMUNICAÇÃO SOCIAL - LEONEL GROUP LTDA	27.518.807.000.1-77
SECOM	Internet	PORTAL 100 FRONTEIRAS.COM LTDA	42.379.147.000.1-84
SECOM	Internet	PORTAL AGORA AGENCIA DE PUBLICIDADE E NOTICIAS LTDA	50.056.445.000.1-61
SECOM	Internet	PORTAL BNT ONLINE LTDA	18.156.891.000.1-35
SECOM	Internet	PORTAL CIDADE FOZ LTDA	37.000.018.000.1-01
SECOM	Internet	PORTAL DE NOTICIAS COSTA OESTE LTDA	24.300.120.000.1-72
SECOM	Internet	PORTAL NOSSO DIA LTDA	43.062.301.000.1-52
SECOM	Internet	PORTAL PARANÁ NEWS LTDA	23.473.535.000.1-85
SECOM	Internet	R M ARMSTRONG E CIA LTDA	09.644.192.000.1-43
SECOM	Internet	RÁDIO E TELEVISÃO TAROBÁ LTDA	76.243.625.000.1-46
SECOM	Internet	REDE PARANA NOTICIAS LTDA	18.826.244.000.1-93
SECOM	Internet	REGINALDO APARECIDO DOS SANTOS SERVIÇOS DE T.I	18.856.563.000.1-41
SECOM	Internet	RIC MAIS PARANA LTDA	16.800.966.000.1-43
SECOM	Internet	RIGON COMUNICACAO LTDA	03.622.439.000.1-44
SECOM	Internet	RMC PUBLICIDADE LTDA	16.549.502.000.1-06
SECOM	Internet	RONALDO ALVES SENES - ME	27.188.083.000.1-40
SECOM	Internet	RONILDO PIMENTEL 61608009904	33.278.222.000.1-20
SECOM	Internet	RT COMUNICAÇÕES LTDA	30.084.426.000.1-31
SECOM	Internet	SIRLEI BENETTI SORBARA	39.541.312.000.1-48
SECOM	Internet	SOCIEDADE RADIO EMISSORA PARANAENSE S/A	76.494.806.000.1-45
SECOM	Internet	SPOT COMUNICAÇÃO DIGITAL LTDA.	37.794.547.000.1-16
SECOM	Internet	TELEVISÃO LONDRINA LTDA	80.592.488.000.1-22
SECOM	Internet	VALCIR MACHADO DA SILVEIRA PINTO - ME	17.829.560.000.1-56
SECOM	Jornal	12.698.306 ADILSON DA COSTA MOREIRA	12.698.306.000.1-42
SECOM	Jornal	28.749.614 IVETE DE SOUZA PARNOFF	28.749.614.000.1-90
SECOM	Jornal	46.113.101 MARCOS ELIESER ALVES DE SOUZA	46.113.101.000.1-70
SECOM	Jornal	49.221.017 THAUANA ALINE PRESTES	49.221.017.000.1-68
SECOM	Jornal	51.037.676 GABRIEL CASAGRANDA CRISTOVAO	51.037.676.000.1-90
SECOM	Jornal	A D P SANTI JORNAL DO REBOUÇAS	20.860.658.000.1-80
SECOM	Jornal	A FOLHA DO SUDOESTE LTDA	08.815.942.000.1-30

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SECOM	Jornal	AGÊNCIA JORNAL DO BAIRRO ALTO LTDA	02.053.946.000.1-41
SECOM	Jornal	AGENCIA MAGAIVER DE PROPAGANDA E CRIAÇÃO LTDA ME	08.876.066.000.1-51
SECOM	Jornal	AGÊNCIA VOZ PROPAGANDA LTDA	09.001.243.000.1-19
SECOM	Jornal	ANDREA APARECIDA NOGAROLLI DE CAMARGO 81979169934	32.140.443.000.1-74
SECOM	Jornal	BRUCI JORDÃO EDITORA	11.331.547.000.1-96
SECOM	Jornal	C C MARTINE FOLHA DE CAPANEMA ME	26.450.654.000.1-00
SECOM	Jornal	CARLOS CESAR MICHALISZEN – JORNAL INTERBAIRROS	12.464.943.000.1-54
SECOM	Jornal	CATEDRAL EDITORA, COMUNICAÇÃO, PROPAGANDA E PESQUISAS LTDA	34.263.987.000.1-59
SECOM	Jornal	CELINA SUSY PIRES RIBELLO	07.478.063.000.1-05
SECOM	Jornal	CLIPPING NEWS AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - ME	73.205.239.000.1-71
SECOM	Jornal	COMUNICAÇÕES KOLLENBERG LTDA	05.430.495.000.2-93
SECOM	Jornal	DIA A DIA EDITORA E PROPAGANDA LTDA	31.722.654.000.1-52
SECOM	Jornal	DSDCX INFORMACAO E COMUNICACAO LTDA	50.682.006.000.1-64
SECOM	Jornal	E ALLIANA LTDA	37.189.127.000.1-00
SECOM	Jornal	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
SECOM	Jornal	EDITORA AZL LTDA	07.185.029.000.1-34
SECOM	Jornal	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
SECOM	Jornal	EDITORA CAMARGO LTDA	02.046.286.000.1-71
SECOM	Jornal	EDITORA CORREIO PARANAENSE LTDA	00.064.742.000.1-80
SECOM	Jornal	EDITORA DE JORNAL O REGIONAL LTDA	01.276.217.000.1-91
SECOM	Jornal	EDITORA DIARIO DOS CAMPOS LTDA	03.319.996.000.1-90
SECOM	Jornal	EDITORA FEMOCLAM & FECAMPAR LTDA	07.598.908.000.1-98
SECOM	Jornal	EDITORA FOLHA DE CAMPO LARGO LTDA	81.109.399.000.1-45
SECOM	Jornal	EDITORA FOLHA DO NORTE LTDA ME	09.399.259.000.1-21
SECOM	Jornal	EDITORA FOLHA EXTRA LTDA - ME	06.163.583.000.1-58
SECOM	Jornal	EDITORA GAZETA REGIONAL DE GOIOERÊ LTDA	05.672.010.000.1-97
SECOM	Jornal	EDITORA GRÁFICA NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA.	77.624.922.000.1-02
SECOM	Jornal	EDITORA GRANDES SERTÕES VEREDAS LTDA.	04.321.967.000.1-26
SECOM	Jornal	EDITORA JORNAL DE BELTRÃO S/A	95.420.188.000.1-33
SECOM	Jornal	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55
SECOM	Jornal	EDITORA KARINA LTDA	81.912.818.000.1-82
SECOM	Jornal	EDITORA MML LTDA	13.656.146.000.1-31
SECOM	Jornal	EDITORA NOVO RUMO LTDA	24.363.820.000.1-06
SECOM	Jornal	EDITORA O ESTADO DO PARANÁ S/A	76.568.708.000.1-05
SECOM	Jornal	EDITORA O POPULAR DO PARANÁ LTDA	07.846.774.000.1-87
SECOM	Jornal	EDITORA O PRESENTE LTDA	84.812.049.000.1-39

SECOM	Jornal	EDITORA OKAVANGO LTDA	39.583.156.000.1-88
SECOM	Jornal	EDITORA SOL NASCENTE LTDA	86.965.332.000.1-26
SECOM	Jornal	EDITORA SPAGNOLLO LTDA	10.715.141.000.1-44
SECOM	Jornal	EDITORA TRIBUNA DO NORTE S/A	82.423.096.000.1-65
SECOM	Jornal	EMPRESA JORNALISTICA FOLHA DA CIDADE EIRELI ME	04.400.501.000.1-16
SECOM	Jornal	EMPRESA JORNALISTICA UMUARAMA LTDA - EPP	04.233.582.000.1-07
SECOM	Jornal	FELIPE FAGANELLO BAHIA 07109268985	31.667.763.000.1-14
SECOM	Jornal	FOLHA DA TERRA LTDA	04.488.194.000.1-77
SECOM	Jornal	FOLHA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS LTDA	23.808.617.000.1-33
SECOM	Jornal	FOLHA DO LITORAL NEWS LTDA.	16.619.945.000.1-26
SECOM	Jornal	FRIZZ PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA	53.258.825.000.1-77
SECOM	Jornal	G. L. L. DA SILVA - EIRELI	26.146.231.000.1-00
SECOM	Jornal	GARBIM - JORNAIS E FOTOGRAFIAS LTDA - ME	08.826.222.000.1-70
SECOM	Jornal	GAZETA DO ABRANCHES - EIRELI - ME	13.424.790.000.1-84
SECOM	Jornal	GCC DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE EIRELI ME	17.837.348.000.1-30
SECOM	Jornal	GENESIS MACHADO & CIA LTDA	26.272.797.000.1-70
SECOM	Jornal	GRAFICA E EDITORA TRIBUNA DA REGIÃO LTDA	08.203.585.000.1-59
SECOM	Jornal	GRAFICA EDITORA CAMPO LARGO LTDA	76.743.442.000.1-90
SECOM	Jornal	GRAFICA EDITORA CANTU LTDA	02.175.166.000.1-74
SECOM	Jornal	GRB RADIO BRAZIL LTDA	40.837.272.000.1-65
SECOM	Jornal	INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	09.570.162.000.1-30
SECOM	Jornal	INTUIÇÃO COMUNICAÇÃO LTDA	05.677.739.000.1-56
SECOM	Jornal	IRATI HOJE LTDA	04.183.250.000.1-65
SECOM	Jornal	JBC AGÊNCIA DE NOTÍCIAS LTDA	57.730.514.000.1-10
SECOM	Jornal	JORNAL ATOS E FOTOS LTDA.	08.285.252.000.1-16
SECOM	Jornal	JORNAL DE COLOMBO SOCIEDADE LTDA	05.533.253.000.1-44
SECOM	Jornal	JORNAL DO OESTE LTDA	00.640.115.000.1-40
SECOM	Jornal	JORNAL EXTRA GUARAPUAVA LTDA	23.803.480.000.1-24
SECOM	Jornal	JORNAL NOROESTE AGORA LTDA - ME	02.196.872.000.1-00
SECOM	Jornal	JORNAL NOVO TEMPO LTDA	03.525.366.000.1-72
SECOM	Jornal	JORNAL O PIONEIRO LTDA ME	09.377.800.000.1-09
SECOM	Jornal	JORNAL O REPORTER LTDA	36.445.706.000.1-04
SECOM	Jornal	JORNAL OPARANA S/A	21.819.026.000.1-36
SECOM	Jornal	JORNAL OPARANA S/A	21.819.026.000.2-17
SECOM	Jornal	JORNAL OPARANA S/A	21.819.026.000.3-06
SECOM	Jornal	JORNAL TRIBUNA DO BOQUEIRAO LTDA	08.754.106.000.1-92
SECOM	Jornal	JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR LTDA	76.748.979.000.1-42
SECOM	Jornal	L A BARBOSA JORNAL	05.075.496.000.1-86
SECOM	Jornal	M. ALENCAR DOS SANTOS TV WEB LTDA	32.225.327.000.1-58
SECOM	Jornal	MGP COMUNICAÇÕES LTDA	10.846.416.000.1-89
SECOM	Jornal	MGP COMUNICAÇÕES LTDA	10.846.416.000.3-40

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SECOM	Jornal	MULTIMEDIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.	20.676.778.000.1-22
SECOM	Jornal	NCA COMUNICAÇÃO E EDITORA LTDA	13.226.606.000.1-91
SECOM	Jornal	NEIDE FERREIRA SECO SCHVABE	00.564.217.000.1-24
SECOM	Jornal	NELMO EDITORA LTDA - ME	01.334.884.000.1-83
SECOM	Jornal	NOVA LIDER EDITORA LTDA	25.002.048.000.1-60
SECOM	Jornal	O COMÉRCIO GRÁFICA E EDITORA LTDA	77.958.882.000.2-08
SECOM	Jornal	P.R.DE OLIVEIRA DA SILVA IMPRENSA-ME	13.250.061.000.1-59
SECOM	Jornal	PARANA CENTRO DIVULGAÇÕES LTDA	95.687.000.000.1-18
SECOM	Jornal	PB COMUNICAÇÕES LTDA	23.343.115.000.1-84
SECOM	Jornal	PILARZINHO EDITORA LTDA	08.546.506.000.1-02
SECOM	Jornal	PROSPERA - COMUNICACAO, MARKETING E ENTRETENIMENTO LTDA	11.066.106.000.1-04
SECOM	Jornal	PUBLI CIDADE NOTICIAS, EDICOES E PUBLICACOES LTDA	03.808.910.000.1-93
SECOM	Jornal	PUBLIQUE EDITORAÇÃO DE JORNAIS S/S LTDA	04.269.755.000.1-47
SECOM	Jornal	RCO COMUNICAÇÕES LTDA	68.821.735.000.1-10
SECOM	Jornal	REDE MIX DE COMUNICACAO LTDA	12.012.145.000.1-91
SECOM	Jornal	RMC PUBLICIDADE LTDA	16.549.502.000.1-06
SECOM	Jornal	S R DE SOUZA E CIA LTDA	07.291.606.000.1-72
SECOM	Jornal	S T KRASINSKI JORNAL EXTRA CWB	38.082.136.000.1-60
SECOM	Jornal	SANTA CHIARA COMUNICAÇÃO EIRELI - ME	28.740.492.000.1-70
SECOM	Jornal	SILVA & RODRIGUES EDITORA LTDA	05.929.678.000.1-77
SECOM	Jornal	TV EDITORA E GRAFICA EIRELI	28.454.259.000.1-21
SECOM	Jornal	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
SECOM	Jornal	Z. K. PRODUCOES LTDA	09.474.683.000.1-93
SECOM	Mídia Exterior	ARTE & MENSAGEM COMUNICACAO LTDA - ME	02.381.608.000.1-39
SECOM	Mídia Exterior	FAVRETTO MÍDIA EXTERIOR LTDA	11.301.907.000.1-07
SECOM	Mídia Exterior	GIGANTO COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA IMPRESSÃO DE IMAGENS LTDA	14.163.873.000.1-20
SECOM	Mídia Exterior	LRC MÍDIA OUT OF HOME LTDA	14.707.203.000.1-27
SECOM	Mídia Exterior	PONTO DE NEGOCIOS VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO LTDA	85.472.561.000.1-46
SECOM	Rádio	BATOX COMUNICAÇÕES LTDA	03.745.739.000.1-10
SECOM	Rádio	BORIN B COMUNICAÇÃO LTDA	53.857.366.000.1-48
SECOM	Rádio	CIANORTE FM - SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA	79.476.438.000.1-09
SECOM	Rádio	COLINAS FM LTDA	02.598.078.000.1-85
SECOM	Rádio	COLUMBIA FM LTDA	01.858.762.000.1-96
SECOM	Rádio	DFM RADIO DIFUSÃO LTDA - ME	27.023.030.000.1-70
SECOM	Rádio	DIFUSORA CULTURAL LTDA	79.319.851.000.1-51
SECOM	Rádio	DIFUSORA OURO VERDE LTDA	76.491.471.000.1-01
SECOM	Rádio	EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CIDADE ALTA LTDA	79.144.077.000.1-95

SECOM	Rádio	ESTÚDIO ROQUETE PINTO DE COMUNICAÇÕES LTDA	03.754.742.000.1-09
SECOM	Rádio	FM CINDERELA LTDA	81.076.218.000.1-21
SECOM	Rádio	FM LAGOA AZUL LTDA	02.297.541.000.1-59
SECOM	Rádio	FM RADIO PEROLA DO SUL LTDA	78.708.104.000.1-42
SECOM	Rádio	FM RUBI LTDA	04.401.928.000.2-10
SECOM	Rádio	FM STUDIO 96 LTDA	77.827.673.000.1-44
SECOM	Rádio	FM VERDE VALE LTDA - EPP	79.435.723.000.1-73
SECOM	Rádio	FUNDAÇÃO ANTONIO BARBARA	04.987.544.000.1-40
SECOM	Rádio	FUNDAÇÃO BRASIL DE ARTE E CULTURA	04.961.373.000.1-80
SECOM	Rádio	FUNDAÇÃO CANAL 20	04.083.151.000.1-01
SECOM	Rádio	FUNDAÇÃO CULTURAL CELINAUTA	77.737.831.000.1-75
SECOM	Rádio	FUNDAÇÃO CULTURAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA	04.726.029.000.1-06
SECOM	Rádio	FUNDACAO CULTURAL NOSSA SENHORA DA GLORIA DE MARINGA	03.232.222.000.2-09
SECOM	Rádio	FUNDAÇÃO CULTURAL NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, RADIO SERRA DO MAR 94.1 FM	00.415.970.000.2-39
SECOM	Rádio	FUNDAÇÃO CULTURAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS	78.595.097.000.1-10
SECOM	Rádio	FUNDACAO EXCLUSIVA EDUCATIVA	03.760.860.000.1-11
SECOM	Rádio	FUNDAÇÃO MATER ET MAGISTRA DE LONDRINA	78.589.314.000.1-69
SECOM	Rádio	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DE BELÉM DE GUARAPUAVA	77.898.526.000.1-65
SECOM	Rádio	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	03.553.621.000.1-90
SECOM	Rádio	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO	76.000.447.000.1-22
SECOM	Rádio	FUNDACAO NOVA CAMPO LARGO RADIO E TELEVISAO EDUCATIVA	03.701.617.000.1-22
SECOM	Rádio	FUNDAÇÃO PIONEIRA DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DO PARANÁ	78.282.084.000.1-90
SECOM	Rádio	FUNDAÇÃO RÁDIO GOIOERÊ.	80.889.637.000.1-10
SECOM	Rádio	FUNDAÇÃO REDENTORISTA DE COMUNICAÇÕES SOCIAIS	77.082.014.000.1-26
SECOM	Rádio	FUNDAÇÃO SANTA CLARA DE ASSIS	15.585.265.000.1-76
SECOM	Rádio	FUNDAÇÃO SANT'ANA	00.833.057.000.1-71
SECOM	Rádio	G BORIN COMUNICACAO LTDA	40.539.310.000.1-01
SECOM	Rádio	GBB COMUNICACAO LTDA	53.856.831.000.1-26
SECOM	Rádio	GENOA FM LTDA	03.932.868.000.1-18
SECOM	Rádio	ILHA BELA FM TRES LTDA	37.907.825.000.1-02
SECOM	Rádio	IVAÍ EMISSORA FM LTDA	80.565.625.000.1-30
SECOM	Rádio	IVAIPORÃ FM LTDA - EPP	01.741.753.000.1-10
SECOM	Rádio	JDO ADMINISTRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA	57.619.928.000.1-76
SECOM	Rádio	L.K. RADIODIFUSÃO LTDA	02.539.160.000.1-39

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SECOM	Rádio	LONG VIEW COMUNICACOES LTDA	35.488.904.000.1-92
SECOM	Rádio	MAIS COMUNICAÇÃO LTDA	21.648.735.000.1-04
SECOM	Rádio	MUSICA 89,9 FM LTDA	11.818.635.000.1-17
SECOM	Rádio	NOVA FREQUÊNCIA LTDA	04.161.060.000.1-47
SECOM	Rádio	ORGANIZAÇÃO GUARATUBANA DE COMUNICAÇÕES LTDA	01.744.997.000.1-57
SECOM	Rádio	ORGANIZACAO MADASOL DE COMUNICACAO LTDA	03.883.032.000.1-70
SECOM	Rádio	PLANETA TERRA FM LTDA	03.726.678.000.1-44
SECOM	Rádio	PR DE OLIVEIRA - CANTAGALO ME	21.484.483.000.1-17
SECOM	Rádio	PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA	02.412.465.000.1-85
SECOM	Rádio	R1 PRODUCAO E COMUNICACAO LTDA	58.153.988.000.1-09
SECOM	Rádio	R4 PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA	45.495.289.000.1-03
SECOM	Rádio	RADAI COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA	27.809.613.000.1-20
SECOM	Rádio	RÁDIO 90.1 FM LTDA	06.178.113.000.1-68
SECOM	Rádio	RADIO AGUAS CLARAS FM LTDA - EPP	00.173.030.000.1-08
SECOM	Rádio	RADIO ALINE LTDA	79.465.126.000.1-91
SECOM	Rádio	RÁDIO ALVORADA DO SUL LTDA	75.656.355.000.1-32
SECOM	Rádio	RADIO ARAPONGAS LTDA	75.395.319.000.1-62
SECOM	Rádio	RADIO ATALAIA DE CURITIBA LTDA	62.589.932.000.1-79
SECOM	Rádio	RÁDIO ATALAIA DE MARINGÁ LTDA - ME	61.488.698.000.1-20
SECOM	Rádio	RÁDIO ATUAL GUAIRACÁ DE MANDAGUARI LTDA	79.157.715.000.1-02
SECOM	Rádio	RÁDIO AURIVERDE DE PITANGA LTDA	77.128.163.000.1-89
SECOM	Rádio	RÁDIO BANDA 1 FM LTDA	02.360.777.000.1-92
SECOM	Rádio	RADIO BIANCA LTDA	75.213.330.000.1-64
SECOM	Rádio	RÁDIO BRASILEIRA DE BELA VISTA DO PARAÍSO LTDA	77.714.061.000.1-45
SECOM	Rádio	RÁDIO BROTAS LTDA	75.640.284.000.1-80
SECOM	Rádio	RÁDIO CABIÚNA LTDA	75.622.308.000.1-78
SECOM	Rádio	RÁDIO CACIQUE DE GUARAPUAVA LTDA	75.682.948.000.1-73
SECOM	Rádio	RÁDIO CAIOBÁ LTDA	77.088.235.000.1-01
SECOM	Rádio	RADIO CANYON LTDA	14.202.033.000.1-29
SECOM	Rádio	RADIO CAPANEMA LTDA	75.978.973.000.1-07
SECOM	Rádio	RÁDIO CAPELISTA LTDA	03.743.540.000.2-34
SECOM	Rádio	RÁDIO CENTRAL DO PARANÁ LTDA	80.220.874.000.1-93
SECOM	Rádio	RÁDIO CHOPINZINHO LTDA	77.139.152.000.1-02
SECOM	Rádio	RÁDIO CIDADE JANDAIA LTDA	77.938.801.000.1-27
SECOM	Rádio	RÁDIO CIDADE PATO BRANCO LTDA	80.233.919.000.1-64
SECOM	Rádio	RÁDIO CLUB DE FAXINAL LTDA	77.257.293.000.1-11
SECOM	Rádio	RADIO CLUBE CRISTALINA LTDA	76.655.489.000.1-00
SECOM	Rádio	RADIO CLUBE DE MALLET LTDA	81.063.372.000.1-69
SECOM	Rádio	RÁDIO CLUBE DE REALEZA LTDA ME	77.298.313.000.1-00
SECOM	Rádio	RADIO CLUBE DE UBIRATÃ LTDA	78.565.587.000.1-73
SECOM	Rádio	RÁDIO CLUBE PONTAGROSSENSE LTDA	80.230.113.000.1-12
SECOM	Rádio	RÁDIO COLMÉIA LTDA EPP	76.898.063.000.1-79

SECOM	Rádio	RÁDIO COLOMBO DO PARANÁ LTDA	76.598.085.000.1-13
SECOM	Rádio	RADIO COMUNICADORA DE FOZ DO IGUACU LTDA	77.813.525.000.1-70
SECOM	Rádio	RÁDIO CONTINENTAL LTDA	76.679.026.000.1-70
SECOM	Rádio	RADIO CONTINENTAL DE CURITIBA LTDA	76.498.864.000.1-47
SECOM	Rádio	RADIO CONTINENTAL DE FRANCISCO BELTRÃO LTDA	76.627.520.000.1-90
SECOM	Rádio	RADIO COPAS VERDES DE PRUDENTOPOLIS LTDA	80.828.882.000.1-17
SECOM	Rádio	RÁDIO CORNÉLIO PROCÓPIO LTDA	76.248.715.000.1-20
SECOM	Rádio	RÁDIO CRISTAL LTDA - ME	77.315.240.000.1-00
SECOM	Rádio	RADIO CRISTALINA LTDA	01.700.031.000.1-18
SECOM	Rádio	RÁDIO CRUZEIRO DO SUL DE LONDRINA LTDA	78.599.636.000.1-99
SECOM	Rádio	RÁDIO CRYSTAL FM DE CAFELÂNDIA LTDA	07.024.431.000.1-37
SECOM	Rádio	RADIO CULTURA DE APUCARANA LTDA	75.273.029.000.1-46
SECOM	Rádio	RÁDIO CULTURA DE CURITIBA LTDA	76.723.493.000.1-50
SECOM	Rádio	RÁDIO CULTURA DE FOZ DO IGUAÇU LTDA	77.748.176.000.1-50
SECOM	Rádio	RÁDIO CULTURA LTDA	00.756.343.000.1-80
SECOM	Rádio	RADIO CULTURA NORTE PARANAENSE LTDA	79.691.531.000.1-28
SECOM	Rádio	RÁDIO CULTURA NOVO SOM LTDA	75.752.816.000.1-70
SECOM	Rádio	RÁDIO CULTURA PALOTINENSE LTDA	75.952.382.000.1-52
SECOM	Rádio	RÁDIO CULTURA SUL FM LTDA	80.383.862.000.1-80
SECOM	Rádio	RÁDIO DIFUSORA AMÉRICA DE CHOPINZINHO LTDA	80.200.009.000.1-85
SECOM	Rádio	RADIO DIFUSORA APUCARANA LTDA	75.263.616.000.1-54
SECOM	Rádio	RADIO DIFUSORA COLMEIA DE CAMPO MOURAO LTDA EPP	75.889.782.000.1-60
SECOM	Rádio	RÁDIO DIFUSORA COLMÉIA DE PORTO UNIÃO LTDA	85.605.251.000.1-52
SECOM	Rádio	RADIO DIFUSORA CRUZEIRO DO OESTE LTDA	76.352.202.000.1-64
SECOM	Rádio	RÁDIO DIFUSORA DE SÃO JORGE D'OESTE LTDA-ME	79.456.273.000.1-03
SECOM	Rádio	RÁDIO DIFUSORA DO PARANÁ LTDA	81.562.126.000.1-51
SECOM	Rádio	RÁDIO DIFUSORA ELITE LTDA	77.027.837.000.1-59
SECOM	Rádio	RÁDIO DIFUSORA GUARAPUAVA LTDA ME	77.895.308.000.1-77
SECOM	Rádio	RÁDIO DIFUSORA SIRIEMA LTDA	75.767.566.000.1-42
SECOM	Rádio	RADIO DIFUSORA UNIAO LTDA	81.646.762.000.1-61
SECOM	Rádio	RÁDIO E TELEVISÃO CANAL 29 DO PARANÁ LTDA	00.545.881.000.1-26
SECOM	Rádio	RADIO EDUCADORA DE FRANCISCO BELTRÃO LTDA	77.092.633.000.1-00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SECOM	Rádio	RÁDIO EDUCADORA DE LARANJEIRAS DO SUL LTDA	76.659.952.000.1-83
SECOM	Rádio	RÁDIO EDUCADORA DE LOANDA LTDA	75.460.261.000.1-93
SECOM	Rádio	RÁDIO EDUCADORA MARECHAL LTDA	76.401.884.000.1-58
SECOM	Rádio	RÁDIO EMISSORA ATALAIA LTDA	77.896.157.000.1-71
SECOM	Rádio	RÁDIO ENTRE RIOS LTDA	77.409.589.000.1-00
SECOM	Rádio	RÁDIO EVANGELIZAR É PRECISO LTDA	09.101.720.000.1-18
SECOM	Rádio	RADIO EXCLUSIVA LTDA	81.670.085.000.1-17
SECOM	Rádio	RÁDIO FM 104 LTDA	00.958.511.000.1-10
SECOM	Rádio	RADIO FM 95 STEREO LTDA	80.389.083.000.1-91
SECOM	Rádio	RÁDIO FM CIDADE DE CAMBÉ LTDA	76.273.804.000.1-26
SECOM	Rádio	RÁDIO FM CIDADE PARANAVAÍ LTDA-ME	80.187.149.000.1-60
SECOM	Rádio	RÁDIO FM DO PORTO LTDA - ME	80.450.554.000.1-20
SECOM	Rádio	RÁDIO FM ILHA DO MEL LTDA	76.531.011.000.1-60
SECOM	Rádio	RÁDIO FM ILUSTRADA LTDA ME	79.323.994.000.1-37
SECOM	Rádio	RADIO FM INDEPEDÊNCIA - CASCAVEL LTDA.	80.830.573.000.1-81
SECOM	Rádio	RADIO FM INDEPENDENCIA - FOZ DO IGUACU LTDA	02.404.038.000.1-55
SECOM	Rádio	RÁDIO FM INDEPENDÊNCIA IGAPÓ LTDA.	78.026.952.000.1-71
SECOM	Rádio	RADIO FM INDEPENDÊNCIA LONDRINA LTDA.	77.682.946.000.1-00
SECOM	Rádio	RADIO FM INDEPENDENCIA LTDA	77.070.332.000.2-58
SECOM	Rádio	RADIO FM INDEPENDENCIA LTDA.	77.070.332.000.1-77
SECOM	Rádio	RADIO FM NORTE DO PARANA LTDA	01.882.316.000.1-17
SECOM	Rádio	RÁDIO FM VALE DO NOROESTE LTDA	79.621.330.000.1-54
SECOM	Rádio	RÁDIO FM VALE DO SOL LTDA	75.010.736.000.1-40
SECOM	Rádio	RÁDIO GRAÚNA DE PALOTINA LTDA	75.005.892.000.1-12
SECOM	Rádio	RADIO GRAUNA LTDA	76.126.903.000.1-85
SECOM	Rádio	RÁDIO GUAÇU DE TOLEDO LTDA	81.566.499.000.1-09
SECOM	Rádio	RADIO GUAIRA DE GUAIRA LTDA	76.478.940.000.1-52
SECOM	Rádio	RÁDIO GUARANIAÇU LTDA	77.591.345.000.1-91
SECOM	Rádio	RADIO INDEPENDENCIA DE MEDIANEIRA LTDA - ME	75.543.470.000.1-09
SECOM	Rádio	RÁDIO INDEPENDÊNCIA DE SALTO DO LONTRA LTDA	75.207.951.000.1-35
SECOM	Rádio	RÁDIO INTERCONTINENTAL LTDA	78.712.056.000.1-66
SECOM	Rádio	RÁDIO INTERNACIONAL FM 107.9 DE QUEDAS DO IGUAÇU LTDA	76.531.052.000.1-56
SECOM	Rádio	RÁDIO ITAIPU LTDA	76.330.067.000.1-56
SECOM	Rádio	RADIO ITAPUA DE PATO BRANCO LTDA - ME	76.263.730.000.1-47
SECOM	Rádio	RADIO JORNAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND LTDA	77.311.009.000.1-48
SECOM	Rádio	RADIO JOVEM PRATA LTDA	09.254.787.000.1-92
SECOM	Rádio	RÁDIO JURANDA FM LTDA - ME	02.360.718.000.1-14
SECOM	Rádio	RÁDIO LÍDER SUL FM LTDA - ME	03.865.478.000.1-72

SECOM	Rádio	RÁDIO LONDRINA S/A	78.598.166.000.1-49
SECOM	Rádio	RÁDIO LONTRENSE FM LTDA	02.702.194.000.1-00
SECOM	Rádio	RÁDIO MATELÂNDIA LTDA	77.750.297.000.1-37
SECOM	Rádio	RÁDIO MENINA DO PARANÁ LTDA	80.774.391.000.3-00
SECOM	Rádio	RADIO MUSICAL FM LTDA	79.972.600.000.1-71
SECOM	Rádio	RADIO NAJUA DE IRATI LTDA	75.958.116.000.1-37
SECOM	Rádio	RADIO NAUTICA FM LTDA	02.346.363.000.2-90
SECOM	Rádio	RADIO NOVA FM LTDA	03.982.138.000.1-21
SECOM	Rádio	RADIO NOVA PRINCESA FM DE PITANGA LTDA	03.725.381.000.1-64
SECOM	Rádio	RÁDIO NOVO DIA FM LTDA	35.723.404.000.1-98
SECOM	Rádio	RADIO ORTIGUEIRA LTDA	03.861.517.000.1-63
SECOM	Rádio	RÁDIO PAIQUERÊ LTDA	78.600.855.000.1-40
SECOM	Rádio	RÁDIO PANEMA LTDA	81.738.262.000.1-50
SECOM	Rádio	RÁDIO PARANAVAÍ LTDA	79.688.891.000.1-70
SECOM	Rádio	RÁDIO PITIGUARA LTDA	76.443.704.000.1-09
SECOM	Rádio	RADIO PLANALTO FM LTDA	46.921.977.000.1-42
SECOM	Rádio	RÁDIO POEMA DE PITANGA LTDA	79.349.288.000.1-64
SECOM	Rádio	RÁDIO PORTA VOZ DE CIANORTE LTDA	80.005.002.000.1-02
SECOM	Rádio	RÁDIO PRANCHITA FM LTDA - EPP	80.795.925.000.1-05
SECOM	Rádio	RÁDIO QUIGUAY LTDA	04.362.453.000.1-19
SECOM	Rádio	RÁDIO RAINHA DO OESTE DE ALTÔNIA LTDA	77.220.366.000.1-09
SECOM	Rádio	RADIO RIO VERDE LTDA	05.349.869.000.1-60
SECOM	Rádio	RÁDIO ROTA DO SOL LTDA	03.876.852.000.1-35
SECOM	Rádio	RADIO RURAL FM LTDA	79.059.820.000.1-09
SECOM	Rádio	RADIO SANTA TEREZA DO OESTE LTDA - ME	03.702.547.000.1-27
SECOM	Rádio	RÁDIO STEREO FM TELLES LTDA	80.020.761.000.1-44
SECOM	Rádio	RADIO T FM LTDA - EPP	07.003.552.000.1-00
SECOM	Rádio	RÁDIO TABAJARA DE LONDRINA LTDA	78.600.467.000.1-60
SECOM	Rádio	RÁDIO THALENTO FM LTDA	03.317.127.000.1-27
SECOM	Rádio	RÁDIO TRADIÇÃO LTDA	03.402.818.000.1-29
SECOM	Rádio	RÁDIO TRANSAMÉRICA DE CURITIBA LTDA	76.012.145.000.1-74
SECOM	Rádio	RADIO TRÊS DE MAIO LTDA	02.558.596.000.1-75
SECOM	Rádio	RÁDIO TRÊS FRONTEIRAS LTDA - EPP	01.833.846.000.1-75
SECOM	Rádio	RÁDIO TRI FRONTEIRA LTDA	83.218.008.000.2-37
SECOM	Rádio	RADIO TRIBUNA FM LTDA	07.196.580.000.1-83
SECOM	Rádio	RÁDIO UBÁ LTDA	76.236.090.000.1-86
SECOM	Rádio	RÁDIO UNIÃO DE CÉU AZUL LTDA ME	77.613.008.000.1-58
SECOM	Rádio	RADIO UNIÃO DE TOLEDO LTDA	77.096.055.000.1-71
SECOM	Rádio	RÁDIO VALE VERDE LTDA	78.684.081.000.1-83
SECOM	Rádio	RÁDIO VERA CRUZ FM LTDA	03.761.886.000.1-84
SECOM	Rádio	RÁDIO VERDES CAMPOS LTDA	77.109.577.000.1-60
SECOM	Rádio	RÁDIO VICENTE PALLOTTI LTDA	79.859.583.000.1-60
SECOM	Rádio	RÁDIO VILA VELHA LTDA - ME	80.239.585.000.1-36
SECOM	Rádio	RÁDIO VOZ DO SUDOESTE LTDA	79.456.257.000.1-02
SECOM	Rádio	RÁDIO YARA LTDA	80.367.121.000.1-05

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SECOM	Rádio	RADIODIFUSÃO LITORAL SUL LTDA - ME	76.509.769.000.1-00
SECOM	Rádio	RADIONORTE LTDA	75.551.622.000.1-07
SECOM	Rádio	RANSSOLIN & RANSOLIN LTDA	02.541.161.000.1-18
SECOM	Rádio	REDE ALTERNATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA	01.080.682.000.1-52
SECOM	Rádio	REDE INTEGRAÇÃO DE COMUNICAÇÃO LTDA	79.701.983.000.1-43
SECOM	Rádio	REDE OESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME	77.816.205.000.1-74
SECOM	Rádio	REDE PANORAMA DE COMUNICAÇÕES LTDA	03.902.205.000.1-50
SECOM	Rádio	REDE VIDA MELHOR DE COMUNICAÇÃO E EVANGELIZAÇÃO LTDA	33.486.316.000.1-94
SECOM	Rádio	REDE VIVIDENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA.	81.680.282.000.1-17
SECOM	Rádio	RICNOTÍCIAS RADIODIFUSÃO LTDA	11.341.339.000.1-78
SECOM	Rádio	RICNOTÍCIAS RADIODIFUSÃO LTDA	11.341.339.000.3-30
SECOM	Rádio	SISTEMA NOVA ERA DE COMUNICAÇÃO LTDA	80.907.397.000.1-39
SECOM	Rádio	SISTEMA PARANAENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA	77.670.651.000.1-13
SECOM	Rádio	SOCIEDADE DE RADIODIFUSAO PADRE EDUARDO LTDA - ME	80.251.366.000.1-72
SECOM	Rádio	SOCIEDADE PITANGUI DE COMUNICAÇÃO LTDA	81.407.934.000.1-44
SECOM	Rádio	SOCIEDADE RADIO PRINCESA LIMITADA	77.812.220.000.1-44
SECOM	Rádio	SUL PARANÁ RADIODIFUSÃO LTDA	75.034.439.000.1-34
SECOM	Rádio	TE RADIODIFUSAO LTDA - EPP	81.650.665.000.1-42
SECOM	Rádio	TELECOMUNICAÇÕES CAMPOS DOURADOS LTDA - EPP	81.059.347.000.1-01
SECOM	Rádio	TELECOMUNICAÇÕES DELFIM LTDA	80.548.332.000.1-44
SECOM	Rádio	TERRA RADIO E TELEVISAO LTDA - ME	08.917.889.000.1-88
SECOM	Rádio	UNIGUASSU NEGOCIOS E EVENTOS S/A	30.665.668.000.1-19
SECOM	Revista	D'PONTA MÍDIAS E CONSULTORIA LTDA	07.136.697.000.1-71
SECOM	TV	BG9 ENTRETENIMENTO LTDA	40.434.406.000.1-05
SECOM	TV	DIÁRIO DA INFORMAÇÃO LTDA	26.473.438.000.1-80
SECOM	TV	ESTAÇÃO RETRANSMISSORA DE TELEVISÃO SARANDI LTDA	81.728.644.000.1-00
SECOM	TV	FUNDAÇÃO ANTONIO BARBARA	04.987.544.000.1-40
SECOM	TV	FUNDAÇÃO CANAL 20	04.083.151.000.1-01
SECOM	TV	FUNDACAO CANDIDO GARCIA - FUNCANDIDO	04.166.662.000.1-97
SECOM	TV	FUNDAÇÃO CESUMAR	03.593.999.000.1-18
SECOM	TV	FUNDAÇÃO CULTURAL CELINAUTA	77.737.831.000.1-75
SECOM	TV	FUNDACAO CULTURAL NOSSA SENHORA DE LOURDES DE MARINGA	80.289.184.000.1-90
SECOM	TV	FUNDACAO DE RADIODIFUSAO ERMINDO FRANCISCO ROVEDA	04.587.873.000.1-01

SECOM	TV	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE COLORADO	04.042.861.000.1-93
SECOM	TV	FUNDAÇÃO LUMEN	77.372.209.000.1-00
SECOM	TV	LIFE COMUNICAÇÕES LTDA.	01.880.112.000.1-47
SECOM	TV	MJK TAMIYA LTDA	08.281.136.000.1-29
SECOM	TV	RADIO E TELEVISAO IGUAÇU SA	76.600.188.000.1-70
SECOM	TV	RADIO E TELEVISÃO IMAGEM LTDA	81.034.977.000.1-21
SECOM	TV	RADIO E TELEVISÃO IMAGEM LTDA	81.034.977.000.2-02
SECOM	TV	RADIO E TELEVISAO OM LTDA	77.237.733.000.1-79
SECOM	TV	RÁDIO E TELEVISÃO OM LTDA	77.237.733.000.2-50
SECOM	TV	RÁDIO E TELEVISÃO TAROBÁ LTDA	76.243.625.000.1-46
SECOM	TV	SOCIEDADE RADIO EMISSORA PARANAENSE S/A	76.494.806.000.1-45
SECOM	TV	SOCIEDADE RADIO EMISSORA PARANAENSE S/A	76.494.806.000.2-26
SECOM	TV	TELEVISÃO BANDEIRANTES DO PARANA LTDA.	77.969.145.000.1-20
SECOM	TV	TELEVISÃO CIDADE LTDA	80.583.941.000.1-34
SECOM	TV	TELEVISÃO LONDRINA LTDA	80.592.488.000.1-22
SECOM	TV	TELEVISAO NAIPI LTDA	77.689.032.000.1-70
SECOM	TV	TELEVISAO TIBAGI LTDA	76.554.757.000.1-99
SECOM	TV	TV CATARATAS LTDA	80.830.334.000.1-21
SECOM	TV	TV CATARATAS LTDA	80.830.334.000.2-02
SECOM	TV	TV DIFUSORA LTDA - EPP	00.863.216.000.1-80
SECOM	TV	TV FB - COMUNICAÇOES LTDA	12.926.657.000.1-63
SECOM	TV	TV INDEPENDENCIA LTDA	79.107.918.000.1-94
SECOM	TV	TV INDEPENDÊNCIA NORTE DO PARANÁ LTDA.	75.387.274.000.1-84
SECOM	TV	TV INDEPENDÊNCIA NORTE DO PARANÁ LTDA.	75.387.274.000.2-65
SECOM	TV	TV INDEPENDÊNCIA OESTE DO PARANÁ LTDA.	81.057.994.000.1-84
SECOM	TV	TV MARINGA LTDA	79.469.813.000.1-85
SECOM	TV	TV OESTE DO PARANÁ LTDA	03.699.194.000.1-53
SECOM	TV	TV OESTE DO PARANÁ LTDA	03.699.194.000.2-34
SECOM	TV	TVCI TV COMUNICAÇÕES INTERATIVAS LTDA	01.871.985.000.1-93

Relatório emitido em: 10/11/2025.

Os valores poderão sofrer alterações devido a eventuais estornos em relação a prestadores de serviços. Consulte os valores atualizados na página da SECOM (https://www.comunicacao.pr.gov.br/Pagina/Publicidade).

DESPESAS COM PUBLICIDADE LEGAL – SETEMBRO 2025

ÓRGÃO	VALOR
ADAPAR	R$ 710,47
AGEPAR	R$ 2.160,00
APPA	R$ 17.028,00
CASAMILITAR	R$ 1.420,94
CCB	R$ 1.976,96
CEASA	R$ 2.100,52

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CELEPAR	R$ 1.080,00
COHAPAR	R$ 8.008,48
DEFESACIVIL	R$ 2.285,86
DER	R$ 51.766,12
DETRAN	R$ 370,68
FERROESTE	R$ 859,58
FOMENTO PARANÁ	R$ 22.418,50
FUNDEPAR	R$ 21.679,71
HU	R$ 1.706,80
IDR	R$ 308,90
LOTTOPAR	R$ 1.112,04
PARANAPREVIDÊNCIA	R$ 8.754,46
PRESP	R$ 1.173,82
SANEPAR	R$ 53.458,84
SEAB	R$ 2.886,00
SEAP	R$ 6.324,80
SECID	R$ 370,68
SEDEF	R$ 370,68
SEEC	R$ 2.285,86
SEED	R$ 957,59
SEFA	R$ 679,58
SEMI	R$ 432,46
SEMIPI	R$ 432,46
SESP	R$ 1.451,83
SETR	R$ 1.271,00
SGSD	R$ 370,68
TECPAR	R$ 2.124,03
UEL	R$ 5.379,31
UEM	R$ 8.209,67
UEPG	R$ 6.394,23
UNESPAR	R$ 432,46
UNESPAR REITORIA	R$ 1.800,00
UNICENTRO	R$ 988,48
UNIOESTE HU	R$ 9.823,02
UNIOESTE MARECHAL	R$ 2.471,20
UNIOESTE REITORIA	R$ 2.418,32
UNIOESTE TOLEDO	R$ 2.867,96
TOTAL	**R$ 261.122,98**

ÓRGÃO	FORNECEDOR	CNPJ
ADAPAR	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55
ADAPAR	INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	09.570.162.000.1-30
AGEPAR	EDITORA GLOBO S/A	04.067.191.000.1-60
AGEPAR	S/A O ESTADO DE S. PAULO	61.533.949.000.1-41
APPA	GOVERNO DO PARANÁ - IMPRENSA OFICIAL	76.416.890.000.1-89
CASAMILITAR	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
CASAMILITAR	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55
CCB	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35

CCB	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55
CCB	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
CEASA	EDITORA GAZETA DO PARANA LTDA	16.902.731.000.1-62
CEASA	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
CELEPAR	GOVERNO DO PARANÁ - IMPRENSA OFICIAL	76.416.890.000.1-89
COHAPAR	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
COHAPAR	GOVERNO DO PARANÁ - IMPRENSA OFICIAL	76.416.890.000.1-89
COHAPAR	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
DEFESACIVIL	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
DEFESACIVIL	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55
DEFESACIVIL	INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	09.570.162.000.1-30
DER	CATEDRAL EDITORA, COMUNICAÇÃO, PROPAGANDA E PESQUISAS LTDA	34.263.987.000.1-59
DER	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
DER	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
DER	EDITORA JORNAL DA MANHA DE PONTA GROSSA LTDA	09.019.289.000.1-65
DER	EDITORA JORNAL DE BELTRÃO S/A	95.420.188.000.1-33
DER	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55
DER	INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	09.570.162.000.1-30
DER	JORNAL OPARANA S/A	21.819.026.000.1-36
DER	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
DETRAN	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
FERROESTE	GOVERNO DO PARANÁ - IMPRENSA OFICIAL	76.416.890.000.1-89
FERROESTE	INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	09.570.162.000.1-30
FOMENTO PARANÁ	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
FOMENTO PARANÁ	GOVERNO DO PARANÁ - IMPRENSA OFICIAL	76.416.890.000.1-89
FUNDEPAR	CATEDRAL EDITORA, COMUNICAÇÃO, PROPAGANDA E PESQUISAS LTDA	34.263.987.000.1-59
FUNDEPAR	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
FUNDEPAR	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
FUNDEPAR	EDITORA GLOBO S/A	04.067.191.000.1-60
FUNDEPAR	EDITORA JORNAL DA MANHA DE PONTA GROSSA LTDA	09.019.289.000.1-65
FUNDEPAR	EDITORA JORNAL DE BELTRÃO S/A	95.420.188.000.1-33
FUNDEPAR	EDITORA TRIBUNA DO NORTE S/A	82.423.096.000.1-65
FUNDEPAR	EMPRESA JORNALISTICA UMUARAMA LTDA - EPP	04.233.582.000.1-07
FUNDEPAR	GENESIS MACHADO & CIA LTDA	26.272.797.000.1-70
FUNDEPAR	IMPRENSA NACIONAL	04.196.645.000.1-00
FUNDEPAR	INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	09.570.162.000.1-30
FUNDEPAR	JORNAL DO OESTE LTDA	00.640.115.000.1-40
FUNDEPAR	JORNAL OPARANA S/A	21.819.026.000.1-36
FUNDEPAR	JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR LTDA	76.748.979.000.1-42
FUNDEPAR	S/A O ESTADO DE S. PAULO	61.533.949.000.1-41
FUNDEPAR	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

HU	IMPRENSA NACIONAL	04.196.645.000.1-00
IDR	INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	09.570.162.000.1-30
LOTTOPAR	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
LOTTOPAR	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
PARANAPREVIDÊNCIA	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
PARANAPREVIDÊNCIA	GOVERNO DO PARANÁ - IMPRENSA OFICIAL	76.416.890.000.1-89
PRESP	INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	09.570.162.000.1-30
PRESP	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
SANEPAR	EDITORA GLOBO S/A	04.067.191.000.1-60
SANEPAR	EDITORA JORNAL DA MANHA DE PONTA GROSSA LTDA	09.019.289.000.1-65
SANEPAR	EDITORA NOROESTE LTDA	82.458.688.000.1-12
SANEPAR	FUNDO DE MATERIAIS PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS	14.284.430.000.1-97
SANEPAR	GIBBOR PUBLICIDADE E PUBLICAÇÕES DE EDITAIS EIRELI EPP	18.876.112.000.1-76
SANEPAR	GOVERNO DO PARANÁ - IMPRENSA OFICIAL	76.416.890.000.1-89
SANEPAR	JORNAL DO OESTE LTDA	00.640.115.000.1-40
SANEPAR	JORNAL OPARANA S/A	21.819.026.000.1-36
SANEPAR	O COMÉRCIO GRÁFICA E EDITORA LTDA	77.958.882.000.2-08
SANEPAR	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
SEAB	EDITORA GLOBO S/A	04.067.191.000.1-60
SEAP	CATEDRAL EDITORA, COMUNICAÇÃO, PROPAGANDA E PESQUISAS LTDA	34.263.987.000.1-59
SEAP	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
SEAP	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
SEAP	EDITORA GAZETA DO PARANA LTDA	16.902.731.000.1-62
SEAP	EDITORA JORNAL DA MANHA DE PONTA GROSSA LTDA	09.019.289.000.1-65
SEAP	INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	09.570.162.000.1-30
SEAP	JORNAL DO OESTE LTDA	00.640.115.000.1-40
SEAP	JORNAL OPARANA S/A	21.819.026.000.1-36
SECID	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
SEDEF	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
SEEC	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
SEEC	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
SEEC	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55
SEED	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55
SEED	INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	09.570.162.000.1-30
SEFA	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
SEMI	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
SEMIPI	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
SESP	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
SESP	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55

SESP	INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	09.570.162.000.1-30
SESP	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
SETR	EDITORA GLOBO S/A	04.067.191.000.1-60
SGSD	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
TECPAR	GOVERNO DO PARANÁ - IMPRENSA OFICIAL	76.416.890.000.1-89
TECPAR	IMPRENSA NACIONAL	04.196.645.000.1-00
UEL	IMPRENSA NACIONAL	04.196.645.000.1-00
UEL	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
UEM	CATEDRAL EDITORA, COMUNICAÇÃO, PROPAGANDA E PESQUISAS LTDA	34.263.987.000.1-59
UEM	IMPRENSA NACIONAL	04.196.645.000.1-00
UEPG	EDITAL CENTER LTDA	04.150.383.000.1-35
UEPG	EDITORA BEM PARANA LTDA	76.637.305.000.1-70
UEPG	EDITORA JORNAL DA MANHA DE PONTA GROSSA LTDA	09.019.289.000.1-65
UEPG	EDITORA JORNAL DO ÔNIBUS LTDA	11.255.258.000.1-55
UEPG	INCO - EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	09.570.162.000.1-30
UEPG	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
UNESPAR	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
UNESPAR REITORIA	S/A O ESTADO DE S. PAULO	61.533.949.000.1-41
UNICENTRO	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
UNIOESTE HU	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
UNIOESTE MARECHAL	EDITORA GAZETA DO PARANA LTDA	16.902.731.000.1-62
UNIOESTE MARECHAL	JORNAL OPARANA S/A	21.819.026.000.1-36
UNIOESTE REITORIA	IMPRENSA NACIONAL	04.196.645.000.1-00
UNIOESTE REITORIA	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86
UNIOESTE TOLEDO	JORNAL DO OESTE LTDA	00.640.115.000.1-40
UNIOESTE TOLEDO	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559.000.1-86

Relatório emitido em: 10/11/2025

Os valores poderão sofrer alterações devido a eventuais estornos em relação a prestadores de serviços. Consulte os valores atualizados na página da SECOM (https://www.comunicacao.pr.gov.br/Pagina/Publicidade).

155099/2025

Secretaria da Cultura

CCTG

PORTARIA CONJUNTA n° 002/2025 – CCTG/PALCOPARANÁ

O **DIRETOR-PRESIDENTE DO CENTRO CULTURAL TEATRO GUAÍRA** e a **DIRETORA-PRESIDENTE DO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PALCOPARANÁ**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas,

RESOLVEM:

Art. 1° Atualizar os membros da Portaria Conjunta n° 01/2023 – CCTG/PALCOPARANÁ, publicada em 15 de dezembro de 2023, DIOE Edição n° 11563, sobre a Comissão Especial de estudo de viabilidade de criação e implementação de um único Regimento Interno no âmbito da Orquestra Sinfônica do Paraná, passando a ser composta pelos seguintes membros:

I - JÚLIO ZABALETA, RG n. 65.xxx.421-x, músico Principal flauta e chefe de naipe;

II - MARIA BELLORIN, RG n. Gxxx323-x, musicista Violoncelo;

III - CARLA REGINA BORTOLAZ DE FIGUEIREDO, RG nº 7.xxx.749-x, Procuradora Jurídica/PalcoParaná;

IV - SEBASTIÃO INTERLANDI JÚNIOR, RG nº 4.xxx.689-x, 2ª flauta, representando o CCTG**;**

V - CLEVERSON LUIZ CAVALHEIRO, RG n° 4.xxx.490-x, como Diretor Presidente do CCTG;

VI - RENAN LUCAS FERREIRA MENDES, RG n° 10.xxx.156-x, como Diretor Administrativo e Financeiro do CCTG.

Art. 2° Revogar a Portaria Conjunta n° 001/2025 – CCTG/PALCOPARANÁ, publicada no DIOE, Edição n° 12024.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 3º Esta Portaria Conjunta entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 10 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Cleverson Luiz Cavalheiro
Diretor-Presidente/CCTG

assinado eletronicamente
Aline Gonçalves de Campos de Assis
Diretora-Presidente/PalcoParaná

154783/2025

PORTARIA n° 037/2025 – DIPRE/CCTG

O DIRETOR PRESIDENTE DO CENTRO CULTURAL TEATRO GUAÍRA, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no protocolado de n° **24.970.646-9.**

RESOLVE:

Art. 1° Designar a servidora **GIZELE APARECIDA DA SILVA RAMOS**, portadora do RG nº 6.XXX.891-X, para desempenhar, neste Centro Cultural Teatro Guaíra, a atividade relacionada às respectivas funções de Agente de Transparência e Ouvidoria, conforme estabelecido pela Resolução CGE nº 55/2021, a partir de 10 de novembro de 2025.

Art. 2° Revogar o art. 1° da Portaria nº 007/2024 – DIPRE/CCTG, publicada no DIOE - Edição n° 11640, e demais disposições em contrário.

GABINETE DO DIRETOR PRESIDENTE, em 10 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente
Cleverson Luiz Cavalheiro
Diretor Presidente

154772/2025

Secretaria do Desenvolvimento Social e Família

RESOLUÇÃO Nº 623/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE:**

Art. 1º Informar a adesão dos municípios com objetivo de formalizar a responsabilidade e o compromisso decorrente do aceite ao cofinanciamento Estadual do Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência, conforme critérios deliberados no Conselho Estadual de Assistência Social, por meio da Deliberação nº 55/2024, a ser repassado pelo Fundo Estadual de Assistência Social ao Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2° Os seguintes municípios realizaram o aceite no Termo de Adesão de forma eletrônica, por meio do Sistema de Acompanhamento do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo – SIFF:

Municípios	Termo de Adesão	Valor - Parcela Mensal
Cornélio Procópio	Finalizado aderido	3.500,00
Carlópolis	Finalizado aderido	3.500,00
Fênix	Finalizado aderido	3.500,00
Marialva	Finalizado aderido	3.500,00

Art. 3° O processo de pagamento deverá obedecer às condições de pagamento previstas na legislação do cofinanciamento do Fundo Estadual de Assistência Social, bem como estar de acordo com a Deliberação nº 55/2024 do CEAS/PR.

Art. 4° A análise das condições de pagamentos dos municípios é realizada pelas áreas técnicas responsáveis pela deliberação, sendo a operacionalização pelo Núcleo Fazendário Setorial da SEDEF.

Art. 5° Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de novembro de 2025.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

155159/2025

RESOLUÇÃO Nº 624/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 109/2023 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 127/2024-SEDEF e 198/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**

Art. 1º HABILITAR o município abaixo relacionado, conforme art. 6º da Resolução nº 109/2023 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 127/2024-SEDEF e nº 198/2025 – SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, destinado a prover a infraestrutura adequada dos equipamentos da Política de Assistência Social, por meio do financiamento para execução das obras, com o objetivo de melhoria no atendimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS):

Município	Equipamento
Pinhalão	Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de novembro de 2025.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

154997/2025

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF
Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 7° andar – Palácio das Araucárias
CEP 80530-915 – Curitiba – Paraná
ATA 011/2025 - Publicada no DIOE nº xxxx
Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR
Reunião Ordinária de Agosto de 2025

Às 09h do dia 08 de agosto de 2025, presencialmente no Palácio das Araucárias, nesta capital e virtualmente pela plataforma de reuniões Zoom, deu-se início aos procedimentos para realização da Plenária Ordinária de Agosto de 2025. A presidente Renata Mareziuzek dos Santos, registrou que a secretária executiva Thamíris Guerra não está presente nesta reunião, devido ao período de férias. Desta feita, convocou o senhor Alisson Carriel, que a substitui neste ato para proceder com o registro dos presentes. Assim foram registrados os seguintes conselheiros representantes da sociedade civil, **segmento dos usuários do SUAS**: Titular ROSELI BAROSSI, Titular ISMAEL MARIANO DA SILVA, Suplente EDSON APARECIDO DE ALENCAR, Titular ROGERIA APARECIDA ORTELHADO, Suplente CARLOS ALBERTO FRITZ JACQUES, Titular LAURA DE AZEVEDO COUTINHO. **Segmento dos Trabalhadores do SUAS**: Titular CARLOS DAVID VEIGA, Suplente GISELLE APARECIDA MILLEO, Titular DANIELE DA CRUZ, Suplente IVO APARECIDO BONIN. **Segmento das entidades com vínculo SUAS:** Titular LEONARDO CORRÊA LUGON, Suplente ELAINE MARLENE JUNG, Titular CAMILA PEREIRA VAZ DOS SANTOS, Titular MARLENE CICHOCKI DA SILVA, Suplente GIVALDO DE LIMA. **Representantes Governamentais**: Titular RENATA MAREZIUZEK DOS SANTOS, Titular MAGALI SOCHER LUIZ, Suplente SAMANTA KREVORUCZKA, Titular LEANDRO TELLES DA SILVA, Suplente AGATHA DA SILVA STEMPNIAK, Titular GUSTAVO HENRIQUE ABBOUD PONTES, Suplente DANIELLA SEVERGNINI SILVA, Titular ROBERTO CONCEIÇÃO DE ALMEIDA LEITE, Titular DULCE MARIA DAROLT, Titular DENISE MARIA FANK DE ALMEIDA, Suplente ISABEL CRISTINA MODESTO PEREIRA DA SILVA, Suplente GISELE CARNEIRO, Titular JULIANA MARUSZCZAK SCHNEIDER, Titular LUCIMERI SAMPAIO BEZERRA, Titular SIRLENI BRITO DOS SANTOS DA SILVA. Além dos conselheiros, também foram registrados os seguintes **convidados:** Mariana Levoratto (Defensoria Pública do Estado – Núcleo de Direitos Humanos), Keity Cruz (CAOPAS/MPPR), Ana Carla Bressan, Julya Polita, Gabriela Marques dos Santos (SE/CEAS), Marília Limas (DPSB), Tamires de Araújo (AT/CPAS) e Tays Sandrini (DGS). Após os registros, verificou-se o quórum contendo: 11 cadeiras de representantes da sociedade civil e 15 cadeiras de representantes governamentais. Após anúncio do quórum a presidente iniciou os procedimentos para **Aprovação da Pauta**, salientando as seguintes alterações: **COMISSÃO DE FINANCIAMENTO E GERENCIAMENTO DO FUNDO:** 1.5.1. Desabilitação de município (Inclusão de Pauta – DPSB); 1.5.2. Novos municípios contemplados para construção de CRAS e CREAS (Inclusão de Pauta – DPSB); 1.5.3. Informe sobre a nova Resolução da SEDEF (Inclusão de Pauta – DPSB); 1.5.4. Situação do município de Abatiá (Inclusão de Pauta – DPSB); 1.8.1. Resolução Conjunta (Inclusão de Pauta – CPAS). **COMISSÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS**: 2.10. Protocolo 18.281.399-0 - SOS FAS de Curitiba (Inclusão de Pauta – DPSE). C**OMISSÃO DE NORMAS:** 4.5. Definição de relatório da participação de conselheiros do CEAS em eventos externos. **Parecer do CEAS**: Aprovada a pauta. Na sequência a presidente procedeu com as leituras das resoluções ad referendum. **III. Resolução Ad Referendum 013-2025 – Manifestação sobre Benefício de Prestação Continuada:** A presidente agradeceu a todos os conselheiros que contribuíram na construção da nota de repúdio, lembrando que sua elaboração foi deliberada na última reunião e concluída nos primeiros dias subsequentes. Destacou a importância de dar prosseguimento ao encaminhamento formal do documento, propondo que, mediante concordância do plenário, a nota seja enviada ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS). Ressaltou ainda que a publicação no site do CEAS é essencial para garantir a transparência e a efetividade da manifestação, reforçando que não basta a nota ter sido produzida, mas é necessário que ela alcance os espaços e instâncias devidas. **Parecer do CEAS:** Divulgação da Nota no site do CEAS e encaminhamento para o CNAS, MDS, Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência, CONAD, COED, Ministério dos Direitos Humanos e Conselho Nacional e Estadual da Pessoa Idosa. **IV. Resolução Ad Referendum 014/2025 – Representante Audiência Pública BPC – Brasília-DF:** A conselheira Roseli Barossi, representante do segmento dos usuários, apresentou um breve relato sobre a audiência pública do BPC, realizada em 18 de julho de 2025, em Brasília, com a presença de representantes do Governo Federal, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS), da Defensoria Pública da União (DPU) e da Procuradoria-Geral Federal (PGF). Relatou que, durante o debate, foram questionadas as medidas consideradas “absurdos disfarçados de ajuste fiscal” relacionadas ao BPC e seus impactos sobre a população. Informou que o representante do governo, senhor Amarildo, confirmou a retirada do artigo do decreto que vinculava o BPC ao Bolsa Família, o que de fato foi concretizado. Sobre a situação dos imigrantes, Roseli explicou que a DPU afirmou estar atuando junto ao MDS para garantir que essas pessoas não fossem prejudicadas ao solicitar o benefício, especialmente no processo de coleta biométrica, ponto que também foi ajustado. De modo geral, os representantes do governo justificaram que, com exceção desses dois pontos: a biometria dos imigrantes e a inclusão do Bolsa Família como renda. Os demais dispositivos continuariam em vigor por já constarem na legislação. Destacou que houve forte ênfase no aumento da judicialização envolvendo o BPC, o que tem levado à aplicação mais rigorosa da lei, especialmente em aspectos como reavaliações e cálculos de renda. Por fim, relatou que, apesar de o presidente do CNAS, senhor Gilson, ter se mostrado ciente da manifestação do CEAS e disposto a conceder espaço para sua leitura, a mediação da mesa não permitiu a fala, impedindo não apenas o CEAS, mas também outros conselhos presentes, de se manifestarem publicamente durante a audiência. **Parecer do CEAS:** Aprovada a resolução. Ciente do relato feita pela conselheira Roseli da participação da audiência pública. **V. Resolução Ad Referendum 015/2025 – Nota Orientativa: Custeio do Processo Conferencial 2025**: A presidente explicou que a resolução tratava-se de um ad referendum elaborado em razão dos diversos questionamentos recebidos sobre o custeio da Conferência Estadual de Assistência Social. Esclareceu que o documento teve o objetivo de ratificar e reforçar as disposições já previstas no regulamento, detalhando as responsabilidades financeiras de cada ente federado. Informou que os delegados da sociedade civil e os governamentais terão o deslocamento até a conferência estadual custeado pelos respectivos municípios, enquanto as despesas de alimentação e hospedagem serão de responsabilidade do Estado. Em relação à etapa nacional, o translado até o aeroporto deverá ser providenciado pelo município, e o transporte de Curitiba até Brasília ficará sob responsabilidade do Estado. Já em Brasília, as despesas da sociedade civil serão custeadas pelo governo federal, enquanto os delegados governamentais continuarão sob custeio dos municípios. A presidente ressaltou que a resolução teve como principal objetivo dar maior clareza e publicidade a essas orientações, garantindo que os municípios possam se planejar adequadamente quanto às despesas envolvidas. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **VI. Resolução Ad Referendum 016/2025 Representante CEAS – Momento Conferir CNAS**: A presidente relatou que o conselho recebeu o convite para participar do “Momento Conferir”, iniciativa do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que propõe um novo formato para o ciclo conferencial. Explicou que o objetivo é realizar esse momento antes da conferência propriamente dita, de modo que o processo não se restrinja apenas à definição de novas prioridades, mas também inclua a análise do cumprimento das deliberações aprovadas nas conferências anteriores. Destacou que o CNAS adotou essa metodologia justamente para permitir uma avaliação prévia e mais qualificada das políticas e metas já pactuadas, incentivando que o mesmo modelo seja seguido nos estados. Informou que o evento nacional ocorreu em agosto, garantindo tempo hábil para amadurecimento das novas propostas que serão levadas à Conferência Nacional, e que o Paraná contou com a participação de dois representantes, Nádia e Juliano, convidados a fazer um breve relato sobre a experiência. Por fim, sugeriu que o CEAS realize o “Momento Conferir Paraná” na próxima reunião de setembro ou em data específica a ser definida, ressaltando a importância da transparência e da ampla participação social, especialmente por meio das transmissões públicas no canal do conselho, garantindo que todos possam acompanhar a execução e o monitoramento das prioridades já aprovadas. A conselheira Nádia Bonnato relatou que o “Momento Conferir” foi uma experiência muito importante e inovadora, conforme já havia mencionado a presidente, pois, introduziu uma nova dinâmica de acompanhamento das deliberações das conferências. Explicou que, diferentemente do que costuma ocorrer nos municípios, onde as conferências são realizadas, mas raramente há um retorno para avaliar o cumprimento das propostas aprovadas, o evento nacional propôs justamente essa retomada e reavaliação. Segundo a conselheira, durante o encontro, foram apresentados os resultados organizados por eixos temáticos, com gráficos demonstrando o que foi alcançado, o que está em andamento e o que ainda não foi cumprido, metodologia que o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social pretende disponibilizar aos CEAS estaduais como modelo para replicação. Ela destacou que o ministério participou ativamente das discussões, com presença de diretores e do secretário nacional, avaliando o alinhamento entre as ações e o Plano Nacional de Assistência Social. O debate, embora não tenha sido extremamente formal, foi considerado muito enriquecedor, permitindo trocas entre os membros das mesas e representantes das diversas instâncias do SUAS. Nádia concluiu afirmando que o material apresentado será de grande utilidade para o CEAS Paraná, servindo de referência para o estado elaborar seu próprio “Momento Conferir”, apresentando os resultados de forma semelhante, entre metas alcançadas, parcialmente alcançadas e ainda pendentes, em consonância com o Plano Estadual de Assistência Social. **Parecer CEAS**: Aprovado. Após o recebimento do material pelo CNAS, encaminhar para todos os conselheiros do CEAS. Na sequência, a presidente solicitou que fosse procedida a leitura do Relatório da **Comissão Temporária Eleitoral**, realizada no dia 08/07/2025. Deste modo o Apoio Técnico da Comissão, Ana Carla Bressan, iniciou a leitura. **9.1.1. Elaboração do Regimento Interno da XV Conferência Estadual de Assistência Social:** Foi postado no site do CEAS/PR, na data de 07/07 às orientações sobre o processo de consulta pública para o Regimento Interno da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social. Adicionalmente foi divulgado por meio do instagram da SEDEF um vídeo institucional divulgando a ação e detalhes para a participação. **Parecer da Comissão:** Encaminhar email aos NRs e IARAs com as informações sobre a consulta pública, para ampla divulgação junto aos CMAS e SMAS de sua abrangência. Retorno de pauta após 22/07 para que a comissão analise as contribuições e insira no Regimento Interno a ser aprovado em Agosto de 2025. **Parecer do CEAS**: Ciente. **9.1.2. Análise das Inscrições da XV Conferência Estadual de Assistência Social**: Conforme parecer do CEAS de julho de 2025, foi enviado aos conselheiros da comissão, bem como aos conselheiros voluntários as orientações para a realização das análises. Até o momento temos 116 inscrições e não houve início das análises. Conforme parecer em Plenária, na data de 04 de julho de 2025, segue os conselheiros voluntários que irão realizar as análises das inscrições: Michele Ribeiro, Roseli Barossi e Dotzi Mara. **Parecer da Comissão:** Encaminhar aos NRs e IARAS uma planilha em PDF com as inscrições prévias dos municípios, uma vez na semana até que se encerre o prazo de inscrição. Os e-mails de confirmação das inscrições

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

serão encaminhados mediante análise da Comissão. As inscrições que não forem habilitadas devem ser sinalizadas na célula correspondente ao erro encontrado (pintando a célula de vermelho). A SE irá encaminhar e-mail solicitando a correção e/ou confirmação da inscrição. O prazo para correção das inscrições será de 5 dias após o envio do e-mail. **Parecer do CEAS:** Ciente. **9.2. CONSIS:** Foi realizada em 07/07/2025 uma reunião virtual com os núcleos regionais onde foram transmitidas as seguintes orientações referentes ao preenchimento do consis: Novidades para 2025: Não será necessário que as equipes regionais realizem o cadastro dos delegados eleitos nas conferência municipais no CONSIS, isto porque a inscrição dos mesmos deve ser realizada por meio do link: <https://forms.gle/gri9gjUr3kfp3ZmH8>. Obs. O prazo para inscrição dos delegados foi prorrogado para 14/07/2025 até às 18h. Solicitamos que reforcem junto aos municípios de sua abrangência quanto ao novo prazo, bem como sobre a necessidade de inscrever os delegados titulares e suplentes, secretárias executivas (quando houver previsão de vaga) bem como acompanhante para os casos de PCD. Recebimento dos Relatórios Finais: Conforme a Deliberação CEAS/PR 017/2025, os municípios têm prazo de até 15 dias corridos para envio dos relatórios finais aos NR e IARAS. Deste modo, considerando que o prazo para realização das conferências municipais finda-se em 11/07/2025, as equipes deverão ter recebido todos os relatórios no máximo até 26/07/2025. O prazo para preenchimento do CONSIS, bem como para os procedimentos abaixo postos será até o dia 01/09/2025. Atenção: Conforme disposto no Informe CNAS 02/2025, os municípios que não atenderam as orientações dispostas sobre a realização dos turnos conferenciais, não poderão enviar propostas, moções e delegados para as conferências estaduais e nacional. Deste modo para realização da sistematização de propostas no sistema as equipes poderão filtrar os relatórios finais e "descartar" aqueles que não obedeceram ao seguinte: Municípios de Pequeno Porte I e II: mínimo 2 turnos. Demais portes: Mínimo 3 turnos. Obs. Ao finalizar a sistematização das propostas a equipe regional deve enviar por email ao CEAS/PR quais foram os municípios que não atenderam à regra acima posta em sua regional. Para preenchimento no CONSIS: Conforme realizado nos anos anteriores, após selecionar a opção CONSIS, ir até o menu no canto superior esquerdo e selecionar a opção 15ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2025. 1. Aba "Informações Gerais Sobre a Conferência": Deverá ser preenchida a opção "Relatório Conferência" para todos os municípios (inclusive os que não obedeceram os critérios de turno acima posto). 2. Aba "Sistematização das Deliberações": As propostas gerais devem ser inseridas uma a uma, de acordo com o eixo e com o nível (estado ou união), também deve ser preenchido o número de vezes que as propostas semelhantes foram mencionadas nos municípios de sua regional. Obs. O que é uma proposta geral e como obtê-la? Ao receber os relatórios municipais e identificar quais estão aptos à coleta de propostas (de acordo com o critério dos turnos), orientamos que todas as propostas dos municípios sejam copiadas para uma planilha única, organizadas por eixo e por nível. Com todas as propostas reunidas nesse documento, o técnico deverá: a) Ler todas as propostas de cada eixo; b) Identificar propostas com temas, objetivos ou objetos similares; c) Selecionar, entre as similares, aquela que apresentar o texto mais objetivo e bem elaborado (podendo realizar ajustes no texto, se necessário, para facilitar a compreensão); d) Registrar quantos municípios mencionaram aquela proposta ou uma versão semelhante dela. A proposta geral é, portanto, uma síntese representativa construída a partir de propostas semelhantes enviadas por diferentes municípios, devendo refletir o conteúdo comum dessas contribuições. Essa proposta será uma das que deverão ser incluídas no sistema. Sobre o texto das propostas, orientamos que observem as orientações dispostas no Informe CNAS 06/2025: As propostas elaboradas devem ser redigidas de forma clara, objetiva e propositiva, com indicação explícita do nível federativo ao qual se destinam. […] Com o objetivo de garantir a sistematização adequada e a padronização dos conteúdos, recomenda-se que a redação de todas as deliberações seja iniciada com verbos no infinitivo, como por exemplo: realizar, implementar, garantir, criar, fortalecer, ampliar, desenvolver etc. Esta forma verbal confere caráter propositivo e executivo às deliberações. Recomenda-se ainda que cada deliberação seja redigida de forma objetiva e concisa, com no máximo 300 caracteres com espaço, evitando-se a aglutinação de múltiplas propostas em um único item. Moções: Ao receberem os relatórios municipais, o técnico deverá verificar se existem moções destinadas ao Estado ou à União. Caso haja, as moções deverão ser encaminhadas ao CEAS/PR via e-protocolo até o dia 01/09/2025. O NR/IARA poderá encaminhar um protocolo único contendo todas as moções para os níveis estaduais e federal de sua abrangência, no entanto deverá certificar-se que as moções estejam devidamente identificadas por município. Atenção: Somente deverão ser enviadas moções destinadas ao estado e à união. Armazenamento dos Relatórios Finais: Todos os relatórios finais deverão ser armazenados em formato digital nas unidades regionais. Não será necessário abertura de protocolo por município. Caso haja necessidade de confirmação de algum dado, contamos com as equipes para realização dessa conferência. Adicionalmente, considerando os emails recebidos dos NRs e IARAs quanto ao prazo de recebimento dos relatórios finais, foi permitida a excepcionalização do recebimentos, para os casos devidamente analisados pelas equipes regionais, até a data de 01/08/2025, prazo final para fase de preenchimento do CONSIS. também foi salientado que é necessário que a análise seja feita caso a caso, pois o recebimento do relatório posterior a data anteriormente estabelecida, pode prejudicar o trabalho de pré-sistematização das equipes regionais. Outra questão posta, foi referente a quantidade mínima de horas que compõem um turno. Informamos que foi encaminhado um email ao CNAS com este questionamento, pois existem casos em que municípios de pequeno porte 1 e 2, estão realizando suas conferência com horário total de 4 horas, em 2 turnos, o que pressupõe que o turno tenha apenas 2h de duração. Estamos aguardando devolutiva do CNAS. **Parecer da Comissão:** Ciente. Registra que somente será possível o panorama das irregularidades mediante recebimento dos relatórios finais pelos NRs e IARAS. **Parecer do CEAS:** Ciente. **9.3. Panorama convidados para XV Conferência Estadual de Assistência Social:** Segue o panorama de convidados confirmados para participar do evento integral da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social: representantes das instituições convidadas: Rogério Carboni, Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF); Elias de Souza Oliveira, representante do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); Renann Ferreira, presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Foz do Iguaçu; e o General Silva e Luna, prefeito de Foz do Iguaçu, ou seu representante. Também estiveram presentes a doutora Mônica Louise de Azevedo, representante do Ministério Público do Paraná (Procuradoria-Geral de Justiça); Danielle Dalavechia Chedid Silvestre, representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA); Ivanete Paulino Xavier, representante do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM); Ivã José de Pádua, do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COEDE); Douglas Novelli, do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas (CERMA/PR); e Aloisio Justino do Nascimento, do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR). Também participaram representantes do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Assistência Social (CAOPAS): a assistente social Denise Arruda Ratmann Colin, a assessora jurídica Juliana de Almeida Furlan e a assistente social Francielle Toscan. Por fim, esteve presente o vice-presidente do Conselho Permanente de Direitos Humanos (COPED), Walter Tierling Neto. Ademais, na data de 07 de julho, este CEAS/PR recebeu o Ofício CAOPAS nº 39/2025, indicando as três representantes supracitadas, bem como, indicando outros integrantes do MP, caso haja disponibilidade de vagas, sendo eles: Representando a 15ª Promotoria de Justiça de Foz do Iguaçu: Promotor de Justiça Fernando de Paula Xavier Junior; Assessora Jurídica Regiane Vieira Boccomino Monteiro; Representando as demais Unidades Regionais de Atendimento Técnico (URATEs): Adriéli Volpato Craveiro (16ª URATE – Cianorte); Daniele Graciane de Souza (1ª URATE – Curitiba); Andressa Bremm (1ª URATE – Curitiba); Michele Aparecida Tesluk (14ª URATE - União da Vitória); Debora Magalhaes Ribeiro Garcia (3ª URATE – Guarapuava); Alexsandro Souza Mafra (12ª URATE - Santo Antônio da Platina); Por fim, após a segunda tentativa de contato, não houve retorno dos representantes da: ALEP, Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná - CEDI, Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais - CEPICT, Defensor Público Geral do Estado. Portanto, há vacância em cinco vagas, sendo duas para Mesa de abertura e evento completo e três apenas para o evento completo. **Parecer da Comissão:** Devido a não resposta dos demais participantes convidados, as vagas serão remanejadas aos integrantes do MPPR, sendo concedidas 8 vagas aos mesmos. A SE irá encaminhar o link de inscrição aos participantes, bem como orientações sobre o custeio do traslado até Foz do Iguaçu a todos os convidados. **Parecer do CEAS:** Ciente. **9.4. Panorama convidados para Mesa de Abertura da XV Conferência Estadual de Assistência Social:** Conforme parecer desta comissão em junho de 2025, após a segunda tentativa de contato, não houve retorno para participar da Mesa de Abertura dos seguintes representantes: representantes da: Sr. Alexandre Curi, Presidente da ALEP e do Sr. Matheus Cavalcanti Munhoz, Defensor Público Geral do Estado. **Parecer da Comissão:** Envio de ofício de convite aos representantes do CEAS/PR (Presidente e Vice-presidente, mais um representante de cada segmento da sociedade civil). Observação: Não será concedida fala aos demais representantes do CEAS, apenas a autoridade máxima e a vice-presidente. **Parecer do CEAS:** Ciente. **9.5. Sugestão de vídeo:** Após a publicação do vídeo institucional divulgando a consulta pública referente ao Regimento Interno, recebemos, através da rede social em que o vídeo foi publicado, a sugestão de gravar sobre o processo de entrega dos relatórios da conferência. **Parecer da Comissão:** A equipe da SE irá solicitar e proceder a gravação de vídeo, junto a comunicação da SEDEF, em caráter de urgência. **Parecer do CEAS:** Ciente. Na sequência o Apoio Técnico iniciou a leitura do relato da **Comissão Temporária Organizadora da Conferência**, realizado em 22/07/2025. **9.1.1. Elaboração do Regimento Interno da XV Conferência Estadual de Assistência Social:** Conforme parecer anterior, o Regimento Interno da XV Conferência Estadual de Assistência Social esteve disponível no site deste Conselho dos dias 07/07/2025 até 22/07/2025, sendo divulgado nas redes sociais da SEDEF, bem como no site do CEAS/PR. A Comissão precisa sistematizar as contribuições do Regimento Interno e elaborar uma minuta para aprovação na Plenária de Agosto. **Parecer da Comissão:** As contribuições que forem realizadas na data de 22/07/2025, serão avaliadas pela Comissão no grupo do WhatsApp. Após todas as alterações, será encaminhada aos conselheiros a minuta do Regimento Interno para aprovação na reunião ordinária de Agosto. **Parecer do CEAS**: Aprovado o Regimento Interno da XV Conferência Estadual de Assistência Social. **9.1.2. Análise das Inscrições da XV Conferência Estadual de Assistência Social:** Conforme parecer do CEAS/PR, na reunião plenária ordinária de julho de 2025, o prazo para as inscrições via formulário foi prorrogado, até 18/07/2025. Até o presente momento, totalizam-se 765 inscrições para a 15ª Conferência Estadual de Assistência Social. Além disso, conforme parecer anterior desta comissão, os conselheiros responsáveis pelas análises, por livre demanda, até 30/07/2025, são: Renata Mareziuzek dos Santos; Nadia Teresinha Bonatto; Gustavo Henrique Abboud Pontes; Ruth Raquel Pereira Leite; Juliano del Gobo; Elaine Marlene Jung; Michele Ribeiro; Roseli Barossi; Dotzi Mara. A SE elaborou orientações, sobre a análise de Inscrições, bem como gravou tutorial realizando quatro análises a fim de orientar os conselheiros que realizarão as análises, o qual foi compartilhado via e-mail e via aplicativo de mensagens instantâneas. No dia 18/07, o formulário das inscrições não aceitava mais respostas, em razão da quantidade de arquivos enviados, no entanto, a TI da SEDEF abriu novamente, para que os municípios que não haviam concluído a inscrição, pudessem realizá-la, dentro do prazo de 18/07/2025. Os conselheiros que ainda não iniciaram as análises das inscrições, devem realizá-las o

quanto antes, para que a Secretaria Executiva do CEAS/PR tenha tempo hábil de notificar os participantes em casos de correção das inscrições. O prazo para correção das inscrições será de 5 dias após o envio do e-mail. Os e-mails de confirmação das inscrições serão encaminhados mediante análise da Comissão. As inscrições que não forem habilitadas devem ser sinalizadas na célula correspondente ao erro encontrado (pintando a célula de vermelho). A SE irá encaminhar e-mail solicitando a correção e/ou confirmação da inscrição. **Parecer da Comissão:** Encerrar as inscrições via formulário na data de 22/07/2025. Nas situações consideradas inaptas pela Comissão, a SE irá encaminhar e-mail às equipes regionais para que concluam a inscrição com a documentação correta, no prazo de 5 dias. Para a próxima reunião da Comissão em 05/08/2025, a SE irá apresentar a relação dos municípios que não inscreveram delegados. Além disso, indicar quantitativo de vagas por segmento que não foram preenchidas mediante ficha de inscrição, após definir a destinação dessas vagas. Define-se a meta de 60 análises de inscrições por conselheiros.
Parecer do CEAS: Ciente. **9.2. Ofício CIRCULAR nº 11/2025/MDS/CNAS/SE/CCSDCAS - Convite para o Momento Conferir:** No mês de julho, este CEAS/PR recebeu o Ofício CIRCULAR nº 11/2025 CNAS, convidando para o Momento Conferir, a ser realizado no dia 05 de agosto de 2025 das 9h às 18h, em Brasília/DF. O convite estende-se para Presidente, Vice-presidente e demais conselheiros do CEAS/PR. Sugestão de encaminhamento: Indicar representante do CEAS/PR para participar do Momento Conferir do CNAS, para que os trâmites referentes ao translado e alimentação sejam realizados com tempo hábil. **Parecer da Comissão**: Encaminhar ofício de convite do CNAS no grupo do WhatsApp da Comissão, indicação a ser definida até 23/07/2025. **Parecer do CEAS:** Foi indicada a conselheira Nadia Bonatto e o conselheiro Juliano Del Gobo. **9.3. Momento Conferir – PR:** Faz-se necessário organizar e definir como ocorrerá o Momento Conferir no âmbito estadual. Parecer da Comissão: A SE encaminhará o folder de orientação do CNAS sobre o Momento Conferir. Retorno de pauta na reunião do dia 19/08/2025. **Parecer do CEAS:** Ciente. 9.**4. Orientações de custeio aos convidados:** A Resolução Ad Referendum 015-2025 - Custeio dos participantes XV Conferência Estadual de Assistência Social, publicizada por este CEAS/PR, dispõe de orientações referentes aos custeio dos participantes da XV Conferência Estadual de Assistência Social. **Parecer da Comissão:** Encaminhar a Resolução Ad Referendum 015-2025 - Custeio dos participantes XV Conferência Estadual de Assistência Social aos convidados para ciência.
Parecer do CEAS: Ciente. **9.5. Itens que irão compor o material do participante:** O material precisa ser encadernado, diagramado, 30 folhas frente e verso. **Parecer da Comissão:** "Avaliação pelos Participantes" da conferência seja disponibilizada via QR-CODE aos participantes, além da versão física para garantir acessibilidade do processo conferencial. No Material do Participante deve conter a programação e o "Formulário para Perguntas". **Parecer do CEAS**: Ciente. **9.6. Indicação de Apoios Técnicos para sistematização das propostas:** No processo conferência anterior, houve indicação de um representante governamental, um representante da sociedade civil e um apoio técnico por eixo. **Parecer da Comissão:** Retorna para próxima reunião. **Parecer do CEAS:** Ciente. **9.7. Vagas remanejadas aos representantes MPPR:** Na data de 08 de julho, o CAOPAS havia oficiado o CEAS/PR solicitando mais vagas para participarem da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social. Conforme parecer da reunião anterior, devido a não resposta dos demais participantes convidados, as vagas foram remanejadas aos integrantes do MPPR, sendo concedidas 8 vagas aos mesmos. A SE encaminhou o link de inscrição aos participantes, bem como orientações sobre o custeio do traslado até Foz do Iguaçu a todos os convidados. Os integrantes do MPPR são: Representando a 15ª Promotoria de Justiça de Foz do Iguaçu: Promotor de Justiça Fernando de Paula Xavier Junior; Assessora Jurídica Regiane Vieira Boccomino Monteiro; Representando as demais Unidades Regionais de Atendimento Técnico (URATEs): Adriéli Volpato Craveiro (16ª URATE – Cianorte); Daniele Graciane de Souza (1ª URATE – Curitiba); Andressa Bremm (1ª URATE – Curitiba); Michele Aparecida Tesluk (14ª URATE - União da Vitória); Debora Magalhaes Ribeiro Garcia (3ª URATE – Guarapuava); Alexsandro Souza Mafra (12ª URATE - Santo Antônio da Platina); Sugestão de encaminhamento: Ciente. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. Com a finalização da leitura, a presidente solicitou que fosse iniciada a leitura do relatório da Comissão de Normas, realizado no dia 07/08/2025. Deste modo a Conselheira Camila Pereira, iniciou a leitura. **4.1.1 Discussão inicial: Regulamentação de Práticas Autocompositivas**: Em plenária de julho, o CEAS/PR emitiu o seguinte parecer quanto às práticas autocompositivas: "Parecer do CEAS: Aprova o artigo. Incluir na pauta da comissão a discussão inicial sobre ato para regular a prática autocompositiva. A plenária poderá indicar um profissional de referência para participar na reunião da comissão que tratará sobre a temática." Desta forma, foi encaminhado aos conselheiros, via e-mail, orientações para a indicação de tal profissional. Solicitamos currículo e contato com o prazo de envio de 15 dias, para que fosse possível procedermos com a comunicação e convite dos profissionais, que deveriam ser especialistas e apresentar experiência em práticas autocompositivas e práticas circulares referente à justiça restaurativa. Ao analisar os currículos das profissionais indicadas, foram selecionadas: Psic. Andressa Pires Martins Santana: formação complementar em Justiça Restaurativa e Círculos de Construção de Paz. Psic. Cintia Helena dos Santos: formação complementar em Fundamentos de Justiça Restaurativa. Psic. Glaucia Mayara Niedermeyer Orth: formação complementar em Aprofundamento para facilitadores em Justiça Restaurativa; Extensão universitária em Grupo de estudos sobre Justiça Restaurativa; Círculo de Justiça Restaurativa e de Construção de Paz; e Curso de Instrutor de Facilitadores em Justiça Restaurativa. **Parecer da Comissão:** Enviar convite à psic. Glaucia Mayara para verificar a disponibilidade em participar da próxima reunião plenária ordinária deste CEAS/PR, em 05 de setembro de 2025. Caso esta profissional não possa comparecer, será convocada a Psic. Andressa Pires. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. **4.1.2. Inclusão dos Procedimentos da Composição da Mesa Diretora**: Durante a reunião plenária ordinária de Julho, houveram questionamentos quanto aos trâmites realizados para a escolha da secretária executiva. De acordo com a Lei 22.482 - 24 de junho de 2025: "Art. 14. Os §§ 6º e 7º do art. 9º da Lei nº 11.362, de 1996, passam a vigorar com as seguintes redações: § 7º O Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS contará com um Secretário-Executivo, indicado pela Secretaria responsável pela gestão da política de assistência social do Estado e aprovado pela plenária". Diante do exposto, a Comissão irá averiguar a necessidade de alteração do inciso supracitado, considerando que, no Paraná, a indicação da Secretária Executiva é de competência da SEDEF. **Parecer da Comissão:** A comissão entende que não há necessidade de alteração. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. **4.2. Revisão da Nota Técnica do CEAS/PR sobre o funcionamento da Secretaria Executiva dos CMAS:** A Comissão de Acompanhamento aos Conselhos elaborou uma Nota Orientativa aos Gestores Municipais, contendo as diferenças entre SMAS e CMAS. Para compor as instruções, foi desenvolvida uma Nota Técnica que versa sobre as importâncias e competências da Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais. Desta forma, foi solicitado à Comissão de Normas que realizasse uma revisão da referida nota. **Parecer da Comissão:** Sugere-se que o parágrafo 6° da nota técnica do CEAS/PR, seja reformulado com base no Art.18, §§ 2° e 4°da Resolução 100/2023 – CNAS. **Parecer do CEAS:** Aprovada a sugestão da comissão e retorna para a comissão de normas e acompanhamento dos CMAS para alteração do texto, como pauta conjunta. **4.3. Discussão Inicial: Revisão das Notas Técnicas do CEAS/PR:** A Secretaria Executiva sugeriu que seja realizada uma revisão das Notas Orientativas disponíveis no site do CEAS/PR. A proposta tem como objetivo identificar quais documentos estão desatualizados, apresentam informações confusas ou já não refletem os encaminhamentos e deliberações atuais do Conselho. A partir dessa análise, será possível discutir a permanência ou não de cada Nota no site, bem como avaliar a necessidade de reformulação ou exclusão. A intenção é tornar o conteúdo mais claro, coerente com a legislação vigente e alinhado às diretrizes atuais do SUAS, garantindo que o material disponível continue cumprindo seu papel orientador de forma eficaz. **Parecer da Comissão:** Incluir o ponto de pauta como permanente. A comissão analisará cada documento por ordem cronológica, realizando os apontamentos necessários. A comissão entende que os documentos estão em domínio público e não podem ser retirados, portanto as notas deverão ser sinalizadas quando houver alteração, juntamente com a indicação da nova nota técnica. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. Que as Notas Técnicas presentes no site sejam organizadas por ano de publicação. **4.4. Discussão Inicial: Normativas para trabalhadores não governamentais:** O solicitante do ponto de pauta descreve que diversas entidades não governamentais atuam na área da assistência social recebendo verba para essa prestação de serviço, e utilizando de mão de obra própria. Os salários são estipulados pelas próprias entidades, muitas vezes carecendo de embasamento em negociações coletivas dos Sindicatos, gerando lacunas como a ausência de data-base e pisos salariais. Diante deste cenário, é proposto que se discuta a obrigatoriedade de comprovação, por parte das entidades recebedoras de verba pública, do cumprimento das normas estabelecidas pelos sindicatos que legalmente representam esses trabalhadores. Tal medida encontra respaldo XXVI do artigo 7º da Constituição Federal: "Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;" **Parecer da Comissão:** No contexto das relações trabalhistas, o acordo coletivo e a convenção coletiva representam instrumentos fundamentais para garantir direitos, promover o diálogo entre empregadores e empregados, e adaptar as normas gerais às especificidades de cada categoria profissional. Nesse sentido, não cabe ao conselho deliberar sobre esse instrumento, uma vez que sua celebração é de competência exclusiva das entidades sindicais representativas das partes envolvidas. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. **4.5. Definição de relatório da participação de conselheiros do CEAS em eventos externos:** Considerando a participação de conselheiros em eventos externos, como o FONACEAS, ressalta-se a importância de manter registros sobre a experiência do evento, a relevância dos temas debatidos para o fortalecimento do controle social, bem como os encaminhamentos definidos durante o encontro. Com o objetivo de aprimorar a sistematização dessa coleta de dados, e garantir mais informações a serem apresentados ao CEAS, foi sugerida a reformulação do modelo de relatório de eventos. A proposta visa tornar o documento mais prático e informativo, de modo a contribuir efetivamente para a troca de conhecimentos e o acompanhamento das ações deliberadas em eventos externos. **Parecer da Comissão:** A comissão elaborou a minuta do Relatório de Evento para apresentar a plenária. **Parecer do CEAS:** Aprovado o relatório de eventos e que o relato seja sempre feito em plenária com duração de três minutos. Finalizada a leitura do relatório da Comissão de Normas, a vice-presidente Rogéria Aparecida Ortelhado, também relatora da **Comissão de Acompanhamento aos CMAS**, iniciou a leitura do relatório ocorrido em 06/08/2025. **5.1. FONACEAS:** Durante o evento do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social (FONACEAS), realizado em 15 de julho de 2025, foi aprovado um novo Regimento Interno que vetou a possibilidade de os Conselhos Estaduais de Assistência Social (CEAS) serem representados por suas secretárias ou secretários executivos no âmbito do Fórum. Essa decisão gerou controvérsias e motivou uma manifestação formal do Conselho Estadual de Assistência Social do Paraná (CEAS/PR), que se posicionou contrariamente ao veto. Manifestação do CEAS/PR sobre o Regimento Interno do FONACEAS. O CEAS/PR entende que os fóruns são espaços essenciais para o diálogo democrático e a construção coletiva de políticas públicas. As secretárias executivas desempenham um papel fundamental nesse processo, pois possuem

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

conhecimento técnico especializado e experiência acumulada no acompanhamento das deliberações do SUAS. Sua exclusão da representação dos CEAS fragiliza a participação social e limita a troca de saberes, essencial para o fortalecimento do controle social. Além disso, o CEAS/PR ressalta que: A representação por secretárias/os executivas/os não substitui a figura d presidente ou vice-presidente, mas atua como um mecanismo excepcional para garantir a continuidade da participação dos estados no Fórum quando os titulares estiverem impedidos. A decisão do veto desconsidera a natureza diferenciada do FONACEAS, que é um espaço de articulação e debate, e não um conselho deliberativo com hierarquia rígida de representação. A autonomia dos CEAS deve ser respeitada, permitindo que cada conselho decida, internamente e de forma democrática, quem o representará em situações específicas. O CEAS/PR recomenda que o FONACEAS reveja essa decisão, assegurando que, na ausência do presidente ou vice-presidente, a secretária executiva possa representar seu conselho mediante anuência do CEAS de origem. Essa flexibilidade não apenas preserva a legitimidade do Fórum, mas também fortalece a governança participativa do SUAS. Em síntese, a manifestação do CEAS/PR busca reafirmar o caráter inclusivo e técnico do FONACEAS, defendendo que a representação excepcional por secretárias/os executivas/os seja mantida como garantia de pluralidade e efetividade nas discussões da assistência social. A presente manifestação versa apenas sobre a questão aqui posta: do veto de representação dos CEAS pelas Secretárias Executivas, mediante deliberação de seu CEAS de origem, quando for o caso. Entretanto caso a Mesa Coordenadora entenda sobre a necessidade de promover uma nova análise, de maneira integral ao Regimento Interno, qual permita que os CEAS realizem suas análises e contribuições com um período de tempo mais adequado para a complexidade da demanda, o CEAS/PR antemão registra aqui seu apoio a tal decisão. **Parecer da Comissão:** Sugerir à Plenária a nomeação de um conselheiro representando o CEAS/PR, no qual a Conselheira Rogéria se coloca à disposição. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da Comissão. **5.2. Resposta CNAS – Integração e Intermediação: Entidades na Conexão entre Assistência Social e Intermédio com o Mundo do Trabalho:** Até o momento, não houve retorno por parte do CNAS sobre a data em que poderá participar das Reuniões ordinárias da Comissão de Acompanhamento aos CMAS. **Parecer da Comissão:** Após encaminhar o formulário aos municípios, a fim de elaborar um panorama dessas entidades inscritas no CMAS, esta Comissão irá reavaliar a necessidade de consulta ao CNAS. O Conselheiro João encaminhará, para a próxima reunião da Comissão, uma atualização da situação da inscrição da instituição Gerar para ciência. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. 5.**3. Formulário: Monitoramento da Execução das Propostas Conferenciais de 2023:** O formulário recebeu um total de 203 contribuições. Sendo um panorama com as principais - EIXO 1 -FINANCIAMENTO - Total de Deliberações: Todos assinalaram no mínimo 1 Deliberação, somente 1 município respondeu “0”. Deliberações alcançadas: 35% assinalou “0”. Deliberações alcançadas parcialmente: 35% assinalou “0”. Os demais assinalaram pelo menos 1. Deliberações não alcançadas: Cerca de 80% assinalaram pelo menos 1 Deliberação que não foi alcançada. EIXO 2 - CONTROLE SOCIAL - Total de Deliberações: Pelo menos 1, sendo o maior número de respostas sendo 2 Deliberações. Deliberações alcançadas: Cerca de 30% assinalou zero. 67 respondentes assinalaram 1 Deliberação. Deliberações alcançadas parcialmente: 40% assinalou zero e cerca de 35% assinalou 1. Deliberações não alcançadas: 56 responderam zero. Mais de 60 respondentes assinalaram 1. EIXO 3 - ARTICULAÇÃO ENTRE OS SEGMENTOS - Total de Deliberações: Nenhum assinalou zero. Cerca de 68 responderam 1 Deliberação, as demais responderam 2, 3 ou 4. Deliberações alcançadas: mais de 30% assinalou que nenhuma foi alcançada. O restante alcançou pelo menos uma. Deliberações alcançadas parcialmente: 82 responderam 1 deliberação. Deliberações não alcançadas: 58 assinalou zero e 46 assinalou 1. EIXO 4 - SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS - Total de Deliberações: 47 mais de 1 Deliberações alcançadas: 55 assinalou zero; Deliberações alcançadas parcialmente: 69 assinalou zero. Deliberações não alcançadas: somente 25% assinalou zero. EIXO 5 - BENEFÍCIO E TRANSFERÊNCIA DE RENDA - Total de Deliberações: 52 responderam 2. Deliberações alcançadas: 68 assinalou 0. **Parecer do CEAS:** Ciente. **5.4. Formulário: Dificuldades de participação do segmento dos usuários do SUAS nos CMAS:** O formulário recebeu um total de 107 contribuições. É fornecido custeio para participação do usuário nas atividades de controle social, conforme previsto nas normativas do SUAS (alimentação, translado, hospedagem)? Justifique sua resposta. Está regulamentado na Lei Orçamentária Municipal um projeto atividade para custear as ações do CMAS, tendo em vista a Portaria MDS 1041/2024, que prevê um mínimo de 3% dos recursos do IGD/PBF a ser destinado às atividades de controle social? Justifique sua resposta. Existe no município legislação que permita o pagamento de diárias para agentes públicos (conselheiros do CMAS e delegados eleitos nas conferências municipais de assistência social) que não são servidores? Se sim, qual? Está previsto em Resolução os procedimentos internos que garantam a participação dos usuários do SUAS nas ações do CMAS? Como isso ocorre? São discutidos temas que propiciem a participação do usuário no âmbito do CMAS? Com que frequência ocorre a participação dos usuários do SUAS nas reuniões do CMAS? **Parecer da Comissão:** Retorno de pauta em novembro para elaboração de Nota orientativa sobre a participação dos representantes de coletivos de usuários do SUAS nas representações do controle social. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. **5.5. Formulário aos CMAS sobre a inscrição de entidades de integração e intermediação com o mundo do trabalho – Como a temática é tratada?** O referido formulário está em elaboração e retornará na próxima pauta com os dados sistematizados. **Parecer da Comissão:** Ciência. Retorna para pauta em setembro para análise da sistematização das respostas. **Parecer do CEAS:** Ciente. Na sequência a conselheira Marlene Cichocki fez uso da palavra para proceder a leitura do relatório da **Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização**, realizado no dia 04/09/2025. **3. Deliberação Momento Conferir**: O momento Conferir antecede a realização da Conferência Estadual de Assistência Social e tem como objetivo avaliar o atendimento das deliberações aprovadas na XIV Conferência Estadual de Assistência Social, em 2023. Trata-se de um momento da reunião do conselho para realizar um balanço do andamento das deliberações. Esse exercício de avaliação permite resgatar compromissos já assumidos, identificar limites enfrentados e, principalmente, garantir que a conferência não seja apenas um espaço de novas proposições, mas também de monitoramento e responsabilização coletiva sobre a efetividade das políticas públicas. Além disso, o momento Conferir fortalece o caráter democrático e participativo da política de assistência social, uma vez que estimula a transparência e a corresponsabilidade entre os diferentes atores envolvidos. A sistematização das deliberações para análise foram desmembradas e divididas em temas gerais a fim de compreender que dentro de um conteúdo de deliberação pode existir outros temas, após isso foi distribuído entre as comissões temáticas deste Conselho, de acordo ao que compete cada um, para discussão e apontamento de status. Os status foram definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social. O resultado desse processo se dará em uma elaboração do panorama geral a ser apresentado na Conferência, bem como servirá como subsídio para os debates nos eixos temáticos e qualificação das novas propostas. **Parecer da Comissão:** Duas propostas não alcançadas; cinco propostas em andamento; duas propostas alcançadas e uma proposta em construção de diálogo mais amplo. **Parecer do CEAS:** Ciente. **3.1. Capacita SUAS**: Foi encaminhado um ofício aos Núcleos Regionais e IARAS para solicitarem aos municípios que apresentem justificativas quanto à ausência de inscrições no Capacita SUAS – Curso II, estabelecendo como prazo para resposta a data de 29 de agosto. Até o momento, obteve-se retorno de três municípios. Pérola D’Oeste informou que, embora tenham realizado inscrições em edições anteriores, não conseguiram acompanhar o conteúdo do curso devido às demandas diárias, o que inviabilizou a participação efetiva. Já o município de Mamborê justificou que ocorreu um equívoco de interpretação por parte da Secretaria Municipal de Assistência Social, entendendo que a inscrição realizada na fase I garantiria automaticamente a participação nas fases seguintes. Já o Município de Indianópolis, informa que no período de inscrição estavam em processo de realização de concurso público onde os técnicos foram convocados apenas no mês de agosto. Ressalta-se que os demais municípios Candói, Cantagalo, Itaipulândia, Itapejara do Oeste, Diamante d'Oeste e Porto Vitória. Ainda não enviaram suas justificativas. Ademais, no dia 18 de agosto, iniciou as inscrições do CapacitaSUAS para o curso III, de Atualização sobre Reordenamento dos Serviços de Proteção Social Especial no SUAS, que encerrará as inscrições no dia 05 setembro de 2025 com 1.039 inscritos até a presente data. Enviamos vários e-mails, semanalmente com os panoramas das inscrições de cada Município aos Nrs e IARAS para que entrem em contato com todos os gestores dos municípios de abrangência, com a finalidade de publicizar o curso, bem como informá-los da importância na participação das capacitações. A previsão de início das aulas desse curso é dia 22 de setembro de 2025. **Parecer do CEAS**: Oficiar a Universidade Nucleadora (UEM) solicitando que a organização do curso III seja feita, propiciando que os alunos do mesmo município fiquem em grupos diferentes. Os conselheiros do CEAS farão um levantamento junto aos seus municípios de trabalho/residência se existem casos de assédio ou abuso oriundos da participação de pessoas/trabalhadores/gestores do mesmo município, no mesmo grupo. A conselheira Denise fará um levantamento pelas Universidades, visando enrobustecer o conteúdo do ofício. O prazo para encaminhamento dos dados para elaboração da comunicação à UEM será até dia 10/09 e para envio da comunicação pela secretaria executiva, até dia 12/09. Incluir na pauta da comissão, a discussão sobre a não aceitação de casos de assédio em processos de capacitação. Incluir como pauta da comissão a discussão sobre processo de formação continuada voltada aos conselhos municipais de assistência social. **3.1.1. CEEP**: Conforme previsão do calendário anual neste mês de setembro não tivemos reunião. Considerando que na última reunião do Comitê referente ao mês de agosto foi aprovado a deliberação do Plano Estadual de Educação Permanente e publicado na data de 25 de agosto de 2025, na Deliberação n° 055/2025, no site oficial do CEAS/PR disponível para consulta. É importante reforçar também que este plano é passível de alterações ou inclusões conforme a necessidade durante os anos de 2025 a 2028. Ainda durante a reunião acordamos de participar da publicação “Educação Permanente do SUAS em Movimento” relatando a experiência da elaboração de uma nota orientativa direcionada aos gestores municipais com o objetivo reforçar a importância da adoção de estratégias organizacionais internas que viabilizem a participação dos trabalhadores do SUAS nas ações de Educação Permanente. As técnicas Daniella e Agatha minutaram a proposta do relato de acordo com o regulamento para publicações disponibilizadas pelo MDS, e compartilharam a proposta do relato no grupo de Whatsapp do Comitê para as Contribuições dos participantes considerando que o prazo para envio do relato até a data de 30 de setembro de 2025. **Parecer do CEAS:** Ciente. **3.2 Discussão Inicial: Estratégias de fortalecimento/criação de espaços permanentes de escuta e interlocução com os municípios e segmentos da sociedade civil, por meio de seus representantes macrorregionais:** A partir da discussão inicial acerca da temática apresentada, a comissão teve como parecer inicial no mês de julho, fortalecer e articular os conselheiros estaduais junto aos conselhos municipais, bem como divulgar o calendário das reuniões do CEAS, por meio de boletins informativos, e que retornasse para discussão na reunião do mês seguinte. Com isso, o CEAS/PR encaminhou aos Núcleos Regionais para ampla divulgação um boletim informativo contendo o calendário das reuniões do Conselho. **Parecer do CEAS:** Ciente. Encaminhar cópia do boletim informativo aos demais conselheiros do CEAS. **3.3 Protocolo 22.520.904-9 Ofício n° 61/2025 – CMAS de Curitiba sobre a Participação dos Usuários do SUAS no Plano Estadual de Educação Permanente:** Na reunião de agosto da Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização contou-se com a

presença da Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Curitiba, Sra. Wanderleia Maria Santos França, representante do segmento dos usuários, que apresentou a proposta de Educação Popular voltada aos usuários na construção do Plano Estadual de Educação Permanente (PEEP), onde a mesma ressaltou que o intuito da sugestão contida em Ofício é averiguação da possibilidade de incluir dentro de alguma temática proposta nos cursos de capacitações os usuários do SUAS, bem como aplicar um formulário a estes a fim de investigar as temáticas de interesse. Além disso, expôs para apreciação da comissão a sugestão do planejamento de ação para capacitação dentro das diretrizes de sistematização de propostas estabelecidas no Plano Estadual de Educação Permanente conforme anexo Formulário Proposta CMAS Curitiba.pdf, onde a comissão teve como parecer o acolhimento da proposta com possível inclusão para o próximo ano, e ainda iniciar nesta reunião a discussão acerca da consulta pública aos usuários. **Parecer da Comissão:** Oferecer capacitação aos conselheiros municipais conforme estabelecido nas diretrizes do PEEP. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. Será discutido pela comissão a partir de novembro de 2025, a partir do ponto Capacita SUAS. **3.3.1 Discussão Inicial: Consulta Pública aos Usuários:** A partir do ponto 3.3 da pauta, a comissão deliberou, na reunião de agosto, pela necessidade de aprofundar o debate acerca da participação dos usuários no processo de construção do Plano Estadual de Educação Permanente. Como encaminhamento, definiu-se que, na reunião subsequente, seria iniciado um diálogo sobre a viabilidade da aplicação de um questionário direcionado aos usuários do SUAS. Essa proposta tem como finalidade realizar uma consulta pública que permita mapear e compreender de forma mais precisa as temáticas de maior interesse desse público. A intenção é garantir que os conteúdos trabalhados nos processos formativos e de capacitação estejam alinhados às demandas dos usuários, assegurando a efetiva participação social e fortalecendo os princípios da Educação Permanente. **Parecer da Comissão**: Elaborar um questionário para ser encaminhado aos fóruns dos usuários organizados, identificando os conteúdos e demandas dos usuários para processos formativos de capacitações dos trabalhadores SUAS, junto ao link de acesso ao plano. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. **3.4 Formulário de Pesquisa sobre Assédio Moral no SUAS:** No dia 12 de agosto de 2025, a Gestão do Trabalho e Educação Permanente do MDS promoveu um encontro virtual com o grupo focal da região Sul, onde participou a técnica Agatha. O mesmo foi mediado pela psicóloga Rozana Fonseca, voltado à construção de um diagnóstico sobre o assédio moral no SUAS, onde o primeiro instrumento de averiguação foi o formulário de pesquisa sobre assédio moral, o qual foi encaminhado aos Núcleos Regionais, Iaras e Conselhos de Classe através do CEAS/PR, encerrando seu prazo na data de 25 de agosto de 2025. Durante a reunião, foram apresentados resultados parciais do formulário de pesquisa, onde informou-se que até aquele momento o Estado do Paraná contava com 650 respostas, sendo um dos Estados com maior contribuição para o preenchimento. Ademais, foi apontado alguns desafios como o receio de algumas trabalhadoras em responder ao questionário, mesmo sendo anônimo, fato que revelou sinais de fragilidade nos vínculos e nos espaços de escuta. As discussões trouxeram diferentes percepções sobre o que caracteriza o assédio moral, muitas vezes relacionado à sobrecarga de funções, pressão de prazos e conflitos no ambiente de trabalho, além da precarização das condições laborais. Ressaltou-se a necessidade de letramento sobre o tema, abertura de canais de diálogo e fortalecimento de estratégias que garantam espaços de escuta e denúncia. Também foram levantadas propostas como a elaboração de cartilhas orientativas, uso de canais de comunicação institucionais (como Instagram das Secretarias), produção de guia de orientação, bem como a realização de capacitações voltadas à conscientização sobre o assédio moral. O encontro destacou que, sem a inclusão do tema na agenda de gestão do trabalho, não será possível avançar em estratégias efetivas. Nesse sentido, foi consenso a importância de cuidar das trabalhadoras e trabalhadores do SUAS, reconhecendo o assédio moral como um fator de risco psicossocial que fragiliza vínculos, compromete a qualidade das atividades e afeta diretamente a dinâmica do trabalho nos municípios e estados. **Parecer da Comissão:** Aguardando orientação e encaminhamento do MDS, inclusão do tema “introdução sobre letramento voltado a assédio moral no SUAS” para planejamento de ações do Plano estadual de Educação Permanente. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. **3.5 Painel de vigilância socioassistencial:** A Secretaria do Desenvolvimento Social e Família do Estado do Paraná disponibiliza o PAINEL DE DADOS DOS RELATÓRIOS MENSAIS DE ATENDIMENTOS, uma ferramenta interativa que reúne e organiza informações sobre os atendimentos realizados nas unidades CRAS, CREAS e Centros Pop em todo o Estado. O acesso pode ser realizado no Site Oficial SEDEF, no menu Área de Atuação >> Assistência Social >> Painel de Vigilância Socioassistencial. O Painel de dados RMA-CRAS permite acompanhar de forma dinâmica a série histórica de dados referentes às famílias em acompanhamento nas unidades socioassistenciais, ao perfil das famílias e indivíduos acompanhados, aos atendimentos particularizados e coletivos, bem como volume de encaminhamentos realizados. Sua utilização fortalece a Vigilância Socioassistencial, ao subsidiar gestores, técnicos, conselheiros e pesquisadores na análise de tendências, na identificação de vulnerabilidades e na mensuração da capacidade de resposta da rede de proteção socioassistencial. Além disso, contribui para a transparência das ações governamentais e para o planejamento mais assertivo das políticas públicas, em consonância com as necessidades locais e regionais. Com atualização periódica, o Painel de dados dos Relatórios Mensais de atendimentos amplia a capacidade analítica da gestão estadual e municipal, oferecendo informações qualificadas para o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social no Paraná. **Parecer da Comissão:** Ciente. Encaminhar apresentação da ferramenta aos NR’s, IARA’s, CMAS, universidades para ampla divulgação. **Parecer do CEAS:** Encaminhar apresentação da ferramenta aos NR’s, IARA’s, CMAS, Ministério Público e universidades para ampla divulgação. Após a finalização da leitura, foi anunciada a pausa para o almoço. No retorno das atividades a presidente informou que ainda restavam dois relatórios a serem lidos: Comissão de Financiamento e Gerenciamento do Fundo e Comissão de Políticas Sociais. Desta feita, a mesma sendo também relatora da **Comissão de Financiamento e Gerenciamento do Fundo**, procedeu a leitura do relato, realizado no dia 07/08/2025. **1.1. SIFF (Sistema de Informação Fundo a Fundo):** A Gestão de Fundos informa o panorama atualizado de inserção dos extratos no Sistema Fundo a Fundo - SIFF referente ao 3° Trimestre de 2025, conforme planilha juntada na pasta de documentos. P**arecer do CEAS:** Ciente. 1.**2. Piso Único de Assistência Social (PAS):** A Assessoria Técnica da CPAS comunica que, conforme a Informação Técnica nº 23/2025 de 05/08/2025, foram habilitados 399 municípios na análise técnica realizada pela AT CPAS, referente ao repasse do 3º trimestre do Piso Único de Assistência Social (PAS). Os municípios habilitados seguem agora para a etapa de análise financeira, sob responsabilidade da Gestão de Fundos/SEDEF, a qual verificará a devida inserção dos extratos bancários no prazo estipulado pela Deliberação 58/2021 CEAS/PR e existência de saldo inferior ao equivalente a doze parcelas. Ressalta-se que a inaptidão em qualquer uma das etapas de análise acarreta a suspensão do repasse do benefício ao município. **Parecer do CEAS:** Ciente. **1.3. Minuta de Deliberação da PLOA (2026):** Será apresentada pelo a documentação que visa acompanharmos a execução orçamentária e financeira de 2025, além de elucidar a previsão das receitas, fixação das despesas e indicação dos programas e ações que serão realizados no exercício de 2026, totalizando o montante do teto de R$ 119.696.134,00 (cento e dezenove milhões seiscentos e noventa e seis mil, cento e trinta e quatro reais). **Parecer do CEAS**: Aprovada a deliberação. 1.**4. Protocolo 23.839.705-7 – Solicitação de autorização para cessão de veículo da Secretaria de Assistência Social advindo do Termo de Convênio nº 156/2016 Deliberação nº 025/2016 - CEAS/PR do município de Perobal (DPSB):** Trata-se do Ofício nº10/2025 do município de Perobal que solicita a possibilidade de veículo da Secretaria de Assistência Social adquirido através do convênio Nº 156/2016 – SEDS/CEAS/FEAS e Deliberação Nº025/2016 – CEAS ser emprestado a Secretaria de Administração. Informa que o município foi contemplado com veículo elétrico para o CRAS. O Núcleo Regional (NR) de Umuarama manifesta que é importante a existência de dois veículos na SMAS devido à diversidade de demandas de serviços, benefícios e programas, da gestão municipal de Assistência Social e do CRAS. A Deliberação nº 25/2016 CEAS/PR assim como seu Termo de Convênio tem como objeto a estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Básica – Aquisição de Veículo, estabelecendo que o recurso e seus rendimentos não podem ser utilizados em finalidade diversa, ainda que em caráter de emergência. Diante do exposto, a Divisão de Proteção Social Básica se manifestou desfavorável ao pedido do município, tendo em vista que o veículo pode ser utilizada nas diversas ofertas da Proteção Social Básica, objeto do convênio assinado em 2016 e deliberado pelo CEAS/PR, com execução de recursos provenientes e destinados a Política de Assistência Social. **Parecer da Comissão:** Encaminhar Informação Técnica como resposta ao município. **Parecer do CEAS:** Aprova o parecer da comissão. 1.**5. Construção de CRAS e CREAS (DPSB) -** 1.**5.1. Desabilitação de município (Inclusão de Pauta – DPSB):** Os municípios de Palmital, CREAS e Quarto Centenário CRAS informaram em ofícios que receberam recursos federais (entre os anos de 2024 e 2025) para as construções, portanto serão desabilitados. **Parecer da Comissão:** Aprova a desabilitação e realiza a leitura de minuta de deliberação na plenária. **Parecer do CEAS**: Aprova a deliberação. **1.5.2. Novos municípios contemplados para construção de CRAS e CREAS**: Foi realizado um estudo de caso baseado em dados oficiais, com foco na análise das condições estruturais das unidades de assistência social, exclusivamente CRAS e CREAS. Durante a avaliação, foram identificados várias inadequações nas estruturas físicas das unidades, incluindo fios expostos, infiltrações, entre outros fatores que comprometem a segurança e o funcionamento adequado dos espaços. A análise foi a partir dos resultados dos questionários aplicados com ênfase na infraestrutura física. Algumas das perguntas foram adaptadas do Censo, visando garantir coerência. As perguntas abordaram diretamente a qualidade e as condições estruturais das unidades. O instrumental permitiu levantar condições estruturais como: imóvel compartilhado, presença de placa de identificação, existência de rachaduras e infiltrações, umidade e mofo, conservação de portas e janelas, ventilação e conforto térmico, condições da parte elétrica e hidráulica, preservação adequada de sigilo e privacidade às famílias atendidas, guarda e arquivamento adequado de documentos, acessibilidade na entrada, recepção, quantidade de banheiros e salas. Além disso, avaliou a existência de terreno de propriedade do município para construção de CRAS e/ou CREAS e atendimento de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE). A avaliação foi realizada por pontuação, não sendo considerada a classificação por porte do município. Assim, quanto maior a pontuação, mais crítica é a situação identificada. **Parecer do CEAS:** Aprova a Deliberação. **1.5.3 Resolução SEDEF nº 198/2025 – regulamentação de construção de CRAS e CREAS:** A Coordenação da Política de Assistência Social informou sobre a publicação da Resolução SEDEF nº 198/2025 que altera a Resolução SEDEF nº 109/2023 que regulamenta o processo de construção de CRAS e CREAS, devido a formalização de aditivo ao contrato de gestão de obras entre SEDEF e o Paranacidade, a análise de documentação e acompanhamento das obras ocorrerá pela Paranacidade, referente às obras CRAS e CREAS deliberadas nos anos de 2024 e 2025. **Parecer da Comissão:** 1)Ciente 2) Encaminhamento da Resolução SEDEF nº 198/2025 aos conselheiros do CEAS. **Parecer do Conselho:** Aprova o parecer da comissão. **1.5.4 Construção CRAS Município de Abatiá:** A Divisão de Proteção Básica apresentou a situação do município de Abatiá, que recebeu em 12/2023 o recurso da etapa de habilitação para a construção de CRAS e tendo em vista a demora para iniciar a obra, o CEAS/PR enviou o Ofício nº 086/2025, em resposta o município informou problemas com as empresas que

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

concorreram (descredenciamento) e posteriormente enviou o Ofício nº 121/2025 do CEAS/PR, em resposta o município informou a homologação da licitação. Porém, no processo de monitoramento da SEDEF identificou-se que a obra não teve andamento, pois a empresa vencedora solicitou reequilíbrio financeiro do contrato e o procedimento foi para análise no setor jurídico municipal. **Parecer da Comissão:** Oficiar o município de Abatiá solicitando informações com relação ao contrato para execução da obra e cronograma das próximas ações e etapas a serem cumpridas para realização da construção do CRAS. **Parecer do CEAS:** Aprova o parecer da comissão. **1.6. Protocolo 23.864.856-4 – Mudança de equipamento CRAS construído com recurso Estadual no município de Santa Tereza do Oeste**: Trata-se da mudança do CRAS de Santa Tereza do Oeste, construído com recursos estaduais, para prédio do Conselho Tutelar, foi deliberado em plenária do CEAS/PR do mês de maio/2025 visita do CEAS/PR. Na visita técnica do CEAS/PR foi observado que o imóvel não apresentava condições estruturais adequadas, principalmente quanto a manutenção do sigilo no atendimento aos usuários, sendo recomendado obra para a adequação desse quesito. Com relação a equipe técnica não possui profissional de Psicologia. O município encaminhou Ofício nº 324/2025, no qual pontuam que o CRAS atual foi escolhido com base em critérios técnicos, através de enquetes realizadas nas redes sociais que consideram a proximidade com os territórios mais centralizados, facilidade de acesso por transporte público, e a melhor adequação do espaço físico, acessibilidade, segurança e ampliação da capacidade de atendimento para a realização de atividades coletivas e atendimentos individuais. Também foram encaminhadas fotos da obra de reforma. Destaca-se que no ofício enviado pelo município afirmam que a estrutura física anterior será utilizada para reuniões dos conselhos da rede socioassistencial e reuniões com os grupos do PAIF. Diante das documentações apresentadas, compreende-se que o município está providenciando as adequações para garantia do sigilo e estão em processo para contratação do Psicólogo. Sugere-se o acompanhamento do NR de Cascavel, no prazo de 2 meses, para assessorar e averiguar quanto a finalização da reforma e contratação do Psicólogo, bem como sobre a necessidade de contratação de orientadores sociais para o SCFV, pois pelo quantitativo de usuários inseridos no serviço necessitam de 12 grupos. **Parecer da Comissão:** Sugere-se o acompanhamento do NR de Cascavel, no prazo de 4 meses, para assessorar e verificar quanto à realização da reforma. Com relação à equipe, o município deverá informar qual a previsão de recomposição. **Parecer do CEAS**: Aprova o parecer da comissão. **1.7. Protocolo 24.402.738-5 – Prorrogação de Prazo do Incentivo Residências Inclusivas**: O presente protocolado advém do recebimento do Ofício n° 403/2025 – FAS Ponta Grossa, solicitando prorrogação de prazo para utilização do recurso. Justifica que após o recebimento do recurso (final de 2023) realizou os procedimentos necessários para inclusão no orçamento, mas que devido ao processo eleitoral de 2024, o município estava impedido de repassar recursos para entidades da sociedade civil. A DPSE realizou consulta aos saldos dos nove municípios contemplados pela Deliberação, sendo que 05 deles apresentaram saldo entre 50% até 100% do recurso recebido em conta. **Parecer da Comissão:** Aprovada minuta de deliberação que prorroga a vigência da deliberação 65/2023 até 30/06/2026. **Parecer do CEAS:** Aprova o parecer da comissão e que a verificação dos saldos destes municípios sejam enviados e expostos em dezembro/2025. **1.8. Regulamentação do prazo de investimento utilizado com o FEAS**: Trata-se de discussão abordada na plenária de julho de 2025, sobre a necessidade de orientação quanto à mudança de equipamentos, unidades e patrimônios adquiridos com recursos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS). Na ocasião deliberou-se por consulta a documentação pertinente para subsidiar a elaboração de Resolução Conjunta CEAS/SEDEF que oriente em relação à temática, tais como: Resolução Conjunta nº 01/2024 – CEDCA/SEDEF e o art. 49 da Portaria nº 1.044/2024 do MDS, que dispõe sobre os prazos para utilização de equipamentos, materiais permanentes e veículos adquiridos com recursos da Política de Assistência Social. Registra-se que a demanda teve origem na reunião do CEAS realizada em maio de 2025, a partir dos encaminhamentos deliberados no âmbito do Protocolo nº 23.864.856-4. Isto posto, sugere-se que a Comissão de Financiamento e Gerenciamento do Fundo seja responsável pela elaboração dos parâmetros gerais relacionados à destinação ou uso de equipamentos e demais patrimônios adquiridos com recursos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS). Paralelamente, pretende-se formalizar, através de e-mail ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), questionamento quanto à existência de orientação jurídica específica referente ao prazo de uso e destinação de edificações ou espaços físicos construídos com recursos do SUAS, visto que, o art. 49 da Portaria MDS nº 1.044/2024 trata exclusivamente de equipamentos, materiais permanentes e veículos, não abrangendo construções, reformas ou outras infraestruturas físicas. A depender do retorno do MDS esse aspecto também poderá ser abordado na minuta da Resolução. Por fim, considerando tratar-se de resolução conjunta, a minuta será encaminhada à Assessoria Técnica da SEDEF, com vistas à obtenção de contribuições técnicas e jurídicas pertinentes, antes de sua apresentação e apreciação em plenária. **Parecer da Comissão:** 1) Que o CEAS/PR formalize, por e-mail, questionamento ao MDS acerca da existência de orientação jurídica específica sobre o prazo de uso e destinação de edificações ou espaços físicos construídos com recursos do SUAS; 2) Que a Comissão de Financiamento e Gerenciamento do Fundo elabore minuta de resolução conjunta CEAS/SEDEF com os parâmetros gerais para destinação ou uso de bens adquiridos com recursos do FEAS. 3) Que o CEAS encaminhe a minuta elaborada pela Comissão à Assessoria Técnica da SEDEF para contribuições técnicas e jurídicas antes de sua apresentação à plenária. **Parecer do CEAS:** Aprova o parecer da comissão. Na sequência solicitou-se que a conselheira Roselaine das Dores Nogueira procedesse com a leitura do relatório da **Comissão de Políticas Sociais**, realizado em 07/0**8/2025. 2.1. Cadastro Único e Programa Federal de Transferência de Renda - 2.1.1. Panorama do Programa Bolsa Família no Paraná:** A Coordenação Estadual do Programa Bolsa Família apresentou o panorama do programa federal de transferência de renda referente aos meses de Fevereiro a Julho de 2025. 1. QUADRO NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS, COM BENEFÍCIOS BLOQUEADOS E SUSPENSOS, E MÉDIA DE VALOR DOS BENEFÍCIOS: No mês de fevereiro de 2025, o número de famílias beneficiárias foi de 604.179, com 7.804 bloqueios, nenhuma suspensão e 3.383 cancelamentos, sendo o benefício médio mensal de R$ 660,84. Em março de 2025, foram registradas 605.220 famílias beneficiárias, com 10.147 bloqueios, 4.614 suspensões e 3.383 cancelamentos, e benefício médio de R$ 657,55. Em abril de 2025, o total de famílias beneficiárias foi de 603.509, com 6.805 bloqueios, 4.329 suspensões e 2.969 cancelamentos, sendo o benefício médio de R$ 658,90. No mês de maio de 2025, houve 601.247 famílias beneficiárias, com 10.635 bloqueios, 1.584 suspensões e 2.527 cancelamentos, e o benefício médio mensal foi de R$ 657,58. Em junho de 2025, o número de famílias beneficiárias foi de 602.065, com 34.955 bloqueios, 1.475 suspensões e 2.372 cancelamentos, sendo o benefício médio de R$ 656,41. Por fim, em julho de 2025, foram registradas 569.612 famílias beneficiárias, com 39.564 bloqueios, 3.264 suspensões e 38.956 cancelamentos, e o benefício médio mensal foi de R$ 660,27. 2. QUADRO DE VALORES REPASSADOS: No mês de fevereiro de 2025, o valor total repassado foi de R$ 399.267.728,00. Em março de 2025, o repasse foi de R$ 394.926.386,00. No mês de abril de 2025, o valor total transferido foi de R$ 397.652.206,00. Em maio de 2025, o repasse foi de R$ 395.605.376,00. No mês de junho de 2025, o valor total foi de R$ 394.234.835,00. Por fim, em julho de 2025, o repasse totalizou R$ 373.942.884,00. Observa-se um aumento significativo do número de famílias canceladas no Programa Bolsa Família no mês de julho, reflexo das alterações da regra de proteção do programa. **Parecer do CEAS**: Ciente. 2**.1.2. Publicação de novas normativas do Programa Bolsa Família**: a)Instrução Normativa Conjunta n. 4 - SENARC / SNAS / MDS - 27/06/25 Estabelece normas e procedimentos complementares para a gestão de condicionalidades no Programa Bolsa Família e vem complementar a Portaria MDS nº 1.058/18.02.2025, a qual regulamenta e estabelece importantes etapas para o acompanhamento e cumprimento das condicionalidades. A Instrução Normativa tem como principais diretrizes a busca ativa e a oferta de serviços, com a realização de ações intersetoriais para identificação e oferta dos serviços de Trabalho Social com Famílias e Territórios (TSFT) e o foco em famílias em descumprimento das condicionalidades, com prioridade para aquelas com suspensão em curso. b) Portaria MDS 1.907 – 08/07/25- Ampliação do público prioritário do PBF. Estabelece normas e procedimentos para a gestão dos benefícios do Programa Bolsa Família - PBF, bem como, define alguns grupos em maior situação de vulnerabilidade ou risco social, como público prioritário à concessão do PBF, a saber: - Famílias Indígenas; - Famílias Quilombolas; - Famílias com pessoas resgatadas da situação de trabalho análoga ao escravo; -Famílias com pessoas em situação de trabalho infantil e -Famílias com catadores de materiais recicláveis; A nova portaria amplia este grupo, desta forma, aumentando o nível de proteção social, de segurança de renda e de segurança alimentar em favor de famílias que se encontram em situação de alto risco social, sendo elas: Famílias em situação de rua; Famílias com pessoa em situação de risco social associado à violação de direitos, identificada no Prontuário SUAS e; Famílias com pessoa identificada, pelo Ministério da Saúde, em situação de risco para insegurança alimentar. **Parecer da Comissão:** Encaminhar aos CMAS as normativas e a Informação Técnica nº 84 /2025 - DPSB/CPAS para conhecimento e acompanhamento da identificação do público prioritário, destacando o uso do Prontuário SUAS. P**arecer do CEAS:** Aprova o parecer da comissão. **2.1.3 Capacitações do Sistema de Gestão de Benefícios do Programa Bolsa Família - SIBEC (DPSB):** No primeiro semestre deste ano, foram ofertadas 10 turmas de capacitação do Sistema de Benefícios ao Cidadão - SIBEC, conforme parceria entre o MDS, SEDEF/PR e CAIXA para qualificar operadores municipais na utilização do SIBEC, capacitando 235 profissionais de 173 municípios. No segundo semestre, nos meses de agosto, setembro e outubro serão executadas mais 10 turmas. Para essa etapa, foram selecionados os municípios que estavam na Lista de Espera para capacitação e os que não tiveram nenhum participante neste ano. **Parecer do CEAS:** Ciente. **2.2. Grupo de Trabalho – Programa Estadual de Transferência de Renda – Comida Boa**: Com o objetivo de promover o alinhamento de informações, a técnica Michele, da Coordenação de Programas e Projetos Sociais, apresentou aos novos conselheiros do CEAS um panorama geral sobre o Programa Estadual de Transferência de Renda – Comida Boa (PETR), abordando sua origem, fundamentação legal, critérios para pagamento, forma de operacionalização, bem como o processo de revisão e aperfeiçoamento do Programa. A técnica relembrou que o atual contrato com a Alelo se finda dia 04/09/2025.Informou aos conselheiros que a licitação para nova empresa que irá operacionar o benefício foi realizada por meio do Pregão Eletrônico n° 90598/2025 (SRP) no dia foi 18/07/2025 às 10h. Participaram da disputa 13 empresas, conforme abaixo: Bk Bank - SP (-5,14%); Le Card - ES (-5,13%); Alelo - SP (-4,30%); RC Card - GO (-3,00%); Nutricash - BA (-2,80%); Mega Vale - SP (-1,01%); Rom Card – SC (-0,16%); Gimave – PR (-0,15%); Link Card – SP (-0,09%); Pluxee – SP (-0,07%); Armando Semeghin – SP (-0,01%); MWV– PR (-0,01%); Personal Net – SC (-0,01%). A análise da documentação prévia para habilitação da empresa ganhadora do certame já foi finalizada estando de acordo com edital, porém ainda tem prazos a serem cumpridos para a apresentação e análise de recursos e outros documentos solicitados para a efetivação do contrato. **Parecer do CEAS:** Ciente. **2.3. Alterações das Normativas para concessão do Benefício de Prestação Continuada:** Tendo em vista a publicação do Decreto n° 12.534, de 25 de junho de 2025 que regulamenta o Benefício de Prestação Continuada (BPC) , este conselho emitiu Nota de Repúdio por meio da Resolução Ad referendum nº 013/2025 - CEAS/PR .Considerando que os conselheiros encaminharam outros materiais via email para contribuir nesta discussão,

destacando a preocupação da inclusão da renda de programas de transferência de renda para o cálculo do BPC e estabelecimento de prazos administrativos exíguos desconsiderando as estruturas públicas disponíveis para o atendimento das exigências. **Parecer da Comissão:** Oficiar o MDS, CNAS e CIT solicitando que pautem a discussão acerca do Decreto n°12.534, de 25/06/2025, analisando possíveis prejuízos da proteção social às famílias em vulnerabilidade social, encaminhando a Nota de Repúdio do CEAS/PR em anexo. **Parecer do CEAS:** Aprova o parecer da comissão. **2.4. Estudo de Equipes Volantes do Estado do Paraná (DPSB):** visão de Proteção Social Básica apresentou um Estudo Técnico sobre as Equipes Volantes do Estado do Paraná que foi realizado a partir de pesquisa com instrumental questionário google forms, reunião com municípios e elaboração de relatório técnico. As Equipes Volantes são equipes adicionais que integram um CRAS em funcionamento cujo objetivo é prestar serviços da Proteção Social Básica (PAIF e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), bem como fazem oferta de benefícios em territórios extensos, isolados, áreas rurais e de difícil acesso. O Paraná contava com 47 Equipes Volantes no Censo SUAS 2023, dessas 40 pactuaram o cofinanciamento federal em 2011/2012 e 31 ainda recebem o cofinanciamento federal. Dentre os dados principais, observou-se que 50% das Equipes Volantes são as mesmas Equipes que atendem nos CRAS, a maioria composta por dois profissionais de nível superior sendo um Assistente Social e outro Psicólogo. Os profissionais de nível médio estão presentes em 50% das Equipes Volantes. Em sua maioria as Equipes Volantes ofertam o serviço do PAIF em sua totalidade de ações 82,5% e 12,5% de forma parcial, destacando as ações de: Acolhida, Atendimento, Acompanhamento, Oficinas e Ações Comunitárias. O SCFV é oferecido em 30% das Equipes Volantes para crianças, adolescentes e pessoas idosas, 15% apenas para crianças e adolescentes e 10% apenas para pessoas idosas. A maioria, 72,5%, não possui veículo próprio e dentre os principais públicos atendidos estão as famílias rurais, as pessoas com deficiência e idosas e famílias prioritárias do Programa Bolsa Família e em descumprimento de condicionalidades, em menor número comunidades indígenas, quilombolas, ciganas e pescadores. As principais potencialidades são a ampliação do acesso, estreitamento dos vínculos familiares e comunitários e maior aproximação com a realidade dos territórios. Já as dificuldades estão em especial, relacionadas a falta das equipes exclusivas, falta de veículo exclusivo ou veículo inadequado, extensão territorial, disponibilidade de locais para execução dos serviços, mais dias para a oferta e limitação de recursos. Desse modo, é perceptível que as Equipes Volantes do Estado do Paraná têm um papel fundamental e diferenciado na universalização do atendimento do SUAS. Contudo, diante do quantitativo de comunidades a serem atendidas em municípios de grande extensão territorial e das vulnerabilidades apresentadas os recursos são insuficientes para a manutenção dos profissionais, disponibilidade de transporte e demais recursos necessários. Além disso, observa-se uma confusão metodológica referente a Equipe Volante, por parte das gestões municipais, visto que 50% informa ser a mesma equipe do CRAS. Outro ponto de destaque é o baixo valor do cofinanciamento federal (R$4.500,00) por Equipe Volante. **Parecer da Comissão:** 1)Encaminhar o relatório do estudo a todos os conselheiros e para publicação no site da SEDEF; 2)Solicitar a DPSB/CPAS elaboração de orientação técnica aos municípios e CMAS sobre E.V, com levantamento da realidade dos municípios quanto ao atendimento pela Política da Assistência Social em territórios extensos e com populações dispersas; 3) Solicitar à SEDEF apresentação de proposta de cofinanciamento estadual para municípios com Equipe Volante; 4) Oficiar o MDS e CNAS referente a necessidade de revisão do cofinanciamento para Equipes Volantes. **Parecer do CEAS:** Aprova o parecer da comissão. **2.5. Revisão de Estudo CRAS e CREAS**: O Questionário utilizado para definição dos municípios prioritários, até o prazo final de preenchimento, permitia que os municípios editassem suas respostas, caso julgassem necessário algumas correções.Porém alguns municípios, com o intuito de realizarem essas correções, preencheram mais de uma vez. Automaticamente as fórmulas utilizadas fizeram o cálculo do score de valor crítico com base na primeira resposta, e o adequado seria considerar sempre a última resposta fornecida pelo município. Dessa forma, refizemos os cálculos excluindo as primeiras respostas dos municípios e considerando sempre a última informação fornecida.Sendo que 89 municípios preencheram os formulários mais de uma vez.Destes, 67 não tiveram alterações na pontuação, pois as respostas eram idênticas, e 22 tiveram alterações, sendo os mais significativos os municípios de Laranjal e Ventania para CRAS, e Arapongas para CREAS. Dessa forma, alteramos os anexos 3 e 4 do estudo técnico anteriormente apresentado. **Parecer da Comissão:** Aprovado as alterações dos anexos 3 e 4 da Deliberação n°42/2025 de aprovação do estudo técnico para priorização de repasses de recursos para construções de CRAS e CREAS. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. **2.6. Protocolo 21.831.140-7 – Atendimento SIGO 37207/2024 – CREAS do município de Munhoz de Melo**: O Protocolo analisa a situação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do município de Munhoz de Melo, após denúncia apresentada via SIGO que informa sobre a estrutura física sem identificação e compartilhada com outros órgãos, ausência de coordenador e orientadores sociais, carga horária irregular de assistente social, e atendimento da psicóloga focado apenas em idosos. A análise baseou-se em informações fornecidas pela Prefeitura de Munhoz de Melo (Ofício nº 006/2024), visita técnica do Núcleo Regional de Maringá e informações do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Munhoz de Melo. O Ofício nº 006/2024 da Prefeitura e o CMAS informaram a seguinte composição da equipe de referência do CREAS: 2 Psicólogas (20 horas semanais cada); 1 Assistente Social (20 horas semanais); 1 Advogada (10 horas semanais); Equipe de apoio administrativo. Para um município de pequeno porte 1 (3.951 habitantes, Censo 2022), a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB/SUAS RH) estabelece uma equipe de referência mínima. A equipe de Munhoz de Melo, embora adequada em número de profissionais, apresenta duas ressalvas: Ausência de Coordenador e a carga horária da advogada (10 horas semanais) e da Assistente Social não atendem integralmente às orientações da NOB/SUAS RH. Quanto a infraestrutura a denúncia aponta compartilhamento do espaço, fato confirmado pelo município. Em posterior análise de fotos do local, pode-se constatar que embora compartilhada a infraestrutura garante: Porta de acesso exclusivo para a unidade com identificação; Atendimento em condições de privacidade e sigilo; Adequada iluminação, ventilação, conservação, salubridade e limpeza; Segurança dos profissionais e público atendido; Espaços reservados e de acesso restrito à equipe para guarda de prontuários. Em caso de registros eletrônicos, medidas são adotadas para assegurar o acesso restrito aos prontuários, dados e informações. As orientações técnicas mencionam que sobre o compartilhamento do imóvel, este é permitido desde que o CREAS tenha placa de identificação e espaços exclusivos para a realização de suas atividades. Nesse sentido, o CREAS pode compartilhar com outras Unidades e serviços os seguintes espaços: entrada ou porta de acesso, copa ou cozinha, almoxarifado ou similar (desde que os materiais do CREAS sejam guardados com reserva), espaço externo e banheiros. Compreende-se que a infraestrutura disponível é capaz de garantir o atendimento necessário aos usuários, considerando a demanda e o porte do município. O CMAS de Munhoz de Melo informou que o CREAS realiza acompanhamento sistemático e que a unidade segue as normativas da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009). Os serviços prestados incluem: PAEFI, Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa, Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e em Situação de Rua, Orientação Sociojurídica, Acompanhamento de famílias com crianças e adolescentes afastados do convívio familiar, articulação com o Sistema de Garantia de Direitos, ações de mobilização e sensibilização, e atendimento às demandas do Sistema de Justiça. O Conselho reforçou que a estrutura, embora compartilhada, é separada para os usuários, garantindo acolhimento e sigilo. Considerando as informações apresentadas, são necessárias adequações relativas à composição da equipe do CREAS, sendo necessário a contratação de um coordenador e advogado/a exclusivo para o serviço e aumento da carga horária do assistente social, de maneira que atenda às exigências da NOB/SUAS/RH. **Parecer da Comissão:** Oficiar o CMAS do município de Munhoz de Melo para informar sobre a recomendação relativa à composição da equipe técnica do CREAS, e que realize o acompanhamento das providências adotadas pelo município para adequar a equipe para que atuem exclusivamente na unidade, conforme orienta a NOB/SUAS RH, encaminhando conjuntamente a Informação Técnica da DPSE. Posteriormente recomenda-se arquivar este processo, visto que a atribuição de acompanhamento do serviço municipal é do CMAS local, como órgão de controle social da Política de Assistência Social. **Parecer do CEAS:** Aprova o parecer da comissão. Com a inclusão de oficiar o CMAS sugerindo o prazo para adequação da carga horária dos profissionais em até 90 dias. **2.7.Protocolo 23.542.189-5 - Reordenamento Centro Pop Fazenda Rio Grande**: Com base no parecer do CEAS sobre a realização de reunião com o município de Fazenda Rio Grande, para tratar a respeito do fechamento do Centro Pop e a implantação do Serviço de Ponto de Atenção e Atendimento a Pessoa em Situação de Rua, temos a informar: Em 17/07/2025 realizamos reunião, onde estiveram presentes o município de Fazenda Rio Grande, representado pelo Órgão Gestor da Política de Assistência Social, representantes do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/PR). Foram manifestadas as razões e estratégias adotadas para o fechamento do Centro Pop e pactuados os seguintes compromissos: Entrega de relatório atualizado até o final de agosto de 2025: O município de Fazenda Rio Grande encaminhará um relatório para análise do DPSE e CEAS. Este documento deverá contemplar: Informações e estudos que subsidiaram a decisão sobre o encerramento do Centro Pop; Todas as medidas adotadas pelo município para a organização do atendimento às pessoas em situação de rua em todos os níveis de proteção social; Informações detalhadas sobre os investimentos na contratação de equipe e na adequação de recursos para a organização da política de assistência social no município; Os resultados preliminares do Censo Pop Rua, realizado pela equipe da Política Municipal de Assistência Social; Detalhes sobre o planejamento quanto a oferta do Programa "Ponto de Atenção e Atendimento à Pessoa em Situação de Rua", incluindo o projeto de reforma e/ou ampliação, os objetivos do programa, a composição da equipe com suas respectivas cargas horárias, as ofertas realizadas, e a previsão de serviços parceiros e ofertas intersetoriais. Participaram da reunião da Comissão o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública, Sr. Mateus, que relatou após 2 visitas, constatar que não houve reordenamento dos serviços socioassistenciais e evidenciam precarização e redução do atendimento à população após fechamento do Centro Pop. Irá encaminhar os relatórios da Defensoria para o CEAS e solicitou participação na Comissão que acompanha a temática. Também a Diretora Geral (Marjane) e a Diretora de Alta Complexidade/PSE (Denise)do município de Fazenda Rio Grande que relataram a preocupação do município no atendimento da população em situação de rua por meio de outras unidades da Política de Assistência Social,bem como, que realizaram adequação da proposta de atendimento. **Parecer da Comissão:** Plenária deliberar pela participação da Defensoria Pública na Comissão de acompanhamento da oferta do serviço para população em situação de rua no município. Retornar à pauta na reunião ordinária de setembro, após envio do relatório e análise da DPSE/CPAS. **Parecer do CEAS:** Aprova o parecer da comissão. 2.8. Protocolo: 21.381.465-6 – Relatório de inspeção realizada no Centro Pop Célia Fátima - São José dos Pinhais (Retorno de Pauta); O protocolo trata do acompanhamento ao Centro POP Célia Fátima, em São José dos Pinhais, como a ausência de psicólogo na equipe e problemas na infraestrutura. Em maio de 2025 foi realizada reunião para pactuar um planejamento quanto às necessidades de adequação da unidade para favorecer a oferta do serviço.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Ficou estabelecido o envio de relatório ao CEAS no mês de julho para acompanharmos as evoluções das pactuações. Deste modo, o município realizou o envio do relato, manifestando-se da seguinte forma: 1. Mudança de Localização do Equipamento: 1.1 Pactuação Anterior (30/05/2025): Transferência do Centro POP para um novo imóvel de propriedade do município, com prazo estabelecido para cumprimento até setembro de 2025. Ações de reforma e adaptação seriam empreendidas para adequação às necessidades do Serviço e melhoria da acessibilidade. 1.2 Informações Atualizadas (23/07/2025): A Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) informou que os procedimentos para a mudança do Centro POP continuam em andamento. Atualmente, o processo está na fase de orçamentação com empresas terceirizadas para as reformas e adequações necessárias no imóvel próprio do município. A SEMAS solicitou, ainda, o envio de um relatório complementar sobre este item na segunda quinzena de setembro. 2. Regularização da Composição da Equipe Técnica (Profissional de Psicologia): 2.1 Pactuação Anterior (30/05/2025): Lançamento de novo edital de concurso público para provimento do cargo de psicólogo, visando assegurar a adequada composição da equipe técnica do Centro POP, em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). 2.2 Informações Atualizadas (23/07/2025): O município informa que, segundo o setor de Recursos Humanos, o edital referente ao concurso público será publicado nos próximos meses, no entanto, não apresentou informação referente a data. 3.Estratégias Complementares (Operação Inverno e Atendimento Ampliado): 3.1 Pactuação Anterior (30/05/2025): Menção à "Operação Inverno", com infraestrutura ampliada, articulação com consultório médico para atendimento de saúde e parceria com agência do Sistema Nacional de Emprego (SINE) para encaminhamento a vagas de trabalho. 3.2 Informações Atualizadas (23/07/2025):Início do funcionamento do Hotel Social em 05 de junho, com 80 vagas permanentes de pernoite e 50 vagas adicionais para a "Operação Inverno", totalizando 130 vagas. O Hotel opera de segunda a segunda, das 18h às 9h, com encaminhamentos pelo Centro POP e equipe de abordagem, além de atendimento espontâneo com posterior regularização. Média de atendimentos de 102 usuários nos dois meses iniciais. Ampliação da equipe de abordagem social e do horário de atendimento durante a "Operação Inverno", com busca ativa no período noturno (até 22h) e, após esse horário, resgate social via telefone assegurando cobertura de 24 horas. **Parecer da Comissão:** Retornar a pauta no mês de outubro, após a realização da reunião com participação dos mesmos órgãos envolvidos, para verificar o cumprimento integral das metas estabelecidas. **Parecer do CEAS:** Aprova o parecer da comissão. **2.9. Nota Técnica do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**: Considerando a recomendação do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente-CEDCA, da elaboração de Nota Técnica conjunta, referente a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em Organizações da Sociedade Civil-OSC,destacando a importância de referenciamento ao CRAS, e equipe técnica da OSC para execução do serviço em conformidade com suas normativas. **Parecer da Comissão:** Disponibilizar a Minuta de Nota Técnica no drive, para contribuição dos conselheiros, com prazo até o dia 29/08/2025. **Parecer do CEAS:** Aprova o parecer da comissão. **2.10. Protocolo 18.281.399-0 - SOS FAS de Curitiba**: O presente Protocolo aborda o acompanhamento e monitoramento dos Centros de Referência Especializados para Pessoas em Situação de Rua (Centros POP) de Curitiba. Após a apresentação dos serviços na Comissão de Políticas Sociais, foi acordado que a FAS enviaria um relatório à DPSE sobre os serviços dos Centros POP e do SOS-FAS de Curitiba. Com base nesse relatório, a DPSE realizaria uma visita técnica aos locais para aprofundar a análise. A DPSE, buscando atualizar o CEAS, informa que solicitou o relatório à FAS, mas ainda não obteve resposta. Da mesma forma, a visita técnica não pode ser agendada. A FAS justificou a situação, explicando que as equipes estão totalmente dedicadas às operações de inverno para atender pessoas em situação de rua, o que impossibilitou a entrega do relatório e a realização da visita a tempo para a reunião de agosto. **Parecer da Comissão**: Retornar à pauta após o envio do relatório pela FAS e da visita técnica a ser realizada pela DPSE. **Parecer do CEAS:** Aprova o parecer da comissão. Após finalizada a leitura dos relatórios das comissões permanentes, a mesa diretoria agradeceu a todos e comemorou salientando que a dinâmica desta reunião estava sendo primorosa até o presente momento. Com isso, a presidente solicitou que houvesse o retorno das pautas paralisadas ainda pela manhã. **VII. Minuta de Deliberação Recomposição das Comissões – Representantes Governamentais**: A presidente informou que, conforme solicitado, haveria uma inversão de pauta para tratar das minutas de deliberação referentes à composição das comissões temáticas permanentes, especificamente nas alterações da representação governamental. Esclareceu que as indicações da sociedade civil permanecem inalteradas e que faria apenas a leitura das modificações no quadro governamental. Na Comissão de Financiamento e Gerenciamento do Fundo, as representantes indicadas foram: Renata como titular e Maiara como suplente; Paula como titular e Samanta como suplente; e Carla como titular, tendo como suplente Ariane, que, embora tenha saído da Secretaria de Planejamento, permanece registrada no decreto até que seja feita a substituição formal. Na Comissão de Políticas Sociais, foram designadas Magali como titular e Patrícia como suplente; Juliana como titular e Letícia como suplente, ambas da SEAB; e Gustavo como titular, tendo Michele como suplente. Para a Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização, foram indicados Leandro como titular e Ágatha como suplente; Denise como titular e Isabel como suplente, ambas da SETI e Roberto como titular, com Margarete Alcino como suplente. Já na Comissão de Normas, as nomeações foram: Ticyana como titular e Porcina como suplente; Delvana como titular e Gisele como suplente, ambas da SEED; e Dulce Maria como titular, com Nádia Alves, da SEJU, como suplente. Por fim, na Comissão de Acompanhamento dos Conselhos, a composição governamental ficou com Nádia como titular e Daniele como suplente; Luciméri como titular e Rafael como suplente, ambos da COHAPAR e Sirlene como titular, tendo Suelen como suplente, ambas da SESA. A presidente concluiu informando que, com essa atualização, fica revogada a Deliberação CEAS/PR 041/2025, que tratava da composição anterior das comissões, e destacou que as alterações foram sinalizadas em vermelho no documento para facilitar a visualização das mudanças realizadas. **Parecer do CEAS**: Aprovada a minuta de deliberação. **VIII. Minuta de Deliberação Composição da Comissão Eleitoral – Processo Suplementar Biênio 25/27**: A presidente informou que o próximo ponto tratava da recomposição da Comissão Eleitoral. Explicou que, diante da necessidade de realização de uma eleição suplementar para o segmento da sociedade civil no biênio 2025-2027, em razão da existência de vagas ociosas de usuários, fazia-se necessária a nova constituição dessa comissão. Destacou que, por se tratar de uma comissão de menor porte, sua composição será formada por dois conselheiros representantes do segmento governamental e dois representantes da sociedade civil. **Parecer do CEAS**: Aprovada a minuta de deliberação. Como último ponto da Pauta de trabalho, a presidente solicitou que a estagiária de psicologia Julya Polita procedesse com os **informes da Secretaria Executiva**: A estagiária informou que, referente a agosto de 2025, o panorama dos cartões corporativos indica que apenas alguns ainda aguardam tramitação, estando a maioria já enviada aos conselheiros, restando pendente apenas o do conselheiro Thiago, que aguarda a criação da senha. Comunicou também a publicação do Decreto nº 10.541/2025, de 9 de julho, que alterou a suplência da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, passando a ser representada pela conselheira Isabel Cristina Modesto Pereira da Silva, e do Decreto nº 10.575/2025, de 11 de julho, que promoveu alterações na composição governamental, substituindo e designando novos titulares e suplentes, conforme as nomeações lidas. Informou ainda a publicação do Decreto nº 10.576/2025, que alterou a representação da Secretaria de Estado do Planejamento, mantendo formalmente a titular Carla e a suplente Eriane. Sobre o Momento Conferir, destacou que o CNAS convidou o CEAS Paraná para o evento realizado em 5 de agosto, em Brasília, com o objetivo de avaliar as deliberações da 13ª Conferência Nacional de Assistência Social. O CEAS emitiu a Resolução Ad Referendum nº 16/2025, aprovando o custeio dos conselheiros Juliano del Gobo e Nádia Teresinha Bonato, ambos integrantes da Comissão Temporária Organizadora da 15ª Conferência Estadual, com despesas custeadas pela FEAS. Comunicou também a realização da reunião trimestral do CNAS com os CEAS e CAS no dia 9 de setembro de 2025, em Brasília, cuja deliberação prevê a participação de um representante do segmento de usuários por estado, com despesas custeadas pelo CNAS. A mesa diretora indicou a vice-presidente Rogéria Ortelhado para representar o colegiado neste encontro. Por fim, informou o convite do Tribunal de Contas do Estado do Paraná para participação no Fórum de Controle Social, que ocorrerá em Londrina, no dia 12 de agosto de 2025, abordando o papel dos conselhos municipais no controle das políticas públicas. A vice-presidente solicitou o retorno ao ponto dos informes para esclarecer a respeito da participação nas reuniões do CNAS e o motivo pelo qual não foi possível o custeio de outro conselheiro do segmento de usuários pelo conselho nacional. Explicou que havia sido articulada entre os usuários a indicação da conselheira Laura para acompanhar o encontro, mas precisou informar que, conforme as orientações do CNAS, as reuniões trimestrais contam prioritariamente com a presença da mesa diretora, composta pela secretária executiva, pela presidência e pela vice-presidência, sendo o custeio previsto apenas para um representante do segmento de usuários por estado. Caso o conselho optasse por ampliar sua representação, a participação deveria ocorrer de forma paritária, ou seja, incluindo também um representante do segmento governamental, com as despesas arcadas pelos próprios órgãos ou participantes. A presidente encerrou a reunião agradecendo a todos os presentes pela participação e destacando a importância das deliberações realizadas, como a aprovação da construção de novos CRAS e CREAS e do Plano de Educação Permanente, um instrumento de planejamento há muito aguardado pelo estado. Reconheceu o empenho da equipe da CPAS pela dedicação na elaboração das pautas e agradeceu também a presença e o acompanhamento do Ministério Público, da Defensoria Pública, dos conselheiros e conselheiras, tanto os que participaram presencialmente quanto de forma online, ao longo dos dois dias de reunião. Finalizou ressaltando que o trabalho do CEAS não se limita aos encontros plenários, mas é contínuo, acontecendo diariamente, e colocou-se à disposição de todos, e passou a palavra à vice-presidente. A vice-presidente agradeceu a presença de todos os conselheiros e conselheiras, tanto os que estiveram presencialmente quanto os que acompanharam online, assim como a participação do Ministério Público. Desejou um bom retorno aos conselheiros que retornariam às suas cidades e encerrou sua fala com um agradecimento especial, reforçando o clima de parceria e colaboração entre todos. Esta ata foi lavrada pela Secretária Executiva Thamíris Guerra.

154497/2025

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF
Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 7° andar – Palácio das Araucárias
CEP 80530-915 – Curitiba – Paraná
ATA 012/2025 - Publicada no DIOE nº xxxx
Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR
Reunião Ordinária de Setembro de 2025

No dia 05 de setembro de 2025, às 09h, presencialmente no Palácio das Araucárias, Auditório Fany Lerner e virtualmente por meio da plataforma de reuniões Zoom, a Secretária Executiva Thamiris Guerra deu início aos procedimentos para realização da Plenária Ordinária de Setembro de 2025. Para tanto, a após conferência do áudio, solicitou à presidente Renata Mareziuzek que abrisse oficialmente a reunião. Deste modo, após um bom dia acalorado, a presidente passou a palavra à vice-presidente Rogéria Aparecida Ortelhado, que após cumprimentar os presentes solicitou que a secretária executiva fizesse a conferência do quórum. Foram registrados os seguintes conselheiros, **representantes da sociedade civil, segmento de usuários do SUAS:** Titular ROSELI BAROSSI, Titular ISMAEL MARIANO DA SILVA, Suplente EDSON APARECIDO DE ALENCAR, Titular ROGERIA APARECIDA ORTELHADO, Titular RUTH RAQUEL PEREIRA LEITE, Suplente LÍDIA RODRIGUES DOS SANTOS. **Segmento de trabalhadores do SUAS**: Titular CARLOS DAVID VEIGA, Suplente GISELLE APARECIDA MILLEO, Titular LEÔNCIO SANTIAGO, Suplente ADRIANA PIDORODESKI, Titular DANIELE DA CRUZ, Titular ROSELAINE DAS DORES NOGUEIRA, Suplente IVO APARECIDO BONIN, Suplente JULIANO DEL GOBO. **Segmento das entidades com vínculo SUAS**: Suplente ELAINE MARLENE JUNG, Titular CAMILA PEREIRA VAZ DOS SANTOS, Suplente NELI TEREZA POMAGERSKI PIVATTO, Titular DOTZI MARA GODOI ROSA, Suplente GIVALDO DE LIMA, Titular JOÃO LUCAS DOS SANTOS. **Representantes Governamentais:** Titular RENATA MAREZIUZEK DOS SANTOS, Suplente PATRICIA CAVICHIOLO TORTATO, Titular PAULA CRISTINA CALSAVARA, Suplente SAMANTA KREVORUCZKA, Suplente AGATHA DA SILVA STEMPNIAK, Suplente MICHELE CRISTINA RIBEIRO, Titular LAYSE DE LIMA CAMARGO, Suplente DANIELLA SEVERGNINI SILVA, Titular TICYANA PAULA BEGNINI, Suplente CRISTIANE VALOTO MAZZO, Suplente MARGARETE ALCINO, Suplente NADIA ALVES DE SOUZA LEANDRO, Titular DENISE MARIA FANK DE ALMEIDA, Titular DELVANA LUCIA DE OLIVEIRA, Titular JULIANA MARUSZCZAK SCHNEIDER, Titular LUCIMERI SAMPAIO BEZERRA, Titular SIRLENI BRITO DOS SANTOS DA SILVA, Titular IVAN RICARDO FERNANDES, Suplente EVLIN GAMRA. Além dos conselheiros presentes também foram registrados os seguintes **convidados**: Keity Cruz (CAOPAS/MPPR), Ana Carla Bressan, Julya Polita, Gabriela Marques dos Santos (SE/CEAS), Marília Limas (DPSB), Tamires de Araújo (AT/CPAS) e Tays Sandrini (DGS). A secretária executiva registrou quórum contendo 15 cadeiras de representantes da sociedade civil e 15 cadeiras de representantes governamentais. Dando continuidade à reunião foi feita a **II. Apreciação e aprovação da Pauta:** registrando as seguintes alterações: COMISSÃO DE FINANCIAMENTO E GERENCIAMENTO DO FUNDO: 1.4.1. Construções CRAS e CREAS; 1.5. Protocolo 22.709.159-2: Deliberar pela nova proposta de utilização de recurso das ações estratégicas do PETI; 1.6. Regulamentação do prazo de investimento utilizado com o FEAS - Orientação acerca da mudança de equipamentos, unidades e patrimônios adquiridos com recursos FEAS (retirado de pauta); 1.14. Aplicação de índice de reajuste para prorrogação do Termo de Colaboração formalizado com a APAE de Curitiba; 1.15. Protocolo 24.172.632-0 e 24.157.820-8 Solicitação de ressarcimento de devolução indevida dos municípios de Dois Vizinhos e Quedas do Iguaçu. COMISSÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS: 2.7. Protocolo 24.597.882-0 - Moção de Repúdio CRESS - Comunidade Indígena Ava-Guarani, 2.8. Protocolo 24.373.843-1 - Autorização para reprodução de imagens e utilização em livro didático - Campanha contra Trabalho Infantil 2018. **Parecer do CEAS:** Aprovada a Pauta. **III. Aprovação da Ata Ordinária de Julho de 2025**: A secretária executiva informou que não houve solicitações de alteração. **Parecer do CEAS**: Aprovada a Ata. IV. Aprovação da Ata de Posse – Biênio 25/27 – Sociedade Civil: A secretária executiva informou que houve solicitação para correção do sobrenome de uma conselheira governamental, apenas. **Parecer do CEAS:** Aprovada a Ata. Na sequência foi lida a **V. Minuta de Deliberação - Participantes Habilitados para XV Conferência Estadual de Assistência Social:** A secretária executiva iniciou explicando que o Anexo I apresenta os secretários executivos organizados por município, seguido da planilha "B", que contém os delegados habilitados. Ela detalhou que a primeira coluna mostra a quantidade de vagas por município — por exemplo, Abatia possuía uma vaga e a preencheu integralmente, enquanto Apucarana tinha três vagas, sendo possível identificar o titular e o suplente habilitado. Explicou ainda que, em alguns casos, o suplente foi habilitado como titular, o que é indicado na tabela. As colunas seguintes incluem: o número da inscrição, o nome dos delegados titulares e suplentes, a cota (identificando se o delegado é cotista), a representação (governamental ou sociedade civil, com o respectivo segmento) e, por fim, a situação de cada delegado. Em seguida, fez a leitura das legendas e orientações do documento: "VC" indica vaga complementar, obtida a partir de vagas remanescentes de municípios que não inscreveram delegados ou foram desabilitados por não atenderem aos critérios do turno de conferências, ou ainda por irregularidades nas representações. Reforçou que não é permitida a troca de representação entre governamental e sociedade civil. Esclareceu também que o "NI" corresponde ao número de inscrição, usado para identificação nas salas de trabalho em grupo e na qualificação de moções. Sobre o custeio das vagas complementares, destacou que deve seguir a Resolução nº 15/2025 e a Deliberação nº 050/2025 do CEAS/PR, cabendo ao Estado o custeio de hospedagem, alimentação e translado local durante os dias da conferência, enquanto o município é responsável pelo transporte de ida e volta de seu delegado até o local designado em Foz do Iguaçu, incluindo eventuais despesas de alimentação durante o trajeto. Por fim, informou que a 15ª Conferência Estadual de Assistência Social será certificada pela Escola de Gestão do Paraná. A secretária executiva explicou que, no ano de 2023, foi emitida apenas uma declaração de participação pelo CEAS, mas que a equipe identificou a possibilidade de aprimorar esse processo por meio da certificação oficial pela Escola de Gestão. Essa mudança permitirá que os participantes utilizem o certificado em seus currículos e, no caso de servidores públicos, possam inclusive contabilizar as horas certificadas para pontuação em progressões de carreira. Destacou que essa qualificação do processo agrega valor à participação na conferência e reconhece o envolvimento de forma mais formal. Informou, ainda, que para o ano de 2025 a parceria com a Escola de Gestão foi consolidada e a certificação será feita nesse formato. Em seguida, explicou que a tabela "C" se refere aos participantes inaptos, esclarecendo que ela reúne todas as pessoas que realizaram inscrição, excluindo as duplicidades. Reforçou que todos os inscritos constam na relação e que o documento apresenta de forma organizada quem está apto e quem não está habilitado para participação. A presidente destacou que é possível que haja casos de delegados cujos nomes não constem nas tabelas divulgadas, estejam inabilitados por algum motivo ou apresentem informações incorretas. Nessas situações, orientou que entrem em contato com a secretaria executiva para solicitar a retificação, sendo que a comissão analisará cada caso individualmente, avaliando as justificativas e decidindo pelo deferimento ou indeferimento. Ressaltou a importância de divulgar amplamente as tabelas para que o maior número possível de delegados possa conferir seus dados, com atenção especial à verificação do segmento, da representação e da condição de cotista. Explicou também que o Conselho Nacional havia determinado que ao menos 30% dos delegados deveriam ser cotistas, e que, após o levantamento realizado pela secretária executiva, verificou-se que o Paraná superou esse percentual, alcançando mais de 40% de participação de cotistas. Detalhou que, entre os delegados governamentais, foram registrados 221 participantes, sendo 74 cotistas (33%), e entre os da sociedade civil, 104 cotistas em um total de 221 vagas (47%). Assim, somando ambos os segmentos, o estado ultrapassou o índice mínimo exigido, demonstrando o compromisso do CEAS com a representatividade e a inclusão nas etapas da conferência. **Parecer do CEAS**: Aprovada a minuta de deliberação. Na sequência a secretária executiva realizou a leitura do relatório da **Comissão Temporária Organizadora da Conferência**, realizado no dia 02/09/2025. **9.1. Normativas da XV Conferência Estadual de Assistência Social - 9.2. Inscrições da XV Conferência Estadual de Assistência Social:** Foram analisadas as inscrições realizadas pelos participantes, incluindo aquelas oriundas da ampliação do prazo (51 municípios). Além disto, conforme deliberado pela comissão, foi realizada pela equipe da SEDEF contato com os participantes inscritos e inaptos devido à problemas referentes à documentação. Foi incluído ainda os seguintes filtros para desabilitação de inscrições: Municípios que não respeitaram a regra de turnos; e Delegados de representação diferente da indicada na vaga; Deste modo, inicialmente ficamos com o seguinte panorama, subtraindo o número de inscrições em duplicidade e inaptas: Inscrições de titulares governamentais: 188; Inscrições de titulares sociedade civil: 155; Inscrições de suplentes sem titulares governamentais: 6; Inscrições de suplentes sem titulares sociedade civil: 7; Inscrições de suplentes com titulares governamentais (standby): 111; Inscrições de suplentes com titulares sociedade civil (standby): 85; Inscrições de secretários executivos: 25; Considerando que foi deliberada a participação de 445 delegados de origem municipal, restaram ainda 28 vagas para delegados governamentais e 60 vagas para delegados da sociedade civil. Considerando ainda a premissa da paridade entre os representantes, foram adotados os seguintes critério para habilitação de suplentes em "standby" das categorias: Governamentais: Suplentes de municípios com porte maior que PP1 e PP2; Entidades com Vínculo SUAS: todos os suplentes inscritos; Trabalhadores do SUAS: todos os suplentes inscritos; Usuários do SUAS: Suplentes inscritos de todos os municípios, exceto PP1. Deste modo, somou-se ao panorama anterior o seguinte quantitativo: Vaga complementar suplentes governamentais: 27; Vaga complementar suplentes sociedade civil (Usuários do SUAS): 11; Vaga complementar suplentes sociedade civil (Trabalhadores do SUAS): 21; Vaga complementar suplentes sociedade civil (Entidades com vínculo SUAS): 27; Com a habilitação das vagas complementares atingiu-se um total de 221 delegados governamentais e 221 delegados da sociedade civil, subdividido nos seguintes segmentos: Usuários do SUAS: 80 delegados; Trabalhadores do SUAS: 62 delegados; Entidades com vínculo SUAS: 79 delegados. Não foi possível garantir a proporcionalidade de representação da sociedade civil (Trabalhadores do SUAS) devido ao número insuficiente de inscrições de suplentes do segmento. **Parecer da Comissão:** Aprovar os critérios utilizados para habilitação das vagas complementares. **Parecer do CEAS:** Aprovados os critérios utilizados para habilitação das vagas complementares. Que o link de inscrição da Escola de Gestão seja encaminhado aos Delegados Natos e Convidados da XV Conferência Estadual de Assistência Social. **9.2.1. Panorama dos municípios que não inscreveram delegados para XV Conferência Estadual**: Foi enviado, via equipes regionais, na data de 19 de agosto, a lista dos 51 municípios que não realizaram a inscrição. Desse total, somente 16 realizaram a inscrição no novo link enviado, sendo 10 delegados considerados aptos, a partir dos critérios dispostos no Regulamento da XV Conferência Estadual de Assistência Social. Sendo os seguintes municípios: Antonina – Apto; General Carneiro – Apto; Inácio Martins – Apto; Indianópolis – Apto; Ivaí – Apto; Lupionópolis – Apto; Pato Branco – Apto; Quatro Barras – Apto; Santa Isabel do Ivaí – Apto; Santo Antônio do Caiuá – Apto; Os demais municípios que se inscreveram e não tiveram suas inscrições validadas, em razão de documentos anexados

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

incorretos ou o segmento do delegado não condiz com a distribuição de vagas no Regulamento da XV Conferência Estadual de Assistência Social. Deste modo, como panorama final de municípios que não inscreveram delegados temos 35 municípios, sendo: Adrianópolis, Agudos do Sul, Assaí, Brasilândia do Sul, Cafeara, Campo Bonito, Campo do Tenente, Candói, Cerro Azul, Cidade Gaúcha, Corumbataí do Sul, Diamante D'Oeste, Doutor Ulysses, Guaraniaçu, Ibema, Iretama, Jaboti, Jataizinho, Laranjal, Marilândia do Sul, Marumbi, Nova Londrina, Nova Santa Bárbara, Palmital, Paranapoema, Primeiro de Maio, Quatiguá, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí, Salto do Itararé, Santa Cecília do Pavão, Santa Cruz de Monte Castelo, São Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Uniflor. **Parecer da Comissão:** Que seja elaborado panorama dos municípios que não realizaram a conferência municipal, para próxima reunião da comissão. O Ministério Público será notificado. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. **9.2.2. Municípios desabilitados por não atendimento da exigência dos Turnos:** Para ciência desta comissão, os municípios desabilitados foram: Almirante Tamandaré; Barra do Jacaré; Boa Ventura do São Roque; Campo Largo; Campo Mourão; Cianorte; Faxinal; Grandes Rios; Guapirama; Guairaçá; Guaporema; Itambé; Japurá; Matelândia; Nossa Senhora das Graças; Palmeira; Pérola; Rio Bom; Rondon; Santana do Itararé; Sarandi; Sertaneja. **Parecer do CEAS:** Ciente. **9.3. Formulário padrão para inscrição dos Delegados Governamentais para Conferência Nacional de Assistência Social:** Conforme disposto no Art. 57, do Regimento Interno: Os(as) delegados(as) representantes governamentais, com interesse em participar da Delegação Nacional para a Conferência Nacional de Assistência Social devem inscrever-se por meio de formulário padrão, disponibilizado pela comissão organizadora, no local de credenciamento. Parágrafo único. O preenchimento deverá ocorrer durante o primeiro dia da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social. Portanto, faz-se necessário que esta Comissão elabore o referido formulário padrão, para que seja disponibilizado aos delegados governamentais que tenham interesse em participar da Delegação Nacional. **Parecer da Comissão:** O formulário deve constar: Nome, nº de inscrição, município, porte do município (sinalizar), atendimento às cotas (sinalizar), idades, participação em conferências nacionais anteriores (sim ou não), macrorregião (sinalizar). **Parecer do CEAS:** Aprovadas as informações contidas na ficha de inscrição. Que seja elaborado e organizado formulário para utilização na 15ª Conferência Estadual de Assistência Social. **9.4. Quantidade para vagas observadores e formato de inscrição**: Conforme disposto no Regulamento da XV Conferência Estadual de Assistência Social, há previsão de 10 vagas para observadores, os quais serão homologados pela Comissão Organizadora, considerando os seguintes critérios, disponíveis no Art. 11: I – Acompanhantes de delegados estaduais com deficiência, mediante antecipada comprovação de necessidade; II – observadores habilitados por ordem de inscrição, por meio de formulário a ser divulgado pela secretaria executiva, até 15 (dez) dias antes do evento, até o limite das vagas. §1º Em até 10 (dez) dias antes do evento, as inscrições homologadas serão confirmadas através do e-mail indicado no formulário eletrônico. §2º Caso existam vagas remanescentes deste processo, as mesmas poderão ser preenchidas, no credenciamento, por ordem de chegada, no primeiro dia do evento, das 08h até às 10h30. Informamos que das inscrições habilitadas, não houveram solicitação de acompanhantes, restando informar que poderá ser habilitada as 10 vagas de observadores para o público em geral. Além disso, alguns conselheiros de Piraquara e Curitiba entraram em contato demonstrando interesse na inscrição de observadores, cerca de 5 pessoas, ao todo. **Parecer da Comissão:** As vagas para equipe técnica do MPPR solicitadas anteriormente e já aprovadas pela comissão, serão na categoria de Observadores. As vagas de Secretarias Executivas que não realizaram a inscrição serão remanejadas para Observadores. **Parecer do CEAS:** As vagas para equipe técnica do MPPR solicitadas anteriormente e já aprovadas pela comissão, serão na categoria de Observadores. As vagas de Secretarias Executivas que não realizaram a inscrição serão remanejadas para Observadores. A pauta retornará para a comissão para análise de casos específicos de outras necessidades. **9.5. Atualização Manual do Participante: Componentes**: Os componentes são: 1. Programação; 2. Regimento Interno 3. Formulário para perguntas; 4. Formulário de moções; 5. Avaliação pelos participantes; 6. QR Code – Materiais da Conferência; 7. Folhas em branco (com papel timbrado da 15ª Conferência até o limite de 30 páginas); **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. Na sequência foi realizada a leitura do **VI. Minuta de Deliberação – Aprovação do Momento Conferir**: A secretária executiva anunciou o próximo ponto de pauta referente às minutas de deliberação e à aprovação do Movimento Conferir. Explicou que será feita a leitura de todas as deliberações nos relatos das comissões, mas adiantou que já há um panorama consolidado. Informou que, devido ao tempo disponível, seria apresentada uma versão resumida do material, ressaltando que, nas comissões, constam tabelas mais detalhadas, com colunas adicionais e campos de observações que incluem links e documentos de apoio relevantes. Acrescentou que a versão mostrada naquele momento traz um formato mais enxuto, apenas com as informações essenciais para apreciação. A presidente pediu a palavra para fazer uma breve questão de ordem, sugerindo que, caso fosse feita a leitura do anexo referente ao ponto de pauta, não seria necessário realizar a leitura individual de cada comissão. Argumentou que o conteúdo do anexo já contemplava as informações apresentadas nas comissões e que, portanto, os conselheiros poderiam compreender o material de forma consolidada por meio dele. Após confirmar o entendimento com os demais, verificou o consenso e concluiu que seria possível proceder dessa maneira. A secretária executiva informou que, conforme acordado, não seria necessária a leitura individual do primeiro ponto de pauta de cada comissão, referente ao “Momento de Conferir”, uma vez que esse conteúdo já estava completamente contemplado no anexo da deliberação apresentada. Em seguida, comunicou que faria a leitura integral de todas as deliberações, garantindo que ficassem devidamente registradas em e aprovadas. **Parecer do CEAS:** Aprovada a minuta de deliberação. Que as prioridades da conferência de 2025 sejam pauta permanente das comissões, dentro de suas temáticas. Incluir na pauta de novembro, nas comissões pertinentes, as prioridades da conferência de 2025, e ainda, as deliberações de 2023, que não foram contempladas e que necessitam de maior diálogo, para que sejam analisadas com vias de incluir no plano plurianual de assistência social, em construção. Trabalhar para o Plano Plurianual uma proposta de fortalecimento de usuários e de fóruns, para assessoria e custeio. Retomar a temática sobre a construção Plano Decenal, incluindo e enquanto pauta plenária em novembro. Dando continuidade a secretária executiva fez a explanação acerca do ponto **VII. Calendário de Reuniões Ordinárias de 2026**: A secretária executiva explicou que, tradicionalmente, o calendário de reuniões do Conselho é aprovado com antecedência, geralmente já na primeira reunião do ano anterior à sua vigência, para permitir a adequada organização das agendas, a reserva de espaços e também para que os conselheiros possam se planejar com antecedência. Em seguida, apresentou o artigo primeiro da deliberação, que dispõe sobre a aprovação do calendário de reuniões ordinárias para o ano de 2026, conforme Anexo I do documento. Acrescentou ainda que, como o calendário do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) para 2026 ainda não foi divulgado, foi mantida a mesma cláusula utilizada na deliberação anterior, prevendo que as datas das reuniões poderão sofrer alterações conforme o calendário nacional. **Parecer CEAS:** Aprovada a minuta de calendário. Dando continuidade aos trabalhos, a secretária executiva convocou o responsável pela leitura do relatório da **Comissão de Financiamento e Gerenciamento do Fundo**, realizado em 06/09/2025. **1.1. Deliberações Momento Conferir: Parecer da Comissão:** 1) Estabeleceu-se status para cada prioridade. 2) Discutiu-se sobre o Programa Casa da Mulher Paranaense que deverá voltar para pauta em novembro, considerando a interface do Programa com a política de Assistência Social. **Parecer do CEAS:** Ciente. **1.1. Piso Único de Assistência Social (PAS):** A Assessoria Técnica da CPAS comunica que o pagamento do 3º trimestre do PAS se encontra em processamento e que, uma vez finalizado, será informado o panorama de municípios aptos e inaptos, bem como demais informações relacionadas. **Parecer do CEAS**: Ciente. **1.1.1 Extratos de Saldo em Conta - PAS**: Conforme disposto nas normativas do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), para habilitação ao recebimento dos recursos estaduais, os municípios devem cumprir cumulativamente algumas exigências, dentre elas a inserção sistemática dos extratos mensais das contas bancárias dos repasses recebidos do cofinanciamento estadual no Sistema de Acompanhamento do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo (SIFF), na Aba Gestão Financeira, até o dia 20 do mês subsequente, conforme estabelecido pela Deliberação nº 58/2021 CEAS/PR. Entretanto, no âmbito do Piso único de Assistência Social (PAS), vem se observando recorrente dificuldade por parte dos municípios no cumprimento dessa exigência. Em razão dessa constatação, na ocasião da implantação do PAS, iniciou-se a discussão acerca da possibilidade de consulta aos saldos das contas vinculadas à este recurso, por meio de relatório fornecido pela instituição financeira responsável. A intenção é desburocratizar o processo, evitando que os municípios fiquem inabilitados ao recebimento do Piso Único de Assistência Social (PAS) por atraso na inserção dos extratos. Diante disso, considerando o avanço recente das tratativas com a instituição financeira responsável e com as áreas envolvidas da SEDEF, apresentamos à apreciação desta comissão minuta de Deliberação que disciplina sobre a efetiva consulta aos saldos por meio de relatório oficial fornecido pela instituição financeira, ao mesmo tempo em que mantém a obrigatoriedade de inserção mensal dos extratos para fins de prestação de contas, válida exclusivamente para os recursos do PAS. Em resumo, a continuidade do repasse do recurso estadual referente ao PAS aos municípios estará condicionada ao cumprimento cumulativo das seguintes exigências: I – Inserir e apresentar, nos prazos regulamentares, as prestações de contas no SIFF, incluindo a inserção mensal dos extratos bancários; II – Preencher e manter atualizado o Plano de Ação anual; III – Não apresentar saldo acumulado superior ao equivalente a 12 (doze) parcelas do cofinanciamento; IV – Possuir Atestado de Regularidade do Conselho, Plano e Fundo (ARCPF) válido. **Parecer da Comissão:** Aprovada minuta de deliberação com os ajustes apontados. **Parecer do CEAS:** Aprovada a minuta de deliberação. **1.3 Comunicação Padrão aos Municípios que Solicitarem Pagamento Retroativo do PAS**: Embora seja de conhecimento das administrações municipais que, os municípios que não efetuarem a inserção do extrato no sistema SIFF dentro dos prazos estipulados, terão suspenso os recursos dos repasses continuados até a sua regularização, sem transferência retroativa de recursos, conforme redação dada pela Deliberação CEAS/PR 011/2024, ainda existem diversos municípios que encaminham solicitações oficiais a este Conselho, justificando a inobservância dos prazos e solicitando ainda que o pagamento retroativo seja realizado. Deste modo, encaminhamos para referida comissão a proposta de construção de uma comunicação padrão de resposta aos municípios que persistem em solicitar tal recebimento. **Parecer da Comissão**: Que as solicitações municipais relacionadas à pagamento retroativo do PAS em decorrência de não inserção de extrato bancário no SIFF e saldo acima do permitido, não sejam submetidas à apreciação do CEAS, uma vez que a normativa vigente já disciplina a matéria. Nessas situações, caberá à Secretaria Executiva do CEAS proceder ao encaminhamento direto para a Assessoria Técnica da CPAS, a fim de que realize a análise técnica e emita a resposta ao município, sem necessidade de deliberação ou comunicação padrão por este colegiado. **Parecer do CEAS**: Aprovado o parecer da comissão. **1.4. Construção de CRAS, Deliberação nº45/2024 - Município de Imbituva e Campina Grande do Sul (DPSB):** A Divisão de Proteção Social Básica informa que os municípios de Imbituva e de Campina Grande do Sul serão desabilitados para a Construção de CRAS devido aos seguintes motivos: Imbituva pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos pelas Resoluções SEDEF nº 109/2023 e nº 94/2025, para entrega da documentação técnica de engenharia Campina Grande do Sul pelo

não cumprimento do prazo de entrega da documentação de habilitação estabelecido pela SEDEF. Desta forma, apresenta-se a minuta de Deliberação para aprovação. **Parecer da Comissão:** 1) Aprovada minuta de deliberação 2) Que os municípios desabilitados possam ser considerados nas deliberações de expansão de 2026, caso estas venham a ocorrer. **Parecer do CEAS**: Aprovado o parecer da comissão. **1.4.1 Construções CRAS e CREAS:** Foi realizado um estudo de caso baseado em dados oficiais, com foco na análise das condições estruturais das unidades de assistência social, exclusivamente CRAS e CREAS. Durante a avaliação, foram identificados várias inadequações nas estruturas físicas das unidades, incluindo fios expostos, infiltrações, entre outros fatores que comprometem a segurança e o funcionamento adequado dos espaços. Desta forma, no mês de julho/25 foi aprovado a Deliberação nº42/2025 com a relação ranqueada das unidades CRAS e CREAS, considerando a seguinte pontuação de 59 a 41 pontos para CRAS e 55 a 41 para CREAS. Em decorrência do remanejamento de outras unidades orçamentárias e suplementação de recursos para despesas de investimento, identificou-se a ampliação de novas construções de CRAS e CREAS, para além dos municípios que constavam na publicação do estudo. Assim, apresentamos a proposta de deliberação de que o estudo elenque os municípios com pontuação até 35 pontos. Nesta seara, apresenta-se proposta de deliberação para complementar todos os municípios elencados no referido estudo, ou seja, 33 CRAS e 13 CREAS. **Parecer da Comissão**: Aprovadas as minutas de deliberações. **Parecer do CEAS:** Aprovada a minuta de deliberação, sobre a ampliação dos municípios, mediante verificação dos anexos. Aprovada a minuta de deliberação que altera o anexo III e IV da Deliberação n° 042/2025 CEAS/PR. A representante do CAOPAS, Keity Cruz, registra que as notificações de adequação emitidas aos municípios pelo Ministério Público, vem apresentando resultados importantes. Solicitar ao CAOPAS o compartilhamento dos dados referentes às visitas in loco, emissão de notificação e status atual dos municípios. Solicitar apresentação na plenária de dezembro de 2025. **1.5. Deliberar pela nova proposta de utilização de Recurso das Ações Estratégicas do PETI:** Através da Deliberação 075/2024 foi aprovada a utilização dos recursos das Ações Estratégicas do PETI, no valor de R$ 812.828,75. Destes, foram utilizados R$ 17.450,00 para a campanha "Paraná Contra a Invisibilidade do Trabalho Infantil". Essa ação resultou na impressão de 10 mil cartazes e 15 mil folders, que foram distribuídos para todos os municípios paranaenses. Além da campanha, a SEDEF organizou o Seminário Estadual de Enfrentamento às Violências e Erradicação do Trabalho Infantil em 26 de julho de 2025. O evento não gerou custos para o saldo das Ações Estratégicas do PETI, já que a secretaria o gerenciou sem a necessidade de alocação de recursos específicos. Atualmente o Saldo do Recurso das AEPETI é de R$ 870.872,02. Deste modo, a SEDEF propõe ao CEAS o direcionamento do recurso para uma nova campanha R$ 150.000,00 para a produção de material gráfico lúdico impresso, com foco no público infantil. R$ 720.872,02 para uma campanha de mídia abrangente, com o objetivo de gerar um maior impacto e mobilização social em todo o estado. **Parecer da Comissão:** Aprovada minuta de deliberação. **Parecer do CEAS:** Aprovada a minuta de deliberação. **1.7. Protocolo 24.425.652-0 – Esclarecimento sobre pendências no SIFF e solicitação de reconsideração quanto ao bloqueio de repasse do FEAS – Loanda/PR:** Ofício nº 324/2025 expedido pela Secretaria de Trabalho e Assistência Social do município de Loanda. No ofício são apresentadas dúvidas acerca da inabilitação do município para recebimento do Piso único de Assistência Social (PAS), especialmente quanto a inserção do extrato bancário no prazo correto, porém na guia incorreta; justificativas relativas ao saldo superior ao equivalente a doze parcelas e à possibilidade de reconsideração da suspensão do repasse. Em resposta, a AT CPAS emitiu Informação Técnica nº 24/2025, na qual esclarece que o município inseriu os extratos do 2º e do 3º trimestres dentro do prazo regulamentar, conforme previsto na Deliberação nº 58/2021 – CEAS/PR. Contudo, o fez, inicialmente, na guia incorreta (referente ao exercício de 2024). Isto posto, entende-se que o critério de inserção de extrato foi atendido. Entretanto, a aptidão do município depende do atendimento cumulativo a todas as exigências, no 2º e 3º trimestres, o município apresentou saldo superior ao equivalente à doze parcelas. Desta forma, foi ratificada a inabilitação do município devido ao saldo superior ao permitido. **Parecer da Comissão:** Encaminhamento da Informação Técnica nº 24/2025 AT CPAS ao município de Loanda. **Parecer do Conselho:** Aprovado o parecer da comissão. **1.8.Protocolo: 24.443.164-0 – Paranapoema – Esclarecimento sobre a inserção dos extratos do Piso Único de Assistência Social do Município**: Ofício 02/2025 expedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Paranapoema. No ofício, o município relata que realizou a inserção dos extratos bancários para recebimento do 2º e 3º trimestres do Piso Único de Assistência Social (PAS) 2025, dentro dos prazos estipulados, contudo, na guia incorreta (2024). Em resposta, a AT CPAS emitiu Informação Técnica nº 28/2025, na qual esclarece que, no que diz respeito ao 2º trimestre, por se tratar de pagamento já processado, a AT CPAS realizará levantamento para identificar outros municípios na mesma situação. Após a conclusão dessa verificação, será feito o devido retorno a todos os NRs e IARAs envolvidos(as) com as orientações acerca do pagamento retroativo. Quanto ao 3º trimestre, informou-se que na a análise financeira ainda estava em processamento, e portanto, foi comunicado à Gestão de Fundos o equívoco identificado, com o objetivo de evitar, a inaptidão do município ao recebimento dos recursos do 3º trimestre, no que se refere a essa exigência. **Parecer da Comissão:** Encaminhamento da Informação Técnica nº 28/2025 AT CPAS ao município de Paranapoema. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. **1.9. Protocolo: 24.427.379-3 – Solicitação de liberação da parcela do segundo trimestre de 2025 PAS – São João do Triunfo:** Ofício nº 02/2025 expedido pelo Conselho Municipal de Assistência Social de São João do Triunfo. No ofício supracitado, o município solicita a "liberação" da parcela referente ao 2º trimestre de 2025 do PAS, ressaltando que em reunião ordinária no dia nove de julho verificaram que o extrato bancário referente à março 2025 foi inserido no SIFF, no dia 30 de junho do corrente ano, afirmando que o município teve um problema de acesso junto ao banco pela técnica responsável. Em resposta, a AT CPAS emitiu Informação Técnica nº 29/2025, na qual ratifica a inabilitação do município, conforme Deliberação 11/2024 CEAS/PR que estabelece que "Os municípios que não efetuarem a inserção do extrato dentro do prazo previsto no caput do Art. 1°, terão bloqueados os recursos dos repasses continuados até a sua regularização, sem transferência retroativa de recursos". **Parecer da Comissão:** Encaminhamento de Informação Técnica 29/2025 AT CPAS ao município de São João do Triunfo.**Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. **1.10. Protocolo: 24.368.169-3 – Solicitação de Revisão para Pagamento Retroativo da 2a Parcela do PAS – Planalto:** Em 24 de julho de 2025, a Assessoria Técnica da Coordenação Estadual da Política de Assistência Social (AT CPAS) emitiu a Informação nº 22/2025 em resposta ao Ofício 01/2025 do órgão Gestor do Município de Planalto. O município solicitou a revisão do pagamento retroativo da 2ª parcela do Piso Único de Assistência Social (PAS), alegando que o atraso na inserção dos extratos no sistema SIFF foi causado por dificuldades técnicas e troca de equipamentos.A gestão de Fundos/SEDEF, responsável pela análise financeira, confirmou que o município de Planalto não inseriu o extrato de março de 2025 dentro do prazo, que era 20 de abril de 2025. A inserção ocorreu em 7 de maio de 2025, causando a inaptidão para o recebimento do recurso do 2º trimestre. **Parecer da Comissão:** Encaminhamento de Informação Técnica 22/2025 AT CPAS ao município de Planalto. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. **1.11. Protocolo: 24.426.742-4 – Justificativas quanto pendências no SIFF – Pranchita**: Ofício 49/2025 expedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Pranchita. No ofício supracitado, o município solicita reanálise da suspensão de recurso do 2º trimestre do PAS, justificando que "o extrato do mês de fevereiro de 2025 não foi deixado de anexar, porém foi anexado no ano errado, ficou como 2024 e em 2025". Em resposta a AT CPAS emitiu a Informação Técnica nº31/2025, na qual esclarece que em consulta ao SIFF verificou-se que o motivo que inabilitou o município ao recebimento do 2º trimestre não foi a inserção do extrato de fevereiro de 2025. E sim, o saldo acumulado acima do permitido, utilizando-se como referência o extrato bancário do mês de março/2025. Já em relação ao 3º trimestre, informamos que, ainda que esteja em processamento, constatou-se manutenção do saldo em conta inferior ao equivalente a doze parcelas (29,72%), bem como inserção tempestiva do extrato referente a junho de 2025. **Parecer da Comissão:** Encaminhamento de Informação Técnica 31/2025 AT CPAS ao município de Pranchita. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parece da comissão. **1.12. Protocolo: 24.459.164-7 – Solicitação de pagamento retroativo do 2º trimestre do PAS – Pinhal de São Bento:** Ofício 18/2025 expedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Pinhal de São Bento. No ofício, o município relata que o extrato bancário referente ao 2º trimestre do PAS foi inserido dentro do prazo estabelecido, contudo, teria sido inserido, de forma equivocada, também no exercício de 2024, gerando a inconsistência que culminou no bloqueio. Em resposta, a AT CPAS emitiu a Informação Técnica nº 33/2025, na qual esclarece que o motivo pelo qual o município foi inabilitado ao recebimento do 2º trimestre 2025 foi a inserção do extrato bancário do mês de março fora do período estipulado, que seria até 21/04/2025. Verificou-se, sim, que o município, ao perceber que havia inserido equivocadamente o extrato de março 2025 na guia 2024, e no intuito de corrigir o erro, o inseriu de maneira extemporânea, no dia 05/06/2025, na guia 2025. Contudo, na guia 2024, também o havia inserido fora do prazo permitido, em 24/04/2025, o que ratifica sua inabilitação. **Parecer da Comissão:** Encaminhamento de Informação Técnica 33/2025 AT CPAS ao município de Pinhal de São Bento. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. **1.13. Protocolo 24.546.490-8 – Piso único de Assistência Social (PAS) – Vera Cruz do Oeste**: Ofício 18/2025 expedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Vera Cruz do Oeste. No ofício supracitado, o município relata que devido a troca de gestão ocorrida não tinha conhecimento prévio sobre a obrigatoriedade, bem como dos prazos estabelecidos para inserção dos extratos bancários no SIFF. Em resposta, a AT CPAS emitiu a Informação Técnica nº 34/2025, na qual ratifica a inabilitação do município ao recebimento do 1º trimestre do PAS, em decorrência de inserção do extrato de dezembro 2024 em 13/03/2025, portanto, fora do prazo estabelecido. E, esclarecendo que, para o repasse referente ao 2º trimestre de 2025, o município inseriu, no prazo, o extrato bancário de março de 2025 em 08/04/2025, porém, na aba de 2024, o que inviabilizou a identificação do cumprimento do prazo durante a análise da Gestão de Fundos. Considerando que o extrato foi inserido dentro do prazo estabelecido, ainda que, inicialmente, na aba incorreta. Entende-se, portanto, que estão atendidos os critérios para a efetivação do repasse referente ao 2º trimestre. Isto posto, após a conclusão do pagamento do 3º trimestre que está em processamento, faremos o devido retorno ao município para orientar acerca do pagamento retroativo do 2º trimestre. P**arecer da Comissão:** Encaminhamento de Informação Técnica 34/2025 AT CPAS ao município de Vera Cruz do Oeste. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. **1.14 Aplicação de índice de reajuste para prorrogação do Termo de Colaboração formalizado com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Curitiba:** O termo de colaboração n° 002/2024, formalizado com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Curitiba tem sua vigência prevista até 30/01/2026, para o acolhimento de até 34 (trinta e quatro) pessoas com deficiência sob a responsabilidade do Estado. Para a celebração deste termo, foi aprovado o valor per capita de R$ 5.737,84 (cinco mil, setecentos e trinta e sete reais e oitenta e quatro centavos). Para que possamos realizar o termo aditivo, foi realizada consulta sobre o índice de reajuste previsto ao valor estabelecido. A partir da comparação dos índices, resultou como mais vantajoso para o Estado, o valor per capita de R$ 5.891,00 (cinco mil, oitocentos e noventa e um reais), de acordo com índice IGP-M FGV. Desta forma, apresentamos o valor ao CEAS, para análise e aprovação visando a formalização do aditivo no valor final de R$ 2.603.822,00 (dois milhões, seiscentos e três mil,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

oitocentos e vinte e dois reais) por um período de 13 meses. **Parecer do CEAS:** Aprovada a minuta de deliberação. **1.15 Protocolos 24.172632.0 e 24.157.820-8- Solicitação de ressarcimento de devolução indevida dos Municípios de Dois Vizinhos e Quedas do Iguaçu:** O município de Dois Vizinhos foi notificado pela Gestão de Fundos para devolução do saldo em conta específica do Incentivo Proteção Social Básica e Benefícios Eventuais para a conta do Tesouro Estadual. No entanto, conforme Ofício nº 037/2025, o município solicita reembolso do valor de R$ 35.192,36 (trinta e cinco mil, cento e noventa e dois reais, trinta e seis centavos), uma vez que o município realizou a transferência de forma equivocada, transferido da conta do Piso Único de Assistência Social. Após verificar o equívoco, fez a devolução inicialmente solicitada da conta do Incentivo supracitado. Não consta no protocolo o extrato de devolução do saldo da conta específica do Incentivo. O município de Quedas do Iguaçu realizou a transferência para a conta do FEAS no valor de R$ 31.233,43 em 23/05/2025, de forma equivocadamente, conforme Ofício constante no (fl. 04 / mov. 04). O referido município demonstrou o extrato da transferência equivocada. **Parecer da Comissão:** 1) Reembolsar o município de Quedas do Iguaçu, transferindo recursos do FEAS ao município. 2) Encaminhar o protocolo do município de Dois Vizinhos à Gestão de Fundos/SEDEF, para que esta informe se houve devolução do recurso do Incentivo à Proteção Social Básica e Benefícios Eventuais. 3) Que o CEAS comunique o ocorrido à Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), solicitando a devolução do recurso ao município de Dois Vizinhos. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. Após a finalização da leitura, a vice-presidente anunciou pausa para almoço, com retorno às 13h30. No retorno às atividades, o conselheiro Carlos Alberto Fritz Jacques, fez uso da palavra para realização da leitura do relatório da **Comissão de Políticas Sociais**, realizada no dia 04/09/2025. **2. Deliberações Momento Conferir: Parecer da Comissão:** Aprovado. **Parecer do CEAS:** Ciente. 2.1. Cadastro Único e Programa Federal de Transferência de Renda **2.1.1. Panorama do Programa Bolsa Família no Paraná**: A Coordenação Estadual do Programa Bolsa Família apresentou o panorama do programa federal de transferência de renda referente aos meses de Março à Agosto de 2025. 1. QUADRO NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS, COM BENEFÍCIOS BLOQUEADOS E SUSPENSOS, E MÉDIA DE VALOR DOS BENEFÍCIOS. No mês de março de 2025, o número de famílias beneficiárias foi de 605.220, com 10.147 bloqueios, 4.614 suspensões e 3.383 cancelamentos, sendo o benefício médio mensal de R$ 657,55. Em abril de 2025, foram registradas 603.509 famílias beneficiárias, com 6.805 bloqueios, 4.329 suspensões e 2.969 cancelamentos, e benefício médio de R$ 658,90. Em maio de 2025, o total de famílias beneficiárias foi de 601.247, com 10.635 bloqueios, 1.584 suspensões e 2.527 cancelamentos, sendo o benefício médio de R$ 657,58. No mês de junho de 2025, houve 602.065 famílias beneficiárias, com 34.955 bloqueios, 1.475 suspensões e 2.372 cancelamentos, e o benefício médio mensal foi de R$ 656,41. Em julho de 2025, o número de famílias beneficiárias foi de 569.612, com 39.564 bloqueios, 3.264 suspensões e 38.956 cancelamentos, sendo o benefício médio de R$ 660,27. Por fim, em agosto de 2025, foram registradas 558.191 famílias beneficiárias, com 22.643 bloqueios, 2.900 suspensões e 20.777 cancelamentos, e benefício médio mensal de R$ 660,67. 2. VALORES REPASSADOS: Agosto/25, R$ 366.862.537,00. Observa-se um aumento significativo do número de famílias canceladas no Programa Bolsa Família no mês de agosto, reflexo das alterações da regra de proteção do programa. **Parecer do CEAS:** Ciente. 2**.2. Grupo de Trabalho – Programa Estadual de Transferência de Renda – Comida Boa:** A técnica Michele, da Coordenação de Programas e Projetos Sociais, informou que para a geração da folha de pagamentos do trimestre de setembro a novembro será efetuado o cruzamento com a base de averiguação do Bolsa Família, sendo excluídas as famílias com indicação de CANCELAR. Informa ainda que a empresa Alelo enviou o relatório de saldos em contas na data de hoje, considerando as famílias com último crédito em fevereiro de 2025, totalizando 30.110 famílias com algum saldo, gerando o montante de R$ 4.602,367,16. São 9.732 famílias com crédito total em conta (8% da folha), sendo: 2.798 com crédito total em conta de R$ 240,00 (3 meses de crédito), totalizando R$ 671.520,00. 6.934 com crédito total em conta de R$ 480,00 (6 meses de crédito), totalizando R$ 3.328.320,00. O valor dos estornos será utilizado como parte do pagamento dos benefícios em setembro de 2025. **Parecer do CEAS:** Ciente. **2.3. Protocolo: 21.381.465-6 – Relatório de inspeção realizada no Centro Pop Célia Fátima - São José dos Pinhais**: Pauta retornará no mês de Novembro, após reunião para verificação das metas estabelecidas, visto que no mês de Outubro conforme havia sido estabelecido em Plenária do mês de agosto, não será possível devido a Conferência Estadual da Assistência Social. **Parecer do CEAS:** Retorno em novembro de 2025. **2.4. Nota Técnica do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos:** Considerando o parecer da Comissão do mês anterior, para contribuição dos conselheiros na Nota Técnica conjunta, com o prazo até o dia 29/08/2025, apresenta-se na Comissão a proposta da referida nota sobre as recomendações da equipe do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ofertado em Organizações da Sociedade Civil – OSC. **Parecer da Comissão:** Aprovada Nota Técnica e encaminha-se ao CEDCA para análise. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. **2.5. Alteração da Deliberação 55/2024/CEAS**: A Divisão de Proteção Social Especial realiza quadrimestralmente o panorama dos acolhimentos de pessoas com deficiência e idosas e realiza o monitoramento dos municípios cofinanciados com a Deliberação 055/2024. Foi observado que tem aumentado a solicitação de municípios para custeio de pessoas que já se encontram acolhidas (PCD e idosos), os municípios estão transferindo usuário de instituição ou desacolhendo usuário, sem informar à DPSE. Ainda, ocorrendo morosidade quanto ao envio da comprovação de contratação da instituição, ou do atestado de óbito quando há falecimento. Deste modo, para normatizar os parâmetros de atendimento quanto ao cofinanciamento do acolhimento institucional respaldado pela supracitada Deliberação, sugerem-se as alterações apresentadas na minuta de deliberação. **Parecer do CEAS:** Aprovada a minuta de deliberação. **2.6. Alteração da Deliberação 69/2022/CEAS (DPSE):** A Divisão de Proteção Social Especial realiza quadrimestralmente o panorama dos acolhimentos de pessoas com deficiência e idosas e realiza o monitoramento dos municípios cofinanciados com a Deliberação 069/2022. Foi observado os municípios estão transferindo usuário de instituição ou desacolhendo usuário, sem informar à DPSE. Ainda, ocorrendo morosidade quanto do atestado de óbito quando há falecimento. Deste modo, para normatizar os parâmetros de atendimento quanto ao cofinanciamento do acolhimento institucional respaldado pela supracitada Deliberação, sugerem-se as alterações apresentadas na minuta de deliberação. **Parecer do CEAS:** Aprovado a minuta de deliberação. **2.7. Protocolo 24.597.882-0 - Moção de Repúdio CRESS - Comunidade Indígena Ava-Guarani**: Trata da "Moção de Repúdio referente às violências perpetradas contra as comunidades indígenas Ava-Guarani do Oeste do Paraná", via email institucional deste Conselho. Considerando ainda a gravidade dos registros realizados pelo Conselho Regional de Serviço Social - 11ª Região, na ocasião do 52º Encontro Descentralizado da Região Sul, realizado entre os dias 18 e 20 de julho de 2025, em Porto Alegre/RS. Deste modo, compreende-se a necessidade da leitura da Nota por esta Comissão. **Parecer do CEAS**: Oficiar os órgãos gestores dos municípios de Guaíra e de Terra Roxa, solicitando dados sobre a estrutura dos serviços que estão sendo prestados à população, bem como sobre o apoio aos profissionais que realizam os atendimentos aquela comunidade e retornar à pauta mediante devolutiva, para demais encaminhamentos. O conselheiro Leôncio, representante do CRESS, informará quais órgãos foram oficiados com a nota de repúdio. Registra que a moção foi recebida via email institucional. A comissão organizadora da conferência elaborará um texto para moção sobre a temática a ser levada à XV Conferência Estadual de Assistência Social. Encaminhar cópia da moção do CRESS a todos os conselheiros CEAS/PR. **2.8. Protocolo 24.373.843-1 - Autorização para reprodução de imagens em utilização em livro didático-Campanha Trabalho Infantil de 2018:** A Divisão de Proteção Social Especial recebeu a solicitação para reprodução as imagens dos fôlderes (frente e verso) e do cartaz da campanha sobre o Trabalho Infantil no Carnaval 2018, pela Gráfica e Editora Posigraf Ltda (que atende a rede Positivo) para compor um livro didático denominado "Produção Textual para alunos do Ensino Fundamental 4º ano". Considerando que a campanha foi realizada com recurso oriundos do FEAS, aprovado pela Deliberação 053/2017, solicita-se aprovação deste Conselho para autorização do uso das imagens. Para tanto, esta divisão apresenta minuta de deliberação. **Parecer do CEAS:** Aprovada a minuta de deliberação. Na sequência a conselheira Neli Tereza Pomagerski Pivatto, procedeu a leitura do relatório da **Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização**, realizado no dia 04/09/2025. 3. **Deliberação Momento Conferir: Parecer da Comissão:** Duas propostas não alcançadas; cinco propostas em andamento; duas propostas alcançadas e uma proposta em construção de diálogo mais amplo. **Parecer do CEAS**: Ciente. **3.1. Capacita SUAS**: Foi encaminhado um ofício aos Núcleos Regionais e IARAS para solicitarem aos municípios que apresentem justificativas quanto à ausência de inscrições no Capacita SUAS – Curso II, estabelecendo como prazo para resposta a data de 29 de agosto. Até o momento, obteve-se retorno de três municípios. Pérola D'Oeste informou que, embora tenham realizado inscrições em edições anteriores, não conseguiram acompanhar o conteúdo do curso devido às demandas diárias, o que inviabilizou a participação efetiva. Já o município de Mamborê justificou que ocorreu um equívoco de interpretação por parte da Secretaria Municipal de Assistência Social, entendendo que a inscrição realizada na fase I garantiria automaticamente a participação nas fases seguintes. Já o Município de Indianópolis, informa que no período de inscrição estavam em processo de realização de concurso público onde os técnicos foram convocados apenas no mês de agosto. Ressalta-se que os demais municípios Candói, Cantagalo, Itaipulândia, Itapejara do Oeste, Diamante d'Oeste e Porto Vitória. Ainda não enviaram suas justificativas. Ademais, no dia 18 de agosto, iniciou as inscrições do CapacitaSUAS para o curso III, de Atualização sobre Reordenamento dos Serviços de Proteção Social Especial no SUAS, que encerrará as inscrições no dia 05 setembro de 2025 com 1.039 inscritos até a presente data. Enviamos vários e-mails, semanalmente com os panoramas das inscrições de cada Município aos Nrs e IARAS para que entrem em contato com todos os gestores dos municípios de abrangência, com a finalidade de publicizar o curso, bem como informá-los da importância na participação das capacitações. A previsão de início das aulas desse curso é dia 22 de setembro de 2025. **Parecer da Comissão**: Ciente. **Parecer do CEAS:** Oficiar a Universidade Nucleadora (UEM) solicitando que a organização do curso III seja feita, propiciando que os alunos do mesmo município fiquem em grupos diferentes. Os conselheiros do CEAS farão um levantamento junto aos seus municípios de trabalho/residência se existem casos de assédio ou abuso oriundos da participação de pessoas/trabalhadores/gestores do mesmo município, no mesmo grupo. A conselheira Denise fará um levantamento pelas Universidades, visando enrobustecer o conteúdo do ofício. O prazo para encaminhamento dos dados para elaboração da comunicação à UEM será até dia 10/09 e para envio da comunicação pela secretaria executiva, até dia 12/09. Incluir na pauta da comissão, a discussão sobre a não aceitação de casos de assédio em processos de capacitação. Incluir como pauta da comissão a discussão sobre processo de formação continuada voltada aos conselhos municipais de assistência social. **3.1.1. CEEP**: Conforme previsão do calendário anual neste mês de setembro não tivemos reunião. Considerando que na última reunião do Comitê referente ao mês de agosto foi aprovado a deliberação do Plano Estadual de Educação Permanente e publicado na data de 25 de agosto de 2025, na Deliberação n° 055/2025, no site oficial do CEAS/PR disponível para consulta. É importante reforçar também que este plano é passível de alterações ou inclusões conforme a necessidade durante os anos de 2025 a 2028. Ainda durante a reunião acordamos de participar da publicação "Educação Permanente do SUAS em Movimento" relatando a experiência da elaboração de uma nota

orientativa direcionada aos gestores municipais com o objetivo reforçar a importância da adoção de estratégias organizacionais internas que viabilizem a participação dos trabalhadores do SUAS nas ações de Educação Permanente. As técnicas Daniella e Agatha minutaram a proposta do relato de acordo com o regulamento para publicações disponibilizadas pelo MDS, e compartilharam a proposta do relato no grupo de Whatsapp do Comitê para as Contribuições dos participantes considerando que o prazo para envio do relato até a data de 30 de setembro de 2025. **Parecer do CEAS:** Ciente. **3.2 Discussão Inicial: Estratégias de fortalecimento/criação de espaços permanentes de escuta e interlocução com os municípios e segmentos da sociedade civil, por meio de seus representantes macrorregionais:** A partir da discussão inicial acerca da temática apresentada, a comissão teve como parecer inicial no mês de julho, fortalecer e articular os conselheiros estaduais junto aos conselhos municipais, bem como divulgar o calendário das reuniões do CEAS, por meio de boletins informativos, e que retornasse para discussão na reunião do mês seguinte. Com isso, o CEAS/PR encaminhou aos Núcleos Regionais para ampla divulgação um boletim informativo contendo o calendário das reuniões do Conselho. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. Encaminhar cópia do boletim informativo aos demais conselheiros do CEAS. **3.3 Protocolo 22.520.904-9 Ofício n° 61/2025 – CMAS de Curitiba sobre a Participação dos Usuários do SUAS no Plano Estadual de Educação Permanente:** Na reunião de agosto da Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização contou-se com a presença da Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Curitiba, Sra. Wanderleia Maria Santos França, representante do segmento dos usuários, que apresentou a proposta de Educação Popular voltada aos usuários na construção do Plano Estadual de Educação Permanente (PEEP), onde a mesma ressaltou que o intuito da sugestão contida em Ofício é averiguação da possibilidade de incluir dentro de alguma temática proposta nos cursos de capacitações os usuários do SUAS, bem como aplicar um formulário a estes a fim de investigar as temáticas de interesse. Além disso, expôs para apreciação da comissão a sugestão do planejamento de ação para capacitação dentro das diretrizes de sistematização de propostas estabelecidas no Plano Estadual de Educação Permanente conforme anexo Formulário Proposta CMAS Curitiba.pdf, onde a comissão teve como parecer o acolhimento da proposta com possível inclusão para o próximo ano, e ainda iniciar nesta reunião a discussão acerca da consulta pública aos usuários. **Parecer da Comissão:** Oferecer capacitação aos conselheiros municipais conforme estabelecido nas diretrizes do PEEP. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. Será discutido pela comissão a partir de novembro de 2025, a partir do ponto Capacita SUAS. **3.3.1 Discussão Inicial: Consulta Pública aos Usuários:** A partir do ponto 3.3 da pauta, a comissão deliberou, na reunião de agosto, pela necessidade de aprofundar o debate acerca da participação dos usuários no processo de construção do Plano Estadual de Educação Permanente. Como encaminhamento, definiu-se que, na reunião subsequente, seria iniciado um diálogo sobre a viabilidade da aplicação de um questionário direcionado aos usuários do SUAS. Essa proposta tem como finalidade realizar uma consulta pública que permita mapear e compreender de forma mais precisa as temáticas de maior interesse desse público. A intenção é garantir que os conteúdos trabalhados nos processos formativos e de capacitação estejam alinhados às demandas dos usuários, assegurando a efetiva participação social e fortalecendo os princípios da Educação Permanente. **Parecer da Comissão:** Elaborar um questionário para ser encaminhado aos fóruns dos usuários organizados, identificando os conteúdos e demandas dos usuários para processos formativos de capacitações dos trabalhadores SUAS, junto ao link de acesso ao plano. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. **3.4 Formulário de Pesquisa sobre Assédio Moral no SUAS**: No dia 12 de agosto de 2025, a Gestão do Trabalho e Educação Permanente do MDS promoveu um encontro virtual com o grupo focal da região Sul, onde participou a técnica Agatha. O mesmo foi mediado pela psicóloga Rozana Fonseca, voltado à construção de um diagnóstico sobre o assédio moral no SUAS, onde o primeiro instrumento de averiguação foi o formulário de pesquisa sobre assédio moral, o qual foi encaminhado aos Núcleos Regionais, Iaras e Conselhos de Classe através do CEAS/PR, encerrando seu prazo na data de 25 de agosto de 2025. Durante a reunião, foram apresentados resultados parciais do formulário de pesquisa, onde informou-se que até aquele momento o Estado do Paraná contava com 650 respostas, sendo um dos Estados com maior contribuição para o preenchimento. Ademais, foi apontado alguns desafios como o receio de algumas trabalhadoras em responder ao questionário, mesmo sendo anônimo, fato que revelou sinais de fragilidade nos vínculos e nos espaços de escuta. As discussões trouxeram diferentes percepções sobre o que caracteriza o assédio moral, muitas vezes relacionado à sobrecarga de funções, pressão de prazos e conflitos no ambiente de trabalho, além da precarização das condições laborais. Ressaltou-se a necessidade de letramento sobre o tema, abertura de canais de diálogo e fortalecimento de estratégias que garantam espaços de escuta e denúncia. Também foram levantadas propostas como a elaboração de cartilhas orientativas, uso de canais de comunicação institucionais (como Instagram das Secretarias), produção de guia de orientação, bem como a realização de capacitações voltadas à conscientização sobre o assédio moral. O encontro destacou que, sem a inclusão do tema na agenda de gestão do trabalho, não será possível avançar em estratégias efetivas. Nesse sentido, foi consenso a importância de cuidar das trabalhadoras e trabalhadores do SUAS, reconhecendo o assédio moral como um fator de risco psicossocial que fragiliza vínculos, compromete a qualidade das atividades e afeta diretamente a dinâmica do trabalho nos municípios e estados. **Parecer da Comissão:** Aguardando orientação e encaminhamento do MDS, inclusão do tema “introdução sobre letramento voltado a assédio moral no SUAS” para planejamento de ações do Plano estadual de Educação Permanente. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. **3.5 Painel de vigilância socioassistencial:** A Secretaria do Desenvolvimento Social e Família do Estado do Paraná disponibiliza o PAINEL DE DADOS DOS RELATÓRIOS MENSAIS DE ATENDIMENTOS, uma ferramenta interativa que reúne e organiza informações sobre os atendimentos realizados nas unidades CRAS, CREAS e Centros Pop em todo o Estado. O acesso pode ser realizado no Site Oficial SEDEF, no menu Área de Atuação >> Assistência Social >> Painel de Vigilância Socioassistencial. O Painel de dados RMA-CRAS permite acompanhar de forma dinâmica a série histórica de dados referentes às famílias em acompanhamento nas unidades socioassistenciais, ao perfil das famílias e indivíduos acompanhados, aos atendimentos particularizados e coletivos, bem como volume de encaminhamentos realizados. Sua utilização fortalece a Vigilância Socioassistencial, ao subsidiar gestores, técnicos, conselheiros e pesquisadores na análise de tendências, na identificação de vulnerabilidades e na mensuração da capacidade de resposta da rede de proteção socioassistencial. Além disso, contribui para a transparência das ações governamentais e para o planejamento mais assertivo das políticas públicas, em consonância com as necessidades locais e regionais. Com atualização periódica, o Painel de dados dos Relatórios Mensais de atendimentos amplia a capacidade analítica da gestão estadual e municipal, oferecendo informações qualificadas para o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social no Paraná. **Parecer da Comissão:** Ciente. Encaminhar apresentação da ferramenta aos NR’s, IARA’s, CMAS, universidades para ampla divulgação. **Parecer do CEAS:** Encaminhar apresentação da ferramenta aos NR’s, IARA’s, CMAS, Ministério Público e universidades para ampla divulgação. Dando continuidade à leitura dos relatórios, a conselheira Lídia Rodrigues dos Santos iniciou a leitura do relatório da **Comissão de Normas** elaborado em 04/09/2025. 4. Deliberações **Momento Conferir: Parecer da Comissão:** A comissão definiu o status das deliberações conforme discussões realizadas e os dados levantados. A comissão sugere que seja trabalhado uma pauta sobre educação permanente com enfoque na formação de fóruns municipais nas próximas reuniões da comissão. **Parecer do CEAS:** Ciente. **4.1. Regimento Interno do CEAS/PR - 4.1.1 Discussão inicial: Regulamentação de Práticas Autocompositivas:** Em conformidade com o parecer da Comissão em agosto de 2025, fora emitido um convite a psic. Glaucia Mayara para que esta auxilie na elaboração da Regulamentação de Práticas Autocompositivas. Durante a realização do convite foi informado a mesma que atualmente a comissão de Normas está atualizando o Regimento Interno do CEAS/PR, e foi percebida a necessidade de introduzir no âmbito de um capítulo já aprovado: “Das Medidas Disciplinares Decorrentes de Infração Ética”, a previsão de práticas autocompositivas. Houveram tentativas de elaboração do artigo referente ao tema, porém, não foram considerados satisfatórios. Desta forma, espera-se que a participação da psicóloga promova uma educação aos conselheiros, além de auxiliá-los neste processo. **Parecer da Comissão:** A Psicóloga Glaucia fez uma excelente explanação sobre a justiça restaurativa, o que levou a comissão a um entendimento completamente diferente do anterior, no que se refere a forma como os casos de conflito poderão ser conduzidos para a melhor forma de resolução. Os encaminhamentos: 1. a psic. Glaucia fará um levantamento dos órgãos e dispositivos de Curitiba (foro onde os casos do CEAS deverão ser tratados) que podem atender voluntariamente os casos de justiça restaurativa. 2. A comissão deverá reelaborar os artigos referentes à comissão especial e sanções aplicáveis a casos de infração de ética, indicando que o primeiro encaminhamento da comissão especial deverá ser a consulta entre as partes sobre a voluntariedade de participar de um processo autocompositivo. 3. disponibilizar e incentivar os conselheiros do CEAS/PR a realizarem o curso de capacitação: Justiça Restaurativa e Cultura da Paz: Prevenção Primária e Secundária de Violência contra Crianças e Adolescentes https://www.ead.pr.gov.br/enrol/index.php?id=2393 Mesmo que o curso seja voltado a crianças e adolescentes, o cursista aprenderá as bases da justiça restaurativa. 4. Elaborar um ofício de agradecimento pela contribuição, destinado ao CRP e a psic. Glaucia Mayara. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. **4.2. Revisão das Notas Técnicas do CEAS/PR:** Conforme solicitado em parecer do CEAS em reunião Ordinária de Agosto, as Notas Técnicas presentes no site do CEAS/PR foram organizadas por ano de publicação. A secretaria executiva chama atenção para uma metodologia que vem sendo utilizada atualmente para divulgação das notas, sendo estas feitas por meio de deliberações. Sugere-se que a comissão analise inicialmente quais são as notas técnicas que ainda são válidas, e aquelas que não forem, que sejam revogadas por meio de deliberação e retiradas do site. **Parecer da Comissão:** A comissão estabeleceu um instrumento metodológico para análise das notas. O apoio técnico preencherá a tabela em suas três colunas iniciais e posteriormente a comissão irá analisar uma a uma, incluindo o preenchimento do status de Ação e Observação. Na AÇÃO a comissão poderá: decidir pela sua revogação (em virtude de nota posterior atualizada ou revogação das normativas que a embasaram), manutenção (caso a mesma ainda esteja vigente) ou substituição (por nova nota a ser construída). Na OBSERVAÇÃO a comissão deve incluir as normativas e/ou descrever os motivos que embasaram a decisão do status. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. **4.3. Revisão da Nota Técnica do CEAS/PR sobre o funcionamento da Secretaria-Executiva dos CMAS**: Em conformidade com o parecer desta comissão em reunião de agosto, aprovado pelo CEAS/PR, o qual sugere alteração no 6º parágrafo da Nota Técnica sobre o funcionamento da Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais de Assistência Social, foi elaborado a seguinte sugestão de alteração: Na Resolução nº 100/2023 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, no Art. 18. é enfatizado que “Os conselhos de assistência social deverão ter uma secretaria executiva vinculada ao conselho diretamente subordinada à presidência e ao colegiado, para dar suporte ao cumprimento de suas competências. [...] A secretaria executiva deverá ser a unidade de apoio ao funcionamento do conselho de assistência social, bem como assessorar suas reuniões e publicar suas deliberações. [...] deve ser composta por profissional de nível superior, bem como por profissionais de apoio técnico e administrativo para exercer as funções pertinentes. [...] ser

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

preferencialmente ocupada por servidor efetivo ou de carreira do quadro do poder executivo. [...] Em municípios de porte I e II, segundo legislação da assistência social, o profissional da secretaria executiva não precisará ser exclusivo. [...] Os conselhos de assistência social definirão o perfil do secretário(a) executivo(a) e a sua nomeação ou exoneração deverá estar de comum acordo com o conselho." Entretanto, cabe salientar que o MDS e CNAS estão realizando conjuntamente a elaboração de uma nota técnica sobre a mesma temática. Entendemos que seja prudente aguardar a publicação de tal nota, para que essas novas orientações sejam incorporadas ainda no material a ser divulgado por este conselho. **Parecer da Comissão:** em diligências até publicação da nota sob mesma temática pelo MDS/CNAS, momento qual voltará à pauta da comissão para conhecimento e novas análises. **Parecer do CEAS**: Aprovado o parecer da comissão. **4.4. Manifestação ao Governo Federal sobre subsídio fiscal**: Conforme parecer do CEAS/PR em reunião de março do corrente ano, fora emitido uma manifestação ao CNAS em prol da temática da criação do Cashback para entidades. A comunicação obteve resposta e, de acordo com o contido no Despacho nº 61/2025/SNAS/DRSP: "o Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS reconhece a relevância da iniciativa, a qual demonstra o compromisso do Estado do Paraná com o fortalecimento das Organizações da Sociedade Civil que atuam no âmbito da Assistência Social". Entretanto, a proposta não pode ser adotada em razão de: O ICMS é um imposto de competência exclusiva dos Estados e Distrito Federal, presente nos termos do artigo 155, inciso II, da Constituição Federal; O ICMS será extinto posteriormente, conforme previsto na Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a Reforma Tributária. Sendo ele e o ISS substituídos pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre estados e municípios. A Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta as primeiras diretrizes da reforma, já promove reestruturações significativas no sistema tributário nacional, inclusive pondo fim à viabilidade jurídica de programas vinculados diretamente ao ICMS. Qualquer mudança neste sistema depende de alteração legislativa no Congresso Nacional, com quórum qualificado (⅗ em cada Casa), exigindo articulação da bancada federal do Paraná e de outras lideranças. Por fim, os mesmos ainda reiteraram que "considerando que a proposta trata de redistribuição de recursos arrecadados pelos entes federados estaduais, por meio de mecanismo de devolução fiscal, o DRSP entende que não cabe ao mesmo propor ou intervir em políticas que impactam diretamente o orçamento de outros entes da Federação". O documento recebido pode ser acessado em sua integralidade no drive da comissão. **Parecer do CEAS:** Ciente. **4.5. Relatório de Entidades de Assistência Social Certificadas ou com Certificado Válido no 1º Semestre de 2025:** O Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS - DRSP/MDS, apresentou o Relatório das Entidades de e Organizações de Assistência Social da Sociedade Civil certificadas ou com o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social válido, referente ao 1º semestre de 2025, bem como a relação das entidades que tiveram sua certificação cancelada e a data de cancelamento. A cópia do relatório pode ser conferida no drive da comissão no mês de setembro. Baseado nos documentos emitidos pelo Departamento, não há informações de cancelamento de certificação de nenhuma entidade no estado. **Parecer da Comissão:** Segundo relato da conselheira Camilla, algumas entidades tiveram suas inscrições indeferidas no primeiro semestre (janeiro a junho de 2025), a mesma fará um levantamento daquelas que entraram em contato com sua representação a fim de verificar qual o status atual, e retornará à comissão em novembro. Caso haja incongruências a comissão oficiará o Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS solicitando explicações. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. **4.6. Protocolo 24.548.499-2: Ofício 001/2025 – Sociedade Civil – Alteração de Valores de Diárias:** Por meio do Ofício 001/2025 - CEAS/PR, conselheiros da sociedade civil solicitaram que fosse realizado uma revisão dos valores de diárias atualmente praticados, com base no Decreto Estadual nº 6.358/2024. É destacado no documento que os valores vigentes não cobrem adequadamente as despesas com transporte, alimentação e hospedagem em Curitiba, especialmente em localidades próximas ao centro cívico, onde ocorrem as reuniões do CEAS/PR, dificultando a participação presencial dos conselheiros e comprometendo a representatividade da sociedade civil. Conforme despacho da Central de Viagens, a mesma informa que o reajuste é realizado anualmente no mês de outubro. Isto é amparado pelo Parágrafo Único do Art 15, presente no Decreto nº 6.358 de 28 de Junho de 2024, vejamos: Parágrafo único. Delego, à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência e observada a disponibilidade financeira e orçamentária, a competência para reajustar os valores constantes dos Anexos I e II deste Decreto, anualmente no mês de outubro pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. **Parecer da Comissão:** Oficiar a SEAP questionando sobre o reajuste marcado para este ano, e sinalizar que o valor atual, tampouco o método de cálculo da central de viagens não atende aos agentes profissionais representantes da Sociedade Civil que participam deste CEAS/PR. **Parecer do CEAS:** Aprovado o parecer da comissão. Na sequência o conselheiro João Lucas dos Santos, fez uso da palavra para proceder a leitura do relatório da **Comissão de Acompanhamento aos CMAS**, elaborado no dia 04/09/2025. **5. Deliberações Momento Conferir: Parecer da Comissão:** Conforme solicitado, foi indicado o status das propostas de Deliberações realizadas a partir de 2023. **Parecer do CEAS:** Ciente. **5.1. Sistematização - Formulário aos CMAS sobre a inscrição de entidades de integração e intermediação com o mundo do trabalho – Como a temática é tratada?** O formulário recebeu, ao todo, 116 respostas. Dentre os municípios respondentes, 48 sinalizaram dúvida ou solicitação sobre o tema. Abaixo encontram-se as principais dúvidas, separadas em temas gerais, algumas perguntas se repetiram, portanto foram compiladas com as semelhantes. Questionamentos dos Conselhos Municipais de Assistência Social: MAIS INFORMAÇÕES | CAPACITAÇÕES- Gostaríamos de mais informações sobre Conexão entre Assistência Social e Intermédio com o Mundo do Trabalho; Gostaria de receber material sobre o assunto; Necessidade de capacitação e melhor explanação sobre o assunto; Seria interessante enviar essas documentações aos municípios para conhecimento e como buscar e capacitar essas entidades; MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE - O município é pequeno, não possui agência do trabalhador nem outro serviço similar, no qual os profissionais da política de assistência possam encaminhar os usuários. Quais seriam essas entidades, ou qual órgão se enquadra em caso de município de pequeno porte I? NORMATIVAS | RESOLUÇÕES | CRITÉRIOS - Há um Edital/Resolução que prevê os critérios para inscrição de Entidades na Conexão entre Assistência Social e Intermédio com o Mundo do Trabalho CMAS. Atualmente temos o CIEE-PR - Escritório de União da Vitória inscrito no CMAS, precisamos Edital Específico para inscrição deste tipo de entidade; Qual a finalidade das inscrições de entidades no CMAS e como regulamentar o funcionamento dessas inscrições. Que tipo de entidades podem se inscrever com este objetivo? Entendemos que instituições inscritas no CMAS para atuar com ações para o Mundo do Trabalho, seriam instituições que atuam na Política de Assistência Social, no âmbito do ACESSUAS Trabalho, conforme a Resolução CNAS nº49/2021 e na Resolução nº 330/2020 que estabelece os padrões de qualidade para execução das Ações de Integração para o Mundo do Trabalho. Há um manual informativo ou algum documento norteador que oriente sobre a temática? Como é regulamentada essa Conexão com o Departamento de Assistência Social? PROGRAMA JOVEM APRENDIZ | PROGRAMA DE ESTÁGIO - Como são caracterizadas essas entidades? Essa que foi apontada tem uma cota dentro do Programa Jovem Aprendiz, para as demandas da política de assistência social. Programa Acessuas Trabalho, entre outros. Como analisar a preponderância, na área da Assistência Social, das entidades que ofertam o Programa Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho, em que o número de estagiários é maior que o de aprendizes? A dúvida está em relação ao Programa de Aprendizagem Profissional no Formato Jovem Aprendiz inscrito na Justiça do Trabalho. Esse formato de Programa pode ser financiado pelo FMAS? Aqui no Município discutimos e entendemos que não pode. Mas seria importante maiores orientações para que possamos fortalecer essas ações. OUTRAS QUESTÕES - A entidade não é da cidade, é da região, porém pedem inscrição dos CMDCA de todos os municípios; A entidade neste município está inscrita na modalidade de atendimento, o qual realiza oficinas pela sec. de trabalho e intermédio com CRAS. Porém nunca chegou a buscar parcerias específicas por meio de editais ou termos de colaboração. No caso, já consultado anteriormente a este CEAS, restando a dúvida sobre como fica a modalidade de inscrição neste caso. Como implementar no município. Como garantem que o trabalho desenvolvido respeite os direitos dos usuários? O CMAS possui entidades inscritas que promovam a integração e intermediação dos usuários do SUAS no campo da assistência social?Sim: 63; Não: 50; Não sabe informar: 3; Caso o CMAS tenha entidades inscritas, quais são? ISA (Instituto de Saúde de Ampére) e APAE Ampére; APMI, Associação Vale da Lorena; APAE; CIEE e GERAR. Escola 07 de Abril na educação básica na modalidade de educação especial PROMEC - Proteção ao Menor Carente; ABAS - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE AMIGOS SOLIDÁRIOS e ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA MALUCELI; Associação Educacional Espírita Lins de Vasconcelos; Guarda Mirim; Centro de Integração Empresa Escola do Paraná – CIEE/PR; Fundação Assis Gurgacz – FAG; GERAR - Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional; Programa do Voluntariado Paranaense – PROVOPAR. ATE; CASA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PADRE MARCELLO QUILICI; CTA - Centro de Treinamento de Adolescentes; AMAS - Associação Menonita de Assistência Social; Rotary Club Provopar Municipal; Comunidade Kolping; Casa Lar; KARATÊ (AKAM); ABRIGO Irmandade Evangélica Betânia; Serviço de Obras Sociais (SOS); Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); ILPI – Lar dos Idosos São Vicente de Paulo; Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná (CIEE/PR); ASSOCIAÇÃO MANOEL LACERDA CARDOSO VIEIRA CRAS; Lar dos Idosos, Associação Internacional da Caridade - AIC, Instituição de Acolhimento Sagrada Família, Comunidade Quilombola Agua Morna, Comunidade Quilombola Guajuvira; Associação Teixeirassoarense de Amparo ao Idoso - ATAI; Casa Lar; Associação Corrente do Bem; Associação Metodista Projeto Boia-Fria; Casa da Criança Recanto Feliz; Centro Educacional Lar Jesus Adolescente; Associação de Promoção Humana Platinense; Cedus - Centro de Educação Santa Rita; Lar dos Idosos Cairbar Schutel; Casa de Repouso Maanaim; Missão Restaurar - Projeto Missão Vida - (CEEL) Projeto de Inclusão Social, Cultura, Educação e Lazer - Associação Beneficente Bom Samaritano, Bezerra de Menezes, Centro Social Maria Tílio, Creche Menino Jesus, Lar Escola Bom Samaritano, Legião Boa Vontade, Lins de Vasconcelos, Nossa Senhora de Sião, Núcleo Social Papa João XXIIII, RESTI, SOS, ICIS, Instituto Isis Bruder, Lar Escola da Criança de Maringá; CIEE-PR e A Tribo dos Doze; APAE , APMI-ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E INFÂNCIA, CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO, ACAZUL-ASSOCIAÇÃO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE – CRÁS. PRCA, APMI, CRAS, CREAS; Organizações Não Governamentais com inscrição válida no Conselho Municipal de Assistência Social de Curitiba: ASSOC. DE EDUCAÇÃO FAMILIAR E SOCIAL DO PARANÁ (AEFS); ALVORECER AÇÃO SOCIAL E EDUCACIONAL;INSTITUTO SALESIANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; ASSOCIAÇÃO CRIARUM; INSTITUTO FUTEBOL DE RUA; UNIVERSIDADE LIVRE DO ESPORTE DO PARANÁ; Instituto Tibagi; Universidade Livre do Esporte do Paraná, a UNILEHU; Existe um Edital/Resolução que prevê os critérios para inscrição de Entidades na Conexão entre Assistência Social e Intermédio com o Mundo do Trabalho CMAS? Sim: 18; Não: 93; Está em elaboração: 5; Insira o link do Edital/Resolução citada acima: Rebouças; Saudade do Iguaçu; Rondon; Mandirituba; Barra do Jacaré; Santa Helena - Resolução nº 011/2021; Edição 938 de 42577 - Resolução n° 010 CMAS: Fênix; Renascença - Seguimos a Resolução Federal; Paranavaí; Resolução Nº 14, De 15 Maio De 2014 Conselho Nacional De Assistência Social Resolução Nº 14, De 15 Maio De 2014; Rosário do Ivaí; Maringá; Curitiba - Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS - F A S; Curitiba - Resolução

82/2025 – Aprendizagem; Curitiba - O CMAS possui a Resolução nº 330/2020 que remete aos padrões de qualidade para as inscrições das instituições que atuam com as Ações de Integração para o Mundo do Trabalho, aliada às diretrizes do Programa ACESSUAS Trabalho. (Resolução 330/2020 - Ações de Integração ao Mundo do Trabalho.); Caso possua, como é realizado o monitoramento destas entidades? Relatório anual e plano de ação das atividades desenvolvidas; Análise documental obrigatória apresentada ao CMAS, conforme normativas nacionais. (Estatuto registrado em cartório com comprovação de finalidade social e ausência de fins lucrativos; Ata de eleição da diretoria vigente, registrada em cartório; Alvará de funcionamento municipal e do Corpo de Bombeiros; Relatório anual das atividades, com aspectos qualitativos, quantitativos e demonstrativo de resultados; Cópia do CNPJ; Plano de Trabalho Anual com detalhamento dos recursos materiais, humanos e financeiros.); Visita Técnica/Visita in loco; Apresentação de relatórios; O CMAS delibera pelo deferimento ou indeferimento da inscrição/renovação da entidade; Não são monitoradas. A OSC desenvolve um programa que prepara os usuários do SUAS encaminhados através de CRAS e CREAS para entrevista junto às empresas. O programa é cofinanciado com recursos próprios do Município através de Edital de Parceria. Com visitas da Comissão de Inscrição de Entidades de Assistência Social a cada 06 (seis) meses. O monitoramento é realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e o CMAS. Visita anual pelo CMAS, prestação de contas pela entidade. A entidade CIEE submete-se à mesma normativa que regulamenta a inscrição de todas as entidades governamentais e não governamentais no CMAS. O CIEE, especificamente, está inscrito pela modalidade de "Defesa e Garantia de Direitos". Pelo órgão gestor; Com sua participação nas assembleias do Cmas, verificação de Documentação, conforme Resolução 11/2017 - de 30/10/2017 - Edição 1369; Através de Comissão Permanente de Monitoramento do Conselho; O Monitoramento das entidades é executado em parceria com a vigilância socioassistencial do município e inclui análise de documentos e visitas in loco. Visitas esporádicas; O monitoramento é realizado a partir do relatório trimestral produzido pela Secretaria de Assistência Social. O monitoramento é realizado através de visitas nas entidades e em reuniões com representantes. Resolução de nomeação da equipe de monitoramento e avaliações das entidades. As organizações se inscrevem no Conselho Municipal de Assistência Social de acordo com os critérios da Resolução nº 370/2021, que estabelece os parâmetros para inscrição e renovação neste conselho, compondo a Rede Não-Governamental do município de Curitiba. No processo de renovação das instituições no CMAS as OSC's apresentam o relatório de atividades realizadas, o CMAS também realiza visitas para fortalecer a proximidade com as instituições novas, a equipe da área técnica também em relação às orientações sobre os procedimentos em consonância com as normativas e, em relação às parcerias público-privadas, o monitoramento das ações ocorre durante a execução do objeto e prestação de contas. No processo de inscrição o CMAS realiza visitas para fortalecer a proximidade com as instituições, a equipe da área técnica da Política de Assistência (que atua com essa frente de trabalho) faz orientações sobre as normativas; para renovações de inscrição, as OSC's apresentam o relatório de atividades com as ações desenvolvidas e metas atendidas. No tocante às parcerias público-privadas, o monitoramento das ações ocorre pelo acompanhamento da execução do objeto, durante a execução da parceria, até mesmo para qualificar a prestação de contas. **Parecer da Comissão:** Questionamentos com base nas respostas dos CMAS, a respeito de Entidades com intermédio com o mundo do trabalho: Gostaríamos de mais informações sobre Conexão entre Assistência Social e Intermédio com o Mundo do Trabalho? Quais são os materiais de orientação técnica do CNAS sobre o tema? Quais os critérios específicos para inscrição e renovação de Entidades com intermédio no mundo do trabalho nos CMAS? Como analisar a preponderância, na área da Assistência Social, das entidades que ofertam o Programa Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho, em que o número de estagiários é maior que o de aprendizes? Em relação ao Programa de Aprendizagem Profissional no Formato Jovem Aprendiz inscrito na Justiça do Trabalho, esse formato de Programa pode ser financiado pelo FMAS? A entidade neste município está inscrita na modalidade de atendimento, o qual realiza oficinas pela sec. de trabalho e intermédio com CRAS. Porém nunca chegou a buscar parcerias específicas por meio de editais ou termos de colaboração. Como fica a modalidade de inscrição neste caso? **Parecer do CEAS:** Aprova as perguntas contidas no parecer da comissão, para serem direcionadas à conselheira do CNAS, que virá até a comissão. Incluir na discussão a questões norteadoras no sentido de clarificar o que é a preparação para o mundo do trabalho.
5.2. Participação CNAS – Integração e Intermediação: Entidades na Conexão entre Assistência Social e Intermédio com o Mundo do Trabalho: O Conselho Nacional de Assistência Social retornou, e informou que a Conselheira Catarina de Santana Silva participará da reunião da presente comissão na reunião ordinária de novembro, haja vista que em outubro não haverá reunião devido a XV Conferência Estadual de Assistência Social. Além disso, na reunião ordinária de agosto, o Conselheiro João se disponibilizou a encaminhar a este CEAS/PR a situação das instituições Gerar e CIEE no município de Guarapuava, a qual motivou a inclusão da pauta na presente comissão, no ano de 2024. Sendo assim, a atual situação das instituições Gerar e CIEE, encontram-se inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social de Guarapuava, através da Resolução nº 058/2024, justifica a demora da inscrição das mesma pois a Resolução nº 034/2024 que define os parâmetros para inscrição no CMAS, estava em fase de reformulação dos parâmetros de inscrição ou manutenção de instituições com serviços de aprendizagem. **Parecer do CEAS:** Ciente. Na sequência a secretária executiva solicitou que a estagiária de psicologia da secretaria executiva, senhorita Julya Polita, procedesse com os **Informes Gerais**: A estagiária realizou a apresentação dos Informes Gerais referentes ao biênio 2025-2027, com base no material de apoio exibido em slides. Durante sua fala, destacou os principais acontecimentos, deliberações e comunicações recebidas pelo Conselho no período recente. Inicialmente, informou sobre a situação dos cartões corporativos, apontando que a maioria já se encontra enviada aos conselheiros, restando apenas o do conselheiro Thiago, que aguarda liberação de senha. Em seguida, apresentou um resumo dos Decretos Estaduais publicados em julho de 2025, que tratam de substituições de representantes governamentais nas composições do CEAS, destacando os decretos nº 10.541, 10.575 e 10.576, com as respectivas alterações de titulares e suplentes. A estagiária também relatou a participação do CEAS/PR no Momento Conferir, realizado em Brasília no dia 5 de agosto de 2025, explicando que o evento teve como objetivo avaliar as deliberações da 13ª Conferência Nacional de Assistência Social (2023). Informou que o CEAS foi representado pelos conselheiros Juliano del Gobo goo e Nádia Teresinha Bonato, integrantes da comissão organizadora da 15ª Conferência Estadual, conforme Resolução Ad Referendum nº 16/2025, e que o custeio dos representantes foi realizado pela FEAS. Na sequência, apresentou o comunicado do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) sobre a Reunião Trimestral com os Conselhos Estaduais, a ocorrer em 9 de setembro de 2025, em Brasília. Explicou que o CNAS deliberou pela participação de um representante do segmento dos usuários custeado pelo próprio Conselho Nacional, e que o CEAS/PR indicou a vice-presidente Rogéria Ortelhado para representar o colegiado no encontro. Também informou sobre o convite do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) para participação no Fórum de Controle Social – O Papel dos Conselhos Municipais no Controle de Políticas Públicas, programado para o dia 12 de agosto de 2025, em Londrina, mencionando que a devolutiva seria encaminhada ao TCE após deliberação da mesa diretora. Ao encerrar, agradeceu a atenção dos conselheiros e reforçou a importância da atualização contínua dos informes como meio de garantir transparência e alinhamento das ações do CEAS/PR com os órgãos estaduais e nacionais da política de assistência social. A secretária executiva fez um adendo em relação ao informe sobre o Fórum de Controle Social do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), esclarecendo que a conselheira Rogéria participou do evento representando o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de sua cidade. Explicou que, como a conselheira já havia realizado a inscrição anteriormente por meio do CMAS, não foi possível efetivar uma segunda inscrição em nome do CEAS/PR. Destacou, contudo, que a vice-presidente esteve presente no fórum, contribuindo com as discussões e representando, indiretamente, o controle social estadual. O conselheiro Carlos Alberto pediu a palavra e manifestou dúvida a respeito da resposta dada pela mesa diretora sobre um pedido anteriormente apresentado. Explicou que foi informado de que a questão já havia sido respondida e, portanto, o assunto estaria encerrado. No entanto, demonstrou incerteza quanto ao procedimento a seguir, questionando se deveria solicitar mais esclarecimentos. Ressaltou que, por ainda não conhecer detalhadamente o Regimento Interno do CEAS, ficou em dúvida sobre o motivo de seu pedido ter sido considerado fora do escopo. Argumentou que, em sua compreensão, o pedido tinha o objetivo de capacitar e auxiliar os usuários a conhecerem as políticas públicas e a literatura relacionada à assistência social, o que, em sua visão, estaria alinhado ao propósito do Conselho. Concluiu afirmando que gostaria de compreender melhor a fundamentação da decisão para saber se há ou não motivo para contestar o indeferimento da solicitação. A presidente esclareceu ao conselheiro Carlos Jaques que todas as decisões tomadas pela mesa diretora podem ser questionadas, não havendo qualquer impedimento para isso. Informou, contudo, que o Regimento Interno não define de forma detalhada o fluxo de questionamentos referentes a ofícios e respostas, sendo que nem todo ofício é levado à pauta, especialmente quando não há necessidade de manifestação do colegiado em geral. Explicou que o caso mencionado pelo conselheiro se refere a um ofício solicitando apoio logístico para o deslocamento destinado à busca de materiais disponibilizados pelo Fórum Nacional ao Fórum Regional dos Usuários da Região Metropolitana. Segundo a presidente, a decisão da mesa diretora pelo indeferimento do pedido foi fundamentada em diversos fatores: a existência de um decreto estadual que estabelece medidas de contenção de despesas, especialmente relacionadas a custeio e viagens; o fato de que as viagens atualmente custeadas pelo CEAS são aquelas previamente planejadas e incluídas nas atividades institucionais; o prazo exíguo para solicitação, que não atendia à exigência mínima de 10 dias de antecedência prevista para pedidos de diárias; e ainda a questão logística, visto que a retirada do material estava restrita a uma data e horário específicos, em Florianópolis. Concluiu informando que esses fatores prazo, previsão orçamentária, logística e enquadramento no decreto de redução de despesas motivaram a decisão da mesa diretora, mas reiterou que o conselheiro pode apresentar questionamento formal, caso entenda necessário. A presidente complementou a explicação anterior destacando que a situação foi ainda mais lamentável porque, na semana anterior à data informada para retirada do material, havia representantes de municípios do Paraná, inclusive do município de Pinhais, que estavam em Florianópolis participando do encontro do COGEMAS. Segundo ela, nessa ocasião teria sido possível realizar a retirada do material sem necessidade de novos deslocamentos ou custos adicionais. No entanto, como a comunicação da disponibilidade do material ocorreu de forma tardia, com a exigência de retirada em uma data e horário específicos, não houve tempo hábil nem viabilidade logística para organizar o deslocamento. Assim, reforçou que a decisão da mesa diretora levou em conta essas circunstâncias práticas e orçamentárias. O conselheiro pediu a palavra para complementar sua fala, explicando que a diretora nacional Solange, responsável pelo material citado, é pessoa cega e, por isso, depende de acompanhante e motorista para realizar seus deslocamentos, o que justifica suas viagens frequentes entre Brasília e Florianópolis. Ele pontuou que nesses dias ela estava de fato em Florianópolis, o que poderia ter facilitado a retirada do material. O conselheiro destacou que não houve uma análise mais aprofundada sobre a possibilidade de retirar o material em outra data, o que poderia ter evitado o problema. Argumentou ainda que uma passagem aérea para Florianópolis custa em torno de R$ 100

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

por trecho, sendo possível realizar a viagem "bate-volta" no mesmo dia, sem necessidade de hospedagem. Por fim, acrescentou que o envio do material pelos Correios seria financeiramente inviável, pois cada uma das cinco caixas custaria cerca de R$ 120, totalizando um valor significativamente mais alto do que o custo do deslocamento. A presidente finalizou sua tréplica destacando que o ocorrido envolveu uma série de mal-entendidos e questões operacionais. Explicou que, quando o Conselho recebe um ofício, não há como responder individualmente a cada um, pois isso geraria um grande volume de retrabalho. No caso específico, o material citado estava disponível apenas em uma data determinada, em Florianópolis, o que inviabilizou o deslocamento devido à falta de tempo hábil, não havia os 10 dias de antecedência exigidos pelo decreto estadual para solicitação de viagens, somado ao contexto de redução de deslocamentos e ao fato de que a ação não estava prevista no plano de ação do CEAS. Acrescentou ainda que o material em questão não era destinado ao Conselho Estadual, mas sim a um fórum municipal, o que reforçou a decisão da mesa diretora de não custear a viagem, uma vez que os recursos devem atender ações coletivas no âmbito do CEAS. Finalizou reconhecendo que o tema sobre a relação entre o CEAS e os fóruns de usuários é importante e deve ser aprofundado em momentos futuros. Encerrando a reunião, a presidente agradeceu a participação de todos os conselheiros e conselheiras, destacando que houve 100% de representação, 15 governamentais e 15 da sociedade civil, o que demonstra o comprometimento com a política de assistência social e o controle social. Encerrou reforçando o convite a todos para a 15ª Conferência Estadual de Assistência Social, em Foz do Iguaçu, expressando o desejo de que seja um encontro marcante e produtivo para o fortalecimento do SUAS. A vice-presidente também fez uso da palavra para se despedir e agradecer a todos os conselheiros e conselheiras pela presença, ressaltando com satisfação o fato de a reunião ter contado com 100% de participação da plenária, algo que, segundo ela, não é comum e demonstra o comprometimento de todos com o trabalho do Conselho. Destacou a importância desse momento coletivo e desejou um bom retorno aos que precisariam viajar, bem como um bom descanso àqueles que acompanhavam de forma online. Em tom de entusiasmo e esperança, afirmou que o próximo grande encontro será na 15ª Conferência Estadual de Assistência Social, expressando o desejo de que seja um evento repleto de expectativas positivas, realizações concretas e construções pacíficas, pautadas no diálogo e na colaboração. Concluiu sua fala agradecendo novamente a todos pela dedicação e desejando um retorno tranquilo e abençoado aos participantes. Esta Ata foi lavrada pela secretária executiva Thamíris Guerra.

154498/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 557/2025 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 24.797.440-7

***I* -AUTORIZO,** com fulcro na Lei Estadual nº 17.544, de 17 de abril de 2023 que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social em atendimento ao disposto nos incisos I e II do art. 13 da Lei Federal nº 8.743/1993; considerando a Deliberação nº 069/2025 do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/PR), que aprova o repasse de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social para construção de CRAS e CREAS; considerando a Resolução nº 109/2023 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 127/2024-SEDEF e nº 198/2025-SEDEF, que dispõe sobre a regulamentação do Incentivo Financeiro, destinados a prover a infraestrutura adequada para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), por meio de financiamento para execução das obras, com o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento da política de assistência social à população; com base no Despacho nº 649/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 27) e Informação Técnica nº 246/2025 – DPSB/CPAS/SEDEF da Divisão de Proteção Social Básica (Mov. 28), e considerando a existência de recursos orçamentários e financeiros (Mov. 14-17), a realização da despesa no valor de até R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) referente a 10% (dez por cento) do valor máximo a ser repassado para construção do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Pinhalão.
II -Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 10 da Resolução nº 109/2023 – SEDEF e suas alterações;
III -PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
IV - À SEDEF/NFS.

Curitiba, 11 de novembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

155004/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 313/2025

Protocolo nº **24.804.594-9.**
A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "PROJETO INTEGRAÇÃO AS COMUNIDADES", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – Instituto Anjo Azul. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 354 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.
Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.
A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional do Instituto Anjo Azul além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.
Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 10 de novembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

154985/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 310/2025

Protocolo nº **24.910.682-8**
A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "RECREAÇÃO, LAZER E SAÚDE UM DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE HONÓRIO SERPA. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 318 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.
Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.
A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE HONÓRIO SERPA além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.
Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 07 de novembro de 2025
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

154969/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 312/2025

Protocolo nº **24.884.783-2**
A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "EQUIP+", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – CEMIC - CENTRO DE ESTUDOS DO MENOR E INTEGRAÇÃO À COMUNIDADE. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 2535 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.
Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.
A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da CENTRO DE ESTUDOS DO MENOR E INTEGRAÇÃO À COMUNIDADE além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.
Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 10 de novembro de 2025
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

155162/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 311/2025

Protocolo nº **24.922.629-7**
A presente justificativa refere-se à solicitação de

celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "ACESSIBILIDADE EM FOCO", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TEIXEIRA SOARES. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 433 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TEIXEIRA SOARES além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 10 de novembro de 2025

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

154952/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 308/2025

Protocolo nº **24.918.130-7**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "DIVERSÃO E APRENDIZADO COM SEGURANÇA", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAPANEMA. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 129 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, o Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAPANEMA, além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 10 de novembro de 2025

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

154943/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 311/2025

Protocolo nº **24.922.629-7**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "ACESSIBILIDADE EM FOCO", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TEIXEIRA SOARES. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 433 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TEIXEIRA SOARES além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 10 de novembro de 2025

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

154945/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 314/2025

Protocolo nº **24.884.723-9**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "MAIS CONFORTO NA ROTINA", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ABRIGO SÃO VICENTE DE PAULO. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 1506 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, o Secretario de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional do ABRIGO SÃO VICENTE DE PAULO, além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

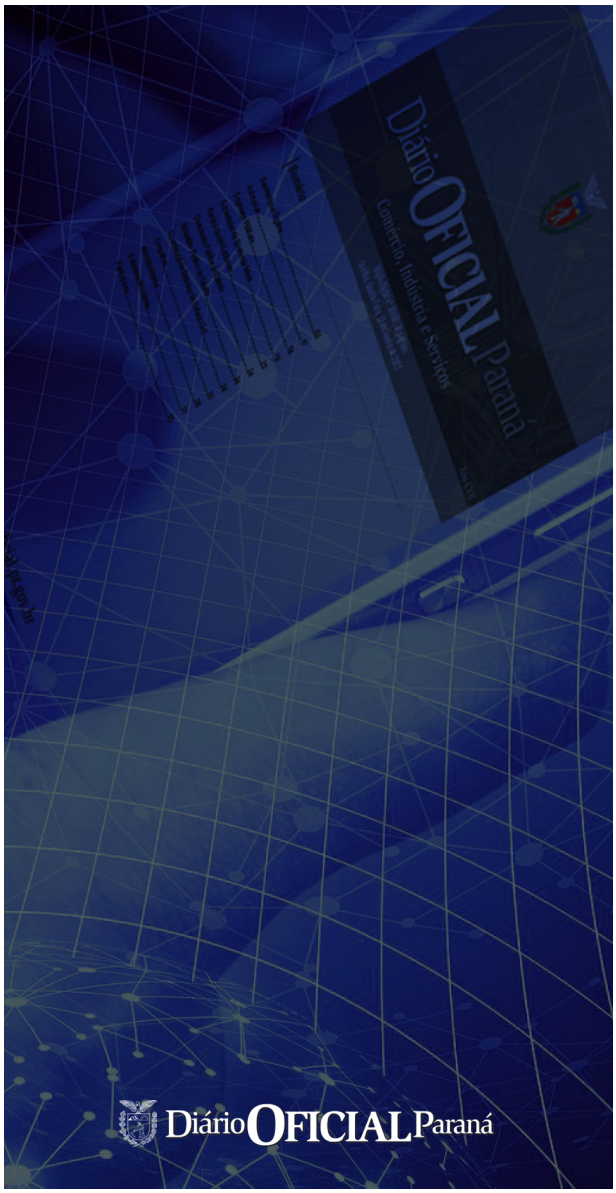
Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 11 de novembro de 2025

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

155156/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria do Desenvolvimento Sustentável

RESOLUÇÃO SEDEST N.º 70/2025

Súmula: Designação de substituto para atuar como Secretário Executivo do CEMA e CERH, por motivo de férias do titular.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, nomeado pelo Decreto nº 9.324, de 24 de março de 2025, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 4º da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora IARA SHUINKA BAZILIO, RG nº 10.xxx.297-x, para responder como Secretária Executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEMA e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH, no período de 12/01/2026 a 11/02/2026, em substituição ao titular ALEX JUSTUS SILVEIRA, RG nº 7.xxx.558-x, que estará em fruição de férias.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 10 de novembro de 2025.

ASSINADO ELETRONICAMENTE
RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO
Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável
154586/2025

IAT

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 64, DE 11 NOVEMBRO DE 2025

Súmula: Estabelece definições, critérios, diretrizes e procedimentos para o licenciamento ambiental de intervenções de baixo impacto ambiental em Áreas de Preservação Permanente (APPs), nos entornos de reservatórios artificiais destinados à geração de energia ou abastecimento público, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, e; regulamenta a elaboração do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais (PACUERA).

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

Considerando a necessidade de dar efetividade ao "princípio da prevenção" consagrado na Política Nacional do Meio Ambiente – artigo 2º, incisos I, IV e IX da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e na Declaração do Rio de Janeiro de 1992 (Princípio nº 15);

Considerando o disposto no art. 5º da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), que estabelece: *"Na implantação de reservatório d'água artificial destinado a geração de energia ou abastecimento público, é obrigatória a aquisição, desapropriação ou instituição de servidão administrativa pelo empreendedor das Áreas de Preservação Permanente criadas em seu entorno, conforme estabelecido no licenciamento ambiental, observando-se a faixa mínima de 30 (trinta) metros e máxima de 100 (cem) metros em área rural, e a faixa mínima de 15 (quinze) metros e máxima de 30 (trinta) metros em área urbana.*
§ 1º Na implantação de reservatórios d'água artificiais de que trata o caput, o empreendedor, no âmbito do licenciamento ambiental, elaborará Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório – PACUERA, em conformidade com termo de referência expedido pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, não podendo o uso exceder a 10% (dez por cento) do total da Área de Preservação Permanente.";

Considerando o disposto no art. 9º da Lei Federal nº 12.651/2012, que prevê: *"É permitido o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental.";*

Considerando o disposto nos artigos 64 e 65 da Lei Federal nº 12.651/2012, com redação dada pela Lei nº 13.465/2017;

Considerando a Lei Federal nº 15.190, de 8 de agosto de 2025, que estabelece normas gerais para o licenciamento ambiental em âmbito nacional;

Considerando a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024, que dispõe sobre normas gerais para o licenciamento ambiental no Estado do Paraná, e o Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, que a regulamenta;

Considerando o Decreto Estadual nº 9.541 de 10 de abril de 2025, que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024, que dispõe sobre normas gerais para o licenciamento ambiental no Estado do Paraná;

Considerando a Lei Estadual nº 17.048, de 04 de janeiro de 2012 (com redação dada pela Lei nº 17.277/2012), que estabelece: *"Fica permitido o uso de lagos, lagoas e represas públicas e privadas do Estado do Paraná, destinadas exclusivamente à captação de água para abastecimento, para a prática de esportes aquáticos que não utilizem motor de combustão por hidrocarboneto.";*

Considerando a Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, que regulamenta os aspectos do licenciamento ambiental no âmbito da Política Nacional do Meio Ambiente, estabelecendo conceitos, procedimentos, competências e a obrigatoriedade de licenciamento para atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

Considerando a Resolução CONAMA nº 302, de 20 de março de 2002, que dispõe sobre os parâmetros, definições e limites das Áreas de Preservação Permanente no entorno de reservatórios artificiais, fixando faixas mínimas de APP (30 metros em áreas urbanas consolidadas e 100 metros em áreas rurais), bem como a obrigatoriedade de elaboração do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial – PACUERA;

Considerando a Resolução CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006, que define os casos excepcionais em que é admitida a intervenção ou supressão de vegetação em Áreas de Preservação Permanente – APP, para fins de utilidade pública, interesse social ou atividades de baixo impacto ambiental, estabelecendo critérios e condicionantes para tais hipóteses;

Considerando a Instrução Normativa IAT nº 47/2025 e subsequentes, bem como a Resolução Conjunta IAP/SEDEST nº 23/2019;

Considerando as áreas urbanas e de expansão urbana, regulamentadas pelos Planos Diretores Municipais, observados os limites mínimos de APP previstos na Lei Federal nº 12.651/2012;

Considerando ainda a necessidade de disciplinar os procedimentos de licenciamento ambiental para o uso das áreas marginais dos reservatórios artificiais

RESOLVE

Art. 1º Estabelecer requisitos, critérios, diretrizes e procedimentos para o Licenciamento Ambiental de intervenções de baixo impacto ambiental em Áreas de Preservação Permanente - APP, nos entornos dos reservatórios artificiais destinados à geração de energia ou abastecimento público, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais.

§ 1º Os requisitos, critérios, diretrizes e procedimentos constantes nesta Instrução Normativa não se aplicam às estruturas destinadas à pesca profissional.

§ 2º Nos casos localizados em áreas urbanas, cujo município possua Plano Diretor, deverão ser observados os limites mínimos de APP previstos na Lei

Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, prevalecendo as disposições do referido plano.

CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para efeitos desta Instrução Normativa consideram-se as seguintes definições:

I - reservatório artificial: acumulação não natural de água destinada a quaisquer de seus múltiplos usos;

II - área de preservação permanente - APP: em zonas rurais, urbanas e de expansão urbana, nas áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento, considerando o estado natural da área quando da formação do reservatório d'água artificial, respeitada a legislação federal e demais normas aplicáveis;

III - plano ambiental de conservação e uso do entorno de reservatório artificial - PACUERA: conjunto de diretrizes e proposições com o objetivo de disciplinar a conservação, recuperação, o uso e ocupação do entorno do reservatório artificial;

IV - atividades de baixo impacto ambiental: as disciplinadas na Resolução CONAMA 369/2006 e com o Art. 3. Inciso X da Lei Federal 12.651/2012.

CAPÍTULO II
DOS ATOS ADMINISTRATIVOS PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 3º O órgão licenciador competente, no exercício de sua competência de controle ambiental, expedirá, para fins de licenciamento ambiental de intervenções de baixo impacto ambiental em Áreas de Preservação Permanente (APPs), nos entornos de reservatórios artificiais destinados à geração de energia ou abastecimento público, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais.

I - Licença Ambiental Simplificada - LAS: aprova a localização e a concepção de empreendimentos e/ou atividades de médio potencial poluidor/degradador do meio ambiente, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos, bem como autoriza sua instalação e operação de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo órgão licenciador competente;

II - Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR: concedida para as intervençóes enquadradas como LAS e que estejam operando sem o devido licenciamento ambiental, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos, bem como autoriza sua operação de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo órgão licenciador competente;

III - Licença Prévia - LP: concedida na fase preliminar do planejamento da estrutura/intervenção aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

IV - Licença de Instalação - LI: autoriza a instalação da estrutura/intervenção de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivos determinantes;

V - Licença de Operação - LO: autoriza a operação da atividade oriunda da intervenção após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para a operação;

VI - Licença de Instalação de Regularização - LIR: concedida para estruturas/intervenções que estejam em instalação de forma irregular, sem o devido licenciamento ambiental, atestando sua viabilidade ambiental, bem como autorizando sua implantação de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental, e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos para a Licença de Operação - LO;

VII - Licença de Operação de Regularização - LOR: concedida para estruturas/intervenções que estejam operando de forma irregular, sem o devido licenciamento ambiental, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos, bem como autorizando sua operação de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo órgão licenciador competente;

VIII - Autorização Ambiental - AA: autoriza a execução de obras que proporcionem ganhos e melhorias ambientais, que não acarretem impactos ambientais na sua instalação e operação, bem como autoriza a execução de atividades, pesquisas e serviços de caráter temporário ou obras emergenciais, instalações permanentes que não caracterizem aumento de potencial poluidor/degradador do meio ambiente, expedida de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, cadastros, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo órgão licenciador competente.

CAPÍTULO III
DO PLANO AMBIENTAL DE CONSERVAÇÃO E USO DO ENTORNO DE RESERVATÓRIOS ARTIFICIAIS – PACUERA

Art. 4º Na implantação de reservatórios artificiais destinados à geração de energia ou ao abastecimento público, o empreendedor, no âmbito do processo de licenciamento ambiental, deverá elaborar o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório (PACUERA), o qual será desenvolvido em conformidade com o Termo de Referência expedido pelo órgão ambiental estadual competente, de acordo com o Art. 28 da Lei Federal 15.190/2025 observando-se, ainda, as diretrizes estabelecidas no Art. 5º da Lei Federal nº 12.651/2012.

§ 1º O Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios Artificiais (PACUERA) é obrigatório, sendo o prazo para análise pelo órgão ambiental estadual limitado a 12 (doze) meses, contados a partir da data de protocolo do documento junto ao órgão competente.

§ 2º Caso o PACUERA tenha sido aprovado pelo órgão ambiental estadual há mais de 10 (dez) anos, será obrigatória a apresentação de sua versão atualizada, que deverá incluir a avaliação dos resultados alcançados com os programas estabelecidos na versão anterior, bem como as medidas necessárias para mitigar eventuais pendências ou impactos remanescentes.

§ 3º No âmbito do licenciamento ambiental, o empreendedor deverá comprovar a dominialidade sobre a Área de Preservação Permanente (APP) localizada no entorno do reservatório, por meio de aquisição, desapropriação ou instituição de servidão administrativa, conforme disposto no art. 5º da Lei Federal nº 12.651/2012.

§ 4º O PACUERA deverá ser apresentado em atendimento às condicionantes do licenciamento ambiental, simultaneamente aos documentos exigidos para o licenciamento ambiental, tais como o Plano Básico Ambiental (PBA), Relatório de Detalhamento de Programas Ambientais (RDPA), devendo sua aprovação ocorrer até o início da operação do empreendimento; a ausência do PACUERA não constituirá impedimento para a instalação do empreendimento, desde que o cronograma de elaboração e aprovação esteja devidamente justificado e atenda às exigências legais.

§ 5º Nos casos em que o licenciamento ambiental do empreendimento hidrelétrico tenha sido através do licenciamento ambiental simplificado (LAS), o PACUERA deverá ser apresentado no prazo definido em condicionante específica, não devendo ultrapassar 120 (cento e vinte) dias para sua apresentação, e deverá estar aprovado até o início da operação do empreendimento.

§ 6º O descumprimento dos prazos estabelecidos pelo órgão ambiental estadual para a apresentação do PACUERA sujeitará o processo à aplicação das penalidades previstas nos Arts. 27 e 28 da Lei Estadual nº 22.252/2024, incluindo o arquivamento do processo, o que poderá acarretar prejuízos ao

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

licenciamento ambiental.

CAPÍTULO IV
DAS INTERVENÇÕES EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – APP

Seção I
Das Autorizações e Condições para Intervenção

Art. 5º O órgão ambiental estadual poderá autorizar a intervenção ou supressão de vegetação em APP quando devidamente caracterizada e motivada, mediante procedimento administrativo autônomo e prévio e, atendendo os requisitos previstos nesta Instrução Normativa e em outras normas federais, estaduais e municipais aplicáveis, bem como: Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios Artificiais, Plano Diretor, Plano de Uso e Ocupação do Solo, Zoneamento Ecológico-Econômico, Plano de Manejo das Unidades de Conservação se existentes e nos casos de utilidade pública, interesse social e intervenção eventual e de baixo impacto ambiental, observados os parâmetros da Resolução CONAMA 369/2006 e NORMAM – Normas da Autoridade Marítima.

Art. 6º A intervenção em APP somente poderá ser autorizada quando o requerente, comprovar:

I - ser enquadrada como atividade de baixo impacto ambiental;

II - atendimento às condições e padrões aplicáveis aos corpos de água;

III - a inexistência de risco de agravamento de processos como enchentes e erosão;

IV - a inexistência de alternativa técnica e locacional às obras, planos, atividades ou projetos propostos;

V - movimentos acidentais de massa rochosa;

VI - combate a processos erosivos.

Art. 7º A intervenção ou supressão de vegetação existente em APP, decorrente da implantação de atividade de baixo impacto ambiental, não poderá, em qualquer hipótese:

I - exceder 5% (cinco por cento) da extensão da APP impactada localizada na posse ou propriedade; e

II - ultrapassar 10% (dez por cento) da área total da APP situada no entorno do reservatório.

Art. 8º Em todos os casos, a intervenção ou supressão eventual de vegetação em APP, causada pela implantação de atividade de baixo impacto ambiental, não poderá comprometer as funções ambientais destes espaços, especialmente:

I - a estabilidade das encostas e margens dos corpos de água;

II - os corredores de fauna;

III - a drenagem e os cursos de água intermitentes;

IV - a manutenção da biota;

V - a qualidade das águas,

VI - a regeneração e a manutenção da vegetação nativa.

Art. 9º As intervenções de baixo impacto ambiental classificam-se em três categorias:

I - Classe I: sem intervenção ambiental;

II - Classe II: com intervenção ambiental sujeita a licenciamento por meio de Licença Ambiental Simplificada – LAS;

III - Classe III: com intervenção ambiental sujeita a licenciamento trifásico, desde que não impliquem aumento do potencial poluidor, considerados os impactos cumulativos, seus efeitos a médio e longo prazos, temporários ou permanentes, bem como o grau de reversibilidade.

§ 1º Consideram-se como intervenções de classe I:

I - cercas vazadas que permitam a circulação de fauna, excluindo-se as de arame farpado e eletrificadas;

II - coleta de produtos não madeireiros para fins de subsistência e produção de mudas, tais como sementes, castanhas e frutos, desde que eventual e atendida a legislação de acesso aos recursos genéticos;

III - pesquisa científica que não interfira com as condições ecológicas da área;

IV - escadas para acesso a trapiche ou ancoradouro, construídas de forma rústica e natural;

V - trilhas para desenvolvimento de ecoturismo, sem a execução de obras e que não resultem em supressão vegetacional;

VI - quiosques de fácil remoção, em madeira sem paredes e sem fundação de no máximo 25 m², que não resultem em supressão vegetacional.

§ 2º Consideram-se como intervenção de classe II:

I - Implantação de corredor de acesso de animais à água, para fins de dessedentação, não podendo exceder a 40 metros de largura, observando a necessidade de conservação de solo;

II - demais trilhas para desenvolvimento de ecoturismo;

III - rampas pavimentadas para acesso de embarcações, utilizando materiais como cascalho, pedrisco, concreto, *paver*, asfalto ou pedras irregulares, limitadas a até 6 (seis) metros de largura, resguardada a área de manobra que poderá exceder essa medida quando justificada tecnicamente;

IV - demais quiosques em madeira ou outros materiais, desde que não resultem em supressão vegetacional significativa, devendo ser projetados de forma a integrar-se harmonicamente ao ambiente natural e respeitar as funções ambientais da área;

V - escada para acesso construída em alvenaria e outros materiais, desde que integradas à paisagem e adequadas ao uso sustentável do local;

VI - captação de água para fins de irrigação, dessedentação e sistema de abastecimento, condicionada à outorga pelo Instituto Água e Terra e que contemple o controle de erosão;

VII - projetos de paisagismo, especificamente em áreas urbanas ou de expansão urbana instituídas pelo poder público, proibido o desmatamento de áreas já recuperadas ou conservadas;

VIII - trapiche em madeira que não exceda a 50 m² incluindo as estruturas flutuantes;

IX - instalação necessária à condução de água e efluentes tratados;

X - abertura de pequenas vias de acesso interno e suas pontes e pontilhões, quando necessárias à travessia de um curso de água ou à retirada de produtos oriundos das atividades de manejo agroflorestal sustentável praticado na pequena propriedade ou posse rural familiar.

§ 3º Consideram-se como intervenção de classe III:

I - trapiche em madeira acima de 50 (cinquenta) m² ou que seja construído em estrutura de concreto, aço, mista ou qualquer outro material, independentemente de sua dimensão, com uma extensão máxima de: 50 (cinquenta) metros de comprimento e de 100 (cem) m²;

II - rampas pavimentadas para acesso de embarcações, utilizando materiais como cascalho, pedrisco, concreto, paver, asfalto ou pedras irregulares, limitadas a até 10 (dez) metros de largura, resguardada a área de manobra que poderá exceder essa medida quando justificada tecnicamente.

§ 4º Construção de muros de arrimo destinados ao combate de processos erosivos, projetados de forma a garantir a estabilidade do terreno e a proteção dos recursos naturais poderão ser solicitados através de autorização ambiental.

§ 5º Para a regularização ambiental de intervenções consolidadas consideradas permissíveis em APP, poderá ser solicitada a licença ambiental simplificada de regularização ou licença de operação de regularização.

Art. 10 Os estudos ambientais exigidos para instrução do processo de licenciamento observarão a classe da intervenção e a modalidade de licenciamento, nos seguintes termos:

I - para intervenções enquadradas como Classe II, licenciadas por meio de Licença Ambiental Simplificada – LAS ou de Licença Ambiental Simplificada de Regularização – LASR, deverá ser apresentado o Plano de Controle Ambiental – PCA, conforme Termo de Referência constante do Anexo III;

II - para intervenções enquadradas como Classe III, licenciadas por meio de licenciamento trifásico ou de regularização (LIR ou LOR), deverão ser apresentados:

a) o Relatório Ambiental Preliminar – RAP, na fase de Licença Prévia – LP ou no processo de regularização (LIR);

b) o Plano de Controle Ambiental – PCA, na fase de Licença de Instalação – LI ou no processo de regularização (LOR), conforme Termos de Referência constantes dos Anexos III e IV.

Art. 11 Para a implantação de intervenções autorizadas nas Áreas de Preservação Permanente (APP) no entorno dos reservatórios artificiais, são vedadas as seguintes atividades, consideradas prejudiciais ao meio ambiente:

I - aterro do corpo de água, exceto quando estritamente necessário para a construção ou manutenção de cabeceiras de pontes, pontilhões ou outras estruturas essenciais à segurança pública ou à navegabilidade, desde que previamente autorizado pelo órgão ambiental competente e acompanhado de medidas mitigadoras;

II - dragagem do leito do corpo de água, exceto nos casos de assoreamento comprovado, mediante apresentação de estudo técnico que demonstre a necessidade da intervenção e seu impacto ambiental reduzido, devendo ser realizada sob supervisão do órgão ambiental competente;

III - supressão total ou parcial de vegetação nativa, exceto nos casos de atividades de baixo impacto ambiental previamente autorizadas, conforme definido na Resolução CONAMA nº 369/2006 e na Lei Federal nº 12.651/2012;

IV - alteração significativa do regime hídrico, incluindo desvios de cursos d'água ou alterações que comprometam a qualidade ou quantidade da água disponível;

V - manuseio e abastecimento de embarcações com uso de combustíveis e outros hidrocarbonetos.

§ 1º Em qualquer caso, as intervenções autorizadas deverão respeitar os seguintes princípios:

I - preservação da estabilidade das encostas e margens dos corpos de água;

II - manutenção dos corredores de fauna e da conectividade ecológica;

III - proteção contra processos erosivos, assoreamento e degradação da qualidade das águas;

IV - promoção da regeneração e manutenção da vegetação nativa.

§ 2º A fiscalização do cumprimento do disposto no caput será de responsabilidade do órgão ambiental competente, que poderá embargar imediatamente qualquer atividade que viole as proibições aqui estabelecidas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, cíveis e penais previstas na legislação vigente.

Art. 12 As intervenções de Classe I não necessitam de procedimentos de licenciamento ambiental, porém será obrigatório obter a anuência da concessionária do empreendimento, conforme disposto no *caput* do artigo 13.

Art. 13 As intervenções de Classe II necessitam de procedimentos de licenciamento ambiental na modalidade de Licença Ambiental Simplificada — LAS e as intervenções de Classe III através do licenciamento ambiental trifásico devendo ser acompanhadas das respectivas plantas baixas, georreferenciamento

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

das obras e estruturas, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), e demais exigências do órgão ambiental estadual.

CAPÍTULO V
DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DAS ESTRUTURAS E INTERVENÇÕES

Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 14 A utilização de áreas em Áreas de Preservação Permanente – APP, situadas no entorno de reservatórios artificiais destinados à geração de energia elétrica, independente da classe de intervenção, dependerá da apresentação de carta de anuência prévia, expedida pela concessionária responsável, em conformidade com o disposto na Portaria nº 170, de 4 de fevereiro de 1987, do Ministério de Minas e Energia, aplicando-se, igualmente, aos reservatórios artificiais destinados ao abastecimento público.

Art. 15 A realização de obras públicas ou particulares localizadas sobre e às margens das Águas Jurisdicionais Brasileiras dependerá da emissão do Parecer da Autoridade Marítima, emitido por meio das Capitanias dos Portos, suas Delegacias e Agências subordinadas, conforme Norman-11/DPC, e não eximirá o interessado das demais obrigações administrativas e legais perante outros órgãos responsáveis pelo controle da atividade em questão, quando cabível, seja da esfera federal, estadual ou municipal.

Art. 16 Nos casos de loteamentos e condomínios residenciais aprovados ou em análise pelo órgão ambiental estadual, bem como empreendimentos hoteleiros, náuticos e turísticos, que possuam ou prevejam locais de acesso à água por meio de rampas, trapiches ou ancoradouros, será obrigatória a utilização de acesso coletivo, exceto nos casos de autorização específica concedida pelo órgão ambiental competente.

§ 1º Os lotes inseridos em loteamentos e condomínios residenciais aprovados, localizados em áreas limítrofes à APP do reservatório, somente poderão ter acesso individual por meio de rampa ou trapiche, desde que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos:

I - observância dos critérios estabelecidas nesta Instrução Normativa, especialmente artigo 8º da presente Instrução Normativa e na legislação ambiental vigente;

II - comprovação da inexistência de alternativas técnicas ou locacionais viáveis para o acesso coletivo;

III - anuência prévia da concessionária responsável pelo reservatório artificial.

§ 2º O acesso individual por meio de rampa ou trapiche somente será permitido desde que não comprometa as funções ambientais da APP, especialmente:

I - a estabilidade das margens e encostas;

II - a manutenção dos corredores de fauna;

III - a qualidade das águas e a prevenção de processos erosivos ou assoreamento.

Seção II
Do Licenciamento Ambiental Simplificado – LAS

Art. 17 As intervenções de Classe II que necessitam de Licença Ambiental Simplificada — LAS, deverão ser requeridos por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:

I - cópia do Ato Constitutivo ou do Contrato Social (com última alteração), bem como extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ se pessoa jurídica ou cópia do Registro Geral (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF), se pessoa física ou cópia do Registro Geral (RG), e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida, se representante legal;

II - certidão atualizada, com no máximo 90 dias, da Matrícula ou Transcrição Imobiliária emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis ou documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, caso o imóvel seja locado ou arrendado, deverá apresentar o contrato de locação ou arrendamento;

III - certidão do Município, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com o Plano Diretor Municipal e legislação urbanística básica, ambiental, bem como que atendam as demais exigências legais e administrativas perante o município, de acordo com modelo constante do ANEXO I;

IV - memorial de Caracterização do Empreendimento - MCE, apresentado de acordo com o Termo de Referência do ANEXO II, elaborado por profissional(is) habilitado(s) e acompanhado da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados;

VII - declaração do requerente informando que área a ser licenciada não possui embargos;

VIII - portaria de Outorga Prévia ou da Declaração de Uso Independente de Outorga ou Declaração de Uso Insignificante de Água, para utilização de recursos hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, se for o caso;

IX - publicação de súmula do pedido de Licença Ambiental Simplificada – LAS no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;

X - recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da expedição da Licença Ambiental Simplificada – LAS no Diário Oficial do Estado a ser efetivada pelo IAT.

Art. 18 A Licença Ambiental Simplificada - LAS deverá ser emitida, estabelecendo como um dos condicionantes, prazo para apresentação da Cópia da Certidão de Aforamento ou Cessão de Uso de espaço público expedida pela Superintendência do Patrimônio da União, quando couber.

Art. 19 A Licença Ambiental Simplificada – LAS deverá ser emitida, estabelecendo como um dos condicionantes, prazo para apresentação da Portaria de Outorga de Direito para utilização de recursos hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, se for o caso.

Art. 20 Quando necessário o corte ou supressão de vegetação nativa, a Licença Ambiental Simplificada – LAS somente poderá ser emitida acompanhada da respectiva Autorização Florestal.

Parágrafo único. A Licença Ambiental Simplificada – LAS, em casos previstos por este artigo, contemplará as condicionantes estabelecidas na Autorização Florestal.

Seção III
Do Licenciamento Ambiental Trifásico

Art. 21 As intervenções de Classe III que necessitam de Licenças Prévia, de Instalação e de Operação, deverão requerê-las sucessivamente.

Parágrafo único. Este procedimento se aplica a novos empreendimentos e aqueles em operação que venham a sofrer ampliações que alterem de classe II para classe III, alterações definitivas no processo e incorporação de novas atividades, com alteração das características do empreendimento já implantado.

Subseção I
Da Licença Prévia- LP

Art. 22 Os requerimentos para Licença Prévia - LP deverão ser requeridos por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:

I - cópia do Ato Constitutivo ou do Contrato Social (com última alteração), bem como extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ se pessoa jurídica ou cópia do Registro Geral (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF), se pessoa física ou cópia do Registro Geral (RG), e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida, se representante legal;

II - certidão atualizada, com no máximo 90 dias, da Matrícula ou Transcrição Imobiliária emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis ou documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, caso o imóvel seja locado ou arrendado, deverá apresentar o contrato de locação ou arrendamento;

III - certidão do Município, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com o Plano Diretor Municipal e legislação urbanística básica, ambiental, bem como que atendam as demais exigências legais e administrativas perante o município, de acordo com modelo constante do ANEXO I;

IV - memorial de Caracterização do Empreendimento - MCE, apresentado de acordo com o Termo de Referência do ANEXO II, elaborado por profissional(is) habilitado(s) e acompanhado da(s) respectivas ART(s) - Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados;

V - estudo ambiental definido no art. 9º desta instrução normativa;

VII - declaração do requerente informando que área a ser licenciada não possui embargos;

VIII - portaria de Outorga Prévia ou da Declaração de Uso Independente de Outorga ou Declaração de Uso Insignificante de Água, para utilização de recursos hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, se for o caso;

IX - publicação de súmula do pedido de Licença Prévia – LP no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;

X - recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da expedição da Licença Prévia – LP no Diário Oficial do Estado a ser efetivada pelo IAT;

XII - manifestação de Órgãos intervenientes, conforme exigências constantes do Decreto Estadual que regulamenta a Lei Estadual nº 22.252/2024, quando aplicável.

Art. 23 Nos procedimentos de Licença Prévia - LP, quando necessária a supressão de vegetação, esta somente poderá ser emitida após a manifestação sobre a tipologia florestal e sua viabilidade de supressão.

Art. 24 A Licença Prévia não possibilita renovação, apenas prorrogação desde que não tenha sido concedido o prazo máximo.

Subseção II
Da Licença de Instalação – LI

Art. 25 Os requerimentos para Licença de Instalação - LI deverão ser requeridos por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:

I - relatório de atendimento das condicionantes da licença anterior;

II - estudo ambiental definido no art. 9º desta instrução normativa;

III - número do registro do cadastro do projeto junto ao SINAFLOR, no caso de necessidade de supressão de vegetação nativa ou apresentação da Autorização de Florestal;

IV - publicação de súmula da concessão da Licença Prévia no Diário Oficial do Estado ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986;

V - publicação de súmula do pedido de Licença de Instalação – LI no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;

VI - recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da expedição da Licença de Instalação – LI no Diário Oficial do Estado a ser efetivada pelo IAT.

Art. 26 Quando necessário o corte ou supressão de vegetação nativa, a Licença de Instalação somente poderá ser emitida acompanhada da respectiva Autorização Florestal.

Art. 27 A Licença de Instalação não possibilita renovação, apenas prorrogação desde que não tenha sido concedido o prazo máximo.

Subseção III
Da Licença de Operação – LO

Art. 28 Os requerimentos para Licença de Operação - LO deverão ser requeridos por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:

I - relatório de atendimento das condicionantes da licença anterior;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

II - relatório de conclusão de obras, acompanhado de material fotográfico, comprovando a implementação e instalação das medidas de controle propostas no PCPA, elaborado por profissional habilitado acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;

III - declaração de Uso Independente de Outorga (DUIO) ou Portaria de Outorga de Direito para Uso de Recursos Hídricos, se for o caso

IV - plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos- PGRS, apresentado de acordo com Termo de Referência do ANEXO V e elaborado por profissional (is) habilitado(s) acompanhado da respectiva ART;

V - publicação de súmula de concessão de Licença de Instalação no Diário Oficial do Estado no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;

VI - publicação de súmula do pedido de Licença de Operação em Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;

VII - recolhimento da taxa ambiental e, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental, demais valores cabíveis referentes às publicações.

VIII - cadastro técnico federal - CTF de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021.

Seção V
Da ampliação de intervenções/estruturas

Art. 29 Para as ampliações e/ou alterações definitivas nas estruturas detentoras de Licença de Operação — LO ou de Licença Ambiental Simplificada — LAS e que acarretem em impactos ambientais na sua instalação e operação, bem como caracterizem aumento de potencial poluidor/degradador do meio ambiente, deve ser requerido o licenciamento específico, trifásico ou bifásico, para a parte ampliada ou alterada.

Art. 30 A Licença Ambiental Simplificada de Ampliação — LASA aprova a localização e a concepção de ampliações ou alterações definitivas nos empreendimentos e/ou atividades detentoras de Licença Ambiental Simplificada — LAS, somente nos casos em que a ampliação não ultrapasse os critérios estabelecidos para a Classe II, caso contrário estará sujeito à Licença Prévia de Ampliação - LPA.

Seção VI
Da Renovação de Licenças Ambientais

Subseção I
Da Renovação da Licença Ambiental Simplificada — RLAS

Art. 31 Os requerimentos para Renovação da Licença Ambiental Simplificada — LAS deverão ser requeridos por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:

I - cópia do Ato Constitutivo ou do Contrato Social (com última alteração), bem como extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ se pessoa jurídica ou cópia do Registro Geral (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF), se pessoa física ou cópia do Registro Geral (RG), e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida, se representante legal;

II - certidão atualizada, com no máximo 90 dias, da Matrícula ou Transcrição Imobiliária emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis ou documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, caso o imóvel seja locado ou arrendado, deverá apresentar o contrato de locação ou arrendamento;

III - relatório de atendimento das condicionantes da Licença anterior;

IV - plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS atualizado e apresentado de acordo com o Termo de Referência do ANEXO V, elaborado por profissional(is) habilitado(s) acompanhado da respectiva ART;

V - comprovante de apresentação da Declaração de Carga Poluidora, conforme estabelecido na Portaria IAP nº 256, de 16 de setembro de 2013, ou outra que venha a sucedê-la, quando couber;

VI - portaria de Outorga de Direito ou da Declaração de Uso Independente de Outorga ou Declaração de Uso Insignificante de Água, para utilização de recursos hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, se for o caso;

VII - publicação de súmula da concessão da Licença Ambiental Simplificada – LAS no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;

VIII - publicação de súmula do pedido da Renovação da Licença Ambiental Simplificada – RLAS no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;

IX - recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da expedição da Licença Ambiental Simplificada – LAS no Diário Oficial do Estado a ser efetivada pelo IAT.

Subseção II
Da Renovação da Licença de Operação – RLO

Art. 32 Os requerimentos para Renovação da Licença de Renovação - RLO deverão ser requeridos por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:

I - cópia do Ato Constitutivo ou do Contrato Social (com última alteração), bem como extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ se pessoa jurídica ou cópia do Registro Geral (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF), se pessoa física ou cópia do Registro Geral (RG), e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida, se representante legal;

II - certidão atualizada, com no máximo 90 dias, da Matrícula ou Transcrição Imobiliária emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis ou documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, caso o imóvel seja locado ou arrendado, deverá apresentar o contrato de locação ou arrendamento;

III - relatório de atendimento das condicionantes da licença anterior;

IV - declaração de Uso Independente de Outorga (DUIO) ou Portaria de Outorga de Direito para Uso de Recursos Hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, se for o caso;

V - plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos- PGRS, apresentado de acordo com Termo de Referência do ANEXO V e elaborado por profissional (is) habilitado (s) acompanhado da respectiva ART;

VI - comprovante de apresentação da Declaração de Carga Poluidora, conforme estabelecido na Portaria IAP nº 256, de 16 de setembro de 2013, ou outra que venha a sucedê-la, quando couber;

VII - publicação de súmula da concessão da Licença de Operação – LO no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;

VIII - publicação de súmula do pedido da Renovação da Licença de Operação - LO no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;

IX - recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da expedição da Renovação da Licença de Operação – RLO no Diário Oficial do Estado a ser efetivada pelo IAT;

X - cadastro Técnico Federal (CTF) de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021.

Parágrafo Único. A Renovação de Licença de Operação - RLO e a Licença de operação de Ampliação – LOA, poderão ser solicitadas de forma unificada quando o prazo de vencimento da licença em renovação for inferior a 01 (um) ano.

CAPÍTULO VI
DA REGULARIZAÇÃO DE ESTRUTURAS E INTERVENÇÕES

Art. 33 As estruturas localizadas em APP nas margens de reservatórios artificiais destinados à geração de energia ou abastecimento público que não estejam regularizadas ambientalmente deverão ser submetidas ao processo de regularização junto ao órgão ambiental competente, observando-se as diretrizes da Lei Federal nº 12.651/2012 e, quando aplicável, da Lei Federal nº 13.465/2017.

§ 1º Nos casos de degradação em APP no entorno do reservatório artificial decorrente de atividades de baixo impacto ambiental, o órgão ambiental estadual exigirá a elaboração de um Plano de Regularização Ambiental (PRA), que deverá contemplar medidas para recuperação da área degradada, respeitando os corredores de biodiversidade e promovendo a proteção contra erosão e assoreamento; o PRA será analisado conforme critérios técnicos e normativos aplicáveis.

§ 2º Nos casos de ocupações consolidadas em núcleos urbanos informais localizados em APPs, a regularização fundiária será admitida nos termos dos Arts. 64 e 65 da Lei nº 12.651/2012 e da Lei Federal nº 13.465/2017 desde que não sejam áreas identificadas como de risco.

§ 3º Após a apresentação do Plano de Regularização Ambiental (PRA), será analisado o requerimento de licenciamento cabível sem prejuízo da aplicação da legislação ambiental; a qualquer tempo sendo constatada nova degradação, o autorizado perderá o direito ao uso da APP até a implementação das medidas necessárias à restauração favorecendo a formação e manutenção de corredores de biodiversidade.

§ 4º Caso a regularização seja deferida, o interessado deverá cumprir integralmente as condições estabelecidas na licença ambiental emitida incluindo recuperação da vegetação nativa nas áreas degradadas, implementação de medidas compensatórias e mitigadoras quando aplicável e monitoramento periódico das intervenções realizadas conforme cronograma aprovado pelo órgão ambiental.

§ 5º Em casos de incompatibilidade com a legislação ambiental ou danos irreversíveis ao meio ambiente, o órgão ambiental poderá determinar a remoção da estrutura sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cíveis e penais previstas estabelecidas na legislação vigente, em especial a Lei Federal nº 9.605/1998.

§ 6º O prazo para solicitação de regularização será de até 12 meses exceto em situações excepcionais autorizadas pelo órgão ambiental ou fundiário competente.

Art. 34 Quando constatada degradação em área de APP no entorno do reservatório artificial, proveniente de intervenção do empreendedor/proprietário ou confrontante, considerando-se o estado da área à época da formação do reservatório, o órgão ambiental estadual exigirá do requerente a celebração de Termo de Compromisso (TC) com o objetivo de restaurar a área em seu estado anterior, respeitando os corredores de biodiversidade e proteção a erosão e assoreamento da área.

§ 1º Após a celebração do TC, será analisado o requerimento da licença ambiental, sem prejuízo da aplicação da legislação ambiental.

§ 2º A qualquer tempo, sendo constatado degradação, o autorizado perderá o direito ao uso da APP até iniciar a realização de medidas necessárias à restauração, favorecendo a formação e manutenção de corredores de biodiversidade.

Art. 35 Somente serão cabíveis procedimentos e estudos para fins de regularização ambiental das intervenções enquadradas nas Classes II e III, conforme classificação estabelecida no art. 8º desta Instrução Normativa.

Seção I
Da Licença Ambiental Simplificada de Regularização — LASR

Art. 36 Os requerimentos de Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR, para as intervenções de Classe II de baixo impacto ambiental, deverão ser requeridos por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:

I - cópia do Ato Constitutivo ou do Contrato Social (com última alteração), bem como extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ se pessoa jurídica ou cópia do Registro Geral (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF), se pessoa física ou cópia do Registro Geral (RG), e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida, se representante legal;

II - certidão atualizada, com no máximo 90 dias, da Matrícula ou Transcrição Imobiliária emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis ou documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, caso o imóvel seja locado ou arrendado, deverá apresentar o contrato de locação ou arrendamento;

III - certidão do Município, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com o Plano Diretor Municipal e legislação urbanística básica, ambiental, bem como que atendam as demais exigências legais e administrativas perante o município, de acordo com modelo constante do ANEXO I;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

IV - memorial de Caracterização do Empreendimento - MCE, apresentado de acordo com o Termo de Referência do ANEXO II, elaborado por profissional(is) habilitado(s) e acompanhado da(s) respectivas ART(s) — Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados;

V - estudo ambiental definido no art. 9º desta instrução normativa;

VI - declaração do requerente informando que área a ser licenciada não possui embargos;

VII - portaria de Outorga de Direito ou da Declaração de Uso Independente de Outorga ou Declaração de Uso Insignificante de Água, para utilização de recursos hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, se for o caso;

VIII - publicação de súmula do pedido de Licença Ambiental Simplificada de Regularização – LASR no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;

IX - recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da expedição da Licença Ambiental Simplificada de Regularização – LASR no Diário Oficial do Estado a ser efetivada pelo IAT.

Parágrafo único. A Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR somente poderá ser emitida acompanhada da respectiva Portaria de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos ou a Declaração de Uso Independente de Outorga.

Seção II
Da Licença de Instalação de Regularização — LIR

Art. 37 Os requerimentos para Licença de Instalação de Regularização - LIR deverão ser requeridos por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:

I - cópia do Ato Constitutivo ou do Contrato Social (com última alteração), bem como extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ se pessoa jurídica ou cópia do Registro Geral (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF), se pessoa física ou cópia do Registro Geral (RG), e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida, se representante legal;

II - certidão atualizada, com no máximo 90 dias, da Matrícula ou Transcrição Imobiliária emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis ou documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, caso o imóvel seja locado ou arrendado, deverá apresentar o contrato de locação ou arrendamento;

III - certidão do Município, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com o Plano Diretor Municipal e legislação urbanística básica, ambiental, bem como que atendam as demais exigências legais e administrativas perante o município, de acordo com modelo constante do ANEXO I;

IV - portaria de outorga prévia de uso de recursos hídricos para utilização de recursos hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, se for o caso;

V - memorial de Caracterização do Empreendimento - MCE, apresentado de acordo com o Termo de Referência do ANEXO II, elaborado por profissional(is) habilitado(s) e acompanhado da(s) respectivas ART(s) — Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados;

VI - estudo ambiental definido no artigo 9º da presente Instrução Normativa.

VII - declaração do requerente informando que área a ser licenciada não possui embargos;

VIII - publicação de súmula do pedido de Licença de Instalação de Regularização – LIR no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;

IX - recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da expedição da Licença de Instalação de Regularização – LIR no Diário Oficial do Estado a ser efetivada pelo IAT.

Seção III
Da Licença de Operação de Regularização – LOR

Art. 38 Os requerimentos para Licença de Operação de Regularização - LOR deverão ser requeridos por meio do sistema informatizado do IAT, instruídos na forma prevista abaixo:

I - cópia do Ato Constitutivo ou do Contrato Social (com última alteração), bem como extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ se pessoa jurídica ou cópia do Registro Geral (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF), se pessoa física ou cópia do Registro Geral (RG), e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida, se representante legal;

II - certidão atualizada, com no máximo 90 dias, da Matrícula ou Transcrição Imobiliária emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis ou documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, caso o imóvel seja locado ou arrendado, deverá apresentar o contrato de locação ou arrendamento;

III - certidão do Município, declarando expressamente que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com o Plano Diretor Municipal e legislação urbanística básica, ambiental, bem como que atendam as demais exigências legais e administrativas perante o município, de acordo com modelo constante do ANEXO I;

IV - portaria de outorga prévia de uso de recursos hídricos para utilização de recursos hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, se for o caso;

V - memorial de Caracterização do Empreendimento - MCE, apresentado de acordo com o Termo de Referência do ANEXO II, elaborado por profissional(is) habilitado(s) e acompanhado da(s) respectivas ART(s)- Anotação(s) de Responsabilidade Técnica dos profissionais habilitados;

VI - estudo ambiental definido no art. 9º desta instrução normativa;

VII - plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos- PGRS, apresentado de acordo com Termo de Referência do Anexo V, elaborado por profissional (is)

habilitado (s) acompanhado da respectiva ART;

VIII - portaria de Outorga de Direito ou Dispensa de Outorga de Uso de Recursos Hídricos, se for o caso;

IX - declaração do requerente informando que área a ser licenciada não possui embargos;

X - publicação de súmula do pedido de Licença de Operação de Regularização – LOR no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;

XI - recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da expedição da Licença de Operação de Regularização – LOR no Diário Oficial do Estado a ser efetivada pelo IAT;

XII - cadastro Técnico Federal (CTF) de Atividades Potencialmente Poluidoras ou utilizadoras de Recursos Ambientais;

XIII - alvará de funcionamento vigente, expedido pela Prefeitura Municipal.

CAPÍTULO VII
DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E OBRIGAÇÕES

Art. 39 As estruturas classificadas como Classes II e III, quando vinculadas a empreendimento ao qual estejam funcionalmente integradas, deverão ter seu licenciamento ambiental realizado no mesmo processo deste.

Parágrafo único. Nos casos em que houver necessidade de regularização, esta deverá ser promovida inicialmente para o empreendimento principal, de modo a subsidiar a regularização das estruturas e atividades localizadas em Área de Preservação Permanente – APP.

Art. 40 Os requerimentos de licenciamento deverão ser protocolados por meio do sistema informatizado do IAT.

Art. **41** É vedado o despejo, por embarcações ou outras fontes, de óleos, graxas, resíduos sólidos ou líquidos, bem como dejetos sanitários, diretamente no corpo de água dos reservatórios artificiais ou em suas áreas marginais.

Art. 42 O órgão ambiental estadual poderá notificar os responsáveis por estruturas e acessos já instalados ou em instalação para que apresentem os respectivos projetos de adequação que atendam aos critérios desta Instrução Normativa, devendo contemplar prazo e cronograma de execução, de 06 (seis) a 12 (doze) meses, à critério do órgão, considerando a especificidade de cada caso.

Parágrafo único. Em casos excepcionais e, quando não for possível mitigar ou recuperar, poderá o órgão ambiental, mediante decisão fundamentada, estabelecer medidas de compensação de relevante ganho ambiental.

Art. 43 O órgão ambiental estadual, mediante parecer técnico fundamentado, poderá indeferir ou restringir as obras pretendidas, e que não estejam de acordo com esta Instrução Normativa.

Art. 44 O não cumprimento integral das exigências estabelecidas nesta Instrução Normativa implicará em não aprovação da atividade ou estrutura, com o consequente arquivamento do processo, e quando couber, poderão ser aplicadas sanções administrativas, cíveis e penais previstas na legislação vigente, especialmente nos termos da Lei nº 9.605/1998, que estabelece penalidades para condutas lesivas ao meio ambiente, incluindo multas, detenção, reclusão e outras medidas cabíveis.

Art. 45 É dispensada a autorização do órgão licenciador competente para a execução, em caráter de urgência, de intervenções para atividades de segurança ou risco de acidentes, obras de interesse da defesa civil, destinadas à prevenção e à mitigação de acidentes em áreas urbana e rural, bem como para o restabelecimento da normalidade pública, previstas em decretos de situação de emergência ou de calamidade pública, devendo ser apresentado laudo técnico, fotos/vídeos ou documentos hábeis à comprovação da situação de urgência.

Art. 46 Caso haja necessidade, o órgão ambiental competente solicitará, a qualquer momento, outros documentos e/ou informações complementares do requerente ou de outras instituições envolvidas no licenciamento ambiental em questão, assim como, anotação ou registro de responsabilidade técnica pela implantação e conclusão de eventuais estudos ambientais.

Art. 47 Constatada a existência de pendência judicial envolvendo o empreendedor, o empreendimento ou o imóvel, a decisão administrativa sobre a eventual suspensão do licenciamento será precedida de manifestação jurídica do órgão ambiental competente.

Art. 48 Os casos omissos nesta Instrução Normativa serão analisados pelo Instituto Água e Terra - IAT e enquadrados na legislação ambiental vigente conforme as características particulares de cada intervenção.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 49 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor Presidente do Instituto Água e Terra

RELAÇÃO DOS ANEXOS

ANEXO I	MODELO DE CERTIDÃO DO MUNICÍPIO QUANTO AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
ANEXO II	TERMO DE REFERÊNCIA DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO MEMORIAL DE CARACTERIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS - MCE
ANEXO III	TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL - PCA
ANEXO IV	TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO AMBIENTAL PRELIMINAR – RAP
ANEXO V	TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

ANEXO I

MODELO CERTIDÃO DO MUNICÍPIO QUANTO AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE.....(nome do município), para fins de licenciamento ambiental do empreendimento abaixo descrito, que o local, o tipo de empreendimento e a atividade estão em conformidade com a legislação municipal aplicável ao uso e ocupação do solo (Plano Diretor ou Lei de Uso e Ocupação do Solo vigente), bem como atendem a legislação ambiental municipal e as demais exigências legais e administrativas perante o nosso município.

EMPREENDEDOR	
CNPJ/CPF	
ATIVIDADE	
LOCALIZAÇÃO	
LEGISLAÇÃO Nº	
ZONA/MACROZONA	
PERÍMETRO URBANO/ ZONA RURAL	
ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE PERMITIDA/PERMISSIVEL	

LOCAL/DATA

Nome, assinatura e carimbo do Prefeito Municipal e, por delegação, dos Secretários Municipais responsáveis pelo Meio Ambiente e controle territorial.

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DO MEMORIAL DE CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO – MCE

O MCE deverá ser elaborado por técnico habilitado e apresentado para análise do INSTITUTO ÁGUA E TERRA, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme as diretrizes listadas a seguir.

I - INFORMAÇÕES CADASTRAIS

1) Razão social;
2) Nome Fantasia;
3) CNPJ e Inscrição Estadual. Cadastro de Produtor Rural;
4) Endereço completo da unidade a ser licenciada;
5) Endereço para correspondência;
6) Nome do responsável, telefone;
7) E-mail.

II - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

a) Área onde será implantada a atividade (área total, área construída e área livre);
b) Coordenadas Geográficas e UTM;
c) Tipo e característica do solo;
d) Topografia;
e) Recursos Hídricos (nascentes, olhos d´água, cursos dá água, etc);
f) Geologia/hidrogeologia/geotecnia;
g) Cobertura Vegetal;
h) Acessos (alternativas, condições de tráfego);
i) Características do entorno (uso do solo, residências, áreas de interesse ambiental, etc.

III - CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO COM IMAGEM AÉREA E CONTENDO NO MÍNIMO:

a) Distância dos corpos hídricos;
b) Áreas de preservação permanente;
c) Cobertura florestal;
d) Vias de acesso principais e
e) Pontos de referências.

IV - CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

a) Tipo de atividade do empreendimento. De acordo com o Código Nacional de Atividades Econômicas “CNAE”. Citar o número do CNAE;
b) Descritivo da obra a ser implantada e a descrição das intervenções necessárias;
c) Descrição do empreendimento e apresentação das suas características técnicas: apresentar as características da unidade.

V - INFORMAÇÕES SOBRE POLUENTES

1. Efluentes líquidos (higienização de pisos, esgoto sanitário):
a) Geração, tratamento e destinação final;

2. Resíduos Sólidos
a) Geração, tratamento e destinação final.

VI - DESENHOS

a) Planta de situação do empreendimento;
b) Planta geral contemplando o(s) sistemas de controle de poluição.

ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL – PCA

O PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL deverá ser elaborado por técnico habilitado e apresentados para análise do INSTITUTO ÁGUA E TERRA, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, ou comprovante de registro profissional da equipe técnica responsável pela elaboração do documento/projeto, conforme as diretrizes listadas a seguir.

Equipe técnica mínima para elaboração do PCA:

- Coordenador geral: Curso superior com comprovação de atividades na área ambiental
- Coordenador técnico: Curso superior com comprovação de atividades na área ambiental
- Responsável Técnico – Meio Físico: Eng.º civil, geólogo, eng.º florestal, eng.º ambiental, ou correlatos;
- Responsável Técnico – Meio Biótico: Biólogo, eng.º florestal, ou correlatos;
- Responsável Técnico – Meio Socioeconômico: Sociólogo, economista, geógrafo ou correlatos;

I. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

1. DADOS CADASTRAIS

b) Razão social;
c) Nome fantasia da empresa;
d) CNPJ;
e) Endereço;
f) Nome do representante legal;
g) Telefone do representante legal;
h) E-mail do representante legal;
i) Pessoa para contato;
j) Telefone da pessoa para contato; e
k) E-mail da pessoa para contato.

2. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

a) Descrever e apresentar os elementos e componentes da infraestrutura que integrarão o empreendimento, tais como:
- Área (área total, área construída e área livre);
- Instalações e equipamentos principais e secundários que serão implantados e operados;
- Número de funcionários;
- Horário de turno de trabalho;

b) Caracterização do empreendimento com base em todos os dados e informações do projeto proposto, com a incorporação de plantas, ilustrações, tabelas e ANEXOs que venham a tornar a descrição do empreendimento clara e coesa.

3. INFORMAÇÕES REFERENTES À IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

a) Caracterizar as intervenções previstas para a implantação do empreendimento, com informações sobre:
- infraestrutura de apoio necessária à implantação do empreendimento, incluindo canteiro de obras, escritórios de apoio, alojamentos;
- pátio de estacionamento de máquinas e veículos;
- vias de acesso existentes e áreas potenciais que exigirão a abertura de novos acessos;

b) Quantificação da mão de obra a ser empregada na implantação e origem esperada dos trabalhadores;
c) Obras de terraplanagem, indicando:
- Memorial Justificativo da Terraplanagem;
- estimativa de volumes envolvidos na terraplanagem (volumes de corte e aterro), com indicação de potenciais áreas de empréstimo e disposição de material,
- planta da implantação da terraplanagem;

d) Estimativa de investimento da obra; e
e) Cronograma de implantação.

II. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DA ÁREA DO EMPREENDIMENTO

1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

Para a caracterização da área do empreendimento, deverão ser apresentadas, no mínimo, as informações abaixo relacionadas, devendo as mesmas, quando couber, ser apresentadas em mapas, plantas georreferenciadas, em escala compatível, ou através de fotos datadas, fotos aéreas, imagem de satélite e outros materiais disponíveis, com legendas explicativas da área do empreendimento e do seu entorno:

a) Uso e ocupação do solo;
b) Corpos hídricos existentes na área;
c) Existência de nascentes e olhos d'água;
d) Suscetibilidade do terreno à erosão;
e) Existência de cobertura florestal informando áreas de vegetação nativa e exótica;
f) Existência de áreas de preservação permanente;
g) Ocorrência de Reserva Legal;
h) Espécies de animais predominantes, quando aplicável;
i) Indícios de vestígios arqueológicos, históricos, ou artísticos na área afetada, quando aplicável;
j) Caracterização da geomorfologia/relevo;
k) Indicação, se aplicável, da existência de Unidades de Conservação municipais, estaduais e federais na área do empreendimento e no seu entorno.

2. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS, DE CONTROLE OU DE COMPENSAÇÃO.

Identificar os principais impactos que poderão ocorrer em função da implantação do empreendimento, contemplando no mínimo os impactos abaixo. Apresentar os Planos e Programas Ambientais contendo medidas preventivas, mitigadoras e/ou compensatórias associadas a cada impacto negativo identificado e analisado, relacionando-as com a regulamentação a ser atendida.

1) Canalização de nascentes;
2) Supressão Florestal;
3) Interferência em área de preservação permanente, inclusive supressão de vegetação;
4) Interferência sobre infra-estruturas urbanas;
5) Interferência em áreas ambientalmente sensíveis onde ocorrerão obras, como várzeas e áreas densamente ocupadas;
6) Intensificação de tráfego na área;
7) Geração de resíduos da construção civil.

III. PROJETO DE CONTROLE DE POLUIÇÃO AMBIENTAL

1. ÁGUAS PLUVIAIS

a) Quando existirem áreas descobertas de processamento ou de estocagem de matérias primas, produtos químicos e materiais auxiliares, prever sistema de prevenção para a não contaminação das águas pluviais ou sistema de tratamento, caso necessário.

2. ESGOTO SANITÁRIOS

a) Descrição do sistema de coleta e tratamento, fornecendo também dados de vazão;
b) Disposição final adotada para os esgotos sanitários (infiltração, lançamento em rede e/ou lançamento em corpos hídricos, etc.);
c) Dimensionamento do sistema de tratamento.

Apresentar o dimensionamento completo e detalhado de todas as unidades de tratamento de esgoto sanitário, especificando todos os parâmetros usados e necessários à sua compreensão. O dimensionamento deve ser feito rigorosamente de acordo com as normas específicas da ABNT:

- 7229 – Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos;
- NBR 13969 – Tanques sépticos. Unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos – Projeto, operação e construção;
- NBR 12209 – Projeto de estações de tratamento de esgoto sanitário.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

3. EFLUENTES LÍQUIDOS

a) Informações quantitativas
- Fornecer dados de vazão, volume e periodicidade os quais devem ser fornecidos para cada efluente isoladamente;
- No caso de efluentes descontínuos, indicar para cada efluente: a periodicidade das descargas, o volume descarregado de cada vez e a duração ou vazão da descarga;
- No caso de efluentes contínuos de vazão constante, indicar para cada efluente: a vazão horária ou a vazão diária ou o período diário de descarga de efluente.

b). Informações qualitativas
- Fornecer para cada efluente líquido, as características físico-químicas necessárias à sua perfeita caracterização, englobando, no mínimo, aquelas características objeto de limitações na legislação vigente aplicáveis ao despejo em questão;

c). sobre a disposição final dos efluentes líquidos
- Informar a disposição final adotada para efluentes líquidos: lançamento em rede e/ou lançamento em corpos hídricos;
- No caso de lançamento em corpos hídricos (rio, córregos, lagoas,etc.), indicar nome, classe (segundo legislação em vigor) e bacia hidrográfica;
- No caso do efluente ser lançado em regime descontínuo ou em batelada, deverá ser prevista a implantação de pelo menos um tanque pulmão.

d). Descrição dos sistemas de tratamento
- sistemas de tratamento propostos devem ser suficientemente descritos, com anexação de fluxogramas detalhados, onde constem todos os processos e operações empregadas.

e). Justificativa dos sistemas de tratamento
- Justificar a escolha do tratamento proposto com base em tecnologia aplicada, característica dos efluentes, vazões e outros aspectos.

f). Dimensionamento
- Apresentar dimensionamento completo e detalhado de todas as unidades de tratamento, especificando todos os parâmetros usados e necessários à sua perfeita compreensão.

g). Monitoramento
- Devem ser indicados todos os controles a serem efetuados (físico-químicos, operacionais, etc.) e a frequência necessária, visando garantir o rendimento esperado. Também devem ser relacionados os problemas que mais comumente possam ocorrer e a respectiva solução.

h). Características dos efluentes finais
- Apresentar as características prováveis para os efluentes finais, cujos parâmetros devem ser os mesmos indicados para a caracterização qualitativa dos efluentes brutos.

4. INFORMAÇÕES SOBRE EMISSÕES GASOSAS

a). Fontes de poluição do ar
- Especificar detalhadamente as fontes geradoras de poluição do ar.

b). Combustíveis
- Especificar os combustíveis a serem utilizados (tipo e quantidade diária).

c). Tratamento adotado:
- Deverá ser apresentado o Plano de Controle de Poluição do Ar, especificando as medidas a serem tomadas para atender os padrões de emissão e de condicionamento e os padrões de qualidade do ar no entorno.

5. INFORMAÇÕES SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS

a). Resíduos gerados
- Apresentar relação completa dos resíduos sólidos, indicando sua origem, produção diária (peso e volume), características (estado físico, composição química, peso específico), processamento (tipo de acondicionamento e de remoção) e destinação final.

b). Disposição final
- Descrever o tipo de disposição final dos resíduos sólidos.

c). Tratamento adotado
- Justificar a escolha do (s) tipo (s) de tratamento (s) adotado (s).

d). Memorial de cálculo
- Apresentar o memorial de cálculo referente ao dimensionamento da solução adotada.

6. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em caso de armazenamento de produtos perigosos, tais como produtos tóxicos, inflamáveis, informar se existe Programa de Gerenciamento de Riscos Ambientais, conforme legislação vigente; Informar se existe passivo ambiental na área do empreendimento e medidas que estão sendo adotadas para sua eliminação e/ou controle.

IV.CRONOGRAMA E ESTIMATIVA DE CUSTOS

1. ESTIMATIVA DE CUSTOS

a) Apresentar estimativa real e detalhada do custo de implantação das unidades projetadas.

2. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO

a) Apresentar um cronograma detalhado e real para a execução das obras de implantação do sistema de tratamento.

V. DESENHOS

1. DO PROJETO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES LÍQUIDOS

a) Planta geral do sistema de tratamento, mostrando a localização dos medidores de vazão;
b) Perfil hidráulico do sistema de tratamento;
c) Desenhos com dimensões e detalhamento das diversas unidades do sistema de tratamento, inclusive medidor de vazão.

2. DO PROJETO DO SISTEMA DE TRATAMENTO E CONTROLE DE EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

a) Planta geral do sistema de tratamento e controle;
b) Desenhos com dimensões e detalhamento dos diversos sistemas adotados.

3. DO PROJETO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

a) Planta geral do sistema de tratamento;
b) Desenhos com dimensões e detalhamento o dos diversos sistemas adotados.

ANEXO IV

TERMO DE REFERÊNCIA PARA A ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO AMBIENTAL PRELIMINAR – RAP

O presente Termo de Referência tem o objetivo de determinar a abrangência, os procedimentos e os critérios mínimos para a elaboração do Relatório Ambiental Preliminar (RAP), instrumentos que subsidiarão o licenciamento ambiental para a atividade proposta.

O RAP deve abordar a interação entre elementos dos meios físico, biológico e sócio-econômico, buscando a elaboração de um diagnóstico integrado da área de influência do empreendimento. O RAP deve possibilitar a avaliação dos impactos resultantes da implantação do empreendimento, e a definição das medidas mitigadoras e de controle ambiental.

I - IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

1. Identificação do Empreendedor
a) Nome e razão social;
b) Inscrição Estadual e CNPJ;
c) Número do Cadastro Técnico Federal (IBAMA);
d) Endereço completo para correspondência: município, telefone, fax e e-mail;
e) Representantes legais: (nome, endereço, fone e fax);
f) Pessoa de contato: (nome, endereço, fone e fax).
2. Identificação da Empresa Consultora responsável pelo Estudo Ambiental
a) Nome e razão social;
b) Inscrição Estadual e CNPJ;
c) Número do Cadastro Técnico Federal (IBAMA);
d) Apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou comprovante do registro profissional da EQUIPE TÉCNICA responsável pela elaboração do respectivo documento/projeto
e) Endereço completo para correspondência: município, telefone, fax e e-mail;
f) Representantes legais: (nome, endereço, fone e fax);
g) Pessoa de contato: (nome, endereço, fone e fax).
3. Dados da equipe técnica multidisciplinar: identificar os profissionais responsáveis pela elaboração do RAP:
a) Nome;
b) Formação profissional;
c) Número do registro no respectivo Conselho de Classe;
d) Número do Cadastro Técnico Federal (IBAMA);
e) Assinatura da equipe na página de rosto do RAP e rubrica dos mesmos em todas as demais páginas.
f) Equipe técnica mínima para elaboração do RAP:

- Coordenador geral: Curso superior com comprovação de atividades na área ambiental;
- Coordenador técnico: Curso superior com comprovação de atividades na área ambiental
- Responsável Técnico – Meio Físico: Eng.º civil, geólogo, eng.º florestal, eng.º ambiental, ou correlatos;
- Responsável Técnico – Meio Biótico: Biólogo, eng.º florestal, ou correlatos;
- Responsável Técnico – Meio Socioeconômico: Sociólogo, economista, geógrafo ou correlatos.

II - CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

1. Dados Cadastrais:
a) Denominação oficial do empreendimento;
b) Tipo de empreendimento;
c) Localização e dados cadastrais da área;
d) Matrículas dos imóveis;
e) Valores de investimento previstos para o empreendimento, de acordo com as suas fases.
2. Objetivos e Justificativas
a) Apresentar os objetivos e justificativas do projeto, com indicação das melhorias pretendidas no sistema bem como sua inter-relação com a cadeia logística da região;
b) Apresentar relato histórico da atividade, desde a sua concepção até a data de realização do estudo;
c) Descrever as alternativas locacionais estudadas, as potenciais interferências e as magnitudes dos impactos ambientais para os meios físico, biótico e sócio-econômico, vinculados a cada alternativa, com consequente justificativa a esta relacionada.
3. Localização do empreendimento:
a) Apresentar dados referentes a localização do empreendimento, em coordenadas geográficas ou coordenadas planas (UTM), devendo as mesmas, quando couber, ser apresentadas em mapas, plantas planialtimétricas em escala compatível, ou através de fotos datadas, fotos aéreas, imagem de satélite. Deverão constar no mínimo, os seguintes itens:

- DATUM utilizado;
- Área do empreendimento e sua vizinhança;
- Indicação das distâncias entre o empreendimento e residências (casas isoladas, núcleos populacionais, dentre outras);
- vias de acesso;
- Principais núcleos urbanos (vilas, povoados) da Área de Influência;
- Indicação da malha viária existente e acessos;
- Indicação e limites de possíveis Unidades de Conservação na Área de Influência;
- Indicação das fitofisionomias presentes no entorno;
- Principais cursos d'água e respectivas bacias hidrográficas;
- Indicação de outras interferências consideradas relevantes.

4. Descrição do empreendimento e apresentação das suas características técnicas:
Informar as características básicas do empreendimento proposto, contemplando, no mínimo, as seguintes informações:
1) Caracterizar o empreendimento quanto aos aspectos de infraestrutura, conceituando as instalações que o comporão (não deve ser apresentado projeto executivo na fase de licenciamento ambiental prévio);
2) Descrição das obras, apresentando as ações inerentes à implantação e operação do empreendimento;
3) Obras de terraplanagem, indicando volumes de corte e aterro, planta da implantação da terraplanagem e o memorial justificativo da terraplanagem.
5. Caracterização qualitativa da geração de efluentes líquidos, emissões atmosféricas, resíduos sólidos e ruídos dos efluentes, a serem gerados na implantação e operação do empreendimento, apontando suas principais características físicas, químicas e bacteriológicas.
6. Informar quais as possíveis fontes de abastecimento de água compatíveis com a demanda estimada para a implantação e operação do empreendimento (poços, adução de curso d'água ou abastecimento público, entre outros).
7. Informar quais as possíveis formas de disposição final do efluente a ser gerado pela implantação e operação do empreendimento (rede pública de coleta, lançamento em rede de drenagem, lançamento em corpo receptor, infiltração em solo, entre outros).
8. Descrição das obras, apresentando as ações inerentes à implantação e operação do empreendimento.
9. Estimativa da mão de obra necessária para sua implantação e operação.
10. Cronograma de implantação.

III - DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PRELIMINAR DA ÁREA DE INFLUÊNCIA

As informações a serem abordadas neste item devem propiciar o diagnóstico da área de influência do empreendimento, refletindo as condições atuais dos meios físico, biológico e socioeconômico. Devem ser interrelacionadas, resultando num diagnóstico integrado que permita a avaliação dos impactos resultantes da implantação do empreendimento.
Para tanto deverão ser apresentadas as informações básicas abaixo relacionadas, devendo as mesmas, quando couber, serem apresentadas em planta planialtimétrica em escala compatível, também através de fotos datadas, com legendas explicativas da área do empreendimento e do seu entorno:

1. Área de influência do empreendimento.
2. Compatibilidade do empreendimento com a legislação envolvida: Municipal, Estadual e Federal, mapeando as restrições à ocupação.
3. Caracterização:
a) do uso e ocupação do solo atual;
b) da infraestrutura existente;
c) das atividades socioeconômicas.
4. Bacia hidrográfica e corpos d'água e respectivas classes de uso.
5. Potencialidades de uso das águas subterrâneas (no caso da existência de poços, informar o número, a vazão e a profundidade). Indicação dos tipos de uso da água existentes a montante e a jusante do imóvel e, quando possível, os previstos;
a) Feições da área, presença de terrenos alagadiços ou sujeitos a inundação;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

6. Existência de nascentes e olhos d'água na área do imóvel, especificar seu uso e estado de conservação. Descrever as restrições de uso quanto à necessidade de proteção de nascentes existentes na área do imóvel;
7. Suscetibilidade do terreno à erosão (identificar níveis de fragilidade potencial das áreas afetadas pelo empreendimento).
8. Cobertura vegetal da área afetada pelo empreendimento indicando e informando:
a) espécies predominantes e diâmetros médios;
b) áreas de vegetação nativa e/ou de interesse específico para a fauna e estágio sucessional
c) vegetação exótica, culturas (eucalipto, temporárias outras)
d) descrição do estado atual de conservação da vegetação existente
e) indicação se a instalação do empreendimento demandará supressão vegetal, e se está ocorrendo regeneração das áreas alteradas
9. Existência de vegetação de preservação permanente e seu estado de conservação; indicar a localização das APP's.
10. Ocorrência de Reserva Legal, seu estado de conservação e sua localização e distribuição; caso a Reserva Legal não tenha sido respeitada na área, indicar a área do imóvel que será destinada a Reserva Legal.
11. Caracterização da fauna local, com indicação das espécies de animais predominantes, inclusive ictiofauna, e potencial de utilização; ressaltar espécies endêmicas, espécies predadoras e as que estão com risco de extinção.
12. Indícios de vestígios arqueológicos, históricos, ou artísticos na área afetada. Verificando-se indícios de vestígios, deverá ser apresentado junto com a documentação o protocolo de entrega no IPHAN, do relatório de caracterização e avaliação, da situação atual, do patrimônio arqueológico na área afetada.
13. Caracterização da geomorfologia/relevo.
14. Indicação, se aplicável, da existência de Unidades de Conservação municipais, estaduais e federais no entorno da área do empreendimento, bem como outras áreas naturais protegidas, informando a distância e se a possível instalação pretendida atende as normas que regem essas UC.

IV - IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS, DE CONTROLE OU DE COMPENSAÇÃO

Identificar os principais impactos que poderão ocorrer em função das diversas ações previstas para o planejamento, a implantação e a operação do empreendimento, atividade ou obra, contemplando no mínimo os impactos abaixo. Para cada impacto indicado, descrever as medidas mitigatórias, de controle ou de compensação correspondente. Considerando no mínimo os itens abaixo.

1. Processos erosivos e de assoreamento associados à implantação do empreendimento;
2. Na qualidade das águas superficiais ou subterrâneas, identificando os corpos d'água afetados;
3. Emissão atmosférica, incluindo a questão de odores, e emissão de ruídos;
4. Supressão de cobertura vegetal nativa (ha);
5. Interferência em área de preservação permanente, inclusive supressão de vegetação (quantificar);
6. Interferência sobre infraestruturas urbanas;
7. Conflito de uso do solo/entorno;
8. Intensificação de tráfego na área, principalmente com relação ao transporte de resíduos;
9. Interferência na paisagem existente;
10. Valorização/desvalorização imobiliária;
11. Conflito de uso da água;
12. Na existência de unidades de conservação que possam ser afetadas no seu interior, zona de amortecimento ou áreas circundantes, apontar, especificamente, os impactos ambientais efetivos ou potenciais da atividade ou empreendimento sobre as unidades de conservação, suas zonas de amortecimento ou áreas circundantes;
13. Em caso de passivos ambientais verificados, apresentar propostas de recuperação e ou mitigação.

V - CONCLUSÕES

Deverão ser apresentadas as conclusões sobre os resultados dos estudos de impacto ambiental da atividade, enfocando os seguintes pontos:

1. Prováveis modificações ambientais na área de influência da atividade, sobre os meios físico, biótico e sócio-econômico decorrentes da atividade, considerando a adoção das medidas mitigadoras e compensatórias propostas;
2. Benefícios sociais, econômicos e ambientais decorrentes da atividade; e, Avaliação do prognóstico realizado quanto à viabilidade ambiental do projeto.

Deve refletir os resultados das análises realizadas referentes às prováveis modificações na área de intervenção e entorno do empreendimento ou atividade, inclusive com as medidas mitigadoras, de controle ou compensatórias propostas, de forma a concluir quanto à viabilidade ambiental ou não da atividade proposta.

VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caso exista algum tipo de impedimento, limitação ou discordância para o atendimento de qualquer dos itens propostos neste Termo de Referência, sua omissão ou insuficiência deve ser justificada com argumentação objetiva.

ANEXO V

TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PGRS

O PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS deverá ser elaborado por técnico habilitado e apresentado para análise do INSTITUTO ÁGUA E TERRA, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme as diretrizes listadas a seguir.

I. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

1. Razão social, nome fantasia, CNPJ, endereço, CEP, município, telefone, fax.

II. INFORMAÇÕES GERAIS

1. Planta baixa de localização e de implantação da área física e vizinhança do empreendimento, indicando a área construída e área total do terreno;
2. Tipologia do empreendimento;
3. Descrição sucinta da atividade, com a apresentação do fluxograma descrevendo os procedimentos realizados no empreendimento; Número de funcionários;
4. Horário de funcionamento;
5. Indicação do período de paradas e frequências das mesmas para as indústrias que adotam este procedimento; Informações sobre a perspectiva de reformas e ampliações no empreendimento;
6. Indicação dos responsáveis técnicos: pelo estabelecimento, pela elaboração e aplicação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
7. Outras informações importantes, que caracterizem o estabelecimento, relacionadas a geração dos resíduos sólidos.

III. ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

1. Devem ser avaliados as quantidades, os tipos de resíduos gerados pelo empreendimento, suas condições de segregação, acondicionamento, transporte interno e externo, estocagem e formas de tratamento ou destinação final adotados. Devem ser também analisados os custos envolvidos nas atividades de gerenciamento de resíduos. Os dados serão obtidos através de quantificações por peso e volume e identificação de todos os resíduos gerados na Empresa, sendo posteriormente validados através da checagem dos produtos e matérias primas consumidos;
2. Identificação e quantificação dos pontos de geração de resíduos, Classificação de cada resíduo de acordo com o ANEXO II da Resolução CONAMA nº 313/2002, que dispõe sobre o Inventário de Resíduos Industriais, e com base na Norma NBR 10.004 – Classificação de Resíduos Sólidos;
3. Descrição dos procedimentos adotados quanto à segregação, coleta, acondicionamento, armazenamento, transporte/transbordo e destinação final dos resíduos gerados, identificando os pontos de desperdício, perdas, não segregação, formas não adequadas de acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos;
4. Ações preventivas direcionadas a não geração e minimização da geração de resíduos.

IV. PROPOSTA DO PGRS

1. O planejamento das atividades de gerenciamento e manejo dos resíduos deverá ser desenvolvido tendo por base o diagnóstico da situação atual do gerenciamento dos resíduos sólidos, como também as legislações vigentes, tais como, Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, Resoluções e Decretos da Secretaria do Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo - SEDEST e do Instituto Ambiental Água e Terra, leis e decretos estaduais pertinentes ao gerenciamento dos resíduos sólidos, e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), relativas às atividades de gerenciamento de resíduos;
2. Devem ser verificadas as possibilidades de melhoria, soluções disponíveis no mercado e tecnologias já adotadas para o gerenciamento de resíduos sólidos;
3. Este planejamento deverá contemplar metas a serem atingidas, proposta de melhoria do sistema atual, contendo a descrição dos procedimentos que estão sendo previstos para a implementação do Sistema de Manejo dos Resíduos Sólidos, abordando os aspectos organizacionais, técnicos-operacionais e de recursos humanos, ou seja:
4. Política (diretrizes gerais) para implementação do Plano;
5. Estrutura organizacional;
6. Descrição das técnicas e procedimentos a serem adotados em cada fase do manejo dos resíduos, relacionados à: segregação, coleta, acondicionamento, armazenamento, transporte/transbordo e destinação final, identificando as possibilidades de minimização dos resíduos, através da redução da quantidade e/ou redução de periculosidade e as possibilidades de reaproveitamento e/ou reciclagem dos Resíduos;
7. Caracterização, identificação e distribuição dos equipamentos de coleta interna dos resíduos sólidos;
8. Descrição das unidades intermediárias, apresentando lay-out ou projeto dessas unidades;
9. Descrição dos recursos humanos e das equipes necessários para a implantação, operação, monitoramento e implementação do PGRS;
10. Descrição dos equipamentos de proteção individual;
11. Descrição das ações preventivas e corretivas a serem praticadas no caso de situações de manuseio incorreto e/ou acidentais (procedimentos emergenciais de controle);
12. Elaboração de Programa de Treinamento e Capacitação;
13. Cronograma físico de implantação, execução e operação das medidas e das ações propostas pelo Plano, de sua revisão e de atualização.

V. ATUALIZAÇÃO DO PGRS

1. Deverão ser disponibilizadas informações acerca do acompanhamento da evolução do sistema de gerenciamento implantado, através do monitoramento das ações e metas planejadas e proposição de ações corretivas;
2. Deverão ser elaborados relatórios de avaliação do PGRS, que serão apresentados quando da renovação da licença ambiental, contendo o acompanhamento e avaliação das atividades como meio de aferição das ações planejadas e implementadas.

155059/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 675, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o disposto no art. 8º., § 3º da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que estabelece a dispensa de autorização do órgão ambiental competente para execução, em caráter de urgência, de atividades de segurança nacional e obras de interesse da defesa civil destinadas à prevenção e mitigação de acidentes em áreas urbanas;

- Considerando o disposto no Art. 5º da Resolução SEDEST nº 002, de 17 de janeiro de 2020, que estabelece a emissão de autorização ambiental para situações de emergência ou calamidade pública para utilização de material minerário em obras emergenciais;

RESOLVE

Art. 1º Ficam dispensadas, por 180 dias, as autorizações, licenças e outorgas do Instituto Água e Terra para a execução, em caráter de urgência, de obras destinadas à prevenção e mitigação de acidentes em áreas urbanas e rurais, através de cascalhagem e para fins de reconstrução e/ou substituição de pontes, residências e construções existentes, danificadas e/ou destruídas decorrentes da emergência ou calamidade pública, conforme Art. 8º. § 3º da Lei nº 12651/2012, aplicável em todo o território estadual, aos Municípios em situação de emergência devidamente homologados por Decreto do Estado do Paraná.

Art. 2º Revoga a Portaria IAT nº 657, de 03 de novembro de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

155189/2025

EDITAL TC Nº 097/2025

O **Instituto Água e Terra – IAT** cumprindo o estabelecido no *Artigo 147, do Decreto nº 6.514/2008 e Portaria 064/2015-IAP*, torna público relação das pessoas físicas e/ou jurídicas que celebraram ***Termo de Compromisso de Restauração de Dano Ambiental,*** relativo ao Auto de Infração Ambiental que gerou o processo administrativo, conforme abaixo especificado:

RAZÃO	Município Autuação	AIA	SID
Alexandre Alberto Giunta Borges	Curiúva	161231	20.215.315-1
Amarildo Fernandes Castagin	Mandirituba	154843	23.342.632-6
Amilton Jose de Souza	Nova Cantu	136628	16.154.110-9
Elio Faga Pereira	Santo Antônio da Platina	148691	20.292.958-3
Geraldo Baran	Irati	167589	22.760.526-0
Geraldo Baran	Irati	167590	22.760.579-0
Geraldo Baran	Irati	167587	22.760.625-8
Geraldo Baran	Irati	167588	22.760.785-8
Irineo Luiz Swaluk	Mangueirinha	125051	16.743.201-8
Israel Zeni Pazin	Salto do Lontra	168212	16.747.976-6
João Francisco Tavares Reis	General Carneiro	160426	20.345.722-7
João Francisco Tavares Reis	General Carneiro	160434	20.381.944-7
João Francisco Tavares Reis	General Carneiro	160425	20.345.646-8
Kleverson Perussolo	Rio Azul	170503	23.708.918-9
Luiz Borges de Barros	Bela Vista da Caroba	173593	23.979.046-1
Luiz Carlos da Silva	Querencia do Norte	145041	18.818.701-3
Marcelino Marcos Trizotho	Tibagi	173589	23.981.921-4
Moises Antonio Gogola	Campo Largo	171307	23.459.981-0
Palletimber Embalagens de Madeira Ltda	Guarapuava	153495	22.697.484-9
Paulo Dias Martins	Moreira Sales	151767	22.076.834-1
Paulo Francisco Rujiski	Fernandes Pinheiro	174576	24.546.980-2
Paulo Francisco Rujiski	Fernandes Pinheiro	174577	24.546.998-5
Paulo Francisco Rujiski	Fernandes Pinheiro	174575	24.546.967-5
Rubens Raczkoviak	Santa Maria do Oeste	268152	22.785.107-4
Rubens Raczkoviak	Santa Maria do Oeste	268151	22.785.095-7
Sidinei Carlos Bertoncelo	Quedas do Iguaçu	153987	23.798.943-0
Valdir Kaufmann	Chopinzinho	173683	24.033.494-1

Curitiba, 11 de novembro de 2.025.

155163/2025

EDITAL TC Nº 098/2025 - Conversão

O **Instituto Água e Terra - IAT**, cumprindo o estabelecido no Artigo 10, do Decreto Estadual 2570/2019 e IN 002/2020-IAT, torna público relação das pessoas físicas e/ou jurídicas que celebraram Termo de Compromisso com o IAT relativo ao ***Programa de Conversão de Multa Simples em Serviços de Preservação, Melhoria e Recuperação da Qualidade o Meio Ambiente***, na modalidade ***Conversão Indireta***, relativo ao Auto de Infração Ambiental que gerou o processo administrativo, conforme abaixo especificado:

AIA 173593/2025-SID 23.979.046-1/Luiz Borges de Barros - CPF/CNPJ :681.508.659-34 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.362-0;

AIA 268152/2024-SID 22.785.107-4/Rubens Raczkoviak - CPF/CNPJ: 042.875.199-73 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5;

AIA 268151/2024-SID 22.785.095-7/Rubens Raczkoviak - CPF/CNPJ: 042.875.199-73 - Aplicação: Programa Pró-Fauna – Projeto: SID 16.746.519-6

AIA 151767/2024-SID 22.076.834-1/Paulo Dias Martins - CPF/CNPJ: 095.210.469-53 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 173556/2025-SID 23.954.155-0/Dercilio Machado da Rosa - CPF/CNPJ: 626.400.209-78 - Aplicação: Programa Parques Urbanos – Projeto: SID 16.986.413-6

AIA 148691/2023-SID 20.292.958-3/Elio Faga Pereira - CPF/CNPJ:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

653.206.039-91 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

AIA 173683/2025-SID 24.033.494-1/Valdir Kaufmann - CPF/CNPJ: 466.987.289-34 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2

AIA 153987/2025-SID 23.798.943-0/Sidinei Carlos Bertoncelo - CPF/CNPJ: 643.459.399-68 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6

AIA 170503/2025-SID 23.708.918-9/Kleverson Perussolo - CPF/CNPJ: 858.169.659-72 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 170502/2025-SID 23.708.400-4/Kleverson Perussolo - CPF/CNPJ: 858.169.659-72 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6

AIA 174576/2025-SID 24.546.980-2/Paulo Francisco Rujiski - CPF/CNPJ: 035.122.609-50 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.362-0;

AIA 174577/2025-SID 24.546.998-5/Paulo Francisco Rujiski - CPF/CNPJ: 035.122.609-50 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.362-0

AIA 174575/2025-SID 24.546.967-5/Paulo Francisco Rujiski - CPF/CNPJ: 035.122.609-50 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.362-0

AIA 163013/2024-SID 22.068.322-2/MM Ceramica do Macio - EIRELI - CPF/CNPJ: 28.020.855/0001-01 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.744.176-9;

AIA 125051/2020-SID 16.743.201-8/Irineo Luiz Swaluk - CPF/CNPJ: 550.017.699-49 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2

AIA 168212/2024-SID 22.772.853-1/Israel Zeni Pazin - CPF/CNPJ: 335.139.709-78 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 147173/2022-SID 19.688.811-0/Katsumi Nilton Izaki - CPF/CNPJ: 577.203.719-68 - Aplicação: Programa Parques Urbanos – Projeto: SID 16.986.413-6

AIA 154843/2025-SID 23.342.632-6/Amarildo Fernandes Castagin - CPF/CNPJ: 449.092.419-49 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6

AIA 174095/2025-SID 24.271.092-4/Paulo Rogério Inferdes - CPF/CNPJ: 028.780.519-04 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.362-0

AIA 174096/2025-SID 24.271.094-0/Paulo Rogério Inferdes - CPF/CNPJ: 028.780.519-04 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.362-0

Curitiba, 11 de novembro de 2.025

155171/2025

EDITAL TC Nº /2025 - Conversão

O **Instituto Água e Terra - IAT**, cumprindo o estabelecido no Artigo 10, do Decreto Estadual 2570/2019 e IN 002/2020-IAT, torna público relação das pessoas físicas e/ou jurídicas que celebraram Termo de Compromisso com o IAT relativo ao ***Programa de Conversão de Multa Simples em Serviços de Preservação, Melhoria e Recuperação da Qualidade o Meio Ambiente***, na modalidade ***Conversão Indireta***, relativo ao Auto de Infração Ambiental que gerou o processo administrativo, conforme abaixo especificado*:*

AIA 174097/2025-SID 24.271.097-5/Paulo Rogério Inferdes - CPF/CNPJ :028.780.519-04 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.362-0;

AIA 174032/2025-SID 24.271.087-8/Paulo Rogério Inferdes - CPF/CNPJ: 028.780.519-04 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.362-0;

AIA 145041/2022-SID 18.818.701-3/Luiz Carlos da Silva - CPF/CNPJ: 681.052.589-00 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.372-7

AIA 161231/2023-SID 20.215.315-1/Alexandre Alberto Giunta Borges - CPF/CNPJ: 903.727.949-04 - Aplicação: Programa Parques Urbanos – Projeto: SID 16.986.413-6;

AIA 160426/2023-SID 20.345.722-7/João Francisco Tavares Reis - CPF/CNPJ: 007.879.789-65 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.746.484-0

AIA 160434/2023-SID 20.381.944-7/João Francisco Tavares Reis - CPF/CNPJ: 007.879.789-65 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.746.484-0;

AIA 160425/2023-SID 20.345.646-8/João Francisco Tavares Reis - CPF/CNPJ: 007.879.789-65 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.746.484-0

AIA 153495/2024-SID 22.697.484-9/Palletimber Embalagens de Madeira Ltda - CPF/CNPJ: 20.593.206/0001-80 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2

AIA 136628/2019-SID 16.154.110-9/Amilton Jose de Souza - CPF/CNPJ: 538.754.609-44 - Aplicação: Programa Pró-Fauna – Projeto: SID 16.746.572-2;

AIA 168093/2024-SID 22.858.224-7/UNIBRASPE - Brasileira de Petróleo S.A - CPF/CNPJ: 03.774.231/001-40 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2

AIA 169406/2025-SID 23.957.430-0/Irochi Fukae - CPF/CNPJ: 78.028.966/0001-24 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5;

AIA 169407/2025-SID 23.957.439-4/Irochi Fukae - CPF/CNPJ: 78.028.966/0001-24 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.746.326-6

AIA 167589/2024-SID 22.760.526-0/Geraldo Baran - CPF/CNPJ: 057.659.379-69 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2

AIA 167590/2024-SID 22.760.579-0/Geraldo Baran - CPF/CNPJ: 057.659.379-69 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

AIA 167587/2024-SID 22.760.625-8/Geraldo Baran - CPF/CNPJ: 057.659.379-69 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.372-7

AIA 167588/2024-SID 22.760.785-8/Geraldo Baran - CPF/CNPJ: 057.659.379-69 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

AIA 200767/2025-SID 24.555.172-0/Oli Antonio Lesseux - CPF/CNPJ: 603.770.979-34 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.744.176-9

AIA 173589/2025-SID 23.981.921-4/Marcelino Marcos Trizotho - CPF/CNPJ: 025.091.639-81 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.362-0

AIA 171307/2025-SID 23.459.981-0/Moises Antonio Gogola - CPF/CNPJ: 042.595.969-42 - Aplicação: Programa Pró-Fauna – Projeto: SID 16.746.572-2

AIA 168614/2025-SID 24.379.220-7/Utilfestas Industria De Produtos Para Festas Ltda - CPF/CNPJ: 03.169.964/0001-56 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.372-7

Curitiba, de de 2.025

155175/2025

Portaria n° 12594/2025/OD-GOUT. Prot. 23.321.870-7. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) Frigorífico Astra do Paraná Ltda - CPF/CNPJ 07.615.913/0002-42. Córrego Sem denominação na base. Ivaí. Coordenadas UTM 7.369.415,00 N 289.380,00 E. Validade 31/12/2030. Finalidade Transporte de efluente sanitário, Diluição de efluente industrial. Vazão máxima outorgada 50.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Cruzeiro do Oeste. Esta portaria revoga a portaria n° 22904/2023/OD-GOUT.

154563/2025

PARECER NEGATIVO n° 10120/2025/PN-GOUT. Protocolo 23.242.558-0. Indefere o requerimento de outorga prévia para Lançamento de efluentes de EGEUSA ADMINISTRADORA DE BENS E LOCACOES LTDA - CPF/CNPJ 95.402.616/0001-03. Rio Campina. Coordenadas UTM 7.159.926,93 N 684.593,64 E. Município São José dos Pinhais. Motivo: Área de manancial de abastecimento não compatível com o uso pretendido.

154559/2025

PARECER NEGATIVO n° 10121/2025/PN-GOUT. Protocolo 23.248.052-1. Indefere o requerimento de outorga prévia para Lançamento de efluentes de EGEUSA ADMINISTRADORA DE BENS E LOCACOES LTDA - CPF/CNPJ 95.402.616/0001-03. Rio Campina. Coordenadas UTM 7.159.926,93 N 684.593,64 E. Município São José dos Pinhais. Motivo: Área de manancial de abastecimento não compatível com o uso pretendido.

154558/2025

Portaria n° 12598/2025/OP-GOUT. Prot. 22.655.365-7. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) Milton Becker - CPF/CNPJ 015.373.189-34. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.275.825,51 N 200.439,25 E. Validade 2 anos. Finalidade Aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 33.00 m³/h 20:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Quatro Pontes.

154556/2025

Portaria n° 12601/2025/OD-GOUT. Prot. 24.095.895-3. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) DANIEL SALVATTI - CPF/CNPJ 078.347.549-71. Piquiri. Coordenadas UTM 7.235.915,00 N 271.682,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Sanitário (consumo humano + limpeza), Resfriamento, Criação animal. Vazão máxima outorgada 15.84 m³/h 02:31 horas/dia 31 dias/mês. Município Cascavel.

154555/2025

Portaria n° 12599/2025/OD-GOUT. Prot. 19.441.240-1. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) RUDI TORNQUIST - CPF/CNPJ 587.231.299-72. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.280.848,20 N 781.189,95 E. Validade 6 anos. Finalidade Criação animal, Sanitário (consumo humano + limpeza). Vazão máxima outorgada 8.00 m³/h 05:48 horas/dia 31 dias/mês. Município Marechal Cândido Rondon.

154550/2025

Portaria n° 12585/2025/OP-GOUT. Prot. 24.015.091-3. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) 55.836.579 RAFAEL RIBEIRO DA SILVA - CPF/CNPJ 55.836.579/0001-19. Córrego Macaco. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.270.370,92 N 205.804,49 E. Validade 2 anos. Finalidade Diluição de efluente industrial. Vazão máxima outorgada 1.60 m³/h 12:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Toledo.

154549/2025

Portaria n° 12597/2025/OD-GOUT. Prot. 22.655.379-7. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) DEOMIR LUIZ MARCON - CPF/CNPJ 787.297.009-06. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.268.431,00 N 225.987,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Sanitário (consumo humano + limpeza), Limpeza, Resfriamento, Criação animal. Vazão máxima outorgada 7.21 m³/h 05:53 horas/dia 30 dias/mês. Município Toledo.

154548/2025

Portaria n° 12602/2025/OP-GOUT. Prot. 24.893.798-0. Barragem/soleira. Outorgado(s) CLOVIS GRESSLER JUNIOR - CPF/CNPJ 077.317.829-56. Córrego Sem denominação na base. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.284.208,36 N 799.878,51 E. Validade 19/09/2027. Finalidade Captação. Município Marechal Cândido Rondon. Esta portaria revoga a portaria n° 12097/2025/OP-GOUT.

154546/2025

Portaria n° 12600/2025/OD-GOUT. Prot. 21.399.222-8. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) Antonino da Silva Campos - CPF/CNPJ 015.562.319-20. Piquiri. Coordenadas UTM 7.301.563,52 N 234.044,44 E. Validade 6 anos. Finalidade Criação animal, Limpeza, Sanitário (consumo humano + limpeza). Vazão máxima outorgada 7.10 m³/h 05:38 horas/dia 31 dias/mês. Município Assis Chateaubriand.

154545/2025

Portaria n° 12595/2025/OD-GOUT. Prot. 21.257.009-5. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) GUILHERME COSTA SILVA CARNELOSI - CPF/CNPJ 057.750.089-95. Paranapanema 3. Coordenadas UTM 7.484.471,18 N 404.679,87 E. Validade 6 anos. Finalidade Criação animal. Vazão máxima outorgada 26.00 m³/h 02:07 horas/dia 31 dias/mês. Município Itaguajé. Esta portaria revoga a portaria n° 10764/2022/AP-GOUT.

154503/2025

Portaria n° 12607/2025/OD-GOUT. Prot. 23.014.180-0. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) ADILSON DE SOUZA ARAUJO - CPF/CNPJ 742.207.059-53. Piquiri. Coordenadas UTM 7.284.247,48 N 266.452,66 E. Validade 6 anos. Finalidade Criação animal, Sanitário (consumo humano + limpeza), Limpeza. Vazão máxima outorgada 5.00 m³/h 10:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Nova Aurora. Esta portaria revoga a portaria n° 10363/2022/DUIO-GOUT.

155078/2025

Portaria n° 12603/2025/OD-GOUT. Prot. 23.725.838-0. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) Companhia de Saneamento do Paraná - CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Rio Faxinal. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.158.067,88 N 521.895,46 E. Validade 6 anos. Finalidade Diluição de efluente sanitário. Vazão máxima outorgada 54.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Rio Azul. Esta portaria revoga a portaria n° 10881/2024/OP-GOUT.

154552/2025

Portaria n° 12579/2025/OD-GOUT. Prot. 21.973.405-0. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) Companhia de Saneamento do Paraná - CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Ribeirão Peroba. Tibagi. Coordenadas UTM 7.411.715,00 N 514.160,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Diluição de efluente sanitário. Vazão máxima outorgada 103.74 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Assaí. Esta portaria revoga a portaria n° 10481/2022/OP-GOUT.

154553/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MOVIMENTAÇÃO DE SOLO ACIMA DE 1000 M³ PARA IMPLANTAÇÃO DE CRECHE, a Autorização Ambiental - AA nº 63545 com validade até 09/11/2027, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:LOTE 318-A-2, RUA HENRIQUE RAMOS, S/N Bairro:MANDIOCABA Cep:87729970Paranavaí no município de Paranavaí/PR.

155027/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CEZAR CHABATURA, a Autorização Ambiental - AA nº 63547 com validade até 09/11/2027, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:SÍTIO MEDIANEIRA - ESTRADA ASSENTAMENTO PONTAL DO TIGRE, LOTE Nº 72- PR 011800000793 Bairro:ZONA RURAL Cep:87930000Querência do Norte no município de Querência do Norte/PR.

155026/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, a Autorização Ambiental - AA nº 63546 com validade até 09/11/2027, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:RODOVIA PR-488 - SAIDA PARA SANTA HELENA, S/Nº Bairro:LINHA PROGRESSO Cep:85884000Diamante d´Oeste no município de Diamante d´Oeste/PR.

155028/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MARIA DE LOURDES DOS SANTOS PAULINO, a Autorização Ambiental - AA nº 63544 com validade até 09/05/2026, para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada na Endereco:AVENIDA DAGMAR RADESKI, 884 no município de Mamborê/PR.

155025/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LILI ROSSATO, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 360165 com validade até 09/11/2031, para Imobiliário - Parcelamento de solo a ser implantada na Avenida Fiorino Brol, s/n no município de Foz do Iguaçu/PR.

154623/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LUZIANE CLARA MACIEL VIEIRA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 361156 com validade até 09/11/2031, para Agropecuária - Bovinocultura de leite a ser implantada na LINHA SÃO JOSÉ, S/N no município de São Jorge do Oeste/PR.

154643/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MILTON SCHONE, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 361163 com validade até 09/11/2031, para Agropecuária - Aquicultura a ser implantada na BR 163, KM 280,8, S/N no município de Marechal Cândido Rondon/PR.

154645/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à EDUARDO JOSEF REINHOFER, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 361175 com validade até 09/11/2030, para Agropecuária - Irrigação a ser implantada na RODOVIA RONCADOR-NOVA CANTU-KM65-LOTE A/R/A/D-1/B-4, S/N no município de Roncador/PR.

154650/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MARISTELA MARIA PAGLIA ME, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 360828 com validade até 09/11/2031, para Industrial - Alimentos a ser implantada na Vila Rural, S/N no município de General Carneiro/PR.

154629/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LODIMAR CARLINHO GAMBETTA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 361133 com validade até 09/11/2031, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos a ser implantada na Avenida Marechal Lott, 1387 no município de Cafelândia/PR.

154639/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO IVAÍ, a Licença de Instalação - LI nº 361003 com validade até 09/11/2031, para Imobiliário - Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social - Lei Estadual Nº 10.671/93 a ser implantada na Fazenda Ribeirão Bonito, s/n no município de Rio Branco do Ivaí/PR.

154631/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LOTEAMENTO STUANI SPE LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 361196 com validade até 09/11/2027, para Imobiliário - Parcelamento de solo a ser implantada na ESTRADA DE RODAGEM CRISTO REI, S/N no município de Toledo/PR.

154653/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BALDO S/A COM. IND. E EXP., a Licença de Instalação de Ampliação - LI-A nº 360550 com validade até 02/01/2030, para Industrial - Alimentos a ser implantada na RODOVIA BR 476, KM 285, S/N no município de São Mateus do Sul/PR.

154627/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ERVATEIRA SEIVA PURA LTDA, a Licença de Operação - LO nº 360283 com validade até 09/11/2031, para Industrial - Alimentos instalada na linha iguaçu, s/n no município de Cruz Machado/PR.

154624/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ACCO - ASSOCIAÇÃO DOS COMERCIANTES DE AGROQUIMICOS DA COSTA OESTE, a Licença de Operação - LO nº 360783 com validade até 09/11/2030, para Comércio e Serviço - Unidade de recebimento de embalagens de agrotóxicos e afins instalada na LOTE URBANO 3A, S/N no município de Missal/PR.

154628/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BONETI INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE FIBRAS LTDA - EPP, a Licença de Operação - LO nº 361090 com validade até 09/11/2029, para Industrial - Ind. de produtos de matéria plástica instalada na Rodovia PRT 280, Lote 08, s/n no município de Renascença/PR.

154633/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à KLABIN S.A., a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 361111 com validade até 09/11/2028, para Substituição de Espécies Exóticas - Substituição de Espécies Exóticas em Áreas de Preservação Permanente a ser implantada na AREA RURAL - HAC - GUSTAVO DOIS - CMP LTDA, S/N no município de Santa Maria do Oeste/PR.

154635/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CEZAR AUGUSTO BUREY, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 361212 com validade até 09/11/2027, para Agropecuária - Irrigação a ser implantada na Sítio Brogodo, 000 no município de Virmond/PR.

154656/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MARIA NAIR MARQUES DOS SANTOS, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 361120 com validade até 09/11/2027, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na LR 205 DO BAIRRO PALMITAL 2 PARTE, GL RIO VERDE 2, S/N no município de Formosa do Oeste/PR.

154637/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ESTEVAO GILBERTO KRAWCZYK, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 361174 com validade até 09/11/2027, para Agropecuária - Bovinocultura de leite a ser implantada na estrada terra nova, 0 no município de Castro/PR.

154649/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à FÁBRICA DE MÓVEIS INVICTO LTDA, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 361168 com validade até 09/11/2027, para Industrial - Industrias diversas a ser implantada na Rua Professora Braulina Carneiro dos Santos, 201 no município de Ponta Grossa/PR.

154647/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CR ALMEIDA S/A ? ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, a Licença Prévia - LP nº 361246 com validade até 09/11/2027, para Imobiliário - Parcelamento de solo a ser implantada na AVENIDA COPACABANA, 336 no município de Pontal do Paraná/PR.

154658/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à H2A ADMINISTRACAO IMOBILIARIA LTDA, a Licença Prévia - LP nº 361089 com validade até 09/11/2027, para Imobiliário - Parcelamento de solo a ser implantada na Lote Urbano A, Gleba n° 01, da Gleba Porto Camargo, S/N no município de Icaraíma/PR.

154632/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à EBAZAR.COM.BR. LTDA, a Licença Prévia - LP nº 361173 com validade até 09/11/2027, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos a ser implantada na RUA PEDRO LUIZ BOARETTO, 1001 no município de Cascavel/PR.

154648/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LOTEAMENTO STUANI SPE LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 361196 com validade até 09/11/2027, para Imobiliário - Parcelamento de solo a ser implantada na ESTRADA DE RODAGEM CRISTO REI, S/N no município de Toledo/PR.

154640/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à REMON SHAHIN & CIA LTDA, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 361138 com validade até 09/11/2027, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores a ser implantada na Rua Itália, 559 no município de Ibaiti/PR.

154641/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 361113 com validade até 09/11/2027, para Industrial - Alimentos a ser implantada na Rodovia PR-467, Km 26,1, S/N° no município de Marechal Cândido Rondon/PR.

154636/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ROMEU FIDLER, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 361124-R1 com validade até 09/11/2031, para Agropecuária - Suinocultura a ser implantada na LINHA DOIS MARCOS, SN no município de Toledo/PR.

154638/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PAULO CEZAR OENNING, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 361162-R1 com validade até 09/11/2031, para Agropecuária - Aquicultura a ser implantada na SILVA JARDIM, LR 104, GL. 08, COL. PINDORAMA, S/N no município de Cafelândia/PR.

154644/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MIX PARANÁ EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 361228-R1 com validade até 09/11/2027, para Industrial - Industrias diversas a ser implantada na Rua Alumínio, 249 no município de Apucarana/PR.

154657/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à METAL SOLUTION DO BRASIL IND. E COM. DE MOVEIS LTDA - ME, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 361167-R1 com validade até 09/11/2029, para Industrial - Ind. metalúrgica a ser implantada na Rodovia Celso Garcia Cid, 1925 no município de Londrina/PR.

154646/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ERVINO DASSOW, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 361176-R1 com validade até 09/11/2031, para Agropecuária - Suinocultura a ser implantada na Vila Cristal, s/nº no município de Nova Santa Rosa/PR.

154651/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CGH RIO BONITO III ENERGETICA LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 360455-R1 com validade até 09/11/2030, para Geração, armazenamento e transmissão de energia - Geração Hidrelétrica instalada na Rio Bonito, s/n no município de Boa Ventura de São Roque/PR.

154626/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à GRANELMAR TERMINAL DE CONTAINER EIRELI, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 350109-R3 com validade até 06/07/2029, para Comércio e Serviço - Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes instalada na Avenida Ayrton Senna da Silva, km 3 no município de Paranaguá/PR.

154652/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à FRÍSIA COOPERATIVA AGROINDUTRIAL, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 361140-R2 com validade até 09/11/2028, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores instalada na Avenida dos Pioneiros, 2324 no município de Carambeí/PR.

154642/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à POSTO TREVO SERTANOPOLIS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 270989-R2 com validade até 31/05/2028, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores instalada na RODOVIA CELSO GARCIA CID, S/N no município de Sertanópolis/PR.

154634/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à HELCE INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 360987-R2 com validade até 09/11/2031, para Industrial - Beneficiamento de mandioca instalada na Rodovia Bento Fernandes Dias, Km 03, 0 no município de Araruna/PR.

154630/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à RANDA PORTAS, MOLDURAS E COMPENSADOS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 360399-R2 com validade até 09/11/2031, para Industrial - Ind. da madeira instalada na Av Ismael Camargo dos Santos, 539 no município de Bituruna/PR.

154625/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à HIDRELETRICA CAPIVARA LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 360147-R1 com validade até 09/11/2035, para Geração, armazenamento e transmissão de energia - Geração Hidrelétrica instalada na Rio Capivara, s/n no município de Pinhão/PR.

154622/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PALMAS ENERGIAS RENOVAVEIS S.A., a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 359034-R1 com validade até 09/06/2026, para Geração, armazenamento e transmissão de energia - Geração Eólica instalada na Rodovia PR 280, SN no município de Palmas/PR.

154621/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à HERBIOESTE HERBICIDAS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 361203-R2 com validade até 09/11/2029, para Industrial - Ind. química instalada na Rod. PR 317, Km 05, s/nº no município de Toledo/PR.

154654/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AUTO POSTO CASTROLANDA LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 361204-R2 com validade até 09/11/2030, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores instalada na Rua Juliana, 72 no município de Castro/PR.

154655/2025

Secretaria da Educação

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
PORTARIA N.º 363/2025 – NRHS/SEED

A Chefe do Núcleo **de Recursos Humanos Setorial,** no uso de suas atribuições legais que lhe foram delegadas pela Resolução nº 8659/2023 – DG/SEED, de 07 de dezembro de 2023.

RESOLVE

Fixar o exercício da servidora Sandra Cristina Aguiar, CPF nº 719.XXX.XXX-00, do Quadro dos Funcionários da Educação Básica – QFEB, LF 53, no município de Apucarana, a partir de 10/11/2025, considerando a recondução ao cargo ocorrida por meio do laudo SEAP.LAU – 502/09112025, emitido pela Divisão de Perícia Médica da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, e seguindo o disposto no Art. 3º, §2º da Resolução n.º 4.224/2021 – GS/SEED.

Curitiba, 10 de novembro de 2025.

Taciana Fenili de Santana
Chefe do NRHS/SEED

154830/2025

Secretaria de Estado da Educação - SEED

PORTARIA N.º 364/2025

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Remover a pedido, nos termos do artigo 38, da Constituição Estadual, o servidor abaixo mencionado, devendo o mesmo participar do próximo concurso de remoção, para fins de fixar lotação em instituição de ensino:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	LOTAÇÃO ANTERIOR	MUNICÍPIO	DISCIPLINA	CH	MUNICÍPIO DE DESTINO
045.XXX.XXX-40	MARCIO ALEXANDRE PORTZ	53	QPM	C. E. C. M. GUIMARÃES ROSA	ASSIS CHATEAUBRIAND	GEOGRAFIA	20	COLOMBO

Curitiba, 11 de novembro de 2025
TACIANA FENILI DE SANTANA
Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SEED

155085/2025

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ
CONSELHO PLENO
10ª (DÉCIMA) REUNIÃO ORDINÁRIA
DE 03 a 07/11/2025
Ementário

01. PARECER CEE/CP Nº 42/2025
APROVADO EM 07/11/2025
e-Prot: 24.803.886-1
Int..: Secretaria de Estado da Educação/Diretoria de Educação
Mun.: Curitiba
Ass.: Pedido de análise e manifestação sobre a Proposta Pedagógica Escolas do Futuro – Programa Educação para o Futuro.
Rel.: Marli Regina Fernandes da Silva
Dec.: Aprovado o Parecer por unanimidade.

02. PARECER CEE/CP Nº 43/2025
APROVADO EM 10/10/2025
e-Prot: 24.683.322-2
Int..: Sindicato dos Estabelecimentos Particulares do Estado do Paraná - SINEPE
Mun.: Curitiba
Ass.: Consulta referente à habilitação necessária para a atuação no componente curricular “Educação Digital e Computação” na Educação Básica, bem como sobre a forma de sua implementação: como componente curricular específico ou proposta transversal.
Rel.: Ana Seres Trento Comin, Marli Regina Fernandes da Silva e Oscar Alves
Dec.: Aprovado o Parecer por unanimidade.

03. PARECER CEE/CP Nº 44/2025
APROVADO EM 07/11/2025
e-Prot: 24.490.328-2
Int..: Fundação Bradesco
Mun.: Paranavaí
Ass: Manifestação sobre a delegação/autonomia para atos secundários da rotina administrativa.
Rel.: Gilmara Ana Zanata
Dec.: Aprovado o Parecer por unanimidade.

João Carlos Gomes
Presidente do CEE/PR

154919/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

PORTARIA N.º 83/2025 – GS/SEED

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Súmula: Designa servidora para exercer, interinamente, o cargo de Chefe do Núcleo Regional de Educação de Maringá.

O **Secretário de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o contido no protocolado n.º 24.471.893-0,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar a servidora Simone Cristina Turke, CPF n.º XXX.927.429-XX, para exercer, interinamente, no período de 17 de novembro a 1.º de dezembro de 2025**,** sem prejuízo de suas atribuições, o cargo de Chefe do Núcleo Regional de Educação de Maringá, em substituição à titular, Isabel Cristina Domingues Lopes, por motivo de fruição de férias.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de novembro de 2025.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

155206/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

Protocolo n.º 24.910.343-8

DESPACHO SECRETARIAL

Com amparo na Lei Federal n.º 6.999, de 07 de junho de 1982, na Resolução n.º 23.523, de 27 de junho de 2017, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, que dispõem sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral; e no Decreto Estadual n.º 8.466, de 1.º de julho de 2013, **autorizo** a prorrogação do afastamento do servidor **Jacson Fior de Paula**, RG n.º 7.867.XXX-7, Agente Educacional II, do Quadro de Funcionários da Educação Básica, para continuar prestando serviços na 43.ª Zona Eleitoral de Guarapuava, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 17 de janeiro de 2026, com ônus para o órgão de origem, em atendimento à solicitação emitida pelo Ofício n.º 130/2025.

Curitiba, 11 de novembro de 2025.

João Luiz Giona Junior
Resolução n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

155077/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
RESOLUÇÃO N.º 6.668/2025 – GS/SEED

Estabelece parâmetros para a implementação do Ensino Médio na rede estadual de ensino do Paraná.

O **Secretário de Estado da Educação do Paraná**, no uso das atribuições conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o disposto na Lei Federal n.º 9.394, de 23 de dezembro de 1996; na Lei Federal n.º 14.945, de 30 de julho de 2024; na Resolução CNE/CEB n.º 2, de 13 de novembro de 2024; na Resolução CNE/CEB n.º 4, de 12 de maio de 2025; no Parecer Normativo CEE/CP n.º 1, de 17 de outubro de 2024; no Parecer Normativo CEE/CP n.º 2, de 2 de dezembro de 2024; no Parecer Normativo CEE/CP n.º 28, de 10 de março de 2025; na Deliberação CEE/PR n.º 3, de 30 de julho de 2025, e o contido no protocolado n.º 24.836.402-5,

RESOLVE:

Art. 1.º Estabelecer parâmetros para a implementação do Ensino Médio na rede estadual de ensino do Paraná, conforme o disposto na Lei Federal n.º 14.945, de 31 de julho de 2024, e em consonância com a Deliberação CEE/PR n.º 3, de 30 de julho de 2025.

CAPÍTULO I
DA NATUREZA

Art. 2.º O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, é entendido como um conjunto orgânico, sequencial e articulado, que deve assegurar a formação integral para todos os estudantes, sejam adolescentes, jovens ou adultos, mediante diferentes modalidades e formas de oferta e organização.
Parágrafo único. O Ensino Médio, em sua estrutura pedagógica e curricular, deve promover a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos do Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos e a inserção no mundo do trabalho.

Art. 3.º O Ensino Médio é organizado por meio da articulação e integração entre a Formação Geral Básica e o Itinerário Formativo.

Art. 4.º A Formação Geral Básica – FGB é a oferta curricular na qual o conjunto de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, expressos na Base Nacional Comum Curricular – BNCC na forma de competências e habilidades, são assegurados a todos os estudantes por meio das Áreas do Conhecimento e seus respectivos componentes curriculares.
Parágrafo único. O componente curricular é um elemento constituinte do currículo, que mobiliza competências e habilidades específicas, articuladas por meio de objetos do conhecimento e estratégias pedagógicas.

Art. 5.º O Itinerário Formativo é a dimensão flexível do currículo e possui duas estruturas de oferta: Itinerário Formativo de Aprofundamento – IFA e Itinerário de Formação Técnica e Profissional – IFTP.
Parágrafo único. O Itinerário Formativo é objeto de escolha do estudante, desde que exista a oferta e a demanda na instituição de ensino, segundo critérios dispostos em Instrução Normativa específica.

Art. 6.º O IFA é mobilizado por meio de Projeto Integrador, constituindo-se em um percurso educacional que possibilita aos estudantes o aprofundamento de suas aprendizagens, de forma a:
I – assegurar a abordagem interdisciplinar e integrada dos objetos de conhecimento;
II – fomentar o desenvolvimento de metodologias diversificadas e contextualizadas;
III – contemplar propostas de investigação científica e tecnológica de acordo com as características, singularidades e necessidades de cada contexto.
Parágrafo único. O Projeto Integrador é uma organização pedagógica que integra dois ou mais componentes curriculares da mesma ou de diferentes Áreas do Conhecimento, em uma perspectiva interdisciplinar, visando mobilizar o pensamento crítico e as relações entre as realidades local, nacional e global, na busca de soluções para situações complexas do cotidiano.

Art. 7.º O IFTP é um percurso educacional que possibilita a formação profissional dos estudantes, por meio do desenvolvimento das competências e habilidades previstas nos cursos do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT, podendo ser ofertado de três formas:
I – Integrada: ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica, ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica;
II – Concomitante: ofertada a quem ingressa no Ensino Médio ou o estiver cursando, efetuando matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em instituições de ensino da rede estadual ou em outras instituições;
III – Concomitante intercomplementar: desenvolvida simultaneamente em uma instituição de ensino da rede estadual e outra instituição de outra rede de ensino, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de intercomplementaridade, para a execução de projeto pedagógico unificado.

CAPÍTULO II
DA OFERTA

Art. 8.º A carga horária total do Ensino Médio é de no mínimo 3.000 (três mil) horas, sendo ofertadas pelo menos 1.000 (mil) horas a cada ano, distribuídas em, no mínimo, 200 (duzentos) dias letivos, considerando a Matriz Curricular vigente de cada uma das ofertas e das modalidades de ensino.

Art. 9.º A FGB é composta por 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, distribuídas em 800 (oitocentas) horas anuais para cada uma das três séries.

Art. 10 A FGB da Formação Técnica e Profissional é de 2.100 (duas mil e cem) horas, das quais 300 (trezentas) horas são destinadas ao Aprofundamento de Estudos da BNCC diretamente relacionado a esta formação.
Parágrafo único. A distribuição desta carga horária é de 600 (seiscentas) horas de FGB em cada uma das três séries, e de 100 (cem) horas de Aprofundamento de Estudos da BNCC em cada uma das três séries.

Art.11 O IFA tem carga horária mínima de 600 (seiscentas) horas e é composto por Projetos Integradores e Parte Diversificada.

Art. 12 Para as instituições de ensino que ofertam o Ensino Médio regular, a carga horária total relativa ao IFA é de 600 (seiscentas) horas distribuídas em 200 (duzentas) horas para cada uma das séries.

Art. 13 Para as instituições de ensino que ofertam o Ensino Médio em Tempo Integral, com oferta de 45 (quarenta e cinco) horas semanais, a carga horária total relativa ao IFA é de 2.100 (duas mil e cem) horas distribuídas em 700 (setecentas) horas para cada uma das séries.

Art. 14 Para as instituições de ensino que ofertam o Ensino Médio em Tempo Integral, com oferta de 35 (trinta e cinco) horas semanais, a carga horária total relativa ao IFA é de 1.100 (mil e cem) horas distribuídas em 367 (trezentas e sessenta e sete) horas para cada uma das séries.

Art. 15 Para as instituições de ensino que ofertam a Educação Profissional, a carga horária do IFTP e do Curso de Formação de Docentes, em Nível Médio, na modalidade Normal, é organizada de acordo com os eixos tecnológicos e as áreas tecnológicas definidas nos termos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional e Tecnológica e observado o CNCT, articulada com as 300 (trezentas) horas destinadas ao Aprofundamento de Estudos da BNCC.

Art. 16 Para as instituições de ensino que ofertam Educação de Jovens e Adultos – EJA, a carga horária total é de 1.200 (mil e duzentas) horas, sendo ofertada no formato semestral, constituído por 3 (três) semestres independentes, não sendo necessário cursá-los de maneira sequencial.

Art. 17 O Ensino Médio é ofertado de forma presencial, admitindo-se, excepcionalmente, o ensino mediado por tecnologia.
Parágrafo único. O ensino mediado por tecnologia é uma prática pedagógica que permite a realização de aulas a partir de um local de transmissão para salas localizadas em qualquer lugar do país, e seu requisito de oferta é aula ao vivo com a presença de professores, atuando como mediadores da aprendizagem e do desenvolvimento dos estudantes, tanto na sala de aula que recebe a transmissão quanto no estúdio que a oferece.

Art. 18 No Ensino Médio diurno são oferecidas 6 (seis) aulas de 50 (cinquenta) minutos por dia, totalizando 30 (trinta) aulas semanais.
Parágrafo único. Nos colégios cívico-militares, nos primeiros 15 (quinze) minutos anteriores à primeira aula, é ofertado diariamente o momento de "Formatura", conforme fundamento do Programa Colégios Cívico-Militares do Paraná.

Art. 19 Considerando a gestão dos tempos e espaços das instituições de ensino, é possível a oferta de, no máximo, 16,66% da carga horária total do Ensino Médio em período de contraturno da matrícula do estudante, desde que sejam observados os critérios e a organização pedagógica estabelecidos em Instrução Normativa específica.

Art. 20 No Ensino Médio noturno são oferecidas 6 (seis) aulas de 50 (cinquenta) minutos diárias, totalizando 30 (trinta) aulas semanais – para o cumprimento dessa carga horária, o IFA é ofertado de maneira híbrida, conforme Instrução Normativa própria.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 21 O Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná é o documento orientador para a elaboração do currículo da rede estadual de ensino e foi aprovado pela Deliberação n.º 03, de 30 de julho de 2025.

Art. 22 O currículo é uma proposta formativa e reguladora da ação educativa que engloba a seleção de conhecimentos e práticas escolares com vistas à aprendizagem por meio do desenvolvimento progressivo de competências e habilidades, as quais, articuladas aos saberes, valores e atitudes dos estudantes, contribuem para o desenvolvimento de suas identidades e de suas condições cognitivas e socioemocionais, com o objetivo de promover a formação integral do sujeito.

Art. 23 O currículo do Ensino Médio regular é organizado a partir da articulação e da integração entre a FGB e o IFA.

Art. 24 A Formação Geral Básica é a oferta curricular que deve ser organizada por Áreas do Conhecimento e seus respectivos componentes curriculares:
I – Linguagens e suas Tecnologias, integrada pelos componentes curriculares obrigatórios de Língua Portuguesa e suas Literaturas, Língua Inglesa, Arte e Educação Física;
II – Matemática e suas Tecnologias, com o componente curricular obrigatório de Matemática;
III – Ciências da Natureza e suas Tecnologias, integrada pelos componentes curriculares obrigatórios de Biologia, Física e Química;
IV – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, integrada pelos componentes curriculares obrigatórios de Filosofia, Geografia, História e Sociologia.
§ 1.º A oferta e utilização das línguas indígenas é assegurada às comunidades indígenas.
§ 2.º A oferta e a utilização da Língua Brasileira de Sinais – Libras é assegurada às escolas bilíngues de surdos.
§ 3.º A Educação Digital e Computação é um componente curricular de oferta obrigatória na FGB.
§ 4.º A Educação Financeira é um componente curricular da FGB ofertado na Área de Matemática e suas Tecnologias.

Art. 25 O IFA tem a finalidade de promover o aprofundamento e a consolidação do conhecimento por meio da integração entre os componentes curriculares e as Áreas do Conhecimento, sendo organizado em torno dos seguintes eixos estruturantes:
I – Método, Conhecimento e Ciência;
II – Mediação e Intervenção Sociocultural;
III – Inovação e Intervenção Tecnológica;
IV – Mundo do trabalho e Transformação Social.
Parágrafo único. Essa organização deve estar articulada às dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura.

Art. 26 O Projeto Integrador é ofertado por meio da integração das seguintes Áreas do Conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas ou Matemática e suas Tecnologias e Ciências da Natureza e suas Tecnologias.
Parágrafo único. O Projeto Integrador é desenvolvido ao longo do ano letivo – a avaliação deve ser processual, contínua e formativa, com atribuição de nota a cada trimestre.

Art. 27 Nas instituições de ensino de Educação em Tempo Integral, a carga horária do IFA é superior a 600 (seiscentas) horas, pois contempla a oferta da Parte Diversificada, segundo Instrução Normativa específica.

Art. 28 Nos colégios cívico-militares, o componente curricular de Cidadania e Civismo é ofertado na Parte Diversificada, segundo Instrução Normativa específica.

Art. 29 Nas instituições de ensino da Educação Escolar Quilombola, o Projeto Integrador é construído com os profissionais que nelas atuam, mediante consulta às comunidades, e ofertado segundo diretrizes curriculares próprias.

Art. 30 Nas instituições de ensino da Educação Escolar Indígena, o Projeto Integrador é construído com a participação destas instituições e ofertado segundo diretrizes curriculares próprias.

Art. 31 Nas instituições de ensino da Educação do Campo – Escolas das Ilhas, o Projeto Integrador é construído coletivamente, com os profissionais que nelas atuam, e ofertado segundo as especificidades das ilhas do litoral paranaense.

Art. 32 Nas instituições de ensino da Educação do Campo – Colégios de Acampamento e Assentamento, que adotam a Proposta Pedagógica por Ciclo de Formação Humana, o Projeto Integrador é construído coletivamente pelos profissionais que nelas atuam e ofertado segundo a Proposta Pedagógica adotada.

Art. 33 O currículo da oferta de Educação Técnica e Profissional é organizado por uma Proposta Pedagógica Curricular unificada, composta pela FGB, pelo Aprofundamento de estudos da BNCC e pelas unidades curriculares do IFTP, conforme o Plano de Curso.
Parágrafo único. Por unidade curricular entende-se o conjunto de conhecimentos que mobilizam as habilidades presentes no CNCT.

Art. 34 O Projeto de Vida deve estar integrado e articulado com o trabalho pedagógico, constituindo-se uma estratégia curricular que perpassa todo o ensino e aprendizagem ao longo das três séries, visando apoiar o estudante no desenvolvimento da capacidade de dar sentido à sua existência, tomar decisões, planejar o futuro e agir no presente com autonomia e responsabilidade.
Parágrafo único. O Projeto de Vida é desenvolvido de maneira transversal em todo o currículo e ofertado como componente curricular em, ao menos, uma das séries do Ensino Médio.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 35 A implementação da oferta do Ensino Médio estabelecida nesta Resolução se inicia no ano de 2025.

Art. 36 É assegurado ao estudante matriculado no Ensino Médio anteriormente a 2025 o direito de concluir seus estudos segundo a organização curricular em que está inserido, desde que tenha obtido êxito nos períodos cursados.
Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo deve ser assegurado até 2027, quando a reorganização do Ensino Médio será implementada integralmente.

Art. 37 Os casos omissos serão analisados pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

Art. 38 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de novembro de 2025.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

155168/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 14/2025
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

Protocolo: 24.926.007-0
Assunto: Autorização para formalização do Contrato de Patrocínio com a empresa EDITORA MUNERA LTDA., referente ao Edital de Chamamento Público n.º 14/2025.
1. Trata o presente protocolo da solicitação de autorização para formalização do contrato de patrocínio n.º 03/2025, junto com a EDITORA MUNERA LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 43.103.677/0001-68.
2. Considerando o exposto e a necessidade da continuidade dos serviços, AUTORIZO o prosseguimento dos trâmites administrativos para formalização do contrato de patrocínio n.º 03/2025, junto a Editora Munera Ltda.
3. Ao NAS/SERVIÇOS/CONTRATOS para as demais providências.

Curitiba, 10 de novembro de 2025

João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral/SEED, por Delegação
De Competência Res.7.309-19/10/2023 GS/SEED

154757/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 6.632/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022, 03/2025 e o Parecer n.º 884/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.321.215-8,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas – Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação, integrado ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Centro Estadual de Educação Profissional Cianorte, situado na Rua Dom Pedro II, 1550, do Município e NRE de Cianorte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Profissional Técnica de Nível Médio pela Resolução n.º 1544/2019, de 22/04/2019, com vigência até 07/03/2029.

§ 2º A Resolução n.º 6212/2021, de 16/12/2021, autorizou o funcionamento do referido curso, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2022 e por mais 05 (cinco) anos, no período de 01/01/025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

154486/2025

RESOLUÇÃO N.º 6617/2025 – GS/SEED

Súmula: Absolve servidor em Processo Administrativo Disciplinar.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 19.981.264-5,

R E S O L V E:

Art. 1.º Absolver a servidora Ana Paula Blanco de Oliveira, RG n.º 8.931.XXX-5, agente educacional II, QFEB, LF 01, com fundamento no art. 182, da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.

Art. 2.º Repreender, com fundamento no art. 291, inciso II c/c art. 293, inciso II, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a servidora Rosana Bedin, RG n.º 6.761.XXX-0, professora, QPM, LF 01 e 02, por infração do art. 279, inciso III, do mesmo Diploma Legal.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 10 de novembro de 2025

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

154569/2025

RESOLUÇÃO N.º 6618/2025 – GS/SEED

Súmula: Instaura Sindicância.

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e considerando o contido no protocolado n.º 24.450.962-2,

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Andrea Regina Zampier, RG n.º 4.819.XXX-9/PR e Emerson Berardi Owadiuk, RG n.º 3.490.XXX-0/PR, todos em exercício no Núcleo Regional de Educação de Curitiba, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem Sindicância, nos termos do inciso II do artigo 100, da Lei Estadual n.º 20.656/2021, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento, referente ao Colégio Estadual Presidente Vargas, município de Pinhal de São Bento, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Francisco Beltrão.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 10 de novembro de 2025

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

154573/2025

RESOLUÇÃO N.º 6619/2025 – GS/SEED

Súmula: Aplica penalidade.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 22.071.434-9,

R E S O L V E:

Art. 1.º Repreender, com fundamento no art. 291, inciso II c/c art. 293, inciso II, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a servidora Márcia Elaine Gomes, RG n.º 4.501.XXX-6, professora, QPM, LF 01 e 02, por infração do art. 279, inciso VI, do mesmo Diploma Legal.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de novembro de 2025

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

154575/2025

FUNDEPAR

PORTARIA N.º 632/2025 – FUNDEPAR

Súmula: *Arquiva processo de Sindicância.*

A **DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3.270, de 24 de agosto de 2023, assim como nos termos da Lei Estadual n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto n.º 6.972 de 29 de maio de 2017 e o contido no protocolo nº. 24.544.714-0,

RESOLVE:

Art. 1º Arquivar a presente Sindicância em razão da falta de objetivo a perseguir, no caso de conclusão pela inexistência de irregularidade ou de impossibilidade de identificar o autor da irregularidade administrativa, nos termos do artigo 125, inciso IV, alínea “a”, da Lei Estadual n.º 20.656/2021.

Publique-se.

Anote-se.

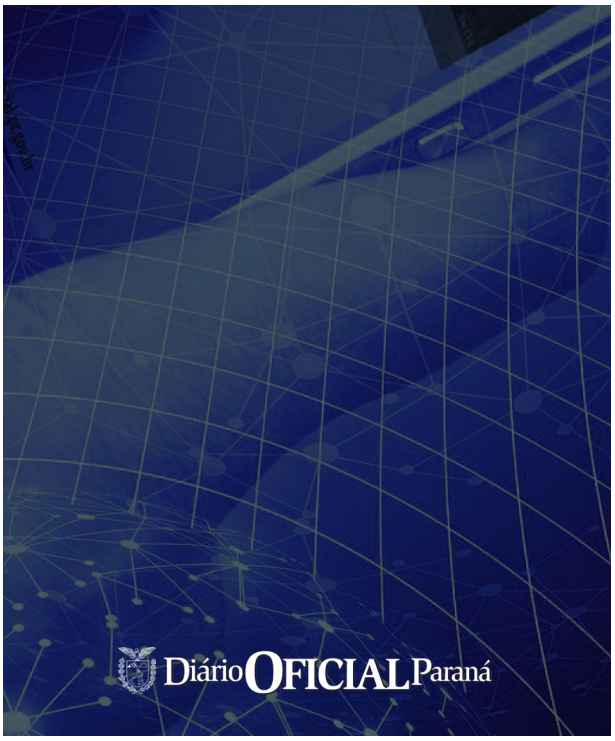
(Assinado e Datado Digitalmente)

Eliane Teruel Carmona

Diretora-Presidente FUNDEPAR

Decreto nº 3.270/2023

154923/2025



Secretaria do Esporte

PARANÁ ESPORTE

PARANÁ ESPORTE

Curitiba,11 de novembro de 2025

Protocolo nº 24.541.006-9

PORTARIA 141/2025

Designação de gestor e fiscais de contrato

O Diretor-Presidente da Paraná Esporte, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Estadual nº 21.095/2022, assim como o contido na Lei Federal n.º 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 10.086/2022.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores adiante elencados como Gestor e Fiscais do Contrato n.º 8719/2025 firmado com a empresa **LIDER DEDETIZADORA LTDA ME**, inscrita no CNPJ n.º 00.487.964/0001-06, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de controle de pragas urbanas, abrangendo desinsetização, desratização e descupinização, a serem executados na sede da Paraná Esporte e no Ginásio do Tarumã.

I – Gestor do Contrato – Marcelo José Francez, CPF nº 5.XXX.954-X;

II – Fiscal – Renato Luhr de Oliveira, CPF nº 15.XXX.522-X

Art. 2º Compete ao gestor e ao fiscal o acompanhamento e a fiscalização do contrato, de acordo com as diretrizes estabelecidas no termo de referência da contratação.

Art. 3º A presente portaria entrará em vigência na data de sua assinatura.

Publique-se.

Anote-se.

Curitiba, 11 de novembro de 2025.

(Assinatura Digital)
Walmir da Silva Matos
Diretor-Presidente
Decreto Estadual n.º 4468/2023

154999/2025

Secretaria da Fazenda

PORTARIA Nº 220 DTE/SEFA, de 10 de Novembro de 2025

A DIRETORA DO TESOURO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1° da Resolução SEFA nº 745, de 05 de A DIRETORA DO TESOURO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1° da Resolução SEFA nº 745, de 05 de agosto de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º. Altera as disponibilidades financeiras dos recursos do Tesouro do Estado referentes a execução da despesa do exercício de 2025, da Administração Direta, Indireta, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes, conforme o anexo I desta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 10 de Novembro de 2025.

Carin Caroline Deda Malhadas
Diretora do Tesouro Estadual

ANEXO I
Estabelece Cota

ANEXO À PORTARIA Nº 220

ÓRGÃO 41 - Secretaria de Estado da Educação
UNIDADE GESTORA 410000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
543	13.000.000,00	13.000.000,00	2025FF000218
Total		**13.000.000,00**	

ÓRGÃO 67 - Secretaria de Estado das Cidades
UNIDADE GESTORA 670000

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Fonte	4 - Investimentos	Total	N. do Processo
500	50.000.000,00	50.000.000,00	2025FF000218
Total		**50.000.000,00**	

ÓRGÃO 77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
UNIDADE GESTORA 773000

Fonte	4 - Investimentos	Total	N. do Processo
755	30.000.000,00	30.000.000,00	2025FF000218
Total		**30.000.000,00**	

154731/2025

Portaria Nº 78/2025/DOE/SEFA

O DIRETOR DE ORÇAMENTO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 7º, da Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, conforme o Processo de Alteração Orçamentária nº 2025FC000839/Bloco1/DOE/SEFA,

R E S O L V E:

Art. 1º Ajustar o detalhamento de despesa do Orçamento Fiscal do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 14.937.977,00 (quatorze milhões e novecentos e trinta e sete mil e novecentos e setenta e sete reais), de acordo com os Anexos I e II desta Portaria.

Publique-se.

Anote-se.

Curitiba, em 11 de Novembro de 2025.

Marcos Tadeu Cavalcante da Silva
Diretor de Orçamento Estadual

Anexo à Portaria n° 78 Formalização 2025FC000839/Bloco1

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
15 - Casa Militar										689,00
150000 - Casa Militar										689,00
1502 - Subchefia da Casa Militar										689,00
F.15.02.04.122.05.8023 - Gestão Administrativa Casa Militar										689,00
	1	50	500	000000	3.1.91.13	0	Não definida	4100	9999999	689,00
21 - Secretaria de Estado da Comunicação										1.652.702,00
210000 - Secretaria de Estado da Comunicação										1.652.702,00
2102 - Diretoria Geral										1.652.702,00
F.21.02.24.122.05.8190 - Gestão Administrativa SECOM										1.652.702,00
	1	50	500	000000	3.3.50.85	0	Não definida	4100	9999999	1.652.702,00
29 - Secretaria de Estado da Fazenda										2.640.000,00
293000 - Receita Estadual do Paraná										2.640.000,00
2930 - Receita Estadual do Paraná										2.640.000,00
F.29.30.04.129.13.8052 - Administração Tributária Estadual										2.640.000,00
	1	50	500	000000	3.1.90.92	0	Não definida	4100	9999999	2.640.000,00
47 - Secretaria de Estado da Saúde										3.000.000,00
476000 - Fundo Estadual de Saúde										3.000.000,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde										3.000.000,00
F.47.60.10.302.35.8485 - Gestão na Assistência Hospitalar e Ambulatorial										3.000.000,00
	1	50	500	000000	3.3.50.43	1	Municípios assistidos com Incentivos e Contratos Assistenciais Vinculados à Rede de Atenção à Saúde do SUS e Suas Linhas de Cuidado Prioritárias	4100	9999999	3.000.000,00
51 - Secretaria de Estado da Cultura										6.765.676,00
510000 - Secretaria de Estado da Cultura										6.765.676,00
5102 - Diretoria Geral										6.765.676,00
F.51.02.13.392.27.8449 - Gerenciamento do Contrato de Gestão com palco Paraná										6.765.676,00
	2	50	501	000147	3.3.50.85	0	Não definida	4100	9999999	6.765.676,00
69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável										878.910,00
696100 - Fundo Estadual do Meio Ambiente										878.910,00
6961 - Fundo Estadual do Meio Ambiente										878.910,00
F.69.61.18.542.23.8294 - Gestão da conservação e recuperação do meio ambiente FEMA										878.910,00
	2	75	799	000258	4.4.90.52	0	Não definida	4100	9999999	13.000,00

	2	75	799	000258	4.4.90.40	1	Sistema de Informações para Gestão Ambiental e de Recursos Hídricos (SIGARH) aprimorado e implantado	4100	9999999	865.910,00
									Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social	14.937.977,00
									Total Geral	14.937.977,00

Anexo à Portaria nº 78 Formalização 2025FC000839/Bloco1

ANEXO II - REDUÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
15 - Casa Militar										689,00
150000 - Casa Militar										689,00
1502 - Subchefia da Casa Militar										689,00
F.15.02.04.122.05.8023 - Gestão Administrativa Casa Militar										689,00
	1	50	500	000000	3.1.90.16	0	Não definida	4100	9999999	689,00
21 - Secretaria de Estado da Comunicação										1.652.702,00
210000 - Secretaria de Estado da Comunicação										1.652.702,00
2102 - Diretoria Geral										1.652.702,00
F.21.02.24.122.05.8190 - Gestão Administrativa SECOM										1.652.702,00
	1	50	500	000000	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	550.000,00
	1	50	500	000000	3.3.90.40	0	Não definida	4100	9999999	552.702,00
	1	50	500	000000	3.3.90.37	0	Não definida	4100	9999999	550.000,00
29 - Secretaria de Estado da Fazenda										2.640.000,00
293000 - Receita Estadual do Paraná										2.640.000,00
2930 - Receita Estadual do Paraná										2.640.000,00
F.29.30.04.129.13.8052 - Administração Tributária Estadual										2.640.000,00
	1	50	500	000000	3.1.91.13	0	Não definida	4100	9999999	2.640.000,00
47 - Secretaria de Estado da Saúde										3.000.000,00
476000 - Fundo Estadual de Saúde										3.000.000,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde										3.000.000,00
F.47.60.10.302.35.8485 - Gestão na Assistência Hospitalar e Ambulatorial										3.000.000,00
	1	50	500	000000	3.3.70.41	1	Municípios assistidos com Incentivos e Contratos Assistenciais Vinculados à Rede de Atenção à Saúde do SUS e Suas Linhas de Cuidado Prioritárias	4100	9999999	3.000.000,00
51 - Secretaria de Estado da Cultura										6.765.676,00
510000 - Secretaria de Estado da Cultura										6.765.676,00
5102 - Diretoria Geral										6.765.676,00
F.51.02.13.392.27.8449 - Gerenciamento do Contrato de Gestão com palco Paraná										6.765.676,00
	2	50	501	000147	3.3.60.85	0	Não definida	4100	9999999	6.765.676,00
69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável										878.910,00
696100 - Fundo Estadual do Meio Ambiente										878.910,00
6961 - Fundo Estadual do Meio Ambiente										878.910,00
F.69.61.18.542.23.8294 - Gestão da conservação e recuperação do meio ambiente FEMA										878.910,00
	2	75	799	000258	4.4.50.42	0	Não definida	4100	9999999	37.311,00
	2	75	799	000258	4.4.40.42	0	Não definida	4100	9999999	841.599,00
									Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social	14.937.977,00
									Total Geral	14.937.977,00

154913/2025

PROTOCOLO Nº: 23.958.920-0
INTERESSADO: MUNDIAL EXPORT ASSESSORIA COM EXT IMP EXP LTDA.
CNPJ: 29.872.616/0001-34
ASSUNTO: Programa Paraná Competitivo. Enquadramento. Incremento das Atividades Portuárias.

DESPACHO Nº 1264/2025-SEFA

I. De acordo com o Parecer Técnico AAET/DIF nº 150/2025;
II. Deferimos o pedido de enquadramento no Programa Paraná Competitivo formulado pela MUNDIAL EXPORT ASSESSORIA COM EXT IMP EXP LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 29.872.616/0001-34 e no CAD/ICMS sob o nº 90854859-00, por meio do e-protocolo nº 23.958.920-0 e com fundamento no art. 14 do Decreto nº 7.721/2024;
III. Publique-se no DOE;
IV. Encaminhe-se à Receita Estadual do Paraná para elaboração de regime especial;
V. Arquive-se pelo prazo legal.
É o despacho.

SEFA/GS, 30 de julho de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

154754/2025

Portaria Nº 77/2025/DOE/SEFA

O DIRETOR DE ORÇAMENTO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 9º, do Decreto 5919 de 27 de maio de 2024 e no artigo 3º, da Resolução Conjunta nº 01/2025 CC/SEFA de 12 de março de 2025,

R E S O L V E:

Art. 1º Disponibilizar na presente data, o relatório de acompanhamento dos saldos disponíveis em relação aos limites estabelecidos pela Resolução Conjunta nº 01/2025 CC/SEFA de 12 de março de 2025, conforme anexo ao presente.

Publique-se.

Anote-se.

Curitiba, em 10 de novembro de 2025.

Marcos Tadeu Cavalcante da Silva
Diretor de Orçamento Estadual

ANEXO I - Limite de acréscimo da despesa de que trata o inciso I, do art. 3°, do Decreto Estadual n.° 5.919, de 27 de maio de 2024 (80% x var% RCL = 8,93%)

UO	Descrição Unidade Orçamentária	LIMITE (R$)	Orç. Disponível (R$)	Orç. Atualizado (R$)	Empenhado (R$)	Liquidado (R$)	Saldo LIMITE - Orç. Disponível	Saldo LIMITE - Orç. Atualizado	Saldo LIMITE - Empenhado	Saldo LIMITE - Liquidado
1301	Gabinete do Secretário-GS-CC	R$ 1.048.321,66	R$ 2.367.465,00	R$ 2.367.465,00	R$ 1.520.033,78	R$ 1.520.033,78	-R$ 1.319.143,34	-R$ 1.319.143,34	-R$ 471.712,12	-R$ 471.712,12
1302	Diretoria Geral-DG-CC	R$ 26.986.614,14	R$ 24.730.420,00	R$ 25.873.417,00	R$ 20.597.212,98	R$ 15.240.254,35	R$ 2.256.194,14	R$ 1.113.197,14	R$ 6.389.401,16	R$ 11.746.359,79
1304	Escritório de Representação do Governo em Brasília-ERGDF	R$ 217.312,56	R$ 284.795,00	R$ 284.795,00	R$ 191.686,17	R$ 151.815,91	-R$ 67.482,44	-R$ 67.482,44	R$ 25.626,39	R$ 65.496,65
1320	Superintendência-Geral de Governança de Serviços e Dados-SGSD	R$ 53.483,08	R$ 24.488.495,00	R$ 26.783.082,00	R$ 20.522.426,92	R$ 1.141.502,03	-R$ 24.435.011,92	-R$ 26.729.598,92	-R$ 20.468.943,84	-R$ 1.088.018,95
1330	Departamento de Trânsito do Paraná-DETRAN	R$ 442.777.711,60	R$ 459.934.766,00	R$ 466.263.471,00	R$ 414.835.865,60	R$ 326.090.896,20	-R$ 17.157.054,40	-R$ 23.485.759,40	R$ 27.941.845,96	R$ 116.686.815,40
1333	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná-AGEPAR	R$ 5.174.028,23	R$ 5.533.286,00	R$ 9.813.004,00	R$ 4.343.306,48	R$ 3.543.734,19	-R$ 359.257,77	-R$ 4.638.975,77	R$ 830.721,75	R$ 1.630.294,04
1336	Lotería do Estado do Paraná-LOTEPAR	R$ 2.973.998,94	R$ 4.190.899,00	R$ 6.257.436,00	R$ 3.267.826,09	R$ 1.891.299,77	-R$ 1.216.900,06	-R$ 3.283.437,06	-R$ 293.827,15	R$ 1.082.699,17
1401	Coordenadoria Estadual da Defesa Civil-CEDC	R$ 8.496.610,36	R$ 15.191.991,00	R$ 15.191.991,00	R$ 11.666.698,33	R$ 9.083.374,89	-R$ 6.695.380,64	-R$ 6.695.380,64	-R$ 3.170.087,97	-R$ 586.764,53
1502	Subchefia da Casa Militar-SUBCM	R$ 22.168.614,37	R$ 24.089.097,00	R$ 24.089.097,00	R$ 23.440.938,94	R$ 18.033.326,32	-R$ 1.920.482,63	-R$ 1.920.482,63	-R$ 1.272.324,57	R$ 4.135.288,05
1602	Diretoria Geral-DG-CGE	R$ 3.565.612,97	R$ 4.500.173,00	R$ 4.500.173,00	R$ 3.963.551,05	R$ 3.069.011,05	-R$ 934.560,03	-R$ 934.560,03	-R$ 397.938,08	R$ 496.601,92
1901	Procuradoria Geral do Estado-PGE-PR	R$ 6.547.605,33	R$ 10.009.659,00	R$ 10.009.659,00	R$ 8.043.117,76	R$ 7.074.455,07	-R$ 3.462.053,67	-R$ 3.462.053,67	-R$ 1.495.512,43	-R$ 526.849,74
1960	Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná-FEPGE/PR	R$ 15.346.217,49	R$ 16.210.089,00	R$ 18.445.571,00	R$ 13.314.710,86	R$ 10.324.063,18	-R$ 863.871,51	-R$ 3.099.353,51	R$ 2.031.506,63	R$ 5.022.154,31
2102	Diretoria Geral-DG-SECOM	R$ 117.364.786,40	R$ 134.067.915,00	R$ 136.320.246,00	R$ 116.421.726,40	R$ 82.053.877,43	-R$ 16.703.128,60	-R$ 18.955.459,60	R$ 943.060,02	R$ 35.310.908,97
2202	Diretoria Geral-DG-SEI	R$ 2.979.906,92	R$ 10.675.994,00	R$ 10.925.610,00	R$ 2.550.866,72	R$ 1.838.753,95	-R$ 7.696.087,08	-R$ 7.945.703,08	R$ 429.040,20	R$ 1.141.152,97
2301	Gabinete do Secretário-GS-SEPL	R$ 85.957.364,88	R$ 94.747.442,00	R$ 94.747.442,00	R$ 82.746.829,01	R$ 82.746.829,01	-R$ 8.790.077,12	-R$ 8.790.077,12	R$ 3.210.535,87	R$ 3.210.535,87
2302	Diretoria Geral-DG-SEPL	R$ 18.046.062,33	R$ 8.494.534,00	R$ 8.494.534,00	R$ 7.084.571,89	R$ 5.348.577,50	R$ 9.551.528,34	R$ 9.551.528,34	R$ 10.961.490,44	R$ 12.697.484,83
2330	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social-IPARDES	R$ 1.700.556,04	R$ 3.402.232,00	R$ 3.402.932,00	R$ 3.081.122,85	R$ 2.657.791,47	-R$ 1.701.675,96	-R$ 1.702.375,96	-R$ 1.380.566,81	-R$ 957.235,43
2701	Gabinete do Secretário-GS-SEAP	R$ 131.774.132,90	R$ 114.639.610,00	R$ 114.639.610,00	R$ 110.145.211,70	R$ 81.312.503,66	R$ 17.134.522,93	R$ 17.134.522,93	R$ 21.628.921,28	R$ 50.461.629,27
2702	Diretoria Geral-DG-SEAP	R$ 78.626.696,49	R$ 104.731.932,00	R$ 105.856.932,00	R$ 87.733.268,69	R$ 56.535.168,78	-R$ 26.105.235,51	-R$ 27.230.235,51	-R$ 9.106.572,20	R$ 22.091.527,71
2902	Diretoria Geral-DG-SEFA	R$ 50.703.473,57	R$ 43.938.794,00	R$ 44.183.794,00	R$ 41.446.070,66	R$ 23.455.709,53	R$ 6.764.679,58	R$ 6.519.679,58	R$ 9.257.402,92	R$ 27.247.764,04
2930	Receita Estadual do Paraná-REPR	R$ 64.228.393,26	R$ 103.565.670,00	R$ 103.565.670,00	R$ 96.101.129,59	R$ 68.613.094,57	-R$ 39.337.276,74	-R$ 39.337.276,74	-R$ 31.872.736,33	-R$ 4.384.701,31
2960	Fundo de Reequipamento do Fisco-FUNREFISCO	R$ 72.593.114,53	R$ 41.663.497,00	R$ 50.520.830,00	R$ 36.043.264,28	R$ 23.629.963,59	R$ 30.929.617,53	R$ 22.072.284,53	R$ 36.549.850,25	R$ 48.963.150,94
2961	Fundo de Equalização do Microcrédito-FEM	R$ 7.523.787,39	R$ 7.119.970,00	R$ 11.586.940,00	R$ 5.176.881,93	R$ 5.176.881,93	R$ 403.817,39	-R$ 4.063.152,61	R$ 2.346.905,46	R$ 2.346.905,46
2962	Fundo de Desenvolvimento Econômico-FDE	R$ 65.207.555,44	R$ 83.761.000,00	R$ 88.322.000,00	R$ 56.904.700,31	R$ 54.001.537,65	-R$ 18.553.444,56	-R$ 23.114.444,56	R$ 8.302.855,13	R$ 11.206.017,79
2963	Fundo de Inovação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná-FIME	R$ 1.444.446,55	R$ 2.992.173,00	R$ 4.859.345,00	R$ 1.747.701,71	R$ 1.747.701,71	-R$ 1.547.726,45	-R$ 3.414.898,45	-R$ 303.255,16	-R$ 303.255,16
2964	Fundo de Aval Garantidor das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná-FAG	R$ 1.176.192,69	R$ 1.590.910,00	R$ 2.631.820,00	R$ 1.135.286,56	R$ 1.016.292,86	-R$ 414.717,31	-R$ 1.455.627,31	R$ 40.906,13	R$ 159.899,83
3302	Diretoria Geral-DG-SEIC	R$ 10.992.507,32	R$ 15.356.795,00	R$ 15.356.795,00	R$ 14.366.833,12	R$ 14.301.946,73	-R$ 4.364.287,69	-R$ 4.364.287,69	-R$ 3.374.325,81	-R$ 3.309.439,42
3331	Junta Comercial do Paraná-JUCEPAR	R$ 12.858.556,85	R$ 14.013.309,00	R$ 16.344.437,00	R$ 13.162.078,55	R$ 10.471.263,78	-R$ 1.154.752,15	-R$ 3.485.880,15	-R$ 303.521,70	R$ 2.387.293,07
3702	Diretoria Geral-DG-SETU	R$ 75.789.505,08	R$ 227.659.279,00	R$ 234.659.279,00	R$ 155.235.926,40	R$ 120.096.323,70	-R$ 151.869.773,90	-R$ 158.869.773,90	-R$ 79.446.421,28	-R$ 44.306.818,62
3901	Gabinete do Secretário-GS-SESP	R$ 43.675.798,74	R$ 19.737.500,00	R$ 19.745.000,00	R$ 19.267.381,96	R$ 14.819.188,81	R$ 23.938.298,74	R$ 23.930.798,74	R$ 24.408.416,78	R$ 28.856.609,93
3902	Diretoria Geral-DG-SESP	R$ 156.218.307,10	R$ 127.411.155,00	R$ 127.411.155,00	R$ 122.259.788,80	R$ 99.836.676,58	R$ 28.807.152,09	R$ 28.807.152,09	R$ 33.958.518,27	R$ 56.381.630,51
3914	Polícia Científica-POL.CIENTIFICA	R$ 18.514.948,23	R$ 17.350.568,00	R$ 17.350.568,00	R$ 16.543.053,36	R$ 15.501.884,21	R$ 1.164.380,23	R$ 1.164.380,23	R$ 1.971.894,87	R$ 3.013.064,02
3917	Departamento Penitenciário-DEPEN	R$ 872.425.909,20	R$ 734.487.507,00	R$ 734.487.507,00	R$ 727.229.584,90	R$ 673.128.279,70	R$ 137.938.402,20	R$ 137.938.402,20	R$ 145.196.324,30	R$ 199.297.629,50
3921	Polícia Civil do Estado do Paraná-PCPR	R$ 122.591.571,70	R$ 147.305.539,00	R$ 147.305.539,00	R$ 144.248.974,10	R$ 136.859.673,20	-R$ 24.713.967,30	-R$ 24.713.967,30	-R$ 21.657.402,44	-R$ 14.268.101,45
3922	Polícia Militar do Estado do Paraná-PMPR	R$ 204.382.632,80	R$ 226.985.368,00	R$ 226.985.368,00	R$ 223.052.450,50	R$ 206.120.180,20	-R$ 22.602.735,25	-R$ 22.602.735,25	-R$ 18.669.817,78	-R$ 1.737.547,47
3924	Corpo de Bombeiros Militar do Paraná-CCB PMPR	R$ 48.449.328,41	R$ 34.234.065,00	R$ 34.234.065,00	R$ 33.478.331,97	R$ 33.257.389,91	R$ 14.215.263,41	R$ 14.215.263,41	R$ 14.970.996,44	R$ 15.191.938,50
3963	Fundo Especial do Sistema Único de Segurança Pública do Estado do Paraná-FUNSUSP	R$ 85.189,80	R$ 9.093.189,00	R$ 9.093.189,00	R$ 7.802.262,18	R$ 5.553.159,95	-R$ 9.007.999,20	-R$ 9.007.999,20	-R$ 7.717.072,38	-R$ 5.467.970,15
3964	Fundo Estadual de Políticas Sobre Drogas-FESD	R$ 31.274,59	R$ 107.882,00	R$ 107.980,00	R$ 53.040,00	R$ 53.040,00	-R$ 76.607,41	-R$ 76.705,41	-R$ 21.765,41	-R$ 21.765,41
3966	Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná-FUNESP	R$ 339.385.656,30	R$ 272.085.467,00	R$ 274.080.165,00	R$ 266.034.096,20	R$ 230.352.349,70	R$ 67.300.189,33	R$ 65.305.491,33	R$ 73.351.560,11	R$ 109.033.306,70
3968	Fundo Penitenciário-FUPEN	R$ 6.042.940,94	R$ 6.426.120,00	R$ 7.229.567,00	R$ 6.398.515,20	R$ 4.858.515,20	-R$ 383.179,06	-R$ 1.186.626,06	-R$ 355.574,26	R$ 1.184.425,74
4102	Diretoria Geral-DG-SEED	R$ 2.398.975,19	R$ 659.346,00	R$ 659.346,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 1.739.629,19	R$ 1.739.629,19	R$ 2.398.975,19	R$ 2.398.975,19
4130	Colégio Estadual do Paraná-CEPR	R$ 137.698,85	R$ 10.150,00	R$ 20.300,00	R$ 10.145,50	R$ 7.501,85	R$ 127.548,85	R$ 117.398,85	R$ 127.553,35	R$ 130.197,00
4301	Gabinete do Secretário-GS-SEES	R$ 414.002,22	R$ 462.600,00	R$ 462.600,00	R$ 108.419,07	R$ 95.203,07	-R$ 48.597,78	-R$ 48.597,78	R$ 305.583,15	R$ 318.799,15
4302	Diretoria Geral-DG-SEES	R$ 2.469.794,78	R$ 3.241.150,00	R$ 3.241.150,00	R$ 2.737.463,01	R$ 1.886.661,05	-R$ 771.355,22	-R$ 771.355,22	-R$ 267.668,23	R$ 583.133,73
4330	Paraná Esporte-PARANÁ ESPORTE	R$ 48.783.578,73	R$ 40.974.177,00	R$ 46.083.976,00	R$ 38.713.248,66	R$ 27.609.683,42	R$ 7.809.401,73	R$ 2.699.602,73	R$ 10.070.330,07	R$ 21.173.895,31
4360	Fundo Estadual do Esporte do Estado do Paraná-FEE/PR	R$ 3.984,95	R$ 53.558,00	R$ 103.558,00	R$ 4.988,96	R$ 4.988,96	-R$ 49.573,05	-R$ 99.573,05	-R$ 1.004,01	-R$ 1.004,01
4504	Diretoria Geral-DG-SETI	R$ 1.176.726,11	R$ 6.088.082,00	R$ 6.564.785,00	R$ 2.345.642,82	R$ 2.246.299,66	-R$ 4.911.355,89	-R$ 5.388.058,89	-R$ 1.168.916,71	-R$ 1.069.573,55
4530	Universidade Estadual de Londrina-UEL	R$ 7.045.991,28	R$ 7.855.282,00	R$ 12.340.305,00	R$ 6.907.178,38	R$ 5.011.629,86	-R$ 809.290,72	-R$ 5.294.313,72	R$ 138.812,90	R$ 2.034.361,42
4531	Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG	R$ 1.883.162,89	R$ 1.181.943,00	R$ 1.988.946,00	R$ 978.256,08	R$ 760.322,67	R$ 701.219,89	-R$ 105.783,11	R$ 904.906,81	R$ 1.122.840,22
4532	Universidade Estadual de Maringá-UEM	R$ 12.569.002,61	R$ 10.050.538,00	R$ 12.411.272,00	R$ 6.738.029,10	R$ 5.874.895,25	R$ 2.518.464,61	R$ 157.730,61	R$ 5.830.973,51	R$ 6.694.107,36
4533	Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO	R$ 2.426.950,74	R$ 3.006.575,00	R$ 3.452.242,00	R$ 2.488.467,22	R$ 1.768.424,64	-R$ 579.624,26	-R$ 1.025.291,26	-R$ 61.516,48	R$ 658.526,10
4534	Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE	R$ 2.457.992,51	R$ 2.573.515,00	R$ 3.428.528,00	R$ 1.959.382,81	R$ 1.669.129,29	-R$ 115.522,49	-R$ 970.535,49	R$ 498.609,70	R$ 788.863,22
4546	Universidade Estadual do Paraná-UNESPAR	R$ 729.952,76	R$ 983.539,00	R$ 1.743.819,00	R$ 959.713,73	R$ 785.632,31	-R$ 253.586,24	-R$ 1.013.866,24	-R$ 229.760,97	-R$ 55.679,55
4548	Universidade Estadual do Norte do Paraná-UENP	R$ 602.247,61	R$ 829.468,00	R$ 1.263.113,00	R$ 469.071,59	R$ 420.639,73	-R$ 227.220,39	-R$ 660.865,39	R$ 133.176,02	R$ 181.607,88
4570	Instituto de Tecnologia do Paraná-TECPAR	R$ 28.439.473,93	R$ 30.342.648,00	R$ 30.342.648,00	R$ 30.140.645,20	R$ 23.604.605,34	-R$ 1.903.174,07	-R$ 1.903.174,07	-R$ 1.701.171,27	R$ 4.834.868,59
4760	Fundo Estadual de Saúde-FUNSAÚDE	R$ 48.713.527,33	R$ 12.595.312,00	R$ 13.105.257,00	R$ 10.864.490,09	R$ 7.955.270,17	R$ 36.118.215,33	R$ 35.608.270,33	R$ 37.849.037,24	R$ 40.758.257,16
4902	Diretoria Geral-DG-SEJU	R$ 63.639.811,08	R$ 43.628.114,00	R$ 43.628.114,00	R$ 31.363.709,92	R$ 25.898.372,44	R$ 20.011.697,08	R$ 20.011.697,08	R$ 32.276.101,16	R$ 37.741.438,64
4962	Fundo Estadual de Defesa do Consumidor-FECON	R$ 513.558,34	R$ 307.531,00	R$ 753.693,00	R$ 4.227,99	R$ 3.137,43	R$ 206.027,34	-R$ 240.134,66	R$ 509.330,35	R$ 510.420,91
5102	Diretoria Geral-DG-SEEC	R$ 59.465.617,82	R$ 73.643.210,00	R$ 73.995.785,00	R$ 56.767.339,28	R$ 46.707.568,69	-R$ 14.177.592,18	-R$ 14.530.167,18	R$ 2.698.278,54	R$ 12.758.049,13
5132	Centro Cultural Teatro Guaíra-CCTG	R$ 10.684.111,46	R$ 14.715.002,00	R$ 14.949.086,00	R$ 13.101.020,67	R$ 9.474.840,20	-R$ 4.030.890,54	-R$ 4.264.974,54	-R$ 2.416.909,21	R$ 1.209.271,26
5160	Fundo Estadual de Cultura-FEC	R$ 104.090,80	R$ 906.000,00	R$ 1.126.000,00	R$ 338.715,61	R$ 333.715,61	-R$ 801.909,20	-R$ 1.021.909,20	-R$ 234.624,81	-R$ 229.624,81
5902	Diretoria Geral-DG-SEMIPI	R$ 4.459.056,11	R$ 8.463.433,00	R$ 9.264.000,00	R$ 5.908.194,31	R$ 4.200.462,16	-R$ 4.004.376,89	-R$ 4.804.943,89	-R$ 1.449.138,20	R$ 258.593,95
5962	Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa-FIPAR	R$ 871,44	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
6102	Diretoria Geral-DG-SEDEF	R$ 41.936.713,29	R$ 35.700.071,00	R$ 35.894.837,00	R$ 29.155.255,52	R$ 19.177.895,33	R$ 6.236.642,29	R$ 6.041.876,29	R$ 12.781.457,77	R$ 22.758.817,96
6166	Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência-FIA	R$ 504.655,26	R$ 1.321.671,00	R$ 1.321.671,00	R$ 171.600,00	R$ 171.600,00	-R$ 817.015,74	-R$ 817.015,74	R$ 333.055,26	R$ 333.055,26
6167	Fundo Estadual de Assistência Social-FEAS	R$ 93.244,08	R$ 13.354.000,00	R$ 13.354.000,00	R$ 12.875.378,74	R$ 12.875.378,74	-R$ 13.260.755,92	-R$ 13.260.755,92	-R$ 12.782.134,66	-R$ 12.782.134,66
6302	Diretoria Geral-DG-SETR	R$ 16.094.860,91	R$ 47.757.211,00	R$ 47.757.211,00	R$ 33.878.043,28	R$ 25.384.221,21	-R$ 31.662.350,09	-R$ 31.662.350,09	-R$ 17.783.182,37	-R$ 9.289.360,30
6502	Diretoria Geral-DG-SEAB	R$ 16.235.225,74	R$ 47.481.692,00	R$ 47.487.101,00	R$ 43.065.823,83	R$ 25.423.984,14	-R$ 31.246.466,26	-R$ 31.251.875,26	-R$ 26.830.598,09	-R$ 9.188.758,40
6530	Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná-IAPAR-EMATER	R$ 80.310.589,18	R$ 71.700.117,00	R$ 73.221.774,00	R$ 63.115.110,99	R$ 54.717.513,68	R$ 8.610.472,18	R$ 7.088.815,18	R$ 17.195.478,19	R$ 25.593.075,50
6533	Agência de Defesa Agropecuária do Paraná-ADAPAR	R$ 23.919.871,38	R$ 28.133.283,00	R$ 32.610.171,00	R$ 24.910.833,76	R$ 19.999.024,70	-R$ 4.213.411,62	-R$ 8.690.299,62	-R$ 990.962,38	R$ 3.920.846,68
6560	Fundo de Equipamento Agropecuário-FEAP	R$ 3.395.230,12	R$ 5.105.829,00	R$ 7.350.443,00	R$ 2.297.977,74	R$ 2.274.434,53	-R$ 1.710.598,88	-R$ 3.955.212,88	R$ 1.097.252,38	R$ 1.120.795,59
6702	Diretoria Geral-DG-SECID	R$ 21.071.934,83	R$ 26.272.063,00	R$ 27.321.326,00	R$ 22.558.746,63	R$ 18.046.299,01	-R$ 5.200.128,17	-R$ 6.249.391,17	-R$ 1.486.811,80	R$ 3.025.635,82
6731	Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná-AMEP	R$ 2.085.805,12	R$ 3.673.447,00	R$ 4.009.447,00	R$ 2.367.686,88	R$ 2.256.203,05	-R$ 1.587.641,89	-R$ 1.923.641,89	-R$ 281.881,77	-R$ 170.397,94
6774	Companhia de Habitação do Paraná-COHAPAR	R$ 24.205.585,43	R$ 31.506.281,00	R$ 35.780.326,00	R$ 18.913.734,60	R$ 15.328.850,52	-R$ 7.300.695,58	-R$ 11.574.740,57	R$ 5.291.850,83	R$ 8.876.734,91
6902	Diretoria Geral-DG-SEDEST	R$ 3.584.682,94	R$ 7.059.343,00	R$ 7.059.343,00	R$ 5.060.921,03	R$ 4.387.886,17	-R$ 3.474.660,06	-R$ 3.474.660,06	-R$ 1.476.238,09	-R$ 803.203,23
6931	Instituto Água e Terra-IAT	R$ 106.081.314,20	R$ 96.542.882,00	R$ 100.387.705,00	R$ 89.830.533,86	R$ 77.695.124,96	R$ 9.538.432,16	R$ 5.693.609,16	R$ 16.250.780,30	R$ 28.386.189,20
6960	Fundo Estadual de Recursos Hídricos-FRHI/PR	R$ 33.877,23	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00	R$ 503,72	R$ 28.877,23	R$ 28.877,23	R$ 28.877,23	R$ 33.373,51
6961	Fundo Estadual do Meio Ambiente-FEMA	R$ 88.578.206,29	R$ 12.324.387,00	R$ 18.867.337,00	R$ 6.787.138,03	R$ 6.421.674,33	R$ 76.253.819,29	R$ 69.710.869,29	R$ 81.791.068,26	R$ 82.156.531,96
7702	Diretoria Geral-DG-SEIL	R$ 3.123.873,67	R$ 3.431.785,00	R$ 3.431.785,00	R$ 2.627.244,45	R$ 2.179.016,75	-R$ 307.911,33	-R$ 307.911,33	R$ 496.629,22	R$ 944.856,92
7730	Departamento de Estradas de Rodagem-DER	R$ 2.049.684.268,00	R$ 1.443.979.499,00	R$ 1.453.660.768,00	R$ 1.421.540.367,00	R$ 1.358.810.864,00	R$ 605.704.769,20	R$ 596.023.500,20	R$ 628.143.901,60	R$ 690.873.403,80
TOTAL		R$ 5.926.186.844,37	R$ 5.337.096.285,00	R$ 5.444.776.248,00	R$ 4.915.228.070,84	R$ 4.263.977.780,69	R$ 589.089.688,12	R$ 481.409.725,13	R$ 1.010.957.902,61	R$ 1.662.208.192,11

*As unidades que estão com os limites zerados, são aquelas que não tiveram excução nas despesas que computam para os limites do Decreto Estadual n.° 5.919, de 27 de maio de 2024. Estas serão tratadas caso a caso pela DOE.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento para impressão através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ANEXO II - Limite de acréscimo da despesa de que trata o inciso II, do art. 3°, do Decreto Estadual n.° 5.919, de 27 de maio de 2024 (50% x var% RCL = 5,58%)

UO	Descrição Unidade Orçamentária	LIMITE (R$)	Orç. Disponível (R$)	Orç. Atualizado (R$)	Empenhado (R$)	Liquidado (R$)	Saldo LIMITE - Orç. Disponível	Saldo LIMITE - Orç. Atualizado	Saldo LIMITE - Empenhado	Saldo LIMITE - Liquidado
1301	Gabinete do Secretário-GS-CC	R$ 1.835.298,76	R$ 1.995.000,00	R$ 1.995.000,00	R$ 1.567.963,31	R$ 1.511.469,65	-R$ 159.701,24	-R$ 159.701,24	R$ 267.335,45	R$ 323.829,11
1302	Diretoria Geral-DG-CC	R$ 1.279.793,04	R$ 1.723.030,00	R$ 1.723.030,00	R$ 1.512.113,14	R$ 1.078.072,48	-R$ 443.236,96	-R$ 443.236,96	-R$ 232.320,10	R$ 201.720,56
1304	Escritório de Representação do Governo em Brasília-ERGDF	R$ 130.487,01	R$ 15.205,00	R$ 15.205,00	R$ 6.798,38	R$ 6.112,88	R$ 115.282,01	R$ 115.282,01	R$ 123.688,63	R$ 124.374,13
1320	Superintendência-Geral de Governança de Serviços e Dados-SGSD	R$ 213.271,60	R$ 417.000,00	R$ 417.000,00	R$ 382.308,42	R$ 347.629,92	-R$ 203.728,40	-R$ 203.728,40	-R$ 169.036,82	-R$ 134.358,32
1330	Departamento de Trânsito do Paraná-DETRAN	R$ 8.254.883,94	R$ 11.153.928,00	R$ 11.153.928,00	R$ 8.607.807,21	R$ 7.443.319,07	-R$ 2.899.044,06	-R$ 2.899.044,06	-R$ 352.923,27	R$ 811.564,87
1333	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná-AGEPAR	R$ 948.278,68	R$ 1.206.924,00	R$ 1.835.617,00	R$ 1.127.832,56	R$ 848.187,33	-R$ 258.645,32	-R$ 887.338,32	-R$ 179.553,88	R$ 100.091,35
1336	Loteria do Estado do Paraná-LOTEPAR	R$ 637.922,57	R$ 944.546,00	R$ 944.546,00	R$ 550.173,86	R$ 521.955,65	-R$ 306.623,43	-R$ 306.623,43	R$ 87.748,71	R$ 115.966,92
1401	Coordenadoria Estadual da Defesa Civil-CEDC	R$ 2.128.162,02	R$ 3.187.125,00	R$ 3.187.125,00	R$ 1.383.229,11	R$ 1.236.365,84	-R$ 1.058.962,98	-R$ 1.058.962,98	R$ 744.932,91	R$ 891.796,18
1502	Subchefia da Casa Militar-SUBCM	R$ 10.368.557,23	R$ 13.220.571,00	R$ 13.887.420,00	R$ 12.078.527,12	R$ 10.847.946,70	-R$ 2.852.013,78	-R$ 3.518.862,78	-R$ 1.709.969,90	-R$ 479.389,47
1602	Diretoria Geral-DG-CGE	R$ 340.614,06	R$ 255.801,00	R$ 255.801,00	R$ 219.433,64	R$ 206.803,76	R$ 84.813,06	R$ 84.813,06	R$ 121.180,42	R$ 133.810,30
1901	Procuradoria Geral do Estado-PGE-PR	R$ 42.420,51	R$ 186.446,00	R$ 186.446,00	R$ 83.808,91	R$ 83.808,91	-R$ 144.025,49	-R$ 144.025,49	-R$ 41.388,40	-R$ 41.388,40
1960	Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná-FEPGE/PR	R$ 1.391.029,50	R$ 2.096.302,00	R$ 2.330.142,00	R$ 1.714.532,16	R$ 1.637.045,30	-R$ 705.272,50	-R$ 939.112,50	-R$ 323.502,66	-R$ 246.015,80
2102	Diretoria Geral-DG-SECOM	R$ 1.743.847,46	R$ 1.980.365,00	R$ 2.176.365,00	R$ 1.293.045,89	R$ 1.179.799,06	-R$ 236.517,54	-R$ 432.517,54	R$ 450.801,57	R$ 564.048,40
2202	Diretoria Geral-DG-SEI	R$ 978.249,68	R$ 1.295.475,00	R$ 1.340.500,00	R$ 921.270,62	R$ 812.744,76	-R$ 317.225,32	-R$ 362.250,32	R$ 56.979,06	R$ 165.504,92
2302	Diretoria Geral-DG-SEPL	R$ 1.549.383,07	R$ 1.028.997,00	R$ 1.028.997,00	R$ 782.584,68	R$ 760.304,37	R$ 520.386,07	R$ 520.386,07	R$ 766.798,39	R$ 789.078,70
2330	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social-IPARDES	R$ 245.327,60	R$ 123.713,00	R$ 133.891,00	R$ 102.147,52	R$ 96.312,82	R$ 121.614,60	R$ 111.436,60	R$ 143.180,08	R$ 149.014,78
2702	Diretoria Geral-DG-SEAP	R$ 1.624.284,63	R$ 2.684.558,00	R$ 2.684.558,00	R$ 1.368.125,78	R$ 1.217.478,40	-R$ 1.060.273,38	-R$ 1.060.273,38	R$ 256.158,84	R$ 406.806,22
2902	Diretoria Geral-DG-SEFA	R$ 1.405.542,04	R$ 1.694.500,00	R$ 1.824.500,00	R$ 1.087.360,36	R$ 1.054.521,10	-R$ 288.957,96	-R$ 418.957,96	R$ 318.181,68	R$ 351.020,94
2930	Receita Estadual do Paraná-REPR	R$ 1.169.562,57	R$ 1.701.000,00	R$ 1.701.000,00	R$ 1.194.480,32	R$ 1.145.231,74	-R$ 531.437,43	-R$ 531.437,43	-R$ 24.917,75	R$ 24.330,83
3302	Diretoria Geral-DG-SEIC	R$ 690.428,89	R$ 1.315.824,00	R$ 1.315.824,00	R$ 677.399,74	R$ 649.247,07	-R$ 625.395,11	-R$ 625.395,11	R$ 13.029,15	R$ 41.181,82
3331	Junta Comercial do Paraná-JUCEPAR	R$ 352.202,54	R$ 356.291,00	R$ 644.019,00	R$ 327.489,84	R$ 263.337,62	-R$ 4.088,46	-R$ 291.816,46	R$ 24.712,70	R$ 88.864,92
3702	Diretoria Geral-DG-SETU	R$ 1.721.643,25	R$ 1.588.800,00	R$ 1.588.800,00	R$ 1.080.993,23	R$ 1.022.238,59	R$ 132.843,25	R$ 132.843,25	R$ 640.650,02	R$ 699.404,66
3901	Gabinete do Secretário-GS-SESP	R$ 8.841.125,05	R$ 6.542.558,00	R$ 6.542.558,00	R$ 4.996.263,34	R$ 1.803.108,30	R$ 2.298.567,05	R$ 2.298.567,05	R$ 3.844.861,71	R$ 7.038.016,75
3902	Diretoria Geral-DG-SESP	R$ 116.322.350,20	R$ 62.116.819,00	R$ 62.116.819,00	R$ 61.205.381,00	R$ 39.274.520,62	R$ 54.205.531,20	R$ 54.205.531,20	R$ 55.116.969,20	R$ 77.047.829,58
3914	Polícia Científica-POL.CIENTÍFICA	R$ 3.372.259,82	R$ 3.480.313,00	R$ 3.480.313,00	R$ 3.129.245,49	R$ 2.019.380,80	-R$ 108.053,18	-R$ 108.053,18	R$ 243.014,33	R$ 1.352.879,02
3917	Departamento Penitenciário-DEPEN	R$ 48.228.628,10	R$ 79.983.054,00	R$ 79.983.054,00	R$ 57.813.592,26	R$ 43.346.485,95	-R$ 31.754.425,90	-R$ 31.754.425,90	-R$ 9.584.964,16	R$ 4.882.142,16
3921	Polícia Civil do Estado do Paraná-PCPR	R$ 25.152.036,54	R$ 18.606.550,00	R$ 18.606.550,00	R$ 17.768.344,54	R$ 13.405.292,44	R$ 6.545.486,54	R$ 6.545.486,54	R$ 7.383.692,00	R$ 11.746.744,10
3922	Polícia Militar do Estado do Paraná-PMPR	R$ 40.322.601,61	R$ 53.324.708,00	R$ 53.324.708,00	R$ 51.867.502,03	R$ 42.852.827,87	-R$ 13.002.106,39	-R$ 13.002.106,39	-R$ 11.544.900,42	-R$ 2.530.226,26
3924	Corpo de Bombeiros Militar do Paraná-CCB PMPR	R$ 45.139.934,42	R$ 18.212.269,00	R$ 18.212.269,00	R$ 17.949.954,74	R$ 16.998.572,78	R$ 26.927.665,42	R$ 26.927.665,42	R$ 27.189.979,68	R$ 28.141.361,64
3963	Fundo Especial do Sistema Único de Segurança Pública do Estado do Paraná-FUNSUSP	R$ 14.850.503,67	R$ 11.516.993,00	R$ 11.516.993,00	R$ 6.633.389,00	R$ 2.171.589,55	R$ 3.333.510,67	R$ 3.333.510,67	R$ 8.217.114,67	R$ 12.678.914,12
3964	Fundo Estadual de Políticas Sobre Drogas-FESD	R$ 30.618,20	R$ 83.000,00	R$ 83.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	-R$ 52.381,80	-R$ 52.381,80	R$ 30.618,20	R$ 30.618,20
3966	Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná-FUNESP	R$ 117.889.710,00	R$ 131.289.077,00	R$ 135.112.078,00	R$ 125.883.961,30	R$ 102.868.395,10	-R$ 13.399.366,99	-R$ 17.222.367,99	-R$ 7.994.251,24	R$ 15.021.314,92
3968	Fundo Penitenciário-FUPEN	R$ 106.600,23	R$ 444.357,00	R$ 544.357,00	R$ 267.238,44	R$ 190.806,60	-R$ 337.756,77	-R$ 437.756,77	-R$ 160.638,21	-R$ 84.206,37
4133	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional-FUNDEPAR	R$ 613.117,84	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
4301	Gabinete do Secretário-GS-SEES	R$ 815.945,44	R$ 1.020.000,00	R$ 1.020.000,00	R$ 598.862,96	R$ 580.925,98	-R$ 204.054,56	-R$ 204.054,56	R$ 217.082,48	R$ 235.019,46
4302	Diretoria Geral-DG-SEES	R$ 121.599,81	R$ 248.993,00	R$ 248.993,00	R$ 198.540,29	R$ 145.771,82	-R$ 127.393,19	-R$ 127.393,19	-R$ 76.940,48	-R$ 24.172,01
4330	Paraná Esporte-PARANÁ ESPORTE	R$ 25.229.156,19	R$ 6.514.825,00	R$ 8.828.230,00	R$ 4.559.548,40	R$ 3.020.047,72	R$ 18.714.331,19	R$ 16.400.926,19	R$ 20.669.607,79	R$ 22.209.108,47
4360	Fundo Estadual do Esporte do Estado do Paraná-FEE/PR	R$ 1.069,37	R$ 300.000,00	R$ 650.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	-R$ 298.930,63	-R$ 648.930,63	R$ 1.069,37	R$ 1.069,37
4504	Diretoria Geral-DG-SETI	R$ 200.384,46	R$ 1.630.993,00	R$ 1.812.215,00	R$ 185.714,28	R$ 185.714,28	-R$ 1.430.608,54	-R$ 1.611.830,54	R$ 14.670,18	R$ 14.670,18
4530	Universidade Estadual de Londrina-UEL	R$ 3.792.382,14	R$ 3.528.013,00	R$ 5.873.620,00	R$ 2.901.309,14	R$ 2.386.090,93	R$ 264.369,14	-R$ 2.081.237,86	R$ 891.073,00	R$ 1.406.291,21
4531	Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG	R$ 1.244.098,84	R$ 610.000,00	R$ 1.060.000,00	R$ 532.739,77	R$ 484.588,83	R$ 634.098,84	R$ 184.098,84	R$ 711.359,07	R$ 759.510,01
4532	Universidade Estadual de Maringá-UEM	R$ 9.957.039,62	R$ 6.651.892,00	R$ 7.616.427,00	R$ 4.991.001,91	R$ 3.752.302,11	R$ 3.305.147,62	R$ 2.340.612,62	R$ 4.966.037,71	R$ 6.204.737,51
4533	Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO	R$ 1.245.581,47	R$ 1.329.690,00	R$ 1.612.490,00	R$ 677.264,47	R$ 617.180,75	-R$ 84.108,54	-R$ 366.908,54	R$ 568.316,99	R$ 628.400,71
4534	Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE	R$ 1.220.407,80	R$ 1.840.889,00	R$ 2.101.521,00	R$ 1.496.788,37	R$ 1.252.322,86	-R$ 620.481,20	-R$ 881.113,20	-R$ 276.380,57	-R$ 31.915,06
4546	Universidade Estadual do Paraná-UNESPAR	R$ 6.478,11	R$ 15.642,00	R$ 46.282,00	R$ 10.291,96	R$ 10.291,96	-R$ 9.163,89	-R$ 39.803,89	-R$ 3.813,85	-R$ 3.813,85
4548	Universidade Estadual do Norte do Paraná-UENP	R$ 783.989,19	R$ 1.352.722,00	R$ 1.797.873,00	R$ 691.615,75	R$ 602.126,04	-R$ 568.732,81	-R$ 1.013.883,81	R$ 92.373,44	R$ 181.863,15
4570	Instituto de Tecnologia do Paraná-TECPAR	R$ 13.200.625,21	R$ 6.197.360,00	R$ 6.197.360,00	R$ 6.197.344,46	R$ 6.197.344,46	R$ 7.003.265,21	R$ 7.003.265,21	R$ 7.003.280,75	R$ 7.003.280,75
4760	Fundo Estadual de Saúde-FUNSAÚDE	R$ 646.382,35	R$ 692.088,00	R$ 724.311,00	R$ 1.246,08	R$ 1.246,08	-R$ 45.705,65	-R$ 77.928,65	R$ 645.136,27	R$ 645.136,27
4902	Diretoria Geral-DG-SEJU	R$ 3.857.687,79	R$ 2.755.087,00	R$ 2.755.087,00	R$ 2.422.358,94	R$ 1.358.362,55	R$ 1.102.600,79	R$ 1.102.600,79	R$ 1.435.328,85	R$ 2.499.325,24
5102	Diretoria Geral-DG-SEEC	R$ 12.422.077,72	R$ 8.530.121,00	R$ 8.530.121,00	R$ 8.014.677,65	R$ 3.468.715,52	R$ 3.891.956,72	R$ 3.891.956,72	R$ 4.407.400,07	R$ 8.953.362,20
5132	Centro Cultural Teatro Guaíra-CCTG	R$ 934.640,28	R$ 1.474.538,00	R$ 1.474.538,00	R$ 1.201.129,78	R$ 1.059.719,65	-R$ 539.897,72	-R$ 539.897,72	-R$ 266.489,50	-R$ 125.079,37
5902	Diretoria Geral-DG-SEMIPI	R$ 1.348.752,31	R$ 1.984.823,00	R$ 1.984.823,00	R$ 1.720.897,11	R$ 1.633.366,53	-R$ 636.070,69	-R$ 636.070,69	-R$ 372.144,80	-R$ 284.614,22
5962	Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa-FIPAR	R$ 63.348,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
6102	Diretoria Geral-DG-SEDEF	R$ 2.286.988,00	R$ 4.236.739,00	R$ 6.209.464,00	R$ 3.757.887,70	R$ 3.379.455,59	-R$ 1.949.751,00	-R$ 3.922.476,00	-R$ 1.470.899,70	-R$ 1.092.467,59
6302	Diretoria Geral-DG-SETR	R$ 703.366,22	R$ 1.372.940,00	R$ 1.372.940,00	R$ 895.246,87	R$ 583.582,13	-R$ 669.573,78	-R$ 669.573,78	-R$ 191.880,65	R$ 119.784,09
6502	Diretoria Geral-DG-SEAB	R$ 2.450.888,27	R$ 3.405.089,00	R$ 3.405.089,00	R$ 2.759.366,72	R$ 2.352.742,71	-R$ 954.200,73	-R$ 954.200,73	-R$ 308.478,45	R$ 98.145,56
6530	Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná-IAPAR-EMATER	R$ 15.198.771,05	R$ 18.595.794,00	R$ 19.609.794,00	R$ 12.971.931,14	R$ 11.094.428,79	-R$ 3.397.022,95	-R$ 4.411.022,95	R$ 2.226.839,91	R$ 4.104.342,26
6533	Agência de Defesa Agropecuária do Paraná-ADAPAR	R$ 7.868.764,75	R$ 7.838.685,00	R$ 9.232.185,00	R$ 7.263.058,06	R$ 6.209.946,95	R$ 30.079,75	-R$ 1.363.420,25	R$ 605.706,69	R$ 1.658.817,80
6702	Diretoria Geral-DG-SECID	R$ 1.294.705,09	R$ 2.020.658,00	R$ 2.060.658,00	R$ 1.507.585,93	R$ 1.263.005,53	-R$ 725.952,91	-R$ 765.952,91	-R$ 212.880,84	R$ 31.699,56
6731	Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná-AMEP	R$ 3.495.041,83	R$ 3.988.448,00	R$ 6.162.398,00	R$ 438.554,17	R$ 412.913,29	-R$ 493.406,17	-R$ 2.667.356,17	R$ 3.056.487,66	R$ 3.082.128,54
6774	Companhia de Habitação do Paraná-COHAPAR	R$ 714.298,28	R$ 1.941.614,00	R$ 3.541.614,00	R$ 700.568,53	R$ 570.192,32	-R$ 1.227.315,72	-R$ 2.827.315,72	R$ 13.729,75	R$ 144.105,96
6902	Diretoria Geral-DG-SEDEST	R$ 1.094.432,21	R$ 1.345.023,00	R$ 1.345.023,00	R$ 857.405,77	R$ 716.683,01	-R$ 250.590,79	-R$ 250.590,79	R$ 237.026,44	R$ 377.749,20
6931	Instituto Água e Terra-IAT	R$ 18.188.929,34	R$ 15.306.279,00	R$ 15.370.562,00	R$ 11.779.016,81	R$ 9.679.643,69	R$ 2.882.650,34	R$ 2.818.367,34	R$ 6.409.912,53	R$ 8.509.285,65
6961	Fundo Estadual do Meio Ambiente-FEMA	R$ 30.685,59	R$ 1.751.167,00	R$ 3.696.611,00	R$ 240.014,55	R$ 78.258,55	-R$ 1.720.481,41	-R$ 3.665.925,41	-R$ 209.328,96	-R$ 47.572,96
7702	Diretoria Geral-DG-SEIL	R$ 874.441,03	R$ 966.539,00	R$ 966.539,00	R$ 712.077,72	R$ 668.865,33	-R$ 92.097,97	-R$ 92.097,97	R$ 162.363,31	R$ 205.575,70
7730	Departamento de Estradas de Rodagem-DER	R$ 33.908.377,06	R$ 29.809.600,00	R$ 29.809.600,00	R$ 17.985.138,58	R$ 15.568.189,81	R$ 4.098.777,06	R$ 4.098.777,06	R$ 15.923.238,48	R$ 18.340.187,25
TOTAL		R$ 625.122.011,13	R$ 575.027.350,00	R$ 599.008.781,00	R$ 483.853.481,81	R$ 378.234.938,80	R$ 49.418.195,29	R$ 25.436.764,29	R$ 140.592.063,54	R$ 246.210.606,51

*As unidades que estão com os limites zerados, são aquelas que não tiveram excução nas despesas que computam para os limites do Decreto Estadual n.° 5.919, de 27 de maio de 2024. Estas serão tratadas caso a caso pela DOE.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PORTARIA SEFA/DG Nº 088/2025

Designa servidores para atuar como Gestor e Fiscal do Contrato n° 6.867/2025-FUNREFISCO, celebrado com a MANUPA COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS ADAPTADOS LTDA.

O **DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**, no uso de suas atribuições descritas no Decreto Estadual nº 7.356, de 14 de abril de 2021, e, considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1° de abril de 2021, e no Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e demais legislações congêneres;

CONSIDERANDO a necessidade da adequada governança dos Contratos Administrativos celebrados no âmbito desta Secretaria de Estado da Fazenda;

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, quanto a designação de servidor(es), representante(s) da Administração, para o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos;

CONSIDERANDO, por fim, o disposto nos arts. 10 a 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, quanto as atribuições específicas das funções de Gestor e Fiscal de contratos celebrados pela Administração;

RESOLVE:

I - DESIGNAR o servidor **Ivan Ribeiro**, CPF nº XXX.363.789-XX, para as funções de **Gestor do Contrato nº 6.867/2025-FUNREFISCO**, celebrado com a **MANUPA COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS ADAPTADOS LTDA**, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, devendo cumprir as atribuições previstas nos incisos I a VI e X do art. 10 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

II - DESIGNAR o servidor **Geikson Pelegri dos Santos**, CPF nº XXX.851.779-XX, para as funções de **Fiscal do Contrato nº 6.867/2025-FUNREFISCO**, celebrado com a **MANUPA COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS ADAPTADOS LTDA**, devendo cumprir as atribuições previstas nos arts. 11 e 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, incluindo o recebimento provisório do objeto, caso houver.

III – Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba/PR, em 11 de novembro de 2025.

LUIZ PAULO BUDAL PEDROSO DE ALMEIDA
Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Fazenda

155157/2025

PORTARIA SEFA/DG Nº 089/2025

Designa servidores para atuar como Gestor e Fiscal do Contrato n° 8671/2025-SEFA, celebrado com a MAPData Tecnologia, Informática e Comércio LTDA.

O **DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**, no uso de suas atribuições descritas no Decreto Estadual nº 7.356, de 14 de abril de 2021, e, considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1° de abril de 2021, e no Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e demais legislações congêneres;

CONSIDERANDO a necessidade da adequada governança dos Contratos Administrativos celebrados no âmbito desta Secretaria de Estado da Fazenda;

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, quanto a designação de servidor(es), representante(s) da Administração, para o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos;

CONSIDERANDO, por fim, o disposto nos arts. 10 a 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, quanto as atribuições específicas das funções de Gestor e Fiscal de contratos celebrados pela Administração;

RESOLVE:

I - DESIGNAR o servidor **Luiz Geraldo Mazza Neto**, CPF nº 088.***.449-**, para as funções de **Gestor do Contrato nº 8671/2025-SEFA**, celebrado com a **MAPDATA TECNOLOGIA, INFORMÁTICA E COMÉRCIO LTDA**, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, devendo cumprir as atribuições previstas nos incisos I a VI e X do art. 10 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

II - DESIGNAR o servidor **Marcos Rogério Portes**, CPF nº 571.***.359-**, para as funções de **Fiscal do Contrato nº 8671/2025-SEFA**, celebrado com a **MAPDATA TECNOLOGIA, INFORMÁTICA E COMÉRCIO LTDA**, devendo cumprir as atribuições previstas nos arts. 11 e 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, incluindo o recebimento provisório do objeto, caso houver.

III – Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba/PR, em 11 de novembro de 2025.

LUIZ PAULO BUDAL PEDROSO DE ALMEIDA
Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Fazenda

155050/2025

PORTARIA SEFA/DG Nº 090/2025

Designa servidores para atuar como Gestor e Fiscal do Contrato n° 6.886/2025-SEFA, celebrado com a GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.

O **DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**, no uso de suas atribuições descritas no Decreto Estadual nº 7.356, de 14 de abril de 2021, e, considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1° de abril de 2021, e no Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e demais legislações congêneres;

CONSIDERANDO a necessidade da adequada governança dos Contratos Administrativos celebrados no âmbito desta Secretaria de Estado da Fazenda;

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, quanto a designação de servidor(es), representante(s) da Administração, para o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos;

CONSIDERANDO, por fim, o disposto nos arts. 10 a 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, quanto as atribuições específicas das funções de Gestor e Fiscal de contratos celebrados pela Administração;

RESOLVE:

I - DESIGNAR o servidor **Ivan Ribeiro**, CPF nº XXX.363.789-XX, para as funções de **Gestor do Contrato nº 6.886/2025-SEFA**, celebrado com a **GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA**, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, devendo cumprir as atribuições previstas nos incisos I a VI e X do art. 10 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

II - DESIGNAR o servidor **Geikson Pelegri dos Santos**, CPF nº XXX.851.779-XX, para as funções de **Fiscal do Contrato nº 6.886/2025-SEFA**, celebrado com a **GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA**, devendo cumprir as atribuições previstas nos arts. 11 e 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, incluindo o recebimento provisório do objeto, caso houver.

III – Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba/PR, em 11 de novembro de 2025.

LUIZ PAULO BUDAL PEDROSO DE ALMEIDA
Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Fazenda

155174/2025

PROTOCOLO Nº : 24.884.065-0

INTERESSADO : Lucas Wilian da Luz

ASSUNTO : Solicitação de Concessão de Teletrabalho

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

DESPACHO Nº 1921/2025-SEFA

Ciente;

Considerando o caráter excepcional da situação do servidor, motivada por razões de natureza médica;

Considerando que a Comissão Interna de Gestão de Teletrabalho desta SEFA e o Núcleo de Recursos Humanos Setorial desta Pasta não viram óbice ao pleito;

AUTORIZO a concessão do regime de teletrabalho ao servidor interessado, em regime integral, pelo período de **4 (quatro) meses**, com **início em 09 de outubro de 2025**.

É o despacho.

Curitiba, 10 de novembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

154844/2025

Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços

JUCEPAR

PORTARIA JCP Nº 271/2025

O Presidente da Junta Comercial do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 23 da Lei Federal nº 8.934/94, art. 25, inciso XVII do Decreto Federal nº 1.800/96 e o disposto no parágrafo único do art. 21 da Instrução Normativa DREI /ME nº 52/2022, resolve:

NOMEAR

a Sra. ANDREA SANCHES FINK, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 019. XXX.XXX-74, como tradutora e intérprete pública do idioma alemão nos termos do artigo 19 da Instrução Normativa DREI /ME nº 52, de 29 de julho de 2022, recebendo a matrícula de número 25/313-T, conforme solicitação protocolada sob n°25/506917-0.

Publique-se.

Curitiba, 10 de novembro de 2025.

MARCOS SEBASTIÃO RIGONI DE MELLO
Presidente

154470/2025

Secretaria de Infraestrutura e Logística

DER

PORTARIA Nº 650/2025-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XIX do Decreto n.º 2.458, de 14 de agosto de 2.000 e tendo em vista o contido no protocolado n° 24.935.407-4, RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, para atuarem como **Comissão de Inventário de Bem Móvel da Superintendência Regional Noroeste,** de acordo com o que determina o **Comunicado n° 003/2024 SEAP.**

Nome	RG	Função
Sara Mônica Pitot de Soriano	7.xxx.354-x	Presidente
José Aparecido Deodato	4.xxx.881-x	Membro
Tiago Simon Rosalin	16.xxx.038-x	Membro

Ficando Revogada a Portaria n° 631/2025.

Curitiba, 06 de novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor-Presidente do DER/PR.

154804/2025

PORTARIA Nº 654/2025-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XIX do Decreto nº 2.458, de 14 de agosto de 2.000 e tendo em vista o contido no protocolo n° 24.961.639-7, RESOLVE:

DESIGNAR

Elizete Cardoso Boaretto, RG.3.xxx.170-x, Marlene Massaneiro Ritter, RG. 8.xxx.910-x e Dirlene Heringer de Carvalho da Silva, RG. 6.xxx.199-x, para sob a Presidência da primeira, comporem a Comissão Especial de Avaliação de Desempenho para o Estágio Probatório do servidor abaixo relacionado, atendendo o determinado pela Portaria nº 197/2014.

RG	Nome	Cargo	Data Admissão
12.xxx.870-x	CLEDIR NEGRETI	AGENTE DE EXECUÇÃO	16/12/2024

Curitiba, 07 de novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor-Presidente do DER/PR.

154794/2025

PORTARIA Nº 648/2025-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 20, inciso XIX do Decreto nº 2.458 de 14 de agosto de 2.000 e tendo em vista o contido no protocolo n° 24.501.287-0, RESOLVE:

Designar como Agente da Autoridade de Trânsito deste Departamento de Estradas de Rodagem, ao Policial Militar abaixo nominado, em virtude ter sido lotado no Batalhão de Polícia Rodoviária:

GRADUAÇÃO	NOME	RG
3° Sgt. QP PM	Jonatan Eder Lima de Castro	9.xxx.723-x

Curitiba, 06 de novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor-Presidente do DER/PR.

155170/2025

DESPACHO: 1573/2025-DG
PROTOCOLO: 23.806.916-5

1. HOMOLOGO, cumpridas as formalidades legais, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos do Parecer nº 899/2025-PJ-ADM, o procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão Eletrônico nº 657/2025- DER/DAF e ADJUDICO à empresa NEVON INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, o fornecimento de 600 (seiscentas) jaquetas corta vento para o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná – DER PR, no importe de R$ 102.000,00.
2. Publique-se;
3. À Diretoria Administrativo-Financeira para as demais providências

Em, 10 de novembro 2025.

Fernando Furiatti Saboia
Diretor-Presidente

155140/2025

Secretaria da Inovação e Inteligência Artificial

Resolução nº 122/2025 - SEI

Designa servidores para as funções de gestor e fiscal do contrato nº 07/2025 - E-PARANÁ COMUNICAÇÃO.

O Secretário de Estado da Inovação e Inteligência Artificial, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023, protocolo nº 24.589.960-2;

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora JULIANA BUSETTI MORI ROSENMANN, CPF nº XXX.410.229-XX, para atuar como fiscal do Contrato nº 07/2025 - E-PARANÁ COMUNICAÇÃO, cujo objeto é a produção de podcasts e a prestação de serviços de assessoria de imprensa.
Art. 2º Designar a servidora MARIA TACILA BEATRIZ RADOSKI YOSHIDA, CPF nº XXX.096.919-XX, para atuar como Gestora do Contrato nº 07/2025 - E-PARANÁ COMUNICAÇÃO, cujo objeto é a produção de podcasts e a prestação de serviços de assessoria de imprensa.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba/PR, 11 de novembro de 2025.

Alex Canziani Silveira
Secretário de Estado da Inovação e Inteligência Artificial

154957/2025

Secretaria da Justiça e Cidadania

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº 026/2025
Protocolo nº 24.925.171-2.

I. RECONHEÇO de acordo com o preceito no art. 2º do Decreto nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968, que regulamentou o art. 37 da Lei nº 4.320, de 18 de março de 1964, a exatidão da dívida perante o credor

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

HOSPITAL REDE DE ASSISTÊNCIA METROPOLITANA DE SARANDI, NA MACRORREGIÃO DE MARINGÁ, CNPJ Nº 05.550.451/0001-16, no valor total líquido de **R$ 22.349,88 (vinte e dois mil trezentos e quarenta e nove reais e oitenta e oito centavos)**, decorrente da prestação de serviços de assistência médica a servidores públicos pelo SAS – Sistema de Assistência à Saúde, durante o período de outubro de 2024.
II. AUTORIZO o pagamento cumpridas às formalidades legais.
III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 10 de novembro de 2025.

Fabiana Cristina de Campos Romanelli
Diretora-Geral
Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

154697/2025

Despacho nº 1619/2025 – DG/SEJU
(Protocolo nº 23.867.698-3)

I. AUTORIZO com base no Documento de Formalização da Demanda – DFD **(mov.41),** Informação Técnica nº 300/2025 – NFS/SEJU **(mov.46)**, na Declaração de Adequação da Despesa nº 300/2025 **(mov.48)**, bem como na Informação Técnica nº 349/2025 – AT/SEJU **(mov.85)**, os quais atestaram os requisitos mínimos para liberação dos recursos, por meio de Cota Extra do Fundo Rotativo, à empresa **OHC CONSTRUTORA LTDA**, **CNPJ nº 57.951.322/0001-33** no valor de **R$ 42.770,00 (quarenta e dois mil setecentos e setenta reais)**, referente a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de remoção de entulhos e reconstrução de muro em atendimento a Casa de Semiliberdade de Ponta Grossa.

II. CONDICIONO ao cumprimento de todos os itens dispostos no Manual de Aquisições do Fundo Rotativo, aprovado pela Resolução nº 11/2025 – SEJU, de 10 de fevereiro de 2025, bem como ressalvo que todas as certidões e os orçamentos apensados pelo Gestor da Unidade Descentralizada, destacando que, na ocasião da aquisição/contratação, pelos meios admitidos na lei, deverão estar dentro de seu prazo de validade, e sem pendências.

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

IV. Ao NFS/SEJU para as providências cabíveis.

Curitiba, 07 de novembro de 2025

Fabiana Cristina de Campos Romanelli
Diretora-Geral
Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania

154705/2025

Despacho nº 1632/2025 – DG/SEJU
(Protocolo nº 23.726.940-3)

AUTORIZO com base na Informação Técnica nº 237/2025 – NFS/SEJU **(mov.40)**, o pagamento de complementação de encargos sobre a incidência de multas e juros sobre notas fiscais de competências de fevereiro a setembro de 2025 referentes a:

Ação 8378 – Gestão do Sistema Socioeducativo, 761/501 – Recursos Vinculados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e Outros Recursos não Vinculados, no valor de **R$ 20.000,00 (vinte mil reais)** para atender **multas** e **R$ 10.000,00 (dez mil reais)** para atender **juros**.

DETERMINO o envio deste protocolo à Unidade de Corregedoria – UCG/SEJU para apuração de possíveis irregularidades.

PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 10 de novembro de 2025.

Fabiana Cristina de Campos Romanelli
Diretora-Geral
Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

154789/2025

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI N° 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :
PORTARIA N. 133 DE 06/11/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
ELIS MARINA GUIMARAES VIEIRA MORAZ DE				90	08/08/2006	07/08/2011	05/01/2026	04/04/2026
93314778	1	NAXIII	249026379					

153586/2025

Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

ATO DE AUTORIZO n.º 184/2025-DG/SEMIPI

PROTOCOLO n.º 24.938.519-0
ASSUNTO: Trata-se de solicitação de pagamento de diárias e despesas com transporte aéreo e translado em favor de colaboradores eventuais para participação no II Encontro Estadual Cuida Mais Paraná e no curso "Da Teoria à Ação: Violência de Gênero, Prevenção e Masculinidades", nos termos do Decreto Estadual n.º 6.358 de 28 de junho de 2024.
Considerando que o processo foi instruído com o Projeto Básico e informações suficientes ao pagamento;
Considerando declaração proveniente do Núcleo Fazendário Setorial, atestando a existência de recursos orçamentários suficientes à consecução da demanda;
Considerando as competências do Diretor-geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, nos termos do contido no art. 5º da Lei Estadual n.º 21.352/2023 e na Resolução n.º 051/2023-SEMIPI/GAB;
Autorizo o pagamento de diárias e despesas com transporte aéreo e translado, com fundamento no Decreto Estadual n.º 6.358 de 28 de junho de 2024, conforme descrito a seguir.
Objeto: Participação de colaboradores eventuais no II Encontro Estadual Cuida Mais Paraná e no curso "Da Teoria à Ação: Violência de Gênero, Prevenção e Masculinidades", a serem realizados nos dias 24 a 27 de novembro de 2025 em Curitiba.
Interessados:
Miguel Barbosa Fontes, CPF n.º 505.XXX.401-XX;
Ana Paula Gomes Matias, CPF n.º 886.XXX.651-XX.
Valor total das diárias: R$ 2.227,56 (dois mil, duzentos e vinte e sete reais e cinquenta e seis centavos).
Valor total do translado: R$ 800,00 (oitocentos reais).
Valor total das passagens aéreas: conforme cotação no Sistema da Central de Viagens.
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao ato.

Curitiba, 10 de novembro de 2025.

DIEGO BULIGON
Secretário de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, em exercício
(assinatura eletrônica)

154523/2025

ATO DE AUTORIZO n.º 185/2025-DG/SEMIPI

PROTOCOLO: **24.858.909-4**
ASSUNTO: Trata-se de procedimento para a contratação de empresa especializada para prestação do serviço de emplacamento de 42 (quarenta e duas) unidades de ônibus da Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI), incluindo confecção, fornecimento e fixação das placas Mercosul, conforme condições dispostas em Termo de Referência, por meio de Dispensa de Licitação.
Considerando que o processo foi instruído com os documentos necessários e suficientes a contratação pretendida, conforme disposto no art. 72 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e no art. 148 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022;
Considerando a existência de recursos financeiros, conforme informações orçamentárias apresentadas pelo Núcleo Fazendário Setorial;
Considerando o parecer favorável da Assessoria Técnica, que atesta que foram cumpridas as recomendações para a contratação;
Considerando as competências do Diretor-geral da Secretaria de Estado da Mulher e Igualdade Racial, nos termos do contido no art. 5º da Lei Estadual n.º 21.352/2023 e na Resolução n.º

051/2023-SEMIPI/GAB;
APROVO o Termo de Referência (mov. 27 do protocolo em epígrafe);
AUTORIZO a dispensa de licitação nos termos descritos abaixo:
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação do serviço de emplacamento de 42 (quarenta e duas) unidades de ônibus da Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI), incluindo confecção, fornecimento e fixação das placas Mercosul, conforme condições dispostas em Termo de Referência, por meio de Dispensa de Licitação.
Contratada: **SUPER PLACAS ESTAMPARIA AUTOMOTIVA LTDA.**, CNPJ n.º 27.XXX.799/0001-XX.
Valor total do contrato: R$ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais)
Fundamento legal: art. 75, II, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do art. 72, parágrafo único, da Lei Federal n.º 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Curitiba, 10 de novembro de 2025.

(assinatura eletrônica)
DIEGO BULIGON
Secretário de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, em exercício

154533/2025

ATO DE AUTORIZO n.º 186/2025-DG/SEMIPI

PROTOCOLO n.º 24.916.939-0
ASSUNTO: Solicitação de aquisição de 500 (quinhentas) unidades de pedra sanitária com suporte para vaso sanitário, por meio da adesão ao Pregão Eletrônico n.º 113/2024 DECON/SEAP, o qual deu origem à Ata de Registro de Preços SEI-CED n.º 404/2024, Lote 32, cuja empresa vencedora do certame é ISANETE APARECIDA PACHECO COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS E PAPELARIA, inscrita no CNPJ sob o n.º 34.XXX.791/0001-XX.
Considerando os elementos contidos no presente processo de solicitação de contratação por adesão ao Pregão Eletrônico n.º 113/2024 DECON/SEAP;
Considerando que o processo foi instruído com os documentos necessários e suficientes a contratação pretendida;
Considerando a existência de recursos financeiros, atestada por meio das informações orçamentárias apresentadas pelo Núcleo Fazendário Setorial;
Considerando o parecer da Assessoria Técnica que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação;
Considerando as competências do Diretor-geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, nos termos do contido no art. 5º da Lei Estadual n.º 21.352/2023 e na Resolução n.º 051/2023-SEMIPI/GAB;
AUTORIZO a aquisição de 500 (quinhentas) unidades de pedra sanitária com suporte para vaso sanitário, para uso desta Secretaria de Estado, junto à empresa ISANETE APARECIDA PACHECO COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS E PAPELARIA, inscrita no CNPJ sob o n.º 34.XXX.791/0001-XX, por meio da adesão ao Pregão Eletrônico n.º 113/2024 DECON/SEAP, o qual deu origem à Ata de Registro de Preços SEI-CED n.º 404/2024, Lote 32.
Valor total da contratação: R$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais).
Determino, ainda, a publicação da aquisição em sítio eletrônico estadual – Portal da Transparência – em atenção à Lei Federal n.º 12.527/2011, à Lei Estadual n.º 16.595/2010 e ao artigo 8º do Decreto Estadual n.º 10.285/2014. O ato de autorização da despesa deverá ser publicado nos moldes do § 1 do art. 1º da Lei Estadual n.º 16.595/2010.

Curitiba, 10 de novembro de 2025.

DIEGO BULIGON
Secretário de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, em exercício
(assinatura eletrônica)

154535/2025

ATO DE AUTORIZO n.º 187/2025-DG/SEMIPI

PROTOCOLO n.º 24.806.547-8
ASSUNTO: Solicitação de aquisição de 1 (uma) unidade de veículo tipo SUV, por meio da adesão ao Pregão Eletrônico n.º 719/2024 DECON/SEAP, o qual deu origem à Ata de Registro de Preços SEI-CED n.º 524/2024, Lote 9, cuja empresa vencedora do certame é FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 03.XXX.727/0041-XX.
Considerando os elementos contidos no presente processo de solicitação de contratação por adesão ao Pregão Eletrônico n.º 719/2024 DECON/SEAP;
Considerando que o processo foi instruído com os documentos necessários e suficientes a contratação pretendida;
Considerando a existência de recursos financeiros, atestada por meio das informações orçamentárias apresentadas pelo Núcleo Fazendário Setorial;
Considerando o parecer da Assessoria Técnica que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação;
Considerando as competências do Diretor-geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, nos termos do contido no art. 5º da Lei Estadual n.º 21.352/2023 e na Resolução n.º 051/2023-SEMIPI/GAB;
AUTORIZO a aquisição de 1 (uma) unidade de veículo tipo SUV, para uso desta Secretaria de Estado, junto à empresa FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 03.XXX.727/0041-XX, por meio da adesão ao Pregão Eletrônico n.º 719/2024 DECON/SEAP, o qual deu origem à Ata de Registro de Preços SEI-CED n.º 524/2024, Lote 9.
Valor total da contratação: R$ 219.263,97 (duzentos e dezenove mil, duzentos e sessenta e três reais e noventa e sete centavos).
Determino, ainda, a publicação da aquisição em sítio eletrônico estadual – Portal da Transparência – em atenção à Lei Federal n.º 12.527/2011, à Lei Estadual n.º 16.595/2010 e ao artigo 8º do Decreto Estadual n.º 10.285/2014. O ato de autorização da despesa deverá ser publicado nos moldes do § 1 do art. 1º da Lei Estadual n.º 16.595/2010.

Curitiba, 10 de novembro de 2025.

DIEGO BULIGON
Secretário de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, em exercício
(assinatura eletrônica)

154537/2025

ATO DE AUTORIZO n.º 188/2025-DG/SEMIPI

PROTOCOLO n.º 24.794.096-0
ASSUNTO: Solicitação de aquisição de 1 (uma) unidade de veículo tipo SUV, por meio da adesão ao Pregão Eletrônico n.º 719/2024 DECON/SEAP, o qual deu origem à Ata de Registro de Preços SEI-CED n.º 524/2024, Lote 7, cuja empresa vencedora do certame é GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 59.XXX.792/0001-XX.
Considerando os elementos contidos no presente processo de solicitação de contratação por adesão ao Pregão Eletrônico n.º 719/2024 DECON/SEAP;
Considerando que o processo foi instruído com os documentos necessários e suficientes a contratação pretendida;
Considerando a existência de recursos financeiros, atestada por meio das informações orçamentárias apresentadas pelo Núcleo Fazendário Setorial;
Considerando o parecer da Assessoria Técnica que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação;
Considerando as competências do Diretor-geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, nos termos do contido no art. 5º da Lei Estadual n.º 21.352/2023 e na Resolução n.º 051/2023-SEMIPI/GAB;
AUTORIZO a aquisição de 1 (uma) unidade de veículo tipo SUV, para uso desta Secretaria de Estado, junto à empresa GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 59.XXX.792/0001-XX, por meio da adesão ao Pregão Eletrônico n.º 719/2024 DECON/SEAP, o qual deu origem à Ata de Registro de Preços SEI-CED n.º 524/2024, Lote 7.
Valor total da contratação: R$ 303.921,30 (trezentos e três mil, novecentos e vinte e um reais e trinta centavos).
Determino, ainda, a publicação da aquisição em sítio eletrônico estadual – Portal da Transparência – em atenção à Lei Federal n.º 12.527/2011, à Lei Estadual n.º 16.595/2010 e ao artigo 8º do Decreto Estadual n.º 10.285/2014. O ato de autorização da despesa deverá ser publicado nos moldes do § 1 do art. 1º da Lei Estadual n.º 16.595/2010.

Curitiba, 10 de novembro de 2025.

DIEGO BULIGON
Secretário de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, em exercício
(assinatura eletrônica)

154564/2025

ATO DE AUTORIZO n.º 189/2025-DG/SEMIPI

PROTOCOLO n.º 24.929.560-4
ASSUNTO: Solicitação de contratação direta de empresa especializada para prestação de serviços de logística, produção e locação de equipamentos que serão utilizados na II Edição do Encontro Cuida Mais Paraná, em atendimento a demanda da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI), por meio de dispensa de licitação em caráter emergencial, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021.
Considerando que o processo foi instruído com os documentos necessários e suficientes a contratação pretendida, conforme disposto no art. 72 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e no art. 148 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022;
Considerando a existência de recursos financeiros, conforme atestado nas informações orçamentárias apresentadas pelo Núcleo Fazendário

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Setorial;
Considerando o parecer favorável da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), bem como a confirmação pela Assessoria Técnica da Pasta de que foram atendidas todas as recomendações para a contratação;
Considerando as competências do Diretor-geral da Secretaria de Estado da Mulher e Igualdade Racial, nos termos do contido no art. 5º da Lei Estadual n.º 21.352/2023 e na Resolução n.º 051/2023-SEMIPI/GAB;
APROVO o Estudo Técnico Preliminar (mov. 51) e o Termo de Referência (mov. 55 do protocolo em epígrafe) e **AUTORIZO** a dispensa de licitação nos termos descritos abaixo:
Objeto: Contratação direta de empresa especializada para prestação de serviços de logística, produção e locação de equipamentos, por dispensa de licitação em caráter emergencial, nos termos do art. 75, VIII, da Lei Federal n.º 14.133/2021, em atendimento a demanda da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI).
Contratada: **RM PRODUÇÕES & EVENTOS LTDA.**, CNPJ n.º 29.XXX.941/0001-XX.
Valor total: R$ 99.960,00 (noventa e nove mil, novecentos e sessenta reais).
Fundamento legal: art. 75, VIII, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do art. 72, parágrafo único, da Lei Federal n.º 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Curitiba, 11 de novembro de 2025.

DIEGO BULIGON
Diretor-geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
(assinatura eletrônica)

154893/2025

Resolução nº 206/2025 – SEMIPI/DG

Designar servidor para a função de gestor e fiscal do Contrato Administrativo nº 1328/2025, no âmbito da Secretaria de Estado Da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI (protocolo 23.556.318-5)

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, da Lei Estadual n.° 21.352, de 1° de janeiro de 2023, bem como as atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 001/2023/SEMIPI, de 23 de fevereiro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Chefe do Núcleo Administrativo Setorial como GESTOR do Contrato Administrativo nº 1328/2025, firmado com a Associação Mega Táxi Brasil, CNPJ XX.713.XXX/0001-XX.

Art. 2º. Designar o Assistente do Núcleo Administrativo Setorial como FISCAL do Contrato Administrativo nº 1328/2025, firmado com a Associação Mega Táxi Brasil, CNPJ XX.713.XXX/0001-XX.

Art. 3. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba,11 de novembro de 2025.

(assinatura eletrônica)

DIEGO BULIGON

Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

154786/2025

ATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROTOCOLO n.º 21.934.708-1
ASSUNTO: Procedimento licitatório na modalidade de pregão eletrônico para contratação, por meio de licitação, pelo período de 12 meses, para futura e eventual prestação de serviços continuados de empresa especializada na prestação de serviço de apoio logístico e operacional com fornecimento de *coffee break* para atendimento dos eventos da Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, os quais ocorrerão no município de Curitiba e poderão ocorrer de forma simultânea, conforme especificações no Termo de Referência.
Considerando os elementos contidos no presente processo de licitação por pregão eletrônico;
Considerando a regularidade de todo o procedimento licitatório;
Considerando o parecer favorável da Assessoria Técnica;
Considerando as competências do Diretor-geral da Secretaria de Estado da Mulher e Igualdade Racial, nos termos do contido no art. 5º da Lei Estadual n.º 21.352/2023 e na Resolução n.º 051/2023-SEMIPI/GAB;
HOMOLOGO o procedimento licitatório realizado na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO n.º 91495/2025 para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de apoio logístico e operacional com fornecimento de *coffee break*, e **ADJUDICO** o objeto licitado (Lote único) em favor da empresa **PRATO NOBRE REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA.**, CNPJ 23.XXX.322/0001-XX, pela proposta mais vantajosa, totalizando a quantia de R$ 112.500,00 (cento e doze mil e quinhentos reais).

Curitiba, 10 de novembro de 2025.

DIEGO BULIGON
Secretário de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, em exercício
(assinatura eletrônica)

154539/2025

Secretaria do Planejamento

GOVERNO DO ESTADO DO PARANA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO – SEPL
AUDIÊNCIA PÚBLICA N.º 006/2025-SEPL

A Secretaria de Estado do Planejamento - SEPL, no uso de suas atribuições legais instituídas pela Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e Decreto 1.953 de 5 de julho de 2019, comunica aos interessados a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA, que ocorrerá no dia **24 de novembro de 2025 com início previsto para as 18h00**, no endereço:
Auditório da Secretaria de Estado do Esporte - SEES
Rua Pastor Manoel Virgínio de Souza, nº1020, Capão da Imbuia, Curitiba – Paraná
A AUDIÊNCIA PÚBLICA destina-se a obter contribuições, sugestões, propostas, críticas e demais manifestações pertinentes, por quaisquer interessados, a respeito do projeto de concessão administrativa para a construção, expansão, operação, manutenção e exploração econômica de 2 (dois) complexos esportivos no Estado do Paraná.
O regulamento da Audiência, bem como os documentos editalícios e demais informações relativas à sua realização estarão disponíveis no sítio eletrônico do Programa de Parcerias do Paraná: <https://www.parcerias.pr.gov.br/Pagina/Arena-Olimpica-do-Parana>.
Curitiba/PR, datado e assinado eletronicamente.

Ulisses de Jesus Maia Kotsifas
Secretário de Estado do Planejamento

155240/2025

IPARDES

PORTARIA N.º 64/2025 – Ipardes

Diretor-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – Ipardes, nomeado pelo Decreto n.º 757, de 09 de março de 2023, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 15, do Regulamento do Instituto – Anexo do Decreto n.º 3.203 de 22 de agosto de 2023 e nos termos da Lei n.º 6.407 de 07 de junho de 1973,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Reynaldo Aquino de Paula, RG 04.892.067-5/PR para substituir o servidor Adilson Apolinário, RG 03.600.258-1/PR, na Chefia do Departamento de Métodos Quantitativos, durante seu período de férias (de 10/11/2025 a 19/11/2025). Tal ato se dará em cumprimento dos artigos 70 a 72 (e seus incisos) da Lei estadual 6174/1970.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se.
Anote-se.

Curitiba,07 de novembro de 2025.
Jorge Augusto Callado Afonso
Diretor Presidente do Ipardes

155095/2025

Secretaria da Saúde

Gabinete do Secretário
DESPACHO Nº 018/2025 Protocolo nº: 24.658.860-0 Interessado: ADYR DECKER JUNIOR Assunto: Prorrogação do Afastamento Funcional – FUNEAS Lei nº 17.959/2014 **Data: 10/11/2025**

1. Trata-se da solicitação, formulada pelo Diretor-Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná – FUNEAS, para que o servidor **Adyr Decker Junior**, RG. nº 5.990.535-0, ocupante do cargo de Promotor de Saúde Fundamental, na função de Auxiliar Administrativo, lotado na Equipe da 17ª Regional de Saúde, desta Secretaria de Estado da Saúde continue respondendo pelo Cargo Comissionado de Assistente Nível I junto a Diretoria Administrativa da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná – FUNEAS SEDE, **durante o exercício de 2026.**

2. Considerando:
(i) a Informação nº 064/2020 – PGE/PCRH;
(ii) a indicação da finalidade e da percepção financeira;
(iii) dossiê funcional acostado ao protocolado;
(iv) análise do Grupo de Recursos Humanos Setorial – GRHS/SESA em relação ao eventual acúmulo inconstitucional de cargos, empregos ou funções;

AUTORIZO o Afastamento Funcional para a FUNEAS, **até 31 de dezembro de 2026.**

3. Diante do exposto, encaminhe-se para publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

154662/2025

Gabinete do Secretário
DESPACHO Nº 019/2025 Protocolo nº: 24.645.789-1 Interessado: Mílton Proença Júnior Assunto: Prorrogação do Afastamento Funcional – FUNEAS Lei nº 17.959/2014 **Data: 10/11/2025**

1. Trata-se da solicitação, formulada pelo Diretor-Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná – FUNEAS, para que o servidor **Mílton Proença Júnior,** RG n.º 7.286.168-8, ocupante do cargo de Promotor de Saúde Profissional, na função de Administrador, lotado na Diretoria Administrativa, sede em Curitiba, desta Secretaria de Estado da Saúde, tenha a prorrogação do Afastamento Funcional autorizada nos termos dos arts. 28 a 30 da Lei nº 17.959/2014, para continuar respondendo pelo Cargo Comissionado de Gerente Sênior de Planejamento de Abastecimento, junto a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, **no período de 01/01/2026 a 31/12/2026.**

2. Considerando:

(i) a Informação nº 064/2020 – PGE/PCRH;

(ii) a indicação da finalidade e da percepção financeira;

(iii) dossiê funcional acostado ao protocolado;

(iv) análise do Grupo de Recursos Humanos Setorial – GRHS/SESA em relação ao eventual acúmulo inconstitucional de cargos, empregos ou funções;

AUTORIZO a Prorrogação do Afastamento Funcional para a FUNEAS **durante o exercício de 2026.**

3. Diante do exposto, encaminhe-se para publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

154663/2025

Gabinete do Secretário
DESPACHO Nº 020/2025 Protocolo nº 24.638.027-9 Interessado: Luis Gabriel Mendes de Souza Assunto: Prorrogação do Afastamento Funcional – FUNEAS Lei nº 17.959/2014 **Data:** 10/11/2025

1. Trata-se da solicitação, formulada pelo Diretor-Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná – FUNEAS, para que o servidor **Luis Gabriel Mendes de Souza**, RG n.º **9.398.605-9**, ocupante do cargo de Promotor de Saúde Execução, na função de Assistente de Farmácia, lotado no Hospital de Dermatologia Sanitária do Paraná, sede em Piraquara, desta Secretaria de Estado da Saúde, tenha a prorrogação da disposição funcional autorizada nos termos dos arts. 28 a 30 da Lei nº 17.959/2014, para continuar respondendo pelo Cargo Comissionado de Assistente Nível I junto a Diretoria Técnica da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, **no período de 01/01/2026 a 31/12/2026.**

2. Considerando:

(i) a Informação nº 064/2020 – PGE/PCRH;

(ii) a indicação da finalidade e da percepção financeira;

(iii) dossiê funcional acostado ao protocolado;

(iv) análise do Grupo de Recursos Humanos Setorial – GRHS/SESA em relação ao eventual acúmulo inconstitucional de cargos, empregos ou funções;

AUTORIZO a Prorrogação do Afastamento Funcional para a FUNEAS **durante o exercício de 2026.**

3. Diante do exposto, encaminhe-se para publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

154664/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 23.928.809-0

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 166 e 166-A, bem como em seus respectivos parágrafos, da Constituição Federal, em especial no que respeita ao processo legislativo de aprovação e à execução da lei orçamentária anual;

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 684/2022, que dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2025;

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 3283/2024, a qual define valores individualizados e habilita especificamente o prestador ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DE BANDEIRANTES, CNPJ 75.623.181/0001-01, CNES 2577410 a receber R$ 500.000,00 referente à Portaria GM/MS nº 3744/2024 em recursos federais provenientes de emendas parlamentares para o incremento temporário do Teto da Média e Alta Complexidade, devendo ser destinado ao custeio de sua unidade;

CONSIDERANDO o artigo 199, §1º, da Constituição Federal e o artigo 2º, da Lei Federal nº 8.080/1990, os quais permitem a participação das instituições privadas de forma complementar ao Sistema Único de Saúde, desde que observadas as demais normas específicas em relação ao tema;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 18.976/2017, a qual estabelece normas sobre a participação complementar da iniciativa privada no Sistema Único de Saúde no âmbito do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO a Resolução nº 136/2023-PGE (fl. 88) e Parecer Referencial nº 10/2023-PGE (fl. 89-97) no processo nº 20.583.235-1, os quais aprovaram a padronização das Minutas de Contrato e de Convênio e suas respectivas listas de verificação, a serem firmados entre o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Saúde/FUNSAÚDE, e as entidades privadas sem fins lucrativos devidamente habilitadas por Portaria do Ministério da Saúde para o recebimento de recursos financeiros oriundos de emendas parlamentares, minutas estas qualificadas na categoria "com objeto definido";

CONSIDERANDO a competência delegada pelo Governador do Estado ao Secretário de Estado da Saúde para celebração de contratos, convênios e instrumentos congêneres, incluídos os regulados pela Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, em razão do artigo 1º, §3º e §6º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016;

1. **RECONHEÇO** a situação administrativa ensejada de Dispensa de Licitação para chamamento público, embasada no artigo 672, parágrafo primeiro, do Decreto Estadual nº 10.086/2023 e no artigo 673, inciso IV do mesmo Decreto, em face ao prévio credenciamento da entidade de saúde pelo órgão gestor, conforme se comprova pelo Contrato de n° 0306.3088/2024 SGS;

2. **AUTORIZO** a **celebração de Termo de Convênio** formalizando a relação entre Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DE BANDEIRANTES inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.623.181/0001-01, em cumprimento ao objeto proposto de Conjugação de esforços para o cumprimento de metas qualitativas vinculadas à melhoria da qualidade de atendimento dos serviços de saúde prestados pela entidade aos usuários do SUS por força do Contrato nº 0306.2197/2019 SGS, de forma coordenada e por meio de recurso

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

financeiro oriundo de emenda parlamentar destinada à Entidade sem fins lucrativos, via Portaria GM/MS Nº 3.283 de 07 de março de 2024 por meio da aquisição de insumos: Material Farmacológico e Material Hospitalar.

3. O valor para a execução do presente Convênio importa em R$ 500.000,00 proveniente da fonte 706 do Tesouro Federal, com recursos da SESA/FUNSAUDE, que serão repassados em parcela única.

4. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece a Lei Federal n° 14.133/2021, Decreto Estadual n° 10086/2022, Decreto Estadual nº 8.622/2013, Decreto nº 4.189/2016, Decreto n° 8.679/2018, Lei n° 18.976/2017; Decreto nº 7.265/2017, Resolução SESA n° 402/2017, Resolução SESA 018/2018 e Resolução SESA nº. 86/2020, sob pena de cancelamento deste ato.

5. Publique-se e encaminhe-se a FUNSAÚDE/DPC para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

154719/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 24.686.489-6

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 166 e 166-A, bem como em seus respectivos parágrafos, da Constituição Federal, em especial no que respeita ao processo legislativo de aprovação e à execução da lei orçamentária anual;

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 684/2022, que dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2025;

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS nº 6904/2025, a qual define valores individualizados e habilita especificamente o prestador INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO, ENSINO E ASSISTÊNCIA A SAÚDE – IDEAS, CNPJ 24.006.302/0026-93, CNES 4330919 a receber R$ 1.000.000,00 referente à Portaria GM/MS nº 7716/2025 em recursos federais provenientes de emendas parlamentares para o incremento temporário do Teto da Média e Alta Complexidade, devendo ser destinado ao custeio de sua unidade;

CONSIDERANDO o artigo 199, §1º, da Constituição Federal e o artigo 2º, da Lei Federal nº 8.080/1990, os quais permitem a participação das instituições privadas de forma complementar ao Sistema Único de Saúde, desde que observadas as demais normas específicas em relação ao tema;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 18.976/2017, a qual estabelece normas sobre a participação complementar da iniciativa privada no Sistema Único de Saúde no âmbito do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO a Resolução nº 136/2023-PGE (fl. 88) e Parecer Referencial nº 10/2023-PGE (fl. 89-97) no processo nº 20.583.235-1, os quais aprovaram a padronização das Minutas de Contrato e de Convênio e suas respectivas listas de verificação, a serem firmados entre o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Saúde/FUNSAÚDE, e as entidades privadas sem fins lucrativos devidamente habilitadas por Portaria do Ministério da Saúde para o recebimento de recursos financeiros oriundos de emendas parlamentares, minutas estas qualificadas na categoria "com objeto definido";

CONSIDERANDO a competência delegada pelo Governador do Estado ao Secretário de Estado da Saúde para celebração de contratos, convênios e instrumentos congêneres, incluídos os regulados pela Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, em razão do artigo 1º, §3º e §6º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016;

1. RECONHEÇO a situação administrativa ensejada de Dispensa de Licitação para chamamento público, embasada no artigo 672, parágrafo primeiro, do Decreto Estadual nº 10.086/2023 e no artigo 673, inciso IV do mesmo Decreto, em face ao prévio credenciamento da entidade de saúde pelo órgão gestor, conforme se comprova pelo Contrato de n° 0306.3088/2024 SGS;

2. **AUTORIZO** a **celebração de Termo de Convênio** formalizando a relação entre Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e o INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO, ENSINO E ASSISTÊNCIA A SAÚDE - IDEAS inscrito no CNPJ/MF sob o nº 24.006.302/0026-93, em cumprimento ao objeto proposto de Conjugação de esforços para o cumprimento de metas qualitativas vinculadas à melhoria da qualidade de atendimento dos serviços de saúde prestados pela entidade aos usuários do SUS por força do Contrato nº 0306.3075/2024 DGS, de forma coordenada e por meio de recurso financeiro oriundo de emenda parlamentar destinada à Entidade sem fins lucrativos, via Portaria GM/MS n.º 7.716/2025, por meio de pagamento de serviços domésticos: 3.3.90.39.46 Serviços domésticos / lavanderia e pagamento de manutenção de equipamentos: 3.3.90.39.17 Manutenção de Equipamentos

3. O valor para a execução do presente Convênio importa em R$ 990.749,20 proveniente da fonte 600 do Tesouro Federal, com recursos da SESA/FUNSAUDE, que serão repassados em parcela única.

4. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece a Lei Federal n° 14.133/2021, Decreto Estadual n° 10086/2022, Decreto Estadual nº 8.622/2013, Decreto nº 4.189/2016, Decreto n° 8.679/2018, Lei n° 18.976/2017; Decreto nº 7.265/2017, Resolução SESA n° 402/2017, Resolução SESA 018/2018 e Resolução SESA nº. 86/2020, sob pena de cancelamento deste ato.

5. Publique-se e encaminhe-se a FUNSAÚDE/DPC para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

154813/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 24.829.286-5

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Resolução nº 123/2024 PGE, firmar o 2º Termo Aditivo de prorrogação ao contrato nº **0306.2995/2024,** processo nº **24.829.286-5** entre Gestor Estadual e o **Hospital São Rafael – Associação Beneficente São Rafael**, inscrito(a) no CNPJ/CPF sob o n.º 80.906.639/0001-70, CNES 4055748, com sede na Rua Santos Dumont, nº 554, Centro, no município de Rolândia, no Estado do Paraná.

2. **Prorrogar** o prazo de vigência do instrumento contratual por mais 12 (doze) meses, a contar do dia **31/12/2025** até **31/12/2026;**

3. Fica mantido o valor mensal do contrato, de **R$ 202.938,53 (duzentos e dois mil, novecentos e trinta e oito reais e cinquenta e três reais)** referente ao repasse de complemento financeiro referente aos internamentos de caráter eletivo e/ou de urgência dos usuários do Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná, de acordo com o estabelecido no Programa de Qualificação Hospitalar, instituído pela Resolução SESA nº 904/2023 e SESA nº 905/2023, a serem disponibilizados pela CONTRATADA e que serão utilizados pela CONTRATANTE para internamento exclusivo de usuários do SUS, com recursos provenientes do Tesouro do Estado – Fonte 500;

4. As despesas deste Termo Aditivo correrão à conta da Dotação Orçamentária n.º 4760.10302358.485, Elemento de Despesa n.º 3390-3900, Fonte de Recursos n.º 500/Tesouro do Estado.

5. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário;

6. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

7. Publique-se e encaminhe-se a DCR para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

154716/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 24.829.495-7

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Resolução nº 123/2024 PGE, firmar o 2º Termo Aditivo de prorrogação ao Contrato nº **0306.3188/2024,** processo nº 22.663.721-4/24.829.495-7 entre Gestor Estadual e o **Hospital do Rocio / Maternidade e Cirurgia Nossa Senhora do Rocio S.A**, inscrito no CNPJ sob nº 75.802.348/0001-00, CNES nº 0013846, com sede à rua Estrada da Lagoa, n° 599, bairro Loteamento São Jeron, na cidade de Campo Largo no Estado do Paraná.

2. **Prorrogar** o prazo de vigência do instrumento contratual por mais doze (12) meses, a contar do dia **31/12/2025** até **31/12/2026.**

3. Fica mantido o valor mensal do contrato, de R$ 5.566.493,11 (cinco

milhões, quinhentos e sessenta e seis mil e quatrocentos e noventa e três reais e onze centavos) referente ao repasse de complemento financeiro referente aos internamentos de caráter eletivo e de urgência e emergência dos usuários do Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná, de acordo com o estabelecido no Programa de Qualificação Hospitalar, instituído pela Resolução SESA nº 904/2023 e SESA nº 905/2023, a serem disponibilizados pela CONTRATADA e que serão utilizados pela CONTRATANTE para internamento exclusivo de usuários do SUS, com recursos provenientes do Tesouro do Estado – Fonte 500;

4. As despesas deste Termo Aditivo correrão à conta da Dotação Orçamentária n.º 4760.10302358.485, Elemento de Despesa n.º 3390-3900, Fonte de Recursos n.º 500/Tesouro do Estado.

5. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário;

6. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

7. Publique-se e encaminhe-se a DCR para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

154723/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 24.829.687-9

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Resolução nº 123/2024 PGE, firmar o 1º Termo Aditivo de prorrogação ao contrato nº **0306.3040/2024** a ser firmado entre a Secretaria de Estado de Saúde – SESA e o **Centro de Excelência a Atenção Geriátrica e Gerontologia - CEGEN**, inscrito(a) no CNPJ/CPF sob o n.º 06.233.166/0001-34, CNES 2577380, com sede na Avenida Nossa Senhora do Rocio, nº 144, Bairro Centro, no município de Cornélio Procópio no Estado do Paraná.

2. **Prorrogar** o prazo de vigência do instrumento contratual por mais 12 (doze) meses, a contar do dia **31/12/2025** até **31/12/2026;**

3. Fica mantido o valor mensal do contrato, de **R$ 107.281,30 (cento e sete mil duzentos e oitenta e um reais e trinta centavos)** referente ao repasse de complemento financeiro referente aos internamentos de caráter eletivo e/ou de urgência dos usuários do Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná, de acordo com o estabelecido no Programa de Qualificação Hospitalar, instituído pela Resolução SESA nº 904/2023 e SESA nº 905/2023, a serem disponibilizados pela CONTRATADA e que serão utilizados pela CONTRATANTE para internamento exclusivo de usuários do SUS, com recursos provenientes do Tesouro do Estado – Fonte 500;

4. As despesas deste Termo Aditivo correrão à conta da Dotação Orçamentária n.º 4760.10302358.485, Elemento de Despesa n.º 3390-3900, Fonte de Recursos n.º 500/Tesouro do Estado.

5. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário;

6. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

7. Publique-se e encaminhe-se a DCR para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

154726/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 24.831.141-0

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Resolução nº 123/2024 PGE, firmar o 2º Termo Aditivo de prorrogação ao contrato nº **0306.3104/2024 DGS,** processo nº **23.299.011-2** entre Gestor Estadual e o **Santa Casa de Cambé / Santa Casa de Misericórdia de Cambé**, inscrito no CNPJ sob nº 75.757.849/0001-03, CNES 2730650, com sede à Rua Suissa, nº 220, Bairro Centro, no município de Cambé, no Estado do Paraná.

2. **Prorrogar** o prazo de vigência do instrumento contratual **por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 01/01/2026 até 31/12/2026;**

3. Fica mantido o valor mensal do contrato, de **R$ 125.598,26 (cento e vinte e cinco mil, quinhentos e noventa e oito reais e vinte e seis centavos),** referente ao repasse de complemento financeiro referente aos internamentos de caráter eletivo e/ou de urgência dos usuários do Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná, de acordo com o estabelecido no Programa de Qualificação Hospitalar, instituído pela Resolução SESA nº 904/2023 e SESA nº 905/2023, a serem disponibilizados pela CONTRATADA e que serão utilizados pela CONTRATANTE para internamento exclusivo de usuários do SUS, com recursos provenientes do Tesouro do Estado – Fonte 500.

4. As despesas deste Termo Aditivo correrão à conta da Dotação Orçamentária nº 4760.10302358.485, Elemento de Despesa n.º 3390.3900, Fonte de Recursos n.º 500/Tesouro do Estado.

5. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário.

6. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

7. Publique-se e encaminhe-se a DCR para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

154715/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 24.831.372-2

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Resolução nº 123/2024 PGE, firmar o 1º Termo Aditivo de prorrogação ao contrato nº **0306.3116/2024,** processo nº **24.831.372-2** entre Gestor Estadual e o **DR. PRIME ASSISTÊNCIA A SAÚDE FAMILIAR / HOSPITAL DOUTOR PRIME ASSISTÊNCIA A SAÚDE FAMILIAR**, inscrito(a) no CNPJ/CPF sob o n.º 18.624.222/0001-40, CNES 9232966, com sede na Rua Santa Catarina n° 2715, Bairro Alto Alegre, na cidade de Cascavel no Estado do Paraná.

2. **Prorrogar** o prazo de vigência do instrumento contratual por mais 12 meses, a contar do dia **31/12/2025** até **31/12/2026;**

3. Fica mantido o valor mensal do contrato, de **R$ 776.253,96 (setecentos e setenta e seis mil duzentos e cinquenta e três reais e noventa e seis centavos)** referente ao repasse de complemento financeiro referente aos internamentos de caráter eletivo e/ou de urgência dos usuários do Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná, de acordo com o estabelecido no Programa de Qualificação Hospitalar, instituído pela Resolução SESA nº 904/2023, a serem disponibilizados pela CONTRATADA e que serão utilizados pela CONTRATANTE para internamento exclusivo de usuários do SUS, com recursos provenientes do Tesouro do Estado – Fonte 500;

4. As despesas deste Termo Aditivo correrão à conta da Dotação Orçamentária n.º 4760.10302358.485, Elemento de Despesa n.º 3390-3900, Fonte de Recursos n.º 500/Tesouro do Estado.

5. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário;

6. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

7. Publique-se e encaminhe-se a DCR para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

154712/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 24.831.608-0

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Resolução nº 123/2024 PGE, firmar o 1º Termo Aditivo de prorrogação ao contrato nº **0306.3108/2024,** processo nº **24.831.608-0** entre Gestor Estadual e o Associação de Proteção a Maternidade Infância e Família - APMI, inscrito no CNPJ sob nº nº 77.318.715/0001-11, CNES 2573032, com sede na Avenida Antônio Villas Boas, nº 259, bairro Centro, no município de Vera Cruz do Oeste no Estado do Paraná.

2. **Prorrogar** o prazo de vigência do instrumento contratual por mais 12 meses, a contar do dia **31/12/2025** até **31/12/2026;**

3. Fica mantido o valor mensal do contrato, de **R$ R$ 4.325,70 (quatro mil trezentos e vinte e cinco reais e setenta centavos)** referente ao repasse de complemento financeiro referente aos internamentos de caráter eletivo e/ou de urgência dos usuários do Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná, de acordo com o estabelecido no Programa de Qualificação Hospitalar, instituído pela Resolução SESA nº 904/2023 e SESA nº 905/2023, a serem disponibilizados pela CONTRATADA e que serão utilizados pela CONTRATANTE para internamento exclusivo de usuários do SUS, com recursos provenientes do Tesouro do Estado – Fonte 500;

4. As despesas deste Termo Aditivo correrão à conta da Dotação Orçamentária n.º 4760.10302358.485, Elemento de Despesa n.º 3390-3900, Fonte de Recursos n.º 500/Tesouro do Estado.

5. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário;

6. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

7. Publique-se e encaminhe-se a DCR para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

154800/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 24.883.549-4

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 2º, do Decreto nº 10.086 de 2022, Parecer nº15/2023 PGE e Resolução nº 180/2023 PGE, celebrar o **Termo de Cooperação**, formalizando a relação entre Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e o Hospital Municipal de Manoel Ribas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº CNPJ: 75.740.811/0001-28, em cumprimento ao objeto proposto assistência hemoterápica para fins transfusionais em pacientes atendidos pelo Hospital supracitado.

2. O presente Termo de Cooperação não envolve repasse de recursos.

3. Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências contidas na Lista de Verificação contida na Resolução nº 180/2023 PGE, sob pena de cancelamento deste ato.

4. Publique-se e encaminhe-se a FUNSAUDE/DPCC para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

154732/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 24.840.092-7

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Resolução nº 123/2024 PGE, firmar o 2º Termo Aditivo de prorrogação ao contrato nº **0306.2693/2024,** processo nº **21.436.347-0/24.840.092-7** entre Gestor Estadual e o **Hospital São Vicente de Paulo/Irmandade São Vicente de Paulo**, inscrito(a) no CNPJ/CPF sob o n.º 80.147.804/0001-57, CNES nº 2742098 com sede na Rua João Gonçalves Padilha, nº 190, Bairro Centro, Município de Pitanga no Estado do Paraná.

2. **Prorrogar** o prazo de vigência do instrumento contratual por mais 12 meses, a contar do dia **31/12/2025** até **31/12/2026;**

3. Fica mantido o valor mensal do contrato, de **R$ 81.658,00 (oitenta e um mil e seiscentos e cinquenta e oito reais)** referente ao repasse de complemento financeiro referente aos internamentos de caráter eletivo e/ou de urgência dos usuários do Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná, de acordo com o estabelecido no Programa de Qualificação Hospitalar, instituído pela Resolução SESA nº 904/2023 e SESA nº 905/2023, a serem disponibilizados pela CONTRATADA e que serão utilizados pela CONTRATANTE para internamento exclusivo de usuários do SUS, com recursos provenientes do Tesouro do Estado – Fonte 500;

4. As despesas deste Termo Aditivo correrão à conta da Dotação Orçamentária nº 4760.10302358.485, Elemento de Despesa n.º 3390.3950, Fonte 500/ Tesouro do Estado;

5. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário;

6. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

7. Publique-se e encaminhe-se a DCR para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

154798/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 24.912.895-3

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 2º, do Decreto nº 10.086 de 2022, Parecer nº15/2023 PGE e Resolução nº 180/2023 PGE, celebrar o **Termo de Cooperação**, formalizando a relação entre Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e o Hospital Santa Casa de Misericórdia de Campo Mourão, inscrito no CNPJ/MF sob o nº CNPJ: 80.612.294/0001-41, em cumprimento ao objeto proposto assistência hemoterápica para fins transfusionais em pacientes atendidos pelo Hospital supracitado.

2. O presente Termo de Cooperação não envolve repasse de recursos.

3. Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências contidas na Lista de Verificação contida na Resolução nº 180/2023 PGE, sob pena de cancelamento deste ato.

4. Publique-se e encaminhe-se a FUNSAUDE/DPCC para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

154801/2025

ERRATA

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 24.832.081-8 – Publicado no DOE nº 12025 de 07/11/2025

Onde se lê:

2. **Prorrogar** o prazo de vigência do instrumento contratual por mais 12 meses, a contar do dia **31/12/2025** até **30/12/2026;**

Leia-se:

2. **Prorrogar** o prazo de vigência do instrumento contratual por mais 12 meses, a contar do dia **31/12/2025** até **31/12/2026;**

Publique-se e encaminhe-se a DCR para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

154734/2025

PORTARIA FUNEAS Nº 382 – 10 DE NOVEMBRO DE 2025

Súmula: Exonera Neide Priscila Margarida Ricardo Lucanga do cargo em comissão da FUNEAS.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no

uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, de acordo com o inciso I do art. 49-A do Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014, NEIDE PRISCILA MARGARIDA RICARDO LUCANGA, RG nº 16.XXX.741 Assistente Nível I, Gerência de Contratos - Diretoria Administrativa, a partir de 05 de novembro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 10 de novembro de 2025.

(assinado digitalmente) *(assinado digitalmente)*
GERALDO GENTIL BIESEK **MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA**
Diretor Presidente Diretor Administrativo

154959/2025

PORTARIA FUNEAS Nº 383 – 10 DE NOVEMBRO DE 2025

Súmula: Nomeia Aloane Alves de Oliveira, para exercer cargo em comissão na FUNEAS.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a partir de 13 de novembro de 2025, de acordo com o inciso I do art. 49-A do Decreto Estadual nº 12.093, de 03 de setembro de 2014, ALOANE ALVES DE OLIVEIRA, RG nº 12.XXX.918-X, Assistente Nível I, Núcleo de Ensino, Pesquisa e Treinamento – Hospital Regional do Centro Oeste.

Art. 2º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 10 de novembro de 2025.

(assinado digitalmente) *(assinado digitalmente)*
GERALDO GENTIL BIESEK **MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA**
Diretor Presidente Diretor Administrativo

154960/2025

PORTARIA FUNEAS Nº 384 - 11 DE NOVEMBRO DE 2025

Súmula: Determina a instauração de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades administrativas no caso em que se específica e revoga a Portaria FUNEAS nº 224/2025.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

- CONSIDERANDO o disposto na Resolução FUNEAS nº 29 de 07 de novembro de 2022, que Regulamenta o Processo Administrativo Disciplinar, Sanções e Penalidades no âmbito da FUNEAS;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância com a finalidade de apurar indícios de irregularidades, ante ao contido no Protocolado nº 24.030.737-5, que teriam ocorrido no âmbito do Hospital Regional Norte Pioneiro.

Art. 2° Designar os agentes públicos: LUANA APARECIDA DIAS DA MOTA, portador(a) do RG sob nº 41.XXX.766-X; ELAINE CAROLINA LOPEZ CORDERO, portador(a) do RG sob nº G4.XXX.0-X; e GISLAINE SORZI, portador(a) do RG sob nº 6.XXX.640-X; para sob a presidência do(a) primeiro(a) nominado(a), comporem a comissão de Sindicância que promoverá os atos necessários à presente apuração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário, em especial a Portaria FUNEAS nº 224/2025.

Curitiba, 11 de novembro de 2025.

(assinado digitalmente) *(assinado digitalmente)*
GERALDO GENTIL BIESEK **MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA**
Diretor Presidente Diretor Administrativo

155070/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1776/2025

Altera a composição do Conselho Curador da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná – FUNEAS – PARANÁ.

***O Secretário de Estado da Saúde**, gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos VI e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado e,*

- considerando a Resolução SESA nº 1746/2024 que dá publicidade à composição dos membros do Conselho Curador da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná – FUNEAS-PARANÁ.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a composição de membros do Conselho Curador da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná – FUNEAS-PARANÁ, conforme abaixo:

3. MEMBRO INDICADO PELO GOVERNADOR (art. 7º, II da Lei nº 17.959/2014) (art. 10, II do Estatuto – Decreto nº 12.093/2014)	**Titular: RAQUEL MAZETTI CASTRO** Diretoria de Contratualização e Regulação RG: 13.291.807-4 CPF: 289.870.838-02 E-mail: raquel.castro@sesa.pr.gov.br Endereço: Ada Macaggi nº 817, Sobrado 5, Bairro Alto, Curitiba-PR, CEP 82820-170 **Suplente: CINTIA ARMSTRONG OSTROSKI** Diretoria Geral RG: 7.957.169-5 CPF: 053.492.189-21 E-mail: cintia.ostroski@sesa.pr.gov.br Endereço: Luíz França nº 685, Cajuru, Curitiba-PR, CEP 82900-250

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

154811/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1729/2025

Autoriza o repasse financeiro do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde destinado a complementar o Incentivo Financeiro de Custeio para apoio as ações da Operação Verão Maior Paraná – 2025/2026.

*O **Secretário de Estado da Saúde**, gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos VI e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado e,*

- considerando a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro;

- considerando o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;

- considerando a Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001 (Código de Saúde), regulamentado pelo Decreto Estadual nº 5.711, de 23 de maio de 2002, que dispõe que os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde, cujo art. 49 prevê que "Os recursos alocados poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congênere";

- considerando que no Estado do Paraná foi criado o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE (Lei Estadual nº 152 de 10 de dezembro de 2012), regulamentado pelo Decreto nº 7.986, de 16 de abril de 2013, com finalidade de "captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde", cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

- considerando o que o art. 17, inciso III, da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 dispõe que compete à Direção Estadual do Sistema Único de Saúde prestar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde;

- considerando a Resolução SESA nº 673, de 24 de maio de 2023, que dispõe sobre a transferência regular e automática, na modalidade fundo a fundo, de recursos financeiros, do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde do Paraná;

- considerando a Deliberação da Comissão Intergestores Bipartite do Paraná – CIB-PR nº 808, de 22 de outubro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o repasse financeiro no valor total de R$ 10.105.631,00 (dez milhões, cento e cinco mil, seiscentos e trinta e um reais) do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, destinado ao Incentivo Financeiro de Custeio para apoio as ações da Operação Verão Maior Paraná – 2025/2026, conforme detalhado no Anexo I.

Art. 2º A utilização dos recursos financeiros deverá atender as exigências legais concernentes à licitação a que estão sujeitas todas as despesas da Administração Pública.

Art. 3º A transferência dar-se de forma regular e automática ao respetivo Fundo Municipal de Saúde, ficando o Gestor Municipal responsável para executar conforme a necessidade e a capacidade técnica do Município, sendo autorizada a transferência para Consórcio Intermunicipal de Saude, na Modalidade de Aplicação 72 – Execução Delegada aos Consórcios Públicos por meio do Contrato de Programa para complementação de consultas e exames diagnósticos, **contudo, é vedado:**

I - utilização desta verba para o Custeio Administrativo da Unidade.

II - Pagamento de Folha de Pessoal ativo e Encargos.

III - Executar na Modalidade 71 – Contrato de Rateio.

IV - Despesa alheia à área da saúde.

Parágrafo Único: A documentação administrativa e fiscal deverá ser mantida em arquivo pelo período mínimo legal exigido.

Art. 4º Os recursos transferidos serão movimentados sob a fiscalização do respectivo Conselho de Saúde, sem prejuízo da fiscalização exercida pelos órgãos do Sistema de Controle Interno e Externo.

Art. 5º As ações e serviços públicos de saúde a serem executadas pelos municípios deverão estar em consonância com todos os instrumentos de planejamento, (Plano Plurianual – PPA, Plano Municipal de Saúde, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Programação Anual de Saúde), assim como o demonstrativo do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, a serem apresentados aos respectivos Conselhos Municipais de Saúde, conforme os prazos previstos na Lei Complementar nº 141/2012, de 13 de Janeiro de 2012.

Art. 6º A comprovação da aplicação dos recursos transferidos será analisada com base no Relatório de Gestão. Os Municípios deverão comprovar a observância do envio do Relatório de Gestão ao respectivo Conselho de Saúde, até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo no Sistema DIGISUS sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas na Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

Art. 7º Poderá a qualquer momento a Secretaria de Estado da Saúde, por meio do Controle Interno em parceria com o Fundo Estadual de Saúde, Gestor dos recursos financeiros destinados a ações e serviços públicos de saúde, fazer a verificação "in loco".

Parágrafo Único: Caso haja comprovação de quaisquer irregularidades estará o responsável sujeito às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992 – Agentes Públicos Improbidade Administrativa.

Art. 8º Os recursos orçamentários objeto desta Resolução correrão por conta do orçamento da Secretaria de Estado da Saúde no exercício de 2025, devendo onerar o seguinte Programa: 35 – Cuidado Regionalizado em Saúde.

I - Ação: Transferência a Municípios – Fundo a Fundo;

II - Programa de Trabalho: 10.301.35.8030 – Gestão da Atenção Primaria em Saúde;

III - Natureza da Despesa:3341.4100;

IV - Fonte: 500 – Tesouro do Estado.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

ANEXO I DA RESOLUÇÃO SESA Nº 1729/2025

RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS QUE FAZEM JUS AO REPASSE FINANCEIRO COMPLEMENTAR

MUNICÍPIO	CNPJ	VALOR	BANCO	AG	CC
Antonina	10778273000115	430.405,00	001	4719	000000016211-6
Carlópolis	10601116000130	27.500,00	001	4737	000000012908-9
Guaraqueçaba	09511795000177	165.971,00	001	2327	000000018866-2
Guaratuba	11343124000196	1.814.368,00	001	2100	000000029663-5
Marilena	09205479000177	36.500,00	001	0620	0000000251682
Matinhos	10951061000198	1.814.368,00	001	3850	000000024840-1

Morretes	11938311000112	487.621,00	001	2327	000000018868-9
Paranaguá	10428937000116	1.556.679,00	001	0259	000000097701-2
Pontal do Paraná + BPMOA	09515395000130	3.044.337,00	001	4134	000000033057-4
Porto Rico	09267309000117	272.441,00	001	0520	000000026836-4
Querencia do Norte	73242695000191	36.500,00	001	2510	000000017983-3
Ribeirão Claro	09268008000108	27.500,00	001	4756	000000008817-X
Salto do Itararé	11582670000180	27.500,00	001	4312	000000020078-6
São Pedro do Paraná	10551725000121	36.500,00	001	0520	000000026838-0
Sertaneja	09377047000143	272.441,00	001	3767	000000013559-3
Siqueira Campos	09353968000176	27.500,00	001	4312	000000020080-8
Tomazina	09361081000120	27.500,00	001	4786	000000011432-4

TOTAL: R$ 10.105.631,00

154807/2025

Secretaria da Segurança Pública

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO

NÚMERO DE REGISTRO	CÓDIGO DISCIPLINAR DA POLÍCIA CIVIL - LEI 21.894 DE 3 DE ABRIL DE 2024	SERVIDOR
66/2025-CD	Artigo 5º, Inciso VI, c/c Artigo 7º, todos da Lei Estadual nº 21.894/2024	MARCOS VINICIUS LOPES FERREIRA
258/2025-CD	Artigo 5º, Inciso VI (Artigo 3º, "b", da Instrução Normativa Conjunta nº 22/2018-CGJ/CGMP/CGPC), c/c Artigo 7º, todos da Lei Estadual nº 21.894/2024 ("Código Disciplinar da Polícia Civil do Paraná")	MARCOS ANTÔNIO DA SILVEIRA CALDAS,
258/2025-CD	Artigo 5º, Inciso VI (Artigo 3º, "b", da Instrução Normativa Conjunta nº 22/2018-CGJ/CGMP/CGPC), c/c Artigo 7º, todos da Lei Estadual nº 21.894/2024 ("Código Disciplinar da Polícia Civil do Paraná")	DAVI GARCIA DA SILVA
258/2025-CD	Artigo 5º, Inciso VI (Artigo 3º, "b", da Instrução Normativa Conjunta nº 22/2018-CGJ/CGMP/CGPC), c/c Artigo 7º, todos da Lei Estadual nº 21.894/2024 ("Código Disciplinar da Polícia Civil do Paraná")	CLAUDINEI KAMMER

153320/2025

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO

NÚMERO DE REGISTRO	CÓDIGO DISCIPLINAR DA POLÍCIA CIVIL - LEI 21.894 DE 3 DE ABRIL DE 2024	SERVIDOR
475/2025-CD	Artigo 5º, Inciso XI, c/c Artigo 7º, todos da Lei Estadual nº 21.894/2024 ("Código Disciplinar da Polícia Civil do Paraná")	MARCOS ANTÔNIO ROSA

153605/2025

POLÍCIA CIENTÍFICA
CORREGEDORIA

Portaria nº 79/2025

A Corregedora da Polícia Científica do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas de acordo com os art. 14 da Lei nº 21.117 de 30 de junho de 2022, art. 99 da Lei nº 20.656 de 03 de agosto de 2021 e Decreto nº 11.077 de 1 de setembro de 2025.

INSTAURA

Sindicância e designa os servidores **Algacir Isaias Alberti Junior** – CPF XXX.704.429-XX, e **Fernando Anselmo Nunes** – CPF XXX.054.639-XX, sob a presidência do primeiro nominado, para formarem **Comissão de Sindicância** e apurar os fatos narrados no protocolo **24.269.633-6,** relacionados com sinistro de trânsito.

Curitiba, 10 de novembro de 2025.

Joice Malakoski
Corregedora da Polícia Científica

154578/2025

PORTARIA N.º 029/2025 – PRES/FUNDASEG

Súmula: Designar servidores para atuar na gestão e na fiscalização das contratações firmadas pelo órgão.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE APOIO À SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 250 de 01º de janeiro de 2023, Lei Complementar n.º 282 de 03 de julho de 2025, Decreto Estadual n.º 9.430 de 02 de setembro de 2025, Decreto Estadual n.º 9.437 de 03 de abril de 2025, e o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021, em cumprimento aos demais diplomas legais aplicados à espécie, e, **CONSIDERANDO:**

O disposto nos Arts. 7º e 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

RESOLVE

Art. 1º – Designar, Silvia Eliane dos Santos Stocco, CPF n.º ***.739.859-**, servidora desta Fundação de Apoio à Segurança Pública – FUNDASEG, para atuar como **gestora** do Contrato nº 07/2025, que tem por objeto, a locação de imóvel para a instalação da Sede Institucional da Fundação de Apoio à Segurança Pública – FUNDASEG, em Curitiba/Paraná, contratado através da Inexigibilidade de Licitação nº 04/2025.

Art. 2º – Designar, Elisangela Machado Vargas, CPF n.º 024.699.459-25, servidora desta Fundação de Apoio à Segurança Pública – FUNDASEG, para atuar como fiscal do Contrato nº 07/2025, que tem por objeto, a locação de imóvel para a instalação da Sede Institucional da Fundação de Apoio à

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Segurança Pública – FUNDASEG, em Curitiba/Paraná, contratado através da Inexigibilidade de Licitação nº 04/2025.
Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná.

Curitiba, 10 de novembro de 2025

Renan Barbosa Lopes Ferreira
Diretor-Presidente
Fundação de Apoio à Segurança Pública

154678/2025

PORTARIA Nº 037/2025 – TAC

A DIRETORA-GERAL DA POLÍCIA PENAL, designada pelo Decreto nº 7.160, de 26 de agosto de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado nº 11.731, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Resolução nº 188/2015-SESP, publicada no Diário Oficial do Estado nº 9.489, de 09/07/2015 e pelo artigo 13 do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 234, de 12 de Agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016.

RESOLVE:

Art. 1º. HOMOLOGAR o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC nº. 049/2025, sob **protocolo nº 24.541.579-6**, em face da servidora **VERA LÚCIA KOERICH, CPF Nº XXX.691.979-XX,** por descumprir deveres funcionais ao envolver-se em situações de desentendimento interpessoal e conduta inadequada, no ambiente de trabalho. Diante disso, o servidor encontra-se sujeita à aplicação das penalidades cabíveis, nos termos dos **arts. 291 e 293 da Lei Estadual nº 6.174/1970 – Estatuto do Servidor Público.**

Das condições: a) O compromissário declara reconhecer a inadequação da sua conduta e se compromete a observar e a cumprir o elenco de deveres e proibições a que está sujeito enquanto agente público, notadamente os previstos na Lei nº 6.174/1970. b) O compromissário se obriga a realizar o seguinte curso: "Eixo 1 - Tomando decisões com base na ética - Programa - Ética e integridade pública", com carga horária de 60h, ofertado pela Escola Virtual do Governo (EVG) e apresentar certificado logo após a sua conclusão. cc) O compromissário se obriga a realizar o seguinte curso: "Eixo 2 - Adotando conduta moral adequada - Programa - Ética e integridade pública", com carga horária de 22h, ofertado pela Escola Virtual do Governo (EVG) e apresentar certificado logo após a sua conclusão. d) O compromissário se obriga a realizar o seguinte curso: "Comunicação não violenta", com carga horária de 20h, ofertado pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e apresentar certificado logo após a sua conclusão. e) O compromissário se obriga a realizar o seguinte curso: "Gestão de Comportamento nas Organizações", com carga horária de 10h, ofertado pela Escola Virtual do Governo (EVG) e apresentar certificado logo após a sua conclusão. f) O compromissário se obriga a realizar o seguinte curso: "Cultura Organizacional Ágil Aplicada ao Contexto Público", com carga horária de 25h, ofertado pela Escola Virtual do Governo (EVG) e apresentar certificado logo após a sua conclusão.

Prazo: 06 (seis) meses.

Cláusula Penal: 01. Suspensão da prescrição e o curso do procedimento disciplinar (prot. **24.291.444-9**); 02. Registro no assentamento funcional; 03. Prosseguimento do procedimento administrativo disciplinar por violação de qualquer das condições estipuladas no presente termo de ajustamento de conduta; 04. Pagamento integral de multa estipulada.

Art. 2º. Após publicação, encaminhe-se protocolo próprio a **Divisão de Recursos Humanos do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN/PR** para registro nos assentamentos e a cópia a **Controladoria Geral do Estado – CGE/PR** para informação nos termos legais.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de Novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
ANANDA CHALEGRE DOS SANTOS
Diretora-Geral da Polícia Penal

155038/2025

PORTARIA Nº 038/2025 – TAC

A DIRETORA-GERAL DA POLÍCIA PENAL, designada pelo Decreto nº 7.160, de 26 de agosto de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado nº 11.731, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Resolução nº 188/2015-SESP, publicada no Diário Oficial do Estado nº 9.489, de 09/07/2015 e pelo artigo 13 do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 234, de 12 de Agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016.

RESOLVE:

Art. 1º. HOMOLOGAR o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC nº. 048/2025, sob **protocolo nº 24.541.854-0,** em face da servidora **KARINE BELMONT CHAVES, CPF Nº XXX.691.979-XX,** por descumprir deveres funcionais ao adotar condutas reiteradas de afronta à autoridade da gestão, promovendo críticas públicas e criando situações de constrangimento no ambiente de trabalho. Diante disso, o servidor encontra-se sujeita à aplicação das penalidades cabíveis, nos termos dos **arts. 291 e 293 da Lei Estadual nº 6.174/1970 – Estatuto do Servidor Público.**

Das condições: a) O compromissário declara reconhecer a inadequação da sua conduta e se compromete a observar e a cumprir o elenco de deveres e proibições a que está sujeito enquanto agente público, notadamente os previstos na Lei nº 6.174/1970. b) O compromissário se obriga a realizar o seguinte curso: "Eixo 1 - Tomando decisões com base na ética - Programa - Ética e integridade pública", com carga horária de 60h, ofertado pela Escola Virtual do Governo (EVG) e apresentar certificado logo após a sua conclusão. c) O compromissário se obriga a realizar o seguinte curso: "Eixo 2 - Adotando conduta moral adequada - Programa - Ética e integridade pública", com carga horária de 22h, ofertado pela Escola Virtual do Governo (EVG) e apresentar certificado logo após a sua conclusão. d) O compromissário se obriga a realizar o seguinte curso: "Relações interpessoais e feedback", com carga horária de 21h, ofertado pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e apresentar certificado logo após a sua conclusão. e) O compromissário se obriga a realizar o seguinte curso: "Gestão de Comportamento nas Organizações", com carga horária de 10h, ofertado pela Escola Virtual do Governo (EVG) e apresentar certificado logo após a sua con - clusão. f) O compromissário se obriga a realizar o seguinte curso: "Cultura Organizacional Ágil Aplicada ao Contexto Público", com carga horária de 25h, ofertado pela Escola Virtual do Governo (EVG) e apresentar certificado logo após a sua conclusão.

Prazo: 06 (seis) meses.

Cláusula Penal: 01. Suspensão da prescrição e o curso do procedimento disciplinar (prot. **24.289.677-7**); 02. Registro no assentamento funcional; 03. Prosseguimento do procedimento administrativo disciplinar por violação de qualquer das condições estipuladas no presente termo de ajustamento de conduta; 04. Pagamento integral de multa estipulada.

Art. 2º. Após publicação, encaminhe-se protocolo próprio a **Divisão de Recursos Humanos do Departamento de Polícia Penal – DEPPEN/PR** para registro nos assentamentos e a cópia a **Controladoria Geral do Estado – CGE/PR** para informação nos termos legais.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de Novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
ANANDA CHALEGRE DOS SANTOS
Diretora-Geral da Polícia Penal

155039/2025

PORTARIA N° 360/2025-SINDICÂNCIA

O CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA PENAL, designado pela Portaria nº. 708, de 28 de agosto de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 11.735, de 30/08/2024, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 10 do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016, c/c. artigo 10, inciso I, do Regimento Interno do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 233 de 12 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016 e tendo em vista o disposto no artigo 100, inciso II, da Lei nº. 20.656/2021.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores efetivos e estáveis: **MARIO IWAMOTO JUNIOR, CPF: XXX.048.429-XX**, ocupante do cargo de Policial Penal, lotado na Casa de Custódia de Maringá e **WANDRO ADRIANO SATURNINO, CPF: XXX.610.309-XX**, ocupante do cargo de Policial Penal, lotado na Colônia Penal Industrial de Maringá, para que, no **protocolo n° 24.975.458-7** nos termos da **Lei nº 20.656/2021**, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, para que **no prazo de 15 (quinze) dias úteis,** concluam aos trabalhos de apuração dos fatos narrados no **protocolo nº 24.132.286-6,** bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. INFORMAR aos membros da Comissão que poderão ser adotados na instrução do presente procedimento disciplinar os dispostos na Instrução Normativa nº 01/2018 da Corregedoria da Polícia Penal, que regulamenta a adoção do sistema de Webconferência para gravação em áudio e vídeo dos depoimentos de modo geral nas audiências.

Art. 3º. DETERMINAR ao Presidente da Comissão que, em observância

ao Decreto Estadual nº. 7.304/2021 c/c a Instrução Normativa nº. 02/2022 da Corregedoria da Polícia Penal, o presente procedimento disciplinar deve ser realizado no formato digital, utilizando-se o sistema E-protocolo como recurso apropriado para inserção de documentos e arquivos digitais.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de Novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
DEIVID ALESSANDRO I. DUARTE
Corregedor – Geral da Polícia Penal

155040/2025

POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ
GABINETE DA DIREÇÃO-GERAL

Portaria nº 105/2025-GAB

O **Diretor-Geral da Polícia Científica**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, de acordo com a Lei nº 21.117/2022, arts. 24 e 33 do anexo único do Decreto n.º 5.887, de 15 de dezembro de 2005, Resolução nº 038/2024-SESP e Decreto nº 11.243, de 16 de setembro de 2025, RESOLVE:

Art. 1º. DISPENSAR a servidora Patricia Doubas Cancelier, CPF XXX.888.839-XX, da condição de fiscal do **Contrato nº 0685/2025 – GMS nº 7202/2025.**

Art. 2º. DESIGNAR a servidora Fernanda Abranoski, CPF XXX.259.419-XX, como fiscal do **Contrato nº 0685/2025 – GMS nº 7202/2025.**

Art. 3º. DISPENSAR a servidora Larissa Barros Costa, CPF XXX.354.667-XX, da condição de gestora do **Contrato nº 0685/2025 – GMS nº 7202/2025.**

Art. 4º. DESIGNAR o servidor Thiago Congrossi Moreira dos Santos, CPF XXX.220.589-XX, como gestor do **Contrato nº 0685/2025 – GMS nº 7202/2025.**

Art.5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ciro José Cardoso Pimenta
Diretor-Geral da Polícia Científica

155071/2025

POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ
GABINETE DA DIREÇÃO-GERAL

Portaria nº 107/2025-GAB

O **Diretor-Geral da Polícia Científica**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, de acordo com a Lei nº 21.117/2022, arts. 24 e 33 do anexo único do Decreto n.º 5.887, de 15 de dezembro de 2005, Resolução nº 038/2024-SESP e Decreto nº 11.243, de 16 de setembro de 2025, RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a servidora MARIANNA MAIA TAULOIS DO ROSÁRIO, Perita Oficial Criminal 40h, CPF: XXX.935.379-XX para a função de Administradora Suplente do Banco Estadual de Perfis Genéticos da Polícia Científica do Paraná.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ciro José Cardoso Pimenta
Diretor-Geral da Polícia Científica

155072/2025

POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ
GABINETE DA DIREÇÃO-GERAL

Portaria nº 108/2025-GAB

O Diretor-Geral da Polícia Científica (PCP), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, de acordo com a Lei nº 21.117/2022, arts. 24 e 33 do anexo único do Decreto n.º 5.887, de 15 de dezembro de 2005, Resolução nº 038/2024-SESP e Decreto nº 11.243, de 16 de setembro de 2025, RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR a servidora KAREN DE OLIVEIRA FAEIRSTEIN, CPF XXX.246.149-XX, da condição de Gestora do Fundo Rotativo da Unidade de Execução Técnico-Científica de Telêmaco Borba.

Art. 2º DESIGNAR a servidora GABRIELLA NORVILA VALÉRIO, CPF XX.877.049-XX, como Gestora do Fundo Rotativo da Unidade de Execução Técnico-Científica de Telêmaco Borba.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ciro José Cardoso Pimenta
Diretor-Geral da Polícia Científica

155074/2025

POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ
GABINETE DA DIREÇÃO-GERAL

Portaria nº 109/2025-GAB

O **Diretor-Geral da Polícia Científica (PCP)**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, de acordo com a Lei nº 21.117/2022, arts. 24 e 33 do anexo único do Decreto n.º 5.887, de 15 de dezembro de 2005, Resolução nº 038/2024-SESP e Decreto nº 11.243, de 16 de setembro de 2025, RESOLVE:

Art. 1º. DISPENSAR a Técnica de Perícia Oficial KAREN DE OLIVEIRA FAEIRSTEIN, CPF XXX.246.149-XX, da Função Privativa Policial simbologia FPP-6, do Quadro Próprio de Peritos Oficiais – QPPO, de Chefe Adjunta da Unidade de Execução Técnico-científica (UETC) de Telêmaco Borba.

Art. 2º. DESIGNAR a Perita Oficial Criminal GABRIELLA NORVILA VALÉRIO, CPF XXX.877.049-XX, para a Função Privativa Policial simbologia FPP-6, do Quadro Próprio de Peritos Oficiais – QPPO, de Chefe Adjunta da Unidade de Execução Técnico-científica (UETC) de Telêmaco Borba.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 01 de novembro de 2025.

Ciro José Cardoso Pimenta
Diretor-Geral da Polícia Científica

155176/2025

RESOLUÇÃO N° 613/2025

Prorrogação de prazo no Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR nº 17/2025, instaurado em desfavor da empresa CS BRASIL FROTAS LTDA, inscrita sob o CNPJ n.° 27.595.780/0001-16.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, e pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de Dezembro de 2024 e conforme protocolo nº 22.618.962-9.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias úteis, o prazo para a conclusão do Processo de Responsabilização – PR nº 17/2025, instaurado pela Resolução nº 481/2025-SESP, publicada no Diário Oficial nº 11.955, de 09 de setembro de 2025.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba-Paraná, 10 de novembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública,

154735/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 24.855.391-0

I. INDENIZO, com base no Art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 21.352/2023, c/c art. 1º, inciso V, da Resolução SESP n.º 390/2023, os valores de acréscimo sobre débito em favor da Previdência Social – INSS, especificados ao Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), acostado à fl. 14 – correspondentes à **R$ 29,03 (Vinte e nove reais e três centavos)** de multa e **R$ 3,51 (Três reais e cinquenta e um centavos)** –, o qual decorre da mora sobre o pagamento da nota fiscal disposta à fl. 03, alusiva a prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação, nas dependências da Polícia Militar do Paraná – PMPR/BPEC;

II. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** à unidade para que, voluntariamente, apresente a compensação financeira ao erário do valor de juros e multa, **sendo que, em caso da não apresentação, até o dia 17 de novembro de 2025 o presente processo deverá retornar a esta Diretoria-Geral**, com vistas a abertura de procedimento administrativo de apuração de responsabilidade;

III. Para proceder com o ressarcimento, o agente responsável deverá ressarcir na seguinte conta: FUNESP – CNPJ 14.869.229/0001-71: Banco do Brasil, Ag 3793-1, Conta 13.280-2.

Curitiba, 11 de Novembro de 2025.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

155126/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL
Protocolo nº 24.080.877-3

I. RECONHEÇO E INDENIZO, com fundamento no Decreto Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 2012, e com base na Informação nº 3455/2025 AT/SESP, a dívida referente à Parcela Transitória pelo Exercício de Ensino nas Escolas de Polícia, em favor dos policiais militares listados em fls. 13/15, referente às aulas ministradas no Curso de Instrutor de Defesa Pessoal Policial, no ano de 2024, no valor total de R$ 10.122,50 (dez mil e cento e vinte e dois reais e cinquenta centavos);

II. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, 11 de novembro de 2025
Cel. PM Adilson Luiz Lucas Prüsse
Diretor-Geral da SESP

154983/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 23.336.114-3

I – ADJUDICO, nos termos dos artigos 13, inciso VII e 107, inciso IV, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, o objeto deste procedimento licitatório, realizado na modalidade Pregão, forma Eletrônica, tipo menor preço, autuado sob n° PE nº 187/2025 – GMS/SESP, visando à aquisição de gêneros de alimentação pelo prazo de 12 (doze) meses, para o Corpo de Bombeiros Militar dos municípios de Londrina e Ibiporã/PR, conforme descrição abaixo:

Lotes 01 e 02 a empresa G N ARANTES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 56.239.565/0001-80, que apresentou proposta no valor total de R$ 213.180,62 (duzentos e treze mil e cento e oitenta reais e sessenta e dois centavos).

Lotes 03, 04, 05, 07 e 10 a empresa L. DE ASSE MILIOZZI DISTRIBUIDOR E ATACADO - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 27.228.042/OOO1-30, que apresentou proposta no valor total de R$ 417.190,00 (quatrocentos e dezessete mil cento e noventa reais).

Lote 06 a empresa FRUTAS E VERDURAS CEAZZA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.473.122/0001-99, que apresentou proposta no valor total de R$ 48.766,13 (quarenta e oito mil setecentos e sessenta e seis reais e treze centavos).

Lotes 08, 09, 12 e 13 a empresa RPG - COMERCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 54.205.260/0001-22, que apresentou proposta no valor total de R$ R$ 212.544,20 (duzentos e doze mil equinhentos e quarenta e quatro reais e vinte centavos).

Lote 11 a empresa ÁGUIA DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 52.423.265/0001-04, que apresentou proposta no valor total de R$ 22.298,40 (vinte e dois mil e duzentos e noventa e oito reais e quarenta centavos).

Lote 14 a empresa SPLENDORE PANIFICADORA E CONFEITARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 34.959.508/0001-33, que apresentou proposta no valor total de R$ 43.350,50 (quarenta e três mil e trezentos e cinquenta reais e cinquenta centavos).

II- Totalizando o valor do processo adjudicado em R$ 957.329,85 (novecentos e cinquenta e sete mil trezentos e vinte e nove reais e oitenta e cinco centavos).

III – HOMOLOGO, com base nos artigos 13, inciso VIII e 107, inciso IV, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, c/c artigo 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, e nos termos dos atos que declararam a empresa vencedora (mov. 336), o resultado do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, autuado sob n° PE nº 187/2025 – GMS/SESP, visando à aquisição de gêneros de alimentação pelo prazo de 12 (doze) meses, para o Corpo de Bombeiros Militar dos municípios de Londrina e Ibiporã/PR, conforme descrição abaixo:

Lotes 01 e 02 a empresa G N ARANTES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 56.239.565/0001-80, que apresentou proposta no valor total de R$ 213.180,62 (duzentos e treze mil e cento e oitenta reais e sessenta e dois centavos).

Lotes 03, 04, 05, 07 e 10 a empresa L. DE ASSE MILIOZZI DISTRIBUIDOR E ATACADO - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 27.228.042/OOO1-30, que apresentou proposta no valor total de R$ 417.190,00 (quatrocentos e dezessete mil cento e noventa reais).

Lote 06 a empresa FRUTAS E VERDURAS CEAZZA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.473.122/0001-99, que apresentou proposta no valor total de R$ 48.766,13 (quarenta e oito mil setecentos e sessenta e seis reais e treze centavos).

Lotes 08, 09, 12 e 13 a empresa RPG - COMERCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 54.205.260/0001-22, que apresentou proposta no valor total de R$ R$ 212.544,20 (duzentos e doze mil e quinhentos e quarenta e quatro reais e vinte centavos).

Lote 11 a empresa ÁGUIA DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 52.423.265/0001-04, que apresentou proposta no valor total de R$ 22.298,40 (vinte e dois mil e duzentos e noventa e oito reais e quarenta centavos).

Lote 14 a empresa SPLENDORE PANIFICADORA E CONFEITARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 34.959.508/0001-33, que apresentou proposta no valor total de R$ 43.350,50 (quarenta e três mil e trezentos e cinquenta reais e cinquenta centavos).

IV- Totalizando o valor do processo homologado em R$ 957.329,85 (novecentos e cinquenta e sete mil trezentos e vinte e nove reais e oitenta e cinco centavos).

V – Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade da unidade solicitante.

VI – PUBLIQUE-SE e encaminhe-se ao Centro de Licitações para as providências legais e posterior remessa para o órgão demandante convocar a licitante vencedora para assinatura do contrato.

Curitiba-Paraná, 10 de novembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

154500/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.177.991-2

I – ADJUDICO, nos termos dos artigos 13, inciso VII e 107, inciso IV, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, o objeto deste procedimento licitatório, realizado na modalidade Pregão, forma Eletrônica, tipo menor preço, autuado sob n° PE nº 1074/2025 – GMS/SESP, visando à aquisição de gêneros de alimentação para o Corpo de Bombeiros Militar dos municípios de Cornélio Procópio e Bandeirantes/PR, conforme descrição abaixo:

Lotes 01, 02 e 11 a empresa G N ARANTES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 56.239.565/0001-80, que apresentou proposta no valor total de R$ 96.759,99 (noventa e seis mil e setecentos e cinquenta e nove reais e noventa e nove centavos).

Lotes 03, 07, 08 e 09 a empresa ÁGUIA DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 52.423.265/0001-04, que apresentou proposta no valor total de R$ 75.806,60 (setenta e cinco mil e oitocentos e seis reais e sessenta centavos).

Lotes 04, 05, 06 e 10 a empresa RPG - COMERCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 54.205.260/0001-22, que apresentou proposta no valor total de R$ 108.947,70 (cento e oito mil, novecentos e quarenta e sete reais e setenta centavos).

II- Totalizando o valor do processo adjudicado em R$ 281.514,29 (duzentos e oitenta e um mil e quinhentos e quatorze reais e vinte e nove centavos).

III – HOMOLOGO, com base nos artigos 13, inciso VIII e 107, inciso IV, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, c/c artigo 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, e nos termos dos atos que declararam a empresa vencedora (mov. 183), o resultado do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, autuado sob n° PE nº 1074/2025 – GMS/SESP, visando à aquisição de gêneros de alimentação para o Corpo de Bombeiros Militar dos municípios de Cornélio Procópio e Bandeirantes/PR, conforme descrição abaixo:

Lotes 01, 02 e 11 a empresa G N ARANTES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 56.239.565/0001-80, que apresentou proposta no valor total de R$ 96.759,99 (noventa e seis mil e setecentos e cinquenta e nove reais e noventa e nove centavos).

Lotes 03, 07, 08 e 09 a empresa ÁGUIA DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 52.423.265/0001-04, que apresentou proposta no valor total de R$ 75.806,60 (setenta e cinco mil e oitocentos e seis reais e sessenta centavos).

Lotes 04, 05, 06 e 10 a empresa RPG - COMERCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 54.205.260/0001-22, que apresentou proposta no valor total de R$ 108.947,70 (cento e oito mil, novecentos e quarenta e sete reais e setenta centavos).

IV- Totalizando o valor do processo homologado em R$ 281.514,29 (duzentos e oitenta e um mil e quinhentos e quatorze reais e vinte e nove centavos).

V – Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade da unidade solicitante.

VI – PUBLIQUE-SE e encaminhe-se ao Centro de Licitações para as providências legais e posterior remessa para o órgão demandante convocar a licitante vencedora para assinatura do contrato.

Curitiba-Paraná, 10 de novembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

154466/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.559.597-2

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 1º, §§ 1º e 5º e do artigo 2º, § 3º, do

Decreto Estadual nº 1.675/2023 e conforme certificado pelo respectivo Núcleo de Apoio, o uso de placas particulares por veículos oficiais, para serviço policial de natureza reservada, conforme justificativa e elementos da solicitação apresentados à fls. 07;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações.

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE ao Exmo. Sr. Diretor-Geral do DETRAN/PR para as medidas administrativas decorrentes, inclusive o prazo de vencimento da respectiva placa, nos termos do § 4º, do artigo 2º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023.

Curitiba-Paraná, 10 de novembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

154474/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.743.233-7

I. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 38/2024-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 289/2024, e na Informação nº 3431/2025-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a empresa ELETROSARDANHA MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 36.999.018/0001-96, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal (DEPPEN), pelo Fundo Penitenciário e pela Colônia Penal Industrial de Maringá – CPIM, visando o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL's), que estejam cumprindo pena em regime semiaberto, como forma de readaptação ao meio social, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 55/68) e seu Plano de Trabalho (fls. 70/81);

II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta, nos termos apresentados, se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial de regência, conforme indicado nos fundamentos de autorização e que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, é de responsabilidade daqueles que as exararam;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências necessárias.

Curitiba-Paraná, 10 de novembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

154467/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.830.955-5

I. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 38/2024-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 289/2024, e na Informação nº 3440/2025-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a empresa FUTEBOL CLUBE CASCAVEL, CNPJ nº 09.312.917/0001-04, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal (DEPPEN), pelo Fundo Penitenciário e pelo ESCRITÓRIO SOCIAL DE CASCAVEL, visando proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL's), que estejam cumprindo pena em regime fechado, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 81/94) e Plano de Trabalho (fls. 96/107);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências subsequentes.

Curitiba-Paraná, 10 de novembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

154472/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.830.937-7

I. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 38/2024-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 289/2024, e na Informação nº 3433/2025-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a empresa FUTEBOL CLUBE CASCAVEL, CNPJ nº 09.312.917/0001-04, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal (DEPPEN), pelo Fundo Penitenciário e pelo Escritório Social de Cascavel, visando o estabelecimento de condições para proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL's), que estejam cumprindo pena em regime semiaberto harmonizado monitorado, como forma de readaptação ao meio social, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 81/94) e seu Plano de Trabalho (fls. 96/107);

II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta, nos termos apresentados, se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial de regência, conforme indicado nos fundamentos de autorização e que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, é de responsabilidade daqueles que as exararam;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências necessárias.

Curitiba-Paraná, 10 de novembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

154478/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL
Protocolo nº 23.470.332-3

I. AUTORIZO, com fulcro no inciso VI, do art. 1° da Resolução SESP 390/2023, da alínea "a", inciso II, do art. 76 da Lei Federal n° 14.133/2021 e da alínea "a", inciso II, do art. 610 do Decreto Estadual n° 10.086/2022, bem como, em respeito aos princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público, a Dispensa de Licitação para a doação de 02 (duas) motocicletas (placa BDY9J24 e placa BED0F63), de propriedade da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP, patrimoniadas e cauteladas à Polícia Militar do Paraná – PMPR, declaradas inservíveis/desnecessárias (fls. 30/31), em favor do Município de São Jorge do Ivaí/Pr, inscrito no CNPJ n° 76.282.649/0001-04;
II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;
III. ENCAMINHE-SE ao Departamento de Gestão do Transporte Oficial – DETO/SEAP, para a finalização dos trâmites de transferência.

Curitiba-Paraná, 10 de novembro de 2025.
Cel. PM Adilson Luiz Lucas Prüsse
Diretor-Geral da SESP

154501/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO
Protocolo nº 24.071.329-2

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 3221/2025-AT/SESP, a realização da despesa para a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a empresa **a SIGMETAL INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS EM AÇOS LTDA. – ME**, inscrita no CNPJ nº 50.937.669/0001-82, sediada no Município de Guanambi/BA, em utilização à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 90024/2024, cujo objeto será a aquisição de equipamentos de atividade física, para atender a demanda do Comando Geral da Polícia Militar – CGPM/PMPR, no valor total de R$ 202.480,00 (duzentos e dois mil, quatrocentos e oitenta reais), conforme a Minuta do Contrato acostada às **fls. 453/461**

II. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. **PRELIMINARMENTE** à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, **incluindo a regularização das pendências apontadas na Informação nº 3221/2025-AT/SESP (Certidão Negativa de Falência)**, devendo, inclusive, atualizar as demais certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Curitiba, 10 de novembro de 2025

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

154507/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.669.737-0

I. AUTORIZO, com fundamento no inciso II e § 1º, art. 138, da Lei Federal nº 14.133/2021, e no art. 180 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, bem como, no Parecer Referencial n.º 21/2025-PGE (aprovado pela Resolução nº 201/2025-PGE) e nos termos da Informação nº 3412/2025-AT/SESP, a formalização da rescisão do Contrato Administrativo n.º 533/2024 (GMS 5422/2024), firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria, e a empresa A.L. Santin Alimentação ME, inscrita no CNPJ n° 28.373.356/0001-90, cujo objeto é a prestação de serviço emergencial de nutrição, cocção e fornecimento de refeições transportadas, visando atender às necessidades da Cadeia Pública de Curitiba, conforme a Minuta do Termo de Rescisão Consensual do Contrato (fls. 188/189);

II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta, nos termos apresentados, se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial de regência, conforme indicado nos fundamentos de autorização e que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, é de responsabilidade daqueles que as exararam;

III. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências necessárias.

Curitiba, 10 de novembro de 2025

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

154509/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.477.636-1

I. AUTORIZO, nos termos do inciso I, do art. 74 da Lei Federal n° 14.133/2021 e do art. 154 do Decreto Estadual n° 10.086/2022 e, ainda, com base a Informação 1128/2025 – PRC/PGE (fls. 167/187) atendida conforme o Despacho da Divisão de Planejamento e Estatística – DPE (fls. 193), a Justificativa nº 074 do Chefe da Divisão de Compras (fls. 324/325), a Certificação do Chefe da Divisão de Compras (fls. 348/350) e o Recibo Eletrônico de Protocolo – 61861309 (fls. 353), a celebração de Contrato Múltiplo de Prestação de Serviços e Venda de Produtos, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, CNPJ nº 34.028.316/0020-76, cujo objeto é a contratação de Pacote de Serviços dos CORREIOS, no valor estimado de R$ 345.000,00 (trezentos e quarenta e cinco mil reais), conforme Minuta do Contrato acostada às fls. 155/162;

II. DECLARO que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal são de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste deve o setor responsável verificar se empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos.

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba – Paraná, 10 de novembro de 2025.

Cel. QORR PM Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

154468/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.821.626-3

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 124, II, 'd', e no art. 136, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, c/c o Decreto Estadual nº 10.086/2022 e ainda, nos termos da Informação nº 3438/2025 – AT/SESP, a anotação do Terceiro Termo de Apostilamento, ao Contrato Administrativo nº 972/2023, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria e as locadoras ISIS MELISSA TAMEZAWA MARTINEZ LOUZADA, inscrita no CPF sob n° XXX.790.879-XX, e LAÍSA RAQUEL TAMEZAWA MARTINEZ, inscrita no CPF sob nº XXX.495.369-XX cujo objeto consiste na locação de imóvel localizado na Rodovia BR-376, s/n, Parque Industrial Zona Sul, município de Apucarana/PR, para abrigar os veículos apreendidos naquela municipalidade, para atender a demanda da Polícia Civil do Paraná – PCPR. visando o reajuste do valor do contrato no percentual de 2,31% (dois vírgula trinta e um por cento), referente à aplicação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), passando o valor mensal para R$ 18.128,41 (dezoito mil, cento e vinte e oito reais e quarenta e um centavos), conforme Minuta do Termo de Apostilamento (fls. 66/67);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE no prazo legal;

V. ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba – Paraná, 10 de novembro de 2025.

Cel. QORR PM Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

154476/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.945.646-2

1. Versa o presente expediente sobre requerimento de prorrogação de posse, formulado pelo candidato JOSE JAKSON PEREIRA LIMA FILHO, CPF: XXX.314.824-XX, nomeado para o cargo de Policial Penal, do Quadro Próprio da Polícia Penal, conforme Decreto nº 11.659, de 30 de outubro de 2025, publicado no DIOE nº 12.019, também de 30 de outubro de 2025;

2. DEFIRO, atendidas as exigências legais.

3. PUBLIQUE-SE.

4. Diante do exposto, encaminho ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SESP, para conhecimento e providências que se fizerem necessárias.

Curitiba-Paraná, 10 de novembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

154744/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.524.571-8

I – AUTORIZO, nos termos do artigo 13, inciso V, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e com base na Informação nº 3436/2025 – AT/SESP a instauração de procedimento licitatório, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço, visando a aquisição de carne bovina, para satisfazer as demandas do Segundo Comando Regional da Polícia Militar do Paraná, no valor global máximo de R$ 2.222.159,42 (dois milhões duzentos e vinte e dois mil cento e cinquenta e nove reais e quarenta e dois centavos), conforme minuta anexada às fls. 292/356.

II – DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas informações.

III – PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Licitação da SESP

para as gestões pertinentes.

Curitiba-Paraná, 11 de novembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

154773/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.953.387-4

1. Versa o presente expediente sobre requerimento de prorrogação de posse, formulado pelo candidato WHESLLEY TAUBE MERGEN, CPF. Xxx.048.993-xx, nomeado para o cargo de Policial Penal, do Quadro Próprio da Polícia Penal, conforme Decreto nº 11.659, de 30 de outubro de 2025, publicado no DIOE nº 12.019, também de 30 de outubro de 2025;

2. DEFIRO, atendidas as exigências legais.

3. PUBLIQUE-SE.

4. Diante do exposto, encaminho ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SESP, para conhecimento e providências que se fizerem necessárias.

Curitiba-Paraná, 10 de novembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

154740/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.800.117-8

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 8º, inciso II, do Decreto Estadual nº. 2.819/2023, c/c o art. 2º, alínea "a", da Instrução Normativa nº. 006/2020, do Departamento de Gestão do Transporte Oficial da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (DETO/SEAP), a inclusão provisória, na frota oficial do Estado, do veículo I/Chevrolet Cruze LTZ NB AT, ano 2022/2023, cor preta, placas SDV-8C18 objeto de perdimento, para uso da Polícia Militar do Estado do Paraná;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE ao DETO/SEAP para as demais providências, especialmente aquelas previstas no art. 8º, inciso I, do Decreto Estadual nº. 2.819/2023, e no art. 2º, alínea "b", da Instrução Normativa nº 006/2021-DETO/SEAP.

Curitiba-Paraná, 10 de novembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

154763/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.918.095-5

I. AUTORIZO, nos termos do art. 2º, § 6º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023 e, na conformidade com o Despacho da APM/SESP, o cancelamento das placas reservadas dos veículos indicados às fls. 2 - 4, do referido protocolo, em virtude de não incidir mais os motivos que as justifiquem;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações.

III. PUBLIQUE-SE, no prazo legal.

IV. ENCAMINHE-SE ao DETRAN/PR, para as medidas administrativas decorrentes, conforme estabelece o art. 2º, § 4º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023.

Curitiba-Paraná, 10 de novembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

154770/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.940.936-7

1. Versa o presente expediente sobre requerimento de prorrogação de posse, formulado pelo candidato CHRISTIAN LUCAS CHESINI SEREGATI, CPF: XXX.674.059-XX, nomeado para o cargo de Policial Penal, do Quadro Próprio da Polícia Penal, conforme Decreto nº 11.659, de 30 de outubro de 2025, publicado no DIOE nº 12.019, também de 30 de outubro de 2025;

2. DEFIRO, atendidas as exigências legais.

3. PUBLIQUE-SE.

4. Diante do exposto, encaminho ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SESP, para conhecimento e providências que se fizerem necessárias.

Curitiba-Paraná, 10 de novembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

154767/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.953.327-0

1. Versa o presente expediente sobre requerimento de prorrogação de posse, formulado pelo candidato FLAVIO CESAR POLONIATO SANTANA, CPF: XXX.477.801-XX, nomeado para o cargo de Policial Penal, do Quadro Próprio da Polícia Penal, conforme Decreto nº 11.659, de 30 de outubro de 2025, publicado no DIOE nº 12.019, também de 30 de outubro de 2025;

2. DEFIRO, atendidas as exigências legais.

3. PUBLIQUE-SE.

4. Diante do exposto, encaminho ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SESP, para conhecimento e providências que se fizerem necessárias.

Curitiba-Paraná, 10 de novembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

154756/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.956.657-8

1. Versa o presente expediente sobre requerimento de prorrogação de posse, formulado pelo candidato LUCAS GONZALEZ DE QUEIROZ, CPF: XXX.811.951-XX, nomeado para o cargo de Policial Penal, do Quadro Próprio da Polícia Penal, conforme Decreto nº 11.659, de 30 de outubro de 2025, publicado no DIOE nº 12.019, também de 30 de outubro de 2025;

2. DEFIRO, atendidas as exigências legais.

3. PUBLIQUE-SE.

4. Diante do exposto, encaminho ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SESP, para conhecimento e providências que se fizerem necessárias.

Curitiba-Paraná, 10 de novembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

154751/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.079.422-5

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 3386/2025-AT/SESP, a realização da despesa para a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a empresa **STAR COMERCIO LTDA**., inscrita no CNPJ nº 05.252.941/0001-36, sediada no Município de Porto Velho/RO, em utilização à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 90024/2024, cujo objeto será a aquisição de equipamentos de atividade física, para atender a demanda do Comando-Geral da Polícia Militar - CGPM, no valor total de R$ 7.483,88 (sete mil, quatrocentos e oitenta e três reais e oitenta e oito centavos), conforme a Minuta do Contrato acostada às **fls. 271/279;**

II. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências cabíveis.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

(assinado eletronicamente)

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira

Secretário de Estado da Segurança Pública

154758/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.406.951-7

I. **AUTORIZO**, com fundamento no art. 1º, § 3º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, no art. 13, inciso IX do Decreto Estadual nº 10.086/2022, na Resolução PGE nº 212/2023 e ainda, nos termos da Informação nº 3421/2025-AT/SESP, a celebração de contrato a ser firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa **R. BRANDS LTDA LLC**, inscrita no Identificador nº US 99-4567506, sediada na cidade de Miami/FL, USA, em adesão à Ata de Registro de Preços nº 6/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 90020/2024, cujo objeto é a aquisição de equipamentos de proteção individual – EPI (vestimentas operacionais profissionais) e acessórios personalizados, para atender as necessidades da Polícia Científica do Paraná – PCP, no valor total de $88.964,40 (Oitenta e oito mil, novecentos e sessenta e quatro dólares americanos e quarenta centavos), perfazendo o valor estimado em R$ 538.522,97 (quinhentos e trinta e oito mil, quinhentos e vinte e dois reais e noventa e sete centavos), conforme minuta contratual constante às fls. 874/882;

II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta se enquadra nos parâmetros do Parecer Referencial de regência, e que, para o consentimento acima, foram examinados os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo a responsabilidade técnica, financeira e fiscal daqueles que exararam as respectivas informações;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, o setor responsável deverá verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação;

IV. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira

Secretário de Estado da Segurança Pública

154904/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.965.010-2

1. Versa o presente expediente sobre requerimento de prorrogação de posse, formulado pelo candidato ALLAN RODRIGUES PEREZ, CPF: XXX.711.809-XX), nomeado para o cargo de Policial Penal, do Quadro Próprio da Polícia Penal, conforme Decreto nº 11.659, de 30 de outubro de 2025, publicado no DIOE nº 12.019, também de 30 de outubro de 2025;

2. DEFIRO, atendidas as exigências legais.

3. PUBLIQUE-SE.

4. Diante do exposto, encaminho ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SESP, para conhecimento e providências que se fizerem necessárias.

Curitiba-Paraná, 10 de novembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

154748/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 24.797.495-4

I. INDENIZO, consoante o contido no presente protocolo, as despesas decorrentes de Atividade Extrajornada Voluntária – DEAEV, referentes ao mês de setembro de 2025, no valor total de R$ 17.280,00 (dezessete mil duzentos e oitenta reais), executadas pelos militares indicados à fl. 3, mov. 3, do presente processo, conforme motivação apresentada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Paraná – CBMPR;

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela origem, não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa, não restando prejuízo ao erário;

III. Cabe ao órgão gestões de melhoria, visando mitigar a ocorrência de situações análogas;

IV. PUBLIQUE-SE;

V. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

154922/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.964.449-8

1. Versa o presente expediente sobre requerimento de prorrogação de posse, formulado pelo candidato MARIO SERGIO COLETTO JUNIOR, CPF: XXX.026.229-XX, nomeado para o cargo de Agente Profissional, na função de Engenheiro Civil, do Quadro Próprio do Poder Executivo, conforme Decreto nº 11.551, de 20 de outubro de 2025, publicado no DIOE nº 12.011, também de 20 de outubro de 2025;

2. DEFIRO, atendidas as exigências legais.

3. PUBLIQUE-SE.

4. Diante do exposto, encaminho ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SESP, para conhecimento e providências que se fizerem necessárias.

Curitiba-Paraná, 10 de novembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

154760/2025

Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda

RESOLUÇÃO nº 614/2025

O Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda – CETER, instituído pela Lei nº 19.847, de 29 de abril de 2019, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Portaria MTE Nº 4.197, de 19 de dezembro de 2022 que estabelece critérios para abertura, fechamento e mudança de endereço de unidades de atendimento do Sistema Nacional de Emprego – SINE;

Considerando o estabelecido no art. 6º e seus incisos I e II da referida portaria;

Considerando a solicitação de mudança de endereço da Unidade de Atendimento SINE de Imbaú, sito a rua Elísio de Oliveira Barreto, 12, Centro, CEP: 84.250-000; com as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: -24.44660; e Longitude: -50.75490;

Considerando o Protocolo nº 24.401.787-8

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a **mudança de endereço** da unidade de **Imbaú** para Avenida Ivo Jangada, 203, Centro, CEP: 84.250-000, com as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: -24.44739, e Longitude: -50.75769 com data prevista para a mudança em 20/10/2025 e início das atividades em 10/11/2025.

Art. 2º – Revogar as disposições em contrário.

Foz do Iguaçu, 04 de novembro de 2025

Luiz Roberto Romano
Presidente do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Rend

RESOLUÇÃO nº 614/2025

FACIAP	CSB
FAEP	CTB
FECOMÉRCIO	CUT
FEPASC	F.SINDICAL
FETRANSPAR	NCST
FIEP-PR	UGT
SEED	SESA
SEPL	SRT
SETR	FOMENTO

Foz do Iguaçu, 04 de novembro de 2025.

Publique-se

154482/2025

RESOLUÇÃO nº 613/2025

O Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda – CETER, instituído pela Lei nº 19.847, de 29 de abril de 2019, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Lei 13667 de 17 de maio de 2018 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (SINE)

Considerando a Portaria MTE Nº 4.197, de 19 de dezembro de 2022 que estabelece critérios para abertura, fechamento e mudança de endereço de unidades de atendimento do Sistema Nacional de Emprego – SINE;

Considerando o Protocolado nº 24.859.457-8 que encaminha a solicitação para a abertura da unidade de atendimento;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a abertura da unidade de atendimento da Rede Sine do **Município de São Pedro do Iguaçu** na Avenida São Paulo, nº 1084, Centro, São Pedro do Iguaçu/PR – CEP: 85929-000; com as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: -24.555082; e Longitude: 53.514150; com data prevista para o início das atividades em 10/11/2025

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Foz do Iguaçu, 04 de novembro de 2025.

Luiz Roberto Romano

Presidente do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda

RESOLUÇÃO nº 613/2025

FACIAP	CSB
FAEP	CTB
FECOMÉRCIO	CUT
FEPASC	F.SINDICAL
FETRANSPAR	NCST
FIEP-PR	UGT
SEED	SESA
SEPL	SRT
SETR	FOMENTO

Foz do Iguaçu, 04 de novembro de 2025.

Publique-se

154480/2025

RESOLUÇÃO nº 612/2025

O Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda – CETER, instituído pela Lei nº 19.847, de 29 de abril de 2019, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Lei 13667 de 17 de maio de 2018 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (SINE)

Considerando a Portaria MTE Nº 4.197, de 19 de dezembro de 2022 que estabelece critérios para abertura, fechamento e mudança de endereço de unidades de atendimento do Sistema Nacional de Emprego – SINE;

Considerando o Protocolado nº 24.125.972-2 que encaminha a solicitação para a abertura da unidade de atendimento;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a abertura da unidade de atendimento da Rede Sine do **Município de Francisco Alves** na Rua Jorge Ferreira, 627, Centro, Francisco Alves/PR – CEP: 87570-000; com as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: -24.069123; e Longitude: -53.844767; com data prevista para o início das atividades em 10/11/2025

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Foz do Iguaçu, 04 de novembro de 2025.

Luiz Roberto Romano
Presidente do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda

RESOLUÇÃO nº 612/2025

FACIAP	CSB
FAEP	CTB
FECOMÉRCIO	CUT
FEPASC	F.SINDICAL
FETRANSPAR	NCST
FIEP-PR	UGT

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SEED_	SESA_
SEPL_	SRT_
SETR	FOMENTO

Foz do Iguaçu, 04 de novembro de 2025.

Publique-se

154479/2025

Receita Estadual do Paraná

PORTARIA REPR Nº 219/2025

A DIRETORA DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ – REPR, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 4º do Anexo I do Regimento da REPR, aprovado pela Resolução SEFA nº 484 de 6 de junho de 2025, bem como o contido no eProtocolo nº 24.932.024-2, resolve:

TIPO DE ALTERAÇÃO, DATA OU PERÍODO	NOME, RG, CARGO OU NÍVEL	PARA (LOTAÇÃO, CARGO OU FUNÇÃO)
DESIGNAR DE **05.01.2026** a **14.01.2026**	VITOR SCHRAIER RG nº 1.***.736-* AF-I	Ocupante da Função de Gestão Tributária – Assistente – Símbolo "I", para responder pela **Coordenação Regional de Cobrança e Arrecadação – CRCA**, da Delegacia da Receita Estadual de Curitiba – 1ª DRE, em substituição ao titular Agnaldo dos Santos, RG nº 3.***.833-*, que ocupa a Função de Gestão Tributária – **Chefe de Unidade – Símbolo "F"**.

Curitiba, 6 de novembro de 2025.

Davidson Benjamim Lessa Mendes
Diretor-adjunto da REPR
Delegação de Competência – Portaria nº 83/2024

154396/2025

PORTARIA REPR Nº 220/2025

A DIRETORA DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ – REPR, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 4º do Anexo I do Regimento da REPR, aprovado pela Resolução SEFA nº 484 de 6 de junho de 2025, considerando ainda o disposto no artigo 57 da cidata Resolução, bem como o contido no eProtocolo nº 24.915.825-9, resolve:

TIPO DE ALTERAÇÃO, DATA OU PERÍODO	NOME, RG, CARGO OU NÍVEL	PARA (LOTAÇÃO, CARGO OU FUNÇÃO)
DESIGNAR DE **05.01.2026** a **22.01.2026**	GUSTAVO LEO PUCHALSKI RG nº 5.***.715-* AF-H	Ocupante da Função de Gestão Tributária – Chefe de Divisão – Símbolo "F", para responder pela chefia da **Inspetoria Regional de Tributação – IRT** (de que trata o Anexo II da Resolução SEFA 1.132/2017), da Delegacia da Receita Estadual de Guarapuava – 5ª DRE, em substituição ao titular Altair Batista de Souza, RG nº 3.***.036-*, que ocupa a Função de Gestão Tributária – **Chefe de Divisão – Símbolo "F"**, por motivo de férias.

Curitiba, 6 de novembro de 2025.

Davidson Benjamim Lessa Mendes
Diretor-adjunto da REPR
Delegação de Competência – Portaria nº 83/2024

154401/2025

PORTARIA REPR Nº 221/2025

A DIRETORA DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ – REPR, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 4º do Anexo I do Regimento da REPR, aprovado pela Resolução SEFA nº 484 de 6 de junho de 2025, bem como o contido no eProtocolo nº 24.929.250-8, resolve:

TIPO DE ALTERAÇÃO, DATA OU PERÍODO	NOME, RG, CARGO OU NÍVEL	PARA (LOTAÇÃO, CARGO OU FUNÇÃO)
DESIGNAR DE **05.01.2026** a **22.01.2026**	SÉRGIO AUGUSTO MARTINS LEBRE RG nº 4.***.761-* AF-I	Ocupante da Função de Gestão Tributária – Assistente – Símbolo "H", para responder cumulativamente pela **Divisão de Processo de Natureza Tributária – DPNT**, da Coordenação de Tributação – CTR, em substituição ao titular Daniel Yutaka Yamamoto, RG nº 13.***.461-*, que ocupa a Função de Gestão Tributária – **Chefe de Divisão – Símbolo "F"**, por motivo de férias.

Curitiba, 6 de novembro de 2025.

Davidson Benjamim Lessa Mendes
Diretor-adjunto da REPR
Delegação de Competência – Portaria nº 83/2024

154404/2025

PORTARIA REPR Nº 222/2025

A DIRETORA DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ – REPR, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 4º do Anexo I do Regimento da REPR, aprovado pela Resolução SEFA nº 484 de 6 de junho de 2025, bem como, o contido no eProtocolo nº. 24.935.058-3, resolve:

TIPO DE ALTERAÇÃO, DATA OU PERÍODO	NOME, RG, CARGO OU NÍVEL	PARA (LOTAÇÃO, CARGO OU FUNÇÃO)
DESIGNAR DE **01.12.2025** a **17.12.2025**	LUCIANO CARVALHO GRADE RG nº 4.***.108-* AF-I	Ocupante da Função de Gestão Tributária – Assessor – Símbolo "E", para responder pela **Assessoria Técnica Institucional e de Pessoal – ATIP**, em substituição ao titular Agnaldo Hermínio de Carvalho Dias, RG nº 5.***.458-*, que ocupa a Função de Gestão Tributária – **Presidente CSAF – Símbolo "C"**, por motivo de férias.

Curitiba, 6 de novembro de 2025.

Davidson Benjamim Lessa Mendes
Diretor-adjunto da REPR
Delegação de Competência – Portaria nº 83/2024

154408/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ
CONTROLE DE AUTOS DE INFRAÇÃO

Ciência de Autos de Infração
Edital n. 136/2025

A Receita Estadual do Paraná cientifica os sujeitos passivos que foram lavrados os Autos de Infração relacionados abaixo, para a formalização de créditos tributários conforme a Seção III da Lei n. 18.877, publicada em 30 de setembro de 2016.

Passados dez dias corridos da publicação deste edital, as intimações serão consideradas efetuadas (Lei n. 18.877/2016, artigo 25, parágrafo 4º, inciso IV).

A partir da data da intimação, terão o prazo de até trinta dias corridos para pagamento ou parcelamento do crédito tributário, contados na forma do artigo 36 da Lei n. 11.580/1996, e conforme o calendário de expediente bancário do município da sede da Delegacia da Receita (DRR) da origem da medida fiscal.

Para pagamento dos autos de infração relativos ao ICMS (para qualquer data de fato gerador ou penalidade) ou de ITCMD (cujos fatos geradores tenham ocorrido a partir de 1º.1.2016 e com as penalidades previstas nos incisos I, II ou III do parágrafo 1º do artigo 33 da Lei n. 18.573/2015), o valor da multa e dos respectivos juros de mora serão reduzidos em cinquenta por cento, na forma das leis de cada imposto.

Para pagamento dos autos de infração relativos ao ICMS apurado pelas regras do Simples Nacional o valor da multa será reduzido em cinquenta por cento (Lei Complementar n. 123/2006, artigo 35; Resolução CGSN n. 140/2018, artigos 95 e 96, parágrafo único, inciso I; Lei n. 9.430/1996, artigo 44, parágrafo 3º; Lei n. 8.218/1991, artigo 6º, inciso I). No caso de parcelamento, o valor da multa será reduzido em quarenta por cento (Lei Complementar n. 123/2006, artigo 35; Resolução CGSN n. 140/2018, artigo 46, inciso IV, alínea "a") na forma da lei.

Também a partir da data da intimação, terão o prazo de até trinta dias úteis para a apresentação de defesa administrativa (Reclamação) nos termos dos artigos 14 e 48 da Lei n. 18.877/2016, podendo ainda, efetuar depósito administrativo do montante integral (Lei n.18.877/2016, artigo 46), caso queiram fazer cessar a incidência dos juros de mora.

Os prazos processuais serão contados em dias úteis na forma do artigo 22 da Lei n. 18.877/2016 (sendo adotado o calendário de expediente da sede da Receita Estadual do Paraná, localizada no município de Curitiba).

Os sujeitos passivos poderão pagar a importância que entenderem devida e

impugnar o restante da exigência, nos termos do artigo 16 da Lei n. 18.877/2016.

A apresentação da defesa (RECLAMAÇÃO) não está condicionada a qualquer desembolso prévio e instaura a fase litigiosa do processo.

Caso a Reclamação não seja apresentada, aplicam-se ao autuado os efeitos da revelia, imputando-se como verdadeiros os fatos descritos no auto de infração, nos termos do artigo 48, parágrafo 2º, da Lei n. 18.877/2016.

Não será conhecida a reclamação interposta fora do prazo legal (artigo 14, parágrafo 3º, da Lei n. 18.877/2016).

O acesso aos documentos e à íntegra dos autos, bem como a apresentação de petição, poderá ser realizada pelo responsável ou seu procurador por meio do menu e-PAF da lista de serviços do ReceitaPR.

Relação dos Autos de Infração

5ª DRR - Guarapuava
Auto de infração: **8007800-5**
Identificação: (*) Sujeito Passivo:
214.198.689-34 PEDRO LEWANDOWSKI

5ª DRR - Guarapuava
Auto de infração: **8007839-0**
Identificação: (*) Sujeito Passivo:
094.509.789-13 LUCIMAR JOAO WRUBLESKI

5ª DRR - Guarapuava
Auto de infração: **8007838-2**
Identificação: (*) Sujeito Passivo:
016.512.219-60 JACI LITKA

(*)=> CAD-ICMS, CNPJ ou CPF

Curitiba, 11 de Novembro de 2025

Suzane Aparecida Gambetta Dobjenski
Diretor(a) da Receita Estadual do Paraná

155009/2025

PORTARIA REPR Nº 233/2025

A DIRETORA DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX do art. 9.º do Anexo II da Resolução SEFA nº 1.132, de 28 de julho de 2017, e considerando o contido no protocolo nº 24.144.138-5,

ESTABELECE

Art. 1.º Fica publicada a relação dos servidores e os respectivos períodos de autorização para o regime de teletrabalho, conforme ANEXO I da presente Portaria

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 11 de novembro de 2025.

Suzane Aparecida Gambetta Dobjenski
Diretora da Receita Estadual do Paraná

ANEXO I

Período: de 01/10/2025 a 31/12/2025

JOSE ALVES SANTANA PEREIRA	4.205.723-1	24.521.793-5

155069/2025

Autarquias

IDR - PARANÁ

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater

PORTARIA Nº 379/2025 – IDR-Paraná

O Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR EMATER, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o contido no protocolo 24.833.444-4

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER licença sem vencimentos, para trato de interesses particulares e por sua opção, a empregada pública **DENISE MARIA BANDEIRA PICININI** – RG 4.XXX.399-4/PR pelo período de 05/01/2026 a 20/05/2026.

Registre-se e Publique-se.
Curitiba, 11 de novembro de 2025.
Natalino Avance de Souza
Diretor Presidente

154720/2025

